



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se Manifesta

Terceiro Setor



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se manifesta

Terceiro Setor

índice

29.11.1999	003
13.12.1999	043
17.02.2000	079
29.02.2000	120
13.03.2000	233
20.03.2000	253
14.04.2000	291
12.06.2000	406

Terceiro Setor

29.11.1999

- Arnaldo Jardim – Deputado. Relator Geral do Fórum São Paulo Século 21
- Newton Brandão – Deputado. Relator do Grupo Temático sobre Terceiro Setor
- Carlos Sampaio – Deputado, Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo Temático sobre Segurança Pública
- Geraldo Vinholi – Deputado. Coordenador do Grupo Temático sobre Terceiro Setor
- Berenice Souza - Socióloga e presidente da Apabb, entidade filantrópica
- Silvio Pelicano – Superintendente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo
- Paulo Soares Cintra – Advogado. Presidente da Associação Evangélica Beneficente
- Neusa Maria Goys – Representante do Dr. Abram Szajman, da Federação do Comércio
- João Francisco Lobato - Presidente da Associação de alunos e ex-alunos da USP-MBA
- Georgina Benevides – Representante do sr. Max Mangels, da Associação Cristã de Moços de São Paulo-ACM
- Eduardo Figueiredo – Representante do governador do Distrito LC2, do Lions Club, Wilson Negrão

debates - a sociedade se manifesta – Terceiro Setor

- Celso Rama – Representante da Associação Brasil SGI
- César Augusto Garcia – Advogado. Presidente da Ordem dos Advogados Subsecção do Tatuapé e representante da Associação Brasil SGI
- Fávio Toledo – Advogado, representante do Grande Oriente Brasil em São Paulo
- Joaquim Pedro Campos - Professor aposentado da USP, professor na PUC e representando a maçonaria do Brasil, em São Paulo
- Nilson Kobayashi – Representante da comunidade budista Monja Koen e do Dr. Mário Sérgio Camargo, governador do Distrito 4.420 do Rotary International
- Edson Luiz Vismona – Secretário Adjunto da Justiça e Defesa da Cidadania e Presidente da Comissão Especial de Acompanhamento do Programa Estadual de Direitos Humanos
- Ricardo – Federação Israelita de Paulo
- Eliane Pinheiro Belfort – Grupo de Ação Social da Fiesp
- Marco Aurélio Martorelli – Relatoria do Fórum São Paulo Século 21, assessor da Presidência
- Jairo - Secretaria de Estado da Educação. Coordenador do Programa “Parceiros do Futuro”

SR. ARNALDO JARDIM – Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, especificamente do Sr. Presidente, Deputado Vanderlei Macris, queremos agradecer muito a presença dos senhores. Sabemos que se trata de um horário altamente complicado para a vida profissional de cada um dos senhores e senhoras. Portanto, a sua presença nesta Casa se reveste de um significado ainda mais especial para nós.

Sou portador de um pedido de desculpas do Sr. Presidente, Deputado Vanderlei Macris que, neste momento, encontra-se em São Bernardo do Campo e não teve condições de se deslocar de lá, a tempo de participar desta reunião. Retardamos um pouco o início desta reunião, para que o próprio Sr. Presidente, como era seu desejo, pudesse estar presente. Assim sendo, estamos representando SR. Presidente, eu na condição de relator geral do Fórum São Paulo Século 21, o Deputado Newton Brandão, como coordenador do Grupo Temático sobre Terceiro Setor e o Deputado Carlos Sampaio, Coordenador do Grupo Temático sobre Segurança Pública.

Queremos comunicar aos senhores, vários dos quais nos prestigiaram quando da instalação do Fórum São Paulo Século 21, que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo está se rejubilando, não só pelo fato do Fórum estar funcionando, mas pelos resultados que já temos colhido em função da dinâmica que se tem estabelecido em torno do Fórum São Paulo Século 21. A partir da sua instalação, ocorreram inúmeros seminários e debates. Como todos sabem, trata-se de uma tentativa na Assembléia Legislativa de São Paulo de pensar um pouco menos nas crises que cada um nós vivemos e um pouco mais sobre a perspectiva do século e do milênio que se avizinha. Nesse sentido, na realidade, o Fórum São Paulo Século 21 não é um instrumento de intervenção imediata, mas busca ser um espaço em que os setores representativos da sociedade de um determinado tema se reúnam, discutam e pensem sobre o seu assunto de uma forma estratégica, dentro de um contexto de desenvolvimento do Estado de São Paulo.

O Fórum fez algumas escolhas. A partir de um convênio formalmente estabelecido com a Fundação Seade, estabelecemos um critério básico de todo o trabalho, de todos os debates, de todas as metas para que em cada um dos setores tenha uma visão de desenvolvimento de forma global, ao final Fórum. O critério básico é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Não queremos que a perspectiva de proposta de desenvolvimento de São Paulo seja medida simplesmente em números, mas em qualidade de vida da população. Aliás, não só adotamos o IDH como parâmetro fundamental, para o desenvolvimento de todo debate que ocorre no seio do Fórum, mas também vamos aprofundar, formulando um índice ainda mais adequado ao Estado de São Paulo. O IDH paulista, que conforme alguns avanços já existe no Estado de São Paulo. Portanto, a Fundação Seade já se debruça sobre a fixação desse índice que vai ser uma referência de trabalho do conjunto do Fórum.

O Fórum, após a realização de inúmeros seminários, se dividiu em 16 Grupos Temáticos, dos mais variados aspectos, desde o primeiro que discute sobre o cidadão do século 21, que é exatamente o perfil demográfico, o tipo de família, como hoje se desenvolvem as taxas de natalidade, dando-nos uma visão demográfica do Estado de São Paulo. Depois, desdobrando-se numa série de Grupos Temáticos como a Saúde, Educação, Indústria e até a Reforma do Estado sob os novos paradigmas que vão presidir a relação entre Estado e sociedade, cada um dos cidadãos com os poderes públicos constituídos.

O Fórum São Paulo Século 21 abrange o conjunto de pensamentos e, particularmente, tivemos há 10 dias a posse de 14 Grupos Temáticos. Pela relevância da questão, quisemos que fosse feita à parte, e é exatamente isso que estamos fazendo neste instante, a constituição de dois conselhos temáticos. O primeiro é o que trata da segurança pública. Não sou eu que vou falar da segurança pública. Temos pessoas que estão vivendo no cotidiano o que significa lidar com esta questão. Queremos que ela tenha uma relevância no trato dentro do Fórum. Estamos muito orgulhosos porque o Deputado Carlos Sampaio, que coordenará o

Grupo, tem grande experiência nesse setor. O Deputado Carlos Sampaio é promotor de justiça e teve uma experiência também como a do Executivo, quando dirigiu a Secretaria de Segurança Pública de Campinas. Portanto, o Deputado Carlos Sampaio tem todas as qualificações pessoais e todo nosso apoio para fazer um belo trabalho de coordenação na questão de segurança pública.

O Terceiro Setor é o mais formidável processo de transformação que vivemos hoje na sociedade. Se a reforma do Estado levou o poder público a diminuir o seu espaço relativo, a buscar realmente concentrar-se naquilo que é mais peculiar da sua tarefa, ou seja, que ele não pode transferir para ninguém, todos nós sabemos que isso só tem sentido se a sociedade crescer, ocupar espaço. Efetivamente, é isso que está ocorrendo. O Terceiro Setor é importante, não só pelo que significa hoje em termos de apresentação de todo esse trabalho, mas também pelo numeroso contingente de pessoas empregadas. Quer dizer, não só cumpre uma função social, não só passa a ser a sociedade avançando na relação com o Estado, mas cumpre também um papel muito importante como empregador. Começa a pesar significativamente na conformação econômica do nosso Estado. É sobre isso que queremos contar com ajuda dos senhores.

Basicamente, a dinâmica que estamos estabelecendo é ditada pelas características de cada um dos grupos. Contudo, é o conselho que se reúne com os Srs. deputados, coordenadores e relatores e a partir daí define a sua programação de trabalho.

Caro Deputado Newton Brandão, caro Deputado Carlos Sampaio, senhores conselheiros e senhoras conselheiras, o Fórum está propondo que cada um dos conselhos temáticos tenha uma concentração de trabalho durante os meses de fevereiro, março e abril, para que a conclusão desse processo de reflexão possa ocorrer durante o mês de maio. A partir daí vamos iniciar o processo de compatibilização, porque, certamente, veremos que, num determinado instante, não se pode discutir a questão da segurança sem ver a sua relação com a educação;

não se pode discutir a questão do Terceiro Setor sem ver a sua interface com o exercício da cidadania e assim sucessivamente.

Mais uma vez, agradecemos, em nome do Sr. Presidente, Deputado Vanderlei Macris, a disposição dos senhores de virem integrar os nossos conselhos temáticos e desejamos que todos possam ter um bom trabalho. Precisamos muito da dedicação dos senhores. Pedimos licença para roubar algumas horas do tempo que os senhores dedicam às suas atividades profissionais e ao seu próprio espaço pessoal de vida, com a pretensão de dizer que acreditamos que esse período ofertado à Assembléia Legislativa de São Paulo vai ser muito útil ao pensamento estratégico de desenvolvimento do Estado de São Paulo.

Propomos que o Grupo Temático da Segurança Pública imediatamente se reúna sob a coordenação do Deputado Carlos Sampaio. Integra também este Grupo o Deputado Zuza Abdul Massih que, daqui a pouco, deverá estar presente neste trabalho.

O Grupo Temático do Terceiro Setor, do qual é relator das atividades o Deputado Newton Brandão, é complementado pela coordenação do Deputado Geraldo Vinholi, que também vai se incorporar de uma forma ativa nos trabalhos da comissão.

Para que possamos passar a uma fase bastante prática dos trabalhos, propomos que o Conselho da área de segurança pública e o Conselho do terceiro setor

se reúnam imediatamente, em separado, por questão dinâmica.

O Deputado Carlos Sampaio faz uma sugestão de encaminhamento, que fica imediatamente aceita por nós.

Temos um plenário ao lado onde está reunido neste instante o Conselho Temático de Turismo, já numa segunda reunião. O outro grupo permanecerá aqui.

Entendemos que a presença dos senhores e senhoras aqui é uma anuência ao nosso chamado. Em nome do Sr. Presidente, Deputado Vanderlei Macris, que

vai se dirigir formalmente a cada um dos senhores, agradecemos e pedimos a todos que se considerem empossados.

Gostaríamos de iniciar imediatamente os nossos trabalhos.

O Deputado Carlos Sampaio convida os integrantes do Conselho Temático da Segurança Pública a acompanhá-lo ao Plenário Dom Pedro I, para poder iniciar imediatamente a reunião.

Passo a coordenação dos trabalhos ao Deputado Newton Brandão.

SR. NEWTON BRANDÃO – Como somos uma comissão de trabalho que deve ser unitária e o mais uniforme possível, ficarei ao lado dos senhores para podermos conversar melhor e nos apresentarmos de viva voz para todos. Já me apresentei e decorei os nomes de algumas pessoas.

Antes de mais nada, quero cumprimentar o Deputado Arnaldo Jardim. Acredito que todos o conhecem. É um dos mais brilhantes deputados desta Casa, com uma expressão de liderança muito firme que, muitas vezes, ultrapassa e com muito mérito, a expressão do seu próprio partido. Já ocupou cargo na administração em secretarias de relevância. O Deputado Arnaldo Jardim tem um propósito muito edificante, que é trazer a sociedade para um debate e mostrar o que o povo de São Paulo quer para o século que estamos entrando. Fico muito feliz de estar ao lado deste deputado, que só engrandece esta Assembléia e o convívio com ele é o mais fidalgo e generoso possível. Nobre Deputado Arnaldo Jardim, manifestamos a nossa alegria e contentamento, porque tem sido um baluarte nesta Casa. Sabemos que aquela história de que deputado apenas faz discursos e fabrica leis está um pouco ultrapassada. O Deputado Arnaldo Jardim quer participar ativamente da sociedade. Representou com muita dignidade a nossa Assembléia no encontro do Mercosul, onde foram discutidos temas da maior relevância, em Buenos Aires, e a sua presença foi muito importante. Há poucos dias recebemos a visita dessa delegação e vários Secretários de Estado estiveram aqui fazendo uma preleção. Nesta palestra fiquei muito feliz, porque não conhecia vários Secretários, a não ser

de nome, e gostei muito da atuação deles. São mais do que coadjuvantes do governo federal e passam a fazer um trabalho de primeira linha com os deputados que aqui estiveram, inclusive uma deputada candidata à Presidência da República da Argentina. O Deputado Arnaldo Jardim chefiou essa delegação e os propósitos são os mais elevados. Esse encontro está produzindo e produzirá certamente muitos efeitos benéficos.

O Deputado Arnaldo Jardim também teve a idéia, juntamente com o Presidente, Deputado Vanderlei Macris, de realizar o Fórum São Paulo Século 21. Isso é muito importante. Às vezes a primeira reunião é tumultuada, até nos apresentarmos e nos conhecermos, mas é um desafio a cada um de nós. Quantas vezes falamos: “Se eu estivesse lá, faria isso.” Pois, hoje, os senhores estão aqui e queremos ver o que vão fazer. Os senhores também estão curiosos a respeito do que vou fazer aqui. Não era para eu estar nesta Comissão. Outro colega Deputado tem outros trabalhos e não pôde comparecer. Aceitei, porque quero participar com os senhores e ter a alegria de trazer uma surpresa muito agradável, não para a Assembléia, porque ela está certa do que todos podemos fazer, mas para a própria sociedade do Estado de São Paulo. Se Deus quiser, vamos fazer um trabalho muito importante a respeito desse tema, que é muito novo. É um tema que agora está procurando ser codificado. Temos elementos de várias Faculdades, que mandamos buscar. Não precisamos ter acanhamento. Eu pelo menos não tenho. Quando não sei alguma coisa vou procurar aprender. Quem nos deu agora essa lição de humildade foi o Governador Bush, que contratou uma equipe para informá-lo a respeito de como enxerga o mundo. Ele é um governador bem assessorado e já devia saber como enxerga o mundo. Entretanto, achou que não sabe e que deve ter uma assessoria para isso. Nós também, por mais bem informados que achemos, é bom que troquemos algumas idéias e ao final tenhamos a opinião mais avalizada possível, para a unidade do trabalho.

Portanto, damos as boas-vindas a todos e, por obséquio, peço que cada um dos senhores se apresente.

Meu nome é Newton Brandão. Em Santo André, de onde venho, era conhecido por Dr. Brandão, por ser médico. Na Assembléia eles simplificam tudo e temos que obedecer ao costume da Casa. Aqui sou Newton Brandão. Sou médico, com a atribuição de trabalharmos nesta Comissão.

Farei a leitura dos nomes e vamos conhecer os que estiverem presentes. Os que não estiverem, certamente, vamos conhecer na próxima reunião.

SRA. BERENICE SOUZA – Sou socióloga e presidente da Apabb, uma Associação de pais e amigos de pessoas portadoras de deficiência, que teve origem com os funcionários do Banco do Brasil, e hoje é uma entidade filantrópica e aberta à comunidade. Estou aqui representando esse segmento da área de deficiências.

SR. SILVIO PELICANO – Sou Superintendente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo. Encantou-me muito o convite para fazer parte desta Comissão do Terceiro Setor, porque já estamos trabalhando na área da saúde, criando um movimento que consideramos bem dentro da área do Terceiro Setor, reunindo a Secretaria de Saúde do Estado, o Conselho de Secretários Municipais do Estado de São Paulo (Cosems), os médicos da ABM, a Federação das Santas Casas, as forças vivas da comunidade de todo o Estado. Gostaríamos também de ter a participação dos usuários. Este movimento pretende se dar as mãos, porque a área da saúde está cada vez mais problemática, os procedimentos estão cada vez mais caros e o governo com dificuldade de ir ao encontro dos pagamentos. Se a comunidade de cada município não se interessar pelos problemas da sua saúde, não terá solução. Obrigado.

SR. PAULO SOARES CINTRA – Sou advogado, Presidente da Associação Evangélica Beneficente, entidade que completou, em setembro, 71 anos de atividade e atende hoje uma média de 5 mil pessoas por dia. Quero cumprimentar a Assembléia Legislativa na pessoa do Deputado Newton Brandão, que conheço de

longa data pelo trabalho desenvolvido em Santo André, e dizer-lhes que esta Casa acertou em cheio convidando as entidades e as pessoas responsáveis para estarem aqui presentes. Há muito tempo, a Assembléia precisava, como todas as Assembléias e Câmaras precisam, ter a participação da comunidade de uma forma efetiva, chamando as pessoas que, exceto eu, entendem do assunto para ajudá-los. Fui Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, há muito tempo, e na época tentamos fazer este tipo de trabalho, com resultados excelentes. A Assembléia está de parabéns por esta iniciativa.

SRA. NEUSA MARIA GOYS – Estou representando o Dr. Abram Szajman, da Federação do Comércio. Na verdade, gerencio uma unidade corporativa do SENAC, o Centro de Educação Comunitária para o Trabalho que tem uma atuação em todo o Estado de São Paulo, desenvolvendo atividades voltadas diretamente à população de baixa renda e agora, mais recentemente, há 4 anos, trabalhando numa perspectiva de profissionalização e desenvolvimento de gestores e educadores do Terceiro Setor.

SR. JOÃO FRANCISCO LOBATO – Sou Presidente da Associação de alunos e ex-alunos da USP-MBA, trabalhamos com capacitação e gestão de entidades da sociedade civil. Trabalhamos com núcleo de responsabilidade social nas empresas.

SRA. GEORGINA BENEVIDES – Sou representante do Sr. Max Mangels, da Associação Cristã de Moços de São Paulo (ACM), que é mais conhecida pela parte esportiva. Trabalhamos com a área de famílias menos beneficiadas e sou a Secretária de Desenvolvimento Social, que coordena 16 unidades dentro da Grande São Paulo. Agradecemos, também, o convite e a oportunidade para estarmos aqui.

SR. EDUARDO FIGUEIREDO – Represento o governador do Distrito LC 2, do Lions Club, Wilson Negrão. Como é do conhecimento de todos, o Lions Club é o maior clube de serviços do mundo. Estamos aqui para somar e cooperar, com o que for possível, dentro desse espírito donístico que nos embui. Muito obrigado e agradecemos pelo convite.

SR. CELSO RAMA – Represento a Associação Brasil SGI. Estamos aqui com o colega César, que falará sobre a entidade.

SR. CÉSAR AUGUSTO GARCIA – Sou advogado e Presidente da Ordem dos Advogados Subseção do Tatuapé, e participo há 20 anos da Associação Brasil SGI, que represento aqui. Trata-se de uma associação não governamental ligada à ONU, com 12 milhões de representantes no mundo, 150 mil no Brasil, que luta pela paz, pela cultura e educação, meio ambiente e direitos humanos. Um extenso trabalho nesses ramos não só no Brasil, mas dentro de cada um dos 128 países que a entidade tem participado.

Agradecemos honrosamente o convite e desejamos aprender bastante aqui para que possamos, com a experiência dos senhores, aplicar na Associação Brasil SGI o trabalho que cada um vem fazendo. Com a nossa humildade, pretendemos também colocar o que sabemos, o que aprendemos e a experiência do trabalho que estamos fazendo, colaborando efetivamente com esses altos objetivos do Fórum.

SR. FLÁVIO TOLEDO – Sou advogado e represento o Grande Oriente Brasil em São Paulo, juntamente com SR. Joaquim Pedro, que dará maiores explicações. Muito obrigado pelo convite.

SR. JOAQUIM PEDRO CAMPOS – Sou professor aposentado da USP, atualmente na PUC e estou representando a maçonaria do Brasil, em São Paulo. Não é muito comum a maçonaria aparecer em público e alguém se dizer

representante da maçonaria. Como todos sabem, trata-se de uma sociedade secreta e parece estranho que nos apresentemos publicamente. Temos um trabalho discreto e silencioso por meio de muitas entidades no Estado de São Paulo. Fomos convidados pelo Deputado Vandelei Macris, estamos aqui, à disposição para trabalhar para o nosso Estado de São Paulo, com todo nosso coração, com toda nossa alma e com todo esforço que a maçonaria sempre teve, seja na Independência do Brasil, na Proclamação da República e na Libertação dos Escravos. Temos atualmente imensa preocupação com a corrupção que grassa neste país, com a desordem social que aqui existe, com o processo de anomia que se estabelece, com a questão da droga e do racismo que cada vez ressurge em nosso país de tempos em tempo. É isso que traz a maçonaria a colaborar com as entidades e com o governo do Estado. É esta a imensa preocupação que temos a respeito da situação de desordem social em que este país está mergulhado. Muito obrigado pelo convite.

SR. NÍLSON KOBAYASHI – Represento aqui duas entidades. Uma é a comunidade budista. Represento a Monja Koen, que é a líder espiritual para a América Latina e o Dr. Mário Sérgio Camargo, de Santo André, governador do Distrito 4.420 do Rotary International. A comunidade budista está voltada ao encaminhamento espiritual, mas com grandes projetos de filantropia, como o trabalho muito lindo que fazemos no Carandiru, treinando os presos na área de informática. O Rotary International, entre outras grandes causas mundiais, auxilia na erradicação da poliomielite. No Brasil não temos casos de poliomielite há mais de 10 anos, e é um trabalho onde o Rotary participa ativamente. Temos como meta mundial erradicar a pólio nos próximos 5 anos. Em alguns países da África e no Sudeste Asiático ainda temos esse problema. Entretanto, estamos empenhados na erradicação da pólio.

A partir do ano 2005, pretendemos lançar um programa de erradicação do analfabetismo, não só no Brasil, mas mundialmente. Portanto, é uma meta a longo

prazo. Atendendo ao honroso convite, o Rotary se coloca à disposição, da mesma forma que a comunidade budista, para auxiliar nos trabalhos e formar esta rede de solidariedade, no sentido de fazermos um bom trabalho. Sou do tipo de homem que gosta de falar e de agir. Se ficarmos aqui contando histórias de uma organização para a outra, isso não vai levar a nada. Temos que formar esta rede e atuar. Sei que isso é possível, porque em um ano fizemos uma brigada solidária com os jovens da rede pública de ensino. Esta brigada já foi copiada pelos argentinos e oferecida para a Organização Mundial de Saúde, no sentido de erradicar as endemias do mundo. São coisinhas que, se bem conduzidas, com esforço concentrado, chegaremos lá. Trabalhando com os senhores, temos a certeza de que faremos coisas maravilhosas. Muito obrigado.

SR. EDSON LUIZ VISMONA – Sou Secretário Adjunto da Justiça e Defesa da Cidadania e Presidente da Comissão Especial de Acompanhamento do Programa Estadual de Direitos Humanos. Na pessoa do Deputado Newton Brandão, quero parabenizar a Assembléia de São Paulo pelo estabelecimento deste Fórum que é, sem dúvida, uma forma de aproximarmos idéias, grupos e especialmente este Fórum do Terceiro Setor que, para nós, é fundamental. No governo do Estado de São Paulo, especialmente na Secretaria de Justiça, só sabemos trabalhar em plena parceria com o terceiro setor. Podemos fazer muitas coisas sozinhos, mas não devemos. É um estímulo constante para o governo do Estado e devemos, sempre, procurar parcerias com a sociedade civil para estabelecermos vínculos mais fortes entre as iniciativas do governo com as muitas iniciativas que encontramos na sociedade organizada. Em todas as ações buscamos essa parceria. Para nós é uma grande satisfação e motivo de mais estímulo participarmos deste Grupo do Terceiro Setor.

SR. NEWTON BRANDÃO – Peço licença para apresentar os assessores que vão acompanhar os deputados e os senhores e as senhoras. Os nossos assessores

são os grandes chefes e atrás deles têm um grande número de assessores. Inclusive, também temos que usar assessoria da própria Casa, porque os temas são muito complexos e precisamos nos cercar de várias qualificações profissionais de assessoria.

Já fizemos todas as apresentações.

Perdoe-me, chegue perto de nós, sente-se nesta poltrona aqui e fique à vontade. Ninguém precisa ficar muito tenso, se não a reunião não tem graça alguma e na próxima precisaremos tomar calmante, chá de erva-cidreira etc. Precisamos ficar muito amigos e nos confraternizarmos. O nosso propósito é ajudar. Só podemos dar aquilo que temos capacidade de realizar. Ninguém precisa ficar preocupado, porque todos nós teremos uma participação muito boa. Temos a certeza disso.

SR. RICARDO – Somos da Federação Israelita de São Paulo, que congrega 54 outras entidades, uma parte delas do terceiro setor, assistenciais e filantrópicas e temos muito interesse em tudo que se refere à participação na sociedade nacional. Somos representantes dos judeus de São Paulo, mas todos nós somos cidadãos brasileiros e estamos interessados em tudo que possa dizer respeito ao nosso cotidiano.

SR. NEWTON BRANDÃO – Alguém gostaria de falar a respeito do que pensa do terceiro setor ? O que você acha que é o terceiro setor? Todos que desejarem falar, devem falar. Esta Casa é para isso mesmo. Fico feliz em ver entidades religiosas, e entidades assistenciais das mais diferentes. Só assim podemos realizar um trabalho que amanhã terá uma expressão da própria sociedade. Sou amigo de todas as entidades que estão aqui, apesar de, muitas vezes, nem saberem. Com os cabelos brancos e com a idade que estou ou já me relacionei muito com essas pessoas ou fiquei isolado da sociedade esse tempo todo. Não há uma entidade que eu não tenha tido contato muito permanente e uma admiração profunda. Portanto,

esse nosso encontro aqui me dá muita energia e me faz inclusive acreditar no nosso Estado. Acreditando no nosso Estado, estamos acreditando no Brasil, porque somos mais de 50% da economia e de múltiplas atividades do nosso Estado. Temos a certeza de que se sairmos bem aqui, o nosso país também caminhará melhor.

SR. NÍLSON KOBAYASHI – Dr. Newton Brandão falou que a energia que vai sair daqui será muito interessante. Acredito muito na energia positiva. Tenho certeza de que desse trabalho que vamos fazer no decorrer do ano 2000 sairão coisas maravilhosas.

Quero dizer também para o colega que está ao meu lado que a maçonaria não é secreta, porque no projeto brigada solidária, a Loja 21 de Abril se colocou à disposição, formou um *pool* com outras 40 entidades, trabalhou intensamente e foi um sucesso. Ela atuou de uma forma brilhante, aberta e, publicamente, e acredito que é disso que precisamos.

Nos Estados Unidos, o terceiro setor movimenta 800 bilhões de dólares. É o PIB do Brasil. Temos essa força no Brasil, não com 800 bilhões de dólares, mas temos uma força significativa, conforme os próprios governadores falaram, só que estamos soltos. Temos que sincronizar, formar a rede da solidariedade, que é um dos capítulos do terceiro setor. Se nós que estamos aqui não conseguirmos, quem vai conseguir?

O Dr. Newton Brandão disse bem, “daqui vão sair grandes exemplos para outros Estados da federação”. Vamos caprichar e temos a certeza de que logo este Fórum será copiado por outros Estados e assim resgataremos o Brasil. A situação está caótica, outros clubes têm trabalhado em outros temas, e se não fizéssemos bem o nosso trabalho, talvez não precisássemos estar sentados nestas cadeiras. Viemos aqui para trabalhar, larguei todo o meu trabalho, tenho uma empresa, e acredito que isso aqui precisa dar frutos. Muito obrigado.

SR. NEWTON BRANDÃO – Nós também temos o direito de puxar as orelhas das pessoas. Vou puxar as orelhas da Sílvia Perlov, que estava ali e não se apresentou. A Sílvia Perlov é jornalista e voluntária do Departamento de Assistência Social da Federação Israelita do Estado de São Paulo.

Alguém quer falar sobre o que entende como terceiro setor? Tem a palavra o nosso companheiro aí.

SR. – Antes de começarmos a reunião, o Deputado Newton Brandão disse que esta comissão é do “patinho feio”. Esta comissão pode ser a mais expressiva de todas. Quais são as pessoas que estão participando na comissão de segurança? Todas elas são profissionais da área, promotores públicos, delegados e militares. Na área de turismo estão os representantes de empresas de turismo e assim sucessivamente em todas as demais comissões. Esta é a comissão de pessoas que têm suas atividades particulares e são voluntárias nas suas entidades. Dificilmente aqui tem um profissional da própria entidade. É mais do que isso. A maioria das pessoas estão aqui apenas com o espírito de servir.

Esta comissão pode ser muito expressiva na condução desse trabalho. De uns tempos para cá, há uma preocupação com o terceiro setor, porque ele vem se impondo no trabalho. Sabemos, por exemplo, o trabalho que as Santas Casas desenvolvem. Este movimento está cada mais forte e expressivo. Eu não sou maçom, mas tenho muito amigos na maçonaria e sei que eles estão muito preocupados com isso e estão participando de muitas campanhas.

Os Lions Club tem um trabalho na área médica muito interessante. Lembro-me de que participei há algum tempo no Shopping Center Norte de um programa sobre conscientização para o problema do diabetes. Esses grupos estão realmente se impondo e chegando à iniciativa privada.

Para mim, a parceria dessas entidades com as empresas privadas é que estão propiciando este crescimento, porque está havendo uma conscientização dos empresários para este problema. Às vezes, a conscientização acontece até pela

participação de alguns nos problemas de seus filhos. Citaria, por exemplo, a Associação de Assistência à Criança Defeituosa. Quase todos voluntários não têm problemas em casa, mas eles estão fazendo um trabalho fantástico, ou seja, a conscientização. Nas igrejas evangélicas não é diferente. De uns tempos para cá há uma conscientização muito grande. Quero deixar bem demarcado o limite das igrejas evangélicas. Faço questão absoluta disso. As nossas igrejas evangélicas fazem parte da EEB – Associação Evangélica Brasileira, da qual fui diretor por muito tempo. Quero dizer que as igrejas evangélicas que participam desse movimento são igrejas sérias. Fazem isso sem nenhuma conotação política e sem nenhuma preocupação de crescimento financeiro. Vou parar por aqui para não chegar aos detalhes, que muito me aborrecem.

Quero, mais uma vez, enfatizar esta parceria com os empresários. A nossa experiência de crescimento foi exatamente a partir disso. Há cinco anos nos juntamos ao Clube dos Empreiteiros de São Paulo. Este clube tentou fazer um projeto para atender crianças, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e não conseguiu devido à burocracia. Tentou com o Estado e não conseguiu. Eles nos doaram uma escola profissionalizante no Capão Redondo, local da cidade onde tem o maior índice de criminalidade deste país. Por essa escola passaram 3.600 crianças. No ano passado, eles nos doaram uma piscina e três quadras poliesportivas. Estamos atendendo ali mil crianças dessa região.

Faço as colocações apenas para justificar. Não pretendo nenhuma divulgação, para vanglória do presidente ou da diretoria. Uma empresária ficou impressionada com este trabalho e nos doou uma orquestra. Esta orquestra chamada de orquestra didática, está com 120 crianças e já tocou em vários lugares de São Paulo, como no Hotel Meliá, quando a Associação Evangélica recebeu um prêmio. Posso aquilatar do nível dessas crianças. Precisamos comprar sapatos para elas tocarem no hotel. No mês de março irão aos Estados Unidos.

Um diretor de um banco foi à festa de inauguração da praça de esportes e levou o problema para a diretoria do seu banco, que está discutindo conosco um projeto para bancar toda a praça de esporte, toda programação esportiva e cultural.

Vejo o terceiro setor desta maneira. Com gente voluntária, com empresas interessadas em realizar um trabalho sério e objetivo e com comunidades como estas que estão aqui. Concordo plenamente com o companheiro da igreja budista. Realmente temos tudo para fazer um trabalho fantástico. Não adianta nos comunicarmos para dizer apenas o que estamos fazendo. Eu contei isso apenas à guisa de exemplo. Se realmente colocarmos, no papel, todas essas idéias que começam a surgir, e depois partirmos para a realização conjunta do programa, acredito que esta comissão não será o “patinho feio”.

SR. NEWTON BRANDÃO – Só quero responder a respeito do “patinho feio”. As outras comissões desta Casa eram muito disputadas. Todos queriam participar da Comissão de Educação, da Saúde, da Segurança, então, nem se fala. O político sempre procura participar daquilo que está mais em evidência na imprensa, na televisão. Hoje mesmo assaltaram uma delegacia e soltaram muitos presos. Este é um prato cheio para as 14 horas e 30 minutos os Srs. deputados fazerem discurso a respeito da insegurança.

Pelo menos eu imagino que não houve luta para participar desta comissão. Se estiver enganado, os colegas que me desculpem SR. Presidente desta Casa me chamou, talvez por eu ser o mais idoso, dizendo-me que esta comissão ficaria comigo. Respondi que não tinha importância. Pensei comigo: é Deus que mandou. Tudo que propõem para mim procuro realizar. A nossa comissão é “patinho feio” ou o “patinho manco” das historinhas de crianças. É nossa obrigação que esta comissão dê frutos muito positivos. Estou feliz porque não há uma organização dessas mencionadas aqui que eu não tenha uma ligação muito forte, começando pelos evangélicos. A minha ligação com os evangélicos é muito grande. Tenho um parente que há 130 anos criou com um grupo de paulistas a Igreja Presbiteriana

Independente. Temos os nossos amigos da Politécnica. Um professor de metalurgia da Politécnica é meu primo, diretor do IPT. Temos ali os meus amigos israelitas. Em toda festa israelita que vou, de apresentação de idade das crianças, ao final tem um serviço social passando para angariar dinheiro das pessoas para cuidar dos idosos, daqueles que precisam, porque eles têm um serviço de atendimento. O companheiro aqui ao lado falou da erradicação da poliomielite. Tenho um prazer muito grande, porque em Santo André, por intermédio do Rotary Club, fui, juntamente com Dr. Oséas de Castro Neves, o primeiro médico a dar esta injeção. Antigamente não era Sabin, era injetável. Depois é que passamos à via oral. Hoje, vejo tudo isso com muito sucesso. A minha filha que é médica e professora universitária de dermatologia foi a primeira a tomar. Tenho a fotografia dela. Se hoje ela não é muito bonita, quando pequena era linda. Por exemplo, o representante das Santas Casas. Quantas vezes procuramos ter contato com a Santa Casa para ajudá-la. Temos também os nossos amigos dessas confrarias, das quais participo muito em Santo André. Ninguém para mim aqui, nas suas atividades, é estranho. Lá está, por exemplo, o monge budista de Santo André, muito meu amigo, a quem quero muito bem. Como sou comendador japonês, outorgado pelo Akihito, quando foi a menina para o Japão, tivemos o prazer de participar com o cônsul, criando para ela, no Banco do Brasil, situação de recepção etc. Portanto, aqui estamos em casa, não precisamos ficar constrangidos.

Para tudo que precisamos fazer, nos apresentam uma pauta, para o deputado não ficar muito engasgado. Portanto, vamos dar uma abertura para que nos conheçamos melhor neste encontro, falando qualquer coisa, traçando o diálogo a respeito desse assunto. Em Santo André, temos uma coisa linda com o Lions, chamada Geroparque, para a terceira idade. Infelizmente, a nossa atividade nesse parque é pequena. Além da parte de movimentação, porque as pessoas da terceira idade precisam andar, passear, temos bailinhos, jogos de bocha, mas certamente vamos ter outras atividades mais importantes. Com a Ordem dos Advogados em Santo André fizemos também muitas coisas.

Acredito que a maioria dos convites foi de inspiração do Sr. Presidente desta Casa. Antes, porém, de enviá-los, S.Exa. teve a gentileza de trazer as sugestões ao Deputado Geraldo Vinholi, que é o Presidente desta Comissão, e para mim que sou o relator. Ficamos muitos felizes com esta ajuda, porque foram escolhidas pessoas que respeitamos muito. Portanto, este nosso encontro é muito oportuno.

SRA. ELIANE PINHEIRO BELFORT – Bom-dia a todos. Primeiramente, quero parabenizar esta Casa pela iniciativa, que acho de extrema importância. Faço parte do Grupo de Ação Social da Fiesp e é um prazer estarmos colaborando, porque realmente de nada vale o capital financeiro, o capital humano, se não resgatarmos aquilo que temos de melhor, que é o capital social. Só poderemos fazer isso, resgatando as pessoas de bem, de ilibada moral, e só conseguiremos construir o futuro deste país com muita educação e união. Fico muito feliz por estar aqui participando e poder dar a nossa contribuição.

SR. – Deputado Newton Brandão, gostaria de colocar três pontos. Primeiro, reforçando o que o nosso amigo Paulo falou de que aqui temos um espaço para o diálogo privilegiado, entre sociedade civil e Estado. Por duas vezes fui presidente da Febem, talvez um dos piores cargos que alguém pode ter depois da Funai e do Incra. Em 1992, fui presidente pela segunda vez. Tudo estava incendiado, um verdadeiro caos, talvez um pouco menos do que acontece atualmente. O único grupo que se apresentou para trabalhar foram os evangélicos. Quero trazer este testemunho de que a única experiência que conheço exatamente do menor infrator é o grupo evangélico da Suzana Dupont, dos batistas. Pouca gente conhece isso. Eles não têm sido ouvidos. O governo tem ouvido várias entidades. Também não fui ouvido. Estive na Febem por três vezes. No governo do Sr. Paulo Egídio, no governo do Sr. Franco Montoro quando a Febem foi incendiada pela primeira vez e no governo do Sr. Fleury. Não conhecia a secretária e nem o governador. Fui chamado porque ninguém queria assumir. Peguei um livro, subi lá e assumi.

Quando saí de lá já havia mais de 300 pessoas disputando o cargo, porque se tornara um cargo político.

A segunda questão é a seguinte, pelo menos de minha parte vou defender esta posição: o Estado que não pense que vai nos transferir trabalhos e ônus, sem nos transferir recursos. O governo do Estado de São Paulo não tem vergonha de gastar 1.700 reais com uma criança na Febem de São Paulo e repassar misérias para as entidades. Este é um ponto-chave, Sr. Deputado, que vamos colocar muito claramente para esta Assembléia. As entidades não estão pedindo esmolas, as entidades estão pedindo parcerias. Quando se faz um *per capita* de uma criança que uma entidade particular cuida, não é esmola, é obrigação do Estado atender a questão social. Ele pode atender de duas maneiras. De uma maneira cara. Por exemplo, a Febem, em 1978, quando era presidente SR. Azevedo Marques, tinha 1.800 funcionários e atendia 3 mil crianças diretamente entre carentes e infratores. Quando voltamos, no governo do Sr. Franco Montoro, como consultores da Febem, havia 6 mil crianças e 3 mil funcionários. Quando voltamos novamente na Febem, em 1992, havia em torno de 3mil crianças e 4 mil funcionários. Este é o trabalho social do Estado. Se eu perguntar o que faz a associação do Sr. Paulo, ou a ACM ou outra instituição qualquer, eu veria que esses números são absurdos. É preciso que as entidades tenham um diálogo sério com o Estado, um diálogo em que nós não estamos pedindo nada. A maçonaria tem várias instituições em Sorocaba e em outras cidades que aparecem com outras denominações, como a Fundação Ubaldinho do Amaral etc. Estamos dispostos a participar efetivamente deste esforço que a Assembléia está fazendo de trazer o Estado para colaborar com a sociedade civil. É preciso que se entenda, desde o começo, que temos esta questão, ou seja, primeiro que o Estado não abandone as suas tarefas e continue assumindo as suas obrigações e não pense que vai passar para as entidades os problemas, sem passar recursos. Isso vale para a educação, quanto à questão da municipalização da educação, como também vale para a questão social em geral. Muito obrigado.

Sr. Flávio está reclamando que eu não falei do terceiro ponto. Trata-se do seguinte. Não somos profissionais das áreas. Entretanto, cada um de nós tem uma imensa experiência no trato da questão social. Quando Sr. Antônio Ermírio de Moraes sai da sua fábrica de cimento e vai para a Beneficência Portuguesa, ele não vai como diletante, mas como alguém que traz a experiência enorme que tem de empresário para administrar o magnífico Hospital da Beneficência Portuguesa. É isso que também temos de colocar claramente. Não somos pessoas desocupadas, que ocupam o seu espaço, em vez do lazer, criando ou cuidando de uma entidade qualquer. Isso é muito importante que seja colocado. Cada um de nós tem uma experiência. Eu sou “profissional” daquilo que estou falando. Por exemplo, é o caso da ACM, muito bem organizado, lá está o meu querido amigo Duarte Pacheco. O fato de ele ser um eminente advogado, não exclui o fato de ser um eficiente administrador, cogitado até para dirigir a ACM internacional. Perdeu por dois votos. Então, por pouco um brasileiro não foi dirigir a ACM internacional.

É muito importante esta consciência de que não somos, e acho que é muito forte o que vou dizer, um grupo de velhinhas que têm as tardes desocupadas, tomam chá para arrumar recursos para crianças pobres.

SR. – Acato e assino embaixo a respeito de tudo que foi dito, principalmente as últimas palavras do colega que me antecedeu, porque ia dizer mais ou menos a mesma coisa. Primeiro, quero pedir desculpas ao Sr. relator e a todos os senhores pelo meu pragmatismo. Analisando a resolução que instituiu o Fórum, pude observar que o seu escopo é chegarmos a conclusões tais, que ofereça possibilidade ao Legislativo para que mova gestões no sentido de atender aos anseios de todas entidades organizadas que estão aqui fazendo parte.

Nesse sentido, vem uma segunda questão. O que desejamos realizar? Muitas coisas executadas em cada entidade, individualmente, não todas é claro, o Estado deveria fazer. Estamos fazendo porque o Estado não faz. Talvez, seja oportuno,

discutirmos aqui o porquê. Precisamos direcionar o nosso trabalho para que ele faça.

Aí surge uma terceira questão. Desejamos que o Estado se aproxime e faça aquilo que entendemos ser o seu dever ou desejamos que ele se afaste e nos dê condições. Qual é o objetivo? O que nós pretendemos? Como foi dito aqui, eu também participo de muitas entidades, como Rotary e outras mais, inclusive as herméticas. Os senhores também estão representando uma entidade, mas tem uma série de outras atividades. Gostaríamos até que essas entidades, das quais participamos, desaparecessem e o Estado resolvesse a questão. Não é verdade? Algumas delas sim. Por que temos que fazer determinados atendimentos aos velhos? As Santas Casas têm que fazer tanto pelos doentes, gratuitamente, e o Estado não tem cumprido o seu papel. Estou usando um exemplo, que pode não ter sido muito feliz. Entendam que o que quero dizer é de forma geral. Tenho certeza de que os senhores compreendem bem. Ora, queremos que o Estado se afaste ou que ele se aproxime? Que ele cumpra ou não o seu papel? Este é o primeiro ponto que deveremos cuidar.

O meu ponto de vista, perdoem-me externá-lo, é de que não devemos fazer parcerias com o Estado. Para isso não precisamos deste Fórum. O objetivo é chegarmos a conclusões tais, exigir de forma efetiva e oferecer sugestões para que o Legislativo edite leis que atenda às nossas necessidades. Parece-me que este é o objetivo precípua deste Fórum. Perdoem-me se estou entendendo mal.

Peço mais uma vez licença para dizer o seguinte. Se abrimos demais o foco, discutiremos muito, cada entidade com seus problemas, e não atingiremos o ponto fundamental, quer dizer, estaremos combatendo o efeito e não a causa dos problemas. É muito importante balizarmos e dar um direcionamento mais efetivo para que não nos percamos nas discussões, que são agradáveis efetivamente. Já aprendi muito com a atividade que todos estão fazendo aqui, seja com a ACM, Rotary, Lions, daquelas que participamos também e já conhecemos. É muito gostoso aprender com os senhores neste aspecto. Entretanto, seria oportuno que

podéssemos também ser bem objetivos. Em vez de estarmos direcionando nosso pensamento em fazer parcerias com o Estado, vamos exigir a sua efetiva participação. Parece-me que é este o desejo da Assembléia Legislativa, que já tem muitas idéias e nós levaremos mais sugestões e talvez possamos até apresentar algum projeto efetivo para atendimento das nossas necessidades. Obrigado.

SR. NEWTON BRANDÃO – Vamos tirar daqui uma panorâmica do que estamos tendo hoje e o que, inclusive, as autoridades propõem, que é a diminuição do Estado. Se eu estiver falando coisas com as quais os senhores não concordem, podem intervir porque estamos aqui para trocar idéias.

Percebemos que o Estado, hoje, está querendo ficar só com aquelas coisas básicas, que ele acredita ser de sua responsabilidade. É um Estado bem menor, por isso das privatizações. Mesmo que o Estado fizesse, tenho a impressão de que as entidades, pelo seu alto conteúdo filosófico, religioso, humanitário, gostariam de participar. É uma experiência de vida que tenho. Há determinadas entidades que querem fazer isso. Eu venho da região do ABC, onde tenho mais experiência. Lá existem favelas imensas e se não fossem entidades de natureza religiosas, filantrópicas que dão atenção, aquele povo não teria quase nada. Fui prefeito várias vezes, sempre tive bom relacionamento com o Estado, mas não teria condições de fazer tudo. Essas entidades têm prestado trabalhos extraordinários e até se sentem bem. Talvez pela religiosidade, pela maneira que vêem o mundo, essas entidades têm uma participação muito grande.

Quando elogiamos qualquer coisa ficamos suspeitos de pertencer àquilo. Quero deixar bem claro que não tenho nada com os espíritas. Sempre estive presente em todas as entidades aqui reunidas. Só não estive presente nos espíritas. No entanto, eles têm uma atuação muito grande, porque sua filosofia religiosa leva a este tipo de atendimento.

Acredito que devemos fazer uma panorâmica do que somos hoje, como estamos vendo isto e como devemos pensar para o futuro. Vamos fazer um relatório

único sobre tudo o que os senhores estão falando, mas com o pensamento de todos. Nada faremos que não seja em consenso.

Dentro dessas entidades também têm as tradicionais, como as Santas Casas, a Ordem dos Advogados etc. A Santa Casa é uma entidade tradicional e eu mesmo estudei ocupando espaço na do Rio de Janeiro e na de Santos. Agora estão surgindo novas entidades, e não temos certeza do que elas querem e propõem. Existem ONGS – Organizações não Governamentais, inclusive de ordem internacional. Precisamos aprofundar o conhecimento sobre essas entidades. Todos que estão aqui são muito conhecidos. Somos uma família. Entretanto, existem muitas entidades que precisamos conhecer, se é que eles querem fazer parte da nossa família. Temos algumas formulações que as Faculdades já nos enviaram. Tem essa entidade, conforme os senhores já tiveram conhecimento, que está fazendo um trabalho para a Assembléia, para poder orientar nossos encontros. Excluindo o que vem das Faculdades e o que vem desta empresa, que foi contratada pela Assembléia, temos que ter elementos da nossa convicção, nem que seja para mudá-la ou para reforçá-la.

Portanto, queremos que o Estado seja, futuramente, analisado. Se estou na Assembléia como deputado é porque sou político. Sendo político devo ter uma idéia de como quero que o Estado seja feito e exercitado. Por exemplo, sou intervencionista. Estamos vivendo numa época de liberalismo. Vejo a Santa Casa com suas imensas dificuldades, conforme acompanhamos por meio da imprensa, sem os recursos para tratar dos pacientes etc., mas isto não é de hoje. A Santa Casa sempre lutou com muito sacrifício. Veremos isso tudo com o tempo. Preciso ter cuidado, porque se não falo demais.

SR. – Sou representante do governo neste Fórum, e se for me colocar como vidraça, vou passar a reunião toda tentando responder sobre os débitos do governo e do Estado. Qualquer governo, de qualquer nível, é devedor, quando se contrapõe à questão social. Não temos nenhuma pretensão de achar que todos problemas

sociais estão questionados e que o governo, seja estadual, municipal ou federal, em qualquer instância, conseguirá dar respostas a todas questões. Daí a importância deste Fórum. Um Fórum que se propõe discutir o futuro, pensar São Paulo no século 21, tem que partir deste pressuposto. Precisamos analisar o que temos, para onde queremos ir e que propostas concretas podemos apresentar. Para uma discussão de nível de propostas para o futuro, acredito que aqui não é o lugar para discutirmos propostas legislativas. Não precisamos deste Fórum para isto. Não é o momento também de discutirmos eventuais parcerias isoladas, aqui ou ali, que cada uma das entidades pode ter com o governo. Com respeito a isso temos várias iniciativas. Olho para os senhores, identificando, em cada um, inúmeras ações que estamos desenvolvendo, nos diversos âmbitos de atuação do governo do Estado. Posso citar o Centro de Integração da Cidadania, que atua na periferia, onde os senhores têm uma participação muito atuante; o Centro de Referência de Apoio à Vítima, que se não fosse a parceria com o terceiro setor dificilmente estaríamos avançando, o Programa de Proteção às Testemunhas que se está implantando; o Programa Estadual de Direitos Humanos; As Jornadas da Cidadania. Tudo isso mais no âmbito da atuação específica da Secretaria da Justiça. Se ampliarmos esse leque para as ações das outras Secretarias, teríamos que montar outros fóruns paralelos para discutir cada experiência na área da educação, da saúde, da segurança com polícia comunitária, e este não é o momento. O momento é de avaliarmos o que está sendo feito e o que pode ser feito para avançarmos. O combate à exclusão é um grande desafio, não tenho a menor dúvida. O Estado, o governo, o terceiro setor, todos sabemos, que o grande desafio é combater a exclusão, diminuir o incrível nível de desigualdade social que temos neste país. Como vamos fazer isto? Atacando o governo? Pedindo para o Legislativo mais e mais leis? Ou aperfeiçoarmos? É importante termos esta palavra em mente. Aperfeiçoarmos o relacionamento entre os diversos níveis de atuação com a sociedade. Este é o grande desafio. Se ficarmos de um lado dizendo que o governo precisa dar mais dinheiro, e o governo do outro lado dizendo que não precisa dar

tanto dinheiro, porque tem a sua atuação, a sua forma de inclusão, isso não vai levar a absolutamente nada. Na minha visão, é evidente que neste momento não falo em nome do governo com relação a este ponto, temos que estimular formas de desenvolver uma atuação conjunta, seja diante das eficiências inerentes de qualquer Estado, que sempre vai ter, seja diante das necessidades e deficiências também que o terceiro setor apresenta. Sabemos também isso é uma realidade. Como podemos ampliar e aproximar esse mecanismo de atuação conjunta.

Repito. Muitas coisas o Estado pode fazer sozinho, mas ele não deve fazê-lo. Deve se inserir claramente com o terceiro setor, especialmente nessa atuação de combate à exclusão. Com referência a essa linha de ação, já temos alguns tópicos apresentados no programa estadual de direitos humanos que foi realizado em conjunto com a sociedade civil. Nos dias 9 e 10 nesta Casa, numa atuação conjunta da Assembléia Legislativa, do Governo do Estado de São Paulo e de representantes da sociedade civil, estaremos realizando uma Segunda Conferência Estadual de Direitos Humanos, em que esses pontos, necessariamente, deverão ser aprofundados. Entretanto, o nosso Fórum, que lança esse olhar de proposição para o futuro, deve avançar não só na questão de discutirmos quais projetos de leis seriam interessantes para esse ou aquele grupo, onde o Estado é deficiente, e sabemos que é, ninguém vai dizer o contrário, mas avançarmos no sentido de buscarmos novas propostas. Com o nível de representação que temos neste Fórum do Terceiro Setor, nossa atuação está ligada a todos os demais fóruns. Na nossa visão, o Terceiro Setor deveria estar participando em todos os outros Fóruns. Quando o grupo de segurança discute o seu tema específico, não podemos nos afastar dessas discussões. Sabemos que o relacionamento do terceiro setor nesses níveis é fundamental. Basta visitarmos a periferia de São Paulo e verificaremos que a população mais carente não está preocupada em saber se é o Estado, o município ou quais entidades que estão atuando diretamente nas ações. O que a comunidade quer e exige é a busca de soluções e o aperfeiçoamento das relações entre essas entidades estatais ou não estatais que estão presentes no seu dia-a-

dia, que pode modificar essa difícil realidade que encontramos na periferia. Devemos buscar encaminhamentos de discussão no nível que leve ao Estado, ao município, ao governo federal, à Assembléia Legislativa e a todos os senhores que representam, especificamente entidades importantes do setor, propostas que aperfeiçoem este relacionamento.

Poderíamos começar a pontuar a nossa organização de trabalhos, para identificar os temas a serem aprofundados e que posições podemos avançar, para que tenhamos um documento, um relatório, uma proposta positiva de ações que envolvam a todos nesta busca permanente de soluções que o Fórum, vislumbrando um futuro imediato, deve ter. Deputado Newton Brandão, a Assembléia propõe aprofundarmos essas questões e buscarmos propostas para soluções. Temos algumas experiências extremamente positivas nessa área, assim como todos presentes aqui têm, e poderemos avaliar o que pode ser feito para aperfeiçoar esse relacionamento entre os diversos níveis que estão atuando diretamente no atendimento a essa necessidade de buscar o combate à exclusão.

SR. MARCO AURÉLIO – Compomos a coordenação administrativa, parte operacional do Fórum São Paulo Século 21, e a nossa função é tentar dar aos Srs. Deputados e aos Srs. conselheiros um suporte, para que a discussão fluía de uma maneira mais franca, mais democrática e mais produtiva possível.

Faço a intervenção no seguinte sentido. Não sei se foi dito a parte que cabe à Fundação Seade. O objetivo maior que se quer com relação a análise desses dados, que se possa colher a partir das experiências da Fundação Seade, é que todos os 16 Grupos Temáticos precisam ter relação entre si. Não existe um Grupo Temático que não tenha uma relação muito direta com o outro. Vou dar o exemplo do Meio Ambiente, Saúde, Cidadão do Século 21 e, como disse o Secretário, o Terceiro Setor. O que se propõe é que a discussão dos senhores seja absolutamente franca. Todos estão aqui não pelas entidades que simplesmente representam, mas como cidadãos com experiência de vida. A franqueza no

relacionamento e a democracia que a Casa permite que se tenha nesse debate é que vão dar o verdadeiro norte da decisão.

O tema tem que ser tratado objetivamente, mas isto não significa que ele precisa ser tratado de hoje para amanhã ou que deve ter apenas três ou quatro reuniões para que seja feito o debate. Justamente o que se pretende é que os senhores criem sua própria metodologia de trabalho. Por exemplo, o Grupo Temático da Segurança Pública, que está acontecendo no plenário ao lado, parece-me que está chegando ao consenso de que precisam sentar e discutir durante dois ou três dias só sobre segurança pública. Isso porque tem tantas inter-relações que não dá para simplesmente a polícia dedicar a sua visão de mundo, à sociedade civil, ao sistema prisional, porque isso compõe um caldo de cultura que é muito mais profundo do que simplesmente elaborar um projeto de lei que vise modificar isso ou aquilo. Entretanto, a experiência dos senhores como pessoas, que estão atuando intimamente com os principais anseios da sociedade, pode dar uma visão de conjunto dessa discussão. Realmente aqui não está se preocupando se é Estado, a sociedade etc., mas como cidadãos e o que podemos contribuir para a construção de uma nova realidade nesse século vindouro.

As assessorias dos Srs. deputados já estão convocados para a reunião que haverá hoje, onde os senhores darão os nomes para que as assessorias possam exigir da Fundação Seade uma coleta de informações que servirá como instrumental para o trabalho dos senhores. Não se espera que esses indicadores sejam a solução, porque o número não tem cheiro e nem cor. O número depende da análise de quem lê. Quem lê esses números são os senhores, com os olhos da sociedade.

A responsabilidade e o compromisso que se espera dos Srs. conselheiros é que haja um debate franco na construção de uma proposta que está por nascer. Os senhores é que darão a conformação para isso.

SR. NEWTON BRANDÃO – Antes de passar a palavra ao nosso amigo da Santa Casa, quero dizer o seguinte. Não tenham receio do governador, pelo Estado ser aqui “telhado de vidro”. A nossa reunião tem outro objetivo. Não é elogiar, nem atacar ninguém. É criar uma realidade. Como vemos o nosso Estado, a população, a sociedade etc. e como desejamos que isso evolua. Nosso objetivo não é agredir, dizer da insegurança. Podemos até fazê-la, mas isso não significa um ataque ao Sr. Secretário. É até bom para que S.Exa. saiba como é visto pela sociedade.

Vimos aqui animados por uma idéia de servir nossa comunidade em todos seus aspectos. Isto se faz falando a verdade. Ninguém tem que se constranger, seja qual for sua tendência religiosa, política. Se na Assembléia tivéssemos este constrangimento, nem viríamos para cá. Cada deputado desta Casa é uma cabeça. Ouvimos muita coisa com a qual não concordamos e, certamente, quando falamos, os demais deputados também têm as suas restrições. Isto é normal. Precisamos não só tratar daquela atividade que exercemos. Temos que ver o conjunto. De vez em quando vejo alguns temas dessas organizações não governamentais e penso: “Preciso me aprofundar nisso aí porque não estou conhecendo bem.” Quero que todos fiquem à vontade. Se tiverem sugestões, se desejarem que convidemos pessoas para conversar conosco sobre este tema, também estaremos sempre abertos.

SR. SÍLVIO PELICANO – Quero ser bastante objetivo. Sr. Deputado Newton Brandão, se puder passar hoje uma relação de todos os presentes com os respectivos telefones, acho que auxiliaria muito este contato entre os participantes. Por exemplo, da área da saúde, gostaríamos de ter contato com os representantes do Lions, do Rotary, temos das Grandes Lojas, dos Grandes Orientes. Quando SR. Deputado Newton Brandão diz “representante da Santa Casa”, quero colocar o seguinte: representamos 432 hospitais filantrópicos do Estado de São Paulo. É uma Federação.

Quero dizer também que atuamos nesta área há 28 anos, desde 1972. Sempre trabalhamos com muita reivindicação, até com certa agressividade, para que os valores dos procedimentos pudessem ser aumentados e que esses recursos viessem ao encontro das Santas Casas

Quero dizer aos senhores que depois de 28 anos nos desgastamos muito, porque os resultados são extremamente pequenos. Só para os senhores terem uma noção, hoje uma consulta não chega a três reais. Que tipo de consulta vamos ter de um médico para um usuário na base de três reais? Faço parte de algumas comissões em Brasília sobre saúde, tentando buscar algum resultado para as Santas Casas. Os representantes técnicos mostraram-me a disponibilidade e colocaram-me bem à vontade. Diziam-me: “O senhor que está interessado nisto, divida este bolo e sugira para nós.” Começamos a perceber que por este caminho não chegaríamos a lugar nenhum. Depois de 28 anos, percebemos que algumas portas se fechavam, porque éramos duros, batíamos forte. Tentamos mudar o nosso procedimento. Fomos mais hábeis, mais políticos, mais democráticos. Começamos a ter resultado. Continuamos batendo, mas procuramos os resultados dentro desse terceiro setor e verificar se a comunidade poderia participar um pouco mais. Quase todas Santas Casas estão sucateadas. Fazem aquilo que dá. Pagam só a folha de pagamento e nem sempre o 13º. mês. Tenta reduzir ao máximo o número de empregados quando a deficiência fica cada vez maior, na área do atendimento. Os provedores antes de 1964 tinham a comunidade com eles, e depois de 1964 o governo resolveu pagar tudo, a comunidade foi colocada de lado. Se o governo pagava tudo, porque temos que ter a comunidade. A comunidade gosta de participar, gosta de sugerir, posso até dizer que a comunidade precisa ser trabalhada e precisamos ser muito tolerantes com ela, porque ela sugere, faz uma porção de coisas e nem sempre as suas diretorias estão em condições de ouvir. É melhor ter o dinheiro pagando tudo, do que ter a comunidade sendo solicitada. Em uma cidade do Estado de São Paulo, sempre com a sua Santa Casa sucateada, resolvemos fazer um trabalho na única empresa da cidade. Temos a consciência de

que o terceiro setor não é para enriquecer ninguém, mas para enriquecer a todos, é uma divisão daquilo que temos. Resolvemos sugerir para a indústria e para a Santa Casa, que se criasse um plano de saúde que fosse de autogestão. Temos conhecimento e experiência de autogestão. Queremos trabalhar para que esses projetos de saúde não sejam encaminhados aos grupos poderosos. Queremos que eles sejam administrados por nós mesmos. Essa indústria acabou fazendo um acordo com a Santa Casa e um acordo com os seus funcionários. Criou-se, então, um plano de saúde na empresa, administrado por metade dos seus funcionários e metade dos seus diretores. Como os senhores sabem, autogestão é como condomínio de um prédio, o que se gasta se divide por todos. Hoje, eles já estão chegando a uma situação de terem um médico atendendo a família no seu domicílio. Essa indústria percebeu também que com este trabalho de autogestão o número de faltas diminuiu bastante. Com isso, ela começou a ter mais lucros. O terceiro setor é algo de extraordinário, porque vamos fazer com que haja lucro para todos. Posso dizer lucro até em imagem. Todos nós tiramos proveito do terceiro setor. Não é algo, como estava dizendo SR. Deputado Newton Brandão, que vamos colaborar, que vamos dar. Não é isso. Nós vamos colaborar, mas vamos utilizar esta imagem que temos. A imagem que temos é de doação, uma bela imagem que podemos passar para a comunidade e principalmente para os nossos filhos, porque quando trabalhamos com esse sentido de dividir mais, os nossos filhos já começam a se encaminhar também desta mesma forma.

Gostaria de ter os telefones de todos os senhores. Se me permitirem gostaria também de fazer-lhes uma visita para mostrar, aqui ou individualmente para os senhores, o projeto que temos na área da saúde, interligado a outros setores. Saúde não é somente evitar a doença. Saúde é uma série de necessidades, é cidadania, habitação. Não podemos abraçar o mundo em todos esses setores. Esperamos que os senhores nos dêem a oportunidade de relatarmos nossas experiências. Quantas experiências maravilhosas já estão sendo desenvolvidas aqui e que podemos somar, nos unir e prestar um serviço extraordinário à comunidade.

Para todos os lados que olhamos sempre vemos uma situação difícil. As nossas casas são verdadeiras celas, porque colocamos grades. Onde está essa felicidade, onde está este resultado? O resultado está quando vamos fazer com que os mais pobres tenham alguma condição. Hoje falaram aqui sobre a questão da empregabilidade, ou seja, que o terceiro setor é que mais emprega. Quando possibilitamos que alguém ganhe alguma coisa, esse alguém ganha e gasta, proporcionando uma rotatividade e o governo passa a faturar nos impostos.

Trabalhamos com o Dr. Jatene para que a CPMF viesse para a saúde. Trabalhamos muito até conseguirmos a aprovação. O orçamento era de 19 bilhões. O que fizeram os Srs. governadores? Daríamos mais ou menos sete bilhões. Passaram para treze e colocaram sete. Quer dizer, nós não recebemos nada. Não tem importância. Há 28 anos, quando reivindicávamos, tínhamos muitos cabelos e eram pretos. Hoje, não temos quase nenhum cabelo e o que resta é branco. Mesmo assim, estamos com esperança de grandes realizações. Vamos unir nossas forças em todos os setores. Ficaremos, cada um de nós, com os telefones dos demais. Muito obrigado.

SRA. – Gostaria de dar uma sugestão de ordem prática. Percebemos que existem vários conceitos que precisam ser esclarecidos. Cada um de nós trabalha dentro de uma conceituação específica do terceiro setor que precisa, no mínimo, ser discutida e equalizada.

O segundo motivo da minha intervenção é que quando pensamos no terceiro setor, temos que pensar não só nas entidades grandes que aqui estão presentes, mas inclusive nas organizações que vêm surgindo espontaneamente na sociedade, fruto não da necessidade de buscar dinheiro do Estado para prestação de serviços, mas em função do próprio exercício de cidadania. Essas entidades proliferam-se, precisam ser fortalecidas e elas buscam esse fortalecimento.

No Centro de Educação Comunitária, estamos realizando, há 19 meses, o Fórum permanente do terceiro setor. Temos uma participação aproximada de 300

entidades, todos os meses. São estas pequenas e também as grandes entidades que estão buscando conhecer um pouco mais, reformular toda sua visão de terceiro setor, procurar trabalhar um pouco melhor no âmbito assistencialista, que todo esse terceiro setor ainda tem, e fortalecer estas entidades que surgem. Estou colocando isso, para exemplificar que existe muita gente trabalhando simplesmente pelo exercício da cidadania. Quer dizer, as soluções do problema estão na comunidade próxima. Para isso, o exercício de participação é extremamente importante. Sugeriria que começássemos, numa próxima reunião, a discutir para trabalharmos os conceitos hoje presentes no terceiro setor, para que pudéssemos dar uma equalizada e estabelecermos um princípio e uma conceituação do grupo para que essas discussões possam se deslanchar. Existe muita experiência neste grupo que precisa ser trabalhada e aproveitada, sempre a partir de uma definição, de uma conceituação que seja comum para todos. Se não vamos ficar “chovendo no molhado”. Muito obrigada.

SRA. – Corroborando com a companheira e apoiando quem faz parte de não depender do governo, quero colocar que, no mundo inteiro, percebemos que o Estado não consegue dar conta da demanda social. Só se consegue equalização as situações, a partir do momento que o cidadão percebe que ele precisa ser parte atuante do seu meio. Esta é a diferença das ONGs que estão nascendo. Quando o senhor coloca que precisa saber um pouco mais sobre as ONGs que estão nascendo, é mais ou menos com esse espírito, porque percebemos que a filantropia e o assistencialismo, não temos nada contra eles, não geram um benefício imediatamente, como estão trazendo as ONGs, porque elas nascem debaixo para cima e a partir de uma necessidade e de uma responsabilidade social. A responsabilidade social é que diferencia tudo isso. Precisamos passar mais ou menos por esse caminho, que é a co-responsabilidade, aquela responsabilidade que é de todos. Não podemos ficar discutindo aqui, em particular, se é a saúde, educação etc. Acho que devemos ter condições de abranger todo mundo para esta

co-responsabilidade, para a responsabilidade social e para o custo benefício dessas entidades.

Quando se fala em equalização é muito importante também vermos para o século 21 o que é uma entidade que traz realmente benefícios. Já sabíamos, mas assusta-nos saber que na Febem um aluno custe R\$ 1.700,00. Pagamos este valor para um filho estudar na Suíça. Este tipo de coisa que a sociedade pode fazer. Não precisa ser com os recursos do Estado, mas precisa fazer bem.

Os empresários, hoje, estão fortemente envolvidos, até porque sabem que numa sociedade em que o tecido social começa se romper, nenhum capital, e hoje o capital é muito volátil, nenhum recurso financeiro, nenhum recurso humano, por melhor que tenhamos recursos humanos, ficarão aqui, se continuarmos com esta grande diferença entre pobres e ricos. A violência que estamos tendo está em proporção direta com o que aconteceu com a globalização. As pequenas empresas eram o sustentáculo, o colchão que amortizava esta grande diferença entre aqueles que têm mais e os que têm menos. A morte endêmica das pequenas empresas resultou no desemprego. Os micros e pequenos empresários eram os grandes formadores de mão-de-obra, que não temos mais hoje. Eles preparavam mão-de-obra para as empresas maiores. Falo com a preocupação de uma cidadã e empresária, de não ficarmos pontuando. Penso que num Fórum do Terceiro Setor não podemos pontuar a saúde etc. Temos que buscar soluções dentro do terceiro setor. Volto a dizer, e concordo também, que é sem assistencialismo e sem filantropia, enxergando isto como lucro. Temos como buscar os recursos. Percebemos que o maior recurso, principalmente nas pequenas cidades, é aquele que o empresário tem pela sua respeitabilidade. Não digo só o empresário, mas os advogados, enfim, pessoas que produzem dentro da sua comunidade, que distribuem riqueza e por isto são vistos com muito respeito e muita confiança dentro da sua comunidade. Precisamos resgatar exatamente a confiança. Este é o grande baluarte, o grande pilar de sustentação do terceiro setor. O terceiro setor só vai poder ser construído por gente que goze dentro da sua comunidade de confiança e

de respeito. Este grupo vai poder transformar este país. Estamos aqui falando de São Paulo, mas não é diferente no país.

Estudando o terceiro setor, nos outros países, percebemos que é exatamente isso. O público não é de ninguém. É de todos nós. Temos que estar discutindo esta co-responsabilidade como proposta para o terceiro setor.

SR. NEWTON BRANDÃO – Sabemos que os senhores presentes têm muito compromisso e responsabilidade. Por isso temos que terminar esta reunião até meio-dia, porque se não os senhores vão achar que estamos abusando muito das suas paciências.

Vamos primeiro organizar uma pauta para o nosso próximo encontro. Se alguém tiver alguma sugestão teremos muito prazer em receber. Vamos aproveitar a sugestão que a senhora fez. Em segundo lugar, esta Assembléia vai encerrar as suas atividades no mês que vem e, antes disto, precisa votar dois projetos importantes, embora quando é preciso, ficamos até de madrugada para votarmos. Quando há tempo para os projetos serem votados, fazemos discurso durante 15 dias. Precisamos fazer um esforço para nos encontrarmos antes do dia 15. Depois ficaremos um mês e meio sem nos encontrarmos, porque durante o período de recesso seria difícil, apesar de que sou de São Paulo e não me custaria nada. Se marcarmos uma reunião para o dia 13 de dezembro, seria difícil para os senhores? Também se não quiserem se encontrar antes do dia 15 não tem importância.

SR. – Para formulação dessa pauta talvez pudéssemos ter um grupo menor trabalhando, com no máximo cinco pessoas. Ficaria mais fácil. Esse grupo poderia se reunir aqui algumas vezes, em vez de uma só, e já traria algo bem objetivo para a reunião. Hoje foi só colocação do tema. O companheiro que saiu, ficou um pouco preocupado, porque ele já queria algumas definições. Acho que agora poderíamos partir para esse terreno bem prático e objetivo.

SR. NEWTON BRANDÃO – Imagino que a nossa definição tem que ser coletiva. Se fizerem outra coisa, não tem problema, porque aqui os senhores é que vão mandar. Só vou relatar o que os senhores falarem.

Você acha que definir hoje seria prematuro? Teríamos que nos reunir algumas vezes para preparar esta pauta? O que os demais acham?

SR. – Eu concordo. Acho interessante que uma pré-pauta seja discutida com um pequeno grupo para que, no dia 13, se possível, avançássemos na definição da pauta definitiva, estabelecendo como será o nosso trabalho.

SR. NEWTON BRANDÃO – Estou ansioso para fazermos uma surpresa para a Assembléia, elaborando uma coisa muito bonita, que retrate esta experiência de vida dessas entidades em São Paulo, inclusive na sua projeção para o século vindouro.

SR. – Concordando com a idéia de que uma comissão organize a pauta. Quero complementar que esta comissão envie a todos, via fax, o que considerar adequado, para que possamos dar sugestões ou acrescentar alguma coisa que acreditamos seja importante. Ou seja, manter uma comunicação, por fax, com esta comissão, para que até o dia 13 tenhamos uma pauta.

SR. NEWTON BRANDÃO – Esta comissão seria formada por quem apresentou a proposta, pela senhora que já tem uma sugestão e teremos, também, o prazer de aceitar outras pessoas que se apresentarem.

SR. – Eu me candidato.

SR. NEWTON BRANDÃO – Alguém mais quer fazer parte dessa comissão? O nosso companheiro da USP. O que o senhor estudou na USP?

SR. – Administração.

SR. NEWTON BRANDÃO – Tivemos uma reunião, que reputo muito importante, sobre o anel rodoviário. A nossa engenharia está muito desenvolvida, faz um projeto tão lindo, administra tão bem esta obra e depois entrega para terceiro cobrar. Precisamos ter uma melhor escola de administradores. Temos bons engenheiros, temos condições de fazer essa obra, porque ela já está em execução. Como sou Presidente da Comissão de Assuntos Metropolitanos acompanho muito essas coisas para, inclusive, dar respostas às pessoas que me perguntam. Não sei se a minha intervenção foi muito agradável, porque hoje todo mundo está liberalizando. Também não adianta esconder o que sou. Ora, se somos amigos, não devo ficar me escondendo dos senhores.. Eu falo muito e as pessoas que falam muito têm muitos defeitos e qualidades, porque todos conhecem a sua alma. As pessoas muito caladas, sem amigos, sem namorado, sem nada, começam a dar tiros igual aquele universitário. Precisamos conviver harmoniosamente. Quem é muito calado, não fala com ninguém, é santo e vira ermitão ou é maluco, que nem choque elétrico resolve.

SR. – Pela oportunidade, Deputado Newton Brandão, já se inscreveram, para fazer parte desta comissão, três entidades aqui representadas. Sr. Silvio, Sr. Paulo Cintra, Sra. Neusa Goys, Sr. João Lobato, Sr. Flávio, Sr. Nilson Kobayashi, Sra. Berenice e a Fiesp também. Temos oito pessoas. Acho que dos treze, esses oito compõem esta comissão.

Já dá para sabermos a data da próxima reunião? A reunião da comissão que vai estabelecer a pauta, para que os demais membros tomem conhecimento da pauta e ofereçam alguma sugestão, para fecharmos antes da reunião de todos os

membros. Poderemos ter uma reunião no dia 13 de dezembro com todos e vocês definiriam uma reunião antes dessa data.

SR. – Para que tenha quórum, às 16 horas, no dia 6, concordam? Então fechada a primeira reunião para o dia 6.

Os senhores precisam definir se encontro será nesta Casa ou em outro local. Pela oportunidade, queremos deixar claro que se tiver problema em fazer a reunião aqui, porque os plenários são utilizados por diversas comissões, fazemos um contato imediato e, se aceitarem a sugestão, esta reunião poderá ocorrer neste espaço cedido.

SR. NEWTON BRANDÃO – Preciso saber do Sr. Presidente desta Casa se podemos nos reunir fora daqui. SR. Presidente é quem manda. Antigamente eu falava que era soldado, hoje não se pode mais dizer isso, porque esta palavra está em desuso. Hoje sou companheiro.

SR. NEWTON BRANDÃO – Então, nós aguardamos aqui. Temos esta série de plenários, precisamos ver se não estarão ocupados. Vamos verificar isto agora, para deixarmos marcado o nosso próximo encontro.

SR. – Só pediria que a Assembléia nos permitisse usar o seu estacionamento.

SR. NEWTON BRANDÃO – Certíssimo. Vamos conseguir o estacionamento para os senhores. Acho que o terceiro setor precisa trabalhar esse negócio de estacionamento, que é a única coisa que dá dinheiro no Estado de São Paulo. Em Santo André estão demolindo casas lindas no centro da cidade, para construir estacionamentos.

Não sei se tratar os senhores de companheiros fica bem, porque nunca uso esta expressão companheiro, para evitar qualquer semelhança etc. Camarada, então, nem se fala. Esta Casa é tão boa que aconselho os senhores e as senhoras se candidatarem a uma vaga para deputado. É um clima de harmonia. Ouvimos as idéias mais discordantes, conflitantes, problemáticas, com a maior tranqüilidade. Aprendi o seguinte com um deputado do meu partido. Quando um deputado fala coisas com as quais não concordamos ou só falou bobagens, damos os parabéns. O deputado fica todo entusiasmado. Depois, completamos dizendo: “Desta vez V.Exa. não falou bem”, e serve de estímulo para o próximo discurso. Aqui também vamos fazer a mesma coisa. Se estivemos mal hoje, os senhores me dêem os parabéns que é um estímulo para o nosso próximo encontro no dia 6.

Alguém quer falar mais alguma coisa? Devemos participar das reuniões para depois não sairmos daqui pensando que poderia ter falado alguma coisa e não falamos.

Para ficar claro, informamos que teremos dois encontros. Um no dia 6 para esta organização temática e outro no dia 13 com a participação de todos os membros.

Agradeço muito a presença de todos os senhores, em nome do presidente da nossa comissão e até o dia 6, se Deus quiser.

13.12.1999

- Newton Brandão – Deputado. Relator do Grupo Temático sobre Terceiro Setor
- Neusa Maria Goys - Representante do Dr. Abram Szajman, da Federação do Comércio
- Geraldo Vinholi – Deputado. Coordenador do Grupo Temático sobre Terceiro Setor
- Alfredo Barbetta - Coordenador do Centro de Integração e Cidadania

SR. – Bom-dia amigos, mais uma vez estamos reunidos, o Grupo Temático do Terceiro Setor, tentando contato com o Deputado Newton Brandão que se acha “preso no trânsito”. O Deputado Geraldo Vinholi, está na Casa, mas, numa pequena reunião. Aguardamos a presença dos amigos, mas acho que dá para iniciarmos os nossos trabalhos. Lembramos que foi feita uma reunião na CIESP, com um grupo formado na primeira reunião e este grupo trouxe uma pauta. Temos algumas pessoas que participaram daquela reunião, ficando franqueada a palavra para quem representá-los, e damos início falando sobre a questão da pauta da reunião, que ficou definida naquela 2ª reunião.

SRA. NEUZA MARIA GOYS – Na reunião do dia 6, estavam presentes, o companheiro Nilson, o Lobato, a nossa companheira da Fiesp que ainda não chegou, a Berenice que está hoje representada, o Paulo Cintra da Associação Evangélica e eu. Estivemos lá e chegamos à conclusão de que precisaríamos realmente começar discutindo o que é para nós o conceito de Terceiro Setor, principalmente suas características, marco legal e situação atual do Terceiro Setor no Brasil, particularmente o Terceiro Setor do Estado de São Paulo, que tem uma característica própria. Num segundo ponto, deveremos trabalhar o perfil do Terceiro Setor no Brasil, e particularmente no Estado de São Paulo, as diferentes origens das organizações do Terceiro Setor, os tipos de organizações que temos hoje, a distribuição geográfica, que apresenta certa concentração aqui na Grande São Paulo, e em algumas regiões do Estado. A população atendida, quais os tipos, de onde vêm os recursos materiais, humanos e financeiros que hoje estão no Terceiro Setor, como a estrutura física organizacional, a organização, base legal e operação, como é feita a operação. É numa perspectiva de montar a característica, para não esquecermos e deixamos de fora algumas organizações, dentro de uma diversidade muito grande que é o Terceiro Setor. E o item três seria uma proposta para o grupo de formulações de estratégias, ou seja, o fortalecimento do Terceiro Setor no Estado de São Paulo; portanto, o fortalecimento legal, o político, ético,

organizacional e operacional. Foi mais ou menos o roteiro que achamos interessante para a discussão e para a condução dos trabalhos nossos do próprio Fórum.

SR. – Pela oportunidade, quero apresentar aos senhores o Deputado Geraldo Vinholi, que foi incumbido pela Casa, a Presidência, ele como deputado que é, a ser o coordenador desse grupo temático. Não houve condições do seu comparecimento na primeira reunião e hoje se faz presente. Gostaria que o deputado dirigisse a palavra aos senhores que fazem parte da sociedade do Estado e que estão atuando nesse grupo temático, que é o 3.º Setor.

SR. GERALDO VINHOLI – Bom-dia a todos, gostaria de cumprimentar também o Deputado Newton Brandão, nosso companheiro nesse tema. No final de ano é um acúmulo impressionante aqui na Assembléia . O deputado Newton e eu fomos indicados pela Assembléia, quando a coisa já estava um pouco avançada. Não tive a oportunidade de participar da primeira reunião, hoje também, às 11 horas, tenho Comissão de Fiscalização e Controle, em que se vota as contas do Sr. Governador. Preciso estar presente, pelo que peço desculpas. Acompanhado os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos, por intermédio do Luiz, do Vivaldo, quero dizer que considero muito esse tema, porque o vivo na política que faço no interior. Hoje, trabalhamos muito mais com organizações não governamentais, com entidades filantrópicas, com o povo se virando do que propriamente com uma ação do governo. Então, considero isso de fundamental importância, e tenho certeza de que vou conseguir colaborar com vocês, apesar da experiência que todos vocês têm e a minha não ser tão significativa, em termos de elaboração de políticas nesse sentido. Não sei como os trabalhos irão se conduzir neste final e começo de ano, mas, a Assembléia, em termos de plenário volta em 1.º de fevereiro. Tirarei uns dias no começo do ano, e a partir do começo do ano teremos condições de participar ativamente com vocês, podendo contribuir, por parte da Assembléia, nesse tema,

que vocês estão empenhados e que têm uma experiência fundamental para o desenvolvimento. Creio, como tive a oportunidade de ouvir, do próprio Presidente da Casa, Vanderlei Macris, que é uma grande oportunidade de pensarmos o que queremos para o nosso futuro e é uma preocupação muito grande, nós políticos que temos já a sensibilidade social necessária para saber que ação política precisa ser modificada realmente no Estado e no Brasil. Vivemos hoje um novo momento político, preparando, inclusive o Estado, para um futuro muito próximo, com as mudanças em todos os sentidos, seja até pelo novo perfil que teremos em poucos anos, ou seja, de poucos jovens e muitas pessoas de idade e, portanto, só isso já requer uma mudança muito grande na administração das coisas públicas. E, esse tema, 3.º Setor, vem ao encontro dessas mudanças, ao encontro de um momento em que o Estado não consegue mais suprir por si todas essas necessidades, e, portanto, cada vez mais a sociedade precisa se organizar e encontrar os caminhos para a sobrevivência de temas tão importantes como esse, de uma caminho que seja de êxito para toda população do Estado de São Paulo.

Agradeço a oportunidade de estar aqui com vocês, vamos nos conhecer melhor e desenvolver um trabalho. Só queria manifestar o meu ponto de vista e teremos a oportunidade de trabalhar e desenvolver com êxito esse trabalho.

Muito obrigado a todos.

SR. – Deputado Newton Brandão, que é o relator do grupo, por gentileza, queira assumir os trabalhos e a condução dessa reunião. A Sra. Neuza Maria Goys está expondo a pauta da reunião do dia 13-12, esta que está ocorrendo e cabe a eles discutirem o andamento dos trabalhos que o senhor conduzirá.

SRA. NEUZA MARIA GOYS – Já coloquei a pauta, e poderíamos iniciar as discussões ou aprová-la primeiro. Essa pauta foi feita por um pequeno grupo e precisaria ser aprovada por todo o grupo, para ver se é esse o caminho.

SR. – Deputado Newton Brandão ... Bom-dia a todos. Acabamos de receber a pauta e, de minha parte, a análise inicial atende exatamente o objetivo do nosso grupo. Apresenta um diagnóstico do 3.º Setor, o que é muito importante para que este Fórum tenha um conhecimento mais preciso das atividades, do trabalho que se realiza no 3.º Setor, demonstrando um caráter de informação, que é muito importante. O segundo, faz a particularidade do diagnóstico no Estado de São Paulo, apresentando suas diferenças, inclusive com relação ao que ocorre no Brasil, a sua estrutura, sua organização, base legal, oferecendo condições para uma análise mais precisa da realidade do 3.º Setor em São Paulo. E o terceiro, a projeção, a perspectiva de apresentar propostas para todos os agentes desse processo de identificação, de como se pode fortalecer o 3.º Setor, a sua perspectiva de parcerias, do seu trabalho e nos diversos níveis em que esses trabalhos devem ocorrer. Então, a pauta está absolutamente dentro daquilo que havíamos, naquela primeira discussão, identificado como objetivo desse nosso grupo, na Agenda Século 21. De minha parte, aprovo integralmente essa proposta.

SR. ALFREDO BARBETTA – Deputado, Bom-dia. Desde o primeiro momento, quando se pensou na montagem desse grupo, temos procurado contribuir na formulação das propostas, até mesmo convidando e indicando pessoas, as quais agradeço terem respondido positivamente ao nosso chamado, especialmente o João Francisco Lobato, Presidente do MBA-USP, a Neuza Maria Goys, Presidente do SENAC, Silvio Pelicano, da FESESP, Paulo Soares Cintra, da Associação Evangélica Brasileira e outros, que ao longo desses anos todos, foram, além de professores, companheiros na briga. Quanto à pauta, tenho uma observação a fazer no item três. Gostaria de explicar exatamente o que penso por isso. O 3.º Setor, hoje, tem três questões fundamentais, na minha opinião. Uma delas é a questão legal e que passa obrigatoriamente pela flexibilização das leis que hoje orientam o 3.º Setor, pela regulamentação ao nível Estadual e Municipal, da chamada lei do 3.º Setor, e ao nível Federal. Sou, além de hoje participar diretamente de várias

organizações da sociedade civil, consultor no 3.º Setor, funcionário na Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, cujo Secretário é o Dr. Edson Luiz Vismona, coordenando o Centro de Integração da Cidadania. E dentre as questões que hoje enfrentamos, temos a questão da regulamentação, o título de utilidade pública, entre outras que nos debatemos no dia-a-dia, às vezes até dificultando as entidades sociais de poderem trabalhar. Não me esqueço, a dona Marta Godinho, ex-secretária da assistência, dizendo: se medisse a quantidade de papéis necessários para um convênio, daria algumas ruas e a venda desses papéis daria mais dinheiro do que o convênio que ela iria assinar. Hoje, para se ter idéia, é preciso de declaração se o prefeito é prefeito ou não, para ter um convênio com o Estado. Essa é uma questão que nós, enquanto grupo, temos que pensar seriamente. Como facilitar para que o 3.º Setor possa se desenvolver e agilizar no sentido da desregulamentação e de uma nova lógica na relação com o Estado e com o setor privado. Nessa mesma direção, outro problema do 3º Setor é o de gestão. Sabemos muito bem, embora o nosso discurso seja o da democracia, que nossas organizações ainda refletem o sistema autoritário e presidencialista. De forma que se quisermos pensar o 3º Setor como espaço de construção da nova sociedade, ano novo na nova relação entre sociedade civil, Estado e mercado, temos que pensar também numa nova formulação interna, talvez mais voltada para a participação de conselheiros, de sócios etc. que se comprometam de fato no atendimento social. Essas duas questões penso que a Professora Neuza Goys contemplou na sua proposta. Aí vem a terceira, que é a grande questão que se coloca hoje, o financiamento. Como que o 3.º Setor vai executar as suas ações?. Se não é empresa, não emprestará dinheiro em banco. Se não é iniciativa privada, individual, não será o dinheiro de uma única pessoa que movimentará ou fará o atendimento. A questão do financiamento hoje é um dos três pilares de sustentação do 3.º Setor. Não quero discutir aqui, até porque a minha posição é outra, que se dependa exclusivamente do Estado para financiar as atividades. Entretanto, discutirmos hoje a questão do financiamento passa por elaborarmos propostas que

viabilizem o investimento da iniciativa privada no 3.º Setor e que viabilize e desregulamente o investimento do Estado no 3.º Setor. Então, além do marco legal, das relações políticas, do campo ético, das questões organizacionais e operacionais do 3.º Setor, eu acrescentaria uma terceira que chamaria de financiamento. Das relações de apoio que o 3.º Setor tem no Estado de São Paulo. Estou dizendo dos fundos alocados, por exemplo, no Conselho Estadual e no Conselho Municipal dos gerentes da Criança e do Adolescente que hoje já prevê o desconto no imposto de renda. Estou falando da Assistência Social, que desde a Lei Orgânica da Assistência Social se constitui em política, que é a área que atuamos, família, criança e adolescente, idosos e pessoas portadoras de deficiência, para os quais já existe o fundo e precisamos nos relacionar com esse fundo. No caso da saúde, como é que ficam essas relações todas e no caso da educação. Então, proporia, se o plenário aceitar, um 6.º item: relações de apoio ou financiamento para o 3.º Setor.

Muito obrigado.

SR. – Embora tenha me comprometido a participar da formulação desta pauta, por motivos de força maior não pude comparecer, mas como operamos na área da saúde e temos projetos do 3.º Setor na área da saúde, ficamos satisfeitos com a programação toda, mas principalmente com o item 3.º, que são propostas mais objetivas, mais práticas. A nossa finalidade é o nosso comparecimento neste Fórum é fazer contatos com outras pessoas que tragam também propostas em outros setores, porque a saúde não se faz somente no atendimento médico. A saúde tem a habitação, o transporte, o saneamento etc., uma série de coisas. E se conseguíssemos dentro deste Fórum dividirmos o 3.º Setor em interesses, o meu seria saúde, e se outras pessoas tivessem outros interesses, para que na proposta geral pudéssemos propor que todos os setores trabalhassem unidos para um grande trabalho no 3.º Setor. Não sei se me fiz claro, mas nós estamos comparecendo aqui para fazer um trabalho na área da saúde, porque estamos ligados a todas as Santas Casas e a todos os hospitais filantrópicos do Estado de

São Paulo. Estamos ligados também a todos os Secretários Municipais por intermédio do Cosemis, que é um Conselho de Secretários Municipais e já estamos trabalhando com um projeto no 3.º Setor e gostaríamos de contar com a colaboração dos outros companheiros deste Fórum.

Muito obrigado.

SR. NEWTON BRANDÃO – Alguém mais gostaria de se manifestar? (Pausa)

Acho que quem tem mais a aprender, aqui, sou eu. E para não ser tão jejuno, mandei buscar, nas faculdades, relatórios a respeito do que eu possa entender como 3.º Setor. Eu não seria assim tão prático de entrar num campo específico como a medicina, apesar de eu ser médico, e ali envolver com o 3.º Setor. Talvez seja porque o 3.º Setor ainda não está, no meu modo de entender, conceitualmente bem definido. Eu mesmo tenho uma curiosidade imensa a respeito dessas organizações não governamentais. E tenho procurado inteirar-me a respeito delas. Elas têm regimento? Têm algum currículo? Como se mantêm? O que elas pretendem fazer? Esses interesses, de algumas delas, são os que queremos para o nosso Estado, para o nosso País? Porque vejo formar isto de uma maneira tão simplista. Vi organizações assim: marido de mulher, organização não governamental. Será que estou tão fora assim do assunto? Não sei, não registram em lugar nenhum, simplesmente se intitulam. Pode ser minha ignorância, mas tenho comigo um conceito: “falar é prata e silenciar é ouro”. Contudo, tenho o inverso, acho que temos de falar bastante, porque, primeiro nos conhecem e segundo é uma maneira de se errar e aprender. Então, o que tenho visto de organizações não governamentais para todo lado que vou e pergunto depois: o que é isto? E eu mesmo não chego a um conceito exato do que ela venha a ser. Hoje tem até especialistas para arranjar fundos para essas entidades. Coisa que, no meu passado, nunca imaginei ver. Aprender faz parte da vida. O Bush agora é candidato a presidente dos Estados Unidos, e a primeira coisa que fez foi contratar uma equipe para pô-lo a par do que acontece no mundo, porque ele também está por

fora. Se ele lá está por fora, não precisamos ter acanhamento de estarmos por fora em alguns temas. No nosso próximo encontro vou trazer alguns desses relatórios que me chegaram para fazermos uma leitura, porque acredito que cada um faz a sua manifestação. Depois vamos ler as várias manifestações e acredito que vamos tirar o resultado do que nós achamos que, conceitualmente, é o 3.º Setor. Penso assim. Agora, se alguém tiver já alguma definição segura do que é o 3.º Setor, isso é muito bom, porque a pessoa quando tem uma convicção ela defende com muito ardor, com muito empenho e com muito entusiasmo, coisa que estou totalmente aberto para receber qualquer sugestão, qualquer opinião, qualquer manifestação, porque não tenho assim tanta segurança sobre o conceito de 3.º Setor. Recebi material de algumas faculdades e gostei. É que essas pessoas escrevem muito bem e fazem com que se acredite nesses conceitos. Acredito que, até um senhor aqui, da outra vez em que estávamos juntos, parece-me que ele representa as igrejas evangélicas, uma coisa assim, e tive a oportunidade de falar que a nossa reunião talvez fosse o “patinho feio” da Assembléia, alertou-me dizendo que era um engano meu, que o 3.º Setor é muito amplo etc. etc. e hoje estou achando que realmente, em vez de ser o “patinho feio” da família, podemos ser até um pavãozinho. Uma coisa bonita, um trabalho bem feito. É a impressão que tenho. Agora, não trouxe nada do que pedi, tenho já em mãos, mas se os senhores e as senhora puderem, vamos nos encontrar sempre. Tenho bastante tempo. Não vou, neste recesso, a lugar algum. O máximo que posso fazer é ir ao sítio, plantar umas abóboras e voltar imediatamente, mesmo porque não sou eu quem planta. Vou e volto. Poderemos nos reunir e aprofundarmos neste tema. Gostei muito, a outra reunião foi na FIESP e não pude comparecer. E, pelo meu jeitão, sou muito intervencionista, porque fui criado assim. Hoje, vejo um Brasil totalmente diferente. Tenho feito um longo aprendizado e a Assembléia tem essa vantagem, desse longo aprendizado. Porque aqui vemos as idéias mais diferentes possíveis, diferentes da minha, porque sempre fui ligado a executivo, e sempre no executivo tive condições próprias de trabalhar, fazer e vejo que hoje as coisas mudaram muito, muito e muito. Quando se falou em

3.º Setor, para mim era um definição muito vaga, muito ampla e eu ainda não tenho uma convicção plena dessa heterogeneidade, o que vamos achar disso. Fui até recomendado para não falar muito, porque falo muito. É o meu lado feminino como diz aquele cantor baiano, Pepeu Gomes, que é para eu ouvir mais. Mas, não agüento, quando vejo estou falando. Temos na Casa um deputado, que é uma pessoa adorável, brincalhão e goza muito a gente. Então, toda vez que fazemos um discurso, sobretudo eu que não paro de falar, na hora que desço, ele diz: meus parabéns, você falou muito mal, no entanto é um incentivo para a próxima vez você falar melhor. Então, toda vez que eu falar aqui, vocês por obséquio me dêem os parabéns como um incentivo. Porque prometo que num novo encontro eu já estarei mais familiarizado com o tema e vamos chegar até lá. Eu, por exemplo, desculpe a minha ignorância, nunca imaginei que a área da saúde tivesse um comprometimento tão grande com o 3.º Setor, como o senhor manifestou. Inclusive, da outra vez que estivemos aqui, falando sobre as Santas Casas, uma instituição que respeito tanto, porque isso vem desde o Brasil colonial ainda, essas coisas não me passavam como 3.º Setor. Terceiro Setor para mim era algo diferente. Essas coisas que já temos tradição no trato como é a Santa Casa, no meu conceito, pelo menos como eu tinha até há pouco, ela não fazia parte desse 3.º Setor. Porque são temas, assuntos, já definidos na área do Poder Público. O Poder Público é obrigado, na nossa convicção, a dar assistência direta, seja com seus organismos como os hospitais, seja com os convênios, mas sempre com participação efetiva do Estado. Agora vejo que já extrapola esta idéia, já passa a participar também do 3.º Setor. E o 3.º Setor, para mim, era algo que não fazia parte do Poder Público. O Poder Público, institucionalizado e organizado, já tem suas metas próprias. O 3.º Setor, na minha maneira de entender, estava se organizado de uns 20 anos para cá, mais ou menos, para ver o que ele complementava em benefício da sociedade. Agora, vejo também algumas entidades que muitas vezes conflitam muito com aquilo que entendemos como interesse da própria sociedade, a sociedade como a vemos. Por isso que esse debate será muito bom. Inclusive, faremos um levantamento dessas

entidades ditas organizações não governamentais. Uma fundação, instituto, tudo isso pertence ao 3.º Setor. Então, se assim for, hoje o 3.º Setor é mais poderoso do que o Estado. Acho que já falei coisas que não deveria falar até agora. Portanto, quero que vocês falem, porque faço isso também como uma provocação, quero que falem. Pelo menos é a orientação que tive: Brandão, deixe o pessoal falar, porque você fala muito e eles é que têm de falar. Você só tem que ouvir e depois fazer um relatório do que eles falaram. Porque a minha função aqui é só esta, de fazer um relatório a respeito do que aqui foi tratado. Mas, gosto também de vez em quando fazer uma provocação, tocar a bola para frente. Já notaram que apesar de todos nos sentirmos amigos, estamos ainda muito formais? Acredito que todos estão assim: “será que falo isto, será que não falo”? Ou eu é que estou errado?

SR. – Deputado, aceitando a sua provocação, em cima desta pauta que já foi apresentada, acredito que temos algum consenso em relação a ela. Não sei se tem mais algumas considerações a respeito dessa proposta, a não ser a apresentada pelo Barbeta, de incluir no item 3 mecanismos de financiamento, que complementa a proposta inicial, podemos começar a discutir na reunião de hoje, de como implementar essa discussão desses três pontos. Se vamos utilizar o instrumento de seminários, temos que começar a organizar seminários específicos em cima de cada ponto, enfim, vamos, talvez, superada a pauta, se houver esse consenso, começar a estabelecer como realizar essa pauta. Uma proposta inicial seria por meio de seminários. Podemos começar a organizá-los, onde teríamos essas discussões servindo de subsídios para o relato que V. Exa. terá que apresentar. Seria uma forma de começarmos a discutir a implementação dessa pauta.

SR. NEWTON BRANDÃO – Estão todos de acordo? (Pausa) Aliás, sexta-feira tivemos outros: Direitos Humanos. Coisa mais conceitual. Quando vi aquelas faixas me assustei. Não estou acostumado. Mas, dizem que é viver e aprender. Talvez eu esteja errado. Tem gente querendo casar homem com homem, mulher

com mulher. Aquelas coisas. Na Assembléia vemos coisas! É que fui fechado numa escola desde de pequeno, saí para ser médico, fui para os hospitais, fiquei fechado, quando chego agora ... não vi a vida passar. Então, desde pequeno se tem uma outra idéia. Depois chega aqui e vê essas idéias. Porque nos Estados Unidos, nos países da Europa, Suécia, Noruega, e a França que é a mãe de todos os vícios, em Paris, vemos isso com muita naturalidade, com muita freqüência. Então, digo que tudo isso tem uma escola. Temos muito que aprender. Chegamos ali vemos essas coisas. Na sexta-feira tivemos aqui: Direitos Humanos. Deixe-me aprender mais estas coisas.

SR. ALFREDO BARBETTA – Mas, o Dr. Edson é o coordenador do Programa Estadual de Direitos Humanos

SR. NEWTON BRANDÃO – É por isso que ele estava aí, ao lado do Presidente.

SR. ALFREDO BARBETTA – Aliás, eu penso que este grupo aqui tem uma função muito especial. Se entendermos que grande parte dos direitos humanos, historicamente, foram garantidos não pelo Estado, mas exatamente pelas organizações não governamentais, e aí nesse caso, incluindo os sindicatos, que na minha opinião, não são próprios do 3º Setor, que garantiram os chamados direitos humanos. Não houve nenhuma conquista que não viesse por força da sociedade civil, incluindo o mercado.

SR. NEWTON BRANDÃO – Você tem essa idéia. Qualquer um presente aqui, a idéia que ele nos passou é que os direitos humanos é uma conquista das organizações não governamentais e como essas organizações não governamentais são relativamente novas, ou estou errado, são antigas? Quantos anos têm? (Pausa)

SR. – A minha tem 95 anos.

SR. NEWTON BRANDÃO – O Rotary. Não, o Rotary para mim não é uma organização não governamental.

SR. – Como não, pelo amor de Deus. O meu pai é o governador do 460.

SR. NEWTON BRANDÃO – Eu também já fui disso tudo, Rotary, Lyons, tudo isso.

SR. – As Santas Casas têm quase 500 anos.

SR. NEWTON BRANDÃO – Estudei até numa Santa Casa, porque as duas mais antigas é a Santa Luzia do Rio de Janeiro e a de Santos. A de Santos é a primeira e são as duas que conheço. E a escola que eu estudei como era a primeira do Brasil também em ordem cronológica, a Santa Luzia. Eu fui do Rotary, mas como não tenho tempo, tenho muitos amigos lá em Santo André, do Rotary, Lyons.

SR. – O nosso governador é de Santo André, o Mário César Martins.

SR. NEWTON BRANDÃO – Tenho vários amigos que foram governadores de lá. Mas, essas entidades, para mim, têm um outro cunho. O lema deles é servir. E tudo o que eles servem lá em Santo André é por meio da prefeitura.

SR. – Eu não concordo.

SR. NEWTON BRANDÃO – Lógico, estamos aqui para discordar.

SR. – O senhor conhece a Casa da Esperança, em Santo André?

SR. NEWTON BRANDÃO – Não só conheço, como participo dela e fui fundador.

SR. – Ela é totalmente mantida pelo próprio Rotary.

SR. NEWTON BRANDÃO – Depois que a prefeitura deu.

SR. – Claro, alguém tem que começar.

SR. NEWTON BRANDÃO – Não quero entrar nesses temas. A prefeitura doou para eles o prédio e hoje eles usam isto. Os exames não são grátis. Então, para mim é uma empresa do Rotary de Santo André. Aliás, a primeira vacina contra a paralisia infantil, quem deu fui eu, lá em Santo André, como médico do Rotary. Ainda foi no tempo da injeção. Então é o seguinte, elas são não governamentais, mas não prescindem da atuação do governo. Lyons, lá temos uma coisa, que eu fiz, chama-se: Geropark, que é para os idosos, tem cadeira de rodas para os diabéticos e palestras que os médicos fazem, que é para uma clientela, sou médico, sei como é. Então, Lyons, Rotary e outras entidades. Lá tínhamos a Fraternidade Colombo, entre outras coisas. E eu pensava que essas entidades não seriam organizações não governamentais. Por isso que esse nosso encontro vai ser muito bom. Dá oportunidade para discutirmos todas essas coisas, analisar, inclusive para formular conceitos. As organizações não governamentais, elas podem viver sob o manto do Poder Público?

SR. – As Santas Casas hoje, ... acho que existem os convênios, e a participação da comunidade. Aliás, no passado era muito maior e depois com a dita revolução de 64, os militares resolveram financiar tudo, quando a própria comunidade financiava a sua entidade de saúde. Como começou a se pagar tudo, a própria entidade de saúde acabou afastando um pouquinho os participantes da

comunidade. Porque os participantes da comunidade sugere, dá palpite, é um pouco chato, mas precisamos conviver com ele, há uma necessidade, e democracia é isso. É saber entender as idéias dos outros e quem sabe dentro de uma idéia que achamos que não está certa, vamos tirar alguma coisa em profundidade. Por isso que se faz hoje aquelas tempestades de idéias. Pega-se esses grupos e fala-se o que está na cabeça e depois vamos ver o que aproveitamos de tudo isso. Atualmente, as Santas Casas não fazem gratuidade com o dinheiro dela, porque elas não têm dinheiro. O Estado dá um pouco, a comunidade, que é justamente esse trabalho que estamos aqui tentando fazer para que a Santa Casa volte para a comunidade, porque ela é da comunidade. E que a Santa Casa não tenha mais a provedoria, um número pequeno de pessoas como tem agora, porque ela foi se conduzindo para isto, mas que se estenda para um número maior de pessoas, principalmente as forças mais vivas da comunidade, para dar sustentação a ela. E o governo quer isso mesmo. Está fazendo com que a comunidade assuma. E acho que a comunidade tem condições para isso, não de uma vez só, mas gradativamente, podendo criar produtos diante desses financiamentos.

SR. – Gostaria de dizer só uma coisa, discordo quando o senhor coloca que as entidades citadas, Rotary, Lyons e outras vivem sob o manto do governo. Não é verdade.

SR. NEWTON BRANDÃO – Falo sempre de Santo André, porque é de onde venho. Outros lugares, não conheço.

SR. – Falando sobre Santo André, a Casa da Esperança, por exemplo, utilizou um prédio da prefeitura, que não estava sendo aproveitado em prol da comunidade, o equipou e o senhor diz que ela cobra. Cobra de quem pode pagar. Então é uma instituição democrática. Quem não pode pagar, não paga nenhum tipo de exame lá. Então, é isso que as entidades não governamentais fazem. Os órgãos

do governo que por “n” motivos não conseguem ser utilizados, elas fazem disso algo útil para a comunidade. É lógico que o Rotary ou qualquer outra entidade, para sobreviver, tem que receber verba de algum lugar. A Casa da Esperança não recebe verba da prefeitura de Santo André. Ela sobrevive pelas próprias pernas. Então, se a Casa da Esperança tem um convênio com a Sul América Saúde e da Sul América ela cobra os exames, ótimo, porque esse dinheiro é utilizado para prestar exames para pessoas que não podem pagar ou que não tenham nenhuma assistência médica. Essa é a função das ONGs – Organizações Não Governamentais.

SR. NEWTON BRANDÃO – De vez em quando eu começo a provocar uma briguinha, mas não quero chegar até o fim porque não quero perder. Então, deixo assim, porque sou de lá e conheço. Antes de existir, inclusive a Santa Casa de Santo André que não é mais Santa Casa. Ela é da prefeitura, porque não teve condições de se manter.

SR. – Em São Bernardo do Campo, também tem Santa Casa.

SR. NEWTON BRANDÃO – Em São Bernardo o que aconteceu foi o seguinte: pessoas que queriam fazer de conta e então criaram a Santa Casa. Mas, criaram na expectativa de que a prefeitura assumisse. Não quero polemizar. Os senhores perceberam que eu sou muito estatizante, uma coisa que está fora de propósito. Agora é tudo neoliberal e eu venho de uma época diferente. Talvez, pelos meus cabelos brancos, os senhores me perdoem. Porque César quando chegou ao poder em Roma, Catão falou: meu filho vá ter com César. Ele disse: meu pai, não posso ir, o senhor sempre foi contra César. Ele falou: mas eu sou de uma outra época, de uma outra era, de uma outra geração. Você é jovem tem que acompanhar as idéias vigentes. Até parece que tenho alguma coisa contra o Lyons, o Rotary. Pelo contrário. Em Santo André, trabalhamos com uma grande mestre que faleceu,

Dra. Maria Helena Bierenback, e nunca tivemos ajuda de alguém. Então, vou aprender muito sobre esse assunto, mas, vamos ao tema. Primeiro a senhora vai falar e depois vamos analisar a equipe de trabalho que ele propôs.

SRA. – Quero exatamente voltar à discussão da proposta. Qual vai ser a forma que iremos dar a essa pauta? A sugestão foi de estarmos nos organizando por seminários, e isso vai objetivar um pouco mais a nossa participação. E sobre o que falei na primeira reunião? Estamos trabalhando com conceitos diferentes de 3º Setor e num primeiro momento temos que esclarecer e equalizar esses conceitos, para não entrarmos em rotas muito diferentes, ou rotas de colisão. Então, gostaria que voltássemos à discussão. Eu, particularmente, acho interessante essa idéia de estarmos trabalhando esses itens com seminários.

SR. NEWTON BRANDÃO – O primeiro item, então, seria este: conceito.

SR. – Talvez pudéssemos fazer do item 1, o que é o 3º Setor, um grande seminário, chamando todos os parceiros.

SR. – Posso fazer uma colocação? (Pausa) Naquela reunião da FSESP, já tínhamos conversado sobre conceito. O que penso é o seguinte, considerando, inclusive, o que o deputado falou, deveríamos dar uma abrangência maior. O que é máquina governamental, órgãos governamentais, nós sabemos, o que é o mercado, representado pelas empresas que visam lucro, também sabemos, tudo legalmente constituído, obviamente com CGC, seus respectivos registros. No meu entender, quem não visa lucro é o 3º Setor, que vai desde uma entidade religiosa, uma federação, uma entidade como o “Green Peace”, não importa se com sub-sede ou regional no Brasil, ou sede na Europa, desde que legalmente constituída, com estatutos, onde está bem claro, sem finalidade lucrativa. A grande tendência no mundo é pensar: 3º Setor é tudo aquilo que faz filantropia. Não é só isso. Entidades

classistas, por exemplo, eu represento também uma entidade empresarial, na área de saneamento ambiental, e é 3º Setor. Não é máquina governamental, não visa lucro, portanto, não é do mercado, e situa-se numa região que, no meu entender, abrange o 3º Setor. É bem genérico, mas acho que é um ponto de partida.

SRA. – É, acho que justamente por ser muito genérico, tem alguns pontos questionáveis. Portanto, um seminário poderia estar trazendo isso para nós. Seria interessante trabalharmos, podendo trazer, inclusive, a contribuição de outras pessoas, especialistas ou nós mesmos organizando, acho que é uma coisa para discutirmos.

SR. – É a oportunidade que temos de colocar um pouco o envolvimento da universidade nos assessorando, já que nem responderam ao nosso convite de participar permanentemente do grupo. Talvez, nesses momentos, eles possam contribuir.

SR. – Concordo com você.

SR. – Convidamos a USP e a FGV e não responderam ao convite. Ligamos, a convite dos deputados. Agora é a oportunidade que temos de trazer a contribuição deles, nesse momento do seminário. Talvez, assim, venham com mais facilidade.

SR. – Pela USP, mas a Fundação Getúlio Vargas, temos alguns contatos via Rotary, na área de intercâmbio internacional de bolsas, poderíamos até ajudar nesse ponto. Acredito que tenha de partir da área acadêmica. Vejo o lado prático, como empresário, mas tem de ter o lado acadêmico, que é o que dá exatamente aquela redação correta para a coisa.

SR. NEWTON BRANDÃO – Você mesmo falou, aqui, o que tem de empresas que se organizaram e falaram que a sua ação é 3º Setor. Não quero ficar falando, Cia. de Telecomunicações, Fundação Abrinq, Fundação...

SR. – Deputado, temos até que mês para apresentar o relatório final?

SR. NEWTON BRANDÃO – Até maio, mas podemos trabalhar sem essa preocupação. O que precisamos, na minha maneira de entender, é abriremos bem a discussão.

SR. – O relatório final para compor a agenda, é maio?

SR. NEWTON BRANDÃO – Eles falam até maio, mas não acredito que as outras comissões dêem conta até lá.

SR. – Dá até para pensar num cronograma. Vejamos, fevereiro, março e abril, se conseguíssemos fechar três grandes seminários, um a cada mês, chegaríamos em abril com os três, um material fartíssimo para elaborar esse documento. Daria para vir um relatório para esta comissão que fecharíamos e ao final o senhor apresentaria. O que o senhor acha? (Pausa.) Tentando ser pragmático, também sou de universidade, discordo da sua reflexão, embora pense que a universidade tem uma outra lógica de reflexão que não a empresarial. Na FGV, o professor Merege, já tem um grupo coordenando praticamente o 3º Setor e talvez seja quem possa participar. O que o senhor acha dessa proposta?

SR. NEWTON BRANDÃO – Acho muito boa.

SR. – Até fevereiro, março, acho que vai dar para fazer.

SR. – A expectativa que temos, na coordenadoria, é que cada grupo faça, até a entrega do relatório, uma máxima de 10 reuniões, tirando os feriados, até junho do ano que vem, tirando as emendas, a dinâmica da Casa. Um reunião a cada 15 dias, até 10.

SR. – Temos 20 semanas até junho do ano que vem, das quais, 16 são utilizáveis.

SR. – Estamos propondo três grandes seminários para debater e aprofundar conceitos de três pontos apresentados na pauta. Estamos caminhando a nossa discussão para a realização de três grandes seminários, ampliando ao máximo o universo, para que possamos consolidar essas três questões básicas que foram colocadas nessa nossa pré pauta. Então, a idéia é que se realizem esses três seminários e caminhemos para a proposta de fevereiro, março e abril, um seminário a cada mês, entremeando essas reuniões, mais fechamento e entrega.

SRA. – No fechamento, fazemos um documento.

SR. – Agora, tem uma coisa, vamos passar para os senhores uma matriz para ser preenchida depois que receberem o relatório da Fundação SEADE, que é o negativo da Fundação SEADE. O nosso consultor é o Silvio Cateabava. A idéia é de que se faça o seguinte: coloquem objetivamente quais são os principais pontos, as metas de médio, curto e longo prazos, os pontos de estrangulamento do 3º Setor e as propostas de abertura. Em cima dessa matriz, que vamos elaborar, que será enviada com o relatório, o interessante seria, para objetivarmos as discussões, que vocês colocassem suas reflexões, e nós da assessoria nos incumbimos de ajudar a identificar o que é do âmbito do Legislativo Estadual, ou do Legislativo Federal, o que é de âmbito do Executivo e do Poder Judiciário e, eventualmente, do próprio Ministério Público, também para estar compondo de alguma maneira o Fórum. Pode

ser que os deputados consigam transformar isso em projeto legislativo, ou emenda, ou lei ou algum decreto que esteja em trâmite pela Casa. E ainda dê tempo de na feitura do que estiver sendo elaborado, fazermos uma adaptação. Outra coisa, não sei se já foi feito, o levantamento de toda legislação que a Casa tem em trâmite, que de alguma maneira possa fazer parte do grupo temático. Faremos também uma pesquisa do que está acontecendo na Casa. Eventualmente, poderá ter algo em andamento e que, por meio de uma orientação do grupo temático, poderá se fazer uma adaptação, através de lei, e assim ganharmos bastante tempo na tramitação dos projetos aqui dentro. Vamos fazer uma modelação, sentar e definir, vamos mandar os pacotinhos de fim de ano para vocês se divertirem.

SR. NEWTON BRANDÃO – Então, seria este primeiro item. A senhora que se manifestou pela primeira vez faria parte deste grupo. Quem mais gostaria de fazer parte do grupo?

SR. – O senhor está propondo que cada seminário tenha um grupo que coordene?

SR. NEWTON BRANDÃO – Não, vamos começar com este primeiro que aqui foi acertado. Porque vocês podem fazer parte deste e do outro também.

SR. – Talvez, pudéssemos marcar uma reunião para o próximo ano, em janeiro ainda, para começarmos a discutir os participantes desse seminário, onde realizarmos, o temário, uma reunião nossa mesmo.

SR. NEWTON BRANDÃO – Este primeiro, não seria hoje, então? Não. Se vocês quiserem, podem fazer parte desse primeiro grupo já.

SRA. – A proposta foi de que trouxéssemos o pessoal da universidade para estar trabalhando um pouco para nós, esses temas.

SR. – Eu penso que o colega seria o mais indicado. Acho que você não entendeu a minha proposição. A universidade tem um papel importantíssimo na definição desse tema e, outra, a USP tem o seu peso. Então, eu acredito que você seja a pessoa mais indicada e com o apoio dos demais companheiros. O problema, colega, é o tempo, vamos ter cinco meses, com um tema tão vasto, deputado, vamos ter que trabalhar bastante. Acho que de 15 em 15 dias, vamos ter que promover alguma coisa senão não sai nada. A minha preocupação é com o cronograma.

SR. – Desculpe, eu compreendi sim a sua fala, só reforçando, para tirarmos de vez essa idéia do que é pragmático, do que não é. Porque as vezes a teoria que ilumina a prática, as duas nunca vão estar juntas.

SR. – Sou professor universitário.

SR. – Ótimo, porque se as duas estiverem juntas, nem a teoria acontece e nem a prática. Então, uma está na frente da outra e é isso que é a dinâmica do conhecimento. Não tem outra. Então, acho que é eliminar. O senhor, como professor universitário, penso que não devemos mais usar esse tipo de coisa. Agora, o que me preocupa, a proposta é bem concreta nessa direção, e também acho que o tempo é muito pequeno, mas também concordo e penso que este grupo não vai resolver os problemas do 3º Setor. É um grupo propositivo. Então é um tempo viável para trabalharmos neste momento. E voltaria mesmo à proposta que ao final de fevereiro estivéssemos fazendo um seminário e aí sim, vamos atrás do pessoal que está trabalhando e aí até discordo, acho que tem de trazer um Merege, uma Rosa Maria Fiz, mas tem que trazer também uma Odete Grazeiro, uma outra

pessoa que está numa outra ponta e que pudesse conversar além de nós. Porque nós que estamos aqui sentados, acho que não somos nós que vamos falar. Vamos aproveitar do que essas pessoas trouxeram para elaborarmos as propostas. Acho que é último seminário sim, este é nosso. Porque aí já ouvimos todo mundo de fora, o pessoal já veio, a Secretaria da Justiça mantém um grupo do 3º Setor, de integração da cidadania, que tem propostas distintas, e esse grupo tem de vir para cá, expor suas reflexões. E o último seria o nosso. Então, proporia da seguinte maneira: ao final de janeiro faríamos uma reunião executiva, cada um trazendo propostas de quem vai falar, de temas a serem propostos; em fevereiro faríamos um seminário; outro em março; e o de abril, seria, na verdade, um fechamento. Porque, o que os deputados vão utilizar dessas reflexões é por conta deles, não é por nossa conta. Vamos dar algumas informações básicas. E, nesse sentido, acho que isso é suficiente. Se não vamos estar mudando de lado e não fomos eleitos para isso.

SR. – O Lobato, naquela reunião na FIESP, foi muito bem. Devemos conceituar o 3º Setor, sem perder de vista o lado legal. Deve haver algum órgão de governo que dê esse amparo para nós, essa retaguarda, e, assim, partirmos para os seminários. É uma grande idéia. Agora, dentro daquele prazo que temos.

SR. – Naquela reunião de vocês mandei uma proposta, que estava longe demais, ainda não era o momento.

SR. – Não, a proposta foi ótima. Da minha parte é isso.

SR. NEWTON BRANDÃO – Pelo que deduzi, só em fevereiro vamos nos reunir?

SR. – Não, janeiro temos que definir o seminário de fevereiro. Até janeiro, cada um de nós buscará os subsídios, as informações, identificar outros parceiros

que nos possam ajudar na definição desse seminário. Teremos até meados de janeiro para poder organizar esse seminário, para no final de fevereiro ... contando que temos o carnaval.

SRA. – Acho que poderemos sair daqui hoje com um cronograma de trabalho elaborado.

SR. NEWTON BRANDÃO – Seria dia 4, dia 5?

SR. – Isso seria importante, porque poderíamos reservar o espaço da Casa e fazer a programação.

SR. – Que espaço tem aqui à disposição?

SR. – Tem os três plenarinhos, que são esses três iguais. Tem o Teotônio Vilela que é o maior, com 230 lugares, com cobertura de televisão e dá para se ter uma dimensão muito boa.

SR. – Ou não, ou fazemos uma coisa mais interna, a comissão convidando algumas pessoas para falar.

SR. – O pessoal da cidadania entendeu, por bem, que a dinâmica seria colocar o Fórum funcionando uma vez na sede de cada um. O Fórum pode ajudar a fazer um evento que seja externo à Casa.. Não haverá problema. Vai depender de vocês. Se acharem que a dimensão precisa ser maior e a Casa não comporta.

SR. – O debate seria melhor também. O que vocês acham?

SR. – Estamos estruturando o primeiro seminário.

SR. – Pois é, mas fazer um negócio grande ou fazer um negócio fechado? Tipo, vamos convidar a Rosa Maria Ficher, por exemplo, e ela vem falar para nós. Talvez seja melhor para nós.

SR. – Ela já tem muita coisa escrita sobre o tema?

SRA. – Tem muita coisa.

SR. – Temos dois grandes teóricos hoje em São Paulo. Rosa Maria Ficher que é socióloga e está na Faculdade de Administração da USP e o Professor Merege que está na FGV. Depois deles, vem mais um grupo de pessoas que incluimos, mas que não tem a dimensão que eles têm.

SRA. – Tem o pessoal do EZER, no Rio.

SR. NEWTON BRANDÃO – O pensamento deles são mais ou menos homogêneos?

SR. – São mais ou menos homogêneos e as diferenças ficam para nós mais humildes.

SR. NEWTON BRANDÃO – Eu digo deles lá.

SR. – Mais ou menos, tem umas diferenças que são boas. O restante pegamos nas discussões que tivemos.

SR. NEWTON BRANDÃO – É interessante, eu gosto muito de discutir, porque se ficar só no que está escrito, não dá. Eu mesmo recebi um punhado de coisa escrita.

SR. – O pessoal da PUC tem uma reflexão completamente diferente do pessoal da FGV e da USP. Deveriam ser convidados, porque pensam gestão social hoje no Brasil.

SR. – Vocês não querem tirar pelo menos, para hoje ganharmos essa reunião, os temas a serem debatidos? O que vai ser o primeiro etc.

SR. – Já tem. O primeiro é o 3º Setor enquanto conceito, o segundo é o perfil do 3º Setor em São Paulo e o último são as propostas, que este grupo maravilhoso vai fazer, nós.

SR. NEWTON BRANDÃO – Eu acredito muito em vocês. Eu ia até falar mais uma coisa, mas deixe-me provocar também um pouco mais, porque aqui eu estou pensando até que estamos na Academia Brasileira de Letras. Se esse povo não vier, não tem importância, eles têm coisas escritas, vamos atrás dos escritos deles.

SRA. – Eles vêm, com certeza.

SR. – A academia já tem uma definição, um conceito e isso é ótimo.

SR. NEWTON BRANDÃO – Isso é muito importante. Se a, b ou c não pode vir, não tem importância, acho que o grupo, todos vocês, tem capacidade para fazer isso.

SR. – A minha dúvida é se trazemos para essa próxima reunião de organização do 1º seminário algumas pessoas que poderiam participar com apresentações específicas ou se primeiro fechamos esse temário com sugestões trazidas, temos prazo para consolidar algumas sugestões, porque aí é o prazo fatal. Temos que fechar esse temário para começar a divulgação, a organização desse primeiro seminário.

SR. – Posso dar uma sugestão? Da forma como o colega colocou está perfeito, o primeiro conceitua o 3º Setor, promover uma mesa redonda com especialistas de diversas origens, até de uma forma que tenha posições heterogêneas, para assistirmos e ver que até nessa área existem discordâncias. O segundo que é o perfil e o terceiro arrematamos enquanto conselho. Acho que dará.

SR. – A minha preocupação é quem traríamos para o segundo, que é o perfil do Estado de São Paulo. Tenho os meus problemas estatizantes, deputado, estou com pé de um lado, um pé do outro, é um desastre isso. A questão é a seguinte: a Secretaria da Ciência e Desenvolvimento Social que tem convênios, a Secretaria da Saúde, a Secretaria do Emprego, a Secretaria da Agricultura, são quatro e cada uma com grupos com a outra. Os nossos convênios ainda são mais restritos, não tem uma política de convênio. Essas quatro têm política de convênio, funcionam pelo 3º Setor. Se o 3º Setor sair elas fecham as portas. Não se tem um lugar que congregue todos esses dados, não se tem um mapa. Como chamaria o Lobato, o mapa da inclusão, em que todo mundo estaria trabalhando e que se poderia desenhar. Poderia ser uma proposta.

SR. – É porque, com os dados que vamos ter da Fundação SEAD, talvez, como estão sendo feitos fracionados, dê para chegar a alguma coisa próxima do que seria o mapa nesse sentido.

SR. – Que dia teremos esse relatório?

SR. – O relatório é no dia 23, vai ser recebido e multiplicado para vocês. Dia 23 deste mês.

SRA. – Essas informações não existem.

SR. – A Secretaria do Trabalho fez um levantamento no Estado de São Paulo, de todas as unidades que trabalham com profissionalização, especificamente. O pessoal da Saúde tem isso mapeado, porque o SUS é o sistema mais organizado que temos. Mas, em compensação, a Assistência e Desenvolvimento Social não tem nada organizado, Agricultura é aquela loucura do leite com o Estado, são muitas organizações soltas.

SR. – Posso dar uma sugestão para a reunião de janeiro?

SR. – Desde que resolva a nossa dúvida.

SR. – Se resolver, melhor. Para a reunião de janeiro, traremos o pessoal da Fundação SEADE que está fazendo essa homogeneização dos dados, tanto o Silvio Kastiabava, que é o consultor específico da área do 3º Setor, quanto da área estatística, para saber qual é o tipo de dado que tem lá, para saber se vale a pena chegar no segundo seminário com essa proposta de traçar o mapa.

SRA. – Bem, mas no segundo seminário podemos chegar também à conclusão de que não dispomos de dados e que uma das nossas proposta poderá ser exatamente a organização desse banco de dados. É uma proposta concreta.

SR. – Trazendo o Silvio, que é a pessoa que está lá tentando organizar essas informações do 3º Setor para transmitir ao deputado e a vocês também, para começar essa discussão da pauta no cronograma do ano que vem, vocês acham interessante ou não? E o especificamente estatístico da Fundação SEADE, não estatístico, mas o Max, para tentar dar algumas pistas do que poderiam ser esses 3 seminários, seria interessante para vocês?

SRA. – Acho que sim. Quanto mais informações tivermos, melhor. Algumas coisas, inclusive, podem estar apontando alguns caminhos. Temos algumas estatísticas feitas por entidades que estão fazendo prêmios, por exemplo, o Itaú, Unicef, já tem uma amostragem muito boa dos projetos. Apontam algumas tendências de segmentação, de localização, onde tem concentração maior. Esses dados seriam interessantes estarmos trazendo, agregando. A Câmara Americana do Comércio também que fez o prêmio, algumas coisas são uma amostragem significativa, uma amostragem no mínimo de um terceiro setor que vem atuando, que está aí na ordem do dia.

SR. NEWTON BRANDÃO – Seria uma estatística dessas entidades que estão funcionando? Seria isso?

SRA. – Não, por exemplo, eles receberam mais ou menos mil projetos. Desses projetos sabemos quantos da área da educação, quantos da área da saúde, quantos da área da assistência, onde estão localizados, temos alguns dados, já é uma amostragem interessante. A Câmara Americana também já tem esses dados, o crescimento do 3º Setor, dos anos anteriores desses prêmios. São coisas que estamos dispendo hoje, e que são interessantes para termos uma noção, já que não temos os dados organizados sistematicamente, mas alguns indicadores que podem nos dar alguns parâmetros interessantes.

SR. – Podemos marcar uma data já para o que é o 3º Setor? Mesmo que venha a mudar, para somente se ter um ponto de partida.

SR. – A nossa reunião, preparatório do 1º seminário, seria até 15 de janeiro. Poderíamos organizar esse seminário no dia 29-02.

SR. – Nessa reunião de janeiro, prepararíamos todos os seminários, indicaríamos as pessoas, dividiríamos o serviço entre nós. A reunião de janeiro será no dia 10-01, às 10 horas, a confirmar o local.

SRA. – Faltaria discutir se o seminário será aberto ou só para nós? Sugiro que fosse o seminário interno, para que pudéssemos estar mais próximos e aprofundar melhor as questões.

SR. – Teria um aproveitamento melhor se fosse um número menor de participantes.

SR. – Existe uma sugestão, até na reunião que tivemos com as assessorias dos dois deputados e com a consultoria do SEAD, de que esse grupo e o grupo de segurança ampliem um pouco o leque de atuações. O Silvio, como sugestão, coloca o 3º Setor, tipo IDEAC, IDEC, que trabalham com as questões mais institucionais de saúde, de consumidor, educação, como as entidades da sociedade civil também que teriam muita experiência a agregar ao grupo. Se vocês concordarem, os deputados estão avaliando para trazer, para vocês, a proposta de ampliação do grupo. Se for um seminário interno, a sugestão é de que o grupo não passe de 25, no máximo 30 pessoas. Se for mais, a impressão que dá é que não vai fluir com tanta tranquilidade, até por questão do espaço físico.

SR. – Talvez convidar mais algumas instituições para participar do seminário.

SR. – Somos em 13, ou 15. Eu proporia que cada representante legal de entidade aqui presente convidasse uma outra. Daria um total de mais ou menos 30 no máximo.

SRA. – Esses convites deveriam ser estratégicos, acho que tem de pegar pessoas, temos de fazer em grupo aqui. Para cobrir todo espectro de opções que temos, devemos pegar, concordo plenamente, algumas instituições que são representativas e que precisariam estar presentes nos seminários.

SR. – Se abrir demais, perde-se o norte, se ficar restrito a nós, poderemos estar perdendo informações de outras entidades que não estão presentes. Se cada um convidasse uma outra entidade, daria um total de 30 entidades no máximo.

SR. – Uma outra coisa que podemos fazer é esperar essa reunião, burilar um pouco esse tema cada um de *per si* e na reunião de janeiro teremos isso mais definido, que é a reunião de organização. Até por conta da presença dessas duas pessoas.

SR. – Como cada um aqui representa um grupo maior, nesse período, voltar cada um para o seu grupo e analisar, avaliar, sugerir etc.

SR. – E traz uma proposta para essa reunião de janeiro e uma coisa um pouco mais estudada. Definir agora, seria muito precoce.

SR. – Porque, no dia 10 de janeiro, já temos que fechar esse primeiro seminário, com temário pronto, as pessoas que serão contatadas, o tipo de seminário etc.

SRA. – Vamos marcar os outros seminários também, ou não?

SR. – Quanto à organização geral, imaginem, são 16 grupos, tem alguns grupos que abrem, então são 19 grupos por local, então, se vocês já fizeram um cronograma de seminário, seria interessante para reservarmos tudo na Casa.

SR. – Se fizermos isso no dia 10 de janeiro, você acha que ainda daria?

SR. – Ainda tem mais uns 4 grupos para fechar as suas reuniões. Estou esperando as atas dos grupos para ver o que está definido em cada um. Só estamos fazendo a indicação. Lembrar sempre que quanto antes definirem as coisas, melhor para vocês.

SR. – O outro seminário, perfil do 3º Setor que é mais complexo, que temos de buscar banco de dados, proporções, poderia ser em abril.

SR. – E teríamos uma reunião preparatória em 10-3.

SR. – Poderia ser 4-4, o seminário? É uma terça-feira.

SR. – Concordo. Se apertar a coisa, faremos reuniões toda semana até fecharmos o trabalho.

SRA. – Tem 10-1 nossa primeira reunião, 29-2 que é o primeiro seminário, 4-4 o segundo seminário, falta a reunião preparatória. Não faríamos reunião em março?

SR. – Reunião podemos organizar, 9-5 o terceiro seminário, e entre eles temos de ter as reuniões preparatórias.

SR. – Na verdade, as reuniões preparatórias podemos fazê-las em pequenos grupos.

SR. NEWTON BRANDÃO – O assessor verificou e pode ser aqui, no dia 10, a nossa reunião.

SR. – Então, 10-1, 29-2, 4-4, 9-5.

SR. – Agora, a reunião preparatória, para esse 4-4, faríamos quando?

SRA. – No dia 10-1, fechamos, porque é difícil agora.

SR. – A preocupação dele na organização é dos grandes seminários, porque precisamos ter locais já definidos. As reuniões poderemos fazer aqui ou fora.

SR. – Talvez seja interessante esperarmos janeiro, porque todas as organizações têm a sua agenda.

SR. – Esse que é o problema, porque na hora que sairmos daqui ninguém mais marcará reunião.

SR. – O que você está falando é uma verdade, estabelece já uma reserva para março.

SR. – Vamos estabelecer dia 13 de março, uma segunda-feira para a reunião do grupo.

SR. – Teríamos mais uma antes do último seminário. Poderia ser no final de abril, talvez, porque 9-5 é a nossa reunião de fechamento de propostas. O terceiro seminário, é o trabalho numa sessão. Uma segunda proposta, que se reserve um dia para o seminário, porque vamos ocupar o dia todo de trabalho. Nas reuniões, meio período.

SR. – Nesse dia todo, vamos estabelecer das 10 às 18 horas ou como é? (Pausa) Das 10 horas às 18 horas, está fechado.

SR. – O Rotary vai oferecer almoço no primeiro, as Santas Casas oferecem no segundo, a FIESP faz o grande fechamento.

SR. NEWTON BRANDÃO – Vocês vão almoçar aqui, para ver como os deputados são espartanos.

SR. – Falta ainda definirmos uma reunião.

SR. – Está estabelecido o dia 4-4 para o seminário, a reunião pode ser 10 ou 17. Acho que 10 é melhor.

SRA. – É uma reunião preparatória para 9-5, é isso que está faltando?

SR. – É isso. Então, será no dia 10-4.

SR. – Então, está definido, vamos só repassar: 10-1, reunião do grupo temático aqui para definir 29-2; 13-3, reunião aqui para definir 4-4, o segundo seminário, e 10-4, reunião aqui para definir seminário de 9-5. Perfeito.

SR. – E no meio disso, faremos outras se houver necessidade para definir, elaborar relatórios, aprovar relatórios etc.

SRA. – Gostaria de fazer um convite aos senhores. No dia 16, estamos fazendo a entrega de certificados à primeira turma do projeto fotografia e cidadania, que está acontecendo na FEBEM – Tatuapé. É um projeto que envolve monitores e internos e uma parceria SENAC/PRODIS e a Escola Oficina da FEBEM. Vamos fazer a exposição fotográfica da produção dos alunos e monitores. É um projeto, cujo objetivo é se estender a todos os internos e monitores. É uma releitura da solenidade do trabalho, usando a fotografia como treinamento. Às 10 horas.

SR. – Se não me engano vocês tinham um conselho de psicologia sobre o sistema físico, não?

SRA. – Não, este aqui não. Este é um fotógrafo, mais a PRODIS, a FUJI e o SENAC. Nós entramos com toda parte de pessoal, a Fuji com máquinas e serviços de revelação etc. e a PRODIS é um parceiro também financeiro e operacional, e alguns técnicos.

SR. – Estou perguntando isso, porque lembro quando fizemos um projeto no sistema penitenciário de terapia floral para detentas, com base em desenho. Houve uma confusão, mas acabou sendo até interessante. Eles usavam muito o desenho que as detentas faziam, e talvez seja o caso de usar a fotografia, para trabalhar o perfil psicológico, porque ajuda bastante.

SRA. – É interessante. A maior parte das fotografias dos meninos são flores. É uma coisa muito interessante. O trabalho, o estudo, a análise desse projeto, acho que vai ser uma coisa muito interessante.

SR. NEWTON BRANDÃO – Muito bem. Então, até o dia 10, quando vamos nos reunir novamente, se Deus quiser.

17.02.2000

- Geraldo Vinholi – Deputado. Coordenador do Grupo Temático sobre Terceiro Setor
- Marco Aurélio Martorelli – Relatoria do Fórum São Paulo Século 21, assessor da Presidência

SR. GERALDO VINHOLI – O Terceiro Setor não é intercambiável com a iniciativa privada. A iniciativa privada leva o ser humano a ter lucro. No Terceiro Setor isto é substituído por um ideal muito importante. Se não é transmitido esse aspecto durante a palestra, corremos o risco de transformar a conceituação do Terceiro Setor em uma coisa muito *light*, que não tem nada a ver com a história. Cada um, por algum motivo, encampou uma causa que considera tão importante a tal ponto de, muitas vezes, dedicar a sua vida. Peço para quem for conversar com o palestrante frisar isso, porque eu iniciei falando que sem isso é tirar a alma do Terceiro Setor. Não entramos no Terceiro Setor pelos mesmos motivos que se entra na iniciativa privada.

SRA. – Discutimos esta preocupação na nossa primeira reunião. Não vamos discutir apenas o repasse de uma tecnologia de valores do Segundo Setor para o Terceiro Setor. Temos que trabalhar dentro da característica do Terceiro Setor, que ele não pode perder de forma alguma. A motivação é a forma pela qual as pessoas participam do Terceiro Setor. Elas participam porque querem e acreditam. Não participam simplesmente levadas por um motivo qualquer.

SR. JAIRO – Peço desculpas por estar chegando somente agora, porque me parece que esta já é a terceira reunião. Pediria, se possível, que alguém me desse em poucas palavras, como o grupo está andando, se já existe um projeto do programa dos itens principais deste seminário.

SR. – Alguém vai explicar o que aconteceu até agora para o Sr. Jairo, um novo conselheiro. Depois quero fazer um comentário sobre a colocação que V.Sa. fez, com quem eu concordo plenamente.

SRA. – Sr. Jairo, fizemos três reuniões. Discutimos que precisaríamos dar uma equalizada nas informações e nos conceitos com os quais estamos

trabalhando. Uma das formas que achamos interessante é iniciar os trabalhos com um grande seminário, no qual trabalharíamos a seguinte pauta: o que é o Terceiro Setor, conceitos, características, marco legal, situação atual. Depois falaríamos sobre o perfil do Terceiro Setor no Brasil e, particularmente, no Estado de São Paulo, e proposta para formulação de estratégias para o fortalecimento do Terceiro Setor no Estado de São Paulo. Na realidade, a nossa proposta como produto de trabalho deste Conselho seria a formulação dessa proposta, ou seja, de estratégias para o fortalecimento do Terceiro Setor. Para isso, precisaríamos ter muito claro o que é o Terceiro Setor e o perfil deste setor no Brasil, as diferentes origens, tipos de organizações, distribuição geográfica, população atendida, recursos materiais, humanos e financeiros, estrutura física organizacional, organização, base legal e operação. Teríamos que conhecer tudo isso. Viemos de uma experiência diferente, alguns mais voltados para as fundações que estão ligadas mais ao Segundo Setor, outros com experiência voltada para os órgãos governamentais, que constituem o Primeiro Setor. Mesmo, dentro do Terceiro Setor, as pessoas têm diferentes vivências. Precisaríamos ser muito claros dando parâmetros que norteariam esta proposta.

SR. – Concordo com a necessidade que o Terceiro Setor tem de ter uma alma, um elã. A grande novidade do Terceiro Setor, neste final de século, especialmente também com a desorganização do sistema socialista, é que o desenvolvimento econômico, provavelmente nos próximos anos, vai depender da política capitalista dos grandes grupos internacionais que estão sendo construídos, organizados etc. Acontece que hoje são chamados de globalização ou de integração socioeconômica. Percebemos que as grandes organizações internacionais, sejam bancos ou grandes empresas, tomaram consciência de que não dá para continuar com o desenvolvimento econômico e a desigualdade social tão forte. Não dá para continuar convivendo a Bélgica e a Índia. É necessária uma intervenção forte na redução da desigualdade social.

A grande novidade é que as grandes empresas, se não estou enganado, não estão mais dispostas a fazerem donativos. Elas estão dispostas a gerenciar o processo. No meu modo de ver, surge um novo tipo de administrador que seria um gerente social e teria que se utilizar de técnicas modernas de administração para gerenciar esses sistemas ligados ao Terceiro Setor. Não dá mais para a freira, a religiosa, cuidar da Santa Casa. A Santa Casa tem que virar um Albert Einstein, um Nove de Julho ou Sírio Libanês. É esta a idéia do gerenciamento. Precisamos ter um gerenciamento de alto nível. Claro que isso faz pressão sobre a pequena creche, a pequena escola criada de uma forma quase que improvisada. Precisamos discutir isso, porque tem aspectos positivos e negativos. Conforme o companheiro colocou, se perde muito a alma de fazer as coisas, que é chamada caridade, filantropia etc. Coloca-se lá um “profissional” da filantropia, que no fim do mês recebe o seu salário, porque trabalha como profissional. Por exemplo, é o caso de programas com o Rio-Centro. O Banco de Boston está presente e quer que os padrões administrativos sejam de alto nível. Acho importante que esta questão seja discutida neste seminário. Já disse uma vez aqui que não somos mais um grupo de velhinhas que se reúne à tarde para um chá, a fim de angariar dinheiro para uma creche. As organizações do Terceiro Setor hoje são... e não gosto da palavra profissional porque dá a idéia que se visa ganhar dinheiro. Mas pelo menos tem que se ter a idéia de utilizar bem o dinheiro, de maximizar esse dinheiro, utilizando na relação custo-benefício.

Não acho que isso vale só para o Terceiro Setor, mas vale para a vida como um todo. Quem imagina que um empresário constrói uma empresa para ganhar dinheiro, na minha opinião está completamente equivocado. As razões que levam o Sr. Antônio Ermírio de Moraes erigir um império econômico, certamente, não é mais o dinheiro. O dinheiro é apenas o indicador do sucesso profissional. Tanto faz alguém ter um ou dois bilhões de dólares, porque ele não vai poder almoçar duas vezes ou passear em dois iates ao mesmo tempo. Essa idéia de dinheiro é coisa do século passado. O capitalista conhecia os seus operários etc. Hoje, do grupo

internacional de comunicação, automobilística etc. ninguém sabe quem é o dono, qual a sua nacionalidade etc. Não sei se alguns dos senhores trabalham em multinacional, mas a coisa acontece assim e vai acontecer cada vez mais.

SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI – Sou da relatoria do Fórum, assessor da Presidência e acompanho os Grupos Temáticos, especialmente este Grupo do Terceiro Setor. Quero dar duas justificativas. Uma é do consultor da SEADE. Pedimos a presença da Fundação SEADE na primeira reunião do ano de todos os Grupos Temáticos, não para ensinar ou dar algum tipo de palestra, mas simplesmente para dirimir algumas dúvidas dos Srs. deputados ou dos conselheiros, com relação aos relatórios.

Esse relatório era para ser entregue aos senhores entre os dias 15 a 20 de janeiro. Só que houve um problema de gráfica, alguns relatórios sofreram atrasos e para que alguns recebessem e outros não, a decisão da direção foi no sentido de que todos recebessem no momento da primeira reunião, afim de equalizar o conhecimento. O consultor da SEADE é o Sérgio, fundador da ABONG, que não pode comparecer às sextas-feiras e nem às segundas-feiras. Ele tem uma pousada no litoral e justificou que precisa fazer a parte administrativa, como profissional que é. Se houver necessidade que se marque uma reunião, palestra ou seminário com a presença dele, ele solicita que isso seja feito de terça à quinta-feira.

O Sr. Secretário Adjunto da Justiça, Sr. Edson Vismona, ligou agora dizendo que não pode comparecer porque está com uma reunião no Palácio.

Gostaria de reforçar as boas-vindas que o Nivaldo deu na abertura e lembrar que este seminário do Terceiro Setor está sendo esperado como um dos mais importantes. Com o Terceiro Setor e o seminário de reforma do Estado talvez haja uma concordância dos grupos de trabalho de que alguns desses temas possam ser realizados em conjunto, porque não podemos pensar no Terceiro Setor sem pensar na reforma do Estado. Este é um ponto para reflexão dos conselheiros.

Outras pessoas e instituições estão pleiteando fazer parte do Conselho. Os Srs. Deputados farão uma avaliação da inclusão de novas pessoas no Conselho. Cito a Fundação Ayrton Senna, a Fundação Abrinq que, formalmente, gostariam de aparecer de uma nova maneira, e outras tantas instituições.

Com relação ao que o companheiro falou do grande pensador da parte administrativa, talvez o mais respeitado dos administradores, que escreveu um livro intitulado *Managements for twenty for century*, quem teve a oportunidade de ler, pode notar que num dos capítulos ele se dedica só à segunda profissão. Diz que, pelo menos, nas três primeiras décadas do século 21, as pessoas vão perceber que só ganhar dinheiro não adianta, que só ter sucesso profissional não é satisfatório. A pessoa precisa ter uma segunda carreira que necessariamente deve ser ligada ao vínculo social, da solidariedade, que é o Terceiro Setor. Pensar em profissionalizar o Terceiro Setor de maneira alguma, vamos com isso macular a característica fundamental dessa área de atividade, que é a solidariedade, a capacidade que as pessoas têm de se juntarem em torno de uma idéia humanitária. Vamos sim gerenciar melhor os recursos porque eles são finitos, escassos e cada vez mais vão ser, porque a competição assim exige, tanto do governo quanto da iniciativa privada, para que se faça um bom gerenciamento desses recursos finitos. Se neste seminário dedicarmos um capítulo especial à parte de financiamento e capacitação de novas gerências do Terceiro Setor, como muito de vocês aqui fazem normalmente, atentamos para que não haja um sufocamento das novas iniciativas de surgimento de atividades ligadas ao Terceiro Setor por parte de uma pequena creche, por parte de um pequeno grupo de moradores, por parte de uma rua que queira se organizar para fazer um determinado trabalho na área social.

Desculpem, eu não peguei o começo da conversa, porque estava fazendo a organização dos outros dois seminários que estão sendo concebidos nos grupos de trabalho. Só queria reforçar com essa informação e talvez tenhamos condições de sugerir uma central de referência etc. para capacitação do Terceiro Setor, talvez até ligada ao próprio Estado, se for o caso. Sei que isso está sendo, de alguma

maneira, pensado na Secretaria da Justiça. Como sou oriundo de lá, tomo a liberdade de falar até em nome do próprio Secretário.

SR. – Gostei muito do que o companheiro da comunidade israelita falou. Em termos de organização, gostaria de dizer que há três meses participei de uma feira no pavilhão azul ou vermelho do Center Norte. Foi a primeira feira do Terceiro Setor. Fui todo animado e pensei que ia encontrar lá coisas maravilhosas. O estande mais bem organizado e bonito era da General Motors que estava fazendo lançamento do carro Vectra. Isto numa feira do Terceiro Setor. O que tinha característica de Terceiro Setor eram os estandes das entidades filantrópicas e fiquei chateado de perceber que eram quiosques, muito mal montados, de uma forma muito primária. Os fabricantes de produtos ortopédicos estavam muito bem organizados, porque os estandes foram feitos por profissionais. Do Terceiro Setor tinha apenas fundação ou casa de amparo a vovó e mais pareciam com uma quermesse. É hora de pensarmos seriamente neste tipo de coisa e vou de encontro ao que o colega falou. Tem que dar uma estrutura empresarial, obviamente sem finalidade de lucro, que precisa ser tocada por profissionais, gerentes, como você disse. Se não tivermos esta organização, a segunda feira do Terceiro Setor vai estar igualzinha à do ano passado. Espero que na próxima, o Terceiro Setor seja um pouco melhor organizado.

SR. – A Fundação Getúlio Vargas já tem um curso de pós-graduação *lato sensu* para formar quadros de alto nível para administração do Terceiro Setor.

SR. – Gostaria apenas de fazer um reforço de recomendações práticas para os palestrantes. Da minha parte insisto que a questão de valores ideológicos não é um detalhe, é essencial. Por outro lado, unindo com coisas que cada um dos colegas colocou, parece-me que outro aspecto a abordar, quando se fala do Terceiro Setor, é o relacionamento entre voluntários e profissionais. Na minha

concepção e dentro da visão que impera na comunidade judaica, que tem uma organização bastante forte neste sentido, quando pensamos em capacitação, não pensamos exclusivamente nos profissionais. Faz parte da obrigação de cada profissional tentar ser o melhor possível na sua área. Entretanto, na nossa forma de entender o assunto, capacitação é fundamental para profissionais e voluntários. A melhor forma de um bom profissional trabalhar e ter um desempenho adequado é ter um interlocutor, à altura, com quem possa ir tocando esses ideais da sua entidade, para poder avançar e chegar a sua realização. A questão dos ideais, a questão do relacionamento voluntário e profissional e a qualidade, assim como a imprensa e a iniciativa privada, têm que ter padrões de qualidade. Hoje estamos num mercado cada vez mais livre concorrendo com a questão da qualidade de serviço e como atingi-la e tem a ver um pouco com o que o colega falou sobre a feira do Terceiro Setor. Quando temos a oportunidade de ver Terceiro Setor em países onde o desenvolvimento deste setor, por diversos motivos, é muito importante, como pode acontecer nos Estados Unidos, Inglaterra ou Israel. Hoje há motivos vários, entre eles ideológico, pelos quais o Terceiro Setor é forte. São empresas do Terceiro Setor, com serviços que concorrem na sua qualidade e na qualidade da capacitação das suas equipes profissionais e voluntários no mesmo nível que a iniciativa privada. Isso se transforma quase que numa questão de sobrevivência. Se alguém não se preocupar, e talvez isso seja uma recomendação futura, em capacitar aquela senhora que com toda boa vontade trabalha numa creche no seu bairro ou aquela pessoa que está numa igreja, numa sinagoga, a longo prazo esse nosso mercado não sobrevive. A questão do critério de qualidade é importante. É um critério diferente. Hoje se mencionou, entre outros, o Hospital Albert Einstein. Quando se chega no Einstein, imediatamente sabe-se que toda a organização funciona com padrões de qualidade estabelecidos por todos e para todos. A pessoa que o recebe na entrada sabe tão bem como o presidente do Einstein. Tem que ter um trabalho sobre padrão de qualidade no Terceiro Setor.

Espero que essas três recomendações sejam inseridas nessa conceitualização que vai ser feita sobre o Terceiro Setor.

SRA. – Eu acrescentaria mais uma dimensão, que deve preocupar e permear toda nossa discussão no Terceiro Setor, que é a cidadania. O Terceiro Setor antes de ser entidades, organizações prestadoras de serviços que complementam a ação do Estado, deve ser uma dimensão de participação da sociedade civil. Este valor de cidadania tem que estar presente em todas as nossas discussões, em todos os nossos trabalhos. Quando se fala em voluntariado, tem toda uma dimensão ideológica, religiosa, muitas vezes, motivações pessoais. Mas ele tem que ter, essencialmente, uma dimensão de cidadania. O grande passo dado no Terceiro Setor é exatamente esse de você ter um espaço de exercício da participação. Só desta forma dá para concebermos o Terceiro Setor, sem uma crítica ideológica de que ele está assumindo papéis que eram do Estado. É a concepção da participação cidadã. Quando se valoriza muito a participação local, em função da qualidade do trabalho, é essa a nossa participação cidadã. As pessoas que estão perto têm uma dimensão prática e de conhecimento da realidade muito maior de quem não está perto. Daí a participação de cada um, o seu papel na sociedade civil, o papel individual de cada pessoa dentro da dimensão cidadã, colaborando para o fortalecimento do Terceiro Setor.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Se me permite, acrescentaria mais uma dimensão que vamos abordar neste seminário, que é a dimensão econômica e de geração de emprego do Terceiro Setor. Diz-se que em cada dez empregos gerados na América do Norte, sete são gerados pelo Terceiro Setor. Os sete países onde o Terceiro Setor é mais desenvolvido emprega milhões de pessoas, com um orçamento da ordem de 600 milhões de dólares ao ano. Isso para um país como o nosso, é uma dimensão muito importante a ser vista.

SRA. – Já que estamos complementando, eu acrescentaria uma dimensão psicológica e sociológica. Várias pesquisas indicam que a participação no Terceiro Setor traz ao indivíduo, à sociedade e às organizações mais saúde, menos estresse. Cura o grande mal das sociedades contemporâneas . Temos inclusive algumas vantagens e motivações bastante interessantes para a participação.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Eu venho de uma geração extremamente indignada com o desmando etc. Por exemplo, lembrarei a questão do *impeachment*. Nessa época eu era presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto e fui o responsável por todas as passeatas de rua. O que você sentia daquela população de jovens que, em sua maioria, estava participando pela primeira vez no movimento de porte pela cidadania, é que as pessoas queriam o resultado. Vai sair o cidadão? Vai mudar alguma coisa? Havia uma dimensão ideológica forte, até por uma coerência política, porque você não deveria ter um Paulo Maluf eleito num mesmo ano em que se derrubou um Collor. É uma coerência político-ideológica e nem vou entrar no mérito se isto é correto ou errado. Mas não existe uma coerência nesse comportamento. Existia uma necessidade de você ter algum resultado com aquela participação. Uma dimensão que poderíamos aproveitar do Terceiro Setor, é a do marketing, embora seja uma dimensão que bifurque. O Terceiro Setor para fortalecer-se ideologicamente e para, cada vez mais, contaminar positivamente as pessoas a compreenderem quais são as tantas dimensões que ele tem, precisa ter um marketing muito bem trabalhado. Esta semana tive algumas reuniões com a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil e outras entidades que têm por hábito congregar participantes de Terceiro Setor, principalmente estudantes da área jurídica. Formei-me em 1994 e uma coisa que vemos entre os nossos amigos recém-formados, que trilharam de alguma maneira o caminho da militância pelos direitos humanos, militância no Terceiro Setor foi o insucesso financeiro. Querendo ou não, na sociedade contemporânea, você mede o sucesso das pessoas pelo tipo de apresentação com que ela se faz, seja pessoal ou

se ela tem aluguel para pagar, se ela está devendo ao banco, sucesso financeiro etc. A falta de profissionalismo do Terceiro Setor leva as pessoas a olharem o trabalho neste setor com uma dimensão apenas de voluntariado, de militância e sem a necessidade de fazer pagamento. Sinto até por parte do próprio Estado que não dá uma ajuda de custo para os Conselhos de Cidadania, como o do Conselho da Criança Adolescente, Conselho da Comunidade Negra, Conselho da Juventude, Conselho da Condição Feminina, Conselho da Pessoa Portadora de Deficiência que são essenciais para se pensar políticas públicas de atendimento a essas sociais mais carentes. Temos que contar com pessoas da militância, que estão trabalhando no dia-a-dia, atendendo pessoas que vêm do Interior, que vêm de entidades não governamentais que se localizam na periferia, que perdem almoço, não há uma ajuda de custo, porque é considerado serviço social relevante. Este conceito de serviço social relevante significa que você não tem que pagar. Com isso se acaba tendo uma desprofissionalização dessa militância, porque ela não tem condições de se qualificar, para fazer um curso em qualquer uma das organizações ou das universidades que trabalham o Terceiro Setor. Mesmo que se tenha um mínimo pagamento, às vezes, ele não é disponível, para uma creche do fundão da Zona Leste ou para uma entidade de atendimento a idosos da Zonal Sul, de Carapicuíba, onde está o problema.

De alguma maneira, temos que pensar em como fazer uma dimensão de marketing, partindo das próprias escolas onde o trabalho social tem que ser levado do ponto de vista de voluntariado, mas também com um mínimo de infraestrutura e organização. Até hoje temos entidades de grande respeitabilidade social que não possuem sequer um computador. Não tem como você mandar um disquete com texto em Word para ele publicar no jornalzinho que vai para a entidade de bairro, por falta de um computador. A entidade tem que pedir favor, fazer a mendicância social. Essa dimensão do marketing é importante porque você não vai, de nenhuma maneira, transformar o Terceiro Setor numa atividade não só bonita do ponto de vista do coração, da bondade, mas também de uma dimensão da necessidade que

ela tem de ser realizada. Como a Neusa está falando, psicologicamente ele influencia no trabalho. Volto ao texto do escritor que diz que a pessoa vai ter uma segunda remuneração justamente porque o trabalho pelo dinheiro, pelo sucesso financeiro e pelo *status* social não a satisfaz mais. Lembrando uma situação de violência: não adianta você conseguir trabalhar para comprar um Audi por 70 mil reais, sendo que você tem que gastar 40 mil para blindar. Daqui a pouco vamos ter grupos exigindo subsídio do governo para contratar escolta pessoal. Quero desconto no IPVA do meu carro porque vou ter que blindá-lo. Não acho que esta dimensão vai demorar muito para acontecer, pelo que tenho acompanhado nas discussões de violência. Violência nada mais é do que a negação da cidadania. Há uma ausência de cidadania que frutifique em ações com repercussões na agressão ao semelhante, ou seja, na violência.

Temos que trabalhar o marketing do Terceiro Setor, até como marketing de resultado. Na PUC foi feito um seminário em 1996 sobre pós-modernismo e um dos palestrantes, depois posso fornecer o texto aos senhores, chega a falar até no que seria determinado conceito uma aberração, que é a solidariedade de resultados. Nessa dimensão, estou exercitando até o radicalismo desse conceito que é justamente para provocar uma polêmica e podermos pensar as várias dimensões que este marketing pode usufruir. Existem pessoas que simplesmente contribuem para o Terceiro Setor de uma maneira até financeira, porque querem um mundo mais seguro para si próprias. Não há nenhum problema. Se isto ajudar o trabalho de curto ou de longo prazo, de resultados mediatos, imediatos, localizados ou genéricos, é uma dimensão que temos que avaliar. Não podemos dizer que o Terceiro Setor só pode ser pensado do ponto de vista da solidariedade. Concordo perfeitamente com a sua colocação e me filio a este pensamento. Só estou dizendo que existe uma outra dimensão e é justamente isto que coloco para que possamos discutir.

SR. – Só para complementar as palavras do companheiro, quero dizer que estrutura empresarial pressupõe marketing. O marketing é a principal arma para fazer o Terceiro Setor, no Brasil pelo menos, crescer.

Sou administrador de empresa e complementando o que o companheiro da comunidade judaica falou, precisamos ter a capacidade de pegar todas essas técnicas para fazer o Terceiro Setor deslanchar. Mas, ao mesmo tempo, não podemos perder a alma. Como todo rotariano, sou ultraconservador e a alma é tudo. Podemos usar técnicas altamente modernas, mas, ao mesmo tempo, tendo aquela coisa bonita que é o espírito de servir, o *elã*, conforme disse o nosso companheiro. Este é o nosso trabalho. Nos próximos meses vamos ter essa capacidade e que fique registrado no papel ou no vídeo, porque as palavras se perdem, de que vamos trabalhar nesse sentido, usando técnicas modernas, marketing, estrutura empresarial, profissionais, executivos do Terceiro Setor, mas sem perder a alma. Isso é possível.

SRA. – Peço desculpas aos companheiros por ter chegado atrasada, e não sei se vocês já discutiram a questão dos palestrantes. Na última reunião, fiquei de fazer contato com Ana Cíntia de Oliveira. Fiz esse contato, mas infelizmente ela não vai poder estar aqui conosco. Ela está fora e não teria tempo de preparar a palestra, mas deu-me algumas alternativas de nomes. Ficamos com alguns nomes e gostaria de saber se foram feitos alguns contatos para falar sobre o marco legal. Se não vou contatar essas pessoas que a Ana Cíntia gentilmente me passou.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Vamos passar a discutir a forma do novo seminário já?

SR. – Já está sendo discutido. Antes que você adentrasse a sala, uma vez que estava organizando os outros dois, já se falou isso. Existe uma ordem e o segundo nome daquela discussão na última reunião era Roberto Quiroga para o

marco legal. A Neusa poderia falar com o Roberto Quiroga e os outros nomes que a Eliane tem registrados para que possamos definir os dos palestrantes para esse seminário.

SRA. – No *e-mail* a Ana Cíntia diz que não vai poder aceitar o convite para fazer a palestra, mas gostaria muito de receber um convite para participar do seminário como ouvinte, uma vez que no dia do seminário ela estará chegando. Não trouxe o *e-mail* e não sei de cabeça os nomes indicados. Contudo, passarei os nomes para que vocês possam avaliar melhor. Se for consenso do grupo, realizaremos o convite.

SRA. – O Sazzi é nosso colaborador e já trabalhou em diversas ocasiões, falando sobre marco legal, nas nossas atividades no SENAC. Se quiserem, posso fazer contato com ele.

SR. – Ana Cíntia, Roberto Quiroga e Eduardo Sazzi seriam a terceira opção. Você tem dois nomes para trabalhar.

SRA. – O Sazzi teria algumas vantagens porque foi uma das pessoas que participou da formulação legal no grupo de trabalho. Eu o conheço, é uma pessoa didática, trabalha bem em público e a sua apresentação é interessante. O Quiroga conheço também por ter sido meu professor na GV. Todo grupo do Quiroga vai estar fazendo uma atividade amanhã às 19 horas, no SENAC da Dr. Vilanova, sobre toda a legislação para regulamentação do Terceiro Setor. Não é ele, é o grupo dele, composto de advogados, que faz este trabalho voluntariamente como empresa cidadã.

SR. – O Dr. Quiroga deu, dentro do âmbito da federação, um seminário sobre este tema e posso garantir que ele é extremamente didático. É do nosso interesse

ter alguém que possa apresentar como é a nossa realidade legal, concreta, que é diferente de sabermos como é em outros países. Ele está bem preparado.

SRA. – Se vocês quiserem, amanhã estarei com ele e poderei fazer o contato. Dr. Quiroga é nosso parceiro nessa atividade de desenvolvimento do Terceiro Setor, como empresário. Ele tem uma empresa de prestação de serviços, a Quiroga Advogados, que participa voluntariamente. O SENAC oferece infraestrutura e eles oferecem todo o trabalho específico.

SR. – Quero só fazer um comentário para deixar mais claro. Dentro do mercado que, teoricamente, seria o Segundo Setor, onde estão as empresas que visam lucro, existe uma segmentação: Setor Primário, Secundário e Terciário. A área industrial está representada pela FIESP. A área do comércio está representada pelo SENAC. Temos tudo aqui. Os órgãos governamentais, o Primeiro Setor, o Segundo Setor e o Terceiro Setor. Se não fizermos um bom trabalho, não será por falta de recursos humanos com experiência. Vamos caprichar pessoal.

SRA. – A inteligência nesta sala está bastante representativa. Quanto mais abrimos, melhor, para que a coisa fique o mais legítima possível e represente realmente os anseios da sociedade. Inclusive você falou do ideal de servir etc. Quando falamos de cidadania, ao ideal de servir deve ser acrescentado o ideal da pessoa ser livre. Você só é livre quando conhece os seus direitos e os seus deveres. O grande problema do Terceiro Setor até hoje é que as pessoas não conhecem os seus direitos e tampouco os seus deveres. Muitas das entidades trabalham para que as pessoas continuem não conhecendo. É uma coisa que precisa ficar muito clara, para que o Terceiro Setor possa tomar um novo rumo.

SR. – Queria acrescentar um comentário a respeito do que o Marco Aurélio falou, que é a questão da remuneração do Terceiro Setor. Esta é uma discussão

antiga e vem sendo travada há longo tempo, principalmente nos países onde o Terceiro Setor é mais desenvolvido. Na Itália, por exemplo, essa discussão é travada até hoje. Recentemente, num congresso em Turim, se voltou a discutir isso, num debate que tomou o nome de “Volta o governo dos cidadãos”. Esta é uma discussão muito interessante e para adquirirmos uma clareza conceitual, devemos nos aprofundar nela. Quem é voluntário e quem é remunerado no Terceiro Setor. Quem é voluntário e quem é profissional. Em que termos deve ser essa remuneração.

Um outro tema que gostaria de sugerir para a pauta do seminário são as relações do Terceiro Setor com o Primeiro e o Segundo Setores. Ou seja, o Terceiro Setor com o Estado e com a iniciativa privada. Como se pode construir sinergias produtivas deste relacionamento. São temas muito interessantes e temos bastante material para discussão.

SR. – Penso que deveríamos dar a palavra para vocês exporem a experiência a fim de dar maior clareza. Tenho a certeza de que aqui existe uma vasta experiência neste campo: essa interação do Terceiro Setor com os demais setores que compõem a macrossociedade. Vocês duas poderiam passar coisas fantásticas para nós.

SRA. – O SENAI tem experiências muito grandes, desde 1960 junto com a Febem, por exemplo. Só que temos um problema de ordem eminentemente política. Fazemos um projeto que tem aceitação pelo assistido e todo um cronograma para se seguir, mas quando muda o governo, seja por questões ideológicas, seja por partido político, se desmobiliza. Várias vezes fizemos projetos e com muito bom resultado. A forma de premiar um interno que tivesse bom comportamento era fazer os cursos do SENAI. Eles conseguiam, inclusive, melhorar o relacionamento dos meninos dentro da Febem pelo interesse que tinham em fazer os cursos. Juntávamos empresas, o SENAI e trabalhávamos dentro de várias organizações.

Entretanto, é uma coisa difícil de se trabalhar, porque peca pela falta de continuidade.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Como todo mundo sabe, o Estado trabalha dentro da legalidade estrita. O problema da descontinuidade e as conseqüências que isso gera para o assistido, para o carente que fundamentalmente deveria ser o objeto principal da ação do Estado nessa área, é algo que o Fórum poderia criar, como orientação.

Dentro dos vários conceitos que estamos trabalhando de qualidade, de resultado, de eficiência, de profissionalismo, poderemos, de alguma maneira, pensar numa sugestão legislativa, porque esta também é uma função precípua desta Casa. Temos que lembrar que o objetivo do Fórum é de não apenas fazer essa discussão conceitual, mas de levar essa discussão conceitual a propostas legislativas, dentro da legislação da Casa, da área estadual, como proposições e indicações da Casa para os Poderes Judiciário e Executivo e Legislativo das outras órbitas de gerência do Estado. Enquanto vocês estavam falando, eu fiquei pensando. É verdade. Fui conselheiro da Febem, e sei do prejuízo que causa para o relacionamento dos internos a descontinuidade brusca de um programa, simplesmente por uma mudança de gerência. É um problema quem aqui lida com outros governos internacionais por força do seu trabalho ou até por interesse pessoal. Cito por exemplo, algumas missões japonesas e alemãs, que recebemos e eles não compreendiam como simplesmente o programa pára. Mudou o governo, o programa estava funcionando, mas não interessa, pára. É o pleno poder do administrador que, por motivo de interesse público, descontinua o trabalho. Se pensarmos num critério de qualidade para o atendimento social, se pensarmos num critério de medição de resultados e de auditoria na medição desses resultados, pode-se fazer até uma proposta legislativa onde o administrador tem por obrigação continuar um trabalho que esteja dando resultado social. A Casa poderia pensar numa proposta legislativa. Projeto Guri tem uma série de dimensões de

comportamento psicológico, de profissionalização etc. Se este projeto fosse acompanhado por uma auditoria que tivesse alguns critérios que nós poderíamos indicar para que se utilizasse para avaliação dos resultados do trabalho, e eles tivessem um nível de aceitabilidade alto na mudança de gestão, esse contrato seria obrigado a ser mantido pelo Estado até o seu final ou então ser privilegiadamente considerado para contratação de um novo tipo de trabalho com a mesma natureza. Você não pode, de maneira nenhuma, interferir na vontade do povo, representada teoricamente pelo governante. Mas você pode fazer que essas pessoas assistidas tenham o mínimo de garantia que aquele trabalho não vai ser interrompido, não vai ser descontinuado de uma maneira racional, que é onde geralmente o Estado peca.

Só gostaria de lembrar aos companheiros que quando este seminário for realizado, quanto mais resultados práticos ele puder indicar, para nós, muito melhor. Garanto para os senhores que esta Casa vai dar toda prioridade para o seminário do Fórum Século 21. O Sr. Presidente, Deputado Vanderlei Macris determinou, numa reunião que fizemos na semana passada, que a Casa dê todo apoio e força para as realizações do Fórum. Assim sendo, peço que esses debates tenham também um cunho operacional, um cunho prático. Quanto mais resultados práticos, oferecidos pela sociedade, para o nosso trabalho, puderem ser colocados para o Presidente da Assembléia Legislativa, tanto melhor será.

SRA. – Ninguém me conhece, porque estou substituindo a Georgina Benevides, a Gina, da Associação Cristã de Moços que não pôde comparecer hoje. Sou assistente social, supervisora de desenvolvimento social e trabalho com Gina. Tenho trabalhado na área de assistência social, inclusive pertencço à Comissão Executiva do Fórum da Assistência Social da cidade de São Paulo, que se reúne na Câmara Municipal.

Esta é uma discussão longa que temos travado na nossa área profissional. Em relação ao Terceiro Setor, um grande item que se coloca é a questão do financiamento. Quando esta questão se coloca pensamos também numa

modernização da legislação. Acontecem coisas berrantes. Não sei se vocês ficaram sabendo, tempos atrás, que o Ecad quis cobrar direitos autorais de escolas, na época das festas juninas e, evidentemente, algumas escolas cancelaram a programação por conta disso. Essa questão da modernização da legislação é um item que não entendo muito, mas sentimos, na prática, que, muitas vezes, a lei não ampara o Terceiro Setor. Principalmente quando se trata de levantamento de recursos, de geração de recursos próprios, entrando aí toda uma questão tributária, que eu também não entendo. Talvez seja um item para estarmos também discutindo neste Fórum e a respeito do qual, creio, todos já devem ter sofrido algumas dificuldades.

Essa questão do Terceiro Setor não visar lucro, muitas vezes, gera dificuldades na hora de se revender alguma coisa ou artigos produzidos pelos voluntários. São questões que se colocam e não estão claras para nós.

SRA. – Você misturou lucro com a sustentação do próprio projeto. Isso precisa estar muito claro. No critério do marco legal tem que se discutir muito isso. Se não, no fundo, você acaba gerando mecanismos que impelem algumas entidades sérias a fazerem algumas manobras para poderem contemplar uma atividade como essa que você está colocando. Quanto mais pudermos deixar essa legislação mais racional, melhor será. Temos aí exemplos do mundo inteiro, que podemos buscar. Mesmo a prática do dia-a-dia das entidades que podem estar nos colocando isso. Sabemos de entidades com problemas graves, inclusive com sucata do Estado que não pode vir legalmente para uma entidade. Tem que se fazer uma licitação. Tudo isso realmente gera entraves para o desenvolvimento do Terceiro Setor.

SRA. – Todos esses itens deveriam ser levantados durante este seminário, a fim de que todos fossem tratados conveniente. Realmente, existe esta confusão que você levantou da sucata, a sustentação e lucro. São vários itens que temos hoje

colocados no Terceiro Setor e que não estamos sabendo resolver, apenas contornando para poder levar a situação para frente.

SRA. – Quanto à legitimidade, concordo com a colocação do nosso companheiro sobre o problema dos Conselhos. Represento a FIESP no Conselho Estadual de Saúde. Vejo a dificuldade de representantes da sociedade, legítimos representantes de deficiência física etc., que têm uma dificuldade muito grande até de vir do local onde estão para freqüentar as reuniões. Se queremos a participação da sociedade civil, esses pontos devem ser muito aclarados. Se é uma questão política, se é uma questão da participação da sociedade, deveríamos contemplar fórmulas para que a sociedade realmente possa participar. Se não, você privilegia aqueles que têm o poder econômico, isso gera um círculo vicioso.

SRA. – No Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo, tivemos uma experiência nesse sentido. Houve uma época em que a ACM ajudou a fazer um projeto para levantar recursos na própria Unicef, para dar uma ajuda de custo aos conselheiros. Havia conselheiro que não tinha recurso sequer para alimentação e condução. Pertenciam a entidades com poucos recursos que não tinham condições de sustentar essa situação. Ao mesmo tempo o Estatuto da Criança e do Adolescente contempla que eles não devem ser remunerados mesmo. Na própria legislação já está o nó da questão. Não sei como se resolveria isso. Será que precisaria mudar o estatuto? Já houve um erro de encaminhamento quando da aprovação do Estatuto da Criança, porque se pensou que talvez o fato de se remunerar atrairia pessoas que estivessem só interessadas na remuneração. Acredito que o pensamento não deve ser por aí. Na realidade, precisamos pensar na sustentação dessas pessoas. Infelizmente, na realidade, sem dinheiro não se vive. Precisamos ter o mínimo recurso para sobreviver.

SR. – Essa questão financeira tem que ser discutida com muito cuidado. É necessário analisar profundamente a questão. Ela abrange não só o setor dos conselhos. É genérica. Sou um técnico. Se uma universidade me convida e me paga por uma aula de pós-graduação *lato sensu*, R\$200 (duzentos reais) por hora, tudo bem. Outro dia, uma fundação rica do Interior me convidou para falar da questão do menor, da criança etc. Para mim não há diferença nenhuma em fazer três ou quatro palestras por mês de graça. É a visão da coisa. Posso garantir que as palestras foram mais ou menos iguais, mas há outras coisas importantes. Por exemplo, eu dirijo a Fundação Conservatório, Dramático e Musical de São Paulo, criada em 1902, abandonada e que tem um conselho formado por figuras importantes da sociedade de São Paulo. Se eu pedir uma verba pela Lei Rouanet, eu consigo recuperar uma parte do teatro, só que ela vem por meio de uma empresa, talvez, com a Lei Mendonça etc. A empresa que aplica uma Lei Rouanet, uma Lei Mendonça, tem isenção de impostos. Ela aparece como doadora do dinheiro, quando na verdade é dinheiro público. Precisamos ter muita consciência de que quando usamos uma Lei Rouanet estamos tirando dinheiro da área pública e colocando, evidentemente, também numa área pública não estatal. Temos que analisar isso.

Outra questão que acho importante que foi colocada é a do SENAI e Febem. Conheço muito bem a Febem. As instituições que dão certo são aquelas que têm mandato para seus dirigentes. É o caso da Universidade de São Paulo, por exemplo. Ninguém teria a ousadia de nomear um parente, amigo ou correligionário reitor da USP. Para FATESP também ninguém pretende nomear, se bem que nomeia, um correligionário político para presidente. Uma coisa acontece com a TV-Anchieta, sem bem que está sucateada hoje. Na Febem existe o mandato do presidente. Pela história da instituição, sabemos que alguns presidentes ocuparam o cargo por dois ou três meses. Outros ficaram sabendo que tinham sido demitidos pela televisão. Isso aconteceu com a Dra. Maria Cecília Giglioto, no governo Montoro. Se a instituição vai ter um diálogo conosco, há possibilidade de uma

continuidade. Acontece que só vêm no Estado se tem mandato. Ninguém pretende nomear um sobrinho como Comandante da Polícia Militar ou Procurador-geral. O Conselho Estadual de Educação também padece de falta de dinheiro. Fui membro deste Conselho. Entretanto, uma coisa interessante é que os conselheiros são todos nomeados no mesmo governo. Alguns inclusive atravessam governos. Há recomposição do conselho. A questão social não é valorizada realmente. Se eu pagar um conselheiro para o Conselho Tutelar vão dizer que ele quer ganhar aqueles cem reais. O Conselho Estadual de Educação é um dos conselhos mais importantes de São Paulo. No entanto, o jetom deve ser 100 ou 150 reais. A questão social não é privilegiada. Quanto se paga uma consulta médica? Todos se lembram do que foi dito aqui? O Estado paga por uma consulta médica de três a quatro reais. Alguns dos senhores teve a coragem de consultar um médico particular nos últimos tempos? Uma consulta com eletro e tal custa cerca de 250 reais. Quanta ganha uma professora primária na prefeitura ou no Estado?

SRA. – Por isso, penso que devemos privilegiar os canais de participação do cidadão. Nós só conseguiremos reverter este quadro quando a sociedade estiver madura para exigir os seus direitos. Isso só se faz com participação. Não vamos esperar que isso venha de cima para baixo. Em qualquer lugar do mundo isto vem de cima para baixo. É uma questão de educação. Só fazemos isto exercitando e abrindo canais para este exercício. É importante estarmos trabalhando esses mecanismos que privilegiem a participação do cidadão e abrindo novos canais de participação.

SRA. – .Aí entra a importância do marketing. Toda atividade que vai para frente, tem um marketing por trás. Por mais simples que seja. Marketing é um negócio tremendo. O Terceiro Setor não tem sabido utilizar direito o marketing e as conquistas todas nesta área. Percebemos, pelo menos na nossa instituição, como isto realmente faz falta. Nem sempre as pessoas estão preparadas para fazer o

marketing devido. Hoje se coloca muito a questão dos indicadores de qualidade na área do Terceiro Setor. Até anos atrás, se pensava muito na atividade em si, pelo menos em determinadas situações. O objetivo era tirar criança da rua para não ir para o caminho errado. Dava-se atividade recreativas, lúdicas. A criança tinha onde passar o seu tempo e não fazia coisas erradas. Na realidade o que se coloca hoje é toda uma visão educacional. Hoje se pretende fazer com a criança e o adolescente um trabalho educativo. Estamos caminhando para essa meta, ou seja, como fazer para que a criança e o adolescente tenham um projeto de vida. Não é só colocar a criança lá dentro para não fazer coisa errada lá fora. É colocar a criança lá dentro para que ela se descubra, para que ela consiga estabelecer o seu projeto de vida e dar um sentido à sua vida e objetivos que realmente a convençam do que é bom ou ruim para ela, dos seus direitos e dos seus deveres.

Esses indicadores de qualidade que colocamos hoje na área da criança e do adolescente deverão também ser colocados nas demais áreas. O que se pretende não é apenas a atividade, fazer por fazer, mas se alcançar determinados resultados. Quando clareamos essa questão dos resultados é que o marketing pode vir como grande auxílio para nós. São esses resultados que a sociedade tem que ter claro. Por que, por exemplo, estamos fazendo uma determinada atividade para levantar recursos? Por que estamos pedindo financiamento? Onde queremos chegar com isso? Queremos chegar aqui. São esses os resultados que queremos alcançar. Vamos ter um monitoramento para saber se alcançamos ou não esses resultados. O agente financiador, a própria sociedade que está financiando, vai ter um retorno deste trabalho. Esse é um desafio que estamos colocando e que na área da assistência social também se coloca. Quais são esses indicadores? Como vou saber que estou alcançando aqueles resultados?

SR. – Estou observando que estamos falando o tempo todo sobre educação. Quando faço a leitura da proposta para o grupo vejo que falta isso. Parece-me que tem que ser incluído meio enfaticamente nossa proposta do ponto de vista

educativo. Temos algumas experiências nisso. Também compartilho das mesmas preocupações de vocês. Mas o que não foi mencionado é como angariar pessoas para trabalhar no Terceiro Setor. Não pessoas profissionais, mas voluntárias. Temos experiências aqui em São Paulo, algumas muito bem sucedidas com jovens nos últimos anos do colegial. Uma das matérias na escola é sobre “Ética e cidadania”. Eles têm a oportunidade de, duas ou três vezes por ano, de fazer um trabalho em algumas das muitas entidades sociais assistenciais. Não ficam no nível só da palavra. Concretamente eles sentem a necessidade do outro e a satisfação não econômica de ajudar o outro. São essas coisas que nos deixam muito melhor. Temos uma experiência e, como estamos numa Casa Legislativa, talvez possa ser traduzida numa proposta concreta, para que uma experiência bem-sucedida dentro de um setor como é a comunidade – e que existem algumas outras em colégios privados que também fazem coisas semelhantes – seja extensiva a toda nossa cidade. Isso pela possibilidade de que um adolescente que esteja fazendo os últimos anos de colegial tenha o contato e sinta a sua responsabilidade e a satisfação que pode ter em ajudar. Não sei a quem corresponde a proposta para o grupo de legal, político, ético, organizacional, operacional e educativo, colocar o educativo para que nesses próximos anos nas escolas e nos lugares onde formalmente se faça educação exista um trabalho também voltado para o Terceiro Setor. Se não fica muito vago, ninguém está dando a mensagem para os nossos jovens que têm que assumir algum tipo de compromisso social. Isso fica limitado a entidades com algum cunho religioso, ideológico. No ensino público não há um recado nesse sentido e seria importante e até está ao alcance da Casa.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Uma discussão histórica, e quem é professor universitário aqui sabe, é a questão do universitário devolver em trabalhos sociais no investimento público. A resistência que a universidade tem de obrigar como matéria curricular, a nossa proposta como representantes dos alunos no Conselho Universitário do 11 de Agosto, era justamente essa. Quem não tivesse

feito um trabalho social em qualquer área da sua universidade não receberia o diploma. Na escola pública, de alguma maneira, nas técnicas, é uma questão de respeito e responsabilidade pelo imposto, que é dinheiro público. Eu estudei na USP mas paguei, porque eu também pago imposto. A maioria do público universitário não tem essa consciência. É uma agregação do conhecimento que é universal, dentro de uma entidade que é especializada na transmissão, geração e acúmulo de conhecimento, que é a universidade, que a pessoa privatiza e vende no mercado de trabalho de alguma maneira. É apropriação que se torna indébita na medida em que ela não é reinvestida na área social. Isso também é uma proposta para ser realizada até do cunho educativo. Trabalho com educação para cidadania há 10 anos. Sabemos o que significa levar ao conhecimento da pessoa que vive no seu pequeno mundo a dimensão do trabalho social e o que isso realmente impacta nos valores da pessoa e na sua vida futura. Volto a uma experiência do Centro Acadêmico onde a gente levava às comunidades o conhecimento jurídico etc. Isso como proposta, mas o objetivo fundamental era justamente fazer o atendimento àquela população e tornar aqueles estudantes mais preocupados no trato social. Para nossa satisfação, num prazo curtíssimo, se pensarem em termos culturais de três ou quatro anos, esses alunos se formaram, tornaram-se juízes, promotores, diretores de empresa ou de alguma maneira influentes no seu espaço de governabilidade, ou seja, são pessoas que detêm o poder. Todas às vezes que se encontram dizem dos trabalhos sociais que estão fazendo com os seus comandados. Na verdade, eles nos agradecem, lembrando dos trabalhos feitos nas favelas e que, atualmente, numa empresa estão fazendo um bom trabalho com o pessoal do seu entorno, diminuindo muito o índice de violência no trabalho, e isso diminuiu o medo do pessoal chegar lá. Existe um jeito de você medir isso socialmente. É educativo, é uma transformação cultural. Se dermos ênfase a essa orientação dentro da nossa proposta de seminário, seria de muita utilidade.

SRA. – Poderíamos inclusive utilizar a experiência do bandeirantismo e escotismo, que têm um trabalho belíssimo, assim como o Rotary que tem o Rotaract e o Interact, que é um trabalho voltado para a comunidade. A experiência do bandeirantismo no Brasil é uma das coisas mais estimulante para o jovem no encaminhamento do voluntariado. Percebemos que jovens que passaram pela experiência do bandeirantismo e do escotismo são pessoas diferentes dentro da comunidade. Elas se preocupam com a sociedade

SR. – O Rotary fez um trabalho contra a dengue e os escoteiros participaram. Até comentei esse projeto para vocês. O Rotary parou, porque a missão foi cumprida, mas os bandeirantes e escoteiros continuaram.

Gostaria de falar um pouco, já que você falou na parte acadêmica, esta fase tão bonita da vida da gente, do Projeto Rondon. Era uma bandeira para os jovens na época, eu só não tive dinheiro para fazer tudo isso. São coisas que podem ser ressuscitadas. São projetos bonitos, que dão uma bandeira para o jovem, que muda a vida do cidadão.

SR. – A Comunidade Solidária é um projeto que está em execução e é um dos melhores projetos deste país. É uma modernização do Projeto Rondon. Educação pública é obrigação do Estado. Como sou velho, arcaico, considero educação pública uma prioridade. Considero uma educação privada, particular, uma concessão do Estado, espero que transitória e provisória. Não acho que se deva jogar o peso desse trabalho social nas costas dos estudantes de escola. Ele deve ser executado por todos os cidadãos, por todas as universidades que têm na sua finalidade a extensão universitária. Atualmente se fala muito que classe rica está na Universidade de São Paulo. Eu me aposentei na USP, como professor, depois de 30 anos de magistério, com um salário de mil reais. Não sou um marajá e os alunos da Faculdade de Economia também não eram marajás. Estudavam à noite, moravam na periferia, são filhos de classe média e se dedicaram ao estudo. As

peças que falam que na escola pública estão as crianças de famílias ricas, não conhecem FAAP, UNIP, UNIBAN e GV, onde em algumas situações a mensalidade custa mais de mil reais por mês.

Precisamos ter muito clara esta situação, porque do jeito que as coisas vão, a idéia é de que a escola pública é a grande vilã. Nem toda escola pública de nível secundário e primário é pior que a escola particular. Isto também não é verdade. Há escolas públicas de bom padrão, de médio padrão. Há também escolas particulares que são uma verdadeira porcaria e arapucas, especialmente os supletivos que existem por aí. Sou um velho de mentalidade arcaica que ainda considera a defesa da escola pública uma tarefa da Revolução Francesa, laica e que abriga todos, pobre, preto, branco, religioso, ateu. Isto é uma coisa muito importante e estamos fugindo disso. Os jornais estão dizendo que basta levar um cartão de inscrição na Fuvest para ingressar na universidade. É um escândalo. As pessoas perderam um pouco da sensibilidade. Alguém chega no hospital e perguntam qual é o seu cartão. De acordo com o cartão ele vai ser tratado. Desculpem-me o desabafo, mas acho que estou ficando fora de moda. Não estamos aqui para substituir o papel do Estado. O Estado tem obrigações. Por isso pagamos impostos etc. Ontem li no *Estadão* uma pessoa dizendo que não sabia mais o que fazer, porque para ter saúde, entrou num plano de saúde. Colocou o seu filho numa escola particular para ter educação. Para ter segurança contratou uma empresa de segurança. Ele perguntava o que o Estado podia dar mais. “O Estado custa-me dinheiro, enche-me a paciência, corre atrás de dotações.” Quando tem alguma coisa chata o Estado passa para nós. O menor infrator distribui um pouco para cada um levar para casa. Os batistas levam 20, o outro 10 etc. E agora vão privatizar os presídios também. Coisa que no passado chamavam escravatura e na América Central os ingleses faziam entregar os presos para os grandes plantadores de banana ou açúcar. Imaginar um presídio privado para mim é uma coisa dantesca. Prender uma pessoa para trabalhar. Isso é sensacional.

SRA. – Concordo com o Alberto na questão da educação. Quando você faz com que indivíduo seja protagonista da sua história, ele nunca mais vai se deixar levar pelas coisas que hoje nós sentimos. Esse estado de coisas vai continuar se não tivermos um começo em algum lugar. Só chegamos a este ponto porque a nossa sociedade não interage. A questão do voluntariado é uma questão de aprendizagem. É você ser protagonista da sua vida e estar alavancando isto para o seu semelhante. Quando isto ocorre, você consegue semear toda a rede social de uma forma que se torne o processo irreversível. Em algum momento vamos ter que começar isso. Se não, os nossos filhos daqui a 30 anos talvez estarão sentados aqui, reclamando com muito mais veemência, porque o estado de coisas vai estar pior. Em algum momento, vamos ter que começar. Queremos dar para os nossos filhos informação ou a formação. Hoje até a família tende a se desestruturar exatamente pela falta dos valores humanísticos. Se o Estado não faz, nós, enquanto sociedade, devemos trabalhar para que isso acabe acontecendo lá. Poderíamos dar subsídios para esta Casa poder legislar nesta função. Talvez não de obrigatoriedade, mas dar canais que possibilitem. Penso que isto é uma coisa que vai acontecer. As empresas, hoje, privilegiam aqueles que têm trabalho voluntário. Até o primeiro emprego é muito fácil do adolescente colocar-se, se ele foi um adolescente que participou de um Rotary, de uma ACM, fazendo um curso de liderança. Isto já mostra um perfil e é um diferencial. Estamos dando à sociedade uma proposta neste sentido. Algum dia vamos chegar lá.

SRA. – Concordo também com a colocação dos dois companheiros. A questão da escola se coloca de uma forma muito mais forte em relação à questão social. A escola sempre privilegiou o cognitivo. A informação, o currículo, toda uma programação para formar o intelecto. O social ficava sempre em segundo plano. Hoje, com os temas transversais, o social vem sendo privilegiado também. Só que nem sempre o corpo docente consegue trabalhar esses temas transversais de forma que resulte em um benefício real para aquela comunidade onde está inserida

a escola. Esta questão da cidadania e da ética tem que ser reforçada no currículo, porque é por aí que talvez possamos trabalhar melhor essa interação. Não sei se consta do currículo atualmente a questão de ética e cidadania.

SRA. – Acho que constar do currículo não quer dizer nada. Tem gente que trabalha a ética de uma forma direta. Dá uma aula, dá definições e acaba por aí. O fato de estar no currículo é uma questão de filosofia de educação. Precisamos começar a trabalhar e a exigir uma educação que estamos chamando no Centro de Educação, de educação atuante. A formação técnica e tecnológica do indivíduo, principalmente do terceiro grau, ela é importante, mas só é importante se ela for integrada e sustentada por toda uma formação humana, social. Uma formação cidadã, que é a base da participação social. Isso é uma coisa interessante. E passa também pela forma de você trabalhar, o que implica a escola sair do seu comodismo de simplesmente transmitir conhecimentos, e vivenciar conhecimentos e valores. É difícil fazer isso. O Centro de Educação Comunitária está com um projeto que estamos considerando bastante interessante, com as novas faculdades do SENAC. Estamos oferecendo aos universitários a possibilidade de estarem participando de um projeto social, de forma atuante. Quer dizer, eles vão estar preparados e capacitados para escolher, elaborar, implantar e avaliar esse projeto. Para espanto nosso, tenho participado de todas as aulas de propostas, e estão sendo muito bem aceitas pelas pessoas. É muito difícil os alunos que têm uma reação negativa. Estamos trabalhando com eles os ganhos pessoais que essas pessoas têm. Uma pessoa que trabalha no projeto social tem muito mais facilidade para fazer uma leitura diagnóstica de uma realidade social, de qualquer ocupação, que o empresário precisa, que o político precisa. Ela vai desenvolver capacidade de trabalhar em grupo, capacidade de comunicação oral e escrita. Vai aprender a elaborar e a implantar projetos, porque tem uma série de vantagens que são obrigações nos currículos e nas metodologias de ensino de terceiro grau

principalmente. Esta dimensão educativa deveria ser trabalhada de uma forma mais natural. Temos que forçar um pouco com a proposta ou com a legislação.

SRA. – Também deveríamos colocar o problema da capacitação dos professores. O grande nó está aí. Não adianta existir nos currículos se os professores não têm condições de trabalhar a questão. Hoje se coloca muito a questão de capacitação dos professores. É uma rede. Se os professores são capacitados eles vão conseguir capacitar os alunos e eles vão se voltar para o social de uma forma mais concreta e a nossa sociedade vai progredir em relação a isso. O começo de tudo isso está na capacitação do professor, que hoje acredito seja a categoria profissional que mais tem condições de trabalhar junto à juventude. Evidentemente, que não seja um trabalho exclusivo do professor essa questão do social, mas ele está com a criança e o adolescente a maior parte do tempo. Tirando a família como unidade que fica uma parte, a outra metade do dia a criança e o adolescente está com o professor, está na escola. A escola coloca-se como um ponto fundamental na questão da conscientização e da formação dessa nova sociedade no que se refere ao tratamento dessas questões sociais. Não dá para fugir mais disso.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Não vou discordar totalmente, mas discordo num certo sentido. Trabalhando com violência, acompanho os índices de violência praticados por jovens de 14 aos 25 anos, em idade escolar. Essa violência é dirigida contra eles mesmos, contra os membros da sua comunidade, contra a escola, contra a instituição que representam. Concordo plenamente que o professor tem que ser mais capacitado. Entretanto, um ciclo vicioso que se causa é o seguinte. O Estado não capacita melhor o professor de uma escola de periferia, porque a obrigação do professor é simplesmente pegar o aluno e formá-lo. Isto é uma voz corrente da reclamação do professorado, porque se parte do princípio histórico de que os valores você traz de casa. É como você estava colocando sobre

a questão formativa. Quando você aponta um novo desafio para o ambiente escolar, eu vou discordar no seguinte sentido. A escola não é mais o *locus* único e privilegiado da educação. Ela passa a ser um grande indutor do processo educacional na medida em que um professor capacitado e um projeto pedagógico bem desenvolvido conseguem contaminar os vários núcleos de convivência desse jovem, para mostrar que a ética se pratica na escola, em casa, no clube, com amigos, no esporte, onde se tem uma vida ética e não uma escola ética. Não há maneira de se ter uma escola ética, se não tiver uma família ética, se não tiver valores que sejam consonantes. A maior dificuldade é trazer da comunidade os valores que ela tem para ver, em que maneira se consegue fazer uma sintonia com os valores transmitidos pela escola. O confronto de valores entre o jovem estudante, o jovem filho e o jovem membro de um grupo de pichação, por exemplo. Simplesmente ele vai procurar um grupo de pichação, vai praticar uma violência para tentar ser protagonista da sua história, porque o José da Silva Júnior não é ninguém, mas o Zeca Baleiro é. O Pedro Manoel Antônio não é ninguém, mas o Pedrão Sete Dedos é. Ele adquire uma nova personalidade, ele abraça uma maneira de ser o protagonista da sua história, para tentar conseguir um boné diferente, porque dentro daquela comunidade onde ninguém tem nada, um boné diferente é um valor que ele pode ter.

SRA. – É a questão do resgate da auto-estima. As escolas e os projetos em geral que conseguem resgatar esta auto-estima conseguem resultados.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Eu sei disso, porque acompanho . O que quero dizer é que a escola pode ser uma grande indutora desse tipo de trabalho com o Terceiro Setor.

SRA. – Acho que também é uma questão de momento. Neste momento o Terceiro Setor não está tão forte, tão estruturado para poder fazer essa interface

que você está colocando. Qual é o poder hoje que está mais estruturado, que consegue abranger todas as crianças deste país? É a escola e a televisão. São os dois grandes poderes de educação. Concordo perfeitamente que não é o papel exclusivo da escola. Só que a rede que temos no país hoje é esta. O Terceiro Setor está crescendo, mas ele ainda não consegue fazer a sua parte.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Sem dúvida. O que estou colocando é o seguinte. Quando a gente estudar a dimensão da educação neste seminário, a dimensão tem que ser dada no momento da escola, mas no momento muito maior do que a escola. Não é concentrar única e exclusivamente o papel da educação para a cidadania. É uma educação transversal, é uma capacitação do professor para que não se relegue, formalmente, a uma matéria de direitos humanos, ética e cidadania, com uma carga horária de 40 horas. Então chama um professor, um assistente social, um advogado, um filósofo da vida, um religioso, para dar emprego para esse povo, para falar sobre ética durante 40 horas, cumprir a carga horária e resolver o problema. É você trabalhar a educação cidadã numa órbita de transformação cultural.

SRA. – A questão é que hoje a escola, tanto a pública quanto a particular, não está conseguindo fazer principalmente o adolescente se voltar para o social. A força da televisão, da mídia, do cinema. é muito grande. Tenho um filho adolescente e percebo o nosso esforço em desempenhar esse papel de fazer o adolescente se voltar para o social. Eles imitam aquilo que vêm pelos meios de comunicação. É nisso, às vezes, que sinto a falta da escola, que deveria ajudar.

SR. – Posso participar da discussão, até porque estou no centro dela e sou apaixonado pelo assunto. Coordeno um programa chamado “Parceiros do Futuro”, da Secretaria de Educação, e que tem entre seus propósitos o de diminuir os

índices de violência juvenil que, hoje, é responsável por 40% das ocorrências, principalmente na periferia de São Paulo.

Gostaria de voltar um pouco sobre a questão do Terceiro Setor. A minha opinião é que este Fórum do Terceiro Setor deveria, (pode ser que tenha oportunidade e capacidade), ser um centro produtor de conhecimentos sobre o assunto, que não é muito estudado no país. Temos algumas universidades em São Paulo, por exemplo, Fundação Getúlio Vargas, FEA, PUC com centros de estudos do Terceiro Setor, e tem alguma coisa na Bahia e no Recife, e algumas entidades no Sul.

Esta iniciativa do Fórum Século 21 é uma grande oportunidade para tornar-se também produtor desse conhecimento. Uma outra tarefa que reputo importante é tornar-se um mecanismo de identificação da capacidade e do conhecimento instalados sobre este assunto no país, convergindo para cá esse conhecimento que já é produzido nos poucos lugares onde ele é produzido. Vejo este Grupo, não sei se já discutido, como uma grande oportunidade de fazer isso, para que essa discussão conceitual, essa identificação filosófica e ideológica se transforme em propostas concretas ao Legislativo. Para poder estruturar propostas é preciso ter uma base comum de entendimento, uma perspectiva comum. Não que seja unificada, porque quanto mais diversa melhor, mas no momento que se propõe a ação, é que ela seja unificada.

SRA. – Pelo adiantado da hora, gostaria de sugerir que montássemos a dinâmica de como seria daqui para frente. Todas as sugestões são válidas, mas ficamos rodando, rodando etc.

SR. – Vamos definir já a questão do seminário. Temos aqui um quadro e o que cada um vai debater, com um tempo preestabelecido para os palestrantes falarem. Definido, vamos embora.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Quero deixar claro que para qualquer infraestrutura que seja necessária, precisamos ter a dimensão do seminário. Quantas pessoas e que perfil de pessoas procuraremos atingir. Aí consegue-se dar dimensão do espaço físico onde o suporte é realizado. No ano passado, terminamos com uma proposta que haveria uma discussão menor para um grupo reduzido, não precisaria um plenário maior do que esse. Para nós que vamos fazer a organização, é importante que o grupo deixe claro, para que possamos dar a infraestrutura. Por exemplo, se o seminário vai ser para 50 ou 100 pessoas, porque isso tem uma dimensão na Casa. Se quiser que o seminário seja realizado fora da Casa por motivo de marketing do próprio tipo de trabalho, se alguém se colocar nessa posição, também isso é importante para que possamos dar o suporte para vocês.

SR. – Na última reunião sugeri que, pelo menos, cada conselheiro tivesse condições de convidar pelo menos uma pessoa. Aí daria cerca de 30 pessoas. Além disso, devemos convidar presidentes de outras entidades que, por algum motivo, não estão presentes neste Conselho. Isso para conhecerem o Conselho e quem sabe até integrar o Conselho lá na frente. Isso é marketing. Devemos decidir, hoje, se vai ficar aberto ou não às outras pessoas e dimensionar se é 40 ou 100, para poder também conseguir um auditório. Temos que decidir isso hoje, porque o dia 29 está aí e temos que fazer o convite para a pessoa certa também.

SR. – A tarefa do seminário é muito importante, porque não é só um episódio educativo. Ele também tem a capacidade de criar convergência e debates a partir dele. Daí produzir uma série de sugestões importantes que vão criar esse consenso e o caráter de apresentar um projeto mais completo. O seminário é uma porta de entrada muito importante para continuidade.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Temos o consenso de que vai haver um seminário maior do que este. Acho que o Plenário Teotônio Vilela seria uma dimensão razoável.

SR. – Só do Rotary temos 10 pessoas interessadas. Imaginem de outras entidades.

SRA. – Neste momento, o objetivo deste seminário é o grupo, uma massa crítica. Nada impede que coloquemos a realização do seminário como estratégia de difusão. Por ora ele tem o objetivo de subsidiar este grupo para montagem dessa proposta, porque teremos três seminários. Um grupo muito grande vai limitar a participação. Irá ficar uma pessoa falando e o objetivo é de colocarmos as dúvidas, fazermos debates e conseguirmos uma convergência que vai nortear o nosso trabalho. Continuo achando que este seminário é uma coisa mais fechada.

SRA. – Não poderíamos fazer uma proposta intermediária. Fazer uma mesa redonda, onde os conselheiros discutiriam e debateriam com os palestrantes os temas e os demais ficariam apenas como ouvintes.

SR. – Ainda existe um outro fator interessante que é o seguinte. A demanda reprimida por participação nesse tipo de discussão do Terceiro Setor é tão grande neste país que temos que articular uma forma de criar esses seminários que permitam o mínimo de organização. Isso é muito positivo que haja, e, por outro lado, nos cria algumas dificuldades de ordem técnica no planejamento e na operação desses seminários. Por exemplo, acessei uma lista de participação sobre Terceiro Setor na Internet, fiquei uma semana sem abrir e quando abri tinha 700 mensagens. Como vocês podem ver, existe uma vontade de participação da sociedade civil pelo Terceiro Setor nesta discussão.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – O Fórum é composto de 16 Grupos Temáticos e mais outros somam 24. Pensando na dinâmica do Fórum globalmente, esta é a nossa tarefa como relatoria e como coordenação, e essas pessoas acham que não podem estar no mesmo lugar todo o tempo. Por exemplo, a participação desses membros não está contemplada em um, mas está em outro. Por isso que comentei a respeito do Grupo de Reforma do Estado, porque a idéia é que num determinado momento façamos a convergência. O relatório vai ser feito em junho. Depois temos um trabalho inteiro. Teremos as eleições e o Fórum vai ficar morno. O trabalho da relatoria será de fazer uma massa única dos 19 ou 24 Grupos Temáticos. Depois vamos devolver isso para vocês. Em outubro retomamos os trabalhos para, em dezembro, fazermos o encerramento. Essas participações pontuais estão sendo reforçadas. Os Grupos vão ter que conversar. Por isso pedi para vocês pensarem, de alguma maneira, em que interface vão encaixar, porque na Educação tem uma interface, na cidadania, que trata das questões demográficas do nível de exclusão social de uma determinada massa, é uma outra dimensão de convergência. Toda essa avaliação a Sibila e eu vamos ter que fazer, com o Sr. Presidente Deputado Vanderlei Macris e o Deputado Arnaldo Jardim. É assustador o número de informações que vamos ter que alinhar.

SR. – Marcos, talvez pudéssemos atribuir para as pessoas que estão aqui e outras também um embrião básico da abordagem em cada uma dessas dimensões, para efeito da linha de trabalho do Grupo do Terceiro Setor e cada um poderia trazer uma sugestão da sua área.

SRA. – O segundo seminário está marcado para 4 de abril que mudaria para o dia 3 de abril, numa segunda-feira. O terceiro seminário marcado para o dia 9 de maio passaria para o dia 8 de maio, também uma segunda-feira. O primeiro seminário está marcado para o dia 29 de fevereiro às 9 horas da manhã.

SR. – Quanto ao formato ainda não foi definido se participarão 16 pessoas, 30 ou 40? Há uma idéia interessante. Uma mesa redonda com os conselheiros e os demais ficam como ouvintes.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Acho que é razoável essa proposta, porque teoricamente conseguiremos, se formos chamar inclusive essas outras entidades que estão sugerindo, teríamos que discutir com os deputados quais entidades poderíamos convidar para equilibrar o grupo, entre entidades laicas, religiosas, de fomento. A falta ou excesso simplesmente significa que a entidade atendeu ou não ao convite. Mas o formato original era de diversificar.

Agora que este grupo está mais consolidado, temos que reforçar nas entidades que estão faltando para o equilíbrio.

Vamos expor esse formato para os deputados e ver se eles aceitam dessa maneira.

SR. – Para cada tema não tinha um preferencial e duas opções?

SR. – Se o principal não puder, só vamos trabalhar com as opções. A pessoa que vai convidar é quem irá definir.

SRA. – Para falar sobre conceituação parece-me que a Rosa já está certo. Depois legislação do marco legal vem Ana Cíntia e Quiroga e Sazzi. Depois volto a falar com o Quiroga e o Sazzi.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Neusa, você poderia ver em que dimensão eles podem atuar melhor.

SRA. NEUSA – Os dois são muito bons. E estamos pensando numa pessoa só, porque temos pouco tempo. Temos um outro grupo de convidados, Silvio e Sérgio Haddad, que fará o diagnóstico do Terceiro Setor. Rosa Maria falaria sobre conceito. Sobre características falaria o Sérgio Haddad ou o Silvio. Sobre marco legal falaria o Quiroga ou Sazzi e situação atual seria Ana. Falta fechar características e marco legal.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Se for sugerido o Silvio e o seminário for segunda ou sexta-feira, quero lembrar que vamos ter dificuldades.

Não pudemos marcar nada antes porque recebemos o calendário das CPI esta semana. A CPI tem prioridade. Os deputados e as assessorias não podem deixar a CPI para acompanharem outro tipo de trabalho. Isso é norma da Casa. Temos que verificar isso com urgência. Se for o caso, conversaremos com o Silvio para ele estar aqui na segunda-feira. Ele é consultor da SEADE e escreveu esse texto. Temos que ver se é interessante que ele venha porque, teoricamente, teria que acompanhar todo o trabalho.

SRA. – O Sérgio também é interessante. Conheço os dois. Mas o Silvio, além de ser um *expert*, ele vem legitimamente. Ele foi o presidente da ABONG.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Eu também preferiria o Silvio.

Se no dia 29 for confirmada a reunião da CPI, não poderemos usar o plenário, e, pelo menos, o Deputado Vinholi, Presidente da CPI, não poderá comparecer ao nosso seminário. Tem que ser na segunda ou quarta-feira.

É melhor adiantarmos para segunda-feira, porque a Casa funciona de outra maneira. Os deputados não utilizam os plenarinhos nem na segunda ou sexta-feira.

SRA. – Gostaria de contar com a presença de todos vocês na minha unidade que tem a pretensão de ser, em pouco tempo, uma universidade aberta. Falo com o Quiroga ou com o Sazzi? O que vocês preferem? A maioria prefere o Quiroga.

SR. – Mantemos o Sazzi como opção.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Você está falando do Silvio e do Sérgio. O Silvio vai ter que estar no segundo seminário, se conseguirmos fazer o segundo contrato com a SEADE. O contrato tem três partes. Esta é a primeira etapa. Se o Tribunal de Contas aprovar o contrato, faremos a segunda etapa e teoricamente o Silvio teria que estar aqui, porque fizemos o adendo de que os consultores teriam que acompanhar os eventos que os deputados considerassem mais importantes. A diferença é se ele vai estar aqui como consultor ou como convidado palestrante.

Vocês têm que ler esse material escrito pelo Silvio, feito com exclusividade para este Fórum, para ver se está dentro da proposta de trabalho. Pode ser excelente, mas não nos servir.

SRA. – Deveríamos ter tido uma interface com o Silvio.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – O SEADE teve dificuldades, porque não tinha ninguém especializado no Terceiro Setor, até contratar. Como ela é uma fundação, tem o Ministério Público envolvido. E como ela vai declarar que o palestrante é *expert* num determinado tema, se não tinha critério. Quem credencia esse notório saber? É a imprensa, as universidades, amigos? Só por isso não houve uma interface maior do trabalho.

SRA. – Quando será a próxima reunião para fechar o seminário?

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Precisamos do grupo de trabalho para ver isso. Nem que seja uma reunião de duas horas na sede de alguém de vocês, simplesmente para fecharmos. Depois comunicamos ao grupo e se todos estiverem de acordo a gente fecha. Fazemos o material promocional e toda a parte de divulgação, seja pequeno ou grande. Só temos duas semanas. Vamos confirmar a data hoje.

SR. – Já temos convite formulado para o dia 29. Se passarmos para o dia 28 e a pessoa não puder vir?

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – A pessoa responsável pelo convite de determinada área é que vai ter que achar um jeito com os outros dois nomes. Se não puder nenhum dos outros dois nomes alternativos, poderemos conversar sobre um terceiro, quarto ou quinto nome até achar alguém que atenda ao convite nessa data.

Se fecharmos no dia 20, que é uma segunda-feira, se tiver algum contratempo, ficamos com uma massa de manobra muito pequena. Sugerimos na segunda-feira se a reunião for feita aqui, porque já temos as gravações, toda a infraestrutura que a Casa pode oferecer. Se quiserem, podemos fazer outra reunião na próxima segunda-feira, que pode ser em outro local, para decidir isso

Na segunda-feira próxima será na Assembléia Legislativa às 10 horas. Passamos a informação, confirmamos qual vai ser a sala aqui nesta Casa e confirmaremos a data do dia 28 e os horários disponíveis para a realização do seminário.

Quanto aos convites serão formais. Fazemos os convites, os deputados assinam e é encaminhado formalmente porque é um evento oficial do Fórum São Paulo Século 21. O convite pessoal vai para os palestrantes e o convite para ouvintes estipulamos um certo limite. Todos aqui têm direito a um convidado. Depois faremos uma redistribuição dos convites de acordo com as vagas disponíveis. Cada

um que convidou, pedimos a gentileza de garantir a presença do seu convidado para termos sucesso e não desagradar nenhum companheiro.

De acordo com o nosso espaço, dá para convidarmos 40 a 45 ouvintes. Temos que monitorar também se de repente o deputado quer convidar alguma pessoa. A intenção também é dar alguma visibilidade. Quem sabe a Presidência ou a relatoria queira convidar alguém da imprensa etc. Se tiverem nomes é só ligarem para garantirmos vagas. Por exemplo, da imprensa poderia ser a *Gazeta Mercantil*, é um Fórum, o *Estadão* outro Fórum, a revista *Veja*, a *Isto é* um outro Fórum. Verificaremos quais vamos considerar e essas pessoas terão livre acesso.

O convidado de vocês será só ouvinte. Em determinado momento a palavra vai ficar franqueada, isto é da norma da Casa e, a critério dos deputados e conselheiros, algumas dessas pessoas poderão vir a integrar o Conselho. Temos que lembrar que este é um grupo de trabalho e as pessoas têm que ter a disposição de conseguir gerenciar o trabalho em equipe.

SR. – Já assisti uma reunião do Conselho do Meio Ambiente do Fórum Século 21, como ouvinte. O deputado coordenador não dá direito a palavra, mas permite a presença de pessoas.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Uma reunião normal é uma coisa, mas o seminário é outro momento.

Peço anotarem os nossos telefones para ficar mais fácil um contato. O telefone 886-6747 é do Nivaldo e do Luiz; o 886-6543 é da Noriko, do Deputado Newton Brandão, e 886-6883 e 886-6887 são os telefones meu e da Sibile, que fazemos a coordenação. O fax daqui é 884-2212.

Hoje, até o final da tarde, vocês receberão a comunicação da confirmação do local da reunião de segunda-feira e se o seminário será no dia 28 ou não. Muito obrigado pela presença.

29.02.2000

- Newton Brandão – Deputado. Relator do Grupo Temático sobre Terceiro Setor
- Geraldo Vinholi – Deputado. Coordenador do Grupo Temático sobre Terceiro Setor
- Andrés Falconer - Gerente de Projetos do Instituto para Desenvolvimento do Investimento Social. Pesquisador e Coordenador de Projetos do Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor da USP. Pesquisador e consultor da FIA-USP
- Eliane Belfort – Representante do NASF-Núcleo de Ação Social da Fiesp
- Sueli – Representante do SENAC
- Silvio Caccia Bava – Sociólogo. Fundador e pesquisador do Instituto Pólis. Ex-presidente da ABONG-Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
- Jairo - Secretária de Estado da Educação. Coordenador do Programa “Parceiros do Futuro”
- Irene Belfort – Representante da FIESP
- Eduardo Sazi – Integrante do grupo de reforma do marco legal do Terceiro Setor. Consultor jurídico voluntário do GIFE-Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
- Ana Maria Peliano - Socióloga. Coordenadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas Não-Estatais, no IBER
- Nilson Seixas Kobayashi – Representante da comunidade budista Monja Koen e do Dr. Mário Sérgio Camargo, governador do Distrito 4.420 do Rotary International

debates - a sociedade se manifesta – Terceiro Setor

- Silvio Pelicano – Superintendente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo
- Marco Aurélio Martorelli – Relatoria do Fórum São Paulo Século 21, assessor da Presidência

SR. – Bom-dia amigos, bom-dia senhores, bom-dia senhoras, estamos aqui hoje, dia 29 de fevereiro, para que possamos dar início ao 1º Seminário do Grupo Temático Terceiro Setor. Trata-se de um Grupo Temático, um dos grupos do Fórum São Paulo Século 21. Após vários debates entre os conselheiros do Grupo Temático Terceiro Setor, definiu-se pela realização deste seminário, no qual se estará discutindo a conceituação, a caracterização, o marco legal e a situação atual do Terceiro Setor. Temos como coordenador deste grupo na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, o Deputado Estadual Geraldo Vinholi, que estará presidindo os trabalhos, juntamente com o relator deste grupo que é o Deputado Estadual Newton Brandão, que convidamos para que se dirija àquela mesa dos trabalhos. Encontra-se aqui também conosco o palestrante, Sr. Andrés Falconer, que estará hoje falando, discutindo a conceituação do Terceiro Setor. Desde já agradecemos ao Sr. Andrés Falconer por ter atendido a esse convite dos conselheiros aqui do Grupo Temático Terceiro Setor e temos certeza de que será muito gratificante estarmos ouvindo o que o senhor tem a falar neste momento sobre a conceituação do Terceiro Setor, um tema muito importante que todos os que aqui estão, irão aprender muito mais. Convidamos também o senhor para que tome assento à mesa dos trabalhos. Passo a palavra ao Deputado Estadual Geraldo Vinholi.

SR. GERALDO VINHOLI – Bom-dia a todos, é um prazer tê-los em mais uma reunião do Grupo Temático Terceiro Setor aqui na Assembléia Legislativa, cumprimentar e agradecer a cada um dos senhores pelo trabalho desenvolvido, pela qualidade dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos e cumprimentar também meu colega, Deputado Newton Brandão, que frequenta muito mais que eu as atividades até agora desenvolvidas. É um tema que, como tive já a oportunidade de dizer, me agrada muito, porque na minha atividade política, durante todo o tempo, eu diria que me elegi trabalhando muito voltado ao Terceiro Setor e mantenho isso na prática, ainda hoje por toda a região do Estado onde atuo. O que eu precisaria era ter mais tempo de aprender com vocês a forma de conduzir, de uma maneira

muito mais moderna que está sendo discutida aqui nos seus meandros. Nos orgulha muito, até nas conversas em paralelo, ver a qualidade e a dimensão que isso pode atingir. Tenho certeza de que esse grupo vai ser de ponta, considerando-se todos os trabalhos que estão sendo desenvolvidos para o Fórum Século 21. Esse será, sem dúvida, em termos de qualidade, praticidade, modernidade, o carro-chefe desse trabalho implantado pela Assembléia Legislativa.

Antes de passar a palavra ao palestrante, queria passar a palavra ao Deputado Newton Brandão, para que também pudesse fazer suas considerações.

SR. NEWTON BRANDÃO – Quero cumprimentar nosso querido Presidente, cumprimentar a todos os amigos aqui presentes, e quero confidenciar uma coisa a vocês que espero que não comentem aí fora, fica muito mau para mim. Quando nós começamos esse tema, eu mesmo, sem perceber, convivia com ele, mas sem saber da sua profundidade, do seu significado. Hoje, tenho aprendido muito com os senhores e as senhoras, e é interessante, o que a gente não conhece passa por nossos olhos e não enxergamos. Depois que comecei a conviver aqui com vocês, parece que não vejo outra coisa no mundo a não ser Terceiro Setor. Inclusive estou acompanhando até com curiosidade, acompanhei, aquilo que aconteceu na cidade de Searle, aquilo que aconteceu em Davos, inclusive a última, quando estivemos na Tailândia, aqueles movimentos governamentais, porém que não satisfazem a opinião da população não somente local como mundial que se dirige para esses lugares. Então, tenho uma satisfação imensa e aquilo que inicialmente pensei que fosse ser o patinho feio da família, acredito que vamos ter todos nós uma bela surpresa no fim desses nossos encontros. Até na cidade onde vivo, Santo André, tenho comigo aqui companheiros de lá, aquilo que o Poder Público estava cometendo era uma agressão à população, e a Câmara muitas vezes foi cúmplice, permite que se faça o Terceiro Setor lá. Agora já sei, o que é o Terceiro Setor, impediu que isso ocorresse, uma grande vitória popular. O que seria isso? Criar um lixão, o que seria um parque municipal. Então, fico analisando, e tenho lido também

muito, inclusive trabalhos acadêmicos e muitas vezes reportagens a respeito, que dizem com muito acerto: o Terceiro Setor existe nessa grandeza toda pela falência do próprio Estado. Já ouvi e já li isto e tenho que concordar. A máquina estatal e o próprio Poder Legislativo, seja como for, são mais dinâmicos, mais atuantes, nos reunimos sempre, ela é muito lenta para acompanhar as grandes transformações que estão ocorrendo no mundo. E também vemos o número dessas entidades num País como os Estados Unidos. Então, percebemos que grandes coisas estão acontecendo no mundo e grandes coisas estão por acontecer. E nessas transformações o Terceiro Setor tem uma responsabilidade muito grande, para não dizer que ele até é o sujeito da oração, ele é o objeto maior dessa luta.

Portanto, estou aqui muito feliz com vocês, agradeço o que já me ensinaram e tenho que agradecer antecipadamente o que vou aprender hoje. Portanto, meu querido Presidente Vinholi, fico muito feliz por estarmos neste encontro e sobretudo sob a sua Presidência, o que me agrada muito, porque é um colega que estimo muito e é um dos pontos altos da nossa Assembléia.

Muito obrigado.

SR. GERALDO VINHOLI – Obrigado, Deputado Newton Brandão, que é um grande companheiro, mas vindo essas palavras dele, sempre é um orgulho para nós. Quero agradecer mais uma vez a todos os senhores, desculpar-me mais uma vez porque vou ter que me ausentar em seguida, temos hoje reunião de liderança que começa agora às 10h00, na qual se faz a programação de a toda semana, eu como líder do PDT preciso estar presente, e depois reunião com os deputados de cada bancada e assim por diante, tenho que pedir desculpas.

Quero passar a palavra ao nosso primeiro palestrante do dia, Andrés Falconer. Tomo a liberdade de ler alguns itens do seu vasto currículo, que é Gerente de Projetos do Instituto para desenvolvimento do investimento social; Pesquisador e Coordenador de Projetos do Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor da Universidade de São Paulo; é pesquisador e consultor da FIA-

USP — Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo; é co-autor da publicação: Estratégias da Empresa no Brasil, atuação social e voluntariado; é mestre e graduado em Administração, pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP — Universidade de São Paulo, com linha de pesquisa direcionada para os temas de Políticas Públicas e Terceiro Setor; participou de vários eventos nacionais e internacionais sobre o Terceiro Setor e tem aqui inúmeros trabalhos, mestrado e assim por diante com vasto conhecimento na área e no assunto que hoje estamos tratando. Quero desejar boa sorte ao senhor, aos demais palestrantes, que seja proveitoso mais este dia de trabalho. Fique à vontade.

SR. ANDRÉS FALCONER – Deputado Geraldo Vinholi, Deputado Newton Brandão, senhores e senhoras membros deste comitê, agradeço em primeiro lugar o convite para participar, agradeço à qualificação de vasto currículo, esse tema, como os senhores e senhoras irão ver, é um tema que vou tratar da conceituação do Terceiro Setor, espero que não seja considerado um tema árido num dia que acho que vai ser muito estimulante para todos, vamos falar da caracterização do Terceiro Setor, do Marco Legal, a Situação Atual, mas vamos começar pela conceituação, tentar entender o conceito ou os conceitos como vou enfatizar para vocês.

Farei alguns breves comentários sobre o conceito do Terceiro Setor, falar algumas coisas sobre o perfil do Terceiro Setor no Brasil sem me adentrar muito num tema que vai ser abordado com maior profundidade pelo Silvio Caccia Bava e colocar algumas questões, alguns grandes temas sem a pretensão de estar abrangendo todas as questões relevantes, mas tentando fazer uma relação entre conceitos e alguma decisão que diz respeito ao Estado, na relação Estado e Terceiro Setor.

A conceituação de Terceiro Setor é bastante desafiadora para as pessoas que já tentaram fazer isso, porque muita gente diz que sequer é possível usar um

conceito de Terceiro Setor. Vou argumentar o contrário, mas vou iniciar a minha exposição falando da complexidade e das armadilhas para falar deste assunto. Em primeiro lugar, o Terceiro Setor pode ser delimitado, pode ser definido a partir da legislação pertinente, a partir da legislação que determina o que é uma organização do Terceiro Setor, ou seja, por meio do seu marco legal? Eu argumento que não. Existe uma legislação sobre o Terceiro Setor, existem figuras jurídicas que determinam quais organizações estariam ou não no Terceiro Setor, mas esse é um marco geral em mutação. É um marco geral que está sendo aperfeiçoado, está sendo discutido, debatido, está sendo mudado o tempo todo. Argumento que o marco legal está sendo aperfeiçoado para que chegue o mais próximo do que queremos que o Terceiro Setor seja. Então, não podemos tomar a legislação como a melhor definição do que é o Terceiro Setor.

O fato de as instituições do Terceiro Setor serem isentas do pagamento de alguns impostos, ou gozarem de alguns incentivos, de alguns privilégios, o Estado considerar uma renúncia fiscal, também caracteriza o Terceiro Setor? É fato, a maior parte das organizações goza de algum tipo de benefício, mas esse aspecto em si não é o fator decisivo. Simplesmente porque empresas de setores de mercado hoje também gozam de isenções. Travamos hoje uma grande guerra fiscal entre Estados justamente porque empresas estão gozando de privilégios, certamente maiores do que muitas entidades do Terceiro Setor gozam hoje. Então, esse não pode ser o eixo para definir o que é exatamente o Terceiro Setor.

O nível seguinte será a finalidade pública das organizações desse Terceiro Setor, que o caracterizam? Ou seja, eles têm algum objetivo que é propriamente público, é próximo ao papel do Estado? Nós assim queremos que seja. Mas, não podemos dizer hoje que todas as entidades que estão dentro deste marco legal do Terceiro Setor, que gozam de benefícios fiscais têm uma finalidade propriamente pública. Então, se isso é o ideal a ser alcançado, ainda não pode ser o eixo que define o que é esse conceito do Terceiro Setor.

No nível seguinte, o que define o Terceiro Setor: o Terceiro Setor pode ser chamado de um setor social, é o fato de desempenhar atividades, programas, projetos sociais, que define o setor? Vamos ver que isso no mínimo é polêmico. Algumas entidades privadas, sem fins lucrativos, que sequer estão voltadas propriamente ao social. E há muitas atividades que estão na interface entre o social e algo que poderia ser chamado de comercial. Quando falamos da área da cultura, da área de esportes, certamente há uma finalidade social, mas estamos entrando numa zona de transição para o mercado que difere de trabalhar com temas propriamente sociais de assistência social. Então, não é o fato de executarem projetos sociais, essas entidades privadas sem fins lucrativos que definem o que é o Terceiro Setor.

Será também a origem privada das organizações ou dos recursos dessas organizações? Vamos ver, ao longo da minha apresentação, que boa parte dos recursos que o Terceiro Setor movimenta não são privados.

Fins privados para objetivos públicos é um dos grandes clichês, uma das frases favoritas do Terceiro Setor. Mas, não podemos atribuir como exclusivamente privados os recursos e muitas vezes até a motivação para a criação de uma entidade. Então, não é a origem privada o que define o que é o Terceiro Setor.

Será então um setor que presta serviços gratuitos, presta serviços sociais, presta serviços públicos gratuitos? Sabemos todos que esse também não é o caso. Talvez, alguns de nós queiramos que assim seja, que esse setor social possa prestar serviços gratuitos à população. Mas, isso não é a realidade, alguns dos serviços são oferecidos, são gratuitos, outros são pagos, algumas entidades que têm gozam do *status* de reconhecimento de utilidade pública, de fins filantrópicos, cobram valores bastante competitivos, de mercado pelos seus serviços. Mas isso não é necessariamente uma coisa má. O Terceiro Setor é sem fins lucrativos, o que não significa que ele seja um setor de prejuízo. O setor também tem necessidades financeiras.

Então, vamos passar para algumas das definições mais usuais de Terceiro Setor. Esta primeira definição foi proposta pelo antropólogo Rubem César Fernandes, que é pesquisador do Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) no Rio de Janeiro e Coordenador do Viva Rio, é uma pessoa com bastante destaque no Terceiro Setor, tanto como pesquisador, como acadêmico, quanto como militante. Rubem César propõe uma combinação que não é nova, mas ele foi o primeiro a trazer isso para o Brasil, uma combinação inovadora entre fins e meios, definindo os três setores, no qual temos meios e fins públicos definindo propriamente o Estado; meios privados para fins privados, definindo propriamente o mercado e uma combinação que é inovadora de meios privados para fins públicos, definindo este Terceiro Setor. Meios públicos para fins privados, acho que dispensa comentários, mas, essa é uma definição cativante, estamos falando da criação de um espaço, de um espaço público não estatal, tem se falado muito nisso no processo de reforma do Estado, mas ela peca um pouco como simplista. Então, precisamos prosseguir porque não vamos conseguir operacionalizar nada simplesmente com essa definição.

Outra definição clássica de Terceiro Setor, parte do próprio nome: Terceiro Setor, supõe-se que três setores que são, em primeiro lugar, o Mercado, caracterizado pelas empresas, empresas com fins lucrativos, não há dúvida quanto a isso, o segundo setor é o Estado, caracterizado pelo Governo e todo o aparelho do Estado, e o Terceiro Setor é composto caracteristicamente pelas organizações sem fins lucrativos. Esse modelo é de origem americana e está sendo carinhosamente chamado em todo o mundo de modelo Mickey. Não só pelo formato, mas também pela sua origem nos Estados Unidos. Mas esse modelo vamos discutir adiante, ele também peca pelo simplismo. É uma figura muito elegante esteticamente, dá a idéia de pensar em três esferas autônomas, independentes e que interagem. Mas na hora que tentamos olhar as organizações, tentamos enquadrar a nossa realidade dentro desse modelo, encontramos algumas dificuldades. Então, aceitamos por enquanto, estamos até usando o nome Terceiro

Setor, então devemos aceitar que são três os setores, mas precisamos avançar um pouco.

Lester Salamon e Helmatan Hayer são professores pesquisadores da Universidade John Hopckins nos Estados Unidos, são responsáveis por uma pesquisa internacional, o estudo mais abrangente sobre o perfil das organizações sem fins lucrativos do mundo inteiro e eles propuseram uma definição baseada em cinco pontos, uma definição que eles propõem que pode ser usada para definir com precisão o que é o Terceiro Setor no mundo inteiro. Em primeiro lugar este é um setor composto de organizações e a palavra organizações é chave. Não podemos ter a pretensão de falar de um setor, de dividir a sociedade em setores. Isso é uma sociologia um pouco pobre: a sociedade se divide em três setores, o mercado, estamos falando de uma categoria um pouco menos ambiciosa, diminuindo o alcance de nossa tentativa de teorizar sobre o papel desses setores, é um setor composto de organizações. Elas são organizações privadas, não precisamos ter dúvidas, elas são privadas, são formais. Por formais, entende-se que são organizações juridicamente constituídas, ou organizações que se não gozam do reconhecimento do Estado ou da constituição jurídica, pelo menos se diferenciam de agrupamentos informais de pessoas. Uma organização do Terceiro Setor não é um movimento social fluído, não é uma manifestação, não é uma passeata. É necessário que existam organizações formais, formalmente constituídas. O Terceiro Setor, necessariamente, é sem fins lucrativos. Essa é a característica principal sobre a qual há pouca dúvida em termos de conceitos. Agora, sobre sem fins lucrativos, novamente vamos dizer, não é um setor do prejuízo, não é um setor necessariamente deficitário, não é um setor que necessariamente não gera lucros, talvez o lucro não seja a palavra correta, mas não gera excedentes, não gera resultados financeiros. A chave é que o Terceiro Setor não distribui estes resultados na forma de lucros para acionistas. Não existe o dividendo no Terceiro Setor.

O quarto ponto, são organizações autônomas. Uma organização do Terceiro Setor não pode estar atrelada formalmente a nenhum dos outros dois setores. É

uma entidade sob a natureza jurídica de associação, de fundação, entidade sem fins lucrativos que na essência parece bastante Terceiro Setor, vinculada ao Estado e vinculada ao mercado, por essa definição ela não faz parte do setor. Então, mesmo tendo uma relação íntima muitas vezes com empresas ou com o Estado, elas têm que ter algum grau de autonomia. Essa autonomia normalmente se trata de ter um conselho diretivo independente do conselho de uma empresa, independente do conselho do Estado, mesmo que sejam muitas vezes as mesmas pessoas que estão na empresa ou que estão no Estado, mas ele deve existir, pelo menos, formalmente como autônomo. São organizações também que se valem do voluntariado de alguma forma. Todos sabemos que há muitas organizações do Terceiro Setor em que não há sequer um voluntário, e muitas outras em que todas as pessoas são voluntárias. Mas algum grau de voluntariado deve existir na organização do Terceiro Setor, mesmo que isso seja no conselho. E isso vale também para o Brasil, um conselho de uma organização do Terceiro Setor é uma atividade voluntária é não remunerada. Então, a diferença das organizações do Estado e do Mercado é o voluntariado, uma característica decisiva.

Um sexto aspecto que foi proposto na definição de Lester Salamon, nos Estados Unidos, é que essas entidades deveriam ter finalidade pública. Na hora que essa pesquisa comparativa da Universidade John Hopckins foi levada para o mundo inteiro, eles entraram em tamanha discussão sobre o que seria esta finalidade pública, qual é o papel público propriamente de uma organização privada, que eles resolveram tirar esse aspecto. Coloco aí com um pequeno destaque para mostrar que isso é um ponto nevrálgico na discussão sobre o conceito do Terceiro Setor, que todos nós esperamos que esse setor desempenhe algum papel público, só não estamos de acordo sobre qual papel deveria ser.

Em suma, apresentei algumas definições bastante diferentes umas das outras e gostaria de resumir o que entendo como essa fragilidade, essa dificuldade de definir o Terceiro Setor, a fragilidade conceitual desse campo. Não conseguimos reduzir a realidade, principalmente a realidade brasileira a esse modelo, a modelos

elegantes. Coisas que são feitas por sociólogos e economistas que definem, principalmente sociólogos e economistas americanos que definem modelos geométricos, elegantes, mas nós não conseguimos colocar as nossas organizações lá dentro. Tem tanta coisa na interface entre um setor e outro que não conseguimos chegar a um acordo. Alguns aspectos que precisam ser enfatizados sobre essa fragilidade conceitual do campo. Temos uma multiplicidade de termos com significados aproximados, mas não iguais, parecidos. Algumas pessoas falam de ONG's, algumas falam de organizações sem fins lucrativos, algumas pessoas falam de organizações da sociedade civil, algumas pessoas se atêm mais às figuras jurídicas, então falam de associação, fundação e organização da sociedade civil de interesse público e por aí vai. Quando estamos discutindo a finalidade do Terceiro Setor, entram palavras como caridade, filantropia, são muitos termos de definição imprecisa, com significados diferentes para pessoas diferentes. Filantropia nos Estados Unidos significa simplesmente dar dinheiro. É isso que o americano entende por filantropia. Muito diferente da nossa compreensão.

O segundo aspecto que é necessário ressaltar, é que essa idéia de Terceiro Setor promove um empobrecimento do conceito de sociedade civil. Falamos de Terceiro Setor muitas vezes em nome da sociedade civil. Falamos que é o setor da sociedade civil. São as organizações da sociedade civil. Sociedade Civil é sim um conceito sociológico bastante estabelecido, também tem as suas correntes, definições muito diferentes de um autor para outro, mas é um conceito bastante mais rico do que esta nova forma de entender Sociedade Civil que está sendo trazida pelo Terceiro Setor. Estamos reduzindo a Sociedade Civil a essas organizações sem fins lucrativos, sociedade civil é isso.

Temos modelos teóricos, modelos explicativos muito divergentes e às vezes impossível de conciliar, levando a uma fragilidade teórica. Modelos de Terceiro Setor que colocam essas esferas elegantes e chama isso de Sociedade Civil. Modelos de teoria política, uma teoria política pluralista que, por exemplo, falaria das organizações do Terceiro Setor como sendo canais de representação desses

interesses compondo um sistema político, enquanto outras teorias que falam de capital social, por exemplo, falam dos elos entre pessoas, entre comunidades e promovem o fortalecimento da democracia, enquanto outras teorias enfatizam muito mais o antagonismo e não estão tão convencidas de que essa harmonia toda por trás da idéia de Terceiro Setor é possível de realizar. Vivemos dois momentos históricos muito interessantes que mostram como na prática é difícil esperar que esse setor seja o setor da benemerência apenas, o setor da harmonia social. Vivemos a Rio 92, que foi uma grande apoteose das organizações sem fins lucrativos, todas se congraçando, participando de um evento que permitiu a participação da Sociedade Civil, usando esse termo, nas decisões mais íntimas dos governos, das entidades internacionais e depois vivemos, como o deputado se referiu, Seattle e Davos, em que as mesmas organizações da sociedade civil de repente eram responsáveis por tumulto, eram responsabilizadas por quebra-quebra. O que aconteceu? E a nossa teoria sobre o Terceiro Setor onde fica? Temos teorias de movimentos sociais que vão falar que essas organizações estão mobilizando interesses não representados nesse sistema político. Isso não é compatível com a maioria das outras teorias muito róseas que falam desse Terceiro Setor.

Temos também uma confusão muito grande entre o nível organizacional, eu falei que o Terceiro Setor se refere a organizações, o nível setorial, ou Terceiro Setor e esse nível público, já que o Terceiro Setor tem pretensões públicas e essa confusão de níveis muitas vezes é intencional, se fala que o Terceiro Setor é eficiente, se fala que o Terceiro Setor é criativo, se fala que o Terceiro Setor é flexível. Conheço muitas organizações de Terceiro Setor que são muito burocráticas, não são nada criativas. Então, quando se fala do desmanche do Estado, de transferência da responsabilidade para organizações do Terceiro Setor, não sei se a flexibilidade e a criatividade das organizações do Terceiro Setor são características constitutivas de cada uma delas, quanto do fato de existirem milhões de entidades do Terceiro Setor. Então sempre vai aparecer uma boa idéia por aí. Ela promove a flexibilidade porque eu posso contratar uma e não contratar no ano

que vem e contratar outra. E isso é uma confusão intencional entre um atributo organizacional, uma característica dessa organização específica e uma propriedade do setor como um todo. Esse é um corpo teórico claramente estrangeiro e principalmente norte-americano, isso coloca os problemas a que me referia de enquadrar na nossa realidade e é uma perspectiva de organizações, um modelo de sociedade bastante estático. O modelo de relação entre esses três setores: Estado, Mercado e Terceiro Setor, é estático, não está privilegiando a dinâmica, não está privilegiando a interface entre os setores e não está privilegiando a coisa que mais se fala junto com o Terceiro Setor, que é a parceria. Então, se temos essas três esferas estáticas, onde conseguimos enquadrar a parceria.

E, finalmente, temos com este campo do Terceiro Setor um grande risco de uma visão de política pública, não só de política pública, mas de política, muitas vezes o modelo de Terceiro Setor é proposto como apolítico. E ao falar que é apenas um setor composto de organizações eu sei que posso ser interpretado assim, mas por isso preciso deixar claro que não é esta a minha posição. Corre-se o risco de estar falando de organizações, de parcerias, de eficiências, de eficácias e perder uma visão política da atuação dessas organizações e perder uma visão de política pública ao enfatizar o que organização faz em um lugar, o que uma outra organização faz em outro lugar e sem entender o todo, que necessariamente é um papel que sempre competiu ao Estado. Então precisamos tomar cuidado para não desviar o foco para o local, para o micro, para o comunitário, que é um foco que de fato foi desprestigiado ao longo dos últimos anos e ao desviar este olhar esquecer da perspectiva maior de políticas públicas.

Como eu me referia à dificuldade de reconhecer o Terceiro Setor brasileiro dentro daquelas três esferas do modelo Mickey, gostaria de enfatizar algumas aqui sem tentar abranger tudo e sem me ater a conceitos muito precisos, estou pinçando alguns aspectos, algumas entidades, alguns tipos de organizações que aparecem aí nas conversas sobre o Terceiro Setor. Primeiro, esse quadro do meio, na esfera que é propriamente do Terceiro Setor, temos duas figuras jurídicas estabelecidas,

associação e a fundação que constituem um Terceiro Setor. Temos uma nova figura jurídica, que é a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, mas essa discussão jurídica vamos deixar para a tarde, o Eduardo vai tratar melhor do que eu. Mas, dentro do que é propriamente, indiscutivelmente Terceiro Setor, temos as associações, as fundações, as organizações da sociedade civil de interesse público, outras instituições como clubes, instituições filantrópicas, assistenciais, e ao colocar clubes aí estou falando de entidades cujo fim público propriamente não é necessariamente muito claro. Um clube normalmente é voltado para os seus próprios associados. Sobre isso há pouca discussão. Agora, temos nas interfaces entre os setores, algumas das organizações mais importantes de serem bem compreendidas. Daí a fragilidade desse modelo. Temos algumas das maiores entidades do Terceiro Setor brasileiro que não estão dentro dessa esfera do Terceiro Setor, mas estão bem na interface entre um setor e outro. Se olharmos para a interface entre o Terceiro Setor e mercado, em primeiro lugar temos as fundações e os institutos empresariais. Temos Fundação Bradesco, Fundação Odebrecht, Fundação Ioschep, são grandes fundações empresariais, temos institutos empresariais, Instituto CEA, são juridicamente associações sem fins lucrativos, mas levam o nome de empresa. Muitas vezes o que distingue uma fundação empresarial da própria empresa é um biombo que separa a pessoa que está administrando a doação de recursos para um projeto social. Então, se ela juridicamente é constituída como uma entidade independente, na prática não há diferença nenhuma entre o que a empresa faz e o que aquela fundação faz. Tanto que existem muitas empresas que optaram por um modelo fundação, optaram por modelo instituto, ou seja, associação, ou optaram por ter um departamento de projetos sociais interno à sua empresa, sem que isso mude absolutamente nada a estrutura da empresa no cotidiano, a estrutura de pessoal, suas políticas. Então é um híbrido muito claro entre mercado de Terceiro Setor que não se sabe direito onde colocar. As fundações empresariais logicamente se vêm dentro do Terceiro Setor. Eu, como pesquisador, preciso notar que elas estão numa zona cinzenta

bastante interessante. Tipicamente quando se fala de Terceiro Setor no Brasil, hoje nos grandes foros se fala das fundações empresariais como se isso fosse o Terceiro Setor. Pudemos ver, na definição de Lester Saloman que apresentei, que essas fundações sequer seriam consideradas o Terceiro Setor se elas não gozam de autonomia em relação à empresa. Temos também um conjunto de organizações como associação industrial, associação comercial e diversos setores que são também associações, são organizações privadas sem fins lucrativos, mas atendem interesses privados também do conjunto de entidades de empresas associadas e estão voltadas principalmente a alguma coisa que é de mercado, estão atendendo interesses de mercado. Então, temos que entendê-las como outro híbrido. A interface do Terceiro Setor com o Estado é mais interessante ainda. Temos em primeiro lugar a figura das organizações sociais, das OS do plano de reforma do Estado, do Governo Federal. A idéia é que se pode, num eufemismo bastante interessante, publicizar algo que já é público transformando-o numa instituição privada sem fins lucrativos que é controlada pelo Estado, gerida por pessoas provenientes do Estado, tem recursos do Estado. Mas assume essa forma de instituição justamente para se valer dessas propriedades mágicas do Terceiro Setor, a criatividade, a flexibilidade, vão se mudando, criando essa nova figura até conseguir ter esses atributos. Temos também um aparelho muito grande de instituições muito representativas da sociedade brasileira que são criação ou são herdeiras do nosso Estado novo e, portanto, talvez em outro país seria mais fácil caracterizá-las como de um setor ou de outro, no Brasil é mais difícil, elas se colocam exatamente nessa interface. Ao falar do sistema S, do Senai, do Sesi, ao falar também de sindicatos tipicamente organizações que são juridicamente privadas, são organizações da Sociedade Civil e representam interesses privados, de trabalhadores, no caso dos sindicatos, mas são financiados com recursos públicos, dentro de uma estrutura corporativa que sempre chega em algum ministério competente. Por conta desse modelo, organizações que em outros países tipicamente seriam do Terceiro Setor estão nesta zona cinzenta. Os sindicatos

deveriam estar, na verdade, propriamente no miolo desses três setores, ou desistimos e jogamos esse modelo, porque se colocamos tudo no miolo, não sabemos para quê ele serve.

Defendo uma teoria de que no Brasil é mais fácil buscar no mercado e no Estado, em atores externos internacionais as razões para essa revolução do Terceiro Setor. Não vimos, pelo menos não nesses eventos ruidosos acontecidos no Brasil, o clamor da sociedade civil se organizando. Todos nós conhecemos o potencial da sociedade civil, vimos muitas experiências que realmente vieram de baixo para cima, da sociedade civil. Mas não foi isso o que criou essa grande revolução do Terceiro Setor. Não é por isso, por conta dessas experiências que começou a se falar tanto do Terceiro Setor. Eu enfatizo em primeiro lugar o papel das organizações internacionais. E aqui estou falando do sistema do Banco Mundial, estou falando do sistema das Nações Unidas. São organizações que tiveram um papel preponderante na definição para o governo de muitos países em desenvolvimento, que o Terceiro Setor deveria ser fortalecido. Há muitíssimos documentos do Banco Mundial, como por exemplo, um guia para a reforma da legislação pertinente ao Terceiro Setor. E esse guia foi aplicado em alguns países na sua totalidade, sem sequer haver discussão e em outros países com uma discussão um pouco mais saudável. Mas, é fácil encontrar os tentáculos que muitas vezes conduzem as organizações internacionais. Não só essa orientação do Banco, mas também a colocação da sociedade civil no seio das políticas de instituições como o Banco Mundial. Governo Federal e Governos Estaduais foram obrigados a reconhecer a participação da sociedade civil, foram obrigados a trazer as ONG's para a Mesa, para discutir, para debater, sem sequer saber quem eram as ONG's. Nós mesmos na USP fomos procurados por uma agência de governo para desenvolver uma pesquisa para identificar quais eram as organizações do Terceiro Setor na Amazônia e de preferência filtrar quais eram as eficientes, quais eram as boas para que essa agência de governo pudesse definir sua parceria. Porque uma organização do sistema das Nações Unidas estava orientada que precisava ter

parceria com o Terceiro Setor senão o dinheiro não saía. Grande parte dessa revolução do Terceiro Setor vem de fora para dentro. Por isso é que também importamos modelos. Encontramos no Estado uma parte significativa dessa revolução do Terceiro Setor. A discussão de reforma do Estado, por meio das organizações sociais, da discussão sobre a descentralização política e administrativa também alçou as ONG's, as organizações do Terceiro Setor, a um patamar em que muitas vezes elas não estiveram e muitas delas não gostariam de estar. É daí que vem a discussão do Estado estar despejando sobre as ONG's responsabilidades que deveriam ser próprias do Estado. Mas também temos algumas iniciativas como o Comunidade Solidária que criou a figura do Conselho da Comunidade Solidária, que já é uma figura híbrida, é um conselho de organizações da sociedade civil com representação de ministros. Eles sempre se colocam como uma coisa que não é uma iniciativa do governo, não é o programa social do governo, é um conselho da sociedade civil. Além do próprio conselho da comunidade solidária, o programa incentivou o debate sobre a legislação, sobre a lei do Terceiro Setor, sobre a lei do voluntariado. A Comunidade Solidária promoveu algumas iniciativas fundamentais para o fortalecimento do Terceiro Setor, como a RITS — Rede de informações para o Terceiro Setor e o programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária, que é um programa que estimulou, que patrocinou, fomentou a criação de uma rede de Centro de Voluntariado por todo o Brasil. Então, houve um papel muito ativo da Comunidade Solidária, conseqüentemente do Estado, deste governo, na promoção, no fortalecimento do Terceiro Setor. E no mercado, encontramos toda a discussão da cidadania empresarial, que, de novo, não veio da sociedade civil, mas de setores organizados do mercado, de empresas multinacionais, de empresários de multinacionais com interesse pessoal em fazer alguma coisa para mudar o Brasil, de empresários brasileiros, muitas vezes empresários brasileiros separando seus negócios, a sua empresa da sua atuação social, mas veio à tona esse debate de cidadania empresarial, das fundações empresariais que hoje são um dos principais expoentes

do Terceiro Setor brasileiro. A questão de marketing de causas sociais de filantropia corporativa. Antigamente havia uma ética de que não se poderia misturar objetivos de negócio com objetivos sociais. Isso não era ético, não se deveria estar usando um apelo social para promover um interesse, um objetivo de negócio. Essa ética está em mutação. Hoje há uma propensão a que se aceite impulsionar um objetivo de negócios por meio de um objetivo social, se o objetivo social for bom, se isso for feito com transparência, se isso não for feito de má-fé, ferindo consumidores ou fazendo uma atuação social insuficiente e fazendo muito alarde disso. É uma ética do investimento social empresarial corporativo que está em mudança. E eles são o grande alimentador desse debate do Terceiro Setor. Podem observar o debate físico mesmo dos seminários, das palestras quem está patrocinando, com a notável exceção deste encontro aqui, a grande maioria dos seminários é promovida por uma fundação empresarial, por uma empresa propriamente.

Então, se encontramos uma definição de Terceiro Setor que é problemática, não conseguimos nos conformar com nenhum dos modelos explicativos e estamos falando que a razão da emergência do Terceiro Setor tem que ser encontrada nos outros setores, tem que ser encontrada fora do Brasil e fora do Terceiro Setor, no Estado, nas empresas, a questão que vem é: então para quê esse Terceiro Setor? E por que me chamaram aqui se está parecendo que estou dizendo que não acredito nisso? Não é bem assim. Para falar de um Terceiro Setor, em primeiro lugar, precisa ser perguntado se essa questão é pertinente. O Terceiro Setor para muitos é simplesmente um direito constitucional. Não pode ser feita a pergunta se deve haver um Terceiro Setor; se deve haver liberdade de associação; se as pessoas podem, têm o direito de formar associações, de criar fundações. Isso, para muitos, é uma pergunta impertinente. Mas, dá para ir além, em termos dos motivos, das explicações que são dadas para quê deve existir um Terceiro Setor e para quê este Terceiro Setor deve ser estimulado, deve ser fomentado. Uma linha teórica inteira vai pelo argumento de que este Terceiro Setor é propriamente uma expressão da sociedade civil. Isso se abre em uma miríade de outras teorias que

vão dizer que o Terceiro Setor é este depositário do capital social, da sociabilidade humana, dessas relações de interesses que acabam formando a própria trama social que leva ao sucesso, e sucesso é a palavra usada pelo teórico de capital social, o sucesso da democracia é o sucesso das instituições democráticas de uma democracia de mercado, de uma democracia capitalista. O Terceiro Setor é apontado como esse espaço de socialização, como esse espaço de participação e também como uma escola de democracia, como um canal, um meio, uma etapa de participação do cidadão na sua relação como Estado. Então, ele é uma expressão da sociedade civil que precisa ser reconhecida, precisa ser fomentada para ter uma democracia bem-sucedida.

Outra linha de argumentação que fala do atendimento de necessidades não supridas. O Terceiro Setor existe porque o Estado falhou, o Terceiro Setor existe porque o mercado falhou. Na visão americana de Estado mínimo, a teoria: *Marketing failling government failling*, esses teóricos admitem que o Estado é necessário porque o mercado realmente não vai poder fazer tudo. Algumas coisas não vão ser feitas pelo mercado porque não interessa, se não tiver alguém para cobrar imposto, se não tiver alguém para defender fronteiras, talvez até algumas outras coisas como varrer a rua, o mercado não vai dar conta. Daí vem a teoria de *Marketing failling* que justifica a necessidade de ter um Estado. Afinal o Estado pode fazer alguma coisa. Mas, os teóricos de Terceiro Setor, acabaram criando esse modelo duplo de *Marketing failling government failling*. O Estado não dá conta, mas o governo também não dá conta. Há um conjunto de necessidades que não são supridas por uma série de aspectos. Pode ser pela própria falência do Estado, pela impossibilidade de arrecadar recursos em volume suficiente para suprir todas as necessidades. Mas também pode ser uma característica constitutiva do próprio governo. O governo democrático, uma sociedade democrática é a representação de grupos da sociedade. Necessariamente vai haver grupos minoritários que não estão representados, não estão supridos em suas necessidades, então o Terceiro Setor

pode ser uma das formas pela qual essas necessidades são supridas em uma sociedade democrática.

E uma quarta linha de argumentação, que é uma linha de argumentação muito querida em escolas como a minha, que é a Faculdade de Administração, vai falar da racionalidade da eficiência e da eficácia e vai defender a necessidade de se ter um Terceiro Setor e fazer parceria com eles para contaminar o Estado com essas propriedades positivas, para promover a eficácia dos serviços públicos, para promover a abrangência desses serviços públicos. Então, fazer parceria pode ser dar dinheiro para uma ONG, porque ela vai fazer mais barato que o Estado faz. Ou pode se fazer parceria mesmo ou criar essas organizações híbridas, como organizações sociais para absorver alguns desses atributos.

Então, são quatro linhas de argumentação muito distintas, todas elas têm que ser ponderadas numa discussão sobre o para quê desse Terceiro Setor.

Finalmente, para concluir a minha apresentação, vou colocar algumas questões que são relevantes para a discussão Estado/Terceiro Setor que podem ser amarradas com a teoria, com essa minha exposição de conceito de Terceiro Setor.

O primeiro aspecto que precisa ser amplamente debatido eu já referi, é a natureza do interesse público. Entendemos o interesse público pelo que e a quais organizações privadas reconhecemos que elas atendem interesses públicos. Até então isso era uma questão que se colocava de forma muito limitada, de forma muito tutelada. O Governo reconhecia que algumas organizações eram de interesse público, tinham fins filantrópicos. Então a elas eram concedidos alguns privilégios. Mas é um subconjunto muito pequeno entre todas as organizações que compõem o Terceiro Setor e uma das estatísticas de que dispomos é que são 220 mil organizações. Então, o interesse público não pode ser só restrito a essas organizações que eram reconhecidas como de utilidade pública. A questão do interesse público foi trazida à tona em todo debate sobre a reforma do marco legal e com a criação de uma nova personalidade jurídica das organizações da sociedade civil de interesse público. Ter uma distinção básica entre uma associação, entre

todas as entidades do Terceiro Setor que são sem fins lucrativos, mas ter essa distinção básica entre o que é de interesse privado, de interesse dos associados e o que é de interesse público, ou seja, um interesse que vai além do interesse desses associados, é algo que precisa ser reconhecido pelo nosso marco legal. Por isso, há algum interesse em ver se essa nova lei do Terceiro Setor pega ou não pega.

Mas, uma das questões centrais, indo para o segundo aspecto, para discutir o que é propriamente o interesse público, diz respeito à tributação e renúncia fiscal do Governo com as organizações do Terceiro Setor. Por que a mim, presidente do conselho de uma organização sem fins lucrativos, interessa ser reconhecido pelo Governo como de interesse público, se estou fazendo o que sempre fiz? Esse reconhecimento, em muitos países se deve ao acesso a um tratamento diferenciado. Esse tratamento diferenciado normalmente é relativo à questão da tributação, que impostos vão ser pagos ou não vão ser pagos, vai existir a figura da dedutibilidade, alguém pode, uma pessoa física, uma pessoa jurídica, fazer uma doação para a minha organização em vez de estar dando para o Estado. Então, isso também está muito ligado a uma discussão sobre o que é o interesse público. Também voltado ao ponto inicial do interesse público está a tutela e do controle. Se essas organizações do Terceiro Setor estão fazendo, muitas vezes, com dinheiro público, dinheiro dado pelo Estado num contrato ou dinheiro de renúncia fiscal, mas enfim, dinheiro público, ações que são propriamente atribuições do Estado, qual deve ser a relação do Estado com essas entidades? Quanto ele deve controlar? Quanto deve tutelar? Quanto deve subordinar essas organizações que acabam se tornando quase paraestatais, se elas estão alinhadas com objetivos públicos. Então, é outro tema para debate. Quanto dessa tutela e de que qualidade ela deve ser?

Outro aspecto interessante, se entendemos, se aceitamos os motivos apresentados para a existência de um Terceiro Setor, reconhecemos que ele deve ser fortalecido, estimulado, quais são os meios que o Estado dispõe para fortalecer o Terceiro Setor? Citei alguns exemplos pelos quais os últimos governos têm

fortalecido o Terceiro Setor, mas poderia citar muitos outros, dos quais geralmente não se falam, pelo qual o Estado desempenha o papel contrário. Ele enfraquece essas organizações.

Outro assunto que não se falava até recentemente, mas agora está em voga, vou falar disso hoje à noite numa apresentação no Senac, é o papel do Terceiro Setor como geração de emprego. De repente o Terceiro Setor foi descoberto como um mercado. E vou dizer hoje a noite para o pessoal do Senac quem busca um mercado no Terceiro Setor, puxa, já tem um setor que tem esse nome. Mas, enfim, de repente o Terceiro Setor foi visto como um grande gerador de emprego. Ou emprego direto, pessoas empregadas em organizações do Terceiro Setor, ou um instrumento para geração de emprego por meio de encubadoras, de mecanismos como microcrédito, geração de emprego e renda. Então, é uma discussão que tem que ser amadurecida.

Dentro do âmbito dos serviços, se uma organização está prestando um serviço que é público, tendo ou não dinheiro público, mas é semelhante ao que o Estado deveria estar fazendo ou poderia estar fazendo, há o interesse em avançar um pouco a discussão sobre qualidade de serviços. Como se compara um serviço prestado por um hospital filantrópico, um hospital privado de mercado, um hospital do Estado; uma universidade sem fins lucrativos, uma universidade pública, uma universidade que na prática é sem fins lucrativos, mas sabemos que é um grande negócio para o seu dono. Como se dá essa diferença de qualidade. Grande parte da discussão vale o interesse de se ter um Terceiro Setor, vai passar por uma comparação objetiva de que serviços estão sendo prestados, a que custo, para quem? E esse *para quem* é o último aspecto que enfatizo, uma questão preocupante quando se fala da intensificação da relação Estado/Terceiro Setor, da delegação do Estado para o Terceiro Setor de muitas responsabilidades que são entendidas como do Estado, a questão equidade e da representatividade. Se, por um lado, se diz que ao trazer o Terceiro Setor para o debate estamos promovendo a participação, estamos promovendo a democracia, estamos indo na base, o Estado

tem os seus mecanismos muito claros de representação, por meio do sistema eleitoral e de outros mecanismos. No Terceiro Setor isso não existe. Temos mais de 220 mil organizações e chama quem quiser. E muitas vezes a representatividade que existe no Terceiro Setor é a representatividade do capital. Ou seja, a organização mais forte é a que tem mais dinheiro. Não é um homem um voto, mas é um real um voto, muitas vezes nessa representação do Terceiro Setor. Então, trazer o Terceiro Setor para o debate é, sim, um novo canal de participação, de fortalecimento da democracia, mas também traz o reverso da moeda, que são problemas de equidade, de representatividade.

Essas são as colocações que queria fazer. Acho que me ative ao tempo e espero que os senhores as encontrem pertinentes, principalmente à luz do que vai ser discutido ainda esta manhã e na parte da tarde. (Palmas.)

SR. NEWTON BRANDÃO – Agradecemos profundamente sensibilizados a sua presença e a sua palestra. Tive a oportunidade de, com as palavras do Dr. Andrés aprender e ampliar facetas deste conhecimento. Acredito que todos tiveram esta oportunidade. O Dr. Andrés vai aceitar que se façam algumas perguntas. Está aberto a que se façam algumas perguntas. Se alguma das pessoas presentes desejar fazer uso da palavra, com muito prazer nós a ouviremos. Só pedimos que a pessoa decline o nome e a entidade que representa para a conhecermos e estreitarmos nossa amizade.

SRA. ELIANE BELFORT – Represento o Núcleo de Ação Social da Fiesp (NASF). Gostaria de colocar o final da sua apresentação, quando fala que quem detém o capital tem oportunidade, evidentemente, de estar dirigindo projetos. Isso me preocupa, quando se fala na inserção do Terceiro Setor que é feito pelas associações, fundações, institutos de filantropia e as ONG's, principalmente aquelas que têm uma herança importada, de uma cultura importada. Temos assistido que sem uma política pública essas entidades geram projetos que muitas vezes não

contemplam as necessidades reais do interesse do social. Sem uma política pública, dentro de um governo democrático, para nortear estas parcerias. Temos visto programas importados inseridos dentro da nossa cultura importados, que na verdade estão trabalhando um marketing, garantindo um nicho de mercado. E com isso proporcionam, muitas vezes, um prejuízo à sociedade, porque insere preconceitos, uma problemática que existe lá fora e não aqui. Então, passamos a ver que estão agregando e incentivando um problema que muitas vezes não existe no nosso País. Mas em nome do mercado, de estar assegurando um nicho de mercado, se faz um programa distante, tem dinheiro para aquilo e aquilo é aceito. Então, em nome de uma diversidade, muitos se calcam num programa que em vez de estar trazendo benefícios à sociedade, pode estar trazendo prejuízos a ela. Como o senhor vê nesse estado de coisas que hoje estamos assistindo.

SR. ANDRÉS FALCONER – Muito boa a sua colocação porque ela é relevante com relação aos temas que tinha colocado. Preocupa-me muito essa questão quando se fala do fortalecimento da democracia por meio do Terceiro Setor. Realmente, numa relação de grupos de interesse, é regra do jogo, quem detém capital tem mais poder. Agora, isso não quer dizer que necessariamente se desfie da idoneidade ou dos interesses de quem detém o capital, muitas vezes em projetos sociais. Mas é uma questão para ser levada em conta e é muito séria, porque o capital que flui para projetos sociais é muito particularista. Ele atende a prioridades, a caprichos, a decisões, a vontades de detentores desse capital que podem estar mal ou bem orientados, podem estar tecnicamente bem aproveitadas ou mal aproveitadas. Mas, enfim, é um direito desse detentor de capital colocar onde ele quiser. Ele pode estar muito bem assessorado e optar por usar mecanismos participativos de tomada de decisão em que ele sequer palpita, comenta sobre aonde deve ir esse dinheiro. Mas é sua prerrogativa, ele decidiu usar mecanismos participativos e se não quisesse não faria ou se a geração dele, depois da morte deste detentor do capital não quiser, também não vai fazer. Então, o

Terceiro Setor acaba sendo muito particularista com relação a essa origem dos recursos quando olhamos excessivamente para a filantropia.

Por outro lado, como coloquei, há uma nova ética deste investimento social no Terceiro Setor, em que no passado era muito claro o que podia ser feito e o que não podia ser feito. Mesmo fora do Brasil, falamos que estamos importando tudo dos Estados Unidos, mas convém olhar melhor o que vem dos Estados Unidos para entender. Mesmo nos Estados Unidos havia uma ética que era do início do século XX, das fundações independentes, em que o dinheiro que era colocado numa fundação, o dinheiro que era deixado em herança e colocado em uma fundação era um dinheiro que se desvinculava absolutamente dos interesses dos negócios da família que fez essa doação. Então, temos os grandes exemplos das fundações americanas, como a Ford e a Rockefeller, que não é fundação Ford Motors, que não são fundações Kellogs/Korneflaks. São fundações WKKellogs, DK são as iniciais do fundador da empresa, são as fundações Enal and Edson Ford (?) do dinheiro dele, que hoje não faz nada, não consulta a empresa Ford Motors para nada, inclusive ela pode envergonhar e muitas vezes envergonha a Ford Motors com as suas posições, com os projetos que financiam. Então havia uma ética que obrigava a fazer uma separação muito clara entre filantropia da família e negócio, entre o social e o retorno que isso traria. E essa ética está em mudança. Vejo isso como um processo saudável até porque eu via também como um pouco hipócrita, o filantropo que com algumas sobras do seu dinheiro pessoal cuidava do social. Acho que há um grande potencial de estimular resultados, de injetar eficiência, de mobilizar a sociedade usando o diferencial dessas organizações de mercado que existem. Mas, nas novas regras do jogo, essa nova ética ainda não está consolidada, o que pode e o que não pode. Pode colocar um selo num produto e esperar ganhar mais lucro com isso? Pode. Pode fazer uma campanha dizendo compre o meu produto e tanto por cento vai para determinada entidade? Agora, mesmo essa relação ainda é uma coisa que entendemos como louvável, porque você está pagando, é uma doação terceirizada, é o consumidor que está pagando. Mas algumas coisas ainda não estão bem

resolvidas no Brasil, mesmo nesse aspecto. Às vezes eu compro um produto que diz que uma parte vai para o social, eu não sei quanto vai para o social, eles não dizem e não vão dizer. Então, acho que ainda temos de avançar um pouco nessa nova relação, nessa nova interface entre o mercado e o social. E vejo com preocupação, sim. Mas acho que é bem-vindo.

SRA. SUELI – Sou representante do Senac, queria fazer uma seqüência do pensamento do que está sendo discutido em relação ao mercado. Se é possível operacionalizar essa ética de investimento social no Brasil. Por que falo isso? Porque no mercado existem contradições nesse investimento, às vezes a empresa privada investe num projeto social, no meio ambiente, e ao mesmo tempo o produto dela polui o rio. Às vezes a empresa investe no social, mas ao mesmo tempo ela está mandando pessoas embora. E há outras contradições em relação a isso. Às vezes a empresa investe em projetos para adolescentes, mas ela explora o trabalho infantil na própria empresa. Então, com essas contradições, até que ponto de fato existe essa possibilidade de ativação nas parcerias, se é possível ter uma identificação no sentido ideológico entre o mercado, o Estado e o Terceiro Setor. Porque acho que às vezes é incoerente conseguir ativar essa articulação de parceria. Para mim é muito difícil e tem que ter esse cuidado em relação ao marketing social das empresas. Ela está tendo uma contrapartida de quê? Promover o produto? Acho que nesse sentido temos que ter o cuidado e para mim é difícil estar operacionalizando essa ética social, cooperativa em relação a isso.

SR. MARCO AURÉLIO – Relatoria do Fórum — Posso complementar porque é dentro da mesma linha, ainda está no tema ética. Queria explorar, já que é uma preocupação constante entre nós aqui, este grupo, a questão ética. Se o Fórum se propõe a ser um espaço democrático, de manifestação e discussão aprofundada do pensamento de uma nova sociedade, ou de propostas para que se consiga ter algum parâmetro para elaborar propostas concretas para esse século 21 e isso está

acontecendo nos vários e tantos grupos temáticos, imaginando que este grupo tem uma co-relação com indústria, com turismo e serviço, tem uma co-relação direta com reforma do Estado, cidadania e cidadão do século 21, gostaria que o Sr. Andrés aprofundasse um pouco a questão da ética de resultados, porque foi lembrado que o Terceiro Setor ganhou no início do século uma conformação tributária e a partir das décadas de 30, 40, as leis dos *Dart millionaires* (?) com a lógica protestante de uso social do capital acumulado, por isso que nos Estados Unidos acredito que teve um fomento tão grande essa questão da caracterização do setor, e hoje vemos as empresas mudando um pouco o marketing de resultados no Terceiro Setor, talvez um pouco para o marketing social de resultados. Ou seja, se eu não fizer alguma coisa não tenho como investir mais neste País. Trabalhei no governo quatro anos, na Secretaria da Justiça, na área de cidadania e todos os grupos de empresários internacionais que vinham visitar o Secretário Belizário, que também tem assento neste grupo e hoje, infelizmente, não pôde comparecer, por meio do seu secretário adjunto, Dr. Vismona, nos perguntavam dos projetos sociais: vou poder instalar uma empresa na Zona Leste de São Paulo com seu projeto? Por quê? Porque fazendo seu projeto, financiando seu projeto, vou diminuir o grau de violência, vou poder contratar mais profissionais e o índice de faltas no meu trabalho vai ser diminuído. De alguma maneira tem o resultado, o lucro, que muitas vezes é o lucro social, mas na maioria das vezes é o lucro financeiro. O índice de investimento que cai. Então gostaria que fosse explorado um pouco. O senhor acha que caminha essa ética de resultados ou essa ética empresarial?

SR. ANDRÉS FALCONER – Como falei, o assunto Terceiro Setor parece ter sido cooptado pelo assunto atuação social das empresas. Realmente, de todos os assuntos que mais apaixonam, nos últimos anos, esse lado empresarial acabou sendo o dominante, até por conta da presença das empresas e das suas fundações, do peso que elas representam, com os recursos que elas investem, não no Terceiro Setor como um todo, mas nos projetos mais visíveis do Terceiro Setor, até pelo uso

do marketing que elas fazem dos seus projetos. Mas, o tema da cidadania empresarial que entendo como outro assunto, com uma relação muito íntima com o que discutimos hoje, é um tema polêmico e apaixonante. A cidadania empresarial para início de conversa está chamando as empresas de cidadãs e cidadão por definição para mim, acho que uma empresa não pode ser cidadã no mesmo sentido que um ser humano pode ser, a começar por essa relação, uma pessoa um voto, um dólar um voto. As regras do jogo da cidadania de uma empresa necessariamente são outras. Mas, enfim, esse é um dos rótulos que pegaram. A cidadania empresarial trata da responsabilidade social da empresa perante todos os seus públicos, os seus *take olders* como se costuma dizer e por públicos entende-se desde o funcionário, o consumidor, *consummers* em potencial, a sociedade como um todo, o governo, o governo em todas as suas instâncias. Então a responsabilidade social de uma empresa é um assunto bastante distinto da filantropia empresarial exclusivamente. A filantropia empresarial trata da benemerência da empresa ou do investimento social de uma empresa numa doação filantrópica, ou motivada por um objetivo de marketing, um patrocínio de uma atividade, de uma organização de um evento. A responsabilidade social trata de um tema muito mais amplo e coloca essa questão de olhar para dentro da empresa em primeiro lugar. Isso é uma das bandeiras sempre defendidas pelo Instituto Etos de Responsabilidade Social, que é a principal instituição no Brasil que discute a responsabilidade social das empresas. A bandeira deles é: não adianta e não vai trazer resultados para a sua empresa investir em um projeto social, não vai trazer esse resultado de ganho de imagem de longo prazo, de uma relação de maior boa-fé da sociedade, do público consumidor com seu produto se você investir num projeto que funciona como cortina de fumaça, se você investe em projetos ambientais e polui, se você investe em geração de emprego, mas desemprega, se você investe em infância, mas desemprega famílias ou emprega crianças. O investir no social é uma decisão muito séria que as empresas têm que tomar, têm que tomar muito cuidado, porque as pessoas desconfiam, elas vão desconfiar quando a

empresa realiza um investimento social, elas vão tentar entender o que está sendo encoberto, qual a real motivação? Porque, por definição, uma empresa também não pode ser altruísta. Altruísmo também é uma propriedade de um indivíduo. O dono da empresa pode ser altruísta, o presidente da empresa pode ser altruísta, o gerente da empresa pode ser altruísta. Mas a empresa não pode ser altruísta. Ela tem alguma motivação ao fazer determinado tipo de investimento social. Então tem que haver uma co-relação entre o que se faz para dentro e o que se faz para fora. Agora, isso também parte dos valores, da visão de mundo de cada um de nós sobre as relações da empresa, o papel das empresas na sociedade. Toda a lógica de investimento social e o discurso de responsabilidade de cidadania empresarial são de negação de conflito. É um discurso que diz que não há um conflito entre capital ou trabalho. Diz que não há conflito ou se há ele pode ser atenuado ao se investir no social. A empresa vai continuar com uma lógica que desemprega mediante tecnologia, mas não há um conflito porque é outra visão, é outro modelo de sociedade em que as empresas podem ser cidadãs. Então, vai realmente depender muito de onde nos posicionamos com relação a isso. Agora, quanto à sua questão sobre essa ética de resultados do Terceiro Setor, ela se aplica tanto na interface Terceiro Setor e empresa, como Terceiro Setor/Estado. E elas têm sido muito mais discutidas, originalmente, na interface Terceiro Setor/Estado do que esse lado empresarial, que realmente tomou de assalto o campo do Terceiro Setor. Porque se muitas das teorias do Terceiro Setor falam que o Terceiro Setor é uma escola de democracia, é uma expressão, uma manifestação da sociedade civil, é depositário de capital social, todos esses atributos positivos, necessariamente, é uma relação que não deve ser tutelada, não deve ser subordinada, não deve ser instrumentalizada. Então é muito diferente ser uma expressão de alguma coisa e ser eficiente. Essa lógica de resultados, dentro das organizações do Terceiro Setor preocupa muito as pessoas, principalmente na relação com o Estado, porque se está delegando para o Terceiro Setor, para uma organização do Terceiro Setor fazer alguma coisa, porque se tem a visão de que o Estado é intrinsecamente ineficiente

e essas organizações são intrinsecamente eficientes, vai gerar uma mudança nos papéis que essas organizações podem desempenhar. Também isso ocorre na relação com o mercado, com o tema da responsabilidade social de buscar aliar uma ética de resultados com uma ética social, mas gosto de ver isso como um processo de mão dupla. As empresas, apesar de falar de cidadania e de responsabilidade, mantêm um discurso, uma postura que é muito da benemerência, que é do paternalismo, de cima abaixo: a minha empresa doa, a minha empresa dá. E numa óptica de mão dupla a sociedade exige que a empresa doe. Isso não acontece tanto no Brasil ainda e perdemos algumas boas oportunidades de exigir das empresas, mas cada vez mais no mundo desenvolvido a empresa tem que pagar e caro para entrar numa sociedade, porque a sociedade tem que ter clareza de que a empresa estará contribuindo mais do que ela estará tirando. E essa contribuição se dá por meio de todas as formas, não é só através de empregos e de produtos de qualidade que uma empresa cumpre a sua responsabilidade social. Responsabilidade, essa palavra é boa porque ela é uma relação de mão dupla.

SR. NEWTON BRANDÃO – Tivemos, acredito, todos os senhores vão concordar, uma aula magistral. Queremos cumprimentar o Dr. Andrés, agradecer a sua presença e posso dizer até seus ensinamentos. Para nós é muito importante. Agora, eu mesmo tenho uma curiosidade a respeito deste famoso Terceiro Setor. Vemos em país os tão adiantados como os Estados Unidos, que sempre é padrão quando se fala primeiro mundo, em que tem mais de 400 mil organizações não-governamentais — se o número não for esse, os senhores me desculpem, porque foi o que ouvi e li e não sei se li bem, porque comigo a leitura é sempre dinâmica, rápida, porque tenho coisa a fazer— e ficamos perguntando, por que tantas? E para enquadrar essas entidades numa declinação única: Terceiro Setor, é muito complexo. Vemos, por exemplo, aqui mesmo entre nós, entidades como estivemos conversando agora mesmo das Santas Casas, uma organização tão tradicional e acredito que uma das primeiras que o Brasil teve e que tem um trabalho

maravilhoso. E acreditamos, sem ofensa, num trabalho conservador. Antigamente, quando a Igreja tinha participação dizíamos conservadora, hoje com essa teologia da libertação liberal que eles têm por aí, ficamos até sem saber, é subjetivo. Vemos outras entidades, por exemplo, Senai, Senac, isto é Terceiro Setor? Ou são entidades patrocinadas pela indústria, etc. Mas eu não vou entrar neste campo, mas o senhor falou bem, não sei se estava escrito isso que falou, esse Terceiro Setor cresce, prolifera, amplia-se, agiganta-se e devemos agradecer. É muito importante que a sociedade se organize mesmo. Porque o Estado, a utopia comunista do Estado, na região que foi aplicado não deu o resultado esperado. A nossa democracia, sentimos, se fala tanto em oligarquia, político então, nem pode falar, não é uma categoria que está muito apreciada. Os pais de família até ficam preocupados quando a filha namorava, há muitos deputados que são jovens e ainda são solteiros. Não sei se seria um bom casamento. Então, esta situação em que está o Poder Público de não responder adequadamente aos anseios da população, cria-se esse potencial extraordinário de atuação desta sociedade que se convencionou chamar Sociedade Civil. Acredito sim, o Dr. Andrés deve ter uma dificuldade danada para enquadrar tudo isso dentro de uma denominação comum. Vemos entidades, até citou aqui a da esposa do Presidente, também querendo criar uma. Tem deputado aqui que a atuação dele como político não é bastante, não o satisfaz e ele cria então essas organizações não-governamentais que são atreladas ao deputado. Então, acreditamos sim. Perguntar como que surge isso? A própria necessidade. Não é assim que ensinam? Que a necessidade ensinou o sapo a pular. Então, acredito que a sociedade na sua autodefesa e preservação, e até procurando melhores condições de vida, melhores dias, essas coisas todas, procura se instrumentalizar e se instrumentaliza por meio dessas organizações. Algumas — um dia falei aqui para meu amigo, para os amigos podemos dizer certas coisas que eles não se ofendem, mas às vezes se ofendem, por exemplo: Lions Clube, Rotary Clube: Terceiro Setor? Depois lá do meu lado, de onde venho, tem umas organizações não-governamentais muito atuantes, até violentas, que não

culminariam nunca um bom entendimento com essas entidades. Uns vão naqueles jantares todos, e outros reúnem meia dúzia para brigar contra a poluição da Billings etc. Então, vemos que é um mundo muito diversificado. E é isso que esse nosso encontro está procurando equacionar. E quanto mais procuro aprender, mais vejo as nossas diferenças e vejo que precisamos nos analisar melhor.

Dr. Andrés, gostaríamos tanto de ficar perturbando a sua serenidade olímpica, porque os mestres têm essa vantagem, eles têm essa tranqüilidade. Mas, vamos, antes de convidar o Dr. Silvio, como médico acho que devemos descansar dois minutos, espreguiçar, conversar com o colega ao lado, porque sair de uma palestra da qual todos nós ficamos atentos, não deixa de dar uma tensão. Então, agradecemos profundamente o Dr. Andrés, vamos nos encontrar em outras oportunidades, nossos parabéns pela sua palestra. Muito obrigado pela sua presença. (Palmas.)

SR. – Essa questão dos dois minutos, por gentileza, se espreguicem bem próximos de suas poltronas, porque se sair daquela porta para fora, para retornar esses dois minutos viram 10, 15 e já temos, infelizmente, o conhecimento da causa. Por favor, não vamos atrasar o próximo palestrante. Não é, deputado.

SR. NEWTON BRANDÃO – Mas, se alguém tiver necessidade imperiosa de sair pode sair.

SR. – Mas só dois minutos, porque senão não volta. (Pausa.)

SR. NEWTON BRANDÃO – Temos o prazer de convidar o Dr. Silvio Caccia Bava, que será nosso palestrante, para por obséquio assumir esta poltrona ao nosso lado. (Pausa.) O Dr. Silvio é sociólogo com mestrado e doutorado em Ciência Política pela USP; Fundador e pesquisador do Instituto Polis, é uma organização não-governamental fundada em 1987; presidiu por duas vezes a – Associação

Brasileira de organizações não-governamentais (ABONG). Este é um pequeno resumo da imensa atividade do nosso ilustre conferencista. Dando as nossas boas-vindas, cumprimentamos e antecipadamente agradecemos já a presença do Dr. Silvio. Tem a palavra o Dr. Silvio Caccia Bava.

SR. SILVIO CACCIA BAVA – Muito obrigado. Bom-dia. Quero agradecer também a oportunidade de estar aqui com os senhores, acho que esta Casa está contribuindo significativamente para um desenho do novo milênio de como vão ser as relações do Estado com a sociedade civil, para buscar equações para os nossos problemas sociais. Essa iniciativa do Fórum Século 21, incluindo o tema do Terceiro Setor, penso que vai nos ajudar muito a perceber as possibilidades, as oportunidades, os problemas que vamos ter que enfrentar e instrumentalizar tanto o Estado quanto a sociedade civil para poder exercer esse papel de impulsionador do sentido democrático das mudanças que precisamos. Eu tive a oportunidade de ser a pessoa responsável pela elaboração daquele relatório sobre o Terceiro Setor, aquele documento- base entre os outros 16 que foram oferecidos para o início do debate. De forma que também não estou pensando em reproduzir aqui, para não ser cansativo, o que está escrito lá. Queria tematizar três questões e acho que o debate dessas questões pode apresentar muitas possibilidades de iniciativas desta Casa Legislativa, inclusive. A primeira questão que queria tratar é por que o Terceiro Setor? Este tema não existia antes da década de 90. E de repente aparece, com toda a força, principalmente gerado a partir de algumas universidades americanas a “John Hopckins” e outras. E ganha um espaço, ganha um impacto, ganha uma importância mundial. E aqui rapidamente incorporamos esse conceito, esse tema, muita reflexão crítica quanto ao seu significado e começamos a utilizá-lo operacionalmente, sem avaliar um pouco as implicações da aceitação desse modelo de referência. Acredito que seja uma das possíveis interpretações dos caminhos que a crise da globalização está apontando — é por isso que vou me remeter a ela — mas não é o único, por exemplo, o prêmio Nobel de economia do ano passado, o

economista sênior do Pinud, aponta outra visão. Diz que não é pelo Terceiro Setor, é por outro caminho. Então, vou tentar tematizar e indicar alguns referentes dessa discussão, para que possamos tentar aprofundá-la. Há alguns processos que se aceleraram nessa década de 90 e que acabaram por gerar um impasse, no sentido de que o processo de globalização fortalece enormemente as empresas transnacionais. Temos assistido todos os dias nos jornais as notícias das fusões, a última foi a Uol com a Time Warner, 140 bilhões de capital constituído a partir dessa fusão, tornaram-se literalmente uma das maiores forças no mundo da mídia e o último “Le Monde Diplomatic” alerta que a mídia está se transformando num espaço de relações de mercado, não de informação ao cidadão, por conta da presença e da força dessas empresas transnacionais que, diga-se de passagem, são umas 600 no mundo, mais ou menos 90% do que corresponde aos investimentos em desenvolvimento tecnológico. Não são mais os países, são essas empresas que detêm essas iniciativas de ponta. Microsoft e outras. Essas empresas, para que continuem sua expansão, requerem mudanças institucionais nos mercados, requerem, por exemplo, a redução da proteção dos mercados nacionais, requerem uma liberdade fiscal, requerem um desmonte de um discurso nacionalista que procura pensar alternativas de desenvolvimento para os seus países, a partir da indução pelo Estado dos fatores que levam ao desenvolvimento. Então, o que temos numa situação como essa? Temos uma redução da capacidade dos Estados nacionais orientarem a sua ação em defesa do desenvolvimento. As privatizações passam por aí também. São instrumentos a menos que o Estado tem para poder induzir o desenvolvimento. Como fez, por exemplo, na época dos anos 50, 60 no Brasil, subsidiando a indústria petroquímica com insumos da Petrobrás muito abaixo do mercado, ou por exemplo, com a indústria do aço, estimulando a formação dos grupos automotivos e das suas indústrias correlatas. Hoje em dia, no mundo inteiro, não é só aqui, o Estado perde os instrumentos que permitem a indução do desenvolvimento em alguns setores específicos da atividade produtiva. Ao lado disso, e justamente fazendo uma crítica ao Estado, providência que foi tomada a

partir das mobilizações sociais do século IXX, e da primeira metade do século XX, o “Elfer State” nos Estados europeus, é uma conquista social, não é uma invenção do Estado para beneficiar a sociedade. Fazendo frente também ao paradigma do socialismo que se acaba com o muro de Berlim, tem-se uma situação em que não há um desenho de para onde ir, em termos de uma utopia do bem-estar. Uma utopia orientada para defesa da qualidade de vida e para o exercício do poder por parte da sociedade. Cada vez mais este poder fica longe do cidadão e se enclausura nos núcleos técnico-burocráticos do Estado, e para além dele, pelo controle dos investimentos que as empresas transnacionais, particularmente o capital financeiro acaba influenciando. Todo mundo fala daquela nuvem de trilhões de dólares que paira no mercado acionário no mundo inteiro. Por que isso é grave? Porque se o controle não é nacional — vamos dizer assim — dos investimentos, a lógica dos investimentos, deslocada para esse centro transnacional, vai obedecer não a preocupação com o cidadão nacional, mas com o aumento do desempenho dessas transnacionais enquanto seu objetivo maior, que é a operação para a realização do lucro. Ao lado disso, existe toda uma iniciativa correlata e depois atribui-se o nome de consenso de Washington a esse conjunto de medidas, quer dizer o seguinte: temos que transferir para o mercado uma série de atividades que antes eram responsabilidade do Estado, para que essas atividades se transformem também em produtos a serem consumidos. Hoje, nos Estados Unidos, o maior PIB — vamos dizer assim — em atividade econômica é a área de saúde, que foi sendo privatizada. Aqui no Brasil também temos um número muito significativo de pessoas que têm, mesmo com grande sacrifício, o seu plano de saúde para se garantir. Não é à-toa que o Estado fica ineficiente nessa área, porque há toda uma pressão para que este conjunto de serviços seja transformado em mercadoria, que possa ser negociada. O problema é que para ser negociado como mercadoria é preciso ter também o mercado comprador. E a nossa pirâmide de distribuição de renda, a mais desigual do mundo, acaba apresentando uma realidade na qual temos uma classe média que é capaz de fazer seu seguro-saúde, mesmo os trabalhadores mais

simples fazem um esforço para isso, mas temos seguramente mais de 60% da população que ficou desprotegida na área de saúde, porque o Estado encolheu-se como responsabilidade. Isso é transferível para qualquer área de prestação de serviços de políticas públicas. Então, vamos dizer assim, o cobertor de proteção social encolheu. O Estado reorientou-se no sentido de que passou a ser o facilitador da operação das transnacionais nos mercados nacionais. Não é só o Brasil. Ele não tem mais esse papel regulador — vamos dizer assim — referente à distribuição da riqueza, garantindo que uma parcela do produto criado pelo trabalho coletivo seja transferida ao conjunto dos mais pobres, ao conjunto dos mais necessitados, aos trabalhadores de uma maneira geral, na forma de políticas públicas, nas áreas de educação, saúde, transporte e tudo mais. Esse processo foi muito acelerado nos anos 90, ele é bastante complexo, dava para aprofundar muito, mas acho que como marco de referência o que acontece? Acontece que a própria lógica desse processo de desenvolvimento, porque também é um modelo de desenvolvimento esse que está sendo implantado agora, está em operação, tem provocado no mundo inteiro uma dualização das nossas sociedades. O que é isso? É que aqueles que são mais ricos ficam mais ricos e aqueles que são mais pobres ficam mais pobres e vai acabando a classe média. A mobilidade social também começa a ficar enferrujada e isto começa a gerar tensões sociais crescentes por conta dos índices de desemprego, que também fazem parte desse modelo. Não é casual o desemprego, ele é resultante do desenvolvimento tecnológico que poupa mão-de-obra, e da falta de qualificação de uma parcela importante da população que não consegue acessar os novos empregos que requerem mais especialização. Então o “James Wolfenson” que é o Presidente do Banco Mundial, aponta o seguinte, depois daquela crise financeira que começa nos países da Ásia e vem chegando na América Latina e passa por todos nós, ele vai numa reunião do Colegiado dos Governadores do Banco Mundial e diz: esse modelo não deu certo, estamos com uma bomba-relógio posta no colo, ela pode estourar — isso são palavras literais dele — no nosso colo, ou pode estourar no colo dos nossos filhos. Precisamos

desarmar essa bomba. E qual é essa bomba? É a pobreza gerada por este modelo. Dito de outra forma, isso está expresso em todos os chamados teóricos do Terceiro Setor. O Jeremy Rifken, por exemplo, que é um deles, veio aqui no III Encontro Ibero Americano do Terceiro Setor, o Andrés estava lá também, e disse assim: está sendo ameaçada por esse modelo a coesão social. Não é possível projetar essa sociedade anos à frente com esse modelo, sem perceber que ela vai se radicalizar, vai se polarizar e ideologias mais extremistas vão se afirmar e não vai haver mais as condições de operação do mercado que estão garantidas neste momento. Então, o discurso do Terceiro Setor surge de um reconhecimento que historicamente, sociologicamente pode-se reconhecer por “n” manifestações, mas na América Latina é a desagregação do Estado, na Colômbia, é da segurança, é o movimento indígena de Kiapas no México que não agüenta mais essa situação de pobreza e começa a se organizar, é o MST no Brasil, são essas manifestações eleitorais que chamam muito a atenção, como a situação do Chaves, na Venezuela. Recentemente, essa mobilização indígena no Equador, por exemplo, que acabou depondo o presidente. Essas situações foram geradas por esse modelo. E o Terceiro Setor pretende com o seu discurso dizer o seguinte: se as empresas não se sensibilizarem para essa questão da estabilidade política e da coesão social, elas não terão condições operacionais para frente. Porque, numa sociedade em que não há uma regulação pública e um Estado regulador, onde tem grupos privados, que por terem milícias próprias acabam controlando, inclusive, territórios onde o Estado não tem mais a penetração, não pode mais exercer o seu papel regulador, essa situação coloca no limite a inviabilidade do próprio modelo econômico. Então, é preciso pensar outra coisa. Mas essa coisa ainda não surgiu como novo modelo. Assim, por exemplo, o Pinud, no programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, tem feito um esforço interessante. O Amarte Assen, que é esse prêmio Nobel diz o seguinte: nós não podemos mais aceitar como um axioma intocável, uma verdade que não pode ser contestada, há leis de mercado. Até hoje o que se fez? Ninguém toca nas leis de mercado e vamos ver a partir daí qual é a

complementaridade possível no âmbito das políticas sociais, que possa contornar, amenizar, suavizar, integrar aquela parcela crescente dos excluídos por esse modelo. Ele diz assim: não é mais possível pensar economia e sociedade separados, porque é a teoria do bolo, primeiro cresce para depois distribuir. Temos que começar a pensar que a sociedade é uma só e que ela precisa se orientar no seu movimento, vamos dizer assim, que caracteriza um modelo de desenvolvimento, não mais em função dos interesses das empresas, na sua óptica de lucro, mas tentando regular a atividade econômica para garantir a melhoria da qualidade de vida do cidadão. Mudou o eixo. O eixo não é mais o lucro. O eixo é subordinar a atividade econômica, preservando o lucro, mas orientada principalmente para garantir a melhoria da qualidade de vida, a coesão social, a capacidade de o Estado ser protagonista no sentido da mobilização dos fatores que levam ao desenvolvimento. Não é ele Estado que vai assumir toda a responsabilidade pelo desenvolvimento, mas ele tem que apresentar as regras do jogo, tem que dizer para onde o conjunto dos cidadãos brasileiros, no caso do Brasil, o conjunto das forças econômicas deve se orientar para atingir determinada meta social. Que o Pinud, por exemplo, coloca, acho que é um passo nessa discussão, o IDH, o índice de desenvolvimento humano como uma referência, que é um *mix* entre indicadores de saúde, de educação, renda, essas coisas. Passaria a ser um objetivo, segundo esse modelo do Pinud, da atividade conjunta de todos os fatores da sociedade, das empresas, dos trabalhadores, da sociedade organizada como um todo, mobilizar os recursos que eles chamam de endógenos, que estão aqui no País, a favor de um projeto de desenvolvimento orientado para melhorar o IDH, para melhorar a qualidade de vida. E aí também há discussões que são laterais, que também merecem uma referência. Ainda tenho mais dois pontos para falar, então vou encurtar este. Que é o seguinte: existe toda uma discussão que desqualifica o Estado hoje em dia. O Estado é corrupto, o Estado é ineficiente, o Estado desperdiça dinheiro, o Estado não consegue chegar na base da sociedade com suas políticas, etc. e esse discurso serve para justificar as privatizações e a

regulação pelo mercado da atividade social. Estamos passando de uma economia de mercado, segundo o Le Monde, ainda, para uma sociedade de mercado. O que é o último dos mundos pensando na afirmação de direitos, porque uma sociedade de mercado é uma sociedade robesiana, vence o mais forte e o mais fraco não tem a quem recorrer, não tem um pacto social que o sustente. Muito pouco democrático, inclusive, o desenho disso, ainda que funcione formalmente a democracia. Então, a primeira questão lateral, nessa questão do Estado, é que o Estado não é ineficiente. Muito pelo contrário. Se pensarmos, por exemplo, no desempenho das estatais, temos no Brasil exemplos de eficiência na Vale do Rio Doce, na Petrobrás, em outras, nem todo Estado é ineficiente. E é curiosíssimo como o balanço das empresas privatizadas sai do vermelho e vai para o verde facilmente. É fácil, é só olhar os últimos quatro, cinco anos de desempenho das empresas que se privatizaram, elas saíram do vermelho. Então, não é se o Estado é ineficiente ou não. A questão é desmontar a capacidade de regulação por parte do Estado da lógica do mercado. É por isso que se privatizam, inclusive, empresas lucrativas e de bom desempenho que há nas mãos do Estado. O objetivo é não ter volta. Não dá, por alguma lógica política que eleja de repente um setor nacionalista, o Estado passa a não ter mais instrumentos regulatórios capazes de induzir um desenvolvimento diferente daquele modelo pregado pela regulação de mercado. Então tem uma discussão bastante complexa que é: que papel tem o Estado na regulação do pacto social, na indução de projetos de desenvolvimento e particularmente na atenção aos 80% da população que estão vivendo no mundo da pobreza. Isso no Brasil. Então, essa é a primeira questão. O Terceiro Setor surge, voltando então ao Terceiro Setor, como uma das propostas que pretendem preencher esse vazio que o Estado não cumpre mais como um papel de provedor de serviços públicos, no sentido de pensar que a aliança entre as empresas e as organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos que vão preencher esse vazio. É possível isso? Trago para os senhores uma pesquisa do Lester Salamon, que é outro dos papas do Terceiro Setor, todos eles economistas, são de outra formação

também, mas são economistas, o Jeremy Rifken também, que diz o seguinte: nesta maravilha de país que é os Estados Unidos, que tem uma cultura diferente da nossa, uma história calcada na pequena e média empresa, na sua formação etc. este Terceiro Setor tem a seguinte composição de receitas: 46% vêm da prestação de serviços. Leia-se, numa sociedade como a nossa, há um processo de terceirização dos serviços que implica a precarização do trabalho, a flexibilização das relações contratuais, a perda de direitos trabalhistas, que é, por exemplo, uma empresa se desmontar e terceirizar para cooperativas dos seus antigos funcionários a produção do mesmo produto que fazia antes, que o faz agora em condições muito menos custosas por conta de não ter que pagar a previdência e outros encargos. Então, 46% da receita do Terceiro Setor, aliás dos Estados Unidos não, desculpe-me, em sete países onde essa pesquisa foi feita, todos eles, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e outros, que diz assim, tem 46% da receita que vem da venda de serviços; 43% da receita que vem de fundos públicos e 10% — a conta não está batendo muito, mas é 10, 11% — da receita que vem das doações de indivíduos e empresas, fundações etc. Para mim esse número é altamente importante porque ele mostra que não há solidariedade ou filantropia capaz de financiar o Terceiro Setor na forma como foi desenhado por essa teoria. Ou é fundo público, ou é prestação de serviços, que tem uma lógica muito mais de mercado do que de interesse social. Se pudermos acompanhar o desempenho das melhores instituições desse chamado Terceiro Setor — depois vou tentar tematizar um pouco certa dúvida teórica que tenho com relação do por que Terceiro Setor — mas, enfim, o que vamos ver é que as atividades somadas de todo Terceiro Setor não mudam os indicadores macro. Por exemplo, não mudam a taxa de mortalidade infantil numa região; não mudam os indicadores de segurança alimentar; não mudam os indicadores que compõem o IDH, de uma maneira geral, daquela região. Por quê? Porque são ações pontuais, são ações focalizadas, atingem em geral pequenos grupos, e ainda que tenha todo sentido meritório, humanista que é preciso lhes atribuir, não reverterem o quadro estrutural da nossa sociedade. Portanto, fazendo uma analogia com a preocupação

anterior do Wolfenson, não eliminam o problema da desagregação social, do crescimento da tensão social, do aumento da violência, da incapacidade da convivência solidária, no espaço em que vivemos. Não se trata de discutir qual teoria é melhor. Trata-se de tentar verificar se essa proposição da ação do Terceiro Setor resolve o problema que foi colocado na origem. E tudo indica que não. Tanto é que hoje o próprio consenso de Washington, com todas as suas normas, está sendo questionado e já há algum tempo, se o Congresso Americano não tivesse tido esse corte conservador nas últimas eleições, a política de relação com os países em desenvolvimento dos Estados Unidos já teria mudado. Com isso quero dizer o seguinte, e vou citar o Boaventura de Souza Santos que é um sociólogo português que tem trabalhado a temática da reforma do Estado, foi convidado pelo Bresser Pereira quando ele era ministro para um seminário da reforma do Estado aqui em São Paulo, Parlatino, e ele tem uma questão muito própria, no sentido de ser pertinente, ele diz assim: não temos mais nenhuma possibilidade de pensar o Estado tal qual ele foi, “Welfer State”, Estado provedor ou qualquer que seja, temos que pensar outro Estado, capaz de ser um ator protagônico da articulação dos fatores de desenvolvimento, calcado numa idéia de cidadania, calcado numa preocupação com a qualidade de vida do cidadão, mas que proponha uma nova relação com a sociedade civil. Não é mais possível pensar a solução dos problemas com a magnitude que eles têm hoje, atribuindo essa responsabilidade unicamente ao Estado. É preciso convocar a sociedade civil também para participar do esforço de desenvolvimento, do enfrentamento da crise social. Então, Boaventura sugere o seguinte, que o tema da reforma do Estado está associado ao tema da cidadania, está associado ao tema do Terceiro Setor, precisam ser tratados de uma maneira articulada, pensando novos modelos de gestão orientados pelo interesse público, que possam incorporar as contribuições dos órgãos públicos e da sociedade civil. Mas essa questão é um desafio enorme, pensando na história e na cultura do nosso País. Já ouvi experientes gestores públicos dizendo assim: a saúde não era para prestar serviços de saúde, a educação não era para educar, esses aparatos do

Estado serviram para contemplar os grupos oligárquicos e de sustentação da base política de um governo sem se preocupar com a finalidade última dos seus serviços. Essa é uma tradição histórica no nosso País. Que tem se revertido à medida que a democratização vai se aprofundando. Mas nós ainda temos um tempo curto, historicamente falando, 85 até agora de mudanças que vão tornando cada vez mais, mudanças que incorporam muito à dimensão do conflito, inclusive, vejam as CPI's do Congresso etc. uma progressiva transparência na ação do Estado e uma progressiva redução da presença do interesse privado no espaço de ação dos governos. O Banco Mundial tem alguns estudos que dizem assim: o Brasil não gasta pouco na área social, está em torno de 20, 22 bi uma coisa assim, acho, tem um padrão de gastos que corresponde aos países desenvolvidos. Mas o que chega ao usuário final é um décimo do que entra na boca do tubo. Esse tubo é todo furadinho, ele tem ineficiências, tem desvios de recursos, ele tem elementos de corrupção, tem várias coisas que fazem vazar esse recurso até chegar ao beneficiário final uma parcela pequena disso. Então, ele diz assim, nesses estudos, se taparmos esses buracos, aumenta a eficiência da política pública, com os mesmos recursos que já tem. E como as estimativas de vazamentos são muito grandes, há uma melhora significativa possível desde que haja uma utilização pública dos recursos públicos. E para isso, precisa o quê? Precisa um Estado orientado para um desenvolvimento marcado pela construção da cidadania, para isso precisa um controle social da ação pública, para impedir que novos buraquinhos surjam. E aí se revela pelo próprio estudo do Banco Mundial, uma oportunidade extraordinária nesse redesenho das relações do público e do privado, que é a ação da sociedade civil orientada para acompanhar, fiscalizar, planejar no âmbito das políticas públicas. Essas sim, capazes de alterar os indicadores macro, aquelas variáveis do IDH, melhorar a qualidade do ensino, melhorar a qualidade da saúde, a cobertura em termos numéricos, políticas de habitação. Temos políticas para os jovens aqui? Temos uma enormidade de jovens desempregados hoje em dia na grande São Paulo e o Estado não tem a mínima capacidade de gerar uma

política para tentar incorporar esses jovens, torná-los mais cidadãos. Que essa passagem para a vida adulta não vá se estendendo. Hoje em dia o jovem diz: tenho 30 anos, sou adolescente. Não é bem assim. Aos 40 também termina a adolescência hoje em dia, dizem. Essa minha fala toda vai no sentido de indicar o seguinte, existe sim um papel fundamental das entidades da sociedade civil na perspectiva de ações conjuntas com o Poder Público, orientadas para uma determinada versão do desenvolvimento. Isso é uma possibilidade. Não está dado. Não está dado porque esse próprio modelo a que me referi, do Banco Mundial, por exemplo, dos ajustes estruturais, do aumento da desigualdade etc., atribui a essa sociedade civil um papel que é de executor das políticas planejadas pelo Estado. Porque eles dizem que as ONG's, por exemplo, são mais baratas, mais eficientes, chegam lá embaixo na sociedade, onde o Estado não chega, não tem corrupção, enfim, tem muitos ganhos. Mas eu me refiro no texto mesmo que esta relação tutelar do Estado que está marcada na legislação das OCIPs, que está marcada nas relações das organizações sociais de interesse público, a legislação aprovada no ano passado pelo Congresso Brasileiro, que está marcada nas OSCs, Organizações da Sociedade Civil, que é o projeto do Bresser Pereira também que está em operação, que já existe em vários lugares, essas entidades são tuteladas pelo Estado, controladas pelo Estado, dependentes do Estado, portanto sem nenhuma autonomia e é justamente esse fator, a autonomia dos entes da sociedade civil que tem sido capaz de alterar sua relação com o público, no espaço público, na sua relação com os governos, políticas e reorientá-las para a melhoria da qualidade de vida. Quando essas entidades perdem essa autonomia, na verdade elas se tornam braços executores de uma política do Estado, um Estado que deixou de ter uma fiscalização, um controle, um acompanhamento por parte dessas instituições que acabaram capturadas nessa forma de relação proposta pela nova legislação vigente. Acho que essa discussão merece muita ênfase, muito aprofundamento e vi, inclusive, que vai haver uma continuidade na discussão com o marco legislativo, com o marco legal, porque o marco legal que temos é muito diferente. Queria falar

um pouco do marco legal, porque acho que, inclusive, esta Casa tem uma oportunidade ímpar de poder pensar, debater publicamente que alternativa é melhor para uma regulação do plano estadual da atividade das relações do público privado, das relações da sociedade civil sem fins lucrativos com o Estado e tenho certeza de que isso vai ter uma repercussão enorme nos outros Estados da nação, também pelo peso que São Paulo tem no cenário nacional. Queria, primeiro, grosso modo, caracterizar o seguinte, participei como presidente da Associação Brasileira de ONG's (ABONG), desde o começo dessa discussão que passou pela Comunidade Solidária, por vários ministérios até se configurar nessa lei das OCIP's. Não vou ter tempo de aprofundar essa discussão aqui, mas a concepção que me parece que prevalece na forma final de como essa lei se apresentou, que a nosso ver ficou muito a desejar é uma preocupação com o controle, com a fiscalização. Partindo de um suposto de que é preciso disciplinar uma área que na verdade é "pilantrópica". É um suposto perverso. Porque embora haja entidades desse tipo, uma associação beneficente de Canapi, da Roseane Collor, que todos nós ficamos conhecendo pelos jornais, a grande maioria dessas instituições são instituições que têm prestado um serviço inequívoco e muito importante à sociedade brasileira. Elas não poderiam ser postas em suspeição em princípio. Ao contrário, elas deveriam ser ratificadas e reforçadas, em princípio e que exceção fosse disciplinada. No México existe uma lei proposta por uma coalizão que corresponderia no Brasil ao — Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), que congrega as fundações empresariais com representação, a ABONG e alguns centros de pesquisa orientados para a discussão nessa relação sociedade civil e Estado, propõe o seguinte: uma lei que seja capaz de estimular, apoiar, fortalecer as instituições e indivíduos que ofereçam o seu talento, o seu recurso e o seu tempo para as causas sociais. A idéia da lei mexicana é convidar a sociedade a se organizar autonomamente e se engajar num processo de construção de uma melhor qualidade de vida e de uma melhor cidadania. Infelizmente a nossa lei é o inverso disso. Ela não quer estimular coisa nenhuma e nos debates, inclusive, com o Ministério da Economia, eu estava presente e o Malan

disse assim: tudo que for perda de receita eu não topo. Nenhuma política de financiamento para estimular todo esse conjunto de entidades sem fins lucrativos, que têm feito realmente uma diferença significativa no cuidado da sociedade brasileira. Acho, então, que existem algumas questões que podem ser mexidas, em termos de iniciativas desta Casa. Questões que aparentemente não têm nada a ver com essa história, mas que têm. Por exemplo, para não pegar a questão Estadual, pega a questão municipal, os convênios na área de assistência social que são feitos com muitas entidades, são de um autoritarismo, de uma verticalização, de uma incapacidade de absorver a contribuição de quem vai fazer aquele trabalho, no planejamento desse trabalho com a entidade contratante, que isso é uma vergonha para nós em termos de um momento novo democrático. Fui uma vez à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — Fapesp, que tem um orçamento que foi decidido nesta Casa e fui ao Presidente da Fapesp há três anos, dizendo assim: existem instituições de pesquisa na universidade, fora da universidade, existem ONG's que têm essa capacidade de pesquisa altamente desenvolvida, que não têm uma política do Estado para o seu financiamento. E elas são importantes porque são capazes de desenvolver um conhecimento apto a fazer o diagnóstico de políticas públicas e de buscar, na pesquisa das experiências inovadoras que têm brotado de baixo para cima nesse Brasil afora, inovações que possam ser transformadas em políticas, que possam ter um novo patamar mais abrangente do seu impacto. E disse ao Presidente da Fapesp que achava superimportante que um Estado como São Paulo, que tem uma Fapesp superavitária, pelos dados, inclusive, ele me contestou, mas existem dados que podem afirmar isso, que não restringisse a esse financiamento a universidade, que fosse feito junto com a universidade, mas que houvesse linhas de financiamento que pudessem financiar as atividades desse campo das entidades sem fins lucrativos, no âmbito da pesquisa exigindo qualificações de excelência para poder conceder o financiamento, mas não restringindo pelo fato de serem entidades independentes e autônomas da sociedade civil. E o Presidente da Fapesp respondeu: a Fapesp foi criada para financiar

universidade, até logo e passe bem. Que é outra das insensibilidades por conta dos interesses corporativos, de defesa, são os acadêmicos que estão na Fapesp controlando esse fundo, para favorecer a universidade e não se preocupar com o objetivo último, o impacto desse trabalho. Quero, então, sinalizar com essas questões que acho muito possível elaborar uma lei em âmbito estadual, que tivesse esse caráter da lei mexicana, ou que tivesse essa caráter também de uma lei boliviana das entidades, de interesse social que vai no mesmo sentido, no sentido de reconhecer que para nós conseguirmos enfrentar essas questões que são cada vez mais candentes, cada vez mais cruciais, para garantir que São Paulo seja uma cidade vivível, para garantir que essas regiões metropolitanas que estão à volta, Campinas, a Região da Baixada, elas possam enfrentar esse cenário de degradação social que estamos vivendo, acho que podemos elaborar aqui uma lei que permita estimular, fortalecer, apoiar as iniciativas independentes e autônomas da sociedade civil, capazes de enfrentar uma relação mais igual com esse poder enorme que tem o Estado, numa relação menos assimétrica, os desafios das políticas sociais que precisamos desenvolver. Acho que isso tem que ter também um rebatimento em relação às câmaras municipais, no sentido do reconhecimento disso. E é possível pensar na valorização, por exemplo, de fundos, como é o Fundo da Criança e do Adolescente, o fundo da assistência social, que são fundos públicos e que não têm tido dotações orçamentárias para que possam operar a partir de um espaço deliberativo que são os conselhos de gestão desses fundos, todos os senhores conhecem, que esses fundos vitaminados por uma política do Estado de São Paulo possam se tornar entes contratantes também dessas entidades da sociedade civil para poderem desenvolver políticas na área da defesa da criança e do adolescente etc. Vou terminar contando um caso dramático. O nosso escritório está na rua Cônego Eugênio Leite, quase perto da Rebouças, o escritório do Instituto Polis onde trabalho. E embaixo começou a se constituir, há alguns meses, um grupo de meninos que ficavam limpando com o rodinho o vidro dos carros no sinal. Esse grupo foi crescendo, dormia na rua, passou a ser misto, já tem quase 20

meninos, meninas, agora tem um conjunto de menores que têm 8, 10, 12 anos que segregaram a eles, e têm desde 23 anos até 8 anos. Eles cheiram cola, fumam maconha, dormem na rua e incomodam a vizinhança pela sua existência. Então tem desde o guarda da lanchonete em frente, que já queimou todas as roupas, o colchão e não sei mais o quê eles têm lá e causou uma reação tipo “Lepan”, é melhor acabar com os pobres do que resolver a situação deles, até gente que passa, fica constrangida e ajuda etc. Nós somos uma ONG que não trabalha com criança e adolescente, não sabemos fazer esse trabalho. E agora? Liguei para o Conselho Tutelar de Pinheiros, que seria o órgão responsável para dar um encaminhamento a essa questão. Eles disseram: infelizmente não tratamos dessa questão. Do quê vocês tratam? Encaminhamos para vaga na escola, se precisar de ter um atendimento médico podemos facilitar, mas a única coisa que fazemos é remeter ao SOS FAROL, que é do Governo do Estado essa questão. Mas eu acho que o senhor não deve ligar para lá, porque eles também não fazem nada, porque não têm onde colocar essas crianças. Vai por na Febem? Vai fazer o quê com elas? O senhor pode vir na reunião do Conselho de Assistência Social aqui da Regional de Pinheiros para poder discutir isso num âmbito maior. Falei: está bom. Vou. E, por favor, convoque então o SOS FAROL. Quando cheguei lá, sem nenhum aviso, a reunião tinha sido desmarcada para acontecer em 16/3 e as crianças estão lá. Esta é a sociedade que estamos tendo. Como modificar isso, é um desafio enorme, porque o modelo estrutural é de exclusão. Para fazer políticas de inclusão é preciso pensar iniciativas que estejam no nosso âmbito de governabilidade, porque no âmbito Federal não está dando certo, esse modelo não está funcionando. Então, esse exemplo para mim é muito significativo, porque essas crianças estão proliferando nos faróis da cidade. Não é possível pensar que a filantropia responda a essa questão. Ou vamos ter políticas públicas capazes de equacionar essa questão ou vamos ter um crescente número de crianças abandonadas dessa forma, também se encaminham para a fronteira da ilegalidade, para a fronteira da delinquência. Mas, são crianças! Não são menores infratores. Estão lá, o Faísca,

por exemplo, teve o pai assassinado num acerto do narcotráfico, e a mãe bate tanto nele que ele resolve morar na rua. Se formos entrar na história de vida de cada um desses meninos veremos que ela é muito dolorosa. E acho que essa responsabilidade com a questão da cidadania que se define não a partir dos interesses corporativos de uma fundação empresarial, de uma empresa ou de uma ONG ou de sindicato. Ela tem que se definir pelo interesse público. Por exemplo, quando a Fundação Abrinq inicia uma campanha contra o trabalho infantil e ganha a adesão que ganhou, ela está construindo um novo pacto na sociedade, no qual os outros que aderem a essa campanha dizem assim: está bom, então não tem mais trabalho infantil. Lugar de criança é na escola. E vai se mobilizar a sociedade para realizar este novo pacto. Portanto, ao lado dos mecanismos normativos, legais e de um apoio ao fortalecimento da sociedade civil, acho que esta Casa também tem uma possibilidade, que é identificar quais são os dois, três no máximo quatro pontos que sejam políticas sociais em torno das quais se possam constituir alianças, público privado orientados para a melhoria da qualidade de vida. Por exemplo, se o Estado de São Paulo disser não ao analfabetismo, é um ponto; se disser não aos meninos de rua, às crianças que estão na rua, é outro ponto; se disser não à fome e estabelecer políticas de segurança alimentar capazes de enfrentar a fome, porque há muitas dessas crianças e adultos no Estado de São Paulo, somando algo como 5 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, no sentido de que não têm o suficiente para comer todos os dias. Se não tivermos esses dados de realidade não podemos discutir políticas. As políticas são um meio para se chegar a um fim. Então, seria importante definir também, três, quatro, cinco programas de políticas sociais, de políticas integradas. Toda administração moderna está dizendo que agora temos de administrar por problemas, não por setores. Porque os setores se integram para resolver determinado problema. Para conjugar a construção de novos instrumentos normativos de condições de infra-estrutura e financiamento para que no público e privado se atendam questões sociais que não podem ser todas porque não temos recursos para isso, mas que sejam, pelo menos, eleitas algumas dessas

questões sociais como mote para fazer campanhas como foi a ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida liderada pelo Betinho que atravessou todo o País.

Muito obrigado, era isso que eu queria dizer. (Palmas.)

SR. NEWTON BRANDÃO – Agradecemos profundamente ao Dr. Silvio, já conhecíamos alguns dos seus trabalhos e a sua legenda de luta. Para nós, então, é um grande prazer recebê-lo aqui. E com esse agradecimento, também com a sua permissão, pomos à disposição de todos os presentes para fazer alguma pergunta. E quem for fazer uma pergunta, por obséquio, decline o nome e a entidade que representa ou participa. A palavra está aberta.

SR. JAIRO – Atuo no programa denominado “Parceiros do Futuro” da Secretaria de Estado e Educação e gostaria de fazer a seguinte pergunta: pensando na construção de um marco legal aperfeiçoado, como realizar esse difícil equilíbrio na relação entre o Estado e Terceiro Setor, promovendo parcerias produtivas e democráticas e respeitando a autonomia desses dois protagonistas sociais?

SR. SILVIO CACCIA BAVA – Jairo, você tocou no calcanhar de Aquiles da questão. É o mais delicado. Porque temos uma cultura hierárquica, autoritária, que mesmo dentro das organizações que se dizem progressistas há pouca transparência. Acho que, talvez, possamos enunciar alguns princípios em torno dos quais vamos chamar uma ética, em torno dos quais essas relações possam ser estabelecidas. E mecanismos públicos, por exemplo, de acesso a políticas de apoio, de fomento às entidades sem fins lucrativos que possam ser auditadas e controladas como um todo. Princípios éticos, por exemplo, é fundamental e toda a ciência política hoje em dia reconhece isso, para a democracia de um País é necessário que as entidades da sociedade civil sejam fortes, propositivas e atuantes. Não interessa instituições capturadas por uma lógica de dependência,

porque elas não terão a contribuição — vamos dizer assim — da criatividade, a invenção democrática que é tão necessária para enfrentar esses problemas. Estou dando um exemplo, estou sinalizando, por exemplo, que de um lado vejo que a questão ética é fundamental, outro elemento, é preciso que o Estado tenha toda a transparência nas relações com essas instituições. Não é possível mais pensar que, por exemplo, pela via da 8.666, se possa contratar e a lei faculta isso, sem licitação uma entidade sem fins lucrativos. Quando houve a proposta das organizações sociais de interesse público no ano passado, a Abong introduziu como condição para que se mantivesse no espaço de discussão da lei, que todos os processos de contratação de OCIP's fossem acompanhados pelo Conselho de Políticas Públicas Setorial que lhe fosse referente, por exemplo, na área de Assistência Social, que o Conselho de Assistência Social, que é paritário e é deliberativo, como os senhores sabem, se manifestasse em relação à contratação de entes da sociedade civil para prestação de serviços. E o segundo elemento que introduzimos foi de que isso fosse feito por concurso. Para evitar o nepotismo, para evitar o clientelismo, para evitar a captura dessas instituições pelo Poder Público, mesmo que ele tenha as melhores intenções. Não se trata de saber se o príncipe é mau ou bom. Trata-se de saber se o príncipe tem essa capacidade de impor a sua vontade ou se tem que fazer uma negociação e um acordo. A outra questão que me pareceu fundamental, além dos princípios éticos, normativos nesse âmbito, é criar políticas efetivas de apoio a essas entidades. Li há pouco no Jornal "O Globo" que a União tem 70 mil imóveis parados, vazios nas regiões metropolitanas do País. E que em discussões lá, estava se dizendo o seguinte: é mais barato repassar esses imóveis para organizações da sociedade civil sem fins lucrativos para que elas operem as suas políticas e tenham esse apoio do que ficar com eles fechados e sendo custosos na sua manutenção ou sendo degradados pelo tempo. Essa é uma indicação, por exemplo, preciosa. Um dos problemas maiores nos custos fixos dessas instituições sem fins lucrativos é o aluguel. Se houvesse uma política de fortalecer essas entidades a partir da cessão de próprios públicos, seja por contrato de comodato, seja o que for, que fortalecesse

essas instituições na sua autonomia e na sua sobrevivência, ótimo. É uma boa ajuda. Se fosse criado, por exemplo, por uma votação nesta Assembléia Legislativa, um fundo social, para o qual os projetos planejados, desenhados pelas entidades sem fins lucrativos, pudessem ser apresentados e julgados com toda a isenção, estaremos ajudando a fortalecer essas instituições e os seus trabalhos. Já existem alguns municípios que fizeram isso com bastante sucesso. Mesmo no Recife, houve um tempo, acho que isto já faz quase 10 anos, em que um conjunto de deputados da Assembléia Legislativa decidiu o seguinte: a minha verba para caridade, era essa a palavra certa, não vou usar mais, vou transferir essa verba para caridade para um colegiado de ONG's, isso foi feito, o Gacip (?), e esse colegiado de ONG's vai aprovar projetos da sociedade civil, de associações de moradores, de clubes de mães e tudo mais, que queiram fazer coisas em prol da comunidade e precisam desse apoio financeiro para realizá-las. E durante dois anos funcionou esse fundo dessa forma. Não estamos inventando a roda, tem coisas que já estão sendo indicadas. E vejo que São Paulo, sendo o segundo orçamento da União, mesmo com toda a crise que atravessa essa política de ajustes fiscais e de reconcentração em âmbito Federal da receita pública, teria condições de criar um fundo, além desses outros fundos constitucionais a que me referi antes, Fundo da Criança e da Assistência Social, para estimular, apoiar, fortalecer o talento, o recurso e o tempo, estou parafraseando a lei do México, dedicada pelos cidadãos à causa de interesse público, interesse social. Não vejo que tenhamos, Jairo, uma equação já pronta disso. Acho que precisa de muita discussão e possivelmente outras coisas podem ir conformando um projeto dessa ordem. Mas, eu diria que tem de ter medidas legais, projetos de lei, embasados em certo código de ética, em certo acordo, do que é o bem, do que é o bom, e de outro lado, instrumentos financeiros, instrumentos de apoio de infra-estrutura para essas entidades. Outra questão, conheci uma vez a presidenta da Associação de ONG's da Suécia, lá as ONG's são financiadas 100% com recursos públicos. Acho que aqui não dá para fazer isso, não conseguimos ainda construir uma democracia capaz de suportar uma proposta dessa. Elas têm

acesso gratuito em canal aberto de televisão para fazer as avaliações que quiserem sobre o desempenho das políticas públicas e a relação governo/sociedade civil. Têm o direito de ter um elemento integrando as missões diplomáticas do país para acompanhar as negociações com os órgãos multilaterais, na área de comércio, em várias áreas, porque é a sociedade civil vigilante, acompanhando a ação do Poder Público para garantir que ela se faça orientada em defesa do interesse comum, do interesse público. Então, por exemplo, se o canal da TV Legislativa pudesse se abrir semanalmente para um debate de interesse público em relação a políticas sociais, convidando essa sociedade civil a integrar a discussão das alternativas, acho que é um passo importante. Se votássemos uma lei aqui em que a TV Cultura tenha que ter um tipo de programa como esse, estamos garantindo um acesso à mídia, daquela reflexão crítica e propositiva que é capaz de promover a invenção democrática, que é capaz de redesenhar ações do Estado e reorientá-las para acertar mais o foco do interesse público. Iniciativas podemos ter várias, o que precisa é que tenhamos essa vontade, essa concepção de que essa sociedade civil de que falamos é fundamental para equação de um novo modelo de desenvolvimento que parta das mobilizações, das energias sociais, que já temos aqui, que não precisamos mobilizar de fora. Não sei se respondo a sua questão? (Pausa.)

SRA. IRENE BELFORT – Represento a Fiesp. Percebemos que o modelo liberal aprofundou a crise de participação do indivíduo. Nunca se falou tanto de cidadania, de responsabilidade social e não sei se esse é um viés da minha entidade e das empresas que contato, mas é que nunca vimos tanta desagregação estrutural na sociedade. O empobrecimento da classe média e a luta pela sobrevivência desagregam toda a possibilidade de participação coletiva que tínhamos. Como mobilizar a sociedade civil e criar espaços legítimos para participação, para fomentar esse espaço participativo, para formações das políticas públicas que você dizia de forma democrática, e que atenda às necessidades da

população. Eu, por exemplo, represento a Fiesp no Conselho de Saúde. Temos pessoas lá que não conseguem se locomover para estarem presentes, por exemplo, nas reuniões. Então, os canais que existem são pouco democráticos, na medida que não se tem instrumentos para viabilizá-los. E como formar outros para que se possa fazer algo realmente de caráter democrático? Como você pensa?

SR. SILVIO CACCIA BAVA – Acho que é fundamental ter resultados. Acho que é fundamental ter eficiência. Acho que a credibilidade do Estado é algo central para poder mobilizar a sociedade civil. Acho que, inclusive, tivemos alguns experimentos aqui no Brasil, para mim muito marcantes, que demonstraram uma vitalidade insuspeita e uma generosidade — vamos dizer assim — dos indivíduos que eu desconhecia. Em 92, 93, na campanha da ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida, foi feita uma pesquisa do Ibope nessa época, estava no auge da campanha, e três milhões de brasileiros estavam organizados e comitês pelo Brasil inteiro nessa campanha. 30 milhões de brasileiros tinham doado alguma coisa em dinheiro ou espécie para colaborar com a campanha. Ela foi o maior movimento social que este Brasil viveu nos últimos tempos. Em base a quê? Em base a um apelo de indignação com a situação que se vive e a uma credibilidade da coordenação dessa campanha, no sentido de garantir que esse dinheiro não ia parar em outro lugar, que esse dinheiro e esses recursos iam ajudar os mais pobres e aqueles que têm fome. Essa mobilização acabou, mas ela deu origem ao Consea, inicialmente, Conselho de Segurança Alimentar, que era coordenado pelo Dom Mauro Morelli e acho que ele acabou sendo gestor também da proposta do Comunidade Solidária, como uma seqüência dessas iniciativas. Para mostrar como uma iniciativa da sociedade civil pode impactar os governos e se traduzir em políticas. Não vou entrar no mérito da eficiência do Comunidade Solidária. Ele também não está conseguindo alterar os IDHs por aí. Mas isto acabou afirmando como um direito em lei a segurança alimentar, que não tínhamos no Brasil. Hoje em dia é reconhecido que todo brasileiro tem direito por lei à segurança alimentar,

independentemente de estar trabalhando e da sua condição social. Não temos isso efetivado ainda, assim como o salário mínimo deveria ser outro e outras coisas mais. Mas o fato de estar reconhecido como lei, é um passo no sentido de que ganhou legitimidade no espaço público, na agenda da política nacional a discussão da questão da fome, a questão da segurança alimentar e das formas de buscar a equação desse problema. Então, a primeira questão que vejo é essa, se nós não tivermos iniciativas da sociedade civil na busca de soluções para os problemas sociais, o Estado sozinho não vai tomar a iniciativa para essa equação, seja qual for a sua orientação política. A outra questão que queria colocar nesse plano é a seguinte: estamos vivendo uma crise de representação política, internacional, global. Os partidos não têm mais o apelo que tinham no começo do século, os sindicatos vivendo a crise daquele crescimento tecnológico sem emprego, chamado de pelos americanos, crescimento sem emprego. Então estão perdendo a sua base de sustentação social, e nós estamos vendo a sociedade tentativamente criar novas formas de representação dos seus interesses. Por exemplo, fóruns, colegiados de entidades dos mais diversos tipos, sindicatos, associações, ONG's, acompanho, por exemplo, o Fórum Nacional da Reforma Urbana. O Fórum Nacional da Reforma Urbana, tem o Sindicato dos Urbanitários, o pessoal do Meio Ambiente que trabalha com saneamento básico, tem os arquitetos, os engenheiros, tem a Central de Movimentos Populares que congrega as entidades populares, tem, enfim, uma infinidade de entidades e associações, tem ONGs, que conseguiram fazer proezas, por exemplo, introduzir na Constituição Brasileira, um capítulo sobre política urbana. Não tinha, antes de 1988. Passou a ter pela mobilização desse Fórum, que foi capaz de expressar interesses difusos da sociedade brasileira, dizendo assim: temos que ter políticas de habitação popular, o BNH acabou, mas a demanda por habitação não acabou; temos que ter políticas de saneamento básico, porque senão a saúde não melhora; temos que ter políticas urbanas capazes de fazer frente à questão social. Esse Fórum fez isso. O Fórum do Meio Ambiente e Desenvolvimento organizou, na época da Rio 92, um diagnóstico da degradação

ambiental brasileira, superior em qualidade e excelência aos documentos governamentais. E para mim também foi uma surpresa. Sempre achei que quem tinha informações e capacidade técnica de fazer diagnósticos mais totalizantes só podia ser o Estado. Verificou-se que não. Os professores das universidades ajudaram, os centros de especialização ajudaram, as entidades profissionais ajudaram e acabou saindo um diagnóstico bastante bom sobre o quadro de degradação ambiental brasileira. Então, acho difícil a sua questão, porque é um problema colocado a todos nós. Mas, creio que os experimentos da sociedade civil que deveríamos trazer à tona para uma maior visibilidade pública, para entrar na mídia, para tornar conhecidas as ações solidárias no Brasil, não só que o bandido matou não sei quem na rua, ontem. A cultura da mídia é uma cultura terrível. Ela impõe o medo, o isolamento, ela remete o indivíduo para a vida privada, ela condena o espaço público e as formas de sociabilidade solidárias. E nós não temos só esse cenário, temos outro cenário também que é toda essa solidariedade. Os senhores acreditam que as pessoas vivem com menos de dois reais por dia, que no Brasil são 50 milhões de brasileiros, poderiam viver se não tivessem a solidariedade como elemento básico de sua estratégia de sobrevivência? Essa solidariedade está presente, existe, ela não é visibilizada.

SR. MARCO AURÉLIO – Silvio, uma coisa que na primeira fase da sua fala acompanhei melhor, pode ser verificada a preocupação com relação à transformação da cultura das pessoas, no sentido de se voltar não mais para o privado e para o lucro pessoal e para benesses pessoais, mas transformar essa energia de crescimento pessoal numa energia de crescimento público solidário, que também reflete necessariamente o crescimento pessoal. Existem alguns indicadores que são importantes de serem analisados no sentido de reforma do Estado. Aí me remeto no papel de membro da relatoria, para que os companheiros aqui desse grupo temático entendam, acho que já está bastante perceptivo que esse grupo temático está caminhando para uma ampliação do seu leque de atividades. É da

dinâmica da relatoria que nós voltemos a formar grandes grupos macro. Ou seja, esse Grupo de Terceiro Setor perpassa a sua esfera de trabalhos: a Reforma do Estado, Cidadão do Século 21, Cidadania, e esses grupos, a idéia da dinâmica do Fórum é que eles se juntem e que nós formemos os macrotemas de interesse, para que possamos formar uma consciência mais coesa, mais coerente, para que serve esse Fórum. Então, acho que já está ficando mais claro, esse desenrolar dos trabalhos está deixando isso mais claro, esse Seminário está sendo fundamental para isso, para que se entenda a dinâmica global do Fórum e o papel fundamental que os senhores aqui estão desempenhando na construção desses novos parâmetros. Então, voltando à pergunta, Silvio, existem alguns indicadores que são fundamentais para desenhar, redesenhar esse espaço público, ou então a dimensão do Estado na participação da vida das pessoas. Lembro-me de memória, um livro da Universidade Yale, que foi lançado em 1995, chamado: “The Next American Action”. Nele o pesquisador, um sociólogo, colocava que a sociedade americana, ao contrário da sociedade do pensamento tradicional, não ia se esfacelar no sentido balcânico, ou seja, os vários guetos, os vários sentidos sociais, para quem conhece um pouco do desenvolvimento da sociedade americana, ela é pautada na sociedade, na liberdade de culto, na liberdade de manifestação cultural, na formação de um país que na verdade é um mosaico e não uma salada, mas assim uma agregação de diferentes valores que formam uma nova cultura, mas preservados os valores identitários. Nesse livro, o pesquisador diz que os Estados Unidos, na visão dele, não ia se esfacelar numa balcan, num conflito balcânico, mas numa brasileirização. Ou seja, tinha esse complexo cultural, mas o que ia determinar era o acesso aos benefícios que a democracia cartelista conquistou, ou seja, os benefícios econômicos. A concentração dos esforços sociais, ele fez uma análise interessante dos lançamentos que até o pessoal de desenvolvimento urbano está fazendo também com o Secovi, o número de lançamentos de conjuntos habitacionais, de condomínios fechados para a classe média e classe média baixa. Antigamente, os “Alfaviles” da vida eram só voltados para a classe média alta e

classe alta. Hoje em dia é só pegar os jornais que se vê no Tatuapé, nos bairros assim menos valorizados do ponto de vista de especulação imobiliária, esses grandes condomínios fechados que já tem. A proposta é: tenha segurança para a sua família. Aqui você tem piscina, tem quadra de esporte, tem escola, um metro e meio de altura, portões superaltos, sistema de vigilância, ou seja, não se vai mais precisar se relacionar com ninguém. Vai ter a sua ilha, o seu sonho de ilha de prosperidade. No mesmo sentido, vejo a ascensão do neonazismo na Áustria. Conversando com alguns pais de amigos que viveram em situação de guerra, a Barbara Gancia, articulista da Folha de São Paulo, há 15 dias, lançou um artigo assemelhado, que os pais, esses pais de amigos meus viam com muito temor. Eles falaram: vai começar tudo outra vez. Por quê? Porque o “Alfer State” se mostrou insuficiente para agregar novas demandas sociais e com isso foi criando uma sensação falsa de que eu construí isso só para mim e não é para quem vem de fora. Na Europa e na América Latina existe um indicador que é fundamental, chama-se “Eurobarômetro”, é pouco conhecido no Brasil, só foi feita uma pesquisa entre os países latino-americanos em 1995 e no Brasil foi captaneado pelo Prof. Bolivar Lamunier. Essa pesquisa é um indicador anual que é lançado na Europa, está na Internet, Eurobarômetro — ORG, que foi criado pensando na União Européia. Pensando que os países europeus, as suas populações, principalmente as que compuseram a primeira fase da União Européia, são de alto poder aquisitivo, de alta consciência social, de alto grau de escolaridade, como eles pensariam, como se poderia acompanhar a evolução política dessas populações? Como é que elas iam efetivamente se agregando sem fronteiras? Então, eles têm alguns indicadores de confiabilidade das instituições governamentais, confiabilidade dos institutos que foram criados para a unificação européia e daí se extrapola para as perspectivas que os cidadãos dos diferentes países estão tendo com relação a essa união política e econômica que o Mercado Comum Europeu representa. No Brasil, isso foi feito e um indicador que é preocupante, porque essa pesquisa foi feita em seis meses em 1995, diz que 52% dos brasileiros entrevistados, que de acordo com a

metodologia da pesquisa representa uma confiabilidade da ordem de 95%, não vêem diferença entre democracia e ditadura. Na mesma pesquisa, a Venezuela era um dos países que mais valorizavam a democracia. Cinco anos depois, vimos a guinada que isso deu. A Venezuela, Peru, para dizer países que confiavam no regime democrático, Paraguai, deram uma guinada à direita, deram uma guinada rumo ao conservadorismo “a mano dura” como se diz no relatório, que esse relatório é em espanhol. Ele está disponível na relatoria do Fórum e acho fundamental que ele seja discutido no âmbito desses grupos de Cidadão do Século 21, Terceiro Setor, Cidadania e Reforma do Estado, por quê? Porque um produto desse Fórum vai ser o IDH paulista. Ou seja, se pretende com esse Fórum, com esses vários grupos discutindo, dar para os senhores uma visão mais orgânica de que ponto queremos chegar, mas discutir quais são as características específicas e fundamentais da sociedade paulista, a partir dos quais se pode monitorar para onde as instituições devem caminhar. Porque o Estado é lento, naturalmente lento. Ele organizacionalmente, institucionalmente, está amarrado por uma série de legalidades e necessidades burocráticas que, culturalmente, não vamos atravessar. À frente, a premência que tem a sociedade brasileira e, em especial, a sociedade paulista de mudanças. Então, esse IDH, índice de desenvolvimento humano para o Estado de São Paulo, vai ser pensado como um produto do Fórum, fundamental para que esta Casa faça a adequação das suas funções legislativas às necessidades mais reais da população, vai ser socializado com os municípios, ou seja, não vai ser um índice só do Estado de São Paulo, mais sim um somatório de índices municipais e regionais que vão dar um quadro mais verdadeiro ou mais próximo da realidade para que se faça um monitoramento “on-line” em tempo real. Então, gostaria de saber, Silvio, como você vê o desenrolar dos trabalhos daqui para diante?

SRA. IRENE BELFORT – Só acrescentando, acho que complementa, aquela minha primeira pergunta, é meio que uma resposta, quando ele fala da pesquisa

que não há diferença para os brasileiros entre democracia e ditadura. Como falarmos de um protagonismo do Estado, se não temos o protagonismo do indivíduo. Porque isto significa que se é igual é porque você não atua. Então, este canal de participação, eu tenho uma grande preocupação. Como estabelecer esse canal. Vejo pelo empresário e não é diferente nos outros setores, há oito anos eu tento trazer o empresário para essa participação efetiva. E é muito restrito. Percebe-se como não existe uma visão ampla, uma visão mais humanística da coisa.

SR. MARCO AURÉLIO – Lembrando-me de uma coisa, o Montoro quando criou os Conselhos de Cidadania, o erro conceitual que é justificável perante aquele contexto pós-ditadura, o que acontecia? Sou membro de seis ou sete conselhos de cidadania no Estado, de Criança e Adolescente, da Febem, da Juventude, da Comunidade Negra, sei lá, nem lembro mais, da Pessoa Portadora de Deficiência, para dizer, acho que são os mais representativos dos movimentos sociais. São criados fundamentalmente no quê? 50% do Estado, 50% da sociedade, em que a sociedade tem que ir até o Estado e é o que você falou, não tem apoio para vir. Como se pode querer que uma entidade legítima, representativa do movimento social de Presidente Prudente, da região Oeste do Estado que trabalha com idoso, tenha condição de se deslocar 600 quilômetros para ir e 600 para voltar, num dia de reunião, para discutir o quê? Veja bem, a rubrica orçamentária 13.4.5. na verdade permite que você compre papel, mas não que compre livro. Então, é um erro conceitual. É você fazer com que a sociedade chegue ao Estado. Não é assim. É o contrário, é o Estado que tem de chegar à sociedade, é o Estado que tem de se abrir, e esse processo de transparência, concordo com o Silvio, é reversível, porque é uma necessidade pragmática de sobrevivência. Não tem outro caminho.

SR. – Vimos percebendo que até existem, como você falou, aí surgiu o Conselho Alimentar e tudo mais, mas ficamos numa coisa, é lei que pega ou lei que não pega. Por que não vem de baixo para cima? É o primeiro princípio de direito,

deveria regulamentar as reivindicações da sociedade. E o vemos, via de regra, vindo de cima para baixo. Aí pega ou não pega.

SR. SILVIO CACCIA BAVA – Queria sugerir uma coisa em relação ao que você estava indicando, antes de entrar propriamente na resposta. Acho extraordinária essa iniciativa de fazer o IDH do Estado. Porque permite acompanhar a evolução desses indicadores em determinado tempo. Então vamos saber se Presidente Prudente, com as condições que tem, fez melhor do que Santos. Sendo que no próprio Instituto Poli desenvolvemos um trabalho de tentar correlações que levem em conta, por exemplo, a receita per capita pública. É diferente você enfrentar uma questão de 40% da cidade favelada, com uma receita per capita de um mil reais/ano ou com uma receita per capita de 80 reais/ano. Quer dizer, os instrumentos de governo para fazer a ação são diferenciados.

Gostaria de sugerir, se o senhor me permite, pensando na importância da cidade de São Paulo, que possui quase um terço da população do Estado, que essa identificação de IDH pudesse ser feita também pelos 96 distritos sensíveis da cidade de São Paulo. Isso nos ajudaria reconhecer também essa dinâmica dentro do município de São Paulo, uma função que também cabe à Assembleia Legislativa. Isto é, não só pegar os municípios, mas no caso particular de São Paulo, que tem 10 milhões de habitantes, trabalhar com unidades. Sugeriria o distrito sensível, já que o IBGE está trabalhando com isso.

A outra questão é a seguinte. O senhor tem toda a razão em dizer que esse chamado à participação não é o suficiente. A lembrança do neonazismo na Áustria é interessante porque a mobilização também pode ser xenófoba, fundamentalista e de exclusão. E as condições estão sendo dadas crescentemente ao nosso país para que isso venha a ocorrer. A questão da participação tem que partir do egoísmo da pessoa. Antes de tudo, todo mundo está preocupado com o seu próprio bem-estar. O problema todo é que só dá para realizar a felicidade individual se tivermos espaços coletivos na sociedade que garantam isso. Não dá para pensar sozinho a

realidade da felicidade individual. Um indivíduo na sociedade faz parte de grupos primários. Ele tem redes de sociabilidades. Se essas redes o valorizam, permitem usufruir a realização das suas potencialidades humanas, então está bom. Se essas formas de sociabilidade, ao contrário, o privam da possibilidade da realização dessas potencialidades, então vivemos no pior dos mundos. O engajamento do indivíduo na busca dessas coisas, não é uma alienação do seu projeto pessoal. Muito ao contrário. É a compreensão de que o seu projeto pessoal só realiza via espaço coletivo de sociabilidade que permita e favoreça isso. Então, não basta a participação. A participação tem que estar orientada para determinado projeto de desenvolvimento. Ela em si não diz nada. Ela é um instrumento para a realização de um projeto. Se esse projeto supõe uma orientação em defesa da qualidade de vida e uma crescente participação do cidadão nas decisões que afetam a coisa pública, então ele tem um parâmetro. Vocês têm aqui, por exemplo, por iniciativa de alguns deputados desta Casa, um Fórum de acompanhamento do Orçamento do Estado de São Paulo, que está começando a nascer. Deveria ser dada toda a força para que isso se efetivasse mesmo, e que tivesse espaço para publicidade dos seus debates, das suas conclusões. É um fórum aberto, todos podem participar, todos podem defender as suas posições. Isto educa a participação. Por isso que comecei respondendo a sua pergunta pelos resultados. Se não houver resultados, a participação é um engodo. Ninguém quer mais. Se no entanto, for possível perceber, por exemplo, a partir desse Fórum de acompanhamento ao Orçamento que está se discutindo nesta Casa, que houve uma reorientação do orçamento para atender tais necessidades, que antes não estavam contempladas e isso efetivamente se faz. Portanto, é preciso que haja acompanhamento também da execução orçamentária, não só a discussão da LDO e da peça orçamentária, acho que a credibilidade vai crescendo e a participação vai se tornando efetiva.

Hoje em dia, o orçamento participativo não é propriedade de nenhuma sigla partidária. Ele já tem uma ampla aceitação e destaca o Brasil como um dos países cujos experimentos estão sendo observados pelo mundo inteiro. Para que o Rio

Grande do Sul viabilizasse a construção no orçamento participativo no Estado, coisa que está fazendo agora, tem 12 anos de cultura de uma prefeitura que foi mobilizando crescentemente parcelas da população para discutir esse assunto. Qual foi o fulcro que deu credibilidade? Foi a execução, foram os resultados. Neste momento, é difícil pensar um projeto de mobilização no Estado de São Paulo capaz de conquistar esta participação, porque não se construiu uma cultura orientada para isso. Os fóruns, como este do Orçamento, podem ser dinamizadores dessa cultura, com muitas outras iniciativas.

SR. NEWTON BRANDÃO – Não havendo mais perguntas dos presentes, agradecemos a presença do professor Silvio, como também a magistral aula que nos proporcionou. Esperamos vê-lo sempre nestes nossos encontros.

Antes de encerrarmos este primeiro expediente, convidamos a todos para nos encontrarmos daqui a pouco. Existem alunos que fogem durante o intervalo. Prometo que não vou fugir e espero que a maioria aqui também não fuja, porque, conforme temos percebido, as palestras têm sido ótimas. Infelizmente, não tive oportunidade de informar sobre a nossa palestra de hoje a muitos dos meus amigos, alguns já com cabelos brancos, mas que são sedentos de saber. É verdade, temos muita coisa a aprender. Assistimos a uma aula maravilhosa do professor Silvio. Tudo foi gravado, e, depois de feita a transcrição, mandaremos cópia desta verdadeira jóia do saber, inclusive para as pessoas que não puderam comparecer hoje e também aos amigos e conhecidos que temos nas faculdades. Professor Silvio, mais uma vez, o nosso agradecimento pessoal, e também desta Comissão em nome do seu relator Deputado Geraldo Vinholi.

Convidamos a todos para daqui a pouco nos encontrarmos novamente aqui.

SR. NEWTON BRANDÃO – Iniciamos este nosso encontro e acredito que todos conhecem o nosso palestrante. No entanto, peço permissão aos senhores e senhoras para fazer uma brevíssima apresentação do Dr. Eduardo Sazi, cuja

nacionalidade é brasileira e italiana e torcedor do Palmeiras. Não vou ler toda a biografia do Dr. Eduardo, que é maravilhosa e extensa. Darei apenas breves pinceladas, sobre o seguinte: Graduação universitária: Universidade de São Paulo, bacharel em Direito; Concentração Direito de Empresa; Curso de pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas, com vários cursos de extensão universitária. Participou de inúmeros congressos, conferências, cursos e palestras que ele mesmo ministrou. Artigos publicados: “As regras do trabalho voluntário”; “Informativo do programa voluntário”, edição nº 8, da Editora Giro; “Modalidades contratuais para gestão de pessoal”; “As regras do trabalho voluntário”; “Entrevista e periódico meio de comunicação”. Algumas das suas atividades: Participação em organizações internacionais, intergovernamentais e de assistência a governos. É integrante do grupo de reforma do marco legal do Terceiro Setor, convocado pela Casa Civil da Presidência da República, entre outubro de 1997 a maio de 1998, cujo trabalho resultou na edição da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre as organizações da sociedade civil de interesse público e introdução do termo de parceria. Participação em entidades profissionais, associação científica e de extensão de serviços à comunidade. Membro da Ordem dos Advogados, seção de São Paulo, desde maio de 1990. Consultor jurídico voluntário do Gife-Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, desde junho de 1997. Títulos, condecorações, honrarias, homenagens: “Medalha de gratidão, grau ouro”, por serviços voluntários prestados, outorgado pela Diretoria Nacional da União dos Escoteiros do Brasil em novembro de 1997; “Diploma cidadão voluntário” por serviços voluntários prestados, outorgado pela Diretoria do Gife-Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, em dezembro de 1997.

Esta é uma pequena apresentação do muito que é o nosso digno palestrante. Com a palavra Dr. Eduardo.

SR. EDUARDO SAZI – Obrigado, Deputado Newton Brandão, pelas suas palavras, mas o meu propósito é dar uma contribuição com a pequena experiência que tenho na questão da reforma do marco legal e do estudo que fizemos.

Antes de alguma coisa, quero agradecer a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, nas pessoas dos Deputados Newton Brandão e Geraldo Vinholi, pela iniciativa deste Fórum. É importante o Estado abrir oportunidades para que participemos dos debates sobre o destino que queremos dar ao nosso país e ao nosso Estado e também por tratar da questão do Terceiro Setor.

O Terceiro Setor é um termo novo. Muitas vezes as pessoas perguntam o que é o Terceiro Setor? Os senhores já devem ter conversado a este respeito com os vários palestrantes da parte da manhã, mas o Terceiro Setor seria todo o segmento que contemplaria a sociedade civil organizada que, junto com o Segundo Setor, que é o capital privado e o Primeiro Setor, que é o Estado na concepção de governo instalado, os Três Poderes, formariam as grandes locomotivas do desenvolvimento de um país.

Quando falamos em marco legal do Terceiro Setor parece uma questão um pouco híbrida, primeiro porque o conceito de marco legal é novo, não é uma palavra que estudamos nos livros de Direito. Marco legal seria o conjunto de normas que regem algo, no caso, o Terceiro Setor. Podemos falar que marco legal do Terceiro Setor seria a coletânea de leis que regem as organizações da sociedade civil em todas as suas mais variadas vertentes. A rigor, quem está dentro do Terceiro Setor teria que utilizar a figura ou de associação ou de fundação, já que esses termos como institutos, como ONG's, como ação, grupo, são nomes fantasia, digamos assim, que refletem uma denominação que as pessoas deram para uma associação ou para uma fundação. Por sua vez, se quisermos colocar dentro do Terceiro Setor todas as associações ou fundações, vamos estar colocando um universo muito grande de entidades que têm os mais variados propósitos. Todas são sem fins lucrativos, mas cada uma com um propósito distinto, cada uma com um tamanho distinto. Quando falamos em Terceiro Setor, estamos reunindo um volume de

entidades, da mesma maneira quando falamos em Primeiro Setor estamos reunindo o governo federal, os estaduais e os municípios dentro do município de São Paulo até o município mais pobre do Interior de algum Estado brasileiro. São entidades de tamanhos diferentes de necessidades diferentes e de maneiras diferentes de serem administradas. Quando busca trabalhar legislação ou identificar legislação do Terceiro Setor, vamos ver que algumas legislações acabam sendo só aplicáveis para entidades muito grandes, que tenham estrutura de administração, que comportem o cumprimento daquelas exigências. Existem muitas legislações que, por serem extremamente complexas, acabam não atendendo às necessidades de muitas entidades. Existem entidades que, mesmo estando dentro do Terceiro Setor, supostamente reguladas por todo este conjunto, acabam ficando à margem porque não têm condições de atender a todos os requisitos.

Se fizermos uma avaliação da evolução da legislação do Terceiro Setor, desde o Código Civil Brasileiro, de 1916, temos as associações e as fundações. As fundações têm todo um regime jurídico que são realmente destinadas a um fim público. Elas são supervisionadas pelo Curador das fundações, que é um representante do Ministério Público. As associações são entidades também sem fins lucrativos, só que não têm nenhum controle estatal. Aí já temos uma diferença muito grande, porque temos instituições com um controle de um órgão estatal, que é o Ministério Público com poderes para executar uma série de atos, inclusive solicitar o afastamento da diretoria, processar a diretoria de uma entidade caso haja malversação de recursos, requerer a extinção dessa própria entidade, caso ela não consiga se manter. De outro lado, temos as associações que são amplas e sem nenhum controle estatal no início.

Quando olhamos para o objetivo, vamos verificar que no início da legislação só se entendia o Terceiro Setor como entidade ligada à educação e à assistência social. Questões mais modernas como defesa do meio ambiente, defesa do patrimônio histórico, defesa da cidadania, defesa das minorias, promoção da paz e da ética, no início do século, não eram emergentes. Quer dizer, muitas vezes não se

discutia nada sobre isso. Aliás não se falava nada a respeito da questão ambiental. Começou-se a definir o que seria o Terceiro Setor como entidade de educação e assistência social. Muita legislação foi construída em cima desses conceitos. Quer ser Terceiro Setor, tem que ter educação e assistência social. Só que hoje, com o

evoluir da sociedade brasileira, essas duas tipificações acabaram não sendo suficientes para cobrir as ações de associações e fundações que se dedicam ao desenvolvimento do bem comum, do bem público. Vimos que uma parte da legislação já está defasada na questão conceitual. Um problema da legislação que foi criada ao longo desse tempo, é que ela não teve condições de identificar, claramente, o que é interesse público e o que é interesse mútuo, que são extremamente distintos. Por exemplo, temos um clube esportivo—Sociedade Esportiva Palmeiras. Quem olhar o estatuto vai verificar que é uma associação civil sem fins lucrativos, destinada à prática de esportes, etc. Quem pensar no clube esportivo, ali no Parque Antártica, vai ver que todas aquelas benfeitorias só se prestam para quem é associado. A pessoa tem que entrar por um processo seletivo, ser autorizada, abrir vaga, comprar, ser indicada, passar por um conselho, etc. e contribuir para usufruir aquilo. É uma entidade sem fins lucrativos, mas de fim mútuo, porque só beneficia aquela comunidade. Enquanto que interesse público é muito maior do que isso. Na verdade, interesse público é aquela entidade que atende ao público, independentemente dele ser associado ou não, dele contribuir ou não. Por conta disso, verificamos que esse regime, construído desde 1916, não deu condições de definir o que é interesse público e o que é interesse mútuo. Muitas vezes as entidades voltadas apenas para os seus sócios passaram a ser beneficiadas pelo fato de, simplesmente, se declararem como entidades sem fins lucrativos e aí colocarem-se no pé de igualdade, pleiteando por incentivos fiscais ou usufruindo deles. Aí podemos colocar até a associação de criadores de cavalos de raça, colecionadores de jaguar, etc. porque são todas entidades sem fins lucrativos. Foram colocadas no mesmo balaió aquelas entidades que buscam melhorar as condições de vida das comunidades carentes da sua cidade, as entidades que

fazem defesa do meio ambiente, as de prestação de serviço de saúde, e todas as ações de interesse público. Esse marco legal que existe hoje ainda peca por essa imperfeição. Realmente é o caso de que qualquer iniciativa legislativa nova que venha surgir busque claramente identificar a ação de interesse público e incentivar a ação de interesse público e não apenas a entidade sem fins lucrativos.

Outro ponto que o marco legal não soube trabalhar direito é a própria questão da cobrança de serviços ou de parte dos serviços das entidades sem fins lucrativos. O fato de a entidade ser sem fins lucrativos, não quer dizer que ela não possa auferir receitas de prestação de serviço. O propósito não é este. O fim do lucro está muito vinculado com o saber quem é que vai usufruir daquilo, do recurso financeiro. Quem é que vai usufruir do resultado daquela entidade. Se a entidade realmente aplica todos os recursos que ela tem para a execução de uma série de projetos dentro do interesse público, seria possível que ela cobrasse por alguns tipos de serviço. Aí resta saber se é todo, uma parte, 30%, 60%. Estaremos entrando em outra vertente de discussão. Mas, em rigor, ela poderia ter uma fonte de receita. Só que, como a legislação para as entidades era fraca, na questão da definição do que é interesse público e o que não é, começamos a verificar uma série de distorções dentro do segmento de educação formal, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e também dentro da área de saúde. Quais seriam essas questões? O grande dilema era se eu usufruo do benefício fiscal porque presto um atendimento desinteressado ou se para usufruir do benefício fiscal eu tenho que prestar um atendimento desinteressado. É a questão do quem primeiro. Aí caímos no que seria a missão da entidade. Essa dificuldade de como identificar essas entidades ficou muito clara quando, em novembro de 1998, dentro da reforma da Previdência Social foi editada a Lei nº 9.733, que mudou os critérios de fruição da isenção da contribuição patronal para o INSS. Aqueles 20% que todo empregador paga sobre a sua folha de salários. Lembro-me de ter visto na imprensa algumas instituições de ensino dizendo que se perderem a isenção vão ter que suspender as bolsas para os estudantes carentes. Isto me chamou a atenção por duas coisas. Primeira, bolsa de

estudo pressupõe a cobrança da mensalidade. Todo mundo paga mensalidade, mas como você atende aos requisitos de pessoa menos favorecida eu lhe dou uma bolsa que equivale a uma isenção. Por conta disso, não estou prestando originariamente um serviço gratuito. Estou prestando originariamente um serviço pago do qual algumas pessoas vão usufruir de uma isenção. Em segundo lugar, se por perder a isenção do INSS eu vou ter que suspender as bolsas e cobrar a mensalidade do aluno, se eu fosse uma entidade sem fins lucrativos que visasse a educação gratuita estaria negando a minha origem, a minha razão de ser, negando a minha missão. Que entidade é essa que nega a sua missão por conta de uma mudança da legislação de incentivos fiscais? Na verdade aquela entidade que nunca teve aquela missão. Era aquela entidade que utilizava de uma faculdade legal para usufruir de uma isenção de INSS e por isso se beneficiava daquilo. Se ela fosse uma entidade que tivesse por objetivo prestar o atendimento de um ensino gratuito, por exemplo, estaria buscando por novos recursos ou falaria que teria que fechar as portas por não ter condições de atender todo mundo. Em razões dessas manifestações que ocorreram, de forma esporádica, mas que retrataram uma realidade, vimos que aquela questão de instituições de educação, de assistência social, sem fins lucrativos eram modelos que não eram capazes de identificar e separar realmente o que era interesse público. Eles eram muito mais focados em alguns aspectos formais que as entidades apresentavam para obter as titulações, do que, efetivamente, numa variação da ação que estava sendo desenvolvida por aquela entidade.

Nisso também vem a questão do incentivo fiscal. Como falei, algumas entidades usufruem de incentivos fiscais. Mas se fizermos uma avaliação desses incentivos fiscais da regra geral, depois vamos entrar neles especificamente, vamos verificar que está ocorrendo uma mudança de paradigma do que é um incentivo fiscal de uns anos para cá. Antes os incentivos eram focados nas entidades, daí a utilidade pública federal. Se eu quero ter um título de utilidade pública, tenho que apresentar um estatuto com tais e tais e tais requisitos, ter tantos anos de

funcionamento, etc. Posteriormente a isso, se eu quiser obter uma isenção de INSS, tenho que me registrar no Conselho Regional de Assistência Social e depois obter o Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos, tudo vinculado com a entidade.

Essa mudança de paradigma ocorreu justamente com a Lei Rouanet, de incentivo à cultura, que inovou com relação à antiga legislação de incentivo à cultura, que era a Lei Sarney, de 1986 a 1990. A Lei Rouanet passou a incentivar a ação cultural. Ela deixou de incentivar a entidade cultural para incentivar a ação cultural. Ela partiu de uma lógica de que o que interessa realmente para o público é uma ação efetiva e, no caso, o desenvolvimento da cultura, e não uma entidade cultural que não consegue fazer nada. O que se busca é a propagação da cultura. Este é o foco. Temos algumas divergências e desvios na Lei Rouanet, mas temos que pensar nesta questão conceitual do que é o paradigma dela. O que ela busca é incentivar a ação cultural e não a entidade cultural. No entanto, toda a legislação de incentivo ao Terceiro Setor, dentro do esquema utilidade pública, registro do CNAS e Certificado de Entidades Filantrópicas, visa incentivar a entidade. Aí seria uma tendência que qualquer incentivo fiscal que viesse a ser dado daqui para frente, inclusive em âmbito estadual, estaria mais na vanguarda se ele buscasse incentivar a ação social, a ação filantrópica, a ação cultural, a ação ambiental e não a entidade. Todo o processo dessa mudança de paradigma viu que o regime anterior também pecava porque não estava conseguindo acompanhar isso. Era um sistema em que o controle das entidades era meramente burocrático.

Só para vocês terem uma idéia do que é uma entidade pública federal. Existe no Ministério da Justiça um departamento de Divisão de Outorgas de Títulos que concede a utilidade pública federal. Eles têm cerca de sete mil entidades ativas com o título de utilidade pública federal. Essas entidades, por sua vez, têm que apresentar um relatório de atividades todo ano. São 7.200 relatórios que entram anualmente no Ministério da Justiça. Além disso, têm seis mil pedidos em andamento que precisam ser avaliados com relação às entidades que querem o título de utilidade pública. Existem cinco funcionários para fazer tudo isso, que não

trabalham aos sábados, nem aos domingos, que têm férias, feriados e alguns, pelo regime público do funcionalismo, podem ter algumas faltas abonadas ou justificadas. Fazendo as contas, cada funcionário teria que apreciar cerca de 10 a 15 processos por dia de trabalho para poder dar conta. Isto quer dizer uma hora por ano, por entidade, para fiscalizá-la ou para avaliá-la. É o controle meramente formal que não serve para nada. Se você cumprir aqueles requisitos, você consegue o certificado, se você não cumprir não consegue. Chega-se a absurdos que em alguns processos a lei fala que uma entidade local tem que declarar que a entidade está em efetivo e contínuo funcionamento nos últimos três anos. Este é o texto. Tem um caso que cheguei a cuidar. O curador de fundações deu uma carta endereçada ao Ministério da Justiça, dizendo que a entidade tal, fundada em 1995, está em efetivo funcionamento desde a sua fundação. Isto foi apresentado em 1999, depois de quatro anos. O Ministério da Justiça disse que essa carta não era clara, porque tem que falar nos últimos três anos. É questão de aritmética. Se quatro anos é mais do que três, então serve. Isso também não é uma exigência da lei formal. A pessoa trabalha com arroz e feijão, se tem lentilha não sabe o que faz. É um controle que não funciona, porque não atende, é apenas burocrático.

Outra vertente que carecia de regulamentação era o próprio trabalho voluntário que tem sido visto como um grande mecanismo de incentivo às entidades. O “slogan” dos programas voluntários que diz: “O que você faz bem, pode fazer bem a alguém”, na verdade é uma coisa que deixa claro que a contribuição para uma entidade não é apenas financeira, mas de tecnologia, de gestão, de educação, de saber economizar dinheiro, de saber fazer melhor alguma coisa que aquela entidade está fazendo. Esse trabalho também precisava ser objeto de uma regulamentação, na medida que o trabalho voluntário estava no limbo legal. Muitas entidades ficavam com medo de reconhecimento de vínculo de emprego, etc. A partir das demandas que foram sendo colocadas pelas entidades em geral, o Conselho de Comunidade Solidária resolveu fazer um processo de consulta às entidades e selecionou 300 entidades representativas no universo das entidades

brasileiras, localizadas em vários Estados, vários portes, segmentos da saúde, educação, de assistência, ambiental, vinculadas a ordens religiosas ou não, para identificar uma amostragem representativa. Foram enviados extensos questionários para essas 300 entidades responderem e se identificaram 63 problemas comuns da legislação. O Conselho de Comunidade Solidário criou um grupo de trabalho em outubro de 1997 para trabalhar essas propostas e identificar o que seria uma nova legislação para o Terceiro Setor. Trabalhou-se em quatro vertentes. Uma era a identificação de quem é realmente Terceiro Setor de interesse público. Dentro dessa identificação de quem é o Terceiro Setor de interesse público, como cadastrar essas entidades, se é o caso de fazer algum tipo de cadastro ou reconhecimento, e também como buscar o controle dos atos daquela entidade, na medida que se ela vier usufruir de recursos públicos, deveria ter controles administrativos, controles fiscais para assegurar que qualquer recurso, seja via subvenção, seja via incentivo fiscal destinado a ela, fosse realmente bem utilizado. As outras três vertentes era uma mistura de capital e trabalho. No caso do capital público, isto são recursos do orçamento público. A questão do capital privado que seriam os incentivos fiscais e também a força de trabalho voluntário e força de trabalho remunerado. Dessas quatro vertentes, três delas já foram objeto de nova legislação. No caso da identificação de quem é Terceiro Setor de interesse público, como é o processo de cadastramento dessas entidades e quais são os controles administrativos, isso tudo foi incluído na Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, que trata das organizações da sociedade civil de interesse público. A flexibilização do acesso aos recursos do orçamento público foi incluída dentro do chamado Termo de Parceria. Uma questão que as entidades colocavam é que quando elas usufruem de recursos públicos, como convênios ou subvenções, elas tinham que seguir um trâmite burocrático de prestação de contas muito grande. Com isso não se conseguiria ter acesso fácil aos valores. Aí se buscou uma nova figura jurídica que seria um Termo de Parceria que foi introduzido por essa Lei nº 9.790; por haver a reserva constitucional de que somente o governo federal pode legislar sobre Direito Administrativo, na verdade, o

Termo de Parceria é um mecanismo que poderá vir, desde que regulamentada em âmbito estadual ou municipal, ser aplicado em âmbito estadual, por exemplo, no caso do Fórum desta Casa.

A questão do trabalho voluntário foi regulada pela Lei nº 9.608, de fevereiro de 1998. O projeto de lei apresentado para os incentivos fiscais acabou não passando pelo crivo do leão do Everardo Maciel. Isto ocorreu porque justamente quando esses projetos foram apresentados, estávamos sofrendo refluxo da crise da Ásia, depois emergimos na crise da Rússia, depois na crise do dólar e agora este ano a crise da reforma administrativa, reforma tributária e de crise em crise este processo não foi para frente. Apesar disso, está se trabalhando para tentar inserir uma vertente disso dentro do âmbito da reforma do sistema tributário, que ainda está em discussão no Congresso Nacional. Se pensarmos na questão da reforma do marco legal, pelo menos em âmbito federal, buscou-se criar uma lei que tivesse nova regulamentação para identificar quem é do interesse público, como cadastrar essas entidades, como cobrar delas transparência e como executar o controle administrativo delas e também o controle da comunidade, que é muito importante. Se regularmos os acessos do capital privado e do capital público para essas entidades e, além disso, regularmos a força de trabalho delas, via trabalho voluntário e se for remunerado, é via CLT, teríamos em três ou quatro leis toda uma nova regulamentação para o Terceiro Setor e abandonaremos as cerca de 45 leis anteriores que estão acumuladas desde 1916. Seria até mais fácil para o administrador. No nosso trabalho como advogado, verificamos que, muitas vezes, as entidades não conseguem identificar quais são as leis que as regulam, porque é um pedacinho de cada lei. Está tudo espalhado, constituindo-se numa grande colcha de retalhos. Com isso, a entidade, para poder usufruir realmente de todos os benefícios e vantagens, acaba precisando de uma assistência jurídica interna ou externa que sempre vai onerar as suas despesas e que não são vinculadas com as atividades-fim da entidade. A entidade não tem o objetivo de cuidar de assuntos jurídicos, a não ser que ela preste assistência jurídica gratuita.

Por conta disso, diria que estamos num processo de criação de um novo marco legal para o Terceiro Setor. Depois vamos ter que sugerir os devidos reajustes também no âmbito estadual. Dentro desse novo marco legal, o que se buscou foi identificar alguns novos paradigmas. Mas um deles é a questão da transparência. É um fato que as entidades vão às empresas e pessoas físicas para pedir o dinheiro para doação, mostrando as fotos dos seus projetos, etc. Depois que esse dinheiro entra lá dentro a pessoa não sabe para onde ele foi. Não existe uma sistemática de prestação de contas. Não estou falando em publicar balanço em jornal, porque publicar balanço por si só não é suficiente. Estamos numa questão de transparência, de prestação de contas no sentido mais amplo. É uma mecânica que as entidades não estão acostumadas. Elas não vêem o financiador delas como alguém que quer saber onde o dinheiro está sendo aplicado. Aqui abro um parêntese. Por que o Terceiro Setor no Brasil é muito pequeno se comparado com outros países de origem latina ou saxônica? Se compararmos com países de origem saxônica a diferença é muito maior, porque a lógica saxônica, como no caso dos Estados Unidos, parte do princípio que a população é responsável pela solução dos próprios problemas sociais. As pessoas prestam contas, contribuem com aquele valor não porque estão fazendo caridade, mas porque é uma obrigação delas. A solução dos problemas do meu país passa pelo meu engajamento compulsório. Porque elas partem desse princípio de que eu tenho que ajudar na solução do problema do meu país, fazem contribuições mais expressivas e também acabam exigindo prestação de contas. Aquele administrador está trabalhando para um bem público e para um bem próprio. Enquanto usamos uma lógica que é católica, no sentido de que o rico tem que ajudar o pobre como ato de caridade, um ato voluntário para redimir os seus pecados. Como se trata de religião, pode-se ter muitas discordâncias a respeito. Mas a lógica nossa é que a pessoa não se sente obrigada a ajudar. Ela ajuda porque quer. Com isso, as entidades criaram um molde em que buscam a caridade das pessoas. Como a pessoa fez uma caridade, a entidade acha que não precisa prestar contas para ela. O que ela queria encerrou-

se naquele ato que era fazer a caridade. O que se buscou com esse processo de inovação legal foi assegurar essa transparência, mesmo que seja por um texto-lei, tentar fazer com que aquilo seja uma semente para fomentar um processo de prestação de contas mais efetivo, e de maior transparência das entidades.

Outro conceito que se buscou dentro da transparência é a própria questão do respeito a alguns princípios que norteiam a administração pública. A questão dos princípios da legalidade, dos princípios da impessoabilidade, os princípios da economicidade, isto é, ser o mais econômico possível, os princípios da publicidade. Se a entidade está executando um trabalho que é de interesse público e se ela vai buscar recursos públicos, ela teria que respeitar os mesmos princípios de Direito Administrativo que regem a probidade administrativa de qualquer governante. Isto não quer dizer que a entidade tem que se submeter ao Tribunal de Contas, fazer licitações formais, etc. Não é isso. Mas sim de ter esses princípios que permeassem a sua administração, porque aquele administrador não está administrando algo que é dele. Ele não vai contratar os serviços de alguém, pagando um preço superior ao de mercado, só porque aquele alguém é conhecido dele, mesmo que seja para a entidade. Ele não está sendo impessoal ou econômico. Quando vai comprar um imóvel, ele poderia pegar até de outra pessoa que é mais barato, mas vai comprar o de pessoa conhecida a fim de ajudá-la. Ele não pode ter este tipo de atitude. O que se buscou é permear este tipo de conceito. A administração seria mais profissional.

Além disso, buscou se dar publicidade para os atos. Realmente é difícil buscar relatório de atividade de entidade. Se você ligar para qualquer entidade pedindo o boleto para fazer uma contribuição, eles mandam na hora para sua casa. Depois se você telefona e pede o balanço da entidade ou relatório de atividades, etc. eles perguntam por que você quer tais documentos, se você contribui para a entidade, etc. A atitude deveria ser a mesma. Deveriam mandar o relatório de atividade, balanço etc. para a pessoa que contribui com a entidade. Mas a primeira pergunta é por que o senhor quer? Ou então, vou ter que consultar o meu chefe ou vou ter que falar com o diretor. São dados guardados com sigilo. Esses paradigmas

inseridos na questão da transparência, ou seja, a inserção desses princípios de administração, a questão de práticas gerenciais mais modernas, teve, inclusive, o objetivo de evitar conflitos de interesse, e também o mecanismo de publicidade de atos e relatórios. Isto não quer dizer só publicação pela imprensa. Aliás não é compulsória a publicação na imprensa. O que se diz com esses princípios esculpidos na Lei nº 9.790 foi incentivar a maior transparência das administrações das entidades.

Outro paradigma é questão do próprio controle administrativo que tem que ser um controle externo, via Conselho Fiscal que, por sua vez, não é compulsório para as associações, nem para as fundações. Elas podem ou não ter Conselho Fiscal, quer dizer, a administração não tem ninguém que a fiscalize. A introdução, dependendo de alguns volumes de recursos públicos utilizados de mecanismo de auditoria por empresas, auditores credenciados no Conselho Regional de Contabilidade, para valores menores e cadastradas na Comissão de Valores Mobiliários para entidades com volumes financeiros muito grandes. Não quer dizer que todos têm que contratar a Artur Andersen ou Price Waterhouse para fazer isso. Tem auditores com padrões de remuneração perfeitamente compatíveis com a capacidade financeira das entidades. Mas é alguém externo da administração que vai apontar se a contabilidade está em ordem, se os registros contábeis estão corretos, se todos os documentos e relatórios financeiros prestados realmente correspondem à realidade dos livros. E até a utilização de normas de contabilidade dentro dos padrões brasileiros de contabilidade. Vou dar um exemplo de situações que enfrentei na minha jurídica de advogado. As entidades chegam e pedem para fazer o registro como utilidade pública. Pedimos para mandar os documentos relacionados para fazer uma avaliação. Aí a pessoa conta que tem um probleminha, porque para dar maior agilidade a todo o dinheiro da entidade que preside, colocou em uma conta corrente que abriu no nome dela, mas só para uso da entidade e não mexe para outra coisa. Quando pergunto, mas está no nome de quem? Ela responde: “Está no meu nome”. Então, o dinheiro é da pessoa, tanto para efeitos

jurídicos como também para efeitos do imposto de renda. Acontece também de as entidades possuírem livros contábeis feitos a lápis ou em caderno espiral. Quando erra a folha, arranca e faz de novo. Existem também registros contábeis confusos etc. Às vezes estão tão embuídas de boa-fé que acabam deixando de lado uma série de práticas gerenciais de uma entidade séria. Depois, quando pressionadas, dizem que sempre fez aquilo com boa-fé. Se não tem um controle, a boa-fé pode rapidamente virar má-fé. E, na verdade, aquela entidade passa a ser fonte de custeio da família dos administradores. A questão de padrões corretos de contabilidade passou a ser exigência da lei nova que não eram das leis antigas.

Outra vertente clara, que também é um reduto dessa lógica católica, caritativa, é a questão da remuneração dos dirigentes. O que existia dentro dessa lógica é que se a pessoa está executando uma função de caridade, ela não pode receber nada por aquilo. Não há dúvida. Só que, se eu não posso ser remunerado, obviamente só vou dedicar o tempo que tenha disponível. Não vou trabalhar 10 horas por dia, sete dias por semana. Vou fazer quanto dá. Quando as entidades passaram a ser profissionais, começou a ter alguém como diretor, que fica diariamente, o dia todo na entidade. Ou a pessoa vive de brisa ou é muito rica. Se a pessoa pode se dedicar realmente a essa ação social e filantrópica, porque graças a Deus tem um padrão familiar que a sustenta, perfeito, só que exclui qualquer profissional, formado em gestão de Terceiro Setor que precisa de um salário para viver. Como a lei impedia a remuneração dos dirigentes, criava-se os dirigentes de papel, os fantoches, e também uma diretoria profissional remunerada, que não era eleita, mas na verdade é quem mandava. Havia uma situação hipócrita, porque os dirigentes de fato não eram formalmente os dirigentes. Começaram a aparecer os problemas até de má gestão, para aquele que emprestou o nome e depois se viu envolvido num enrosco. A nova lei buscou assegurar a remuneração de dirigentes como algo que vai ser um incentivador do profissionalismo, porque a entidade vai poder selecionar profissionais competentes no mercado, remunerá-los dignamente para que eles executem a tarefa que faça a entidade crescer.

Ao mesmo tempo, a nova lei buscou critérios de fixação de metas de trabalho, como identificar os resultados. Isto é, vou fazer isto para chegar aonde. A nova lei também falou em prazos. Ou seja, em que prazo a entidade vai atender a determinada coisa e, mais ainda, como vou avaliar essa atividade. Nós vimos que muitas entidades executavam aquele trabalho de uma maneira desorganizada. A entidade não conseguia ter eficiência na gestão dos recursos. Existem muitas creches, por exemplo, que o custo por criança atendida é superior à de uma escola de classe média. Isto acontece não por desvio de dinheiro, mas por causa de uma má aplicação do dinheiro. O dinheiro é desperdiçado. Da mesma maneira que se deixa torneira de água aberta no pátio, também se deixa a torneira aberta na conta corrente, o dinheiro vai embora e ninguém sabe para onde foi. O que se buscou com a nova legislação foi fixar metas de trabalho, identificar quais os resultados a serem atingidos, quais são os prazos a serem executados e, findo isso, fazer um processo de avaliação por critérios objetivos e não aqueles meramente subjetivos. Foi incentivar aquela diretoria a pensar de uma maneira mais objetiva na execução das suas atividades e ser mais econômica também para os recursos. Isso vai incentivar esse profissionalismo que será um paradigma que as entidades vão ter que se adaptar. Hoje está tendo muito mais competitividade porque os recursos estão curtos e existe um número muito maior de entidades. Se elas não forem competitivas, elas não vão ter os recursos.

O último tópico da questão do marco legal, que, na verdade, é um tema do presente e do futuro, é o dos benefícios fiscais dessas entidades. Hoje temos incentivos que são dados para entidades ou para ação da entidade ou para o patrocinador da ação. Para a entidade, temos aquelas imunidades constitucionais que vedam que o governo federal tribute a renda e a propriedade rural, que o governo estadual tribute o patrimônio no caso de veículos e impede que o município tribute os serviços ou tribute os imóveis. É a questão da imunidade constitucional de tributação sobre a renda, patrimônio e serviços das entidades. Isto é um direito assegurado pela Constituição, desde o dia em que a entidade nasce. Existem as

isenções que dependem de um procedimento de qualificação perante os órgãos estatais, porque a isenção pressupõe a cobrança, mas por liberalidade do poder tributante ele não cobra. Por isso, a isenção difere da imunidade. Na imunidade, a Constituição fala: “Governante, você está proibido de tributar, mesmo que o senhor queira.” No final de 1997, o governo federal editou a Lei nº 9.532 querendo tributar com o imposto de renda os rendimentos financeiros das entidades. Isto é flagrantemente inconstitucional e a Confederação Nacional de Saúde entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal e foi deferida uma liminar. Desde então, as entidades não precisam mais pagar imposto de renda sobre as suas aplicações financeiras. O governo federal, querendo ajustar o caixa depois da crise da Ásia, achou que poderia violar a Constituição. Isenção é o caso de IPI, imposto de importação, depende de uma qualificação das entidades.

Outro mecanismo que pode ser utilizado para benefício fiscal para as entidades, inclusive no âmbito estadual, do ICMS principalmente, é a questão de alíquotas diferenciadas para produtos adquiridos ou produzidos pelas entidades. Pode chegar até à alíquota zero. Se uma entidade sem fins lucrativos está vendendo um produto, ele tem alíquota zero de ICMS, que na prática parece uma isenção. A entidade pode também adquirir com alíquota zero. O governo do Estado utiliza esses mecanismos de alíquota zero ou alíquota reduzida para incentivar algumas ações. Pode ser um mecanismo interessante.

O outro mecanismo é a questão do próprio crédito presumido. Quer dizer, o valor investido numa entidade poderia ser utilizado para abater do crédito, por exemplo, do ICMS. Poderia ser estudada alguma coisa assim. Esse mecanismo do crédito presumido foi utilizado, por exemplo, pelos governos estaduais na questão da automação comercial. Os estabelecimentos varejistas usavam as antigas máquinas registradoras ou talãozinho de notas. Para incentivar esses estabelecimentos a trocarem as suas máquinas registradoras antigas por terminais em que sai a nota fiscal com a descrição de todos os produtos, que é o chamado cupão fiscal, utilizou-se um mecanismo de crédito presumido de incentivo fiscal. Ou

seja, todo o valor investido pela empresa na compra daqueles equipamentos poderia ser abatido em 12, 24 ou 36 parcelas do ICMS que o estabelecimento ia pagar. Na prática, seria o ICMS pagando a automação comercial. Claro que o objetivo do Estado foi de, com essas máquinas que emitem cupão fiscal e são muito mais preparadas, evitar a sonegação, porque é tudo ligado ao computador. Isto foi utilizado como incentivo até para o próprio aumento de arrecadação do Estado depois. Mas fica claro que é um mecanismo que pode ser utilizado em âmbito de ICMS, inclusive de um dado Estado somente dentro daquela questão dos convênios de ICMS.

Dentro do que seria todo marco legal do Terceiro Setor, poderia dizer que primeiro as entidades, governo e sociedade civil, todos nós temos que trabalhar num novo paradigma que busque eficiência, o profissionalismo, a transparência na gestão dos recursos e que, por conta disso, sejam identificados incentivos fiscais para o ato de doar e para o ato de contribuir. Nosso país não é saxônico, nosso país é católico e, muitas vezes, as pessoas imaginam que o Estado, nas três esferas de governo, vai ser o grande provedor de tudo e a única coisa a fazer é pedir. Eu peço para que algum chefe do Executivo, algum parlamentar ou algum juiz me conceda algum tipo de vantagem ou que preste todos os serviços pelo mínimo de impostos. Tem que se buscar o equilíbrio. Tem que ter uma carga fiscal, tem que ter os serviços, e vice-versa. Por conta disso, se tivéssemos realmente que pensar em incentivos fiscais, deveríamos pensar em incentivos para o ato social, para o ato de interesse público e que seja praticado por uma entidade que tenha critério de transparência, que busque o profissionalismo e a eficiência na gestão dos recursos. Aí sim conseguiríamos otimizar esse recurso governamental e melhorar a ação social e, principalmente, observando que o Terceiro Setor de interesse público não é mais somente a assistência social, saúde, educação formal. Temos muitas outras coisas que são relevantes, importantes e os patrimônios públicos precisam ser bem cuidados. Por exemplo, é o caso do derramamento de petróleo na Baía de Guanabara, que é um patrimônio ecológico, turístico, recreativo. Existe uma série de

interesses que acabam sendo prejudicados. Temos que identificar esses novos trabalhos, essas novas atividades que realmente merecem os incentivos fiscais.

Encerrando, agradeço aos Srs. deputados pela oportunidade de estar aqui. Agradeço a vocês pela paciência em ouvir-me. Espero não ter sido muito cansativo ao falar de lei, embora esta Casa já me favoreça discutir este assunto, porque é uma Casa de Leis. Estou à disposição para responder às perguntas. Muito obrigado.

SR. NEWTON BRANDÃO – Agradecemos muito a presença do Dr. Eduardo e acredito que para todos nós e para mim, em especial, a sua palestra foi muito oportuna e ilustrativa.

A palavra está franqueada. A palavra dos senhores é lei.

SR. JAIRO – Atuo no Programa Parceiros do Futuro, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. A Lei nº 9.790 prevê que seja obtida uma qualificação da entidade porque se pretende uma organização da sociedade civil de interesse público junto ao Ministério da Justiça. Uma vez obtida esta qualificação essa lei prevê a possibilidade desta entidade pleitear o Termo de Parceria junto ao poder público. Qual o mecanismo para celebrar este Termo de Parceria? Isto já está regulamentado ou ainda não?

SR. EDUARDO SAZI – A Lei nº 9.790 foi regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e, em rigor, ela está plenamente vigente e regulamentada. Na figura do Termo de Parceria, por ser um mecanismo contratual novo, um instrumento contratual distinto, há necessidade de permear esta informação por toda a estrutura burocrática do Estado tanto em âmbito federal, como estadual ou municipal. Inclusive deve contemplar a possibilidade do Termo de Parceria nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas próprias leis que tratam dos orçamentos federal, estaduais e municipais, porque as leis que tratam do orçamento, no caso da LDO, acabam sendo específicas para determinar os valores

a serem utilizados. Quer dizer, o convênio pode ser o mecanismo jurídico para utilizar em tais e tais situações, subsídios em tais e tais, subvenção em tais e tais. Por conta disso, há necessidade de permear esta informação pelo aparelho do Estado para nossa burocracia, o que acaba demorando um pouco. Mas o Conselho de Comunidade Solidária já está se utilizando do Termo de Parceria, para a realização de alguns procedimentos. Existem estudos também avançados no âmbito do Ministério do Meio Ambiente para se utilizar isso e também já está se estudando no âmbito do Ministério da Previdência e na área de assistência social e da saúde. Já existem grupos que estão trabalhando nessa figura jurídica para identificar.

O Decreto nº 3.100 é interessante porque disciplina algumas regras como vão ser esses Termos de Parceria. Existe a necessidade da publicação de um extrato no Diário Oficial, bem como alguns requisitos básicos que devem constar do termo, mas não existe o contrato-padrão.

Uma vantagem adicional é que o acesso aos recursos do Termo de Parceria não depende de processo licitatório, da mesma maneira que para ter acesso a recursos via convênio não havia necessidade de licitação, caso a entidade fosse realmente específica para fazer aquele trabalho. É um mecanismo que depende muito mais daquelas entidades que quiserem utilizar, cobrar do seu parceiro estatal para verificar se a ação que a entidade quer fazer e o recurso que ela quer utilizar são passíveis de usar o Termo de Parceria. E, principalmente, se a entidade vai ter condições de prestar contas e apresentar um programa de ação, com metas, objetivos, critérios de avaliação, etc. Isso a própria entidade tem que apresentar e as partes têm que fazer constar no Termo de Parceria, inclusive os critérios de avaliação posterior dos objetivos.

SR. MARCO AURÉLIO – Sou da relatoria do Fórum. A sua exposição é sempre brilhante e é um prazer ouvi-la. Gostaria que o senhor fizesse comentários a respeito da questão da atividade pública estadual. Quer dizer, pensando no Fórum como produtor de resultados práticos não só de uma perspectiva conceitual, mas de

resultados práticos que SR. Silvio, na parte da manhã, apontava para a necessidade de oferecermos resultados para que haja maior confiabilidade no trabalho do Terceiro Setor e também no trabalho da Assembléia Legislativa.

Trabalhei na Secretaria da Justiça, na área de cidadania, durante quatro anos, fui assessor especial do Secretário Belisário para a área de cidadania, e uma das coisas que nos eram muito solicitadas era a questão da utilidade pública estadual. Trabalhei na Secretaria muito próximo a isso e, realmente, o que o senhor falou é verdade, porque não existe um mecanismo verificador confiável, não existe um “staff” que esteja preocupado em agilizar os processos. Temos uma parceria com a Secretaria de Estado Família, Criança e Bem-Estar Social que faria a verificação dos laudos verificatórios da pertinência da manutenção da utilidade pública, mas o Secretário Belisário não foi contra, mas sempre pensou como poderíamos ousar mais. Veio à mente a possibilidade de fazermos uma alteração na lei que rege a utilidade pública estadual para que possamos criar um Conselho Verificador, isto é, dentro do princípio de permear a administração pública com cada vez mais participação de entidades organizadas da sociedade civil. Gostaria que o senhor comentasse se vê isto com bons olhos, se em outros lugares que o senhor tenha conhecimento deu ou não certo, é uma experiência que caminha progressivamente, ou se não vê grande futuro numa experiência neste sentido, ou se há algum caminho que dê uma agilidade maior para que possamos, por que não, cada vez mais conceder utilidade pública para as entidades que realmente trabalham.

Lembro-me de uma exposição do senhor no Senac, e por conta da própria relatoria, não pude ouvir toda a sua exposição. O senhor apresentava números dos incentivos fiscais *versus* a renúncia fiscal dos aeroportos. Eram números significativos, se tiver uma transparência, é interessante colocar, porque demonstra muito bem a lógica economicista dos governantes. Seria interessante o senhor fazer um comentário a respeito.

SR. EDUARDO SAZI – Em primeiro lugar, esses números que vocês vão ver, são dados oficiais que constam no site da Receita Federal, na Internet, que é o www.receita.fazenda.gov.br. É um número que vocês poderão fazer um download. Como vocês podem ver, para o ano de 1999, estavam previstos uma renúncia fiscal do imposto de importação de 2 bilhões, 328 milhões de reais, sendo duty free 54 milhões, bagagem de viajantes ao exterior que não são checadas 251 milhões, bagagem terrestre em Foz do Iguaçu 49 milhões, regime automotivo 1 bilhão, 119 milhões e a isenção de Manaus com 850 milhões de reais. No caso do IPI a renúncia também é de 2 bilhões 587 milhões, sendo que “duty free” e bagagem aérea e acompanhadas de Foz somam também outros 350 milhões de reais.

Na outra transparência tem os números do Terceiro Setor. As pessoas físicas só tem a dedução de 4 milhões de reais. Vejam que não são 4 bilhões como as outras. As pessoas jurídicas apenas 103 milhões. Quer dizer, a soma dos benefícios dos dois não dá a renúncia das malas que chegam no Aeroporto de Cumbica que não tem nenhuma função social, embora quem viaja para o Exterior gosta de comprar umas coisinhas. O país não cresce ou deixa de crescer porque as pessoas trazem 100 dólares a mais de uísques, perfumes e produtos do Exterior para cá. É uma discrepância muito grande e deixa claro que o vilão da renúncia fiscal não é o Terceiro Setor. Esses são números que o governo divulga, colocados a toda prova para nós. Isso são sumários, mas há relatórios muito detalhados. Mas quem quiser olhar, o site é www.receita.fazenda.gov.br com um ícone chamado Estudos tributários.

A questão do incentivo fiscal é um problema porque não sabemos se dando incentivo cresce o investimento social ou se as pessoas investem a partir do crescimento. Quer dizer, independentemente da existência do incentivo as pessoas investem. Na questão do crescimento dos investimentos sociais que têm sido feitos, pelo menos com relação à responsabilidade social de empresas, o que estamos vendo é que esses benefícios vêm sendo restringidos desde 1996, dentro do governo social, que já está no seu segundo mandato. Ou seja, o incentivo está

caindo e a doação está aumentando, parece que isto não é o catalisador, aquele item que define se a empresa vai ou não fazer a doação. Mas, se olharmos a doação de indivíduos, é um valor muito pequeno. Não existe a possibilidade de doação para entidades sem fins lucrativos ou para instituições de pesquisa, porque isso foi suprimido em 1996. Hoje vemos que o cidadão tem pouco incentivo fiscal para contribuir, isto dentro dos impostos que ele paga diretamente, como o imposto de renda, que é a base disso aí. Se olharmos os outros impostos que ele paga, os impostos estaduais e municipais, ele quase não tem incentivo algum, porque não é contribuinte desses outros impostos. Ele é apenas o consumidor final que arca com isso, com exceção do IPTU e do ISS, quando ele é um prestador de serviços.

Se quisermos utilizar um mecanismo de incentivo fiscal, teríamos que pensar no indivíduo, naquela pessoa natural que contribuiria com a entidade, não só com o seu trabalho voluntário, mas também com a sua contribuição pessoal. Se olharmos isto no âmbito estadual, podemos ter a utilidade pública estadual como um mecanismo para isso. O que se buscou no âmbito federal foi o seguinte: vamos mudar o regime da utilidade pública federal. Aí se pensou: vou ferir alguns direitos adquiridos. Existem entidades que têm utilidade pública federal, que cumpriram os requisitos e poderão se sentir lesadas caso não se enquadrem no novo conceito. Poderia ter uma saraivada de ações judiciais contra a nova lei que estaria ferindo direitos assegurados na Constituição. Isso não seria estrategicamente ou politicamente bom na receptividade de uma nova lei. Buscou-se criar um título novo, que só colocaria quem realmente interessa.

Se pensarmos na reforma da legislação em âmbito estadual, como podemos incorporar esses conceitos? Talvez a partir da Lei nº 9.790 que fixou alguns paradigmas, entrar num processo de adequação que seria de utilidade pública, para efeito de governo estadual e criar um prazo de adaptação das entidades. O papel do Ministério da Justiça dentro da lei é apenas um cadastrador, mas não é um fiscalizador. Onde está a fiscalização? A fiscalização é social. Conselho Fiscal, auditoria, Ministério Público onde couber, dar publicidade dos demonstrativos

financeiros, qualquer cidadão que identificar a possibilidade de malversação pode fazer uma denúncia, que não será anônima, uma vez que não se dá para valorizar denúncia anônima para este tipo de coisa. O controle é social e busca maior profissionalismo dentro da gestão da entidade. Se você tem um órgão de fiscalização, você não consegue dar conta, por menor que seja o ele. Você teria que municipalizar esse controle. Mesmo municipalizando, você não conseguiria acertar.

O que se buscou foi o seguinte: vamos criar um processo de cadastramento fácil, mas um processo de fiscalização pública rigoroso por várias vertentes, inclusive que se sobreponham. O fato de as contas terem sido aprovadas pelo Conselho Fiscal não quer dizer que elas terão que ser pela auditoria. Não quer dizer que o Promotor de Justiça, se é uma fundação, vai aceitar. A possibilidade de múltiplos controles, cada um na sua esfera de competência, fomentaria uma situação em que as lacunas seriam menores, porque você teria múltiplos órgãos de controle. A reforma em âmbito estadual talvez passasse pela incorporação dessas vertentes e não utilizar um órgão de fiscalização, mas um sistema de cadastramento simples e que o controle fosse social da ação social, dentro de metas, objetivos, avaliações, etc. Se for o caso de ter acesso a recursos públicos teria que se fomentar o Termo de Parceria, porque ele tem uma série de mecanismos extremamente interessantes, cláusulas que devem constar que são inovativas até com relação que tem de convênios. A base de convênios federal é uma Instrução Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional. Se você quiser agregar a reforma da utilidade pública estadual, além do acesso a recursos públicos, também algum tipo de incentivo fiscal para o doador, você poderia utilizar essa titulação, como um dos requisitos. O Termo de Parceria só vale para quem é cadastrado com uma Ocip. Qualquer outra entidade não tem acesso a este Termo de Parceria. A lei de incentivos fiscais, que está em tramitação, daria incentivos fiscais para as entidades cadastradas como Ocip num princípio sim, mas na verdade não seria para a entidade. Seria para uma ação de interesse público realizada por uma Ocip. A avaliação é pelo resultado. Se a ação é boa, eu incentivo, não importa quem seja o

agente. Você não precisa ter seis anos de efetivo funcionamento para provar que é bom. Você pode ser bom desde o início. Não quer dizer que você seja bom só porque tem seis anos. A lógica do vinho nem sempre funciona para tudo. Positivamente no âmbito estadual seria isso.

SR. NEWTON BRANDÃO – Agradecemos ao Dr. Eduardo, não só pela presença, mas pela beleza da palestra. Ficamos muito felizes em tê-lo conosco.

Encerramos esta reunião e daqui a cinco minutos estaremos de volta.

SR. NEWTON BRANDÃO – Temos o prazer de cumprimentar a nossa convidada e palestrante, Sra. Ana Maria Peliano, que vai falar da situação atual do tema que estamos tratando nesta Casa.

Peço também licença para ler uma parte da sua vasta biografia.

“Ana Maria Medeiros Peliano, socióloga, pós-graduada em política social pela Universidade de Brasília. Elaborou e publicou vários trabalhos na área, especialmente sobre a segurança alimentar. Participou da elaboração de importantes programas de combate à fome e pobreza. Coordenou pesquisas na Unicamp e na Universidade de Brasília sobre o papel das ONG’s no atendimento social. Foi coordenadora do núcleo de estudos da fome, da Universidade de Brasília, de 1987 a 1992. Diretora de política social do Iber, de 1992 a 1994. Coordenadora da elaboração do Mapa da Fome que subsidiou o trabalho de Herbert de Souza, o Betinho, na Campanha Nacional Contra a Fome, em 1993. Secretária Executiva da Comunidade Solidária, de 1995 a 1998. Atualmente é Coordenadora do núcleo de estudos de políticas públicas não estatais, no Iber.” Nossas boas-vindas à Dra. Ana, a quem passo a palavra.

SRA. ANA MARIA PELIANO – Boa-tarde a todos. Agradeço aos organizadores do Fórum, aos Srs. deputados, pelo convite. Ao mesmo tempo quero parabenizá-los por esta iniciativa de estar ouvindo a sociedade na condução dos

rumos na área administrativa e política do Estado de São Paulo para o século 21. Já é um grande desafio pensar o século 21. Espero que os resultados dos trabalhos que estamos desenvolvendo no Ipeia possa subsidiar, de alguma forma, o trabalho e a reflexão que este Grupo está desenvolvendo aqui.

Hoje já se falou do tema Terceiro Setor. Vou dar uma complementação para além do Terceiro Setor. Hoje o Terceiro Setor é muito abrangente e já é definido sempre como referência ao Estado e ao mercado. O Terceiro Setor é uma entidade que pertence ao mercado ou iniciativa privada, com fins lucrativos ou o Estado. Todas elas estão abrangidas neste tema chamado Terceiro Setor, que pega uma gama muito grande de entidades. A meu ver, no Brasil, está precisando ser mais bem definido, delimitado, que universo é esse. Ainda é uma fronteira pouco definida sobre o público, privado, lucrativo, não lucrativo, formal, informal, religioso, laico, dependendo como se avalia essas fronteiras, como se delimita esse universo do chamado Terceiro Setor, pode ser diferenciado. A mais recorrente tem sido realmente a do marco legal. As entidades criadas por pessoas jurídicas, sem fins lucrativos, que tenham acesso a algum tipo de incentivo fiscal.

No Brasil, o único estudo que temos que delimita esse universo, esse levantamento dentro desse conceito bem amplo, é de 1991 e que identificou 220 mil entidades do Terceiro Setor, no Brasil, mas dentro dessa conceituação bem ampla. Mais recentemente, uma universidade dos Estados Unidos, fazendo um estudo comparativo em 22 países, tentou definir critérios para classificar as entidades do Terceiro Setor, mas muito mais pelos bens e serviços que elas prestam do que pela sua origem. Aí ficaram entendidas como entidades do Terceiro Setor as que estão voltadas para a cultura, recreação, educação, pesquisa, saúde, assistência social, ambientalistas, desenvolvimento e defesa do direito, religião, associações profissionais e outras. É um universo muito amplo de entidades.

Temos também os critérios para excluir ou incluir o que seria do Terceiro Setor. Exclui-se organizações temporárias, as que na sua criação sejam vinculadas de alguma forma ao governo. Elas são empresas que se autogerenciam, que não

distribuem lucros. Sem fins lucrativos é o grande definidor, muito amplo, mas que não distribua lucros e que envolva um grau de participação voluntária. É o que se falou hoje aqui. Tem sempre uma diretoria ou um grupo que não é remunerado.

Temos observado que crescentemente essas chamadas organizações do Terceiro Setor vêm trabalhando, cada vez mais, de uma forma integrada em parceria com o setor privado. Temos na área pública as entidades governamentais, entidades privadas sem fins lucrativos e privadas com fins lucrativos. Observamos também, de acordo com esse estudo da universidade americana, que em 1995, as entidades sem fins lucrativos tiveram, antes das entidades privadas, uma fonte de recursos da ordem de 350 a 400 milhões de dólares, considerando apenas os recursos declarados na Receita Federal. Como a grande maioria das empresas privadas não usa dos incentivos fiscais na alocação de recursos privados, sabemos que trabalham basicamente por meio de organizações sem fins lucrativos, esse trabalho conjunto já tem uma dimensão muito significativa.

O Ipeia criou esse núcleo, recentemente, para estudar as políticas públicas não estatais. Sem querer isentar o Estado das suas responsabilidades, mas é universalmente reconhecido que o Estado sozinho não vai equacionar os problemas da pobreza, não vai ter recursos suficientes, nem capacidade gerencial suficiente. A palavra de ordem é parceria. Só se fala em parcerias: governos, sociedade civil, empresas privadas e entidades do Terceiro Setor. Mas quem são esses parceiros? Qual a dimensão do trabalho desses parceiros? O que esses parceiros já vêm fazendo? Qual a disponibilidade em fazer mais? É sobre isso que não se tem conhecimento, dimensionamento ou estudos mais universais. Iniciamos no Ipeia um trabalho começando a ver pelo não- governamental, em primeiro lugar, o setor privado. Estamos observando que no âmbito do setor privado a responsabilidade social e ética na empresa começa a ser um tema cada vez mais recorrente, debates nas preocupações do setor privado. Começamos a discutir esse setor, e muitos deles inclusive já criando as fundações e organizações sem fins lucrativos, para executar ações de interesse público. Estamos hoje vendo o lado público da iniciativa

privada. Aquelas ações de caráter público e com finalidades muito parecidas com as ações que vêm sendo desenvolvidas pelas entidades do Terceiro Setor.

O nosso primeiro trabalho foi identificar o que vinha sendo feito na área. Observamos que, geralmente, no setor privado, os estudos disponíveis sempre são mais restritos ou a grandes empresas ou estudos de casos bem-sucedidos ou entidades associadas a algum tipo de associação ou federação. Não tínhamos nenhum estudo no Brasil que pegasse o universo das empresas e começasse a responder perguntas tais como: Quantos por cento das empresas fazem um tipo de ação social? Quais são as motivações? A quem elas estão atendendo? Que tipo de atividades estão desenvolvendo? Quais são as dificuldades que estão encontrando? Se usam ou não incentivos fiscais? Se não, por quê? Que recursos estão aplicando? Quais os critérios para fazer a sua atuação? Ou seja, são respostas ainda em aberto no que diz respeito à ação pública do setor privado na área social que tem sido o nosso campo de preocupação.

Começamos identificando pelo Sudeste. Resolvemos fazer uma pesquisa, ir a campo e fazer um trabalho na Região Sudeste. Já que era para começar e aprender, por razões óbvias, iniciamos no Sudeste, onde estão 51% das empresas do país, porque já teríamos uma representatividade do setor privado. Trabalhamos com cadastro do Ministério do Trabalho, Rais e Caged, que é o único cadastro que dá conta do universo das empresas, com um ou mais empregados. Estamos trabalhando desde a padaria da esquina até grandes empresas da Região Sudeste. Fizemos uma amostra de 1.752 empresas de diferentes portes. A pesquisa foi feita em duas etapas. Na primeira etapa telefonamos para as empresas. Na segunda etapa enviamos questionários. Os resultados que temos é o da pesquisa, por telefone. Foi uma surpresa para nós, porque os resultados são muito interessantes. Começamos por telefone, porque nos disseram que não adianta mandar questionário para as empresas porque vão se perder dentro delas e que teríamos que identificar a pessoa responsável pela área social da empresa. Como tínhamos que telefonar para todas as empresas, aproveitamos para perguntar o número de

empregados, a receita, data de criação e se fazem ou não algum tipo de ação social, quer seja para os seus empregados, para a comunidade, simultaneamente para os empregados e para a comunidade ou se não faz nenhum tipo de ação. Em resumo: Quem faz, quem são e onde estão? São os resultados que já temos disponíveis hoje.

Àquelas que disseram que fazem algum tipo de ação social para a comunidade, mandamos um questionário mais detalhado, que estamos, no momento, trabalhando, elaborando e tabulando as informações.

Quais seriam os resultados dessa primeira etapa? Em primeiro lugar surpreendeu, e muito, o percentual de empresas que faz algum tipo de ação social. Foram 67% das empresas. Dois terços das empresas da Região Sudeste fazem algum tipo de ação social. É bom termos claro que a ação social foi um conceito muito abrangente. Já é difícil delimitar o que é uma ação social e o que não é. Entendemos por ação social desde pequenas doações eventuais até grandes projetos bem estruturados. Excluímos as contribuições legais, o sistema AS, por exemplo, e pelo trabalhador o vale- transporte, salário-família, porque já são feitos em caráter obrigatório. Ou seja, excluindo as ações obrigatórias, todas as outras incorporamos no conceito de ação social, mesmo porque gostaríamos de ver, já que é um potencial parceiro, qual a sua pré-disposição, qual a sua intenção de trabalhar, independentemente de estar dimensionando o peso dessa atuação. Sessenta e três por cento das empresas fazem algum tipo de ação social não obrigatória para os seus empregados. A proporção é ligeiramente menor. As empresas fazem mais ainda para a comunidade do que para os seus empregados. Quarenta e cinco por cento delas fazem simultaneamente para os seus empregados e para a comunidade. Dezesesseis por cento, 70 mil empresas, não fazem nenhum tipo de ação social. Trezentas mil fazem algum tipo de ação social no Sudeste e 70 mil nenhum tipo de ação social.

Vou colocar algumas transparências com o perfil dessas empresas. Nesses três primeiros gráficos, olhando a distribuição das empresas, na Região Sudeste

60% das empresas estão em São Paulo, 50% estão no comércio e 58% tem menos de 10 empregados. Se olharmos em termos numéricos o que predomina: São Paulo, comércio e pequenas empresas em números de estabelecimentos.

Quando olhamos quem são as empresas que fizeram algum tipo de ação social, se pegarmos o universo das 300 mil, elas vão mais ou menos responder a estrutura da distribuição das empresas. Assim sendo, 59% das empresas que fazem algum tipo de ação social estão em São Paulo, 52% estão no setor comércio e 59% tem até 10 empregados. Mas esse resultado só reflete o perfil da distribuição das empresas. O que nos interessava saber é proporcionalmente por Estado, por setor de atividade e por número de empregados, qual a participação das empresas em ação social. A média da região foi 67%. Olhando por Estado, Minas Gerais foi o Estado onde as empresas proporcionalmente fazem mais ação social, ou seja, 81% das empresas mineiras fazem algum tipo de ação social. São Paulo 66%, Rio de Janeiro 59% e Espírito Santo 45%. Isso mostra que o fator econômico não é só o único determinante da questão da participação. Outros fatores culturais, sociais, religiosos também devem ter um peso significativo nessa ação.

Quando olhamos por porte, mais de 90% das empresas de mais de 500 empregados fazem algum tipo de ação social. O que nos surpreendeu foi a participação das pequenas empresas. Sessenta e um por cento de empresas de um a 10 empregados –excluímos as que não tinham empregados— fazem algum tipo de ação social para a comunidade. Este é um universo que teremos que pensar como vamos trabalhar, porque é o somatório de pequenas ações, mas que já tem um universo significativo.

Olhando por setor de atividade, verificamos que comércio e indústria saem na frente, logo seguidos de serviços. Agricultura e construção civil já têm uma participação bem menor na ação para a comunidade, do que o comércio, indústria e serviços. Já temos levantado hipóteses de que isso acontece porque as empresas tendem a atuar na comunidade da sua vizinhança e a agricultura tem um entorno menos denso e a construção civil talvez mais pela sua rotatividade.

Participação das empresas em ações sociais para os seus empregados. Observamos que o comportamento entre os Estados é muito semelhante. Varia em Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, mas em todos, em mais de 60% das empresas, predomina ação de alimentação e saúde. Quando perguntávamos às empresas: “Faz algum tipo de ação social obrigatória?” A empresa perguntava se era para empregado e respondíamos que não. No telefone perguntávamos: “Não faz alimentação?” Não consideramos na pesquisa alimentação como obrigatória, porque pela legislação não é. Acontece que muitas empresas estão entrando em acordos sindicais com referência à alimentação. Aí passa a ser obrigatória para a empresa. Mas como não tinha uma obrigatoriedade prévia, nós não consideramos. É interessante observar que as próprias empresas já estão percebendo a questão da alimentação como obrigatória. Algumas vezes, recomendávamos a quem estava fazendo a pesquisa por telefone: “Não diga que não é obrigatório. Registra e fica quieto, se não vão dizer que estamos difundindo que a alimentação não é obrigatória.” De fato não é. Mas a empresa que já está fazendo, tem a percepção de que é de caráter obrigatório.

Olhando por número de empregados das empresas que fazem algum tipo de ação social, percebemos que a diferença é muito grande por porte da empresa. Praticamente todas as grandes empresas fazem algum tipo de ação não obrigatória para os seus funcionários e mais ou menos a metade das pequenas empresas. Quase que cai para 52%, mas ainda assim é bastante significativo o número de empresas que fazem algum tipo de ação social para os seus empregados.

Por setor, inverte a lógica. Construção civil e agricultura são as que mais fazem, relativamente, para os seus empregados. Temos 87% das empresas de construção civil e 80% da agricultura que fazem algum tipo de ação para os seus empregados. O amarelo mais forte mostra a proporção das empresas que fazem, exclusivamente, para os seus empregados. Podemos ver que o comércio é o que menos faz, exclusivamente, para os seus empregados. A construção civil é a que

mais faz exclusivamente para os seus empregados. Inverte a lógica quando se trata de empregados e de comunidades.

Nesta última transparência temos quem não faz nada. A indústria e o comércio são os que, proporcionalmente, menos fazem. Isso tem a ver com o comportamento. Construção civil faz muito para os seus empregados exclusivamente, reduzindo muito o percentual de empresas que não fazem nenhum tipo de ação na construção e na agricultura. Isso se deve a atenção aos seus empregados. Observamos que indústria e serviços são os que fazem mais simultaneamente para empregados e comunidade.

Dados das empresas de São Paulo. Isto é, do universo de 445 mil empresas, 264 mil estão em São Paulo. Olhando a distribuição das empresas de São Paulo, vamos ver que 50% são comércio, 4% agricultura, indústria 18% e serviços 28%. É a distribuição do universo das empresas do Sudeste que está na nossa pesquisa.

Distribuição das empresas que fazem algum tipo de ação social por setor de atividade econômica. Vemos que de novo reproduz o comportamento das empresas, comércio, construção civil, indústria e serviços. Mas comércio e serviços, em São Paulo, modificam. Observando a média da região, indústria e comércio são os que fazem mais. Em São Paulo, comércio e serviços são os que fazem mais. A indústria, relativamente dentro de São Paulo, perde a sua posição de segundo lugar.

Finalmente, quando verificamos quantos por cento dentro do setor, temos 68% do comércio, 67% de serviços, 64% indústria. Muda a ordem, mas o comportamento dos três setores das empresas de São Paulo está muito próximo.

São alguns dados para vocês terem uma idéia de como está se comportando por setor e por parte.

Agora estamos detalhando todas as outras questões, as motivações, o tipo de ação desenvolvida, para quem é desenvolvida. O Ipeia está finalizando o estudo de todo esse detalhamento.

O que procuramos conhecer com essa pesquisa? Em primeiro lugar o potencial desses parceiros no setor privado, como protagonista na área social. Para

identificar instrumentos de apoio, tanto por parte do governo, como por parte da sociedade. Hoje é uma satisfação enorme estar no Poder Legislativo, porque é interessante estar levantando informações. O objetivo da pesquisa não é acadêmico, é muito mais subsidiar um pensar sobre como trabalhar, para que se tenha uma visibilidade de quem está fazendo o quê, quais as dificuldades, como trabalharmos juntos. Para as empresas, procurando dar visibilidade a essa ação, porque até hoje é quase uma ação meio invisível. Não se tem a dimensão de qual é o papel do setor privado nessa rede de proteção. Para que elas possam ter um retrato da sua atuação e pensar a sua atuação no conjunto. Para a sociedade, para estarmos provocando este debate, que é o papel da iniciativa privada, na questão do combate à pobreza, na questão social.

Sem terminarmos a pesquisa, podemos dizer que já estamos obtendo alguns resultados. Um é a visibilidade. Tivemos que fazer uma divulgação muito grande da pesquisa, pela dificuldade de responder os questionários. Mobilizamos 63 veículos de comunicação diferentes, entre televisão, rádio, jornal, revista, boletins de diversos setores, notícias *on-line*. Isto vem provocando o debate na sociedade geral, temos participado de alguns fóruns de empresas, de associações. Também estamos discutindo no Executivo e, agora, entrando na linha do Legislativo para trazer essa discussão. Mesmo antes de finalizar a pesquisa já temos alguns pontos que merecem ser refletidos e que trazemos para esta Comissão.

A provocação que gosto de fazer é sobre a assistência social. As empresas de um modo geral, predominantemente, estão na linha de assistência. Mas, hoje, de acordo com participações em debates, percebemos que há uma resistência muito grande de assumir a questão da assistência. A assistência começa a passar a ser vista como uma coisa pejorativa. É muito comum estarmos em reunião com empresários e eles dizerem que não querem ser assistenciais e nem fazer filantropia, como se isso fosse mau. Já é tempo de superarmos essa dicotomia assistência e política de promoção social, como se fossem antagônicos. A política de assistência é uma política específica no campo social, tem uma clientela que,

socialmente, é a mais vulnerável e precisa ser socorrida pela política de assistência. Isto não acontece só no Brasil. Na Suíça também tem política de assistência. Vamos ter permanentemente e sempre teremos um grupo socialmente mais vulnerável que vai precisar de uma atuação especial. Se não começamos a trabalhar com a questão, a assistência não vale. Quando começamos a receber os questionários da pesquisa, percebemos que algumas empresas que tinham dito, pelo telefone, que faziam ação social, responderam, por escrito, que não faziam. Telefonamos para todas elas, perguntando o que tinha mudado entre a informação por telefone e o questionário. Foi muito engraçado porque tem a coisa do não-registro. O contador disse que não colocou quando respondeu o questionário porque não estava no registro. Tivemos muitas respostas do tipo: “Faço tão pouco que não vale a pena registrar.” Tive interesse de sentir um pouco das empresas por que mudaram de posição. Liguei para o dono de uma papelaria de São Paulo, perguntando: “O senhor não ajuda?” Ele respondeu: “Ajudo.” E por que o senhor respondeu que não ajuda? É, eu ajudo, mas não faço uma grande ação social. O que o senhor faz? Eu doo material para escola. Mas isto é importante. Mas eu dou material encalhado, isso tem alguma importância? Respondi: “Claro que tem.” Se começarmos a propagar que isso não tem importância, amanhã ele joga esse material fora e não fica esperando alguém para dar. E vai pensar: “Já que isso não adianta, não resolve, não tem nenhuma importância, por que vou fazer?” Precisamos ficar atentos, porque é uma rede de proteção. Eles ajudam muito creche e escola. Precisamos começar discutir a questão da creche. Creche é apenas um assistencialismo que se olha com sentido pejorativo. A criança na creche entra na escola amanhã com outra condição de aprendizado. A criança em creche dá autonomia à mãe para poder procurar um trabalho. O empresário que faz uma doação para creche diz que está fazendo assistência e hoje em dia cada vez mais vai perdendo esta importância. A assistência isoladamente não vai resolver o problema da pobreza. Nenhuma ação setorial isoladamente vai resolver o problema da pobreza. O problema da pobreza tem que ser tratado de forma multisetorial.

Não basta apenas identificar a educação para acabar a pobreza. Sabemos que se não resolvermos o problema da educação, não vamos resolver o problema de exclusão social. Se queremos resolver o problema da educação não adianta investir só em educação. A educação depende da saúde da criança, com que saúde essa criança chega à escola, bem como as suas condições de alimentação. As condições de saúde dessa criança dependem do meio ambiente, do saneamento do local onde essa criança vive. O ambiente em que essa criança vive vai depender da renda da família. A renda da família vai depender do emprego, o emprego vai depender da educação e aí começa um círculo. Daí a dificuldade de se trabalhar a pobreza. Todo mundo fica louco para arranjar um programinha bem desenhado que dê conta de equacionar o problema da pobreza. Isto é muito bom para quem está lá formulando, para quem está anunciando que vai acabar com a pobreza com programa A, B ou C. Mas com programa isolado A, B ou C, por melhor que ele seja, não existe uma solução única, um programa exclusivo que dê conta da pobreza, porque ela é multifacetada, multicausal. Ou se trabalha no conjunto ou não vamos chegar a lugar algum. A assistência tem o seu papel. Isso é uma coisa que temos provocado. Quem está pensando em políticas públicas, problema da pobreza tem que começar a tirar esse preconceito, essa coisa da assistência que não se faz. Até o programa de renda mínima se não tiver uma assistência à família, não basta complementar a renda com 30, 40 ou 60 reais. Se não der uma assistência à família, se não melhorar todos os outros serviços complementares, só a complementação de renda isolada não resolve o problema da pobreza. Essa é uma comprovação que a pesquisa tem mostrado, ou seja que elas fazem assistência na sua maioria, mas que isso em si tem um papel e tem uma rede de proteção.

A segunda coisa que a pesquisa está mostrando, porque os recursos que as empresas estão alocando vão ser significativos, é a questão da pulverização. É um problema das políticas públicas e que, provavelmente, vai se refletir na ação do setor privado. São pequenas doações isoladas que não se somam, não se articulam têm uma dificuldade, fica fragmentado e pulverizado. Como não se avalia

muito, como não se tem um conhecimento do que isso está sendo feito, corre-se o risco de seguir os mesmos erros das políticas públicas, da pulverização, da fragmentação, da superposição.

A necessidade de transparência é outra coisa que a pesquisa tem revelado até pela posição dos empresários e a pessoa que me antecedeu falou muito da questão de maior transparência. Não só como as empresas fazem doações, as entidades governamentais estão pedindo transparência, como também a sociedade deverá, cada vez mais, cobrar transparência nessa ação pública das empresas privadas.

Há uma discussão também não resolvida da visibilidade da empresa ao que ela faz. Até que ponto isso é marketing da pobreza ou até que ponto isso é uma transparência e uma visibilidade e até você estar conscientizando o consumidor. Nos Estados Unidos já há estudos mostrando que produtos da mesma qualidade, com preços competitivos, o consumidor prefere os de uma empresa que tenha um compromisso com a questão social. Para que possa trabalhar o consumidor, a empresa tem que dar visibilidade. Podem fazer isso, estão fazendo isso ou aquilo para que o consumidor possa começar a dar essa preferência. É outro tabu que temos que começar a trabalhar, ou seja, como dar visibilidade da transparência sem significar exploração ou marketing da pobreza. Este é outro campo que precisa ser trabalhado, mas de qualquer forma a transparência tem que ser feita.

Outra questão é a política de incentivos fiscais. Observamos que a política de incentivo não tem sido, de fato, de incentivo à iniciativa privada. É um percentual reduzido das empresas que lançam mão dos incentivos fiscais para fazer ação e o incentivo ainda não parece ser uma coisa presente no âmbito das motivações. Este Fórum poderia estar aprofundando sobretudo as políticas no âmbito estadual de incentivo fiscal, de como criar mecanismos da maior transparência ao setor privado para atuar na área social e de uma política que de fato estimule, signifique mais recursos. Estão dizendo que a Receita pode ter segurado, mas é uma questão que precisa ser discutida. De fato, essa política não está sendo incentivada. Os

empresários estão atuando de uma forma independente. Este é um campo que esta Comissão poderia estar refletindo e discutindo inclusive com o próprio setor empresarial.

Novos mecanismos de estímulos. O problema não é só porque não há incentivos. Por exemplo, preferências em licitações públicas por empresas socialmente responsáveis, tratamento diferenciado em políticas de crédito oficial. Nos Estados Unidos, por exemplo, já há instituições de crédito que consideram a sua política de crédito, é um fator que tem peso na preferência ao crédito, as empresas que já demonstram alguma responsabilidade social. A Câmara Municipal de São Paulo, mas eu não saberia hoje informar qual foi o desdobramento, aprovou uma resolução que cria o selo da empresa cidadã, o dia para comemorar e uma comissão para estar acompanhando essa questão do selo. É o balanço social. Também já teve um projeto tramitando no Congresso se deveria ser obrigatório ou não a publicação do balanço social. Ouvindo alguns empresários e pessoas do setor, pareceu-me que esta é uma das questões sobre as quais devemos refletir. Este é um processo novo, não as empresas fazendo as doações, que já é uma coisa antiga. Simplesmente está crescendo no Brasil e hoje assumindo este caráter de uma responsabilidade social, de um compromisso. Quer dizer, você pode fazer hoje, mas dentro desse espírito de compromisso. Se o balanço social for obrigatório, ele poderia ser burocratizado e amanhã todo mundo faz, todo mundo coloca no papel, mas na realidade não é uma coisa de adesão, não é um movimento, depois ninguém vai fiscalizar mesmo, isto pode banalizar e não teria esse impacto.

Por exemplo, que as empresas públicas fossem obrigadas a fazer o balanço social. Ou seja, começaria essa discussão pelo setor público. De qualquer forma, tem que se mobilizar, tem que se divulgar e ser feito não só pensando nas grandes empresas. Discute-se por aí que o balanço social e a responsabilidade social são questões só das grandes empresas. Ainda não se tem uma mensagem de que o pequeno pode ser responsável, que aquilo que o pequeno faz e está fazendo tem a

sua importância e pode representar o seu compromisso. Que cada um faça dentro das suas possibilidades, mas todos podem fazer alguma coisa.

Esses são alguns pontos dos resultados preliminares que eu trouxe para esta Comissão refletir: mecanismos às políticas de incentivo, mecanismos adicionais, repensar quem está discutindo a questão das políticas públicas, não necessariamente as estatais, de combate à pobreza. Hoje o país inteiro está discutindo, está pensando na questão da intersectorialidade, na questão da complexidade, superando esta dicotomia. Pelo número de empresas que participam e pelo volume de recursos que aplicam, o setor privado é, sem dúvida, um protagonista e um interlocutor obrigatório quando está se discutindo a questão de políticas públicas e políticas de combate à pobreza.

Esse era o meu recado e gostaria de conversar um pouco mais com vocês e fazer uma exposição mais breve. Muito obrigada.

SR. NEWTON BRANDÃO – A palavra está aberta para quem desejar fazer alguma pergunta. Acredito que a Dra. Ana teria muita disposição em responder.

SR. NILSON KOBAYASHI – Represento a comunidade budista, que tem o seu lado de assistência social e também o Rotary International, na ausência do colega que representa essa instituição, que é filantrópica e faz ações muito boas para a sociedade.

Primeiro, quero parabenizar a Dra. Ana pela excelente palestra. Meu Deus, que coisa boa. Nada como falar com uma especialista.

Acredito que o problema no Brasil é tão grande que a sociedade está tão doente que, isoladamente, nenhuma entidade tem forças, por maior que seja, de resolver o problema. Você falou na não-superposição de atividades que estão dispersas pela sociedade. Dra. Ana, como especialista, qual a sua sugestão para que essa atividade tenha, não digo um comando único, mas uma organização

informal no sentido de não haver superposição, com uma divisão de tarefas, inclusive para nós que representamos entidades.

SRA. ANA MARIA PELIANO – Essa é uma discussão muito grande, sobretudo quando se trata das pequenas, porque observamos que as grandes já estão começando a se reunir para fazer parcerias e projetos, tanto unindo-se ao Estado como entre si. Vemos alguns projetos de grandes empresas que estão somando esforços e recursos. Existe um universo de pequenas e médias empresas, que são muito grandes. Até que ponto poderíamos regular essa questão, sem virar uma camisa de força. Se virar uma camisa de força ou complicar muito elas poderão recuar e deixar de fazer. As entidades de classe, as associações de empresas poderiam estar discutindo com os seus associados, independentemente do porte, definindo prioridades, uma agenda de trabalho coletivo, que poderia ser estruturada coletivamente e começassem dividir responsabilidades. Por exemplo, vamos trabalhar na região X. Um ajuda numa área, outro ajuda em outra área. Ou seja, o que cada um pode assumir de responsabilidade. Deverá haver um plano não muito formal. Esta é a fronteira difícil de trabalhar, sem ficar todo mundo fazendo a mesma coisa e não vendo resultado algum, e nem virar camisa de força. Deve-se ter uma agenda de trabalho, dar prioridade, isto é, de fazer A, B ou C e dividir responsabilidades e começar aquilo de uma forma mais sistemática. Isso sempre terá uma pulverização, sobretudo na pequena. Com as grandes empresas fica mais fácil, porque elas estão fazendo projetos muito bem estruturados. Vocês estão atuando aqui ou ali. É importante o trabalho espacial, definir uma área, onde cada um responderá por um tipo de atividade, no sentido de mudar alguma coisa nessa área. Um na área da saúde, outro na área da educação, etc. As grandes empresas têm atuado na área da educação. Então tem-se mostrado muito o que elas fazem. As pequenas empresas ainda não trabalham muito na área da educação. Por exemplo, o comércio ainda não trabalha muito na área da educação. Teria que fazer um mapeamento do que poderia ser feito juntos, cada um faz um pouco e

apresenta-se um resultado coletivo e visibilidade. Deve dar certa frustração para quem faz, porque não vê nenhum retorno da doação que faz. Certa oportunidade eu estava falando na televisão sobre o que as empresas estão fazendo, e alguém do público me perguntou: “Se vocês estão fazendo tanto, por que não acabou o problema da pobreza.” Obviamente que estamos fazendo muito, mas pouco perto do que o país precisa, perto da demanda. Essa ação fica muito diluída. Nem eles mesmos sabem o resultado da ação. É preciso começar a divulgar mais essa consciência. Temos que cobrar mais, acompanhar mais. Se fazemos uma doação a uma entidade, vamos um dia visitá-la. As associações podem começar a fazer o debate dessa ação, reunir os seus associados e começar a discutir o que cada um está fazendo. Que resultado estão percebendo. Precisamos trazer isso para a agenda do debate e das preocupações do setor privado, não só das grandes, porque está entrando nas grandes, mas das médias e pequenas. Principalmente as empresas com 20 a 100 empregados estão fazendo muito. Elas já fazem de uma forma um pouco mais sistemática. Mas isto também está se perdendo, se diluindo. Provavelmente estaria muito pior se não tivéssemos essa rede de proteção. Muitas entidades que hoje ainda estão prestando serviços, se elas não tivessem essas doações não teriam como sobreviver. No final da década de 80, começo dos anos 90 fiz uma pesquisa grande sobre as entidades não-governamentais que prestam serviços no Distrito Federal, indo a campo. O que observamos é exatamente isso. Por esta razão estou estudando o setor privado que tem uma participação muito grande no financiamento dessas entidades. Mas só que essas doações são feitas de uma forma meio eventual e as entidades não podem se planejar contando com aquele recurso. Mas elas sobrevivem, elas sabem que vão conseguir recursos. Certa vez fui visitar uma creche. Nunca vou me esquecer dessa cena. Uma irmã de caridade cuidava de 50 crianças internas, que ficavam lá o tempo integral. Ela me contou que às vezes ia dormir sem saber o que iria dar de comida para as crianças no outro dia. Perguntei: “Como a senhora faz?” Ela respondeu: “Não sei. Na hora Deus dá. Eu ligo para um, ligo para outro, alguém chega, alguém dá.” Mas ela fica

numa total insegurança, porque de véspera não sabe o que vai dar de alimento para as crianças no outro dia. Ela se mantém, porque sabe que tem essa rede de proteção, que é meio invisível e não está muito bem contabilizada. Muitas vezes quem recebe não sabe quanto recebe e os que doam também não têm muita idéia de quanto dão e até se assustam quando vão contabilizar. Algumas vezes fazem doações de coisas que não vendem ou não vão mais utilizar, mas que têm grande importância para quem está do outro lado. Se isso fosse feito com um pouco mais de organização, de uma forma um pouco mais sistemática, até para que essas entidades pudessem se planejar e, às vezes, poderiam até ampliar esse atendimento, se tivessem um pouco mais de certeza da regularidade das doações. Eles dizem que dão habitualmente. Deveríamos também discutir essa questão do habitualmente. Se tivesse um pouco mais de uniformidade nessa doação, talvez aquele que está do outro lado recebendo poderia estar fazendo mais e com mais segurança. Mas a entidade trabalha num nível de total insegurança e incerteza. Esse também poderia ser um trabalho interessante.

SR. NILSON KOBAYASHI – Com permissão dos colegas, só para complementar esse raciocínio, gostaria de dizer que na área governamental só vejo um canal nessa figura de comando único, não importa se por meio da Secretaria do Bem-Estar Social ou da Saúde. Elas têm os dados, os mapas da pobreza, etc. Não seria o caso da área Executiva abrir os olhos para esse aparato que existe, disperso na sociedade e um Secretário de Estado que cuida dessa área, fazer um chamamento no sentido de mobilizar tudo, dar uma organização única. Por exemplo, no caso da freira, ela não sabia o que dar de comer para as crianças no outro dia, mas tem gente do outro lado da cidade que tem o que dar, mas não sabe para quem dar. Não é isso?

SRA. ANA MARIA PELIANO – Sem dúvida. Temos que olhar a questão dessa relação e precisamos de mais parcerias e também de parceria com o Estado.

Mas precisamos olhar até que ponto a sociedade está querendo ser regulada nessa área pelo Estado, que está querendo fazer uma parceria e tem que trabalhar. Mas o Estado pode estar subsidiando nessa linha do que fazer e para quem fazer. Nem o Estado tem consciência desse setor privado, do papel desse setor privado e dessa rede que está instalada. Ninguém conhece essa rede instalada. Também por parte do Estado não se teve essa visibilidade. Estamos querendo dar a visibilidade, porque essa rede está fazendo, para ver como se trabalha, inclusive com mais parceria junto com o setor público.

É claro que não pode ser o Estado. Os conselhos seriam um bom instrumento. Para começar a trabalhar com o setor privado, sobretudo nas pequenas, por uma questão de ganhar espaço e para elas começarem a se sentir, de fato, protagonistas e não aquela coisa de “mais uma vez vem me pedir, sou eu de novo”. Agora, sou eu o protagonista que estou indo. As associações de empresas poderiam sim fazer isso, porque alguém vai ter que falar para toda essa gente. Talvez seja melhor que sejam os seus próprios representantes, do que começar com o Estado querendo organizar muito. Estou dando uma opinião absolutamente pessoal, em discussão. Temos que ir caminhando devagar, sem querer, agora, regular tudo, porque podemos ter efeito contrário. A partir do momento que o Estado reconhece, toma a consciência que tem essa rede que está atuando nessa área, está atendendo tais grupos, ficando, inclusive, mais atento de como trabalhar, de como chamá-los e como ouvi-los até nas suas próprias políticas, aí podem começar a dividir também responsabilidades com o Estado. Vocês tomam conta disso e do lado de cá a gente segura. Precisamos melhorar esse canal, mesmo porque o setor privado está fazendo de forma totalmente independente do Estado. O setor privado não está levando em consideração o que o Estado está fazendo e quais são as demandas do Estado. Ainda é um movimento da sociedade para a sociedade, numa política de vizinhança.

SR. SILVIO PELICANO – Sou superintendente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo, que são em número de 432. Considerando a crise da saúde, resolvemos entrar com um trabalho do Terceiro Setor que está encantando, e estamos já observando alguns resultados. Gostaríamos de ter sua opinião e que a senhora levasse isso também como um exemplo para as suas palestras.

Hoje o SUS paga menos do que se gasta e as entidades precisam complementar com a possibilidade dos 40% que podem atender. Os hospitais oferecem 60% para o SUS, que é deficitário, e 40% ficam para as alternativas. Não são todos os hospitais que conseguem faturar esses 40%. A maioria dos hospitais está em zonas canavieiras. Essas zonas são pobres e, às vezes, são atendidos 100% pelo SUS. Temos que incentivar os provedores e os administradores para entrarem com uma campanha dentro da própria comunidade. Mas isto atualmente perdeu força, porque antigamente a comunidade participava mais. Depois da revolução de 1964, a comunidade saiu fora, porque o governo subsidiou tudo e depois foi diminuindo cada vez mais a sua participação e a situação está cada vez mais precária. Como faço parte de uma entidade que tira os recursos de uma comunidade, tenho incentivado os provedores e administradores a fazer esse trabalho na sua cidade. Só que os resultados não são bons, porque eles alegam que pela Constituição de 1988, saúde é um direito do cidadão e obrigação do governo. Mas isto também não resolve, porque as entidades continuam sucateadas, prestando um serviço inadequado. Hoje, para se fazer uma consulta ou um exame qualquer, a dificuldade é muito grande e, muitas vezes, a pessoa morre.

Na cidade de Cruzeiro sempre estávamos incentivando o grupo que administrava, a fim de que fizesse um trabalho na comunidade, considerando que lá existe uma indústria grande. A cidade tem 70 mil habitantes e uma indústria com 2.200 funcionários. Incentivamos que eles fizessem um acordo entre a indústria e a Santa Casa. Depois de muito tempo, verificando que os resultados do governo não teriam cobertura, houve interesse tanto da indústria, como da Santa Casa para se

fazer uma parceria. Eles fizeram um plano de saúde de autogestão. Este plano é o melhor, porque não existe lucro. O trabalho é feito a preço de custo. É administrado por três funcionários e três diretores. A indústria percebeu que, com este plano de saúde, o número de faltas dos empregados diminuiu muito. Diminuindo o número de faltas, o rendimento passou a ser melhor. Com esta parceria resolveram criar um grupo multidisciplinar para fazer o atendimento nas residências dos funcionários. A alegria e o resultado foram tão bons que a indústria passou a ter maior produtividade. Não se está mais solicitando doações. Fomos apenas calculistas. Esta ação da indústria, da própria comunidade, que é saudável, traz resultados, porque é uma comunidade que recolhe impostos. Precisamos confiar no Terceiro Setor e ter suas maneiras para explorar isto, explorar naturalmente no bom sentido. Gostaria de saber a sua opinião sobre isto. Estamos querendo atuar tendo por base as religiões, a maçonaria, o Rotary, o Lions, Igreja católica, espírita, judaica, também vamos incluir a comunidade budista, para multiplicar esta atividade que estamos criando em São Paulo, tentando criar uma em cada município e fazer com que cada município, com esta representação, resolva os seus próprios problemas.

SRA. ANA MARIA PELIANO – O senhor está dando um exemplo vivo do que estamos falando, que é a questão da parceria, da melhoria da gestão, trazendo uma lógica de gestão do setor privado para ações de caráter público. Este é um exemplo que precisa ser mais divulgado, dar mais transparência, precisamos saber mais, inclusive porque existem muitas Santas Casas que estão em dificuldade. Isto é processo, não muda. Já foi melhor, depois teve um recuo. Agora a coisa vem voltando até para outra lógica. Quando temos um consumidor que começa a dar preferência, começa a valorizar uma sociedade, que valoriza a questão da empresa responsável, esta questão começa ser também um fator de faturamento. Nos Estados Unidos já estão fazendo estudos avançados, mostrando que o funcionário prefere trabalhar numa empresa que é socialmente responsável. Mesmo que os salários sejam iguais, os funcionários preferem trabalhar numa empresa

socialmente responsável. Quanto à questão da melhora da produtividade com a participação e trabalho voluntário, hoje muitas empresas que vão selecionar os seus funcionários dão preferência a pessoas que já fizeram algum trabalho voluntário na comunidade, porque ela tem outra competência para trabalhar em equipe, para trabalhar e ser mais produtiva dentro da empresa. Também são outros valores. Temos que começar a perder o medo. Investir no social compensa também e precisa começar a falar até para um estímulo e um incentivo, que será por vários tipos de pressão. Assim como o setor governamental atua sobre pressão, o setor privado também. A pressão social é muito importante para fazerem mais. Precisamos ganhar forças, discutir, debater e colocar esta questão. Por isso é importante que uma Comissão que está discutindo o século 21 faça debates sobre o papel do setor privado, que é lucrativo sim, na área do social, na área de prestação de serviços, trazendo inclusive não só os motivos humanitários, mas até os motivos de retorno para a própria empresa que, sem dúvida alguma, é legítimo. Já que vão buscar os lucros, que busquem o lucro fazendo um trabalho socialmente responsável. Por que não?

SR. MARCO AURÉLIO – Sou da relatoria do Fórum. Uma coisa que decorre da sua exposição e de todo o seminário, já que a senhora é a última palestrante, é que o problema social é multicausal, assim como o problema da violência. Se analisarmos o Grupo Temático que cuida da área de segurança deste Fórum, a maior demanda que eles têm, não é por maior investimento só na Polícia, maior armamento policial, maior número de vagas na carceragem, mas de resolver os problemas que deságuam em ações violentas e que aí se tornam problemas de segurança pública. O problema de segurança pública é nitidamente o resultado de uma negação de cidadania nos vários aspectos que na sua exposição e no decorrer do seminário ficaram claros quais são. Mas, fundamentalmente, é a falta de compromisso.

Gostaria que comentasse se na sua pesquisa que está sendo entabulada ainda existe pergunta sobre o grau de profissionalização das empresas com relação à área social. Faço esta pergunta porque quando instalamos o Centro de Referência de Apoio à Vítima, em São Paulo, fui aos Estados Unidos, convidado pelo governo americano, para aplicar um pouco dessa tecnologia no Brasil. Eles começaram com um documento que há 27 anos inaugurou juridicamente a compensação da vítima pelos danos causados por agressores e pelo Estado, com 75% de trabalho voluntário e 25% de trabalho profissional. Depois desses anos de ação social, que também foi verificado que é multicausal, no relacionamento do Estado com a vítima, se percebeu que não adiantava só contar com o voluntarismo, porque ele não tem a capacidade de planejamento, exigido para combater um problema social. Só para complementar a informação, hoje ele é invertido porque 75% das pessoas que trabalham na área social são profissionais e 25% são voluntários esporádicos, estagiários, estudantes, etc. Repetindo, pergunto se na sua pesquisa tem essa preocupação de tabular o grau de profissionalismo.

SRA. ELIANE BELFORT – Sou representante da Fiesp. Dra. Ana, antes da sua resposta, gostaria de fazer a seguinte pergunta só para complementar. Foi diagnosticado na pesquisa o setor empresarial em que pensa a responsabilidade social, agindo de maneira menos assistencial e mais sistêmica?

SRA. ANA MARIA PELIANO – Perguntamos primeiro com que frequência é feita a ação social. Como o questionário ia pelo correio, perdemos um bom tempo pensando em como fazer as perguntas, porque algumas coisas são difíceis de captar. Poderíamos perguntar se isso é feito de uma forma sistemática ou não. Mas o que é sistemático? Vejam a complexidade da coisa. Ele pode dar uma vez por ano, mas se ele dá todo ano, é sistemático. Poderíamos também perguntar: “Faz todo mês, faz toda semana, faz todo ano.” Mas era muito complicado. Como é uma pesquisa que nos interessa muito ouvir a percepção, perguntamos: “O senhor faz a

ação social de forma eventual ou habitualmente, ou não sabe responder”. Aí ele já coloca se faz habitualmente ou não. Perguntamos também: “Faz parte da estratégia da sua empresa?” Sim ou não. Se sim, consta de documento e orçamento próprio? Sim, mas não consta nem de orçamento, nem de algum documento escrito. Fizemos essa pergunta para observar se é feito sistematicamente ou não. Ele vai me dizer se é habitual, se tem documento e orçamento. Se sim ou se não, se ele é eventual.

Com referência à capacitação da profissionalização perguntamos: “Quem, dentro da empresa, se responsabiliza pela ação social da empresa?” Tem vários, como setores, etc. Depois perguntamos se entre as dificuldades falta pessoal qualificado para fazer a ação social. Se faltam projetos bem elaborados? Perguntamos se os empregados participam da ação social para os funcionários, em horário de expediente, fora do horário, para pegar um pouco a questão do voluntariado. Vamos ter que discutir mais profundamente essa questão do voluntariado. Temos hoje outro tipo de voluntário. Temos o voluntário que trabalha fora do horário do expediente, como voluntário mesmo. Mas temos o voluntário que vai por adesão trabalhar na área social, mas trabalha no horário de serviços. Ele está sendo pago, mas não para fazer aquele tipo de ação social. O voluntário que não é remunerado, vai quando pode. Mas o voluntário que é remunerado e trabalha no horário de expediente, não é tão voluntário assim. Ele é voluntário porque está na área social, mas está sendo pago, está na hora de serviço dele. Ele pode trabalhar dentro da sua área de especialização. Gerente administrativo pode estar na hora de serviço dele, ajudando outra entidade nos serviços de contabilidade, de gerência. Ele está fazendo uma coisa em que é profissional, ele pode ser da área de saúde, e estar trabalhando na hora de serviço dele, mas fazendo um trabalho profissionalmente e está sendo remunerado para fazer isso. É uma figura nova, mas ainda está sendo chamado de voluntário. Se ele não for contratado para isso é voluntário. Mas é outro tipo de voluntário.

SR. MARCO AURÉLIO – Só um aparte com relação a isso. Em escritório de advocacia isso vem acontecendo bastante. Eu trabalhava na Secretaria da Justiça, em defesa da cidadania, e várias empresas internacionais vieram procurar o Secretário de Justiça perguntando que escritórios faziam isso aí que eles chamam de “pro-bono”, isto é, as horas profissionais que você dedica a causas sociais. Não precisa dizer que nenhum escritório em São Paulo, pelo menos, tinha isso contabilizado.

SRA. SUELI – Sou do Senac, essa discussão a respeito do voluntariado me provoca muita inquietação. Acrescentaria até uma terceira categoria em relação ao voluntário. É o voluntário que é obrigado. Falo isso porque há muito tempo trabalhei numa empresa de medicamentos e esse trabalho voluntário foi uma coisa institucionalizada, imposta para os funcionários. Não foi um processo coletivo e não teve uma dimensão de envolvimento social. Foi percebido que as pessoas estavam fazendo trabalho voluntário por obrigatoriedade e para garantir o emprego. Precisamos discutir também a questão do voluntário *versus* desemprego. As pessoas eram agentes voluntários para garantir o próprio trabalho. Não era uma coisa predisposta, era verticalizada e não tinha um engajamento social das pessoas. Muitas vezes o funcionário reclamava que tinha que ir a tal creche distribuir alimentação. A questão do voluntariado tem que ter esse cuidado. Se não vamos banalizar, vai virar moda e perder a dimensão do voluntariado no Brasil.

SRA. ANA MARIA PELIANO – Já é um terceiro tipo de voluntário. Hoje todos colocaram no mesmo pacote, mas são coisas diferentes.

SR. JAIRO – Sou coordenador regional do Programa Parceiros do Futuro, desenvolvido pela Secretária de Estado de Educação de São Paulo. Uma consultoria privada em São Paulo fez uma pesquisa e chegou à conclusão de que o número de voluntários em potencial é muito superior ao número de oportunidades

para atuar como voluntário nas instituições e órgãos existentes. Por outro lado, sabe-se que existem as sobras na sociedade, desde o ponto de vista de alimentação e até material que, muitas vezes, é desperdiçado e jogado fora, justamente por falta dessa logística que permita casar os recursos humanos voluntários disponíveis e os recursos materiais excedentes disponíveis na sociedade para atender os mais necessitados. Na sua opinião, de que forma o Estado poderia ajudar a catalisar ou estimular este processo, já que, pelo menos na minha opinião, não seria indicado ele tutelar esse processo.

SRA. ANA MARIA PELIANO – São Paulo já tem uma experiência nisso. O Conselho de Comunidade Solidária com os membros da sociedade civil instituíram o programa do voluntariado. O centro da idéia do voluntariado é exatamente fazer essa triagem. Quem precisa do quê, de que tipo de profissional precisa e quem quer trabalhar. Muitas vezes, precisa-se de um profissional da área e não sabe onde procurar ou a pessoa quer trabalhar e não sabe onde. É uma coisa que está sendo estimulada para ser feita até pela sociedade civil. O Estado poderia ajudar no sentido de aportar algum recurso para entidades dessa natureza. Mas isto tem que ser também por parte da sociedade civil. O Estado deve ajudar, mas precisamos acreditar e apostar na sociedade civil.

Sobre a questão do desperdício, São Paulo tem, por exemplo, mediante um trabalho do Sesi, a Mesa São Paulo, que foi premiado no ano passado. Ela está estruturando a logística e aí pega na questão da legislação. Eu sei disso, porque já liguei para o Congresso Nacional, correndo atrás da lei do “bom samaritano” que eles estavam querendo aprovar. Quase que a gente consegue. Um dia não entrou na pauta, não votou, não passou. É o problema de desresponsabilizar, até certo ponto, a pessoa ou a empresa que doa, porque muitas empresas ficam com medo de fazer a doação de um produto, cuja data de vencimento está perto. É um exemplo na área da alimentação, em que o desperdício é enorme, com a população passando fome e a empresa jogando fora. Às vezes a empresa tem medo de doar. Porque se faz a doação e a logística não funciona bem, se vence o prazo de

validade, pode-se comprometer a imagem de uma empresa, por uma coisa que ela doou e perdeu o controle. Uma legislação pode apoiar e muitas iniciativas dessa natureza e facilitar aquele que quer fazer a logística. É uma logística muito ágil e muito certa. Para algumas coisas, ainda acho que a sociedade civil tem mais flexibilidade. O Estado pode ajudar, mas a sociedade civil também pode, como, por exemplo, a Mesa São Paulo. No entanto, se não for uma coisa muito ágil, muito rápida, não funciona, porque está-se trabalhando com prazos quase no limite de vencimento. Às vezes, se reclama de muita burocracia do setor público, mas é preciso que tenhamos burocracias. Quem administra recursos públicos não tem a mesma agilidade e liberdade, porque tem que prestar contas. Quando tem que prestar contas, começam os controles que são muito pesados. Claro que tudo isso foi sendo feito em nome da transparência, embora pode-se até dizer que nem sempre esta transparência é garantida, mas sempre terá que ter mais controle, porque está se trabalhando com os recursos do governo, na hora da licitação não se pode comprar de qualquer um. A empresa não governamental tem a flexibilidade de escolher ou vender a um preço melhor. Algumas coisas o Estado poderia estar estimulando. O Poder Legislativo poderia também estar apoiando no sentido de facilitar as tramitações. Mas não podemos trazer tudo para o Estado. Devemos deixar o Estado para pegar na coisa pesada que ele mesmo tem que fazer e prestar contas. Inclusive acho que o Estado tem que prestar mais contas. Sentimos também que há uma pressão. Se eu tivesse certeza de que o Estado está fazendo mais, eu faria mais. Acho que isso também pode acontecer no lado do setor privado. E não se fica com a sensação de que faz, faz e não aparece ou de que sou eu de novo a fazer. O Estado tem que ter essa visibilidade, o Estado tem que estar presente, tem que fazer algumas coisas. São Paulo deu um excelente exemplo com essa infraestrutura de evitar desperdício, Queríamos até levar isso para outros Estados. Fizemos uma reunião em Brasília que vai estar implantando, Bahia e Ceará também, para começar a mobilizar. É o Fund Bank nos Estados Unidos que faz uma coisa importantíssima, que é um exemplo. Eu fazia parte do júri do “Prêmio Eco”,

quando premiamos “Mesa São Paulo”. Foi uma coisa muito boa para estar dando visibilidade, para que outros possam fazer. Isso poderia ser trabalhado em outras áreas também. Cada um faz um pouco. Quem doa, está sentindo que está doando, porque tem um programa. Imaginem, por exemplo, no começo do ano, passar em todas as papelarias para recolher material didático. Ou talvez no fim do ano, porque no começo do ano a papelaria está vendendo muito. Faz numa hora em que a coisa está meio parada. Guarda o material e no começo do ano passa tudo para a escola. Tem muitas áreas que esse trabalho pode ser feito. Mas precisa de articulação, desse mínimo de organização. Todo mundo faz parte de um programa, como, por exemplo, do Mesa São Paulo. Estou fazendo parte de uma coisa mais coletiva, não estou doando sem saber para onde, sem saber para quê, sem saber o resultado. Agora, se dão porque me pedem e quando posso, não me sinto parte de um processo.

SR. NEWTON BRANDÃO – Dra. Ana, agradecemos muito a sua presença, parabenizamos pelo brilhantismo da sua palestra. Se quiser dar uma palavra final aos nossos amigos, fique à vontade.

SRA. ANA MARIA PELIANO – Só quero mais uma vez agradecer e dizer que vocês têm um desafio, porque estão pensando no século 21, num país como o nosso. Vocês trouxeram, hoje, pessoas com visões e análises diferentes sobre este tema, que, sem dúvida, vai enriquecer o trabalho desta Comissão. Desejo sucesso na proposta e no que puder ajudar, estamos à disposição. Muito obrigada a vocês pelo convite.

SR. NEWTON BRANDÃO – O agradecimento que fizemos à Dra. Ana, queremos estender a todos os presentes. Na oportunidade do nosso futuro encontro, certamente os senhores serão avisados com bastante antecedência. Muito obrigado.

13.03.2000

- Geraldo Vinholi – Deputado. Coordenador do Grupo Temático sobre Terceiro Setor
- Jairo – Secretaria de Estado da Educação. Coordenador do Programa “Parceiros do Futuro”

SR. GERALDO VINHOLI – A partir desse primeiro seminário, lembramos que estamos com quatro ou cinco reuniões até fecharmos o rascunho do relatório final. Depois, uma ou duas reuniões, no máximo, para fecharmos o relatório final. Estávamos pensando em convergir os vários grupos que irão ser macrotemas. A formatação do relatório final, só para lembrar, não vai ser de plano de Governo, por área, mas por macrotema. Então, vamos ter, no máximo, cinco grandes temas que congreguem as interfaces que têm entre os subtemas normais. Por exemplo, cidadão do século 21, cidadania, terceiro setor, reforma do Estado, formariam, a princípio, um grande bloco, porque são temas que estão convergindo para conclusões ou para polêmicas que são muito comuns. A reforma do Estado foi uma reunião na casa do Prof. Gofredo. Existe uma discussão muito grande sobre participação da sociedade civil organizada nas ações que teoricamente são exclusivas das áreas de atuação dos Governos. E é exatamente isso que conversamos aqui no Terceiro Setor. Isto é, em que medida o Terceiro Setor substitui, complementa ou supera, em certos casos, a atuação do Estado no bem estar social e quais são as vantagens nisso.

A vantagem que temos nessa discussão é que o Terceiro Setor está tendo uma reunião de todos os grupos, uma reunião mais objetiva, mais direcionada. Para quem pode participar desse último seminário, onde o Dr. Ciro estava fazendo a conceituação do Terceiro Setor, foi bastante interessante. Foi feito um painel geral da participação dos Governos na atuação do bem estar. E como o Terceiro Setor, aos poucos, vem substituindo isso, mas sem deixar de ter o viés da participação majoritária do Estado, na maioria dos casos. Cerca de 50% ou 47% dos investimentos feitos no Terceiro Setor são oriundos dos cofres públicos. E só 2 ou 3% de doação dos particulares. Então, talvez fosse até o caso de começarmos essa discussão pensando em que medida esse grupo de Terceiro Setor pode participar, pode desenvolver uma reunião, ou melhor, um seminário convergente com esses outros. Talvez seja mais produtivo. Mas, pegarei a memória da reunião passada para sabermos o que estava acontecendo.

SR. GERALDO VINHOLI – Ficamos de fazer esse seminário para discutirmos o que faríamos nos outros dois.

SR. EDSON – Não definimos os temários, os seminários e as datas.

SR. GERALDO VINHOLI – O temário ficou definido somente para o primeiro seminário. O Sr. Rivaldo tem umas anotações, que ele me permitiu folhear, com as datas marcadas. Mas o primeiro seminário, que englobava esses temas, seria a porta de entrada. Então, ficamos de fazer esse seminário e os outros dois serão o aprofundamento desse primeiro. As questões do seminário anterior foram as básicas.

SR. – O segundo seminário seria o perfil do Terceiro Setor no Brasil. E com os subtítulos: diferenças e origens, organizações, distribuição geográfica, população atendida, recursos materiais, econômicos e financeiros, estrutura física e organizacional, organização, base legal e operação. Isso para o segundo. O terceiro é a proposta para o grupo: formulação de estratégias para o fortalecimento do Terceiro Setor no Estado de São Paulo, legal, político, ético, organizacional e operacional

SR. GERALDO VINHOLI – Vou xerocopiar. No último seminário, tivemos a coordenação da Sra. Ana, sobre uma pesquisa no IPEA e a participação das empresas do Sudeste na área social, com um perfil muito interessante.

SRA. – Desculpe-me. Acredito que isso seja apenas um enfoque. É o empresariado em atuação social. A nossa discussão é um pouco mais ampla. Acredito que a Sra. Ana Peliano já trouxe o seu recado. E, nesse sentido, esse trabalho foi muito bem colocado. Mas, já está colocado. O segundo passo é vermos isso como um todo, não só o trabalho do empresariado. Nesse sentido, podemos

nos apoiar no documento que recebemos. Não sei se os Srs. tiveram tempo para analisar o Caderno do Fórum. Agora, poderíamos estar convidando alguém para discutir em cima daquilo, para podermos estar burilando para sair o documento.

SR. GERALDO VINHOLI – Na verdade, o SEADE não tem algo específico para o Terceiro Setor. Então, o Sr. Ciro foi a pessoa contratada para produzir aquele documento, para orientar o nosso trabalho. E a sua exposição foi muito nesse sentido, de dialogar a respeito do conteúdo produzido. Na minha opinião, a Fundação SEADE tem condição de estabelecer alguns parâmetros, aprofundar algumas coisas, dentro das pesquisas que eles têm. Contudo, não sei se lá estariam as pessoas mais indicadas.

SRA. – De todas as palestras que tivemos, o Dr. Sabará foi o que melhor situou. Foi muito feliz sua exposição. Inclusive se pensarmos que essa Casa é uma casa de leis, então tem-se muita contribuição para estar nos oferecendo. Devemos trazer soluções. E essa Casa, como uma casa de leis, só pode estar propondo soluções por um marco legal. Então, se pudéssemos ver essas equações para surgirem, no nosso documento, sugestões.

SR. – Gostaria que tivéssemos um resumo a respeito daquilo que foi gravado.

SR. GERALDO VINHOLI – Respeitar, sem dúvida, o trabalho realizado, mas devemos fazer com que venham a convergir. Têm que ter uma coerência. Então, algumas pessoas que estão sendo convidadas para debaterem determinados temas em cidadania e reforma do Estado, seriam pessoas interessantes, que fossem ouvidas, se for no sentido que o Dr. Catabava colocou. Ele tem uma visão sociológica e econômica do fenômeno do Terceiro Setor, é protagonista. Outras pessoas poderiam trabalhar em conjunto, por exemplo, o Dr. Gragil, que é uma pessoa que o grupo de cidadania tem interesse que se traga, porque ele faz o

Terceiro Setor ,voltado para a área de direitos humanos, a Dra. Maria Vitória Benevits e o Prof. Fábio, embora o Prof. Fábio seja um jurista e a Profa. Maria Vitória seja uma cientista política. Os dois convergem bastante nessa história de reforma do Estado, diretamente do que o Terceiro Setor pode vir a ser.

O Terceiro Setor tem o condão de ser o mais objetivo dos grupos que estou acompanhando. É uma história de pessoas que querem resultado. Por isso que pergunto da questão da pauta. Se houver necessidade de convidar determinadas pessoas, não será um empecilho, mas uma atenção que precisa ser colocada. Por exemplo, um secretário, um ministro ou um debatedor estrangeiro se for interessante, que se traga. Essa pessoa tem que ser utilizada solidariamente. Então, gostaria de saber quais nomes podemos sugerir para discutir esses temas.

SR. JAIRO – Um aspecto importante para discutirmos seria a reflexão e discussão sobre aspectos conceituais do Terceiro Setor. Porque, se de um lado, como o Sr. colocou, são pessoas que já estão fazendo e que têm visão prática e de operação, por outro lado, e até devido a essa visão prática, cada um poderá já ter uma linha de trabalho. Então, vale a pena voltarmos aos antecedentes, que é a discussão teórica, a discussão conceitual, a reflexão, para se obter, justamente, um consenso mínimo que permita, depois, seguir de uma maneira coerente, para permitir um ritmo de trabalho, uma coerência interna de trabalho apropriada. Então, é importante discutirmos alguns pontos conceituais, filosóficos até, para depois partimos para discutir diretrizes de trabalho efetivamente.

SR. GERALDO VINHOLI – Até seguindo o que o Sr. Jairo acabou de falar, se pensarmos como definimos o que é o Terceiro Setor para o seminário, conceito e características, normas legais e situação atual. Perfil do Terceiro Setor. Qual é a diferença gramatical que tem diferentes origens e tipos de organização de conceito e característica. Quer dizer, aprofundaremos o seminário como? Diferentes origens, o quê? Colocaremos novamente o Sr. Sílvio? Será que não ficará um pouco

acadêmico demais? É algo para se pensar. Tipos de organização. Aqui, no nosso grupo, sinto falta de algumas outras organizações de grande respeitabilidade, que poderíamos chamar. Por exemplo, Instituto Sócio Ambiental, a própria Fundação Abrinq, pelos direitos da criança, a Fundação Odebrecht, que é uma fundação que tem um trabalho muito significativo. Existe um fundação na Bahia, chamada José Gorguzinho de Trabalho. Quer dizer, temos um leque muito grande de organizações que no nosso grupo não estão contempladas e que seria, talvez, a oportunidade para que as chamássemos para participarem dessa discussão. Portanto, esse temário, “tipos de organizações”, poderia ser aprofundado até com vista de trazeremos novas participações. Distribuição geográfica. População atendida.

SR. – Tenho impressão que o Sr. Secretário do Estado, o Sr. Ortega, poderia falar algo a respeito disso. É muito misterioso para nós o que o Estado vai fazer com esse Secretário, que tem um tónus muito grande nesse trabalho. Gostaríamos de ouvir a opinião do Estado. Quais são os dados, o que ele propõe.

SR. GERALDO VINHOLI – A única ressalva que faço é lembrando sempre o objetivo final do Fórum. Em outro sentido, a idéia também não é só perguntar o que o Governo faz.

SR. – Também tem um ponto que muito interessante e que poderá ou não mudar o rumo do trabalho. Levantou-se, em síntese, uma questão crucial: o Terceiro Setor deve ser tutelado na sua direção, nas suas ações, pelo Estado? O Estado deve ser um vetor de implantação de políticas sociais dirigidas por ele? Ou, ao contrário, ele deve ser um espaço autônomo de discussão, em que a própria sociedade civil aponte os seus rumos?

SR. GERALDO VINHOLI – Nesse sentido, tem uma pessoa chamada Nancy Valadares de Carvalho, que é uma das pessoas da Faculdade de Serviço Social. No

último livro lançado por essa Sra., há dois anos, ela cita o nascimento das ONGs. É uma das pessoas, como o Dr. Sílvio (a respeito do tráfico no Rio de Janeiro), que começou a conceituar a questão das organizações não governamentais no Brasil. Ela é professora da FESP e seria uma pessoa interessante, porque defende justamente isso que os Srs. estão falando, a tutela, mas pelas próprias ONGs. Nesse livro, a Sra. Nancy defendia que seria interessante, quando se pensou em BONG, a BONG seria uma ONG, que gerenciaria as ONGs. Isto é, seria o Governo, em sentido paralelo, no seu sentido de fiscalizar.

SR. – Aí, se vê bem forte o sentido social, a consciência social. Quer dizer, são mecanismos democráticos em emergência da própria sociedade civil, que sempre foi dirigida ou pelo Estado, ou em certas sociedades, dirigida pelo próprio mercado, que tem então um espaço institucional, onde pode emergir essa discussão de forma autônoma. Isso tem uma implicação prática, já para o nosso trabalho, que seria a eventual formulação de uma lei estadual para o Terceiro Setor, em contrapartida à Lei nº 7.970, a lei federal sobre Organizações Sociais de Interesse Público, que, na opinião dele, por exemplo, é uma lei que tutela e que mantém sob controle do Estado a iniciativa do Terceiro Setor. Então, são discussões, embora sem tomar partido nesse primeiro momento, importantes para a nossa linha de trabalho.

SR. GERALDO VINHOLI – O Selo Abrinq foi uma tentativa nesse sentido, quer dizer, de uma ONG que credencia, de alguma maneira, socialmente as atividades de outras organizações não governamentais. Nesse sentido que falei que podemos trazer. Então, esse Selo da criança, a Empresa Amiga da Criança o que é? É uma ONG que tem uma grande credibilidade e que chancela, de alguma maneira, o trabalho que é feito por outras organizações empresariais e até não governamentais. Gerencia projetos e áreas de fomento. Quer dizer, gera uma

discussão mais complexa. Seriam pessoas para se trazer aqui. A distribuição geográfica no Estado de São Paulo é a SADES.

SR. – Em se convidando a SADES, teríamos que discutir o tema que a Secretaria desenvolveria sobre distribuição geográfica, população atendida, os mecanismos de governo. Parece que há uma reformulação nessa área, por parte do Sr. Ortega. Então, temos que definir claramente qual o tema desenvolvido pela Secretaria. E a outra questão é como vem-se desenvolvendo a atuação específica das realidades do Terceiro Setor. Então, teríamos os dois lados. O lado estatal e o lado de quem está no Terceiro Setor.

SRA. – Penso que seria importante estarmos aprofundando e pensando que realmente o Estado perdeu a capacidade de estar gerindo e gestando as políticas públicas. Não adianta estarmos trazendo os tipos de organizações e o que elas estão fazendo. Essas organizações estão fazendo algo porque elas estão sendo patrocinadas por empresas. Então, como poderíamos estar discutindo um mecanismo que fortaleça esse papel da empresa, enquanto participante da sociedade, da parte social e estarmos fortalecendo isso por meio desse mecanismo. Vimos que, nos Estados Unidos, a renúncia fiscal dirigida para o social é um mecanismo muito importante. Não só das pessoas jurídicas, mas também das pessoas físicas. Então, alguém que pudesse estar aprofundando esse tema seria muito importante. Sabemos que o Estado, muitas vezes, não faz porque não tem condições econômicas para fazê-lo. Minha preocupação é muito forte quando a representante do IPEA nos diz que na pesquisa contemplou aquelas empresas que doaram livros, papel. Não podemos estar caracterizando isso como responsabilidade social. Mas, sim, estarmos propondo uma solução de mecanismos para que essas empresas, que estão doando algo, venham a ter uma responsabilidade com projetos, com planejamentos. E essas empresas poderiam, sim, estar sendo contempladas e constando de uma pesquisa como empresas que

realmente atuam na área social, a partir de um projeto. Não algo esporádico. Faço até uma analogia conosco. Quando estamos com o guarda-roupa cheio e tiramos aquilo para darmos para alguém, para desocuparmos o nosso guarda-roupa, não sei, muito bem, se isso é uma ação social. Até porque por trás não tem a responsabilidade social. Então, vejo que a forma de estarmos trabalhando com a responsabilidade social é estarmos mexendo nesse mecanismo. Estarmos propiciando, tanto às pessoas físicas como às jurídicas, mecanismos para que elas possam estar trabalhando fortemente e ganhando essa consciência que vemos dentro de uma Fundação Abrinq, dentro do Ethus. E várias pessoas, inclusive, que nem sabem dos mecanismos. A pessoa física, na hora de fazer o seu Imposto de Renda, não sabe que também pode estar tendo uma parte de renúncia fiscal. Então, aprofundar esse mecanismo e, talvez, estar divulgando esse tipo de coisa para a sociedade. O grupo está falando para todos que conhecem. Agora, o que nos falta? Instrumentos para aprofundarmos isso. Quem poderíamos estar trazendo para aprofundarmos essa parte, por exemplo, da renúncia fiscal? Porque nos Estados Unidos sabemos que funciona. Isso seria muito importante sabermos como fazer, como se regular esse instrumento para que ele funcione. Isso dentro da ética e da moral. Seria importante criarmos cerceamentos dentro da lei, porque há mecanismos sim, mas muito sérios, para que isso pudesse, realmente, representar um avanço.

SR. – Será que essa colocação da Sra. não estaria contida no terceiro seminário, que é justamente aonde falaremos em estratégias para o fortalecimento. Por exemplo, a Sra. exemplificou a renúncia fiscal. Seria uma estratégia então, porque essas colocações estão contidas aí. Para o segundo seminário, esse tema que foi colocado aqui, diferentes origens, tipos de organizações, distribuição geográfica, seria importante até para nivelar alguns conhecimentos básicos sobre o Terceiro Setor, que todos possuímos, na medida que o palestrante coloca a sua

experiência, coloca até uma discussão que permite a troca de experiências nossas também.

SR. GERALDO VINHOLI – Não sei se haveria necessidade de fazermos um seminário somente para esse grupo.

SR. GERALDO VINHOLI – A idéia que a Sra. Neusa colocou, de uma primeira reunião para nós, seria muito importante, para que tivéssemos um núcleo mais coerente de pensamento a respeito do conceito do Terceiro Setor e, depois, faríamos um seminário para, justamente, darmos uma visibilidade nessa discussão. Porque essa discussão, como bem estamos sentindo, ainda está no começo. Está longe de ser monolítica, de ser absolutamente unidirecional. Ela é polêmica. Temos que, talvez, ousar em cima desse segundo seminário. Pode-se voltar à discussão inicial com o Sr. Sílvio e, depois, abrangeremos. É importante, sim, discutirmos quais são os tipos de organização. Por que uma Fundação Abrinq dá certo e outra fundação não dá certo? Por que as empresas vão atrás de uma determinada fundação Airton Senna? Por que têm associações de bairro que fazem mutirões exemplares? E por que têm associações que fazem mutirões que são exemplos de corrupção? Então, essas coisas têm que ser discutidas. Porque umas dão certo e outras não. Existe um afã em se montar fundações, empresas com uma idéia de que o Estado não serve para nada. Sou contrário a esse idéia. O Estado é insubstituível. Ele pode ser complementado. Mas, substituído, de maneira alguma. É equívoco pensarmos isso. O aumento de consciência, parte do princípio de que o outro não está errado. Quer dizer, o Estado não é o vilão. Ele está vilão por uma série de defeitos que são históricos. Por uma série de omissões que são nossas. Isso é um ponto que norteia o Terceiro Setor. Outro ponto, é queremos fazer junto com o Estado. O terceiro ponto, queremos fazer e não queremos que ninguém pergunte o por quê. Têm vários tipos de pessoas que trabalham no interesse público, mas com diferentes vieses.

SR. – Inclusive, tem uma questão que gostaria de colocar para o grupo e que não tem resposta. Enquanto grupo do Terceiro Setor, aqui na Assembléia Legislativa, vamos abordar apenas as grandes instituições do Terceiro Setor, não levando em conta, também, aquela miríade de pequenas instituições que formam uma rede de apoio social e que, de fato, é fundamental para se complementar e sustentar o trabalho social que o Estado não consegue. Ou porque é incompetente ou porque está impossibilitado de fazer hoje. Porque se vamos também abordar essa rede de pequenas instituições, o nosso foco terá que ser apropriado para isso.

SR. GERALDO VINHOLI – Sinto falta, hoje, do Sr. Alfredo, porque sou testemunha de um dos projetos mais relevantes da Secretaria Justiça, quando estava lá, que era o Centro de Integração da Cidadania, que funciona justamente com base na crença de que essa é a miríade que sustenta uma transformação social. Quer dizer, são essas, as pequenas associações, os pequenos grupos de moradores das Cohabs. A Associação de Promotoras Sociais tem credibilidade. São essas pequenas iniciativas que dão o grande salto de transformação. As grandes são fundamentais, mas, também, têm um orçamento de 3 milhões de dólares. Tem cem milhões de patrimônio por trás. Então, realmente, isso facilita. Onde é que vamos buscar essa mudança? Só nesses grandes volumes de dinheiro? Ou na atitude? Na mudança de atitude das pessoas na formação de uma consciência participativa? Aí é que se converge para a cidadania.

SRA. – Mas isso foi justamente o que eu disse. Por que são um sucesso essas grandes fundações? Porque existe recurso. Então, como captar, como colocar esses mecanismos acessíveis a essa pequenas redes? Aí, então, penso que essa divulgação é importante.

SR. GERALDO VINHOLI – Mas, nenhum dos dois é excludente.

SRA. – Nenhuma é excludente. Elas têm toda uma capacidade em divulgar. E isso é importantíssimo! Têm a capacidade de captação de re – cursos. Então, trabalharmos, nesse momento, quando falava que todos nós conhecemos porque são sucesso, é exatamente isso. São um sucesso, porque são estruturadas, porque são empresas. Essa é a diferença de uma grande empresa para uma pequena empresa. Como fazer para que a pequena empresa tenha sucesso e consiga ter condições de chegar a evoluir.

SR. – As grandes instituições, chamadas de Terceiro Setor, são importantíssimas, porque legitimam no ponto de vista funcional e de trabalho, mas a verdadeira contribuição e transformação social, que chamamos que o Terceiro Setor pode levar, está realmente na rede de pequenas instituições. Aí se tem a capitalização do trabalho de solidariedade e do trabalho de transformação social, de voluntariado. Então, abordar aqui, no nosso foco, políticas ou até instrumentos legais que favoreçam a rede de pequenas instituições é fundamental.

SR. SÍLVIO – Como estamos empenhados na formação de um movimento com a saúde, as Santas Casas embora represente-as, são uma parte desse movimento que pretendemos fazer. Não é um trabalho para as Santas Casas, mas, um trabalho para a saúde, de modo geral. Estamos atrás das experiências maiores, porque vamos desenvolver atividades em pequenos municípios e vamos ver de que forma essas pequenas entidades conseguiram sucesso. Então, para nós é extremamente importante as maiores, as médias e as pequenas também.

SR. GERALDO VINHOLI – Talvez com esse tipo de organização, pudéssemos abordar essa diferenciação. De alguma maneira criar um discurso coerente, embasado, sustentando em cima desse seminário de que não vamos excluir nunca uma Alpargata, uma Brama. A Antártica mantém 300 escolas. E ninguém sabe disso. A Câmara de Comércio Brasil – Estados Unidos mantém

escolas-padrão. Há anos foi um exemplo super respeitado com manutenção de escolas, e com base na comunidade. Talvez seja interessante abordarmos nesse seminário quais são as iniciativas. Fugirmos um pouco desse jargão que é orientador, mas evoluirmos dentro dele para descobrirmos o que dá certo. É importante que essa Casa seja um palco onde essas experiências sejam demonstradas. Isso é fundamental, para o deputado que tem uma base social, uma base pequena e não uma base vinculada a determinado partido A, B, ou C, mas que tenha uma base social que possa vir a fazer um trabalho onde haja um progresso social. Volto ao IDH, que é um dos grandes objetivos finais do nosso seminário. Tudo isso tem um caldo de cultura. E, talvez, esse segundo seminário seja um contribuidor forte para esse caldo de cultura. O Secretário de Organização de Assistência Desenvolvimento Social, acredita que a Secretaria tem por obrigação ter esse discurso e essa organização em mente. Mas, tentaremos contemplar essa gama de atividades.

SRA. – Temos, por exemplo, em Araras, dois exemplos magníficos de como os pequenos empresários da área industrial, comercial e serviço, se juntaram e formaram duas grandes instituições. Uma que se originou da antiga guardinha mirim. E eles transformaram isso. Deram um salto quantitativo e qualitativo trazendo toda a sociedade para participar. Inclusive os índices de criminalidade, de alfabetismo, de rendimento escolar, podem ser considerados por essa associação. E a parte de saúde também. Contemplaram um plano que envolveu toda sociedade. A assistência da saúde, em Araras, é usada desde o dono do empreendimento até o peão de fábrica. Então, são dois exemplos em Araras que podem estar norteando outros municípios. Mostrando que não precisa se ter uma grande empresa atrás de uma ação social, mas precisa se ter a consciência de toda a comunidade, de todo o empresariado. Esta união traz frutos muito bons.

SR. GERALDO VINHOLI – Se eu pudesse definir uma palavra para o Terceiro Setor, quer dizer, qual o objetivo do Terceiro Setor numa frase? Inclusão social. De alguma maneira o Terceiro Setor tem como objetivo o melhoramento de qualidade de vida pela inclusão social. E se tentássemos objetivar pelo menos esse tema, de tipos de organização, seria interessante pensarmos que pessoas trabalhariam nesses macro temas. Então, um grande e um pequeno. Por exemplo, se fosse a parte da manhã com tipos de organização e a parte da tarde para que as pessoas que falaram na parte da manhã discutissem à tarde. O mercado exige a ISO, assim como vai exigir a ISO 14.000 e por aí vai. Por que não um certificado social? Escolher um projeto significa bater o olho nele e estudar e ter elementos para dizer que nesse projeto vale a pena investir.

SRA. – Estamos discutindo o segundo seminário. Pelo jeito, o tema é muito longo. Por que não fazemos um no dia 3 e outro no dia 10? Na precisa ser tudo num dia só. Não seria melhor?

SRA. – A vantagem de se fazer tudo num dia só é que não se perde a seqüência. Se pudesse fazer tudo num dia só, até por questão da nossa agenda, seria melhor.

SR. – GERALDO VINHOLI – Se a nossa estratégia realmente é fazer esse segundo seminário, sou favorável a um dia só de discussão, bem feito, bem elaborado. Poderemos pensar em fazer uma publicação. Para os Srs. terem uma idéia, o grupo de ciência, tecnologia e comunicação, se dividiu em dois: Ciência e Tecnologia e Comunicação, dada a abrangência dos temas, do desenvolvimento do próprio grupo. E esse grupo vai fazer, no dia 15, um seminário pela manhã no Juscelino Kubitschek, na plenária grande da Casa. Os Deputados, dada a relevância, cederam o plenário pela manhã para uma reunião só com os reitores das universidades. Duvido que o nosso tema seja menos relevante do que esse. Os

dois se complementam, caminham juntos. Óbvio não pode-se pensar numa grande linha de ciência e tecnologia onde haja exclusão. Vale a pena ousar, devido a importância que o nosso tema tem que ter.

SR. – Esse segundo seminário tem uma cara muito informativa. Ele vai gerar pouca discussão e pouco debate. Porque, na verdade, é colocar os dados de realidade. Talvez alguma contribuição que haja do grupo. Mas, isso, na verdade, não liga as pessoas a uma grande reflexão e há propostas que eu entendi, que os nosso colegas já queriam começar. E que é o papel desse grupo. Essas questões todas poderiam ser resolvidas com um documento muito parecido com esse aqui, que seja fornecido ao grupo com essas informações. Não que seja contra de se fazer palestra, mas para caminhar um pouco mais à frente de propostas. Pensarmos na sustentabilidade institucional. Da sustentabilidade do Terceiro Setor, das inter-relações. E aí aproveitando o seu gancho com os outros grupos temáticos.

SR. GERALDO VINHOLI – E uma vídeo conferência? O Fórum prevê a possibilidade de se fazer uma teleconferência. No canal Legislativo temos um *link*, poderemos fazer uma conferência em vários pontos do Estado. Lembrando que esse Fórum restringe a participação à Capital. Talvez pudéssemos ousar no sentido de provocarmos outras instituições e outros núcleos comunitários do Estado, para que eles tragam informação para sabermos o que eles querem. Reforma do Estado é um grupo bastante interessante porque, de uma certa maneira, ele peca pelo mecanismo que o Brasil foi criado. Quer dizer, tem grandes intelectuais, grandes pessoas, mas que peca pelo seguinte: todos fazem diagnóstico. E, se de repente, o que o povo quer não é aquilo que estamos pensando? Democracia é isso. Temos que saber o que a população quer para atendermos, de alguma maneira, ou tentarmos entender por que o que eles pensam é igual ou é diferente do que estejamos praticando. Então, talvez, seja uma outra formatação. Tentarmos com as nossas relações de rede e com outras relações que podemos identificar, levarmos

essa discussão do Terceiro Setor para outros lugares do Estado. E, com isso, colhermos subsídios para um terceiro, ou para uma outra reflexão que possamos fazer.

SR. – Realmente é difícil fazermos essa composição. Mas, podemos tentar uma fórmula que concilie todos esses aspectos importantes. Por exemplo, a importância de darmos visibilidade ao nosso trabalho. Isso é importante. Caso contrário, corremos o risco de termos aqui uma congregação de sábios do Terceiro Setor e que deixou de escutar outros pólos que podem até estar mais bem informados. Então, deveríamos nos debruçar no sentido de identificarmos uma fórmula que consiga conciliar esses vários aspectos importantes. Imagino que uma possível solução seria termos o dia inteiro para o segundo seminário. E que esse dia fosse dividido em duas etapas. Numa primeira etapa, uma carga informativa. Então, poderíamos pensar num meio período de informação. Identificarmos que informação seria mais crítica, mais fundamental para nós. E, num segundo período, na parte da tarde, um trabalho estruturado de discussão. Porque a discussão em plenário é boa, só que ela perde muito do seu resultado final. Há dificuldade em se chegar a um consenso. Configurarmos essa oportunidade de maneira que atenda esses vários aspectos é importante. Então, meu voto seria para se fazer uma solução mista. Informação na parte da manhã e discussão e conclusões à tarde.

SR. – GERALDO VINHOLI – Proposta de encaminhamento. Seria uma exposição dos vários grupos que compõem essas personalidades do Terceiro Setor. E divulgados, principalmente, pelo Interior por meio dessa vídeo conferência. Da seguinte maneira, em cada ponto em que se tivesse sediado um canal de transmissão interativo entre as vídeos conferências, as teleconferências, haveria um grupo de debate estruturado entre os representantes da comunidade local daquela cidade. Usaríamos o recurso da própria Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, que tem identificados os vários grupos de trabalho,

empresários, comércio, outras associações de serviço também e isso pode ser sediado em escolas, ou em campus de universidade, ou na FIESP, ou no SENAC. Na parte da manhã seria, praticamente, uma série de exposições. Na parte da tarde, algumas pessoas que selecionaríamos, que teriam essa densidade para discutir de forma aprofundada esses temas, os trabalhos seriam interativos. E, ao final, cada grupo de trabalho produziria um documento ou um volume de discussão e encaminhariam para nós. Isso nos obrigaria a dar um retorno. Imagino uns seis pontos no Estado de São Paulo. Ao final cada um dos Presidentes de grupo faria um relatório do que o grupo discutiu. Teria de 5 a 10 minutos para fazer a sua exposição, do que discutiu, em cima de tudo que foi feito. A continuidade é algo que temos que pensar. A preocupação é que esse Fórum tem que ter um começo e um fim. Porque foi uma iniciativa do Presidente, da relatoria. É uma própria plataforma do Presidente. A Casa tem uma vontade que esse Fórum aconteça. Mas, não como Fórum. Quer dizer, pegar o documento e levá-lo embaixo do braço, exibindo-o como um grande produto que ajudamos a fazer, é muito pouco para todos que estamos aqui. Ninguém está preocupado com isso. Na verdade, estamos preocupados com que as coisas floresçam então, de alguma maneira e consigamos incentivar quem já está trabalhando. Damos visibilidade nas comunidades locais. Formarmos uma rede. Existe uma proposta, até, de se criar uma comissão de Terceiro Setor permanente na Casa.. Se quisermos pensar numa ousadia, sou muito favorável a ousar. Porque sabemos que se dermos oportunidade, as pessoas vão participar. É uma sugestão. Se quiserem pensar em nomes, em pessoas.

SRA. – Cada um deveria pensar nisso. Em quantas pessoas somos? Seria no plenário grande?

SR. – GERALDO VINHOLI – Se tivermos possibilidade técnica, porque já temos reservado dia 10. Dia 3 está muito perto. Podemos manter uma reunião no dia 3 para fecharmos nomes. Temos 20 dias. É razoável? Penso que seja um prazo

curto. São detalhes técnicos que se resolvermos trabalhar numa questão mais ampla, o grupo teria que concordar.

SR. – Se o grupo concorda com esse modelo de metade do dia informativo e metade do dia de discussão de deliberação, poderíamos fechar se todos concordarem, para podermos avançar. Para podermos formatar.

SRA. – Entendi a teleconferência. Acho democrática, mas ainda não resolvemos quem estaríamos convidando. Seriam as instituições? Ou os grandes nomes?

SR. GERALDO VINHOLI – Cada um poderia pensar em dois nomes. Um grande e um pequeno. E aí teríamos uma outra reunião para discutirmos os temas. Saúde, educação, geração e emprego, proteção de minoras. Ou, simplesmente, vai ser por pessoas que têm representatividade? Essa é uma questão interessante. Se vamos respeitar a questão do tipo? Da origem?

SRA. – É isso que quero ver resolvido. Porque resolvido isso, os nomes fluiriam melhor.

SR. – Do ponto de vista operacional, seria interessante fixarmos essas datas definitivamente para termos horizonte de trabalho. Como reunião preparatória, o dia 3 fica um pouco em cima. Seria melhor ocorrer dia 10. Então, temos que sair daqui com algumas definições básicas, preliminares. Fazermos uma reunião daqui, talvez, 10 dias, para aparmos alguma aresta e fixarmos, desde já, o seminário no dia 10. Cabe endossar as sugestões de palestrantes ou trazer novos, se alguém tiver. Eu endossaria os que existem. E, se tiver alguma sugestão nova, comprometo-me a passar fax.

SRA. – Dia 27 seria o prazo máximo para os nomes.

SR. – Já poderíamos vir no dia 20 com o compromisso de cada um examinar alternativas de nomes, se tiver. E, se possível, fazer o contato.

SR. GERALDO VINHOLI – Concordo com a senhora. Qual é o formato? Do que vamos falar? Tipos de organização? Vamos aprofundar com relação a isso? tenho em mente que um mecanismo que tem funcionado, razoavelmente, bem, é primeiro se mostrar as experiências, mais ou menos como fizemos aqui, se fazer uma explanação geral, uns 4 ou 5 tipos, e, depois, fazemos a discussão crítica à tarde. Com duas pessoas que têm, senão antagônicas, mas, pelo menos, com alguns pontos de divergência. O que podemos falar?

A alternativa ao Sr. Sílvio era o Sr. Sérgio Haddad. Se o Sr. Sérgio retomasse um pouco a questão conceitual do Terceiro Setor, para não extrapolar, para não ser repetitivo com o Sr. Sílvio. E deixarmos o Sr. Sílvio para a parte da tarde, com uma reflexão mais crítica. Então, começaríamos com o Sr. Sérgio Haddad, falando sobre conceituação do Terceiro Setor, já pensando no público macro. Teríamos umas cinco experiências. Por exemplo, por que a Fundação Abrinq começou? Por que a Associação de Bairro da d. Mariazinha do Socorro começou? E assim por diante. Depois, viria o secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, para falar o que se pensa a respeito da participação do Terceiro Setor, dentro de uma política estadual. Teria que ser um secretário de Estado, ou o próprio secretário ou um adjunto. Teria que ter esse peso de conceito. E, à tarde, colocaríamos duas ou três pessoas simplesmente para se fazer uma reflexão crítica. Fazer uma massa de discussão baseada nisso. E, ao final da exposição de todos, cada um dos cinco ou seis pontos, teria seis minutos para falar a respeito de cada local. Mas, que tenhamos em mente que as pessoas vão coordenar determinados grupos e regiões, e que terão como objetivo a discussão de mérito, de avanço e de propositiva. É a

única ressalva que peço em especial porque, o seminário vai ter o objetivo de suscitar uma discussão mais democrática. É uma preocupação.

SR. GERALDO VINHOLI – Então, da minha parte, da relatoria, fico com a obrigação de ver com a assessoria dos deputados se há possibilidade de transmissão efetiva. Então, verei essas questões técnicas e operacionais.

SR. – Mas, o debate, à tarde seria por meio de vídeo conferência?

SR. GERALDO VINHOLI – Na primeira parte seria a transmissão. O formato todo. O dia 10 seria o dia da conferência. Será que dia 10 seria interessante? É algo para discutirmos. Verei se existe a possibilidade técnica de fazermos esse evento. Quais são os requisitos? Isso é, cada lugar tem que ter uma antena parabólica, fundamentalmente, por sinal codificado. Então, precisamos ver se a Assembléia tem essa possibilidade. Se ela pode arcar com os custos. Comprometo-me a entrar em contato com os senhores.

Iremos estudar todas essas possibilidades. Da parte dos demais conselheiros, penso que seria interessante pensarmos nos nomes dentro dessa perspectiva, dois grandes e dois pequenos. Se possível, nomes convergentes, principalmente para os grandes. E dia 20 traríamos essa pauta, essa sugestão de nomes. Dia 20, segunda, às 9h30.

20.03.2000

- Marco Aurélio Martorelli – Relatoria do Fórum São Paulo Século 21, assessor da Presidência
- Vivaldo –
- Silvio Pelicano – Superintendente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo

SR. – A respeito dos homens na execução de trabalhos comunitários, por exemplo, mutirões, brigas por direito à saúde, direito à alimentação, a questão da escola etc., as mulheres têm um protagonismo muito mais efetivo.

Então, esse grupo de mulheres do Sul começou a trabalhar, como as mulheres que tinham uma capacidade maior de liderança, conscientizando-as dos direitos. Esse projeto deu muito certo. Ganhou um prêmio da UNESCO, se não me engano. Hoje, ele conta com o apoio do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, da OAB, da Secretaria da Justiça. Já fizemos trabalhos em conjunto, trabalha com a conscientização dos direitos e está tendo resultados muito efetivos.

Esse é um grupo que trabalha realmente na base.

O outro que eu teria seria a Favela Monte Azul, que é um exemplo de parceria com o empresariado. A Favela Monte Azul é um projeto que teve um apoio grande, principalmente de empresas vindas da Alemanha, se não me engano, e que tem o condão de mudar a realidade da favela, sem mudar efetivamente as pessoas da favela. Geograficamente, digo que é um projeto bem interessante. Para quem conhece, é um projeto que já ganhou prêmios internacionais. Não me lembro dos nomes dos representantes da Favela Monte Azul. A das Promotoras Legais é a Aninha. Eu pego o nome dela.

SR. – A idéia seria demonstrar as experiências, as experiências que deram certo. Eu faria uma sugestão. Como a moça que eu não tenho 100% de certeza do nome, depois eu vou confirmar, Simone Coelho. Ela tem uma tese de Mestrado, parece que é a única existente no país, uma pesquisa sobre o Terceiro Setor. E é uma das formuladoras de um programa de TV, inclusive, que existe no Canal 2, TV Cultura, Domingo, acho que às 9 horas da noite, que fala sobre o Terceiro Setor também. Fala sobre as várias instituições do Terceiro Setor. Eu tenho 10% de dúvida sobre o nome da Simone Coelho. Eu vou confirmar. Se eu não voltar a falar no assunto é porque é esse nome mesmo.

SR. – Em segundo lugar, um representante da RITS, que é a Rede de Informação sobre o Terceiro Setor. É uma iniciativa da Comunidade Solidária e que é uma Rede de Informação bastante abrangente, que está inclusive na Internet, sobre o Terceiro Setor. Vamos tentar identificar um representante, para vir aqui falar sobre informação do Terceiro Setor.

SR. – Algumas coisas que aconteceram no setor público e que conseguiram ganhar certa independência. São experiências interessantes. Eles conseguiram, com o passar do tempo, mudando os governos, guardar relativa independência. É o caso, por exemplo, da TV Cultura. É o caso da FAPESP, que financia toda a pesquisa no Estado de São Paulo. Eu acho que essas experiências são muito interessantes. Porque na Alemanha há um sistema de financiamento de instituições desse tipo, como é o Instituto Goethe, por exemplo, como é o próprio Serviço de Intercâmbio Alemão, o DAD. São instituições mantidas praticamente pelo Estado, mas que não são geridas por funcionários públicos. É. Não são funcionários públicos. E, além disso, eles têm assim uma qualificação de pessoal, o Goetz, por exemplo, tem uma qualificação excelente de pessoal em várias áreas, não é na questão de Línguas, não. Acho interessante ouvir algumas dessas pessoas, delas e de outras instituições em São Paulo, que conseguiram de alguma forma certa independência. Talvez o Museu do Ipiranga. As próprias universidades estaduais. Elas têm um orçamento próprio. O Estado entrega – entrega é modo de falar. Mas um Governador não tem muita autonomia para nomear um Presidente da FAPESP ou da TV Cultura.

SR. – Há a Fundação Bienal.

SR. – Bienal. Ele vai mexer com um vespeiro. Na USP, por exemplo, se o Governador nomeia o Reitor, e sempre no final de seu mandato, mas se ele chegar e disser que quer um Reitor, aí o Reitor está perdido, nunca vai ser nomeado,

porque vai se juntar a esquerda à direita e todo mundo gritar por autonomia. Eu não sei quem seria bom para falar sobre isso.

Outra coisa interessante é que a PUC de São Paulo tem uma tradição muito forte na área social. Desde um Derdick, que trabalha com crianças com problemas de comunicação, que não conseguem falar, ouvir etc., até grupos da Faculdade de Direito, o Núcleo de Trabalho Comunitário. É claro que é Educação, mas acho que é uma instituição que conseguiu também ser pública no outro sentido. Libertou-se da Igreja nesse caso. Quer dizer, o Cardeal não teria a ousadia de nomear um Reitor hoje. Não teria essa coragem de chegar e dizer: “Olha, eu quero que o Joaquim seja Reitor.” Não tem coragem de fazer isso porque ele vai se “estrumbicar” inteiro. Então, é uma instituição que acho interessante, autônoma.

SR. – A idéia original deste seminário é demonstrar uma grande experiência, a própria universidade, que seria uma experiência grande. E uma pequena. Porque como a idéia é a de que ele seja formatado para chegar no estado inteiro, às vezes as pessoas se assustam.

Então, a idéia é fazer uma grande ou, vamos dizer assim, de grande visibilidade, e uma pequena, que está lá no fundão do rincão da Zona Leste, ou lá, como você usou bastante Araras, ou outra cidade assim, que tem experiências semelhantes que podem ser reproduzidas. Terceiro Setor não é só para quem tem muito dinheiro, quem tem uma organização violenta, mas também para pequenas comunidades o conceito funciona perfeitamente.

SR. – Na linha da universidade, que foi sugerida pelo companheiro, acho que podemos cogitar de convidar o Coordenador de cada um dos Centros de Pesquisa de Terceiro Setor, que existe já na Universidade de São Paulo, na PUC, e na FGV. Então, pelo menos três que eu me lembro aqui em São Paulo.

SR. – Não é que sou contra essa idéia, não. Mas eu tenho, apesar de ser Professor há 35 anos, um certo preconceito contra Professor.

SR. – Está falando da APEOESP?

SR. – É. Eu tenho um pouco de preconceito, porque Professor é uma raça difícil. Por exemplo, essa experiência do Monte Azul – são experiências que, certamente, não nasceram na Academia. Não poderiam nascer na Academia. Porque enquanto o Cadim vai reformular uma teoria sobre como mudar o espaço social lá... Então, os grupos da PUC que surgiram não foram grupos teóricos. São grupos de professores que resolveram fazer um trabalho. Eles se reuniram, sem dinheiro, sem nada, e começaram a fazer um trabalho. Não foram estudar Terceiro Setor. Eles iam lá, se reuniam e falavam: “Vamos atender, sei lá, as crianças de rua.” Eu me lembro de um rapaz, José Carlos Picoli, meu aluno, há muitos anos, hoje é um dos técnicos que entendem bastante disso. Ele perguntou como posso entender as crianças de rua? Eu falei: vai para a rua, senta na calçada. Posso ir durante sua aula. Eu falei pode. Então, ele foi lá para a calçada. Sentou-se na Ministro Godoy e começou a conversar com os moleques, e os moleques a darem aula para ele. A única forma de entender os moleques é ouvir a aula deles, porque certamente os livros não têm um projeto sobre como é que faz. Mas eu não sou contra trazer esse pessoal das universidades, não. Eu acho que eles vêm com formatação, com explicações de GV, de alto nível, grandes projetos. Quer dizer, como uma comunidade lá, consegue se organizar lá para resolver pequenos problemas? Sei lá? Talvez fazer uma pequena padaria.

SR. – Nasceu da Guarda Mirim.

SR. – É. Uma pequena padaria comunitária.

SR. – Não. Outro dia eu vi alguma coisa nesse sentido. Tem um movimento aqui em São Paulo, eu já falei isso aqui uma vez, e alguém conhecia. Acho que é embaixo de um viaduto que funciona...

SR. – Catador de papel. É um movimento lá, eu vi na televisão, em que a pessoa chega. Ele pode ser sócio...

SR. – Na confluência das duas Marginais, perto do Cadeião. Faz casinha de cachorro.

SR. – Não sei se é esse caso. Ele pode ser sócio ou não. Se ele não é sócio, ele chega lá e tem de levar uma latinha, ou duas latinhas, ele tem de levar um pagamento, não sei quantas latinhas de refrigerante amassadas. Agora, se ele se torna sócio, é diferente. Aí ele tem de fazer uma tarefa lá dentro. Ele tem de fazer comida, ou tem de cortar o cabelo de um cara. E acho que isso é uma coisa muito interessante no plano social, sim.

SR. – Só um adendo. A *Vejinha* de ontem trouxe uma reportagem, não tive tempo de ler, com umas oito, dez páginas só sobre o Terceiro Setor e Voluntariado. Parece que tem coisa interessante.

SR. – Estamos falando de trazer representantes da universidade, de entidades pequenas também. Além de sugerir o nome do Dr. Edson Ortega, lá da Secretaria de Desenvolvimento, nós temos um elemento aqui no nosso grupo que tem uma experiência extraordinária, vocês conhecem, mas não sei se vocês têm acompanhado o trabalho dele, que é o Alfredo Barbeta. Aliás, por intermédio do SENAC, ele tem congregado junto com a Dona Neusa as entidades lá nesse Fórum do Terceiro Setor do SENAC, que se realiza toda última terça-feira de cada mês. E nós, lá da área da Saúde, em cima do SENAC, tiramos grande proveito, porque

acabamos conhecendo muita gente que opera nessa área e de certa forma estamos criando lá um Banco de Dados de pessoas que se interessam por esse movimento, e que nós, futuramente, deveríamos assim, quem sabe, na complementação de nosso trabalho aqui, ter esse Banco de Dados de todas essas criaturas que se interessam por isso. E quem sabe até congregá-las depois dentro de uma entidade ou nova ou já existente, para que as coisas não aconteçam como estão acontecendo. Nós temos aí uma infinidade de entidades, mas todas esparsas por aí, sem uma entidade que pudesse tê-las juntas, e quem sabe desenvolvendo um trabalho em conjunto, até fazendo parcerias entre si.

SR. – É esta mais uma sugestão encaminhada.

SR. – Existe uma Fundação em Sorocaba chamada Ubaldino do Amaral, que faz um trabalho enorme na área social. Sugiro convidar alguém da Fundação. Inclusive, ela tem vídeos, tem uma quantidade imensa de trabalhos, uma rádio, um jornal – o de maior circulação na região, com 37.000 exemplares –, tem escolas técnicas, carta para velhos, para orfanatos e escolas primárias. É mantida pelas Lojas Maçônicas de Sorocaba. Especialmente pela Perseverança Terceira. É uma coisa grande.

SR. – Esse contato o senhor faria, o senhor convidaria?

SR. – Posso fazer. É um trabalho muito importante. O que nos preocupa é sempre o aspecto tempo.

SR. – O segundo Seminário está marcado para 10 de abril. Vamos fazer aqui novamente para o grupo. Acho que nós vamos sair daqui, hoje, dia 20, com esses nomes.

SR. – Acho que a sugestão que foi dada é boa, que cada um traga, por exemplo, dois convidados, ou um, de maneira que não ultrapasse o número de cadeiras aqui.

SR. – Acho uma boa idéia. Pessoas que tenham essas atividades, interessadas.

SR. – Somos 40 pessoas.

SRA. – Somos 18 Conselheiros.

SR. – Que realmente participam, acho que são umas 13 pessoas.

SR. – Se cada um convidar duas, são 54 pessoas participando.

SR. – Nem todas virão. Nem todos vão convidar e virão dois. Lugares disponíveis, 50 lugares.

SR. – Seria convite fechado. Não seria divulgado na imprensa, porque senão nós precisaríamos ter um auditório bem maior. Porque, às vezes, temos a surpresa de atrair muita gente. Se falar que é Terceiro Setor, lota.

SR. – Então, são dois convidados cada um.

SR. – Vocês pensam em fazer o último aberto, por conta, e ter aí outros plenários?

SR. – Somos 13. Está faltando o Joaquim.

SR. – Não. Na nova tem. É *hors-concours*.

SR. – Eu acho que esse último poderia ser aberto, mas com inscrições prévias, não é?

SRA. – O último deveria ser grande, aberto, porém com inscrições prévias. E cada um traria uma mensagem que pudesse ser aproveitada na conclusão.

SR. – Consideramos o último desta primeira etapa, porque os trabalhos, dentro da Relatoria geral, têm até dezembro do ano 2000 para serem concluídos.

SRA. – Deste ano. Então, no segundo semestre deveria ser feito um grande, mais ou menos em agosto, e cada um traria uma sugestão, cada entidade.

SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI – Exato. Só lembrando que esta segunda fase será encerrada com o Relatório Final. Depois que for feito o Relatório Final, vamos ter uma reunião. Está marcada para o dia 27, acho que dia 29, uma reunião de todos os Deputados que compõem o Fórum, os Coordenadores e Relatores. Neste mês, 29 de março, está marcado com a Presidência e com a Relatoria geral. Então, acho um pouco precipitado que nós marquemos alguma coisa para agosto, porque provavelmente vamos reunir os grupos. Então, nessa segunda fase, nós vamos promover as discussões de conceituação.

SR. – Não. Pode fazer. Uma coisa não interfere na outra. Mas é uma reunião para avaliação de todos os grupos. A idéia é pegar o pé em que os grupos estão, para que os Deputados conversem entre si, para que façamos uma agenda comum, para inclusive aproveitar essa última oportunidade aí do primeiro semestre para fazermos um grande evento. Muitas vezes os Deputados de grupos diferentes, por

conta da dinâmica da Casa, não têm condições de conversar entre si. Há uma questão muito séria para ser levada em conta, que é a eleição. Há em torno de 34 deputados que são candidatos a prefeito.

SR. – Isso já foi avaliado. Aliás, este é um dos pontos da reunião para sabermos como caminhar.

SR. – Estou falando isso porque tenho um amigo que está no grupo do Caldini Crespo. Ele é candidato em Sorocaba.

SR. – Ouviu, Marco? Tivemos um primeiro seminário, que com certeza foi um êxito a participação de palestrantes. E, agora, o que nos preocupa mais uma vez é o formato do segundo. Foi proposta a questão da teleconferência.

SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI – E acabei de conversar com o Professor Lewandowski, ele me pediu para que retornasse a ligação hoje, ainda. Já foi feito um pedido semelhante ao nosso pelo Deputado Dimas e pelo Deputado Claury, que são do Grupo de Cidadania.

SR. VIVALDO – Eu me preocupo com o nosso, porque não é sucesso que precisamos ter, nem êxito, palanque, nem nada. É para que as coisas fluam como os Conselheiros querem aqui. Não nos preocupa mesmo a política. O que nos preocupa é o resultado do trabalho. O que me preocupa hoje aqui é termos quatro Conselheiros e sabemos que todos têm seus compromissos, mas tem muita gente interessada. Temos que ver como será a formatação do segundo seminário. Quem vai falar primeiro, quem vai falar em segundo, quem vai convocar quem para estar aqui. Porque hoje é dia 20, e no dia 10 será o seminário.

SR. SYLVIO PELICANO – Posso convidar alguém da Fundação Ubaldino do Amaral?

SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI – Pode, temos de definir quem que vem de manhã, quem que vem à tarde. Esses convites, eu acho que poderíamos fazer verbalmente. Mas aí teriam de ser ratificados pela Coordenação.

SR. VIVALDO – Como foi feito no primeiro Seminário. A pessoa definiu com o Jairo, Simone Coelho ou representante da RITS, vamos já mandar ofício.

SR. – Agora, qual é o tema que vamos abordar? O Marco Aurélio citou: Grupo de Promotoras Legais Populares e a Favela Monte Azul. Nós temos de sair daqui com isso pronto, porque depois não teremos mais tempo.

SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI – Então, só complementando, quem ofereceu a tecnologia da Teleconferência foi a Escola Superior de Magistratura, Escola Paulista de Magistratura, naquela com o Tribunal de Justiça, por meio do Desembargador Lewandowski. Houve uma conversa inicial. Eu só estou deixando isso claro, para dizer que não é um contrato, não é uma parceria, por exemplo, como com a TV Cultura, com a Fundação Padre Anchieta num primeiro momento. Pode vir até a ser. Mas existe uma programação. E eu só comentei que havia outro grupo também interessado para que se avalie que essa nossa teleconferência tem alguma coisa anteriormente já solicitada, que não necessariamente vai sair para a mesma data.

Outra coisa, Vivaldo, que ficamos conversando era sobre alguns grandes na área empresarial também. Algum representante do GIFE, algum representante, por exemplo, da Fundação ABRINQ ou do Grupo ETHOS, do Instituto ETHOS.

SR. – É. Você quer um exemplo que está aí, e fez sucesso, a Rainha Sílvia esteve aí, é o nome de uma pessoa que vocês já citaram, eu já vi aí em documentos do Terceiro Setor, que é o representante que recebeu a verba, esse apoio, que está aqui no Brasil. Acho que essa pessoa pode vir muito bem falar e representar, se quiserem convidar.

SR. SYLVIO PELICANO – Fazendo um parêntese, acho que todos viram ontem, na revista *Veja São Paulo*, a divulgação das pessoas que estão desenvolvendo esse tipo de atividade. Então, o Terceiro Setor está ocupando espaço no momento, não é? O Terceiro Setor é o assunto do momento, e deveremos dar continuidade a isso.

SR. – É. Ele havia citado anteriormente, eu até marquei aqui. Vamos ver a revista e pinçar um nome que possa ser convidado para falar aqui.

SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI – É uma sugestão que temos, enviar aos Conselheiros, que nos devolveriam, entre aspas, preenchidos, quer dizer, com as sugestões das áreas.

Eu sugeriria que fizéssemos – até pelo tempo que temos de exposição, que não pode ser muito cansativa, e já houve manifestação aqui, de mais de um Conselheiro, de que são pessoas conhecidas –, como esse segundo seminário vai ser aberto, alguma coisa por setor, tipo geração de emprego e renda, saúde, educação.

Então, só quatro ou cinco pessoas, e mais duas outras pessoas fazendo os comentários. Uma primeira exposição, talvez do Sérgio Haddad retomando a conceituação do Terceiro Setor, quatro ou seis experiências significativas. E depois, na parte da tarde, análise crítica dessas experiências ou dessa conceituação. E depois um debate. Alguma coisa que não se estendesse tanto.

SR. – Eu acho que o Secretário Ortega deveria vir antes porque ele precisa dar uma panorâmica para nós.

Poderíamos fazer um balanço do que temos de sugestão para o próximo seminário?

SR. – Iríamos ouvir o Secretário de Desenvolvimento, o Dr. Edson Ortega. A ele está sugerido o Sérgio Haddad. Em seguida, teríamos a experiência de quatro ou cinco entidades que estariam convidadas pelos Conselheiros a falar. Isso na parte da manhã.

Alguém mais seria convidado a falar, antes de entrarmos nos debates do que se teve, do que se ouviu na parte da manhã?

SR. – Houve a sugestão do Sílvio Caccia Brava, na semana passada, e da Nanci Valadares de Carvalho, que são duas pessoas que têm essa experiência acumulada do Terceiro Setor.

SR. – É. E eu gostaria de sugerir também a Simone Coelho, que fez a tese, que ajuda a fazer esse programa da Cultura.

SR. – E se possível uma palavra sobre rede de informação, sistema de informação sobre o Terceiro Setor.

SR. – O foco da tese do Terceiro Setor foi uma pesquisa com cerca de 70 entidades, para verificar, para caracterizar e tipificar. Ela poderia trazer mais algumas experiências bem-sucedidas.

SR. – Eu tenho uma sugestão de encaminhamento. Nós vamos pensar a formatação desse seminário dentro desse espírito que foi discutido aqui já nestes

dois últimos encontros. E eu gostaria de ter a liberdade de submeter, por exemplo, ao Sílvio, que é o Consultor do SEADE, que foi contratado para colaborar conosco no Grupo do Terceiro Setor, e obviamente os Conselheiros, para ver se esse formato que estamos pensando seria interessante, eficiente para uma discussão mais aberta. Isso até terça, quarta-feira, amanhã ou depois.

SR. – Se formos ouvir o Edson Ortega e o Sérgio Haddad, na parte da manhã... Convidar pessoas desse naipe, aqui, para que falem meia hora cada um, já se foi uma hora. Para se ouvir mais quatro entidades na parte da manhã, são mais duas horas.

SR. – Então, temos de ver a viabilidade de a pessoa vir aqui falar meia hora, e se meia hora é tempo suficiente para se ter noção do que querem falar, e quem vocês vão trazer aqui para os Conselheiros, para não esvaziar .

SR. – A preocupação é o tempo. Então, aqui na parte da manhã, como estamos entendendo aqui, viriam essas Promotoras Legais, a Monte Azul, o Ubaldino do Amaral, que seriam entidades que têm essas experiências e viriam falar delas. E, à tarde, por sugestão, a Simone Coelho, o representante da RITS, para depois, eventualmente, um debate. É isso?

SR. – É. Eu até sugeriria que o Secretário fosse para a tarde, porque eu penso da seguinte maneira.

SR. – Se formos retomar essa conceituação com o Sérgio, temos de ver se vale a pena divulgar experiências ou retomar, eu acho que tudo vai depender do nosso público-alvo. Se fizermos o seminário, por exemplo, com essa pessoa da TV Cultura, eu lembro que foi até no SENAC a inauguração do programa que falava do Terceiro Setor, eu estava presente, foi quando eu conheci o Eduardo Sales. Talvez fosse interessante que a Simone Coelho fosse para a parte da tarde, com o

Secretário e com três pessoas, no máximo. Aí, talvez o Sílvio, talvez outra pessoa, para discutir criticamente o Terceiro Setor, ou em parcerias etc., para vermos justamente essa questão organizacional do Terceiro Setor.

Então, o formato seria assim: Conceituação, Experiências, Papel do Governo, Análise Crítica e Divulgação. É a linha de raciocínio que eu estou imaginando para esse Seminário.

SR. – Então, com essa preocupação: Sérgio Haddad, 20 minutos, no máximo. Não é uma profunda análise histórica, mas é uma retomada conceitual.

SR. – Vai ter rodada de pergunta ?

SR. – Eu acho que vai ser um pouquinho difícil conseguir restringir o Sérgio Haddad a 20 minutos, pela carga de experiências que ele tem.

SR. – Eu acho que temos de marcar um horário e cumprir o horário. Se for TV, horário posto, horário cumprido. Este é um ponto também.

SR. – A pessoa tem de ser concisa. Ele tem 20 minutos para falar sobre esse assunto.

SR. – Eu estou levando em conta o seguinte. Se o palestrante tem muita experiência e o nosso objetivo é transferir essa experiência, absorver essa experiência, esse nome, Sérgio Haddad, é hoje um dos que detêm maior conhecimento sobre o assunto. Então, eu acho que, nesse espaço, que será de 20, 30 minutos, pode dar uma contribuição mais significativa.

SR. – Olha, pelo que conheço dessas entidades que convidamos, por exemplo, a Monte Azul tem um filme-padrão. Ela tem um filme de apresentação. Não me lembro se o filme tem 10, 20, 30 minutos ou uma hora. Provavelmente, eles têm vários filmes para vários momentos, em português, em inglês, sei lá o que eles possam fazer, mas eles têm um padrão de apresentação. Certamente, já têm alguma coisa bem elaborada. O que imagino que vai acontecer é o seguinte. Algumas entidades, não adianta falar, vão mostrar algo. Vocês têm de ver, vamos ter de preparar uma projeção. Talvez isso seja muito mais interessante, você ter 10 ou 20 minutos de projeção, que mostram a experiência. Depois, a pessoa, por 10 minutos, complementa o raciocínio e a exposição que possa vir a trazer. Isso é o que acho mais razoável fazermos. Tenho um pouco de medo da discussão explanativa. Um vídeo de dez minutos resolve a parada.

SR. – Concordo, e até dou ênfase aí, para que a participação dos convidados seja até maior do que na primeira vez. Porque o que dinamiza mesmo uma conferência é a participação dos convidados, dos participantes.

SR. – Quando vocês falam da participação, da discussão, que a conferência traz mais positividade ao assunto, a questão é: ele sugeriu GITS, ABRINQ e Edson, mais o que já foi sugerido, pela falta dos demais Conselheiros, é que vamos sair daqui com um certo consenso.

SR. – Não. Desculpe. Eu me refiro à participação. É o seguinte: que durante o seminário, os participantes, nós e os outros convidados, tenhamos voz de forma estruturada.

SR. – Concordo. E acho que está certinho. Só que quem é, de todos esses nomes aqui, que vai participar como convidado? Vamos estabelecer aqui, porque se você convidar a GITS, acho que não vai dar para convidar a outra.

SR. – Não. Deve ter uma gama inclusive com uma ordem decrescente. Não pode tal, vai Fulano de Tal, a Evelin Yochpe, sei lá, põe em segundo lugar.

SR. – Conceituação. Experiências. Vai ficar este formato: Conceituação e quatro experiências, sendo duas grandes e duas pequenas. Depois pode ser um momento para perguntas.

É a parte crítica. Após isso, intervalo para almoço. Depois, a parte de exposição do papel do Governo na construção de parcerias, pelo Secretário de Governo. Depois uma análise crítica. A parte de divulgação. Depois outro momento de debates.

SR. – Vamos lá. Na conceituação, você já falou no Sérgio Haddad.

Nas experiências, duas grandes e duas pequenas. Estabelece que depois de a pessoa falar, os Conselheiros já entram com a discussão, porque a pessoa de repente não vai esperar o quarto falar para poder se manifestar.

SR.– Só para fazer um exercício de cálculo de tempo. Das 9:00 às 9:30 h, o Haddad. Depois, 10 minutos para perguntas.

SR. – Às 9:45, a primeira experiência. Faz-se perguntas sobre o trabalho completo – 10:15 h. Serão 20 minutos para a exposição e 10 minutos para as perguntas. Às 10:15 h, entra a segunda experiência. São quatro, duas e duas.

Seria apresentar entidades que trabalham e como trabalham. Como deu certo. Como nasceu. A Fundação Ayrton Senna, o Instituto Ayrton Senna nasceu assim. Porque foi um grande empresário, um herói nacional que tinha o respeito, a admiração da Nação e sempre teve a noção de fazer alguma coisa e sempre fez escondido, e resolveu fazer, aproveitando o nome institucional, o carisma, assim nasceu a Fundação Ayrton Senna, voltada para a Educação. Este é um ponto.

Trabalhamos profissionalmente com pessoas treinadas lá fora. Quer dizer, é aquela megainstituição, uma coisa que realmente você tira o chapéu, que só um empresário, um grande empresário teria condição de ter uma visão disso. Depois, uma visão simples de gente do povo, que vai lá e resolve o problema. Olha, nossa entidade surgiu porque as mães aqui não tinham leite no Posto de Saúde. Aí resolvemos nos juntar, e como deu certo a demanda... Sei lá, alguma coisa que venha meio sanduíche, de cima e de baixo.

SR. – Acho que conhecer os casos, principalmente das grandes instituições, como o exemplo que você está dando, é importante. Mas eu acho, eu ainda fico, digamos assim, achando que é mais produtivo essa sugestão que foi dada inicialmente aqui. Por quê? Vamos ver em perspectiva o que nós estamos falando. Quando você apresenta uma instituição, você apresenta um retrato de uma realidade. O retrato de uma realidade, o que é importante. Mas quando você adquire ferramentas conceituais para análise, você entende essa realidade melhor. Concorda?

SR. – Em outras palavras, o que estou dizendo, aqui nesta colocação inicial, falávamos do perfil do Terceiro Setor. Ou sejam, é uma análise crítica. É uma lente que vai focar e fazer uma análise crítica do fenômeno, vamos dizer assim.

Então, vamos ver as diferentes origens, aqui pela proposta inicial, não é? Tipos de organizações. Distribuição geográfica. População atendida. Recursos Humanos. Materiais financeiros. Estrutura física, organizacional. Organização. Base legal. Operação.

Acho que para nós, como um grupo que pensa de forma estratégica, pelo menos também tem este aspecto, a questão estratégica é mais vantagem, e isso nos permite, talvez, avançar mais, ter a visão crítica, a visão da perspectiva, a visão da caracterização, de conhecer o histórico específico de cada uma. Ficamos sabendo, é importante, mas não nos dá essa visão estratégica, essa visão do

conhecimento, da sistematização do conhecimento, que são justamente, em meu entender, as ferramentas com as quais vamos trabalhar, para construir, então, alguma coisa de concreto, que seriam propostas legislativas, e até outras idéias que possamos ter, até tenho algumas. Então, acho que conhecer a instituição é como conhecer alguém. Está certo? Mas analisar alguém com ferramentas conceituais, que te dêem uma compreensão mais profunda, pode ser mais produtivo para o prosseguimento do nosso trabalho. Esta é uma sugestão que faço.

SR. – Concordo plenamente. Agora, só peço uma atenção especial com relação à questão do público-alvo. Então, uma coisa, nós que somos os iniciados, ou em alguns casos até iniciadores dessa discussão, existe até um cansaço em relação às mesmas e velhas e sempre novas experiências. Porém, o que acho importante lembrar é que esse grupo, primeiramente, não pode mais ficar tão restrito como está. Sentimos a necessidade de oxigenar continuamente este grupo. Acho que em todos os grupos isso é uma preocupação constante. Esta é, eu acho, uma preocupação em especial nossa. Por quê? Porque tanta coisa está acontecendo, tanta gente tem vindo aqui à Assembléia, com expectativas e com experiências novas. E quando nós dissemos que está sendo feito um trabalho sobre o Terceiro Setor, por exemplo, a questão da *Vejinha*, ou da *Veja*, um tempo atrás, há duas ou três edições, fez uma edição especial sobre essa questão de quem está fazendo o que com os artistas. Então, a Fundação do Chitãozinho, o Instituto do Netinho e por aí vai. Entendeu? E deu visibilidade. De repente as pessoas acordaram: Nossa! Tem muita gente fazendo bastante coisa. É verdade. Tem.

Lembro uma vez quando fomos lá para os Estados Unidos conversar sobre o atendimento de vítima de violência, que é mormente pelo Governo e Terceiro Setor. Eles disseram no Ministério da Justiça: “Nós vamos mostrar para você o que não deu certo, onde nós erramos.” Por quê? Porque a pessoa tinha vindo ao Brasil, tinha acabado de voltar do Brasil, e ela percebeu que era muito mais rico perceber, divulgar onde estavam os erros do que onde estavam os acertos. Porque os acertos

eram o quê? Decorrentes de muito dinheiro. Decorrentes de uma estrutura administrativa muito bem montada, e por aí vai.

Então, talvez essas experiências, essas pessoas possam nos relatar não os grandes sucessos que elas tiveram, mas as grandes dificuldades pelas quais passaram para tentar alcançar o sucesso, o que tiveram de superar. Isso é uma análise crítica? Você não pode colocar exatamente só o que deu certo, mostrar o lado cor-de-rosa da coisa, pelo contrário. É aquela velha história, ninguém vê os tombos que eu tomo. Então, eu acho que tem de ver os percalços pelos quais essas entidades passaram, grandes e pequenas, para dar certo.

Aí, num segundo momento, que é o momento da tarde, se faria uma análise crítica mesmo, aprofundada e dizer: Olha, tropeçaram ali por quê? Porque a lei obriga que seja feito dessa maneira. Tropeçaram ali por quê? Porque o Governo não pode estabelecer convênios sem esse, esse, esse e aquele critério. Porque não deu apoio em tal, tal, tal momento. É isso é uma análise crítica que nos permitiria refletir acerca do que está acontecendo e assim fazer proposições, que seria o terceiro Seminário.

SR. – Eu queria colocar uma questão. Estou perdido e não gosto quando estou perdido. Não estou vendo claramente onde queremos chegar. Talvez os companheiros estejam vendo, mas eu não estou. Então, agora eu estou, mas se mexe aqui, sabe-se uma coisa ali, levanta-se acolá uma informação, chama-se um especialista. Mas o que no final eu quero ter? Um documento escrito, com relatos de experiências vividas? Uma proposta de trabalho? Para quem? Para o Governo? Para as próprias entidades? Para uma legislação na Assembléia?

SR. – Professor, Sêneca disse que não existem bons ventos para um marinheiro que não sabe em que porto quer chegar.

SR. – Não sei. Eu acho também que existe outro ditado mais interessante, que diz que os bons comandantes, os bons navegantes devem sua excelente fama às grandes tempestades.

SR. – Aonde eu vou chegar? O que eu quero obter depois desse trabalho todo? Porque para mim não é muito claro isso. Quer dizer, até agora levantamos informações etc. E o que vai acontecer? Vai ter um documento propondo o quê no Estado de São Paulo? O que vão ser sugestões para os Deputados? Vamos sugerir aos Deputados que façam uma legislação específica para o Terceiro Setor? Ou nós vamos criar alguma coisa relacionada com o Terceiro Setor? Os que estão aqui vão formar um Conselho?

Por exemplo, no seu caso, daquele grupo de federação de saúde, é algo bem objetivo. Vamos fazer em cada município um grupo de trabalho e vamos discutir saúde no município e vamos chegar a isso e isso.

Então, por favor, ajudem-me um pouco, porque estou perdido. No quê estamos querendo chegar?

SR. – Estamos aí ouvindo autoridades, para depois sairmos com propostas, por exemplo, de alteração. Há várias. Quer dizer, nesta Casa Legislativa, como já foi discutida a questão do Marco Legal aqui. Há propostas que são razoavelmente simples. É que não eram vistas antes. Lembrando sempre o seguinte, esta Casa, este Fórum, foi proposto por duas razões fundamentais, lembrando a Carta de Princípios. Primeiro é fazer com que a Casa e a sociedade interajam no interesse comum do Estado de São Paulo.

SR. – Então, aí é um processo de amadurecimento. Quer dizer, como vamos trabalhar? Estamos de boa vontade? Estamos de boa vontade. De um lado e de outro. Aonde queremos chegar? Queremos chegar a uma qualidade melhor que nós não sabemos direito o que é.

SR. – Cada grupo foi amadurecendo de determinada maneira. Cada um tem sua dinâmica, suas características próprias. E, agora, vamos dizer assim, estamos em um momento de convergência. O grupo decidiu fazer mais um seminário específico sobre Terceiro Setor. Eu tinha sugerido na reunião de avaliação que nós já fizéssemos alguma coisa convergindo para os Grupos de Cidadania. Quer dizer, onde podemos interagir com Reforma do Estado, Cidadão do Século 21, Cidadania e Terceiro Setor, que são os quatro grupos mais afinados, de forma a conversar e tentar propor alguma coisa mais macro. Certo? Porque, especificamente, algumas coisas já podem ser pinçadas. Como a questão da Lei de Utilidade Pública Estadual. Como a questão de legislação de ICMS ou a legislação tributária, algumas facilidades para essas entidades. A questão da caracterização da normatização das leis de Terceiro Setor. Isso é o objeto da Casa como produto. Outro produto político que pode acontecer é se sugerir formar uma Comissão permanente de estabelecimento de parcerias, uma Comissão Permanente do Terceiro Setor, como tem a Comissão Permanente de Serviço Social, de Assistência Social, de Segurança e coisa e tal. Isso pode ser o núcleo de pensamento político aqui.

SR. – Deixe-me colocar a questão. Veja, há um momento na história deste país em que o Estado brasileiro promove o desenvolvimento. Então, há uma consciência clara de que o desenvolvimento vai acontecer, porque o Estado brasileiro vai promover o desenvolvimento. Isso começa com Getúlio Vargas. Vamos criar uma Siderurgia. Vamos criar meios de transporte. E vamos fazer uma política desenvolvimentista. Então vamos construir uma cidade no *hinterland*, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, aquilo outro. Tem metas claras, objetivos claros. Está muito claro esse momento histórico para nós. Chega outra hora em que se diz o seguinte: O Estado quebrou, não consegue mais fazer as coisas.

Bem! Eu acho que isso é uma – não vou discutir isso agora, mas podemos discutir isso fora daqui, tomando chope – é uma grande mentira. Você pega o orçamento federal, por exemplo, e vê o quê? Que a Previdência não está quebrada.

Não está quebrada. Os gatos com a Previdência são 120 bilhões e a arrecadação é de 130 bilhões. Então, o que está acontecendo? Transferência de renda para o estrangeiro.

SR. – O Banco Mundial nos obriga, o FMI, a fazer uma política de restrição. Agora, então, o povo ouve uma série de informações que não são verdadeiras. Uma delas é: “A iniciativa privada é mais eficiente do que a pública.” Não é verdade. Ou pelo menos pode não ser verdade. Que todo funcionário público é corrupto e todo funcionário da iniciativa privada é honesto, sério e não aprova porcaria nenhuma. E nós sabemos que as empreiteiras são as mesmas e os governos são diferentes. Se nós pegarmos os últimos 50 anos de Brasil, vamos ver que mudaram os partidos e que as empreiteiras continuaram as mesmas. Então, agora ficam surpresos na prefeitura porque a empresa A ou B... Mas, na verdade, são as mesmas empresas, que estão fazendo as mesmas obras, as outras obras e coisa que o valha.

Então, essa presença do Terceiro Setor é uma novidade. Uma novidade forte. Mas não é uma simples reunião de pessoas de boa vontade. É uma coisa nova que vai se organizar na sociedade. Eu não vejo como isso vai acontecer. Estou achando que estamos, assim, olha, vamos ver, a Fundação Tal, a Fundação Y, a experiência de alguém. Mas, por exemplo, a política de saúde vai ser implementada como? Eu vou levar a UNIMED, a AMIL para dentro do Hospital das Clínicas? Essa é a solução do problema da saúde? Resolve a saúde? A Cooperativa do PAS resolveu? É a iniciativa privada? Ou não é? As cooperativas que administram o PAS eram entidades privadas. E as gerenciadoras que administravam as cooperativas eram mais privadas ainda. DUCTOR, PLANOVA, HIDROBRASILEIRA, MULTISERVICE. Eram empresas privadas que administravam o sistema PAS. Eu não vejo ninguém dizer isso, que o sistema PAS é um sistema administrado por gerenciadoras que são empresas privadas. Algumas delas de grande porte e ligadas a políticos conhecidos. Isso não é colocado com transparência.

Agora, uma Fundação Ayrton Senna tem uma dimensão política? Não sei. Esta é a questão que precisávamos em algum momento refletir um pouco sobre o que nós pensamos que é o papel, no desenvolvimento brasileiro, em nosso Estado por exemplo, desse Terceiro Setor. Que é aquele grupo que o Sílvio falou, que eu fiquei muito impressionado. Quer dizer, então a política de saúde. Na esfera da comunidade, muito bem. Tem Santa Casa aqui, que mais tem lá? Um Posto de Saúde da Prefeitura. Tem não sei o que, não sei o que, não sei o que. E aí vamos tentar fazer isso.

Entendem o que estou falando? É um negócio mais de quem não está de muito bom humor hoje.

SR. – Perante a questão, acho até saudável a perplexidade, porque é dela que vão nascer perguntas críticas, que vão nos levar, enfim, a avançar. E ao mesmo tempo, como contraponto, acho que tudo na vida tem de ter um contraponto, para se conseguir o equilíbrio, não é?

SR. – O contraditório.

SR. – É. Não sei se é o contraditório ou o contraponto. Pode ser até que se unifique a visão. Acho que nós devemos, sim, tomar passos concretos, mesmo com o risco de errar. Mesmo com o risco de depois perceber que esse não foi o melhor passo, que o melhor passo seria não a Leste, mas a Oeste. Mas acho que nós temos de avançar. Por uma questão básica. Se nós não tomarmos decisão, não fizermos alguma coisa, nós não vamos nem saber se era esse o caminho correto, porque deixamos de fazer.

Então, eu acho que essa seqüência para definir, para ocorrer seminário, para definir seminário, e o próprio processo de discussão que ocorre, e a própria discussão que ocorre durante esse processo é que nos vão fazer chegar a algum lugar. Eu, por exemplo, não tenho essa resposta, para essa pergunta que você

levanta. Qual é o resultado final deste grupo? Eu contraporía com outro ditado, porque foi mencionado aqui um ditado que não existe porto seguro.

SR. – Não existem bons ventos para o marinheiro que não sabe para onde vai. E eu colocaria outro do Gandhi, que dizia: É caminhando que se faz o caminho. Então, eu acho que nós vamos sempre oscilar entre essas duas posições, mas avançar. E eu acho que em algum momento nós vamos ter de responder a essas questões aí, porque para mim não está claro também. Mas falta informação. Portanto, seminários que tragam informações e oportunidades para discussões e reflexões, eu acho que essas são as vias que vão nos levar aí, então, a alguma posição mais nítida, a alguma percepção mais nítida do resultado final do trabalho deste grupo.

SR. – Deixem-me fazer uma colocação. Eu vim aqui na primeira reunião, e já nas primeiras reuniões, comecei a sugerir que cada um de nós que estivesse dentro de um trabalho, eu estou no da Saúde, o Jairo está no de Educação, que fôssemos trazendo representantes de diversas áreas, e que já formássemos aqui um bloco, para ir se unindo uns aos outros. Porque a separação entre Saúde e Educação, às vezes, está nas cores do arco-íris, não é? Elas vão-se juntando uma às outras. Mas depois tivemos uma sugestão, que, parece, prevaleceu: “Não, vamos primeiro conceituar, conceituar, conceituar, e vamos deixar isso.” Então, eu entendi, no momento oportuno, acabo pressionando também para que haja essa unificação de setores do Terceiro Setor, por áreas, não é bem por entidades, mas por áreas e depois colocando as entidades.

Então é isso que eu acho que deverá acontecer: primeiro, conceituarmos, porque aqui tinha pessoas que se perguntavam: “Bom! O que é o Terceiro Setor? Inclui cooperativa ou não inclui cooperativa? Inclui sindicato ou não inclui sindicato?” E começou aí a ficarem essas questões, sim ou não. Então, estávamos esperando os papas do Terceiro Setor que fizessem um pouquinho melhor a nossa cabeça.

Quer dizer, eu sei o caminho que quero pegar para o Terceiro Setor. Não tenho dúvida nenhuma.

Agora, dentro desse trabalho que está sendo realizado, quero ver se eu uno as forças que nós temos lá da área da Saúde, as forças da Educação e outras mais e assim caminhar. Com o reforço daqui também. Então, eu não estou muito perdido, não, mas ainda não sei aonde o grupo quer chegar. Mas sei aonde eu quero chegar.

SR. – O Seminário será dia 10, segunda-feira, às 9:15 h.

SR. – Essa questão da segunda-feira... Não tem outro dia com disponibilidade?

SR. – Há CPI.

SR. – Não. Mas se mudar também, Jairo, há outro grupo, às vezes temos compromisso.

SR. – É o dia em que tenho reunião com um grupo de oitenta pessoas lá, que é um grupo de coordenação.

SR. – Está reservado das 9:00 da manhã até às 18:00 h.

Vai ser aqui nesta sala.

SR. – Das 9:00 às 9:30 h, pelo que se conversou, quem fala é o Sérgio Haddad.

SR. – Então, estabelecendo cada 10 minutos, 15 para, entre um e outro, ter-se algum tipo de debate, crítica ou conversa; das 9:45 às 10:15 h, teríamos meia

hora, para que se ouvisse a experiência de uma entidade. Das 10:30 às 11:00 h, você tem mais 15 minutos de intervalo para a segunda experiência. Das 11:15 às 11:45 h, a terceira. Das 12:00 às 12:30 h, a quarta. Com mais 15 minutos, iríamos até às 12:45 h, se seguirmos o cronograma aqui, o horário. Depois tem o almoço.

SR. – Dentro daquela colocação que fiz, acho que poderíamos manter as experiências, mas talvez diminuir aí o número de experiências, só duas.

Para poder aproveitar a análise crítica em cima da própria experiência, que é uma grande e uma pequena.

SR. – Eram cinco, põe três. Já temos quatro.

SR. – A partir das 9:00 h, já vamos começar mais tarde, como bons brasileiros que somos, não é?

SR. – Não. Se forem chamados, não há jeito.

SR. – Se forem duas grandes instituições, como a Ayrton Senna ou outra, para caracterizar razoavelmente, vai precisar de certo tempo. Então, acho que se restringir um pouco o número de experiências, se você aprofundar mais, entende melhor e tem chance, depois, de fazer a análise crítica e chegar a alguma conclusão.

SR. – Então, vou sugerir três. Uma grande. Uma grande de vinculação empresarial, que pode ser, por exemplo, a Fundação Ayrton Senna. Uma grande de fomento, que pode ser a GIF. E uma pequena.

SR. – Uma sugestão meio louca. De manhã fazemos só a palestra. E à tarde só fazemos experiências para fazer as coisas com calma etc. De manhã faz a palestra, faz o debate, toma um cafezinho. Aí você fica à vontade. E à tarde só ficamos com as experiências. Aí debatemos experiência por experiência. O expositor vai ter chance de passar filme, conversar, e nós vemos. Porque é muito material.

SR. – À tarde, mantemos o debate.

SR. – Seria o Sérgio Ortega primeiro, porque o Secretário geralmente tem de ir embora. Ainda mais com o acúmulo da FEBEM.

Ma, se ele for avisado com antecedência, ele acerta lá a agenda dele.

SR. – Outro dia, ouvi o Ortega falando na rádio e gostei muito da colocação. Quer dizer, às claras, objetiva. Ele é Administrador. Tem disciplina intelectual, coloca bem as idéias. Acho que duas palestras de manhã já dão para preencher bastante, porque o que fica para o fim sempre sofre muito.

SR. – Eu pensei nisso logo de início. Se você vai chamar, é óbvio que os dois merecem o mesmo respeito, mas se marcarmos às 9:00 h e os Conselheiros chegarem às 9:30, como aconteceu no primeiro Seminário!

SR. – Ele chega às 8:30, e marca às 8:30 para os nossos Conselheiros.

SR. – Eu acho que antes é melhor, porque antes da palestra é bom, para conversarmos um pouco com ele. Aproveitar o camarada para tomar um café e conversar informalmente.

SR. – Então, às 9:00 h, o Edson Ortega. Meia hora? E às 9:30 h, o Secretário?

SR. – Acho que a Secretaria de Assistência Social tem muita coisa para colocar para o seu Secretário. Tem muito material de pesquisa e informação, porque é ela que financia as entidades. Não sei como é que se chama hoje, Banco Social? Você que trabalha nisso, não é Sílvio?

SR. SÍLVIO – É. junto com o Edson. Antigamente era o SESI, agora se chama Banco Social.

SR. – Agora empresta dinheiro.

SR. – O que mudou de nome foi a conta. Na vida inteira sempre que o mundo é mundo dava. Virou para o nome Banco, pronto. O Sílvio já se infiltrou lá, banqueiro.

SR. SÍLVIO – É. Estou aplicando nossas experiências.

SR. – Você deposita no Banco agora. Depois quer saber quanto que tem lá. Ele cobra. Aquilo é meu.

SR. – A lista de nomes o pessoal não tem. O Joaquim não tem. Tem mais nomes. Tem ele, tem o Joaquim. Tem o Jairo, o Marco também não está nessa lista.

SR. – Bom! Para fecharmos: O Dr. Edson Ortega, às 9:00 h; às 9:30 h, Sérgio Haddad, a parte da manhã todinha. Depois fica para as atividades: as discussões

dos Conselheiros, à tarde: às 14:00 h, primeira experiência; às 14:30 h, a segunda; às 15:00 h, a terceira; às 15:30 h, a quarta; e até às 17:00 h, discussão.

SR. – Aí pode ser até mais, não é? Se o pessoal quiser ficar aí discutindo, pode ficar até tarde. Tem um tempo livre aí de 15 minutos. A cada uma hora, você tem 10 min.

SR. – Não. Não é nem o pessoal ficar até tarde. Nós vamos, então, como ele sugeriu, supor que fosse o Instituto Ayrton Senna, o GI, a Favela Monte Azul, a Simone Coelho, a Fundação Ubaldino do Amaral.

SR. – Então, vai ficar para a tarde?

SR. – O Ubaldino. E aí tentaríamos uma quinta, que seria a Favela Monte Azul. Aí fecharíamos a tarde. Então seria interessante você tentar colocar em horários, porque daí, ao fazer o convite, já tem o horário definido para as pessoas.

SR. – Mas uma sugestão chata, fazer esse foro para fazer um painel em que cada expositor expõe, e se possível os outros permaneçam para um diálogo. Uma mesa-redonda, um *workshop*.

SR. – Não sei se vocês topam ficar aí a tarde toda. Então, por exemplo, tentar estabelecer um diálogo entre uma instituição e outra. Isso quer dizer muito. A Ayrton Senna faz isso. A Monte Azul fez aquilo. Alguém pode fazer uma pergunta: “Como é que essa instituição vê isso e como é que a sua vê?”

SR. – Podemos convidar para o seminário, com participação como palestrante. Convida para o Seminário o dia inteiro e para ele ser palestrante. Faz o convite já.

SR. – Não. Não. Não é isso, não. O que ele está dizendo é o seguinte: as quatro pessoas ficam das 2:00 até às 5:00 h. Fazemos uma palestra atrás da outra. Sem parar para perguntas. E no final, travamos um debate entre eles e nós.

SR. – Mas eles falam 20 minutos cada um. é assim. Agora, que há de comum em tudo isso, o que há de divergente? Nós não participamos, não entramos nisso.

SR. – Podemos chamar, por exemplo, o Sílvio como Coordenador dessa Mesa.

SR. – Seria bom até que fosse um homem experiente. Seria bom alguém aqui até para coordenar. Isso aí não, seria bom até alguém aqui do grupo de assessores. O Barbeta.

SR. – Depois eles vão cobrar honorários, essas coisas. É melhor deixar aqui dentro. O Barbeta é membro aqui da Comissão.

SR. – Sílvio, você fica sendo o Coordenador.

SR. SÍLVIO – Sim.

SR. – Foi Seletor Técnico da FEBEM.

SR. – Exato. Aqueles que concordam permaneçam como estão. E aqueles que aprovaram o nome do Dr. Sílvio, idem. Aprovado. Pessoal, 14:00 h. O Coordenador não faz perguntas.

SR. – Dr. Joaquim, às 14:00 h, a primeira. Então quem convida, quem faz o contato com a Fundação, com uma grande...

SR. – Essa do Ubaldino do Amaral, eu faço. Agora quem vai falar com o GIF é a Neusa Goes.

SR. – Pode ser a Neusa, a Eliane. Vamos ver quem vem.

SR. – A Favela Monte Azul, o Marco. Temos a grande, Ayrton Senna, ABRINQ, quem vai falar é a Eliane. Olha, o Décio tem uma vantagem que ele é Conselheiro do Fórum Negro, é uma liderança geral. E a Eliane também.

SR. – A Simone da TV Cultura é uma das convidadas. Você fala com ela?

SR. – Sim.

SR. – Então, temos cinco painéis . A RITS também está incluída? Porque se você vai começar às 14:00 h, e esperar o outro aqui às 16:00? É essa a expectativa de conversar e pedir que permaneçam, não é?

Nós temos cinco casos aqui: Ayrton Senna, GIF, Simone... entidades, são quatro.

Eu manteria aquela minha colocação inicial. Reduzir, se for o caso, o número de casos, para colocar a questão aí da RITS, que é Rede de Informação. Ainda que

fossem aí 10, 15 minutos. Porque todos nós aqui formamos um instrumento de trabalho.

SR. – Rede de Informação. Inclusive pela Internet. Inclusive cada um de nós pode utilizá-la.

SR. – Veja bem. Acho importantíssima a colocação, mas está fora do tipo de trabalho. Ou colocamos isso de manhã, porque está fora. Veja bem. O que se está fazendo é o seguinte: estamos chamando quatro ou cinco experiências. Então, a homogeneidade do debate qual é? Experiência. Então, eles vão ficar aqui, numa mesa, discutindo e apresentando suas experiências. Aí vamos discutir com eles essas experiências. É esse o tema da tarde: experiências. Agora, um assunto específico, por isso que penso de manhã. Um assunto específico tem de ser tratado em outro momento. Pode ser de manhã, até.

SR. – A RITS é uma experiência.

SR. – Não. Mas aí a parte estratégica talvez seria para o terceiro seminário.

SR. – Até justificativa de estratégia para o Terceiro Setor. Não sei se a RITS caberia agora.

SR. – Talvez pudesse reduzir de cinco para quatro. Mas a idéia seria esta. Reúne-se o pessoal aqui. O Sílvio coordena, não pode fazer perguntas. Então, o negócio é o seguinte: Que tem entre vocês de comum e o que tem de divergente? Como é que vocês resolveram tais questões? Por exemplo, financiamento. Como é que vocês fizeram a questão do financiamento? Bom! Nós não temos problema de financiamento. O Ayrton Senna tinha anotado um cheque que ele deixou em branco. A irmã dele assina tudo. Dinheiro não falta. Os carrinhos corriam e nós ganhávamos

dinheiro. Outro falava: Nós temos bingo. Sei lá. Tem um carro alemão que corre em competições.

SR. – Como faz o PT, vende chocolate na feira, e recolhe dinheiro. Faz campanha para Presidente vendendo chocolate. Tem gente com mais habilidade para financiamento.

SR. – Vocês vão me desculpar, mas eu acho que é dessa discussão... do contraponto, não é? Vamos conseguir criar aí um equilíbrio, uma riqueza no debate. Quando tento escanear o que seria algo interessante para o grupo, para mim, eu vejo como muito interessante, até como urgente, talvez, adquirir esse conhecimento? Que conhecimento? Então, eu faço a seguinte pergunta: Como é que eu posso, por conta própria, como membro aqui do grupo, mas por conta própria, ampliar os meus conhecimentos sobre o Terceiro Setor? Até para voltar para o grupo e ter uma carga de conhecimento mais ampliada, para poder contribuir mais. É saber como procurar esse conhecimento. Certos mecanismos de procura desse conhecimento. E acho que mais importante até do que apresentar as experiências, que são experiências que são um corte na realidade que nós olhamos, é um retrato, mas que não nos dá muitos caminhos para, por conta, própria procurar. E mais importante que isso é você saber qual é a rede de informações que existe hoje, no Brasil, sobre Terceiro Setor.

SR. – Então, cabe de manhã.

SR. – Só estou colocando a relevância de termos esse instrumento na mão, porque daí cada um vai para casa e procura no computador, manda um fax, pega telefone. Entendeu? Fica conectado com uma rede de informações de busca de conhecimento que já existe e que pode nos ajudar muito.

SR. – Eu acharia interessante que fosse das 9:00 às 9:30 h.

SR. – Mas acho que é a lógica de um raciocínio que vamos construir.

SR. – Acho que seria a última da manhã.

SR. – Eu acho que a primeira. Sabem por quê? O primeiro é o Sérgio – conceituação. Depois, o papel do Governo.

SR. – O Secretário sempre abre, pelo menos é assim que nós fazemos lá na Federação das Santas Casas, é ele que abre.

SR. – Além de abrir, ele escolhe também o horário, porque, às vezes, é uma questão de agenda. Então, seria o convidado na ordem. Entendeu? Os convites feitos na ordem: Primeiro, segundo e terceiro. A prioridade.

SR. – E esses convites, eu acho que eles se estendem, na verdade, além do próprio Seminário. Quer dizer, cada entidade dessa pode-se tornar uma parceira.

SR. – Além de divulgar, dentro de sua área de atuação, este próprio Fórum aqui. Então, o exemplo da RITS. Se tivermos uma boa empatia, um bom entendimento, daqui a pouco estamos dentro da Rede também. E a capacidade de divulgação da Rede é muito maior do que a nossa, hoje, da RITS. Ficam os três, e nós vamos ver a ordem.

SR. – E à tarde, vamos tentar, então, Ayrton Senna, GIF, Simone, Ubaldino e Favela Monte Azul.

SR. – Com um painel para debate em seguida.

SR. – Tem aí a grande, a pequena e a média. Então, a Monte Azul seria uma pequena, porque hoje já está quase média. O Instituto Ayrton Senna seria do lado do empresariado, principalmente. E a Fundação Ubaldino.

SR. – Agora, precisamos ter um retorno desses convites aqui até quarta-feira, no máximo, o mais rápido possível. É só passar os horários em que você vai encaixar, para podermos fazer os convites.

SR. – E outra coisa, sempre lembrando o seguinte. O sucesso do Seminário depende da nossa presença. Então, eu gostaria que esse segundo Seminário, que não é aberto, que não tem todos aqueles medos, todas aquelas restrições que tivemos no primeiro, de explodir, de virem ondas de pessoas, ônibus fretados, manifestações de perueiros, e como Dr. Joaquim falou, já não tem lugar para estacionar, como nós viríamos, não é? Uma linha de helicópteros para cá se encarregando, a multidão ensandecida para entrar no Seminário. Mas eu acho que poderíamos arriscar, ousar e chamar mais gente.

SR. – A pessoa não sabe, porque lá no SENAC tem uma lotação, que para arrumar lá, eu não consegui. Ele me arrumou.

SR. – O Secretário, vocês mesmo convidam?

SR. – É o Deputado. Eu convido.

SR. – Cada um poderia se comprometer a trazer dois.

SR. – Dois, inclusive, que acham que podem contribuir porque têm alguma coisa a ver com o Terceiro Setor. O convite é aberto. Tragam dez.

SR. – Mas não cabe.

SR. – Ah, sim. Iríamos registrando. Lotou, lotou.

SR. – Lotou, lotou. Quer dizer, então que cada um traga pelo menos duas pessoas. Nós ficamos com 10, 20 lugares e: “Olha, na verdade eu tenho três.” Põe mais um? Aí acho que é uma questão realmente de responsabilidade do grupo. Eu acho que temos de lotar esse evento. Temos de fazer um evento que seja maior. Temos de trazer pessoas de outras áreas.

SR. – Aqui cabem 40, 43 pessoas.

SR. – Marco traz o nome para você, que chama, ou convidamos diretamente.

SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI – Convidamos diretamente. Confirmar a presença e só passa os nomes.

SR. – É. Mas se eu convidar 10 e, por um milagre, como fiz o exemplo, todo mundo convidar dez, não é um risco?

SR. – Ele muda de auditório, é possível?

SR. – Em princípio, não é possível. Precisa consultar a Mesa.

SR. – Ou muda para o plenário. O outro saiu daqui e foi para o plenário.

SR. – É que no plenário, na outra vez pensamos em dois, e tinha a metade das pessoas. Isso foi uma coisa complicada. Eu não sei se as pessoas vêm, é

aquela velha história, não sabemos se a pessoa tem disponibilidade o dia inteiro. É preciso deixar uma coisa bem clara, quem disser que vem, tem que vir.

SR. – É. É importante que a Coordenação passe então um comunicado, fax ou como preferir para cada um, para cada membro, cada Conselheiro.

SR. – Solicitando que cada um traga dois convidados.

SR. – Sílvio, por gentileza. Então, a primeira convidada vai ser a Favela Monte Azul, às 14:00 h. A segunda, às 14:30 h; estamos pensando na Ubaldino. A terceira pode ser o Instituto Ayrton Senna, não sei se é a própria Viviane a representante, não pode chegar no início, mas vai estar aqui e vai ter de ficar até o final. Ayrton Senna. A quarta, Simone. E o quinto, o GIF. O horário da Simone é 15:30.

SR. – Vamos convidar todos para as 14:00 h. Mas com expectativa, sabendo que cada um vai falar no seu horário: 14:00 h, o primeiro; 14:30, o segundo; 15:00 h, o terceiro; 12:30 h, o quarto, e 16:00 h, o quinto.

SR. – E o debate. E a RITS está aí nessa seqüência?

SR. – A RITS vai de manhã. Nós vamos estabelecer se será o Edson Ortega o primeiro, por conta de ele definir a agenda, o Sérgio Haddad e a RITS. É preciso vir às 9:00 h um, 9:30 h o outro, e 10:00 h o outro. A RITS vai chegar às 9:00. Porque se for o Edson Ortega que possa vir às 9:00, ele vai ser às 9:30 h ou às 10:00 h. E vai ficar até às 12:00 h, quando encerrarem os debates. Agora, vamos dar os nomes e tudo ao Marco Aurélio. Amanhã, passaremos um fax para cada um.

14.04.2000

- Marco Aurélio Martorelli – Relatoria do Fórum São Paulo Século 21, assessor da Presidência
- Sérgio Haddad - Presidente da ABONG. Professor de pós-graduação em educação da Pontifícia Universidade Católica
- Ana Maria Azevedo – Assistente social e assessora da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Governo do Estado de São Paulo
- Simone Coelho – Membro da diretoria do IDECA, doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo
- Silvio Pelicano – Superintendente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo
- Fernando Leite – Entidade “Homem do Amanhã”
- Neusa Maria Goys – Centro de Educação Comunitário do Senac
- Cícera – Movimento Popular da zona sul
- Arnaldo Azevedo Marques – Consultor independente
- Mário Sérgio Martins Camargo – Rotary International
- Leda Maria Acherman – Enfermeira sanitária. Presidente da Associação Comunitária Monte Azul
- Jorge Roncati – Representante do e da Fundação Educada e Pascoal
- Fernando Leite – Engenheiro civil. Presidente da Associação de Educação do Homem de Amanhã de Araras

debates - a sociedade se manifesta – Terceiro Setor

- Geraldo Bonadio – Jornalista e assessor técnico da Fundação Ubaldino do Amaral
- Maria Amélia Fernandes – Funcionária da Secretaria de Estado da Educação. Coordenadora do projeto “Parceiros do Futuro”
- João – Representante do GIFE
- Suely – SENAC, do Centro de Educação Comunitária para o Trabalho
- Eliane Pinheiro Belfort Mattos – Representante da FIESP

SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI – Bom-dia a todos. Em nome da Presidência do Fórum São Paulo Século 21 e da relatoria, da Presidência do Deputado Estadual Vanderlei Macris, da Presidência do Deputado Arnaldo Jardim dou boas-vindas a todos neste segundo seminário sobre o Terceiro Setor, que tem como temário “Consenso, Organização e Construção de Parcerias — Experiências e Propostas do Terceiro Setor”. Agradeço o esforço dos conselheiros; este é o segundo seminário realizado neste Grupo Temático. Para quem não conhece, o Fórum São Paulo Século 21 começou em agosto de 1999 e tem como proposta trazer reflexões da Sociedade Civil para, dessa maneira, contribuir com a evolução legislativa e com eventuais programas que possam ser elaborados em parceria com a Assembléia Legislativa, com a sociedade e propiciar diretrizes para os Governos Estadual e Municipais. Este Fórum tem duração prevista até dezembro do ano 2000; em junho será entregue o relatório parcial do Fórum feito pelos 16 Grupos Temáticos que o organizam e que será consolidado no relatório final, lembrando sempre que este Fórum São Paulo Século 21 não tem por objetivo fazer planos de governo, mas sim dar diretrizes para que o governo possa estabelecer as suas políticas públicas, a Assembléia possa estabelecer a sua parte orçamentária e a Sociedade Civil possa estabelecer parcerias e mecanismos de cobrança em cima desses programas que estão sendo organizados. A programação de hoje prevê o início da fala com conceituação histórica, com o Dr. Sérgio Haddad, Presidente da Abong. Esse primeiro painel consolida Conceitos, Organização e Construção de Parcerias. Convido para fazer parte da Mesa o Dr. Sérgio Haddad, que é professor de pós-graduação em educação da Pontifícia Universidade Católica, é Presidente da organização não-governamental Ação Educativa e como tal preside a Associação Brasileira de ONG's sobre a qual também vai falar. Obrigado pela presença.

SR. SÉRGIO HADDAD – Bom-dia a todos os presentes. Queria agradecer o convite; sou um dos membros do Fórum São Paulo Século 21, sendo que esta é a

primeira oportunidade que tenho de poder tratar dessa questão do Terceiro Setor. Vou desenvolver a minha fala em seis pontos, sempre cuidando de um aspecto que acho muito importante, que é a questão de que o conceito de Terceiro Setor ainda é um conceito em construção, ainda pouco definido, é algo que vem se desenvolvendo historicamente e que muitas vezes toma rumos e destinos que a realidade nem sempre corresponde ao que o conceito trata. De qualquer forma acho que inicialmente seria interessante que pudéssemos localizar que tendências, que cenários podemos apontar para o surgimento do conceito Terceiro Setor, ou seja, o Terceiro Setor é uma construção histórica, nasce em certo momento na história muito recente e, no meu ponto de vista, ele é formado por dois movimentos distintos, ambos de valorização da sociedade como um espaço, como “locus” do exercício da ação social, da ação cultural, da ação de defesa de direitos, da ação filantrópica, enfim, a sociedade como um espaço importante de realização de interesses no campo social, cultural, ambiental. Podemos aí verificar dois tipos de movimento: o primeiro faz parte de um campo mais global, de um movimento mais geral que está definido muitas vezes no campo da economia; faz parte de um campo crescente de análise dos processos de globalização da economia, do avanço tecnológico e das novas tecnologias, particularmente no campo da comunicação, da informática e, basicamente, nessa área da globalização financeira, é nesse campo que aparece um mundo conseqüente dessa globalização, um mundo bastante dividido em relação aos aspectos sociais, um crescimento da pobreza em várias partes do mundo, inclusive no primeiro mundo, e apesar do aumento global da riqueza, ela não tem se transformado nesse conjunto maior do desenvolvimento da economia nesses últimos anos, não tem se realizado num aumento de bem-estar social para grande parte da população. O que se verifica é um incremento da pobreza geral concentrada em alguns setores da economia globalizada e, dentro dos setores, dentro de cada país, há um aumento dos processos de exclusão social. Hoje o crescimento da pobreza nos países de primeiro mundo é um fenômeno bastante recente, que é possível se verificar de maneira bastante realista. Em

alguns países do terceiro mundo fala-se inclusive da impossibilidade deles recuperarem a sua condição de participantes dessa economia mundial, muitas vezes, inclusive, sendo condenados a uma eterna condição de marginalização desse processo. É nesse contexto mais global que as críticas ao bem-estar social aparecem, o Estado começa a ser questionado em relação à sua ação social, muitas vezes esse questionamento vem do ponto de vista econômico, ou seja, do ponto de vista da incapacidade de equilibrar suas contas e, portanto, de ter condições do exercício da prática social ou das políticas sociais na sua relação direta com a capacidade de arrecadação, isso se agrava em função dessa concentração de pobreza, isso se agrava pelo aumento do número de pessoas que não têm trabalho e que, portanto, cria uma crise no âmbito da seguridade social, isso é uma bola de neve que acaba levando a um questionamento extremamente duro em relação às políticas sociais e ao bem-estar social. Nesse sentido, o Estado passa a ser bastante diminuto na ação social, passando a ser muito mais um regulador da economia, um Estado que está muito mais voltado ao exercício da estabilização econômica e da estabilização fiscal fundamentalmente, de maneira a se integrar a esta economia global, que é uma economia financeira. É nesse contexto, em que estamos vivenciando isso de uma maneira bastante forte, que percebemos que o Estado praticamente passa a ser um organizador da economia e menos um ator no campo da intervenção social e da regulação social diante dessa profunda divisão de classes que vemos cada vez mais entre pobres e ricos nas sociedades modernas. É muito interessante como a própria sociedade reage ante esse Estado, muito mais vocacionado por esse sentido econômico do que propriamente por esse sentido social do ponto de vista do equilíbrio das suas ações e do ponto de vista da governabilidade. Um bom governo é aquele que consegue governar do ponto de vista econômico e nem sempre é aquele que consegue governar do ponto de vista social. É nesse contexto mais geral que o chamado Terceiro Setor aparece justamente como uma solução para os problemas sociais, como um ator social importante na medida que o Estado vem diminuindo seu papel

e sua capacidade de regulação. Diante dessa lógica mais geral, a sociedade é convocada a agir socialmente, é convocada a assumir seu papel de responsabilidade, é convocada a atuar no sentido de minimizar os impactos que a economia traz e este profundo agravamento da exclusão social. É um chamamento do ponto de vista das intencionalidades do Estado por um lado e das intencionalidades da própria sociedade que, diante do agravamento da condição social, vê-se na responsabilidade de assumir com as suas próprias mãos esse desafio de superar as desigualdades. Outro movimento dentro desse cenário é o movimento crescente de democratização das sociedades em geral; esse movimento de democratização das sociedades já é de parte da sociedade e não do Estado, é um movimento que vem indicado desde a democratização dos Estados europeus, por exemplo, tanto os Estados ocidentais quanto os do leste europeu, da democratização das sociedades latino-americanas, por exemplo, onde há um profundo movimento de parte dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil, e a idéia básica é que uma sociedade é substantiva, uma sociedade é participativa na medida que ela tem capital social. Qual é a idéia básica? É a idéia que entre a família e as organizações de uma maneira geral, as organizações de base da sociedade e o Estado quanto mais organizações houver, quanto mais instituições de mediação houver, mais substantiva é essa sociedade, mais participativa é essa sociedade. Daí a idéia, portanto, de crescimento do Terceiro Setor, crescimento das organizações de qualquer tipo, desde organizações sociais do tipo time de futebol, clubes, até organizações políticas, partidos, sindicatos, movimentos organizados da sociedade etc. Pesquisas no mundo mostram que as sociedades que têm um maior número de organizações como essa possuem maior controle social, maior controle sobre o Estado, maior capacidade de puxar para si seus interesses e é isso que se chama de sociedade mais substantiva. É um movimento que busca controlar o Estado, ao revés do movimento anterior, em que o estado se desresponsabiliza sobre ações sociais, mas, pelo contrário, é um movimento que cobra do Estado e controla sua responsabilidade, mas ao mesmo

tempo é um movimento que quer participar, que chama para si a responsabilidade das suas ações e, portanto, demanda e chama para si a responsabilidade de controle. É dentro destes dois movimentos um de esvaziamento do Estado nas suas responsabilidades e outro de fortalecimento da sociedade civil, que aparece esta lógica de sociedade organizada de Terceiro Setor, de ações sociais sem fins lucrativos, ações que visam superar desigualdades.

O segundo ponto que gostaria de tratar é sobre o conceito de Terceiro Setor. A minha idéia é muito mais de dizer o seguinte, eu entendo que o conceito de Terceiro Setor é muito mais operativo do que um reflexo da realidade. A idéia de um terceiro lugar, um terceiro “locus”. Ele já parte de certo princípio de que a sociedade é o espaço que vem depois do Estado ou depois do mercado. Na verdade não sei qual é o primeiro, se é o Estado ou o mercado, mas de qualquer forma a sociedade é o terceiro sobre esse ponto de vista. Sua distinção é que, normalmente, há uma confusão de que o Terceiro Setor seja a sociedade civil; na verdade ele não é toda a sociedade civil, ele parte da sociedade civil, ele está contido na sociedade civil. Há uma tendência a classificar essas entidades como uma entidade privada de caráter público. São entidades, ou organizações que podem ser sociedades civis sem fins lucrativos, instituições, fundações, e que estão a serviço de uma finalidade pública, portanto não visam lucro e o seu caráter público não está só na gratuidade, está nos temas que ela trata, nos temas que ela intervém na sociedade; diferente de entidades estatais, que são, portanto, do Estado e que têm caráter público, elas fazem parte de uma organização social, conjunto de pessoas interessadas no exercício de uma função pública que se dedicam, portanto, a colocar seu trabalho, muitas vezes voluntário, a serviço desta função pública.

A terceira questão que gostaria de levantar é se seria possível separar estes três setores: Estado, mercado e Terceiro Setor. Do meu ponto de vista não, e talvez aí seja uma das questões que muitas vezes tratamos de maneira muito rígida; o mercado está contido no Terceiro Setor. Há um sentido econômico muito forte no Terceiro Setor. Não é à-toa, por exemplo, que são justamente as faculdades de

administração e economia que têm os centros de estudo sobre o Terceiro Setor; é um mercado em crescimento, onde existe emprego, existem recursos, faz parte da economia de um país e, portanto, há um profundo interesse econômico no Terceiro Setor. Mais do que isso, existe um mercado de projetos, existe toda uma lógica de utilizar recursos públicos e privados para ação social, ela faz parte do âmbito do mercado, não há por que não considerar isso como um interesse econômico. Portanto, essa separação entre Terceiro Setor e mercado parece-me um pouco equivocada. Ao mesmo tempo, o Estado está profundamente contido nesse Terceiro Setor, primeiro, porque no mundo inteiro o Terceiro Setor é sustentado pelo Estado, basicamente é o Estado que financia o Terceiro Setor. O Brasil talvez seja um dos países que tiveram um crescimento enorme do Terceiro Setor nos últimos anos, mas que essas organizações não têm mais do que 10% dos recursos públicos nessa área. Nos Estados Unidos, na França, na Alemanha o Estado financia quase 50% dos gastos do Terceiro Setor. Se considerarmos os sete países mais industrializados do mundo essa proporção chega a quase 60%. Portanto o Terceiro Setor está diretamente envolvido com o Estado e com os recursos públicos; além do mais, não podemos deixar de lembrar que muitas vezes várias dessas organizações viveram de “lobby” junto ao Estado ou, muitas vezes, estavam diretamente confundidas com o Estado, entidades que de certa forma agem no campo do Terceiro Setor, mas estão muito mais voltadas a terem uma identidade pública nesse sentido estatal do que entidade pública no sentido da representação da sociedade civil. Podemos dizer que muitas das organizações não-governamentais também têm utilizado das suas ações no poder local e, portanto, trabalhado diretamente no âmbito do poder público. Ora, é muito difícil separar Estado, Terceiro Setor, como se pretende de maneira bastante simplista do meu ponto de vista. É difícil separar essas três instâncias, pois elas estão extremamente vinculadas e envolvidas, vamos dizer, no campo da sociedade de maneira geral.

Quarto aspecto, quem comporia o Terceiro Setor. Estive em Brasília semana passada e obtive uma informação de que hoje estariam cadastradas cerca de 150

mil entidades sem fins lucrativos, portanto, entidades imunes ou isentas de impostos. Parece-me um pouco exagerado, mas de qualquer forma são dados oficiais. Acho que deveríamos pensar como é que podemos compor esse Terceiro Setor. Eu diria que hoje o conceito no caso brasileiro vem sendo tratado como um conceito que lida apenas com entidades, não lida com movimentos e ações de sociedade. Se fizermos uma divisão simples da sociedade no Terceiro Setor, tirando aquilo que corresponde às instituições de Estado e aquilo que corresponde às instituições de mercado, as fábricas, o comércio de maneira geral, etc., teríamos então um conjunto de organizações da sociedade. Essas organizações da sociedade, se tirarmos as organizações de base, as associações de moradores, sindicatos, formas de representação política, as organizações de bairro etc., seriam então as entidades propriamente ditas, privadas, de caráter público. Em alguns países do mundo essas entidades de organizações sociais são incluídas no conceito de Terceiro Setor. No caso brasileiro, normalmente quando se trata do Terceiro Setor, está se falando basicamente em três conglomerados, que seriam os mais importantes: as organizações filantrópicas, que são as mais antigas, a filantropia no Brasil talvez se confunda com a própria história brasileira, são as organizações que lidam mais diretamente com assistência, com atendimento da população carente e que significa, hoje, no País, talvez o maior conjunto das entidades do Terceiro Setor, que se nós deixássemos de tê-las, teríamos provavelmente uma das maiores catástrofes sociais neste País. Segundo, poderíamos considerar outro conjunto, que seria o conjunto das organizações não-governamentais; essas chamadas ONG's, que nasceram basicamente na década de 70 de maneira mais clandestina, quase que de costas para o Estado, enfrentando a ditadura militar, lutando por direitos humanos, etc., ganham força na década de 80, já aí com uma natureza bastante distinta e praticamente ganham visibilidade pública na década de 90, quando então, por meio dos ciclos da ONU, particularmente da Conferência do Meio Ambiente que ocorreu aqui no Brasil, a "Rio 92", elas passam a ter visibilidade pública muito ampla, particularmente nesses

encontros e depois nas ações de sociedade. Muito recentemente vimos várias dessas organizações trabalhando, quer dizer, as organizações não-governamentais fazem parte dessas notícias, elas estão diretamente ligadas, é um conjunto amplo e bastante distinto de atuação. Mais recentemente, então, poderíamos identificar as entidades, as instituições e fundações empresariais que fazem parte de um novo universo de atores nessa área do Terceiro Setor; as empresas passam a abrir instituições, fundações ou organizações de ação social, de responsabilidade social e, por elas, interferem na realidade em programas de educação, saúde, meio ambiente, etc. É um movimento muito mais recente, da década de 90, que envolve basicamente o setor do mercado, o setor do capital nas ações sociais. Se considerarmos esses três conjuntos talvez demos conta de uma parcela importante dos atores do Terceiro Setor.

O quinto ponto que queria tratar é o que une e o que separa essas organizações. Afinal, seriam todas elas iguais, teriam características semelhantes, etc.? Acho que uma das questões que as une é que elas atuam dentro do mesmo campo, no campo social, no campo cultural e no campo ambiental, sendo que mais recentemente estão entrando também no campo econômico, uma série de organizações que trabalham com cooperativas populares, com economia popular, etc. O que uniria? Eu diria que talvez o que faz união entre esses setores seja o compromisso ético diante dos problemas que se encontram nesta realidade. Quais seriam eles? O primeiro seria a desigualdade; ante a pobreza, a desigualdade social, haveria um compromisso ético de atender essas condições de carência; se a pessoa passa fome, dar soluções ao problema, entregar comida, se ela não tem casa entregar casa, se ela não tem o que vestir fornecer roupas, ou seja, atuar sobre as carências de maneira a agir diante das desigualdades. Um segundo campo de atuação já é em relação às questões culturais, ou seja, perante aos diferentes, respeito às diferenças. Esta é uma ação também que se dá muito fortemente no campo do Terceiro Setor. Então respeito à adversidade cultural, aos movimentos éticos, aos movimentos indígenas, aos negros, respeito aos idosos, aos jovens, ou

seja, são categorias sociais que vão sendo constituídas de maneira que às diferenças se dê tratamento que corresponda a essas diferenças, que atue sobre as diferenças. Finalmente, um terceiro compromisso, que é um compromisso de proteção ambiental, de preservação ambiental, de respeito à vida, vida no seu sentido mais geral. Aí entra toda a relação dos direitos humanos, etc. Sobre esses três campos parece que há certa identidade ética, atuar para superar as desigualdades; respeito às diferenças; proteção ao meio ambiente e à vida, mais vida com qualidade para todos. Onde é que as diferenças começam a aparecer? Talvez as diferenças principais ocorram justamente no compromisso político, para além do compromisso ético, no compromisso político de ir às causas desses problemas, de lidar com o campo das políticas de maneira geral, de lidar no campo dos direitos, ou seja, é insuficiente apenas o compromisso ético, o compromisso do atendimento. É necessário ir além, é necessário ter o compromisso político de superar as causas, de poder atuar diretamente sobre aquilo que empata, aquilo que cria as condições de desigualdade, de desrespeito às diferenças e de rompimento de não preservação do meio ambiente. Aí então as questões começam a fazer distanciamento sobre como melhor atender as causas, como melhor intervir diante dessas causas. Sempre me vem à cabeça uma frase de Dom Élder Câmara, que dizia que quando ele agia perante a pobreza era considerado um santo, mas quando discutia as causas da pobreza era considerado um comunista. E aí então começa aparecer as desigualdades políticas ante uma situação de extrema desigualdade em que vivemos. Aí talvez as diferenças apareçam mais consideravelmente.

Um último ponto diz respeito a quais são as potencialidades do Terceiro Setor, o que elas efetivamente podem fazer. Quero dizer que tenho uma posição cada vez mais clara. Casa vez mais vejo que o Terceiro Setor tem uma função básica de chegar a certos locais onde o Estado não tem condições de chegar, tem uma função básica de produzir políticas, de produzir modelos de desenvolvimento, tem uma função básica de atuar sobre a sociedade no plano cultural, no plano da

defesa de direitos, no plano da organização da sociedade, no plano de fortalecer a sociedade civil nas suas mais diversas formas. Do meu ponto de vista, na hora em que esse Terceiro Setor se mete a fazer aquilo que o Estado deveria fazer, ele não tem futuro. Não existe experiência mundial em que a sociedade civil tenha resolvido por si só problemas de educação, de saúde, de ação social de maneira geral. Por quê? Porque ela não tem força, não tem possibilidade, não tem recursos, não tem universalidade que só o Estado tem de atuar e resolver. Ela pode, sim, ser complementar, ser parceira em certos momentos de uma política nacional pública, portanto, do meu ponto de vista, a função básica deste Terceiro Setor é justamente fortalecer o Estado, para que a partir daí se tenha controle sobre ele e se exija dele mais justiça, e que possa atuar mais diretamente no âmbito da sociedade e dos equilíbrios sociais. É sobre esse ponto de vista que vejo a atuação do Terceiro Setor como uma atuação forte nesse sentido, de ter um compromisso ético, mas ter um compromisso político, que é o compromisso de defesa de direitos e de fortalecimento da cidadania. Quando ele acaba atuando do ponto de vista de tentar desqualificar a ação do Estado ou, muitas vezes, tentar atuar sobre aquilo que o Estado deveria fazer, ele está fadado a atender de maneira parcial, de não ser universal, de ter diversidade do ponto de vista da política e de, portanto, atuar de maneira a não agir efetivamente sobre aquilo que seria universal, gratuito e aberto a todos com qualidade, que são as políticas públicas universais. Paro por aqui, vamos ter oportunidade de estar conversando com outras pessoas que talvez possam até trabalhar melhor esses temas. Deixo só esses pontos iniciais para que possamos ter um início de conversa sobre esse tema do Terceiro Setor, que tentei conceituar e ter um pouco da visão da sua história, que espero possamos ter um complemento agora. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. – Professor Sérgio, muito obrigado. Lembrando que este é o Grupo de Trabalho nº 8 do Fórum São Paulo Século 21 e é coordenado pelo Deputado Geraldo Vinholi e relatado pelo Deputado Newton Brandão. Seguindo a dinâmica do

debate, gostaria de convidar para compor a Mesa a Dra. Ana Maria Azevedo, que é assistente social e assessora da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Governo do Estado de São Paulo, foi membro da equipe de avaliação e controle do Mobral Municipal da Regional 7.71, coordenou ações ligadas à educação de adultos, curso profissionalizante, em São Miguel Paulista até 1979, e foi assessora da Câmara Municipal de São Paulo de 1990 a 1994; atualmente ela coordena ação regional desde 1995. Lembrando que ao final vamos ter um debate com os presentes.

SRA. ANA MARIA AZEVEDO – Bom dia a todos. Acho que é um momento muito importante como representante de uma Secretaria voltada para a assistência e desenvolvimento social, estar participando de um Fórum que fala de um futuro, de um futuro que não será muito diferente se não houver essa participação múltipla. Trouxe algumas transparências, mas antes de apresentá-las é importante lembrar que este é um público que já tem familiaridade com os conceitos, é um público que já está discutindo as ações de governo, a participação do Terceiro Setor, então vou apenas lembrar alguns pontos históricos que trazem para este momento a importância que o Prof. Sérgio falava há pouco, da importância do Terceiro Setor e a participação com o Estado. Estamos num momento de mudança em que duas importantes leis estão comemorando, uma os seus 10 anos, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, e a outra, que é de 93, a Lei Orgânica da Assistência Social, que modificam bastante, ou trazem pontos que até revolucionam uma prática existente que nos obriga, enquanto poder público, a nos rever, e traz a importância da sociedade civil nesta discussão, nesta presença, nesta modificação de uma realidade cada vez mais forte. É importante destacar, dentro da Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social, que essa é uma Secretaria que já passou por muitas modificações, hoje já está na sua quarta ou quinta reformulação, já foi objeto de união entre outras secretarias, do Trabalho por exemplo, depois se acoplou a outra que era especificamente do Menor, deixando Promoção de um lado e Menor

do outro; na evolução não tem mais o menor como menor que se evolui no conceito e também nessa evolução se faz uma secretaria para tratar de todas as questões sociais, mas ainda assim fica certa dificuldade com a questão da Febem — vejo companheiros aqui que trabalharam na Febem, como se ela fosse uma coisa à parte —, foi uma Secretaria que trouxe o reflexo do que é o social no nosso País, também tratado com muitos encontros e desencontros. Também nessa linha de reflexão sobre um passado que é importante para nos pontuar, é importante lembrar que as secretarias de Estado ao longo do tempo também foram perdendo os seus funcionários; sem muitos concursos públicos essa revitalização não acontece.

Esse quadro é importante para entendermos bem a importância hoje desse Terceiro Setor e essa participação da sociedade civil. Independentemente desses problemas, todos nós, assistentes sociais, representantes de uma força-tarefa de um Estado, tivemos com a Lei Orgânica da Assistência Social uma revitalização em muitos pontos, desde o conceito do direito universal ao direito social, desde a descentralização, que é um marco, e aí mais uma vez eu vejo a importância do Terceiro Setor, temos nessas modificações outro ponto importante, se repensam as políticas sociais num ponto de vista mais amplo, da preparação dos seus atores, na importância da qualificação dos seus projetos, e vai se perdendo aqueles parceiros históricos que tiveram importante participação no nosso País na questão da assistência social, mas vão evoluindo, vai deixando de ser uma ação caritativa para ser uma ação de resultado, uma ação que parte de indicadores que precisam ser modificados, e de uma responsabilidade civil, que o enfrentamento às desigualdades sociais passa a ser de todos nós. É nesse contexto que, este ano, com uma nova direção, nós também na Secretaria temos outra proposta de plano estadual, que vai até 2003. Para depois estarmos discutindo um pouquinho quais são as perspectivas e também acredito que como vamos ter um debate depois da exposição do Professor, acho que resta a mim dar apenas alguns exemplos dentro dessa perspectiva de futuro, de alguns exemplos que já estamos, enquanto Estado, vivendo e acreditando. Mudando agora de transparência passamos para o plano

estadual e seus objetivos. Implantar uma política de assistência e desenvolvimento social no Estado de São Paulo, sendo a Secretaria a coordenadora, a articuladora, fomentadora e mobilizadora desse processo.

A SADS não é então executora, mas nesse novo papel que a “Loas” atribui ao Estado, ela é coordenadora articuladora; cabe à Secretaria de Assistência do Federal ser a normatizadora. Cabe ainda articular e promover ações integradas para que Estado e sociedade, além de assegurarem as condições básicas para a superação da situação desumana de sobrevivência efetivem a condição de cidadão a todos os seus membros. Geralmente nos preocupamos com a pobreza e investimos em cima do combate a essa pobreza, mas é importante estarmos trazendo para essa discussão o olhar do pobre, mais do que a assistência está preocupada com esse desenvolvimento e, para isso, é preciso combater. Para isso também é preciso chegar aos recantos mais longínquos que se ignora, às vezes, que existam. A ação do Estado chega ao pobre, mas não chega às vezes, ou muitas vezes, aos mais excluídos, que nem chegam a saber que existem políticas, ações, programas para estar atuando em problemas que ele tem. Submeter à gestão da política de assistência e desenvolvimento social o controle social, possibilitando a atuação, a intervenção da sociedade na formulação por intermédio da intervenção do Conselho e da publicitação das ações do governo; na implementação das inúmeras parcerias e na execução por meio de mecanismos de controle social. Essa questão do controle social, de formulação de projetos que partam de realidades que de fato tenhamos uma base de verdade e que parta para ações que permitam esse controle da qualidade, controle do resultado; que permitam chegar de fato à mudança de realidade. Esses são os objetivos.

O processo de municipalização das ações da assistência e desenvolvimento social é fundamental, já está sendo praticado, nós Estado iniciamos o processo de municipalização fortemente, a “Loas” é de 1993; iniciamos em 1995 uma varredura em termos de Estado, falando na importância dos conselhos municipais, da municipalização, da participação da sociedade civil e praticamente no final de 1996

já tínhamos esse processo cobrindo o Estado todo. Em 1998 tínhamos mais de 60% dos municípios em estado de gestão municipal prontos para já estarem assumindo a gestão de suas verbas, estarem com seus conselhos dizendo para onde iriam os recursos. Em 1999 apenas 95, dos 645 municípios, tinham algum problema. Articulação e integração de ações, programas e projetos dos órgãos da administração pública em seus três níveis, atendendo peculiaridades em diferentes municípios e regiões para garantia do acesso aos bens e serviços sociais. Com a municipalização também será possível se ter um maior controle dos programas do município, do Estado e do Governo Federal em termos também de recursos; havia uma sobreposição hereditária de recursos vindo de uma LBA e depois de ações da própria Prefeitura, com a municipalização essa articulação também será melhor controlada, permitindo resultados mais objetivos, mais coerentes com as propostas que se tem. Mobilização da sociedade civil tendo em vista a transparência da gestão, otimização dos recursos e a garantia dos resultados efetivos. Sem dúvida a municipalização vai permitir essa transparência.

Hoje já se discute com os municípios os recursos que serão repassados. Este ano já se aprimorou o processo. Hoje, quem decide para onde vai o recurso é o Conselho Municipal, partindo de dados o máximo possível atualizados de cada município, de cada região. Partimos de indicadores sociais, índice de mortalidade, de pobreza. Como nos interessava este ano, principalmente, partimos de população jovem e indicadores de violência. Cada município hoje discutiu o seu recurso junto com o recurso do federal, para prioridades que o município tem no seu plano dentro das políticas estabelecidas pelo Estado em consonância com o Governo Federal, mas partindo da sua realidade e dizendo para onde vão os recursos. Dessa forma se evitou que fossem contempladas as mesmas entidades que também por uma prática passada terminavam levando às vezes, o melhor pedaço. Hoje já se discute num fórum geral, com a participação principalmente dos conselheiros, que são os legítimos representantes da sociedade civil, essa partilha. Os destinatários: população com renda familiar de até dois salários mínimos prioritariamente, grupo

excluído de acesso às demais políticas públicas em situação de rua, idoso, criança, adolescente, jovem, família, portador de deficiência e adultos sós; vítima de trabalho abusivo, penoso, degradante ou infantil; em situação de confinamento por abandono, a exemplo dos idosos e portadores de deficiência; crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, conflito com a lei, fora da escola, em situação de gravidez precoce, vítimas de abandono, de exploração sexual, de consumo e tráfico de drogas, de trabalho infantil, violência doméstica institucional; grupo social em situação de risco social e pessoal.

É interessante destacar que embora identifiquemos o pobre e os bolsões de pobreza, trabalhar com o excluído do excluído é mais complicado, é mais difícil. Este ano estamos sentindo essa dificuldade mais forte, porque o olhar foi mais fortemente para os excluídos. Então as políticas, os programas, deveriam estar sendo voltados fortemente em cada município, em cada região, para a sua parcela de excluídos. Primeiro que o conceito de excluído dá margem a muita discussão, mas simplificando, partimos para tentar ficar mais fácil entender aonde se queria chegar, vamos dizer o seguinte: vamos tentar alcançar com a nossa ação aquelas pessoas que nem sabem que existem programas que possam ajudar na superação das dificuldades, população de rua, essa que é mais visível encontrarmos. População de rua em São Paulo é tranquilo encontrarmos toda hora aquele que recentemente veio para a rua e aquele que enlouquecido já está na rua. Há diferentes razões para as pessoas estarem na rua. Vamos pegar aquele que não é o enlouquecido que está querendo estar ali na rua, não quer ser institucionalizado; às vezes, a dificuldade que se tem das pessoas ao serem convidadas para ir para um projeto qualquer que o Estado, que a sociedade civil mantém em parceria ou não, é a falta de atrativos para essa população desses projetos. Apresentam-se projetos que cuidam, em primeiro lugar, da emergência — levo a pessoa para ser abrigada, ela come, dorme, é tratada do ponto de vista físico, mas não há, muitas vezes, uma preocupação com a superação do problema que a levou para a rua; não estamos falando aqui em dar uma solução ao problema econômico do país, não é

isso, mas falando em situações, em soluções que estão ao nosso alcance se dedicarmos a essa população um olhar mais atento de solução do problema e de fazer com que participem eles próprios das propostas que possam vir a superar esses problemas que estão sendo vividos. É um desafio, é uma prioridade, encontramos também parceiros facilmente para essa proposta. Encontramos para creche, entidades sociais, outros organismos estão prontos para estar colaborando com creches. É visível o resultado de uma creche, é gratificante, é importante a creche. Para o adolescente ou para a criança e o pré-adolescente até os 12 anos, também encontramos parceiros rapidinho, não dá trabalho; mudou de faixa, vai para os 13, 14 anos, aos 18, 20 anos, é muito difícil. Também as nossas organizações não estão preparadas. Os nossos parceiros, as nossas entidades sociais temem, então não é fácil. Encontramos os adolescentes na rua, com dificuldade de encontrar parceiros que queiram estar com eles. Acredito que até querem, mas temem. Não estão preparados para esse tipo de problema que é tão complicado, não sabem como lidar. A mesma coisa é o homem de rua. Para levar um bebê de rua para uma creche também é complicado. Essa situação está nos levando também a rever com os nossos parceiros outras abordagens e a pensar na questão da capacitação. Aqui os programas desenvolvidos pela Secretaria para atender essa questão da cidadania plena, o combate à pobreza, estar atendendo esse pobre, esse excluído, vão desde aqueles voltados à assistência à criança, ao adolescente, à população de rua, ao portador de deficiência, assistência ao idoso, à família e com projetos de geração de renda; o eixo é a família e a meta é a geração de renda. Sem a geração de renda, sem uma ocupação, sem entrar algum recurso, dificilmente as pessoas superam a situação em que se encontram. Pretende-se que esse plano tenha uma avaliação constante para correção dos seus rumos, incluindo a opinião dos destinatários; além das ouvidorias já criadas, a intenção é que se crie nos diferentes municípios, para as diferentes ações que o governo está desenvolvendo, mecanismos de se ouvir a população, a população usuária, a sociedade civil como um todo, e com esses depoimentos se conseguir mudar,

corrigir rumo, avançar numa direção mais correta. Uma dificuldade que existe é termos bons projetos. Lançamos um desafio por conta da municipalização de estarmos tentando bater o plano municipal, as indicações do plano com o subsídio financeiro do Estado e do federal, com projetos adequados àquele plano. Está sendo complicado. Já foi um avanço fazer plano, um grande avanço, é verdade que ainda temos planos comprados, existem prefeituras que compram o plano, então quando se vai discutir o plano municipal, ele não tem nada a ver com os dados que são dos indicadores daquele município, então existem essas dificuldades, que estão sendo superadas; mediante as avaliações estamos percebendo e tratando de mudar isso. Existe também a dificuldade de ter projetos; copia-se projetos de diferentes lugares, que não têm nada a ver. A coisa é muito mais simples, mas não existe a prática, então se faz projetos muito enfeitados, muito bem escritos, mas que não levam à mudança de resultados. A avaliação que se propõe ao longo desses próximos anos já vem com esses indicadores de mudança, que já incorporamos a propostas que vão ser implantadas daqui para frente. Falamos até agora da Secretaria e praticamente da pobreza e dos carentes; a Secretaria incorpora essa Fundação do Bem-Estar Social do Menor, que é da Secretaria, mas as ações não eram casadas, eram ações muito quebradas. A Secretaria voltava-se para o carente e a Febem voltava-se para o infrator. Esta é uma correção de rumo que está sendo feita com este novo Secretária e já está incorporada nesse plano de ação, envolvendo também a sociedade civil. Eu trouxe só duas questões da Febem: desenvolver uma política de qualidade para efetiva consecução da missão de educar a criança e/ou adolescente, buscando garantir a construção da cidadania, o fortalecimento de uma ação democrática, ao mesmo tempo que interativa, ágil, ética, compromissada e informativa. Metas: melhorar a qualidade de atendimento, reduzindo o número de internos, bem como a reincidência de prática do ato infracional em 50%; reduzir o tempo de permanência na internação, em favor do atendimento em meio aberto. Sobre essas duas situações vou dizer como na prática já estão acontecendo: os projetos da Secretaria voltados para o carente ou para

pobreza, ou para a exclusão, não incorporavam ações específicas, não necessariamente existia um apelo para tal não significava uma ação concreta que as famílias das meninas em liberdade assistida que estão nos municípios tivessem uma retaguarda de projetos da Secretaria ou envolvendo o próprio adolescente ou a família desse adolescente, com uma cobertura financeira ou uma cobertura de outro nível, com outros projetos que a Secretaria como apoio tem, então passa a ser prioridade da Secretaria nos seus projetos, na sua ação com família e adolescentes o envolvimento com as famílias e os adolescentes que estão ou em medidas socioeducativas ou em liberdade assistida. Esta é uma ação que é feita já nos municípios e tem a participação da sociedade civil. É possível, então, estendermos essas ações que têm o apoio da sociedade, das entidades sociais, das ONG's com esses meninos. Temos aqui em São Paulo um projeto interessante, que é o “Projeto Quixote”, voltado principalmente para esses meninos de rua, e um braço dele, chamado “Novo Olhar”, é um produtor de vídeo que trabalha com os meninos de Heliá; ele trouxe esses meninos que ninguém quer para uma linguagem que é forte para esses meninos, que é da comunicação, da imagem, da luz, do som. Então, projetos desse porte de interesse passam a ser vistos com outro olhar também. É interessante e é isso que sentimos falta; partimos para projetos muito tradicionais, às vezes não temos alternativa senão chegar àquele tradicional, mas há um movimento das entidades sociais de mudar, de se adaptar a uma nova linguagem, o que está sendo muito bom, está sendo possível tratar uma situação mais complicada com uma linguagem mais moderna e atraente.

Ainda quanto à Febem, cumprir medidas socioeducativas de atendimento nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e executar nova proposta pedagógica, ampliando o seu atendimento sociofamiliar no processo educativo das unidades operacionais. Trata-se do menino que está com privação de liberdade; não é algo novo, já havia toda uma preocupação com a reformulação pedagógica que está acontecendo nas unidades, mas está se ampliando e trazendo novos parceiros lá para dentro. Estamos então vivendo um processo de treinamento com o pessoal

da PUC, que está ajudando a treinar esses monitores, a refletir essa realidade, envolvendo também a família desses adolescentes. Implantar e incrementar serviços de execução de medida socioeducativa em meio aberto, regionalizado, ampliando o atendimento em liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade e assistência junto às famílias. Se o menino não vir para São Paulo vai ser muito melhor, pois evitaremos as unidades supercheias; não só vir a São Paulo porque agora está havendo descentralização, aumentando o número de unidades, mas o importante é evitar que ele venha até para essas unidades, o que é possível com medidas socioeducativas, que os próprios juizes estão interessados em estar discutindo com a sociedade civil essa reformulação de propostas para estar envolvendo esses meninos em medidas que sejam também atraentes e que possam levá-los a rever a sua vida e a sua postura. Por último, atender as ocorrências dando-lhes encaminhamento e atendimento pertinente, oferecendo retaguarda de atendimento à criança em situação de risco pessoal e social, dando-lhe assistência em abrigos provisórios. Isto é de fato tentar evitar as unidades de mais longo prazo. Esta é a reformulação, este é o plano da Secretaria para os próximos 13 anos. Para encerrar, queria apenas dizer que se não fossem as entidades sociais que vêm se reformulando, se adequando às grandes cidades, São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, esse processo não seria tão visível, mas no interior de São Paulo, nas cidades menores ainda se tem uma visão mais tradicionalista, mas já estamos percebendo modificação e, para isso, contribui a força que as universidades do interior estão fazendo no sentido de trazer esses conteúdos de novos projetos, do novo repensar da cidadania; a universidade está tendo um bom papel, estamos também com prefeitos muito envolvidos na modernização desta linguagem da sua atuação, hoje as primeiras damas não têm mais aquele papel que antes desempenhavam de serem as donas do serviço social; hoje temos, além dos conselhos, que é claro, ainda estão no processo de preparação, as entidades sociais preocupadas com projetos mais modernos, de qualidade, com metas e com qualificação de pessoal. O governo não pode deixar de ter ao seu lado essas

entidades cada vez mais fortes na sua ação, mas eu digo, é ao seu lado, o governo tem um papel, o Prof. Sérgio disse isso, não vão as ONG's estar cumprindo esse papel, não deveriam, mas são grandes parceiras. E é com esses parceiros que esse trabalho vem sendo desenvolvido e melhorado. Muito obrigada. (Palmas.)

SR. – Ana, muito obrigado. Muito oportuna a participação neste Fórum. Dando continuidade, gostaria de chamar a Dra. Simone Coelho, que é diretora do Ideca, doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo, onde defendeu tese comparando o terceiro setor brasileiro e americano, e produz hoje o programa “Caminhos e Parcerias” veiculado pela TV Cultura.

SRA. SIMONE COELHO – Muito obrigada pelo convite, pela oportunidade de trocarmos algumas idéias sobre a questão do Terceiro Setor. Vou em parte retomar alguns pontos já tratados pelo Sérgio e alguns pontos tratados pela Ana. Em termos de ciência política temos um axioma elaborado por Maquiavel que é “a política é a arte do possível”. Eu diria que iríamos um pouco além, a política talvez seja a arte de descobrir o que é possível. Acho que a questão do Terceiro Setor deve ser tratada um pouco dentro deste olhar; a relação do Terceiro Setor com o Estado, tema hoje deste Fórum, absolutamente não é nova, é bastante antiga, e é um movimento mundial. Como o Sérgio colocou, repensar o papel do Estado está implícito nessa relação. Mundialmente falando, nos processos de democratização tivemos um caminho da criação de um Estado forte, centralizado, que é o Estado do bem-estar social. O Estado do bem-estar social estava pensado como um governo centralizado, forte e que dava conta de políticas sociais universais, de direitos universais. Mundialmente isso entrou num processo de crise de financiamento desse Estado, isso é um fato, uma previdência muito forte, muito comprometida, que foi se agravando num processo inflacionário muito grande. Mundialmente começou-se a repensar esse papel do Estado na solução dos problemas sociais, já que ele não estava respondendo adequadamente às questões sociais. Dentro desse

repensar temos a volta ao olhar do que é o Terceiro Setor. São associações, são instituições que existiram desde sempre na sociedade, quer dizer, não é absolutamente novidade em termos sociais essas associações. O que é novidade, no meu entender, é o olhar sobre ela, é a vontade de se relacionar com ela. Em termos europeus, por exemplo, e nos Estados Unidos também em particular, o governo, já que não dava conta de responder adequadamente às políticas sociais, se volta para essas instituições como uma forma de pedir socorro na superação das questões sociais. Temos um caminho aí que é feito em termos universais e de formas e em graus diferentes de país para país. Em certos países temos um Estado mais centralizado, mais forte, onde o Estado ainda intervém maciçamente nas soluções das políticas sociais, em outros temos um caminho que vai se diferenciando, como na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Austrália, que tem um Terceiro Setor fortíssimo e larga tradição de parceria entre esses dois setores. Eu diria que no Brasil nunca chegamos a esse estar de bem-estar social; como diria o Chico de Oliveira, temos mais um Estado de mal-estar social do que de bem-estar. Em todo caso, surpreendentemente, no Brasil temos legalmente uma série de defesas de direitos universais que são muito mais amplos do que, por exemplo, na legislação americana. Acho que em termos legais o Brasil caminhou num sentido mais universalista, o que não quer dizer que o Estado brasileiro dê conta desses direitos universais, responda adequadamente a esses direitos. Enfim, o que eu quero dizer é que ao rever o papel do Estado, temos que rever o papel de todos os atores que com ele se relacionam. Então não apenas o Terceiro Setor é chamado para participar de soluções sociais como também o mercado, como o Sérgio mencionou, é crescentemente solicitado na sua responsabilidade social. Para as empresas é importante fazer o balanço social, quer dizer, qual é o seu papel, o que você está retornando à comunidade, o que você está retornando à sociedade. Pensando do ponto de vista da empresa não quer dizer que elas vão ficar mais boazinhas, menos selvagens no seu capitalismo, mas é que economicamente é mais adequado. Não adianta sugar tudo de determinada

sociedade, mas é importante retornar a ela alguma coisa, até para ela continuar se fortalecendo, crescendo, melhorando em termos de condições de vida, ampliando o número de consumidores. Portanto, vemos que também do lado do mercado há uma crescente preocupação nesse sentido. Temos, por exemplo, a criação de institutos todos preocupados com essa questão social e em voltar à sociedade alguma coisa. Acho que a democracia se inspira no autogoverno, inspira o associativismo e, por outro lado, ela tem uma grande tendência à centralização, à redução das desigualdades e à manutenção de pluralismo. O que temos no caso do estado de bem-estar social foi de fato uma grande centralização de poderes; ao repensar esse papel, procuramos criar um Estado mais enxuto, mais ágil, onde se estabeleçam parcerias e onde o papel de resolver as questões sociais não é mais unicamente do Estado, quer dizer, as sociedades têm que estar também envolvidas nessa luta. Propõe-se, então, um governo menos centralizado, em grande parte terceirizado e, embora discutamos o que deve ser terceirizado ou não, a discussão segue e o Estado passa a ser visto não tanto como um executor de serviços diretos, mas como tendo um papel mais diretivo e mais incisivo no ato de governabilidade. Com isso, certas estruturas mediadoras assumem um papel mais fundamental. Essas estruturas mediadoras seriam instituições, organizações que mediriam o interesse privado com o interesse público. Isso por um lado pode ser muito interessante mas, por outro, tem também alguns problemas; temos instituições mediadoras que no mínimo temos que ter certo cuidado. Apesar de tudo, o Terceiro Setor acaba sendo depositário de uma série de esperanças no sentido de uma maior distribuição e minoria das desigualdades sociais. O Terceiro Setor é amplo; o Sérgio caracterizou muito bem, quer dizer, ele tem no seu bojo instituições de diferentes tipos, instituições que defendem interesses coletivos e instituições que defendem interesses públicos. Essa distinção eu acho fundamental, quer dizer, o que é público e o que é apenas coletivo. Por quê? Porque a legislação do Terceiro Setor é um grande Frankstein, ela foi sendo ampliada em prol ou em parte dessas isenções e de subsídios e tal, ao longo dos anos ela foi sendo ampliada de forma

que as mais diferentes instituições acabaram sendo beneficiárias dessa legislação, o que é complicado. Temos desde clubes de caça, filatelia, até aquela instituição filantrópica que tem uma atuação específica, etc., isso para falar de um modo geral; temos grandes universidades particulares sendo beneficiadas por essa legislação, as santas casas, enfim, é um conjunto muito complexo de instituições que hoje são beneficiárias dessa legislação. Isso não é característica só do Brasil, nos Estados Unidos é a mesma coisa, também lá a coisa foi se ampliando e foram entrando no bojo disso as mais diferentes instituições. Isso é um problema? É, porque ao fazer determinada lei que venha beneficiar ou que venha a restringir esses interesses, por exemplo, há pouco tempo deu a maior discussão a questão da isenção patronal; podemos argumentar: “Bem, mas o objetivo não deve, deve pagar a Previdência”, mas a Santa Casa deve, por outro lado, ser beneficiária dessa isenção. Então de fato eu acho que os nossos legisladores têm um grande pepino pela frente a ser descascado. Acho que uma reforma ampla é complicada, mas é preciso que a enfrentemos e façamos essa distinção do que é essencial, visando o fim público meramente coletivo; e essas que visam um fim público devem ter, evidentemente, todo o apoio do governo e todo o incentivo no sentido de que prosperem, de que venham a melhorar a qualidade dos seus serviços, etc. e tal. Existe um movimento que é casado, quer dizer, ao se estreitar uma relação como a “SAS” está procurando fazer com as instituições, seja quais forem, no caso da “SAS” são nitidamente aquelas que visam um fim público, cria-se um movimento de crescimento desse setor, quer dizer, uma coisa gera outra. Ao se ter mais recurso, mobiliza-se mais ações, inclusive houve um crescimento muito grande no Terceiro Setor nos últimos anos, em função até desse olhar mais atento do Estado em direção a esse setor. Tem dinheiro, tem recurso, então vamos criar projetos, vamos incentivar, e com isso várias instituições têm surgido nos últimos anos. Por outro lado, existe uma tradição nesse relacionamento. A “SAS”, por exemplo, se relaciona com essas instituições desde a sua existência e, evidentemente, não se estreita o

inexistente, se estreita o que já existe e se amplia. Agora, esse relacionamento do Estado com essas instituições deve ter, no meu entender, um novo patamar.

Os recursos públicos devem ser muito bem fiscalizados, não apenas no sentido financeiro da prestação de contas, se esse recurso foi de fato empregado ou não, mas com relação à qualidade do que está sendo oferecido. Não é possível só se controlar o dispêndio desses recursos. Muitas vezes esses recursos estão sendo mal empregados e isso é de uma freqüência absurda. Trabalhando com avaliação vemos que muitas vezes não é nem má-fé, mas é aquilo que a Ana apontou, a falta de capacitação das instituições em melhorarem a sua própria gestão financeira, administrativa e terem essa preocupação maior com relação à qualidade do que está sendo oferecido.

Nos Estados Unidos eles têm um termo que não temos no Brasil, que é o *accountability*, que não existe tradução no português, é uma mistura de várias coisas, acho que precisamos inventar essa palavra e incluí-la no nosso dicionário; o “*accountability*”, para eles, é uma coisa que vai além da transparência, que vai além da responsabilidade, vai além da credibilidade, quer dizer, é uma soma disso tudo. Instituições, pessoas, partidos políticos, deputados, vereadores, *accountables* no sentido americano significa que aquela pessoa ou instituição está voltada para os seus representados, quer dizer, é importantíssimo, você é representante de interesses aos quais você presta conta. Vi isso nos Estados Unidos e fiquei impressionada, há uma extrema ligação entre os representantes do povo, ou de instituições, com os interesses da comunidade. A prestação de contas é algo fundamental. No entender deles, *accountable* é uma instituição idônea, que está vinculada estritamente aos interesses da comunidade, é extremamente eficaz no que faz, etc. Acho que no Brasil temos que defender essa mudança de olhar, quer dizer, uma relação, se vamos estreitar a relação com o Terceiro Setor, é preciso que isso se faça casado de mecanismos de controles melhores, mais eficazes, que vão além do controle financeiro. É preciso avaliações de processo, avaliações de resultados com relação à qualidade do que está sendo oferecido. Os recursos,

evidentemente, são importantes, não está se descartando isso, o que está se descartando é que isso fique restrito à prestação de contas. Essa mudança que eu acho que deve existir, de olhar do Estado com relação à sociedade civil e da sociedade civil com relação ao Estado, concordo com o Sérgio, quer dizer, não é possível pensar que o Terceiro Setor vá substituir o Estado, que não vai. Mas o Terceiro Setor pode e deve ser parceiro desse Estado. Nos Estados Unidos tem um fator complicador, por exemplo, não existe a educação municipal, estadual com relação a creches e pré-escola, quer dizer, o Estado só passa a fornecer educação a partir do que chamamos de ensino fundamental. Isso é um problema para as mães que trabalham. Nos Estados Unidos eles fazem parceria exatamente com entidades, com instituições que prestam esse serviço. Acho que o resultado disso não é inteiramente positivo; vejo que a saída do Estado desse setor que eu acho extremamente importante da educação, acho complicado, até porque grande parte dessas instituições cobram pelos seus serviços. Acho que no Brasil não podemos nos dar a esse luxo. É importante a gratuidade desses serviços oferecidos. Agora, por outro lado, eles têm um controle extremamente eficaz e existem instituições, é uma coisa inteiramente terceirizada, não seria a “SAS” que vai fazer a avaliação dessas instituições, no caso lá a “SAS” deles, mas são instituições que fornecem selos de avaliação e da capacidade daquela instituição em oferecer um serviço de qualidade. Esse controle é feito anualmente e com profundo rigor, com critérios bastante explícitos, divulgados e claros; existem parcerias do Estado com instituições desse tipo e parcerias do estado com instituições que possam vir — detectado o problema a avaliação tem que ser vista como instrumento de gestão acima de tudo. Detectado um problema, você intervém imediatamente. Acho que esse é o caráter mais positivo da avaliação. Não apenas uma avaliação de resultado, mas uma avaliação de processo em que se intervém o tempo todo junto à gestão da instituição. Portanto, acho que essa parceria e esse estreitamento da relação do Estado com essas instituições acaba sendo um fato, quer dizer, já é um fato no Brasil, e já que estamos no início acho que mais do que nunca é salutar que

tomemos uma série de medidas no sentido de que essa parceria corra em trilhos mais favoráveis. O Sérgio apontou que no Terceiro Setor existem três tipos de instituições, as instituições mais filantrópicas, as ONG's e as de responsabilidade social das empresas, acho que cada vez menos estamos caminhando para que isso não seja mais tão visível, quer dizer, sinto que hoje já se estabelecem redes de comunicação, redes entre essas associações, principalmente das associações filantrópicas e das ONG's; foi muito interessante observar esse processo nos últimos seis anos, como as instituições filantrópicas já estão absorvendo uma série de práticas e discurso das próprias ONG's. Acho que a criação de uma identidade desse Terceiro Setor implica talvez um pouco nisso, numa uniformização de linguajar, de práticas; evidentemente ainda existem essas diferenças que o Sérgio apontou muito bem, mas que eu sinto que cada vez mais, e isso é bastante salutar, as instituições estritamente assistencialistas estão muito preocupadas em se modernizar, em assumir o novo linguajar. Fico impressionada, em todos os fóruns que vou e que participo há a maciça presença dessas instituições. Elas estão ávidas porque de repente perceberam que não se tratava mais de falar “o meu pobre”, que “o meu pobre” estava no discurso dessas instituições, o meu pobre, o pobre que eu assisto. E passaram, eu percebi, a falar “o meu cidadão”, o que é muito diferente. Percebe que aquele não é mais o coitadinho, o carente, mas que é uma pessoa com direitos, com deveres e que estamos contribuindo no sentido positivo a uma ação mais positiva. Finalizando, queria só passar para vocês, acho que muitos já conhecem, um vídeo do que estamos fazendo no Ideca, que é um programa “Caminhos e Parcerias”, são só cinco minutos de vídeo, é um pouco a expressão do que estou chamando de parceria, quer dizer, é a congregação de várias forças, é a complementação de várias forças num sentido mais positivo. Acho que isso está ocorrendo de forma bastante positiva no Brasil e de forma bastante pulverizada. Tenho percorrido o Brasil levantando experiências e tal, a surpresa é muito positiva e muito pouco divulgada, é por isso que fizemos esse programa.

(É exibido vídeo do programa “Caminhos e Parcerias”).)

SR. – Muito obrigado, Dra. Simone. Vamos agora passar aos debates. Gostaria que vocês se identificassem no momento da pergunta, pois esse debate está sendo gravado pela Assembléia. Logo após termos o almoço e retornaremos às 14:00 horas para o reinício dos trabalhos. Muito obrigado.

SR. SÍLVIO PELICANO – Sou superintendente da Federação das Santas Casas e hospitais filantrópicos do Estado de São Paulo. Gostaria de sugerir para que desenvolvêssemos melhor, que os palestradores fizessem perguntas entre si, e depois iriam esquentar um pouco o nosso entusiasmo. Se assim aceitarem, fica a proposta.

SRA. ANA MARIA AZEVEDO – Só queria fazer uma observação, quando você fala na questão da avaliação, só complementando um pouco, essa necessidade do acompanhamento, as entidades sociais que executam os projetos, os programas, a preocupação é de fato na avaliação da qualidade do que muda, que resultados se tem. Há uma preocupação, sim, com a boa aplicação do dinheiro público; se isso não ocorrer bem, eles se inviabilizam. Então até tem essa preocupação. Mas acho que existe essa outra, que é uma dificuldade, talvez por uma herança cultural. Uma creche, cuidar de uma criança, a criança voltar para casa sem assadura, limpinha, cheirosa, é o que basta, quando se sabe que não é o que basta. Qual é o objetivo que se tem de cada projeto? Nessa questão das entidades sociais, do trabalho de cooperação com o poder público, essa questão da qualificação, essa evolução que já está acontecendo, eu digo nas cidades grandes ela é um pouco mais fácil; existem fóruns permanentes, como este, por exemplo, que possibilita a discussão, mas quanto mais se avança no interior, isso não é tão fácil, mas é uma responsabilidade do poder público estar chegando a isso, mas é uma responsabilidade das universidades. Não vejo as universidades voltadas para essa questão. Temos ações localizadas, mas não generalizadas. Não temos esse saber das universidades públicas com essa responsabilidade de ajudar nesse

pensar, nesse treinamento da gerência, da gestão, da modificação do projeto, da qualificação. Não sinto essa parceria. Existe quando se paga. Pergunto: é só pagando? Deveria haver uma contrapartida, deveria a universidade ter essa preocupação independentemente dela ser pública ou não. Ela deveria estar preocupada em fazer debates desse tipo, em fazer cursos de gerenciamento para melhor utilização da sua ação, o melhor produto dessa ação. Era essa a observação.

SR. SÍLVIO PELICANO- Dra. Ana Maria, eu sou Sílvio, da Secretaria de Justiça. Nós acompanhamos um projeto centro de integração de cidadania, que tem além de prestar serviço às comunidades, parcerias com entidades da sociedade civil; a senhora explanou muito bem sobre a questão das políticas dos convênios das secretarias, mas muitas entidades sociais, muitas comunidades que estão organizadas têm dificuldade de acesso às informações de como estabelecer esses convênios. E também o que percebemos é que muitas vezes as entidades legalmente constituídas têm dificuldade de estar apresentando projetos nos moldes que o Estado pede. Como é que a senhora vê essa possibilidade de facilitar o acesso à informação, para que essas entidades do Terceiro Setor possam estar fazendo essa parceria, possam ser mais parceiras do Governo.

SRA. ANA MARIA AZEVEDO – O senhor tocou numa questão que é fundamental. Quanto mais complicamos e sofisticamos, mais às vezes o técnico se sente importante e mais distante as pessoas estão, porque decodificar aquelas letras, sinto quando uma entidade vai pedir o registro na Secretaria, tínhamos um instrumental que dizia tudo; a entidade chegava e era orientada: aqui tem tudo o que você precisa. Já no primeiro item derrubava. Você já dizia, bem, se aqui está tudo, se você sabe ler, o problema agora é seu. Existia um pouco esse comportamento, que foi se modificando, mas ainda é sofisticado. Eu ainda sinto que as dificuldades existem nas entidades que estão se formando. Você falou do CIC, o

CIC está na periferia brava, que luta; como transformar aquele movimento que nasceu da luta por creche, por moradia, a se organizar como uma entidade que luta pelos seus direitos de maneira geral, como fazer isso? Como é que se faz um estatuto? O que é uma ata? Toda essa orientação deve partir dos nossos profissionais, que deverão estar prontos para isso. Já avançamos um pouco, temos ainda algumas dificuldades, mas elas não passam só pela parte legal da instrumentalização, que é uma barreira, mas passam por: bem, agora que já tenho todas as letrinhas decodificadas e tenho as explicações, passam por: bem, você tem que ter um ano de trabalho configurado, efetivado — como é que se faz isso num alcance maior se não teve nenhum recurso? São ações, nem sempre estão acompanhadas, sistemáticas, nem sempre num único local, às vezes é num espaço cedido, numa garagem. Então existem, sim, dificuldades. São desafios que nos são postos. Temos que estar trabalhando com essa situação. Cabe a nós, com outros atores nos ajudando. A Igreja faz muito isso, é bastante interessada. Os partidos também, quando existe esse interesse, mas nós enquanto poder público temos que fazer, e não apenas para quem pede, mas para quem dele necessita. Essa é uma ação para ser corrigida.

SR. SÉRGIO HADDAD – Queria fazer um comentário com relação a esse aspecto. Acho que a Simone tocou num aspecto importante, que é a questão de uma legislação específica para esse setor. Acho que começamos já no ano passado a desenvolver isso por meio dessa nova legislação e acho que isso ainda está muito difícil de ser implantado; eu estive no Ministério da Justiça, que é quem qualifica essas organizações, na semana passada, e havia 290 processos apenas solicitando a qualificação e apenas 19 foram contemplados. Vejam como o processo está bastante demorado. Isso para se poder ter termos de parceria. Mas acho que esse é um aspecto da questão. O outro aspecto de se ter uma legislação para além da questão da legislação, é certo comportamento de ambas as partes com relação a essa parceria. Vou falar um pouco da minha experiência recente em relação aos

recursos públicos na área federal. A associação está fazendo um levantamento desses recursos; são recursos identificados não só na porta do Ministério ou do setor onde tem esse recurso, mas também pela porta do fundo a partir do orçamento que está sendo votado, quanto desse orçamento está designado, em que a sociedade civil pode acessar esses recursos. Aí fomos ao diretor de cada um desses programas, sendo que cada um tem um comportamento, completamente diferente. Como é recurso público e como a ação da liberação dos recursos é um ato que está feito às ações de caráter mais político, evidentemente para alguns não interessa manter a transparência necessária e os processos mais públicos de acesso a esses recursos. Por exemplo, existem vários recursos em que não se publica edital, em que não existe informação necessária suficiente para forma de liberação. Há vários que, ao contrário, têm *site*, você consegue acessar, então eu acho que é um processo que ainda merece, vamos dizer, uma atenção maior e acho que a sociedade civil, em parte, tem responsabilidade nesse sentido de tornar público isso. Muitas vezes, a sociedade civil também prefere agir muito mais no pequeno espaço da conversa do contato pessoal e ver de que maneira pode acessar, do que torná-lo público, aberto a todos, de abrir um sistema amplo de contatos e de participação. Vamos ter que caminhar muito se quisermos efetivamente montar um sistema de parceria nessa relação entre Terceiro Setor e recurso público. Acho que estamos caminhando muito lentamente.

SR. FERNANDO LEITE – Sou de uma entidade do interior chamada “Homem do Amanhã”. Queria dar um exemplo nesse sentido: sexta-feira agora venceu o prazo que a Secretaria do Trabalho deu para receber propostas de parcerias para requalificação profissional. Houve uma divulgação intensa, a nossa cidade recebeu uma carta, houve um “site” pela Internet muito amplo divulgando todas as informações. Sexta-feira venceu o prazo, entregamos o nosso projeto, e nesse dia eles disseram que estavam aguardando dois mil projetos. Receberam 80 projetos. O motivo disso foi a extrema dificuldade de se elaborar esse projeto; o projeto era

muito extenso, deu para fazermos o projeto, mas muitas entidades e muitas associações não conseguiram fazer. Foi muito divulgado, mas a dificuldade foi muito grande.

SR. SÉRGIO HADDAD – Esse é outro aspecto; as entidades não estão instrumentalizadas para acessar os recursos. É mais um aspecto dessa história que exige, vamos dizer, um desenvolvimento da capacidade organizacional e institucional dessas entidades para elaborar projetos, para ter acesso às informações, etc. São muitos os desafios.

SRA. SIMONE COELHO – E para serem capacitadas para fazer isso. Hoje em dia temos várias instituições que têm promovido cursos especificamente para isso, elaboração de projetos, captação de recursos e tal. De todo jeito é preciso entender que estamos num processo de transição, de estreitamento dessa relação. Então essas incongruências ainda acontecem e vão acontecer por um bom tempo, quer dizer, como mencionei anteriormente, a troca de informações entre as várias instituições, chegar determinado patamar de uma linguagem comum do que é necessário, e mesmo dentro do próprio governo, as várias instâncias governamentais, como o Sérgio bem lembrou, que não caminham no mesmo compasso. Há uma diferenciação aí. Acho que esse é um trabalho para todos nós nesse sentido.

SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI – Sou da relatoria do Fórum; gostaria de perguntar aos três a questão da fiscalização, aprofundar um pouco mais essa questão da fiscalização das entidades prestadoras de serviço e a questão da descontinuidade da capacitação dessas pessoas. Justifico o porquê da pergunta: trabalhando nas entidades sociedade civil e trabalhando no governo, na parceria entre a sociedade civil e as várias ações de governo, vemos que na maioria dos casos existe uma grande boa vontade, mas existem algumas poucas entidades da

sociedade civil que detêm essa *expertize* de governo; de como trabalhar com o governo, acho que não deve chegar a 10% as entidades que têm essa noção, porque o governo, se 10% dos recursos das entidades não-governamentais vêm de recursos públicos, isso se deve à enorme burocracia e legalmente necessária, quem conhece a legislação sabe que não se pode de qualquer maneira ampliar essa participação da sociedade civil, tem que ser, como a Ana bem colocou, uma ampliação dentro dos parâmetros legais pelos quais na gestão pública respondemos, e uma das grandes críticas que se faz à questão das políticas públicas no Brasil, porque se investe tanto e porque não se tem os resultados que se deveria ter com esse tamanho investimento, é da questão da descontinuidade. A pergunta é: não haveria uma maneira entre sociedade civil e governo de se estabelecer um critério consensual, um critério geral entre os representantes da sociedade civil e representantes de governo para se ter como avaliar o desempenho de determinada entidade, por exemplo, hoje isso só é visto do ponto de vista de governo, e vira e mexe entidades de sociedade civil dizem que aquela entidade não pode prestar tal serviço porque não está alcançando os resultados; da mesma forma o governo tem que responder por que está justificando a continuidade de um serviço ou não. Nesse ponto, quem participou do processo de reeleição, sentia que alguns dos projetos que estavam dando bastante certo, mas ainda tinham resultados incipientes, poderiam ser colocados a perder simplesmente porque outra orientação política poderia assumir determinado posto na gestão da política pública. Nos Estados Unidos sei que isso não acontece com tanta frequência. Gostaria de saber dos palestrantes se existe, se é só para fiscalização, se é uma questão de imprensa ou se poderia ser uma questão administrativa ou legal para se chegar a uma aferição mais objetiva dos trabalhos que estão sendo realizados.

SRA. – Acho que você tocou num ponto importante Marco Aurélio, porque a questão de critérios consensuais de avaliação deve ser muito geral, porque cada caso é um caso e, ao se fazer uma avaliação de processo deve-se levar em conta

tudo o que está em jogo, as várias variáveis existentes em cada caso. Por outro lado, a parceria do governo com essas instituições deve se dar num sentido mais positivo do que apenas de manutenção daquela instituição. Quer dizer, é extremamente diferente do que você dar recursos a determinada instituição no sentido de impulsioná-la, no sentido dela melhorar institucionalmente e conseguir com esses recursos alcançar um patamar “x” de qualidade, de ampliação do que simplesmente dar um dinheiro todos os meses no sentido de mantê-la, ou seja, é possível fazer as duas coisas. A primeira é mais positiva, porque você capacita essa e também não fica tão dependente do Estado. É importante estarmos atentos para a questão da autonomia. Não podemos transformar o terceiro setor num apêndice do Estado e devemos estar atentos para essas questões especialmente o poder público.

SRA. – Concordo plenamente com as suas palavras e gostaria de complementar no seguinte sentido. Todas as vezes que há mudança de governo interrompe aquilo que se permite interromper também. Quando os serviços são reconhecidamente bons, necessários e a população deles necessita e tem uma avaliação, a população luta para que isso não ocorra o que nem sempre acontece. Os próprios usuários não sabem muito bem o que é aquele serviço, quem faz, o que é essa entidade. A entidade é boazinha, são generosos, devo a eles este meu atendimento. Não é trabalhado no sentido da consciência crítica, do direito que ele tem àquele atendimento e, no caso se houver participação do recurso público, o porquê que o governo está investindo naquele serviço, como está e para qual fim. Por outro lado, quando o governo subvenciona os projetos com as entidades, é uma reflexão da minha prática, nem sempre os projetos, os planos apresentados, reproduzem de fato as ações que devem ser feitas. São planos bons, são planos que teoricamente são bons, bem formulados só que não atingem o resultado que se quer, e se não houver uma avaliação do processo, como você falou muito bem, no sentido de ajudar esta entidade a reconduzir, a melhorar a sua ação, fica

complicado até para se fazer uma avaliação com a interrupção desse projeto, que é bom, está formulado, tem pessoas com capacidade para executá-lo, mas ele não muda, não faz a virada, ele não atende o que deveria atender, porque na hora de ser feita uma avaliação e, isso é uma constante, na hora de dizer: este projeto não está bom, vou ter que interromper se não for redimensionado ou se não for reconduzido ao trilho, ou seja, qual é a dúvida? O projeto está bem escrito, os meus profissionais foram treinados na França, tenho os melhores profissionais e muitos deles possuem graduação de vários países, onde está a questão? Não atinge o objetivo. O não-atingir significa: não devo estar subvencionando um projeto que mantém uma entidade, mantém bons profissionais, mas não chega na meta que se quer atingir.

Para que isso ocorra sem dramas, sem grandes interferências e permita também uma interrupção, seria necessário que os técnicos que fazem esse acompanhamento fossem bem preparados o que nem sempre ocorre, ou seja, essas são as nossas dificuldades. Estou falando pensando, mas fiquei sabendo pelo Sr. Secretário que já está sendo efetivado a contratação de organizações para fazer essa avaliação e acompanhamento e não estão ligadas a nós, porque ele quer ter esse *feedback* de fato com outras pessoas e não as que estão diretamente envolvidas para avaliar a necessidade de correções, a interrupção do convênio ou não.

SRA. – Gostaria de perguntar para a Ana justamente em cima dessa colocação. Não seria um dos papéis da Secretaria fazer esse planejamento regional e passar um subsídio mais técnico para as organizações sociais já regionalizadas?

SRA. ANA – Gostaria de fazer uma correção. Com a municipalização, este papel da Secretaria deixa de ser sozinho porque os conselhos estão juntos e, falei um pouco da experiência de São Paulo, mas no interior já está bastante diferente porque os Conselhos já estão juntos e têm representantes das entidades sociais

que estão juntos acompanhando. Qual é o nosso papel? É o do orientador, de capacitador e temos que exercer melhor esse papel porque é preciso exercitá-lo melhor. No interior, onde já está municipalizado esse papel, já está acontecendo com os Conselhos, só que para que isso ocorra e bem, é necessário que os conselheiros sejam capacitados porque senão pode acontecer o seguinte. Por exemplo, ao fiscalizar a creche do meu amigo como é que vou encontrar alguma coisa errada uma vez que ele é meu amigo? Imagina se eu vou ver alguma coisa errada? Absolutamente não vou querer ver nada errado para que ele não veja depois na minha creche, entendeu? Portanto, este “compadrio” interfere e bastante e as influências políticas também. Se eu sou um conselheiro ligado ao prefeito vou pensar duas vezes antes de escrever a minha opinião. Portanto, são desafios que nos são colocados e para serem vencidos, mas devem ser vencidos juntos. E para vencê-los um dos objetivos é a transparência, deixar claro toda a proposta de atuação desde a distribuição dos recursos, porque um recebe mais do que o outro, hoje, já está sendo claro porque não tem mais aquele comportamento de negociar no gabinete, do tipo: Olha, eu preciso de uma “verbinha” aqui. Agora é assim: Quero ver o seu plano? Qual é o seu Conselho? O que foi que o Conselho decidiu? Não ouvimos mais: Mas acontece que o Conselho não gosta de mim. Só que agora os critérios dos Conselhos são bem objetivos. Se ele cumpriu podemos voltar atrás nos recursos e, se descumpriu, podemos questionar. Portanto, essas coisas estão ficando mais fáceis só que é um processo. Processo de crescimento, processo de maturidade de todos nós porque para nós do Estado tudo isso é muito novo. O nosso papel é novo. Estamos também encontrando dificuldades porque ainda estamos tropeçando muito, cometemos muitos erros. Por exemplo, cometemos menos erros em 99 do que em 98. Para o ano 2000 a nossa meta é evitar o máximo de erros porque já os detectamos em 99 e tenho a impressão que este ano o processo vai ser um pouco melhor, mas o do acompanhamento ainda não está bom porque ainda está sendo construído.

SRA. NEUZA MARIA GOYS – Sou do Centro de Educação Comunitário do Senac e estamos tentando montar nas regiões redes de organizações sociais, para fazermos um planejamento, só que nós não fazemos por eles, estamos apenas instrumentalizando essas pessoas para que elas façam. Temos um plano-piloto em Belém muito bem sucedido só que percebemos que eles não têm dados da região para saber exatamente o que aquela região precisa. Quando nos reunimos para conversarmos sobre o planejamento a primeira coisa que eles colocam é a creche e em todos os fóruns o que percebemos que o primeiro serviço é a creche. E em determinadas regiões quando reunimos 10, 15 entidades e todas têm creche e ninguém tem trabalho de 14 a 18, ninguém trabalha com o idoso e querem continuar a fazer o trabalho com creche. Portanto, esse trabalho carece de dados mais concretos que subsidiem e acabem com essa barreira que é cultural e que não é fácil de enfrentar. Ou seja, que cada entidade saia do seu espaço para poder trabalhar de forma coletiva. É preciso existir uma interferência senão essa situação vai permanecer, porque a cultura do enclausuramento das entidades é muito grande. A interferência precisa ser feita de forma planejada, objetiva e racional, não é?

SRA. ANA MARIA AZEVEDO – Concordo plenamente com a sua colocação e o Senac está fazendo um bom trabalho nesse sentido.

SR. JAIRO – Sou coordenador regional de um programa do Estado denominado Parceiros do Futuro que é coordenado pela Secretaria de Estado da Educação em parceria com outras secretarias e com instituições da sociedade civil.

Gostaria de parabenizar a mesa pelo excelente nível das exposições. Há bastante tempo venho pensando nesse assunto do Terceiro Setor e por ser formado por três vetores básicos cuja palestra do Sérgio me confirmou essa análise. Primeiro, como vetor de defesa dos direitos e fortalecimento da cidadania. Segundo, como vetor de desenvolvimento econômico com os aspectos também de geração de

emprego, pela própria dinâmica do terceiro setor, e da chamada economia solidária, por exemplo, as cooperativas de serviço. Terceiro, como vetor de apoio social às populações urbanas desassistidas por meio de instituições civis filantrópicas e de assistência social. Gostaria de fazer uma pergunta para o Sérgio que é a seguinte: Na sua opinião, qual é a importância desses três vetores, se têm igual importância ou algum deles se sobrepõe ao outro?

SR. SÉRGIO HADDAD – Na minha opinião são complementares porque tomam aspectos diferentes e caminham juntos nesta lógica de juntar, de unir o comprometimento ético com o político. Ou seja, não há solução para as redes de atendimento civil se não pensarmos na questão de direitos porque não é separado. Concordo com o que a Simone falou, inclusive como diretor das associações das ONG's, nesse momento quando novas legislações vêm sendo construídas junto aos setores da filantropia, da assistência etc. e há um movimento muito forte nesse sentido da promoção e da defesa dos direitos que eu sinto com muita intensidade.

Para os três setores há o povo do bem e o povo do mal. Quer dizer, não tem jeito tanto para as ONG's quanto da filantropia, quanto do setor empresarial porque o que se nota é que tem muita gente que defende o interesse público, mas no fundo o interesse privado ou particular, mais do particular, que está se colocando de forma intensa, mas há um movimento a favor da cidadania muito importante e, nesse aspecto, juntaria com o que se discutiu anteriormente ou seja, a questão é: Como podemos ampliar o controle social sobre essas práticas? Talvez seja essa a pergunta que mais eu faça a mim mesmo o tempo todo. Porque você cria os conselhos e, de repente, podemos dizer assim: É verdade, os conselhos existem, funcionam e tudo mais, mas esses conselhos sem um movimento por trás ficam burocratizados, passam a ser um espaço de despacho enfim, a quem esses conselheiros respondem além da questão da capacitação técnica que é um trabalho amplo inclusive, na minha opinião, as organizações governamentais deveriam entrar fortemente porque existe um lado que é do Estado e também tem um lado que é

das próprias organizações. Durante muito tempo lutamos para criar mecanismos de parceria e de controle do setor público e o conselho tem a ver com isso, só que depois não tem gente para ocupar esses conselhos e muitas vezes as dificuldades são muito grandes e essas pessoas que ocupam esses cargos não têm condições de serem acompanhadas, capacitadas, não têm as informações básicas e muitas vezes acabamos culpabilizando os próprios conselhos das duas dificuldades. Portanto, como é que podemos ampliar o controle social? Essa é a pergunta permanente que devemos colocar porque a sociedade tem que controlar os conselhos e o melhor mecanismo para fazer essas avaliações é ultrapassar o limite da instituição e do Estado para chegar ao usuário quando é atendido, como esse usuário é atendido, como é envolvido de maneira crítica para que ele possa fazer uma avaliação efetiva, enfim esse é um tema que todos nós estamos trabalhando e é bastante complementar porque ultrapassamos o ponto de vista de qualificar a questão econômica. As ONG's durante muitos anos só trabalharam, e estou falando sobre o meu campo de atuação, sobre as questões sociais e culturais deixando de lado as questões econômicas porque parecia que era pecado tocar na questão econômica alegando ser coisa de outro campo e, hoje, a questão do emprego está colocada, a questão da economia solidária está colocada ou seja, o problema é como juntar efetivamente essas questões com as questões culturais, com as questões sociais. Talvez a grande dificuldade do nosso país seja que nunca colocamos a economia a serviço do social, do cultural, do ambiental. A forma colocada era: Se sobrar... é social. Se na conta bater tudo bem, restou algum. O salário não dá para aumentar porque a conta não vai dar certo. Talvez se tivéssemos tido como prioridades os custos efetivos do desenvolvimento humano, quanto custam efetivamente as escolas, as necessidades básicas do cidadão, ou seja, enquadrar a economia nesse sentido, tivesse sido diferente. Só que vinha sempre aquela desculpa que isso é uma utopia e só os profissionais é que entendem dessa área. Inclusive como economista muitas vezes fico em dúvida com

relação à minha categoria social, porque sou economista por um erro de formação, mas tudo bem.

SRA. CÍCERA – Pertencço ao Movimento Popular da zona sul. Há uma preocupação muito grande dentro desse movimento popular e, ainda voltando para a discussão da questão da capacitação que foi abordada pela companheira do Senac. Ela tem razão quando disse que a primeira coisa que eles falam quando chamados é sobre a creche e isso acontece tendo em vista não haver na periferia investimento no social. Por que creche? Porque realmente quando tem a creche a mulher pode sair de casa para fazer a sua promoção humana, se valorizar inclusive ajudar a crescer o próprio bairro.

Voltando a falar do projeto para maiores de 16 anos e também dos excluídos, não é que o pessoal não tenha condições de montar um projeto voltado para essa faixa etária, até mesmo porque têm condições, mas é que as pessoas ainda estão voltadas para o método tradicional e o que precisamos é de projetos voltados para o futuro e é o que o pessoal dessa idade pede. Portanto, gostaria de saber em quê o governo está contribuindo para que a sociedade civil seja capacitada? No que estão auxiliando essas entidades para que facilitem a vida dessas pessoas porque o que percebemos é que quem tem condições de fazer isso, a maioria dos recursos, vai parar nas mãos das Igrejas e não importa qual tipo de Igreja, se é católica ou protestante. As entidades que têm ações mais modernas acabam ficando para trás por causa da falta de capacitação e pela falta de não acreditarem porque não é uma ONG ou uma entidade maior.

SRA. ANA MARIA AZEVEDO – Concordo plenamente com o que você disse principalmente por causa das dificuldades encontradas pelas pequenas entidades, os pequenos movimentos em relação aos outros movimentos que já estão na luta há mais tempo e assim estão mais organizados. As Igrejas de fato têm mais organização, mais facilidade só que a Igreja não está mais sozinha porque os

movimentos desligados da Igreja cresceram e são os movimentos que trabalham mais na periferia e começaram principalmente pela luta das moradias, pela luta pelas creches que é legítima.

O que a companheira do Senac quis dizer, quando há reunião a primeira coisa que costumam pedir é a creche, o que é uma grande verdade e ela não estava condenando essa questão da creche porque é uma reivindicação muito forte. Além da creche quais são os outros projetos que nós precisamos? Precisamos de projetos de apoio à família. Por exemplo, como foi colocado, nos Estados Unidos o governo saiu e aqui o governo não saiu, ou seja, passou para a educação a responsabilidade a está tirando da assistência social, está transformando, está levando para a educação o que é da educação e deixando para a assistência social o suporte a essas mães ou outras opções para essas mães. Portanto, não há o sair, a preocupação com creche, a preocupação com a criança existe, mas quero chegar exatamente no ponto em que você tocou. Como é que uma entidade que ainda não é forte, não é registrada, portanto não tem nome, mas faz as suas reuniões e já conseguiu muitas coisas porque sabe o que quer e está com o problema nas mãos enfim como podemos ajudá-la? Temos boas experiências nesse sentido, mas como falei anteriormente, nem sempre as boas ações do governo chegam porque de fato falta alguma coisa, falta esta comunicação. Temos vários projetos com entidades populares que chegaram a ser conveniadas. Os técnicos da Secretaria estão à disposição para ajudar ou então em muitos casos fazemos a aproximação da entidade ou seja, trabalham juntas no mesmo objetivo ou elas se ajudam entre si na superação das primeiras dificuldades que é o do papel burocrático ou da legalização da entidade. A sede da Secretaria está localizada na Rua Bela Cintra esquina com São Luiz, depois passo o endereço completo, mas temos também o atendimento regionalizado em São Paulo. Existe uma equipe técnica que dá atendimento para a zona sul, zona leste, zona oeste enfim, o que quero dizer é que é possível.

SRA. NEUZA MARIA GOYS – Concordo em parte com tudo isso que você acabou de falar porque as instituições, os movimentos populares, devem procurar essa capacitação, mas não apenas no governo. Temos, hoje, uma série de instituições que têm procurado se agregar, por exemplo, o Senac tem uma experiência bastante interessante de auxílio à criação de uma rede de instituições na zona norte que atuam geograficamente numa mesma região e se propuseram, porque eram instituições com uma característica mais filantrópica, não tão moderna quanto uma ONG, a se agregarem e a começarem a pensar em novas ações, em novas capacitações, em ações conjuntas. Esse movimento é extremamente interessante, pois ajuda na criação de redes de auto-ajuda entre essas instituições. Além do Estado ter o dever de auxiliar e de procurar capacitar, enfim o Estado está transferindo recursos para essas instituições evidentemente é preciso capacitá-las, talvez até o momento que elas façam a elaboração do projeto, mas também é preciso haver um movimento por parte da sociedade de se agregar, de procurar informações porque existe e essas informações estão disponíveis como por exemplo, a Ritz, a Bong e outras instituições que têm nos seus técnicos informações e orientações a dar. Quer dizer, precisamos mudar um pouquinho o nosso olhar de que só ao Estado é que podemos nos dirigir, mas também a sociedade toda porque toda ela deve participar dessa capacitação.

SR. – Apenas para informar a Ritz que foi citada é rede de informações do Terceiro Setor cuja sede é no Rio de Janeiro. Foi convidada para esta reunião, mas infelizmente por problemas de reorganização interna, no último momento, a responsável nos comunicou que não poderia comparecer no período da tarde. Justamente no período da tarde seria debatido essa questão de informações no Terceiro Setor e das Experiências.

SR. ARNALDO AZEVEDO MARQUES – Sou consultor independente e sobre o que o Marco Aurélio falou também gostaria de dar a minha opinião a respeito das

informações inclusive a falta que está fazendo a representante da Ritz é muito grande porque o que tem surgido nos debates principalmente as perguntas são questões de informação. Pergunto à mesa: Há um caminho institucionalizado para a questão da informação porque a pergunta levantada pela companheira dá para observar bem essa carência?

SR. SÉRGIO HADDAD – A Ritz é uma instituição que fundamentalmente vem prestando esse tipo de assessoria, mas basicamente ela é um *site*, uma *home page*, enfim todo tipo de informação está lá para quem quiser acessar porque é um *site* aberto e as pessoas entrando nesse site conseguem obter dados jurídicos e tudo mais. A Bong também tem um *site* e tem um boletim semanal que é enviado por *e-mail* e se os presentes quiserem recebê-lo basta dizer qual é a entidade e o *e-mail* que passaremos a enviar. Esse boletim é semanal, cujas informações abrangem o campo mais específico das organizações não governamentais.

A idéia é que se possa disponibilizar e concordo plenamente com essa questão: sem informação não é possível o controle, não é possível o acesso público, enfim não é possível fazer nada, ou seja, o primeiro caminho é o caminho da informação. Ainda em relação à Bong devo dizer que ela faz reuniões regionais porque é organizada regionalmente, as associações de ONGs. São Paulo é uma região e mantém reuniões permanentes justamente para as organizações não-governamentais que queiram se incorporar a uma rede mais ampla de informações para se atualizar. Existem várias organizações que atualmente estão desenvolvendo trabalhos nessa área de capacitação e de ampliar a capacidade técnica organizacional e institucional para organizações não-governamentais. Existem dois centros nessa área que já foram citados, um na Getúlio Vargas e outro na Universidade de São Paulo que estão trabalhando sob essa óptica porque já existem vários caminhos que poderiam ser identificados justamente nesses sites. Ou seja, o caminho inicial pela entrada da home page, por exemplo, a home page

da Ritz é: www.ritz.org.br e da Bong é: www.bong.org.br e essas duas são fortes nesse campo da informação. Sei que insuficiente, mas é um caminho.

SR. SILVIO PELICANO – Represento a Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos. Nós percebemos aqui que as perguntas são dirigidas mais em função do relacionamento do Estado com as entidades. Vou fazer um enfoque mais da iniciativa privada, do mercado, com as entidades filantrópicas.

O que acontece nesse setor do Estado, quando se consegue as verbas, e quando são criados também esses conselhos, nós do Conselho Municipal de Saúde e do Conselho Estadual de São Paulo, muitas vezes esses conselhos não são muito bem preparados e sabemos muito bem por que não houve tempo para prepará-los, acabam fazendo uma pressão em cima da área da saúde, principalmente em cima das santas casas e hospitais filantrópicos muito grandes querendo saber para onde vai o dinheiro, de que forma gasta e uma série de coisas mais. O dinheiro já é curtíssimo e ainda com toda esta pressão a coisa fica difícil, fica extremamente atritivo.

Estamos criando uma entidade denominada Terceiro Setor que vai estimular principalmente a iniciativa privada a se compor principalmente com as santas casas que é a área em que atuamos. Já começamos a colher alguns frutos. Algumas cidades que fizeram convênios com empresas, convênios com planos de saúde de autogestão já estão colhendo algum resultado dando um equilíbrio aos hospitais e dando equilíbrio inclusive à própria saúde, a tal ponto que essas cidades, que são poucas, já estão preocupadas em fazer um trabalho preventivo na própria cidade, ou seja, já estão criando um grupo multidisciplinar para fazer também um trabalho de assistência à saúde.

O que nós entendemos é que uma comunidade sadia traz mais impostos, traz mais empregos, enfim traz uma série de vantagens. O Terceiro Setor no nosso entender é mais no setor privado com as entidades filantrópicas. Outra coisa que estamos tentando fazer é com que as entidades filantrópicas, porque elas têm uma

transparência absoluta porque são fechadas, se fecham em pequenos grupos e quem administra tem dificuldade e quem está do lado de fora acha que o governo está mantendo tudo quando na verdade está mantendo parcialmente essa assistência.

Por intermédio da informática, estamos tentando fazer com que aqueles que colaboram possam acessar no computador para onde foi o dinheiro nos seus projetos, ou seja, a iniciativa privada, hoje, está trazendo uma colaboração muito grande não só para a saúde como também para a sua rentabilidade. Dentre as cidades que fizeram convênios com as empresas como citei anteriormente, numa delas, a empresa está tendo menor número de faltas quando anteriormente tinha um número maior e com isso os empregados estão produzindo mais, estão mais contentes ou seja, é dar com uma mão e receber com a outra. Esse plano do Terceiro Setor, ou seja, eu milito nessa área há 28 anos junto ao Estado e a dificuldade que se tem é muito grande, mas com o setor privado acredito que vamos ter um êxito maior. Muito obrigado.

SRA. – A sua colocação foi muito interessante, porque esse novo olhar para a sociedade civil é importante, não é só estar se dirigindo o tempo todo ao Estado, mas também à sociedade civil, ao mercado e tudo mais. Ainda estou para sentir com mais substância a participação do mercado porque o mercado no Brasil ainda deve muito à questão social, quer dizer, ainda está longe de contribuir com o que deve. Foi uma coisa que muito me impressionou quando da minha estada nos Estados Unidos, desculpe se fico me referindo assim, mas é um ponto de comparação importante. Por exemplo, nos Estados Unidos, você é chamado a atuar voluntariamente e as empresas têm a obrigação de contribuir o tempo todo o que chega a ser chato. Recebia quinhentos telefonemas por semana solicitando ação voluntária, seja para campanhas para capacitar, para captar recursos, bazares, o que for, mas o tempo todo porque há uma tremenda mobilidade social. No Brasil ainda estamos muito longe disso tudo. Estamos muito longe, apesar de atualmente

estarem atuando mais com pesquisas, com avaliações junto ao setor privado, mas poderiam estar fazendo muito mais do que estão só que evidentemente já começam com um olhar mais positivo. A questão do balanço social é importante e isso já começa a entrar no linguajar, a questão da parceria com as instituições coisa e tal, mas o que eu sinto é que ainda não está plenamente difundido no Brasil, mas fico muito contente que já estejam conseguindo algum resultado.

SR. SILVIO PELICANO – Podemos ver que as grandes revistas existentes estão citando esse movimento do Terceiro Setor. Quer dizer, esse movimento está crescendo e passou-se a ter maior sensibilidade para essa questão, acredito eu.

SR. – Silvio, para complementar o que você falou, a Ana Peliano, no primeiro seminário, trouxe todo esse retrato da participação econômica e social nesse setor da pesquisa do Ipea.

SR. MÁRIO CESAR MARTINS CAMARGO – Com relação à parceria entre o Estado e o Terceiro Setor, dentro daquilo que já foi falado, do modelo americano de mobilização social, por meio do Rotary International estamos desenvolvendo um projeto curioso em parceria com o governo e com as empresas privadas, teoricamente o segundo setor. Houve uma inversão de valores. O Rotary entrou nessa parceria a convite da Secretaria de Saúde para dinamizar, para fazer uma mobilização comunitária no sentido da população se interessar por um projeto de dengue porque ela tem toda uma tecnologia de mobilização da comunidade. E, por incrível que pareça, é um projeto caro e evidentemente faltam recursos para alimentação dos membros voluntários envolvidos. O engraçado é que quem está fornecendo a alimentação do projeto é outra entidade, o Zen Budismo, que eu represento também e observando o projeto como um todo o que noto é uma inversão de valores e gostaria que comentassem a respeito.

O Estado, por meio da Secretaria da Saúde, pediu ao Rotary uma mobilização comunitária, ou seja, os roteiros, todo o trabalho pertinente, abrindo caminho para os técnicos contratados do consórcio privado, visitar casa a casa, e isso eles não sabem fazer e é o Rotary que está fazendo esse trabalho. Como exige muita gente, obviamente tem todo um aparato, inclusive o Exército está ajudando com oficiais médicos que ficam de plantão para dar assistência ao pessoal, e a alimentação desses oficiais médicos e dos escoteiros é cedida pela comunidade zen budista obviamente com recursos financeiros. Portanto, houve uma inversão e gostaria que comentassem a respeito.

SRA. – Não entendi muito bem essa inversão, mas acredito que o que você está querendo dizer, é que na verdade, o Estado está pedindo o auxílio à mobilização. É isso? Só que não é papel do Estado mobilizar, quer dizer, a mobilização quem tem que fazer são os partidos políticos, Igrejas, enfim a sociedade civil. Nesse sentido, não me causa estranheza. Acho muito positivo que o Estado esteja solicitando a participação do Rotary para ajudar nesse processo, porque, com certeza, o Rotary tem muito mais competência para mobilizar do que o Estado. Nesse sentido, desculpe, não entendi a sua pergunta.

SR. MÁRIO CESAR MARTINS CAMARGO – Considerando que a saúde pública, em que o controle do vetor do dengue, o mosquito “aedes egyptis” é de competência obviamente dos órgãos públicos, ou seja, do Estado, e terceirizaram, contrataram um consórcio de empresas privadas para fazer o trabalho de profilaxia, visitação casa a casa, só que a mobilização da comunidade estava fraca. E conhecedores de um projeto do Rotary nesse sentido onde fez todo o trabalho, inclusive a parte técnica, se lembraram disso e fizeram um convite formal quando então houve o engajamento do Rotary. À medida que a máquina foi crescendo, o Exército, a convite do Rotary, cedeu oficiais médicos, recrutas no sentido de criar todo um aparato, faltou a logística, ou seja, alimentos, transportes e outras

entidades começaram a entrar na rede e os recursos financeiros advêm dessa rede...

SRA. – Tudo bem, isso é o fruto da parceria, o que é muito bom. É um exemplo a ser seguido, porque realmente houve a congregação no combate da dengue entre várias instituições: públicas, privadas e a mobilização. É bastante positivo.

SR. MÁRIO CESAR MARTINS CAMARGO – Penso eu que é um bom referencial da conjunção dos três setores no sentido de atender uma necessidade que estamos passando ultimamente.

SR. – Não havendo mais perguntas a serem feitas aos palestrantes gostaria de perguntar se alguém deseja fazer alguma consideração final e depois disso daremos por encerrada essa primeira parte do seminário convidando a todos a comparecerem às 2 horas da tarde, quando serão vistas as experiências do Terceiro Setor pelos seus executores. Por gentileza.

SRA. – Já falei demais, somente tenho a dizer que agradeço muito esse momento de discussão e de reflexão, parabênz ao Fórum São Paulo Século 21 pela iniciativa. Muito obrigada.

SR. SILVIO PELICANO – Faço das suas palavras as minhas palavras. Obrigado.

SRA. – Também agradeço, dizendo que foi uma oportunidade muito importante em ver as pessoas que estão interessadas em conhecer o endereço da

Secretaria, principalmente para a Cícera, porque é uma experiência, uma atitude, uma iniciativa muito boa. Parabéns aos organizadores. Muito obrigada.

SR. – Reiniciamos os trabalhos deste Fórum e esta Presidência passa a palavra ao Sr. Silvio Pelicano para que chame os membros da Mesa. Muito obrigado.

SR. SILVIO PELICANO – Boa-tarde a todos. Como fizemos na parte da manhã, vamos convocar um palestrante por vez que falará da sua experiência com a sua entidade e da sua experiência pessoal também. Convidamos a representante da Associação Comunitária Monte Azul Leda Maria Acherman.

SRA. LEDA MARIA ACHERMAN – Boa-tarde a todos. Sou enfermeira sanitaria com mestrado na área de ciências sociais e sou Presidente da Associação Comunitária Monte Azul que é uma das mais antigas organizações não-governamentais no Brasil.

Fiquei feliz quando o Sr. Silvio falou que poderíamos falar não só da experiência da instituição mas também da experiência pessoal e gostaria de fazer uma pequena provocação, depois do almoço, para que refletíssemos sobre o que é o Terceiro Setor nessa atual conjuntura que estamos vivendo. Para isso peguei duas matérias de jornal e gostaria de discutir com todos os presentes.

A Monte Azul é uma instituição que muito me envaidece presidir, porque já presidiu vários prêmios na área da educação, cultura e saúde. Temos vários convênios com outras entidades internacionais, mas muitas com o próprio governo e gostaria de trazer um pouco da minha aflição e da minha angústia às vezes por estar desempenhando uma função por meio de uma ONG, uma função de serviço público. Quando recebemos mais um prêmio outorgado pelo PNBE, na área de educação, e naquela época estava ocorrendo toda aquela problemática com a Febem e ainda continua, mas estava na ordem do dia, quanto me afligia ver uma

sociedade, e nós acabávamos de receber um prêmio, que não sabia o que fazer com as suas crianças e também acabei me envolvendo numa discussão que foi muito importante e nesse sentido é que gostaria de conduzir a minha fala.

Uma das matérias pertence ao Jornal da Tarde fala da Monte Azul, inclusive fala muito bem, o que me deixa muito feliz, mas o título é: A SOCIEDADE ASSUME O PAPEL DO GOVERNO. Começa falando da Ação Comunitária Monte Azul, da excelência dos seus serviços, da não-violência dentro da favela, porque é uma favela onde não tem drogas, onde se pode andar a qualquer hora do dia ou da noite. Quando penso nesse título: A sociedade assume o papel do governo ou esse é o papel da sociedade em parceria com o governo, quanto hoje uma instituição como a Monte Azul é um agente político poderoso dentro da concepção de cidadania, de direitos e deveres, em que ter um trabalho de excelência pode estar sendo cobrado, sendo porta-voz no sentido de colocar que nós temos alternativas para serem discutidas, porque a questão é muito mais complexa e funciona porque é privado e não porque é público. Quanto isso acaba subsidiando algumas discussões e o Estado se omite, se recolhe porque o setor privado desempenha melhor essa função.

Outra matéria que também chamou minha atenção é a seguinte: Num primeiro momento a gente fica feliz, mas depois quando pensamos no uso que podemos fazer do próprio nome da Monte Azul a coisa muda. O título é: FAVELA É UM EXEMPLO DE EXCELÊNCIA. TRANSPARÊNCIA MARCA A ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MONTE AZUL. A matéria é muito interessante, inclusive o Professor Luiz Carlos Merege da GV fala da experiência, fala de quantos centavos são gastos, toda a favela fica sabendo quanto foi gasto em xerox, em combustível e tudo mais.

Enquanto vivência duma experiência muito rica que tivemos no ano passado gostaria de falar de outro terceiro setor porque o que nós vimos aqui é que a gente acaba tendo uma concepção de função pública porque creche, temos ambulatório que funciona como posto de saúde com 23 mil atendimentos/mês, quer dizer, maior

até do que muitos postos de saúde, temos um centro cultural com várias atividades ou seja, exerce uma função que é pública, só que é da iniciativa privada, mas também recebe financiamento do dinheiro público. A Monte Azul nasceu de recursos privados, de remessa de dinheiro de fora do país e naquela época conseguíamos mobilizar muito pouco as pessoas dentro do país, mesmo porque legalmente não temos muita clareza sobre os benefícios que podemos obter na área fiscal, por exemplo, a Lei Rouanet. É muito difícil fazer com que as empresas entendam e acabem participando dum projeto deduzindo do imposto de renda, enfim a Monte Azul nasceu com um caráter e, hoje, já tem outro caráter. Hoje, os nossos parceiros principais são o município e o Estado e muitas vezes a União. Há pouco tempo consegui um complemento financeiro do governo alemão para ampliar as creches só que exigia que 25% desse valor que estava sendo enviado fossem arrecadados dentro do país, o que se tornou um problema para nós porque era um valor grande e que nos permitiu ampliar quase cento e cinqüenta das mil e duzentas crianças que temos nas creches. Pensei, meu Deus, se o governo alemão está bancando toda essa obra, esses 25% têm que ser do governo brasileiro e não vamos precisar correr atrás de várias entidades. Acabamos conseguindo esses 25% do BNDES.

Gostaria de ir para outro extremo e vou falar de outra experiência para termos outra concepção de Terceiro Setor. Tive a oportunidade de coordenar, no ano passado, a implantação do orçamento participativo no Município de Itapecerica da Serra. Essas plenárias que foram feitas em praça pública acabaram mobilizando quase cinco mil pessoas quando discutíamos orçamento em praça pública. Orçamento público. Acabamos elegendo nessas assembleias, por aclamação, representantes dessas 14 áreas da cidade. Formamos um conselho com 28 pessoas e 250 delegados que representavam a cidade. Tive o privilégio, a riqueza de acompanhar esse trabalho, que acabou sendo muito parecido no sentido de incorporação de valores com o trabalho da Monte Azul, só que fiz do outro lado, ou seja, eu não era do Terceiro Setor e sim Primeiro Setor, mas também estávamos

mobilizando a sociedade civil. Foi muito interessante e em determinado momento pensei: Qual é a atribuição desse conselho? Na Monte Azul, inclusive posso deixar essas matérias para que o Marco Aurélio distribua aos senhores, é verdade que cada pessoa sabe do orçamento da entidade porque é discutido com todos, inclusive na semana passada discutimos o balanço da Monte Azul com pessoas que são os nossos colaboradores diretos porque cada um acaba entendendo e questionando, discutindo cada tostão. Portanto, fizemos isso do outro lado enquanto governo, enquanto vontade política que está formando esse Terceiro Setor, porque esses conselhos, que hoje são co-gestores assim como a Monte Azul acaba sendo, também são Terceiro Setor, também são voluntários que trabalham no sentido de direcionar a coisa pública. Entendemos, hoje, que a Monte Azul precisa ter uma participação política, inclusive agradeço o convite para participar desse seminário porque é muito importante que a gente comece ocupar outras esferas da sociedade. Essa vivência do orçamento participativo deixou muito claro que a sociedade está pronta para participar, seja por meio duma ONG, seja por meio do desejo político de um governante, e essa não é a forma mais fácil de governar porque promove conflitos e como defendo sempre, para mim, um conflito é um espaço sagrado, porque é o espaço da transformação e, principalmente, porque vivemos um momento propício para transformações quando buscamos qual é o nosso papel na sociedade.

O Terceiro Setor que hoje é tão valorizado, que é tão eficiente, inclusive gostaria de dar um tom irônico para essa eficiência, porque cada prêmio que a Monte Azul recebe eu me pergunto quanto está por trás desse prêmio e a afirmação de que não precisamos do Estado, que a sociedade civil dá conta quando se organiza por si só. Se formos pensar em termos de eficiência financeira é verdade, mas porque existe uma grande participação.

Já estive aqui nesta mesma sala, neste mesmo espaço, participando do fórum paulista discutindo o orçamento do Estado quando fui convidada para fazer parte desse seminário enquanto coordenadora do orçamento participativo de

Itapecerica da Serra. E, hoje, estou aqui presente enquanto Monte Azul. Ou seja, os nossos papéis hoje se confundem, em alguns momentos a gente acaba sendo uma figura pública por exercer um trabalho público, de um setor privado, ou um trabalho público dentro da administração. Poderíamos falar durante horas sobre a Monte Azul que tem um trabalho de excelência, recebe prêmios da Unicef, da Fundação Abrinq, enfim instituições parceiras. A própria Fundação Abrinq é uma parceira que partilha dessas aflições que estou contando para os senhores porque é um momento de muita responsabilidade na valorização da eficiência do Terceiro Setor. Hoje, o Terceiro Setor precisa estar junto com o governo discutindo algumas questões porque a nossa experiência é riquíssima, temos alguns canais que não são os tradicionais, ou seja, ou quebramos esses canais tradicionais para discutirmos em pé de igualdade, inclusive, há pouco tempo, o governador nos chamou para discutir a questão do menor e achamos ser uma questão muito mais complexa do que definir a questão de descentralização da Febem, só que é preciso discutir com o olhar para o passado. Por exemplo, estou lendo uma matéria publicada pelo Boaventura que fala sobre aquela citação do anjo que está de costas para o futuro e voltado para o passado para buscar, no passado, a revelação e se voltar para o futuro e atuar. Ou seja, se não tivermos essa disposição e olhar qual é a complexidade em que o Terceiro Setor está inserido, hoje, porque é quase Primeiro Setor, inclusive estava lendo ontem no jornal uma reportagem sobre a empregabilidade do Terceiro Setor porque está provado que não tem mais o caráter de filantropia, o caráter de liberdade isso não existe mais. Atualmente as pessoas são altamente profissionalizadas quando procuram mostrar a coisa do impacto, a coisa da epidemiologia, a coisa do gerenciamento enfim está nas universidades, como o Professor Maregi defende que a profissionalização do Terceiro Setor, desde como elaborar um projeto. A Monte Azul tem 21 anos, aliás, no mês de outubro, vamos comemorar durante um mês inteiro a maioria da entidade. Uma das questões fundamentais é que a Monte Azul nasce da própria comunidade. Quando ela nasceu não existia esse caráter profissional da atuação do Terceiro Setor e as

peças foram sendo formadas no processo, como todo processo que nós defendemos de cidadania, de apropriação, de visualização dum desejo comum, um propósito acima das diferenças e isso exige tempo, disponibilidade, exige profundo respeito às diferenças e acredito que precisamos começar a discutir com essa profundidade essas experiências que estão sendo trazidas nesse seminário. Era o que tinha a falar e passo às mãos do Marco Aurélio as três matérias, inclusive uma delas é sobre a experiência do orçamento participativo na minha cidade e coloco-me à disposição para quaisquer perguntas ou reflexão.

Obrigada.

SR. SILVIO PELICANO – Leda, você falou muito rápido e, por isso, ainda tem 15 minutos e poderia falar sobre o que deu certo e o que deu errado e por quê.

SRA. LEDA MARIA ACHERMAN – Vou falar sobre a história da associação. A Associação Comunitária Monte Azul foi fundada pela pedagoga alemã Ute Cremer quando veio lecionar no Brasil na escola Rudolf Steiner que aplica a pedagogia Waldorf que é uma pedagogia humanista, espiritualista. Essa escola destina-se a crianças da classe média alta e está localizada no Bairro Boa Vista. Essa pedagoga vai morar perto duma favela quando começa um trabalho com as crianças dessa favela que iam até a sua casa, ela oferecia os materiais pedagógicos para as crianças brincarem e com isso o trabalho foi crescendo e nasce, então, a primeira “crechinha” e é chamada assim até hoje e acabou sendo a essência do nosso trabalho que é construir pontes entre mundos diferentes, ou seja, o mundo da riqueza com o mundo da pobreza.

Num primeiro intercâmbio os próprios pais dos filhos que estudam nessa escola Rudolf Steiner começam a subsidiar a construção da crechinha. Nesse meio tempo as crianças recebiam não só comida e também algumas atividades foram sendo desenvolvidas, mas o que ficou evidente é que essas crianças eram extremamente doentes por causa da falta de saneamento básico, desnutrição, enfim

as doenças da miséria. Ao mesmo tempo teve início a construção, no sistema de mutirão, do ambulatório da Monte Azul. Ao mesmo tempo que teve início a construção da crechinha e do ambulatório foi acontecendo a mobilização dos pais e dos moradores dessa favela mediante discussões de como iam empregar o dinheiro que estavam recebendo e assim começou um trabalho basicamente voltado à criança. Algumas mães se propuseram a ficar com as crianças enquanto outras mães poderiam ir trabalhar ou seja, começamos a perceber que índices de acidentes domésticos eram muito altos porque as crianças ficavam sozinhas, bebês que ficavam, muitas vezes, nas mãos de crianças pequenas e assim teve início o nosso trabalho. Primeiro, as crianças ficavam meio período, depois sentimos a importância de manter a creche o dia inteiro. Começamos com 40 crianças depois fomos passando para 50, 100, 200, 400 e hoje temos quase 1.200 crianças em três núcleos. Quando começamos o trabalho na Favela Monte Azul depois de três, quatro anos o mesmo trabalho teve início na favela vizinha, a Peinha, e é quando falo do respeito às diferenças porque essa foi uma das dificuldades que nós enfrentamos, ou seja, o que tinha dado certo na Monte Azul, obrigatoriamente não dava certo na Peinha, apesar de serem favelas vizinhas mas tinham caráter diferentes, eram comunidades diferentes inclusive geograficamente eram diferentes. A Monte Azul fica situada numa vale e a Peinha fica situada no morro. A Peinha é valente, ela enfrenta, ela tem toda uma relação com a cidade porque está exposta. A Monte Azul geograficamente está mais protegida. Por exemplo, como enfermeira sanitária há 10 anos falo: Mas quando é que vai surgir a necessidade do ambulatório que foi uma das primeiras necessidades a nascer na Monte Azul e só surgiu agora há pouco tempo, não foi a minha ansiedade que fez com que acontecesse porque as prioridades eram outras. Também acabamos desenvolvendo esse trabalho no Bairro Horizonte Azul que fica perto de Parelheiros, não é favela, mas tem uma característica completamente diferente, porque é uma área de manancial, onde as pessoas correm o risco, a qualquer momento, de ter que saírem de lá, o que acaba mobilizando as pessoas para uma atitude muito mais hostil, mais

agressiva, com mais dificuldades em se organizarem porque eles mudam muito, ou seja, muitas pessoas vão embora e muitas outras sempre estão chegando, portanto o reconhecimento daquele grupo social é muito mais difícil.

Esse olhar é o que devemos ter quando começamos a desenvolver um trabalho, por que muitas vezes fracassamos e muitas vezes é mais interessante contar porque fracassamos do que contar o que deu certo, porque a Monte Azul virou referência. Por exemplo, uma média de cerca de duzentas a duzentas e cinquenta pessoas nos visitam semanalmente porque estão prontas para começar um trabalho e querem conhecer um trabalho que deu certo. Há pouco tempo me ligou um empresário dizendo: Achei que estava pronto para desenvolver uma atividade na área social, e esse empresário tem uma grande fábrica de tintas, e encheu um caminhão com latas de tintas e foi para uma favela perto da sua fábrica e começou a fazer a distribuição, mas aconteceu que começou uma briga muito grande entre os moradores, precisaram chamar a polícia e ele me falou: O pior de tudo é que os moradores foram para a minha fábrica e falaram que a minha tinta não é boa porque quando chovia a tinta escorria, não souberam usar porque a parede estava inadequada e tudo mais. Falei para ele: Não seria interessante você montar uma escola para pintores na favela? Ele aceitou a idéia e já está na terceira turma de grupos de pintores e já sabem preparar uma parede, sabem usar a tinta da sua fábrica, inclusive acham o produto fantástico e com isso conseguiu fazer uma marca para o seu produto. Dia desses ele estava muito bravo, não bravo o suficiente para desistir do seu intento, mas queria saber qual era o melhor caminho a seguir. A atitude diante do desenvolvimento de uma ONG, a concepção de filantropia e de atuação social não são idéias com as quais nós nascemos, mas ao longo do tempo vamos refinando essa idéia e tomando alguns cuidados que podem ser cruciais, ou seja, as pessoas não querem mais essas atitudes assistencialistas ainda que muitas vezes precisamos ter essas atitudes e sempre lembro do Betinho falando: A gente cuida primeiro da fome depois vamos discutir cidadania. Com fome ninguém discute cidadania.

Portanto, continuamos a ter esse olhar de atenção e de cuidados porque as nossas mil e duzentas crianças têm visitas periódicas de pediatras porque ainda temos famílias que precisamos socorrer, ao mesmo tempo vamos ouvindo essa população com ouvidos de respeito à individualidade de cada comunidade, porque a comunidade acaba desenvolvendo um espírito que a gente chama, ela acaba encarnando um espírito como uma pessoa enfim, uma personalidade. Diria que essas foram as grandes dificuldades, ou seja, perceber a personalidade de cada grupo e procurar acertar e segurar a nossa ansiedade porque o nosso desejo muitas vezes é um, porque não é real, não é concreto, e dentro dos nossos desejos temos uma concepção de valores, não é? Como enfermeira, muitas vezes procurei defender o ambulatório só que procurei desenvolver a capacidade de ouvir o outro, de perceber, de respeitar e entender que o momento ainda não tinha chegado e agora também chegou o ambulatório na Comunidade Horizonte Azul.

Ainda falando sobre a área da saúde e dos ambulatórios e, novamente, trazer a questão do governo. Vamos assinar um convênio com a Secretaria da Saúde do Estado nesse projeto Qualis que já é o que estamos fazendo na nossa comunidade, ou seja, a proposta do médico de família, programa de saúde da mulher, serviço odontológico. Quando vejo as discussões furiosas entre o Secretário da Saúde, o pessoal da saúde pública da USP porque o Estado não remunera ou seja, o Qualis paga quase o dobro para os profissionais da saúde num projeto como o nosso, e os serviços públicos ainda têm um salário completamente defasado, quer dizer, não sei se vou conseguir me fazer entender, vejo que existe um grande investimento no dito Terceiro Setor, menor do que é investido no próprio Estado.

Os convênios que temos na Monte Azul são maiores do que muitas prefeituras arrecadam de repasse do Estado, um dinheiro que é para ser aplicado na área social principalmente com as creches. Muitas vezes quando vou ao Palácio dos Bandeirantes encontro os prefeitos o que é muito interessante porque a gente acaba sendo uma dirigente, como uma pequena prefeitura, com mais credibilidade, não sei se por causa da transparência, por causa da chamada eficiência e, porque

não provocar esse comportamento também no setor público ou no setor governamental? Porque não podemos com a experiência e com a auscultação que a Monte Azul tem para com a sua comunidade, o governo também poderia criar mecanismos como o orçamento participativo por exemplo, em que a gente acaba tendo um pé de igualdade para podermos discutir com a comunidade e abertos para o questionamento, inclusive falei para um prefeito: olha, prefeito, olha bem o que está fazendo porque uma coisa é a gente falar que é democrático, defender a democracia, outra coisa é viver profundamente a democracia com todos os conflitos que ela promove. E não deu outra. Estava num congresso internacional, em Porto Alegre, sobre democracia participativa, e esse prefeito me telefonou dizendo: Olha, todo o conselho do orçamento que eram quase trezentas pessoas estavam em frente à Câmara Municipal, porque já tinham entregado o plano orçamentário e os vereadores tinham vetado e estavam mexendo no plano e estavam chamando os vereadores para discutir em praça pública o orçamento. Disse ao prefeito: Não vá lá. Isso é sinal da eficiência do nosso trabalho. É qualidade do trabalho e fiquei muito orgulhosa. Os vereadores retiraram os vetos na discussão e conheço muito bem essa atitude porque no nosso trabalho procuramos priorizar... conhecemos a nossa comunidade, e não deixa de ser o Terceiro Setor atuando publicamente. Era o que tinha a colocar e agradeço a oportunidade e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos. Obrigada.

SR. SILVIO PELICANO – Agradecemos a Leda e depois da fala do último palestrante vamos formar uma mesa para responder às perguntas.

Convidamos, a seguir, o representante do Grupo de Instituições e Fundações de Empresas (GIF), Dr. Jorge Roncati.

SR. JORGE RONCATI – Gostaria de agradecer a iniciativa desta Casa pelo convite, e achamos extremamente importante no caminho de consolidação do Terceiro Setor no Brasil o envolvimento cada vez maior de órgãos, instituições,

organizações de pessoas que têm contribuído para que não seja mais uma moda de benemerência com uma cara nova, mas que seja realmente o que nós acreditamos um investimento na alteração da estrutura social desse país em conjunto com cada um dos setores que trabalham complementando e não competitivamente ou substituindo o papel de cada um desses setores, primeiro o setor público, e segundo, o setor privado e terceiro o setor das organizações socialmente válidas.

Represento o GIF como conselheiro e no conselho do GIF também temos a diretoria com o primeiro setor do governo e no GIF represento a Fundação Educada e Pascoal. A nossa atuação no GIF também é voluntária enquanto executivos dessa organização. O meu histórico profissional é da organização privada, sou formado e especializado em planejamentos estratégicos e atuo no setor privado paralelamente ao Terceiro Setor uma vez que ele nos envolve de tal maneira quando passa a ser a atividade principal e há cinco anos atuo voluntariamente.

Trouxemos algumas transparências, na verdade bem poucas, para darmos uma idéia do que tem sido o trabalho do GIF nos seus cinco anos de história.

O GIF é o Grupo de Institutos e Fundações originalmente representações empresariais, e agora fundações em empresas quando surgiu uma abertura de escopo, nós não congregamos tão-somente fundações, mas também empresas que tenham atividades sociais minimamente organizadas, porque temos critérios para que as empresas possam ser admitidas como sócias e esses critérios então delimitam ou buscam delimitar o que nós entendemos seja uma escala mínima para fazer parte do GIF. Portanto, essa é a missão do GIF, aperfeiçoar os conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum, análoga à missão genérica de Terceiro Setor de recursos privados para fins públicos que têm sido muito utilizados. Mais informalmente ainda Peter Drucker tem uma definição interessante para Terceiro Setor, quando diz que o Terceiro Setor é toda aquela atividade que faz a diferença na vida das pessoas. Essa é a diferença. O que não faz diferença não é Terceiro Setor, se faz diferença com o interesse público é Terceiro Setor.

O histórico do GIF é o seguinte. Surgiu em 1995 com 25 membros. Tinha uma atividade anterior que era informal e, por meio de reuniões entre fundações, seus diretores e conselheiros, resolveram criar o GIF que é a primeira organização da América Latina a reunir *grandmakers* ou seja, organizações que trabalham com o financiamento daquelas organizações ou estrutura que são diretamente operadoras. O GIF, na sua maior parte, reúne membros que financiam ou dão suporte técnico e financeiro a projetos sociais. Muitas dessas organizações têm projetos diretos mais a caracterização é a capacidade de ser o que é chamado de *grandmaker*. São hoje 54 associados num investimento total, em 99, de 447 milhões de reais. A estimativa para o ano 2000 é algo na casa de 500 milhões de reais de investimento social direto. Desses 54 associados, temos: Banco Chase Manhattan, Basf S.A., Centro de Integração Empresa Escola, CPBC, Ericsson, Abrinq, Acesita, Banco do Brasil, Brascan, Bradesco, Cargill, Unimed, Clemente Mariani, Fundação CSM, Fundação Educar e Pascoal, Fundação Estudar, Fundação Ceaq, Fundação Ford, Fundação Grupo Excel do Brasil, Fundação Yochpe, Fundação José Silveira, Fundação MacArthur, Fundação Maurício Sirotsky e Sobrinho, Fundação O Boticário, Fundação Odebrecht, Fundação Orsa, Fundação Otacílio Coser, Fundação Patrimônio Histórico e Energia de São Paulo, Fundação Pescar, Roberto Marinho, Home, Rômulo Maiorana, Fundação Semear, Vale do Rio Doce, Fundação Varga, Victor Civita, HSBC, Bank Brasil, Instituto Ayrton Senna, Instituto Arruda Botelho, Instituto C&A, Instituto Sesc Criança, Instituto Credicard, Instituto Cultural Filantrópico Alcoa, Instituto Herbert Levy, Instituto Itaú Cultural, Instituto Ronald MacDonald, Instituto Xerox, Liceu de Artes e Ofícios, Natura Cosméticos, Hospital Albert Einstein, Axoca Society, Vita, Volkswagen, Kellogs Foundation. Podem notar que a maioria das organizações listadas como associadas são fundações porque até o ano passado o nosso estatuto limitava o ingresso de empresas e nós tínhamos somente fundações empresariais, o que foi mudado no último ano e já aparecem algumas empresas como atividades sociais.

As áreas de atuação desses nossos associados são educação em torno de 74%, cultura 44%, saúde 39%, meio ambiente 27% e assistência e promoção social 26%. Os números se acumulam, a soma é muito superior a 100%, porque a maior parte das fundações tem duas ou mais linhas de atuação, é muito comum quem tem projetos de educação e projetos complementares em saúde, e vice-versa.

Foi feita uma pesquisa bastante recente e os dados dessa pesquisa geraram alguns números interessantes. Apenas para que possamos fazer referência à base dos dados que vamos apresentar foram quatro pesquisas. A primeira de estratégias de empresas no Brasil com atuação social e voluntariado. Segunda pesquisa, empresas e responsabilidade social, um estudo no Nordeste do Brasil. Terceira, responsabilidade social do empresário, o papel da empresa, o cidadão no Ceará. Ações Sociais das Empresas no Sudeste. Quem são e onde estão. Num total do universo pesquisado cerca de 2.350 empresas. O GIF hoje abrange fundações e organizações do Brasil inteiro. Estamos tentando nos livrar da imagem de que ele é uma organização de São Paulo. Não é. Existem algumas iniciativas em outros Estados de aplicarem a experiência e estamos buscando interessados que possam fundar o GIF no seu Estado ou na sua região. Na verdade, a idéia é que o GIF seja regionalizado para estar mais próximo do associado. O GIF Sul é hoje o mais organizado fora de São Paulo e está se formando o GIF Nordeste com muita força ao redor de atividades que são ajudar a fundação e das empresas do Grupo Odebrecht.

Portanto, essa pesquisa nos mostrou que cerca de 60% das empresas brasileiras desenvolvem algum tipo de ação social. O número é impressionante também para nós que estamos nesse setor porque não é difícil enumerar o número de fundações e de empresas pelo menos que aparecem na mídia com ações sociais organizadas. A questão é que de uma forma ou de outra essas empresas têm uma ação social, seja ela benemerente, assistencialista, desorganizada, de cunho primário, pouco importa, aqui não há análise de mérito, o importante para nós é ter detectado que se 60% das empresas têm algum tipo de ação já existe um universo

motivado para a ação social e a partir daí organizar essa ação social é muito mais fácil do sensibilizar, motivar e buscar a ação efetiva.

Investimento das empresas na área social no Brasil. São três frentes que acabam representando o mesmo percentual dentro da pesquisa. As empresas estão ao redor de ações e doações de recursos financeiros e/ou equipamentos como principal forma de atuação, atuação direta. Segunda frente: de acordo com a pesquisa, empresa e responsabilidade social feita pela Oxfam, realizado em três Estados nordestinos, cerca de 25% dessas empresas planejam, aqui 25% das empresas que não estão no universo de 60%. Portanto, temos 60% das empresas atuando de alguma forma em doação direta de equipamentos, materiais e recursos financeiros e das 40% que não estão 25% se mostraram sensibilizadas para a atuação social. Assim, o nosso universo sobe bastante. Terceira e última observação, educação e saúde são as áreas sociais priorizadas pela maioria das empresas seguidas por arte e cultura. Podemos ver que o percentual é bastante desigual. Dentre os associados do GIF temos entre 60 a 70% dos associados que atuam primordialmente na área educacional. A área da saúde vem em segundo lugar, mas com menos 20% se não somarmos os dados, temos 100%.

Qual é a motivação ou quais são as respostas mais frequentes das empresas para atuarem qualquer que seja a forma na área social. Primeiro, melhoria da sua própria imagem junto à comunidade. As empresas perceberam buscando alterar os critérios de motivação da sua força de trabalho que ao dividirem os desafios de reestruturação de algumas áreas da sociedade, o seu profissional passa a encarar a empresa como parceira na sociedade, deixando um pouco de lado o velho conflito capital/trabalho em que no final de semana, ele fora da empresa, vê a empresa como terceira pessoa não identificada, que não sofre os problemas que eles sofrem tipo saneamento, saúde ou educação com o filho. Ele passa a entender que a empresa é parceira ao debelar esses problemas e também as empresas perceberam, é claro, que numa sociedade que tem o grau de analfabetismo que a nossa tem, e com tantos outros problemas tanto na área da saúde e promoção

social, entrar no terceiro milênio como empresas competitivas é um grande problema. As empresas, hoje, investem muitos recursos em programas de educação básica para implantarem programas de qualidade, por exemplo, não é suficiente formação técnica. É necessário fazer formação educacional, o que significa um ônus ou um tempo de qualificação muito grande para que elas possam competir com multinacionais que sempre estão sendo instaladas no Brasil.

Também as empresas multinacionais que estão sendo instaladas no Brasil têm se voltado para o investimento social de forma mais organizada porque trazem de fora as suas experiências e suas fundações. A outra resposta freqüente é melhoria das condições de vida da comunidade. As empresas se sensibilizam para a comunidade ao seu redor e entendem que podem contribuir com essa melhoria. Terceiro, melhoria da relação empresa e comunidade. Não só empresa e profissional. Uma coisa curiosa, esse profissional passa também a ser membro da comunidade, ou seja, na sua relação anterior a sua participação como empregado ou como colaborador daquela estrutura econômica e existe com a sua família.

Do ponto de vista da utilização de incentivos fiscais, de acordo com a pesquisa da Oxfan, apenas 1% das empresas conhecem os incentivos fiscais que poderiam beneficiar para ações diretas e 10% de acordo com a pesquisa da Excel, o que ficou claro nessa pesquisa é que algumas das empresas que não participam dentro daqueles 40% não se sentem motivadas porque dizem não terem recursos disponíveis ou porque na visão delas os incentivos não são suficientes, são uma participação mais organizada.

Na pesquisa da Oxfan são destaques, primeiro, aqueles que não participam. Falta de recursos disponíveis. Naqueles 40%, 52% nos disseram não terem recursos disponíveis para qualquer ação social. 11% disseram que nunca receberam solicitação de apoio, e esse dado também chama atenção. Se nós temos aquele universo que não atua de 25% sensibilizados, 11% declararam abertamente que se tivessem alguma solicitação direta provavelmente participariam duma ação social. 10% nunca pensaram sobre a questão o que também nos abre um universo

potencial para serem sensibilizados e 4% nunca investiram, desconhecem a ação e também não foram procurados.

Os resultados da pesquisa apontam para uma questão diante desse setor privado de certa forma crítica que é necessária e ampliação e divulgação tanto de ações organizadas quanto dos benefícios possíveis para que possam aumentar o seu engajamento. Temos sentido, de forma isolada, em debates com executivos e empresários, que muitos declaram não saber como agir ou como investirem ou como participarem. E esse é um dos papéis do GIF. Poder trazer experiências das organizações que são seus associados onde muitos têm um histórico consolidado para aqueles que não conhecem as formas de ação e querem de alguma forma estarem em conjunto e associados. Não é necessário que seja feito investimento direto, mas se ele participa de alguma forma e nós temos percebido que essa participação é sempre crescente. Temos acompanhado o orçamento voltado ao terceiro setor daqueles que são associados e são raros os casos de redução do orçamento investido. Se existe redução do orçamento financeiro direto, geralmente o número de profissionais da empresa é crescente ano a ano por meio de ações de voluntariado direto na comunidade. Portanto, o nosso papel tem sido buscar a sensibilização daqueles que não são associados e permitir, mediante redes de trabalho em conjunto, que aqueles associados possam, cada vez mais, trabalhar de forma estruturada dentro do Terceiro Setor.

O GIF tem, então, se destacado como um possível agregador dessas diversas experiências. Infelizmente, até bem pouco tempo atrás, isso não é uma característica do Terceiro Setor do Brasil, as organizações estavam atuando de forma bastante isolada e é uma característica do Terceiro Setor ser “isolacionista” de acordo com alguns estudos, inclusive estudos da John Hopkins University que chamam atenção para esse dado. Um dos grandes desafios do GIF dentro do seu cotidiano é congregar essas fundações em atuações que sejam parcerizadas. De uma forma ou de outra, os recursos são limitados, ainda dentro dessas organizações e de fontes como o BNDES, por exemplo. Isso acaba estabelecendo

um tipo de competitividade mais o que estamos desenvolvendo e percebemos que este eco dentro dessas fundações e organizações é que essa competitividade tenha características de maior eficiência no encaminhamento, gerenciamento e aplicação de recursos e nunca de uma concorrência entre organizações que atuem no Terceiro Setor ou de organizações do setor privado na sua atuação do Terceiro Setor. Não pode ser de forma alguma concorrencial porque estaríamos dilapidando experiências já consolidadas na sociedade e transformando o foco principal do Terceiro Setor que é interesse público, uma característica do interesse privado que é concorrencial.

Não podemos nunca deixar de lado a idéia de que o Terceiro Setor nasce com um exercício de voluntariar-se, essa é a palavra, o verbo que tem sido apontado também por estudiosos como o Alan Moy, dos Estados Unidos, como centro da atuação do Terceiro Setor. É uma motivação partir de identidade de valores mesmo quando falamos de grandes fundações com organizações que são apoiadas e com outras fundações. Portanto, parte de uma motivação individual por bem comum. De acordo com Alan Moy é o único exercício humano que na primeira ação deixa de lado qualquer tipo de partidarismo, ideologia, etnia, numa catástrofe social a maior parte das pessoas se mobilizam para tentar ajudar aqueles que sofreram os maiores danos, diferentemente da maior parte das outras ações da sociedade organizada. Assim sendo, é nosso papel tentar estabelecer redes de trabalho conjunto entre essas fundações e institutos para que possamos reaplicar experiências e recursos técnicos humanos aplicados diretamente no Terceiro Setor.

O que deu certo e o que deu errado no GIF. O GIF tem tido uma grande dificuldade, e assume isso diante dos seus próprios associados, em conseguir representar a sua importância enquanto o seu trabalho em rede, até porque esse trabalho é inato, como dissemos, porque a característica é de isolacionismo dentro do Terceiro Setor. Isso tem se tornado algo que deu certo no último ano de gestão quando conseguimos experiências de alguns organismos internacionais, como o Sinergus, como o NCNB na semana passada, para que alguns dos nossos sócios

possam ser qualificados, receber informações de outras experiências do Terceiro Setor como européias, norte-americanas ou da própria América Latina. Os conselhos no Brasil têm características muito particulares e bastante diferentes dessas organizações européias e norte-americanas. O que notamos, por exemplo, é que os conselhos no Brasil são distantes da operação da própria fundação, nem sempre se fazem representar no dia-a-dia, e às vezes pouco conhecem dos projetos. O conselho no Brasil tem uma representatividade institucional para aquele que faz parte, mas nem sempre no cotidiano. Estamos buscando, então, qualificar os próprios associados a partir destas experiências para que eles possam transformar a sua atuação, lembrando que esses “grandmakers”, fundações de institutos, apóiam uma série de organizações que têm operação direta junto às comunidades com algum tipo de carência, portanto, são potenciais multiplicadores de experiências organizadas que possamos trazer. Um dos compromissos do GIF é buscar qualificação dessas ações. Essa qualificação sobre toda óptica, começando pela gestão, já que é um organismo que representa os seus associados e partindo para experiências técnicas sem que o GIF seja o promotor do que é excelência, do que é o melhor naquela área específica, trazendo aqueles que são especialistas e promovendo debates constantemente. Esse é um grande desafio que nós tentamos dividir com cada uma das fundações, institutos e empresas que se associam a nós, de forma nenhuma isolar a atuação e sempre disponibilizar. Se há atuação é de interesse público, os conhecimentos gerados a partir da experiência, na nossa forma de entender, também são do interesse público e são um bem da sociedade. Portanto, precisam estar disponibilizados. Nada pior do que uma organização qualquer reinventar a metodologia ou reinventar a roda cada vez que alguém entra numa ação social. E, mais do que isso, reproduzir estruturas fixas de atuação. Porque não dividir áreas de atuação comum, em vez de cada empresa abrir a sua fundação ou instituto e precisar de uma linha de fax, um telefone, uma secretária, uma atendente, uma casa e um endereço? O que nós estamos buscando é unir algumas dessas organizações e fundações, que já atuam, ou que têm interesse ou

mostraram interesse em atuar para que possam, por meio de estruturas já existentes, mobilizar menos recursos no seu ativo fixo e mais recursos na ação social direta. Esse tem sido o desafio nos cinco anos de GIF.

Comprovar que essa associação é importante na multiplicação das experiências não tem sido fácil. Com certeza não tem sido fácil. O que tem sido sucesso, embora nos preocupasse pela qualificação técnica, é a notoriedade que o Terceiro Setor ganhou, principalmente nos dois últimos anos no Brasil. Isso nos preocupa porque essa notoriedade precisa vir junto com qualidade de trabalho e atendimento. Uma pergunta muito freqüente é: Vocês acham que as empresas que entram no Terceiro Setor estão interessadas realmente na alteração social, ou estão interessadas numa imagem que hoje existe e encontra espaço muito fácil na mídia para dizerem que são empresas preocupadas e que atuam com responsabilidade social? Na nossa forma de entender as empresas estão sim preocupadas porque a própria mídia não tem falado do Terceiro Setor apenas como propaganda pura e simplesmente, mas tem qualificado as ações numa série de atividades inclusive o Grande Prêmio Ayrton Senna tem feito isso que busca demonstrar a qualidade do trabalho desenvolvido atrás de grandes nomes. Isso é fundamental. Para isso chamamos a atenção para cada um dos nossos sócios, aliás, para que uma organização possa estar filiada ao GIF não basta que ela tenha um grande nome como, por exemplo, Chase Manhattan ou Banco de Boston, é necessário que demonstre qual é a atividade dele nesse Terceiro Setor, ele passa por uma avaliação do Conselho quando é aceito ou não. Se não é aceito é justificado e esperamos que seja motivado por não ter sido aceito, para que ele organize a sua ação, dê a ela escala social, não só recursos, mas escala de atuação e volte para nós como um grande associado. Essa é a idéia. Essa associação não é direta. Existe um processo seletivo para que ele ingresse como associado do GIF.

Outra característica importante do GIF é que não são associados ao GIF as chamadas, senso comum, ONG's porque são organizações operadoras e foge às características dos outros associados. Não é nenhum preconceito, mas porque o

debate é muito diferente. Na semana passada, na qualificação dos associados, discutimos o papel do diretor executivo e dos conselheiros com informações que inclusive eram estratégicas já que têm um compromisso estratégico junto com as fundações diante dos dados e pesquisas efetuados. Por isso é que congregamos empresas e fundações e não organizações. Aliás, a Abong faz muito bem esse papel de ter ao redor de si a maior parte das organizações que atuem diretamente operando no Terceiro Setor.

Era o que tinha a falar. Obrigado.

SR. SILVIO PELICANO – Agradecemos a sua participação e o convidamos a retornar para responder as perguntas. Obrigado. Convidamos, a seguir, o representante da Associação Educacional Homem do Amanhã, o Sr. Fernando Leite.

SR. FERNANDO LEITE – Boa-tarde a todos. Primeiramente gostaria de agradecer o convite para participar desse seminário o que é muito honroso e, também, pela oportunidade de podermos colocar o trabalho que realizamos o que para nós é muito gratificante.

A nossa entidade é de Araras, distante 170 quilômetros de São Paulo, pela Rodovia Anhangüera. A entidade se denomina Associação de Educação do Homem de Amanhã de Araras. Sou o presidente da entidade, sou engenheiro civil e como empresário tenho uma empresa de construção civil.

Essa entidade é de empresários. Na realidade é uma organização não governamental. É filantrópica também, tem todos os títulos de filantropia e é formada por pessoas da comunidade cuja maioria são empresários da Associação Comercial e Industrial da cidade e de pessoas envolvidas com várias entidades, inclusive temos um representante da Nestlé, enfim, a comunidade da cidade participa dessa entidade.

A nossa entidade tem 36 anos e nasceu na época da revolução, em 1966. Aliás, a nossa entidade era uma guarda mirim e suponho que todos aqui conheçam o que é guarda mirim, inclusive hoje em dia é até malvista pelos caminhos e por tudo o que aconteceu essas entidades são vistas com certa reserva.

A partir de 1992 a nossa entidade mudou radicalmente o seu perfil, o seu caminho, enveredou por outras áreas e, hoje, não tem nada a ver com guarda mirim, tem tudo a ver com educação, somente com educação, e mergulhada totalmente em educação. É complementar à ação do Estado e atua em parceria com o Senai, Sesi, Senac. O nosso caminho é o da educação do adolescente.

Atualmente temos 1.300 jovens envolvidos no projeto e 800 deles em estágios nas empresas da cidade. Temos convênios com 400 empresas da cidade que oferecem bolsas de estágio e os outros 400 que são estudantes que ainda não estão na idade de poderem estagiar e assim sendo temos com o Sesi uma participação intensa no programa Esporte Solidário, no programa Atleta do Futuro quando então no período complementar à escola participam, junto ao Sesi, em atividades esportivas e assim vão se encaminhando para ingressarem depois nos estágios que a entidade oferece.

Gostaria de falar sobre uma pesquisa que foi feita alguns anos atrás que é o seguinte. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Mec, por meio do Informe Estatístico de 1996 e a evolução da educação básica no Brasil de 1997, foi tema de reportagem da Folha de São Paulo, publicada em fevereiro de 1998 cujo tema era: Repetência e Evasão Emperram o Ensino no Brasil. Nessa reportagem quero destacar alguns tópicos como, por exemplo: O Brasil reprova, por ano, cinco milhões de crianças no ensino fundamental. Somando-se àquelas que abandonam a escola durante o ano, uma em cada três não concluem a série em que se matriculam. Esse é um dos principais problemas do ensino brasileiro. As crianças que estão na série adequada a sua idade tiram notas melhores do que as que já repetiram uma ou mais vezes. A evasão escolar está diretamente ligada à situação econômica do adolescente. A maioria dos alunos que abandonam a escola

vem de famílias de baixa renda cujos pais também não completaram o ensino fundamental.

A conclusão desse estudo que o Mec realizou é a seguinte: O FATO: 33% dos alunos, a cada ano, são reprovados ou abandonam a escola. E eles ligaram diretamente, a conclusão foi a seguinte: Isso acontece por quê? Por causa da baixa remuneração dos pais, a carência financeira dos pais é motivo importantíssimo para esse abandono e a segunda é a baixa escolaridade dos pais. O pai nunca estudou e não tem estímulo para incentivar o filho a permanecer na escola. Ele é o primeiro que age no sentido de tirar o filho da escola. Portanto, a culpa dos pais é grande e eles não sabem disso ou seja, tiram o filho da escola para colocá-lo no mercado de trabalho, muitas vezes aquele menor que não tem idade ainda para o mercado. Logo, na questão do trabalho infantil os pais acabam tendo bastante culpa, uma parcela grande de culpa nessa ação. A carência financeira mais a baixa escolaridade dos pais implica 33% de abandono escolar e repetência no Brasil, a cada ano. É um dado extremamente triste.

Na nossa entidade chegamos à seguinte conclusão: Não basta criar um bom programa educacional de apoio à escola, voltado ao estudante de baixa renda, para mantê-lo nos bancos escolares, se a família não dispuser de renda mínima para sustentá-lo, ele fatalmente vai abandonar a escola, porque o pai vai continuar tirando o filho da escola. Por outro lado, um programa que apenas complemente a renda familiar também não será suficiente para garantir a permanência do adolescente na escola com sucesso. Portanto, há a necessidade de se aliar geração de renda e permanência com sucesso na escola por meio de um programa que garanta renda mensal, um estímulo financeiro para a família para que o pai deixe de ter necessidade de tirar o filho da escola. Um programa que vincule o estudante na escola mediante ações complementares criativas, que seria o estímulo educacional. Portanto, o primeiro caso seria o estímulo financeiro às famílias e, segundo, o estímulo educacional. Um programa que promova o crescimento pessoal, eleve a auto-estima e crie o espírito de solidariedade e possibilite a inserção futura do jovem

no mercado de trabalho que seria o estímulo profissional e também que contribua para a ascensão social do jovem.

Se a gente conseguisse um programa aliando todos esses fatores fatalmente estaríamos no caminho certo. Nós iniciamos um caminho para atingir esse objetivo. Por exemplo, recebemos o ingresso do candidato na entidade mediante seleção em que dois critérios são fundamentais. Primeiro: A carência financeira dos pais. Segundo: Que ele esteja matriculado numa escola. Esse é o critério básico. Recebemos, a cada ano, 1.800 candidatos ao ingresso na entidade. Desses 1.800 nós classificamos, por um critério objetivo, os mais carentes. A partir do momento que recebemos esses meninos eles iniciam um curso junto com o Senai e eles têm um curso de dois meses chamado Instrução Básica. Além disso, participam ativamente de atividades que não são aquelas da escola, mas uma formação inicial voltada a uma iniciação ao mercado de trabalho. Temos 800 vagas junto às empresas da cidade quando então iniciam o estágio. Nós olhamos a escola, as notas dos alunos, temos um contato estreito com a escola de cada um deles e olhamos a escola, olhamos a frequência deles e também olhamos o comportamento deles, o que é fundamental para a sua continuidade no programa. Portanto, eles têm que estar na escola e têm que ir bem na escola. A partir daí passamos a ter o apoio dos pais para que eles permaneçam na escola. Se antes era interesse dos pais retirar o menino para ganhar dinheiro trabalhando, hoje o interesse dos pais é que ele permaneça na entidade porque ele recebe um salário mínimo por mês. Ele leva um salário mínimo para casa e passamos a ter os pais como nossos aliados. Passamos a ter a escola como parceira no acompanhamento da elevação de escolaridade dos meninos. Qual foi o resultado de tudo isso? O resultado foi que dos 1.200 jovens matriculados na entidade o índice de evasão e repetência não chega a 3%, é de 2,6%. Se no Brasil o índice é de 33%, na região sudeste tem um índice de 25%, Araras apresentava um índice de 18% depois foi para 9%, a nossa entidade tem 2%. Esse projeto valeu para a nossa entidade o Prêmio Achoca do ano passado. Vencemos esse prêmio Achoca com esse projeto. O prêmio estava

voltado para uma idéia inovadora em mobilização de recursos. A nossa idéia não foi bem uma idéia, foi o trabalho que estamos realizando. Para nós foi bastante gratificante receber o prêmio porque o projeto valeu. É fácil multiplicar essa idéia porque esse trabalho não é difícil. Pode ser difícil aqui em São Paulo, mas no interior não é. A cidade de Araras tem cem mil habitantes. É industrializada, tem um índice elevado de qualidade de vida, inclusive ganhou oito vezes como a cidade de melhor qualidade de vida do Brasil. Tem 100% de rede de água, 100% de rede de esgoto, 100% de energia elétrica, quase 100% de asfalto, enfim uma cidade de alto padrão. Portanto, não é difícil implantar essa idéia e o segredo são as chamadas parcerias quando conseguimos mobilizar a própria comunidade e todos acabam tendo interesse nessas parcerias para levarem esse projeto adiante. Inclusive o Silvio vai bastante lá em Araras na Clínica Saion porque há pouco tempo inaugurou um novo prédio e essa clínica está voltada para pacientes drogados, viciados em álcool e qual seria o interesse de uma clínica como a Saion ter associação com jovens?

De início podemos falar: não tem nada a ver, mas a resposta final é: tem tudo a ver. A diretoria da Clínica Saion participa do conselho da entidade e diz o seguinte: A Associação Homem do Amanhã (EDA) é o pára-choque da Clínica Saion. O jovem que freqüenta a EDA não chega na clínica como drogado, como viciado, ou seja, é muito mais barato para a entidade participar e investir na nossa entidade do que receber um jovem drogado e viciado para fazer tratamento. Essa é uma parceria de sucesso.

A parceria com o Senai, Senac e Sesi, nem é preciso dizer, os caminhos são os mesmos e são comuns, ou seja, trabalhamos com a educação. Esses são os nossos parceiros inclusive a prefeitura também é parceira, as faculdades da Fundação Emílio Ometto, em Araras, são parceiras na área de farmácia, de odontologia, bioquímica, enfermagem, enfim, tudo tem a ver com a nossa entidade nos projetos de assistência odontológica, assistência médica integral porque conseguimos identificar e mobilizar parceiros na própria comunidade e levar adiante

um projeto desse porte e, principalmente, porque no interior existe essa facilidade, porque a cidade pequena faz com que o empresário seja naturalmente envolvido com a comunidade. A participação de empresários, a participação de entidades, digamos a participação coletiva é quase natural, o que é fácil de se perceber pelo número de empresas associadas.

No ano passado a nossa entidade foi uma das agraciadas com o Prêmio Beneficente e em 1997 fomos semifinalistas do Prêmio Itaú e do Unicef, educação e participação. Outra coisa, os juízes de direito e os juízes da infância e juventude têm envolvimento total com a entidade e trabalhamos com o jovem para que ingresse no mercado de trabalho.

Temos vários programas de educação e participação principalmente educação para o trabalho, porque a nossa área de atuação é uma área dos jovens. Por exemplo, durante esse seminário, na parte da manhã, disseram que todo mundo pede dinheiro para as creches. Toda entidade pede dinheiro para as creches, enfim, creche, creche, creche, mas são poucos aqueles que querem se aventurar a trabalhar com os jovens e o que percebemos, na nossa área de atuação que é o adolescente, é a importância desse trabalho. Foi colocado na constituição de 1988, artigo 228, inverteram totalmente a maneira como o Estado olhava para o jovem e esse jovem era visto antes como aquele menor-problema, o menor da Febem, inclusive a própria Febem dessa época e, de repente, a Constituição de 1988 inverteu, colocando o jovem como um sujeito com direitos, como o homem do amanhã, o homem responsável por esse país amanhã e que ele tem todo os direitos e o Estado deve muito em termos de investimento, em termos de ação em relação ao jovem do nosso país. Claro que esse trabalho é importante porque investir no jovem passa a ser mais importante ainda.

Gostaria de colocar outro ponto que é o da iniciação profissional porque é um trabalho tortuoso, inclusive meio perigoso, quando falamos em formação profissional, conhecendo mais ou menos a história desse país, como esse problema foi visto. Estão lembrados do Programa Bom Menino? Esse programa é da época

do Sarney, de 1980, e estava totalmente voltado para a questão do jovem infrator. As empresas eram obrigadas a designar vagas, postos de trabalho, para os jovens era uma tentativa de sair dessa área de risco e ter uma iniciação profissional. Em 1991, quando esse programa terminou, ou seja, até 1991, as empresas eram obrigadas a ter 5% das suas vagas reservadas para esse programa Bom Menino. Não era necessário registro em carteira porque não tinha vínculo empregatício, apesar de uma série de benefícios que as empresas recebiam porque recebiam esses jovens. Quando esse programa terminou inverteu totalmente, em vez da empresa reservar os 5%, passou a ter a obrigatoriedade de registrar todos esses jovens, porque fatalmente cairia na ilegalidade se não o fizesse criando um tumulto. No início da minha fala quando mencionei os guardinhas mirins das cidades, foi exatamente sobre essa forma como as coisas são colocadas nesse país porque de repente se altera a legislação causando um enorme tumulto e não há um processo de transição para a nova etapa, e o caso desse Programa Bom Menino retrata muito bem isso, ou seja, aqueles 5% das vagas que eram reservadas para esse projeto, de repente isso passou a ser ilegal e passou a ter outra visão.

Com a entrada do Estatuto da Criança e do Adolescente tivemos o artigo 68 sobre o trabalho educativo quando entidades como a nossa, entidades do Terceiro Setor, sem finalidade lucrativa, olhando a problemática do jovem, dando apoio a esse programa, o estatuto criou a figura do trabalho educativo, cujo lado educativo prepondera sobre o lado produtivo. Ou seja, quando a empresa recebe um jovem não vai ocupar esse jovem com uma vaga, um posto de trabalho, mas sim com um aprendizado. Portanto, o trabalho educativo tem atividade educacional preponderante sobre a atividade produtiva, mas não ficou claro, no estatuto, a questão do vínculo empregatício, se era obrigatoriedade ou não. Na realidade existem muitas decisões judiciais alegando que não existe esse vínculo empregatício quando o trabalho é realizado nessa linha do trabalho educativo. Mesmo assim ainda não está muito claro, inclusive a Procuradoria do Trabalho batendo firme, exigindo praticamente a questão do registro em carteira. Esse

problema é bastante sério porque sabemos que, hoje, o alto índice de desemprego, a grande dificuldade da inserção do jovem, do ingresso do jovem no mercado de trabalho difícilíssimo hoje em dia. Por exemplo, em Araras o ingresso no mercado de trabalho é feito totalmente via associação Homem do Amanhã, porque o jovem não consegue uma vaga se não for treinado, se não for via associação, ou seja, a meu ver o Estado acabou dificultando essa ação para as entidades que estão agindo bem intencionadas, ainda mais porque não está claro na lei se existe ou não a obrigatoriedade do registro, mas o Estado acabou enxergando dessa maneira e acabou dificultando e criando problemas.

Existe uma lei federal sobre o programa de estágios. Essa lei é de 1977 e hoje é o grande agente atuando nessa linha.

Então, essa lei abre a possibilidade de estágio para alunos de escola superior e para alunos para escolas técnicas profissionalizantes. Daí, todos os jovens matriculados nessas escolas têm direito ao estágio e não existe a questão do vínculo empregatício. Eu estou me batendo na questão do vínculo porque é simples. A grande dificuldade de ser obter uma bolsa num posto de trabalho hoje é justamente a questão do custo. Está certo? O Custo Brasil principalmente. Então, eu estou levantando este problema porque é bom termos consciência disso. A não-obrigatoriedade do vínculo significa um valor compatível de bolsa que o empresário pode encarar e pode ampliar. Pois, dentro do Estatuto da Criança e dentro do Artigo 68, Trabalho Educativo, a dificuldade passou a ser exatamente a questão do vínculo, encarecendo e dificultando a criação de bolsas.

Em 1998 foi assinada uma Medida Provisória estendendo também ao jovem do segundo ciclo do ensino médio a possibilidade de se inserir no Programa de Estágio. Isso foi assim realmente uma luz, um caminho novo que surgiu, abriu uma possibilidade muito grande, e vamos dizer assim, acho que está sendo visto, agora que está sendo vista, percebida essa possibilidade. Tanto é que o Governo Estadual criou, vai ser assinado agora, acho que no dia 17, o Programa Jovem Cidadão, o Meu Primeiro Trabalho.

No *site* www.emploio.gov.br, da Secretaria de Relações do Trabalho, esse programa está bem detalhado. Ele está minuciosamente, vamos dizer assim, mostrado. E nele o Governo do Estado passa a incentivar as escolas públicas, é necessário, a lei exige que exista um compromisso entre escola, empresa e o menino, e o Estado está funcionando como interveniente. E o Estado está participando, vamos dizer, se a bolsa tem o valor de R\$130,00, o Estado está dando R\$65,00 por bolsista e está dando o seguro. Então, esse programa vai abrir uma possibilidade fantástica de inserção do jovem no mercado de trabalho. E, principalmente, vejo o seguinte. A nossa entidade, o programa que nós realizamos vai além, — Eu tenho esse programa, eu consegui esse programa do Governo do Estado, — o nosso vai além quando o jovem está vinculado à nossa entidade, ele tem 13º salário, férias, assistência médica, assistência odontológica, nós pagamos 70% dos medicamentos necessários, óculos, ele tem uniforme, almoço, passe, um guarda-chuva muito mais completo do que o registro em carteira. Porque o ponto que se bate na questão do registro é exatamente no aspecto de benefícios. E a minha briga com o Procurador do Estado lá em Campinas, quando ele me convoca, eu vou lá e eu brigo com ele, é exatamente quando eu falo assim: Doutor, o meu programa é muito mais amplo do que o senhor pede. Se eu vou registrar o menino, é um retrocesso para nós. É um retrocesso, porque nós oferecemos um pouco mais. Enfim, ele está um pouco sossegado comigo lá, ele não está brigando muito comigo. E ele está deixando a cidade um pouco de lado.

Mas o que eu vejo como o mais importante nesse programa todo, estamos falando muito de trabalho, muito desse enfoque, a nossa entidade não tem esse enfoque de treinar o menino para o mercado de trabalho. Não tem. Não é essa a prioridade. Essa é a segunda. A primeira não é essa. A primeira é exatamente a questão da escola. Eu acho que é bom batermos bem nisso daí.

A fase do menino poder estudar é esta fase, é até os 18, é até os 22. Passada essa fase, até logo, ele não volta. Principalmente o jovem que tem carência, ele jamais vai voltar a ter essa oportunidade na vida dele.

Então, se não batermos nessa tecla, da questão da escola, de escola e de escola, se passou essa fase, até logo, ela não volta mais.

Daí, para nós, todos esses programas, na minha briga com o Procurador, eu coloco muito disso. Eu falo: Doutor, eu não estou atrás de emprego. Eu não estou atrás de oportunidade desse jovem aprender uma função. Eu não sou Senai, eu não sou Senai. Eu tenho de dar condição, nós temos a nossa entidade e ela tem de dar condição para que ele vença na escola. E, primeiro, se todos eles puderem cursar o curso superior, ótimo. Este é o nosso objetivo. E agora, com essa questão do estágio, por essa Medida Provisória, abre a possibilidade inclusive do ensino superior dentro da nossa entidade. Nós estamos assim, isso aí é fantástico para nós. Então, faça o seguinte. A nossa função hoje é a escola. Nós temos de permitir que o menino lá do bairro carente, lá da periferia, que não tem condição nenhuma, possa sonhar com Faculdade, sim, que ele possa falar assim: Eu quero fazer a Faculdade! Eu tenho um guarda-chuva. A entidade me garante e eu devo sonhar com isso e eu posso chegar lá. Agora, aqueles que têm oportunidade e não desejam ir além, tudo bem. Eles vão ter um curso profissionalizante, eles vão ter Informática, que tem na entidade. Eles vão ter cursos no Senac e tudo o mais. E eles vão passar a ingressar no mercado de trabalho.

Mas a primeira oportunidade, o primeiro foco nosso, a prioridade absoluta tem de ser exatamente a questão da escola. Depois, quase que de mesma intensidade, a questão de preparação para o mercado de trabalho.

Todos os nossos cursos são com parceria: Senai, Senac, Sesi. Os certificados nossos são todos do Senai. Com o Senac, nós vamos estreitar relações a partir de hoje, mais do que nós já temos.

Então, era este ponto que eu gostaria de colocar, vamos dizer assim, a nossa entidade tem esse foco. A questão da escola vem em primeiro lugar. Essa oportunidade é agora. Não podemos perder essa oportunidade. O trabalho é consequência. Ele vem depois.

Exatamente quando eu falava do trabalho educativo, como previsto no ECA, eu acredito que o nosso trabalho vai além, porque o nosso é o trabalho educativo com benefícios sociais. Na realidade, o trabalho educativo, como colocado lá, não tem esse lado social.

O programa do Governo do Estado também. E aqui foi interessante, porque o Procurador representa o Estado nessa briga. Quer dizer, é o Estado brigando com a nossa entidade querendo o vínculo empregatício. E o próprio Estado dá uma trombada com o procurador quando ele coloca um programa em que ele tira fora totalmente a exigência, criando, por meio dessa Medida Provisória de 1998, a questão do estágio para aluno secundário sem vínculo empregatício. Pois, na realidade, eles trombaram entre si lá, e nós acabamos sendo os beneficiários dessa história.

E o trabalho educativo, quando ele prioriza a questão educacional, é a questão educacional também voltada ao mercado de trabalho. E nós acreditamos que não é essa a prioridade. Essa é a segunda. A primeira é realmente a questão educacional voltada para a formação do menino, sim. Hoje nós sabemos que o jovem que não tenha, vamos dizer assim, até o colegial, posso até estender ao colegial, tem pouca chance de vencer na vida. Se ele não tem o colegial, se ele não domina Informática, se ele não domina uma Língua, até logo, ele não vai ser nada na vida.

Então, qual é o nosso foco? Nós não repetimos o que o Senai faz. Nós não repetimos o que o Senac faz. São cursos estruturados de um ano, seis meses. Os nossos cursos são rápidos, são cursos que iniciam o jovem para que ele ache o caminho dele depois. E iniciando o jovem nesse caminho, nós temos de dar oportunidade a ele de escola. Esse praticamente é o nosso foco.

Eu acho que já devo ter falado tudo que queria. Encerramos, então, o assunto. (Palmas.)

SR. GERALDO VINHOLI – Nós queremos agradecer ao Fernando pela exposição. Eu queria fazer um destaque a ele. Hoje, ele falou de Araras pelo prisma educacional. Numa próxima vez, ele falará sobre Araras pelo prisma da saúde, que é também uma experiência extraordinária que nós conhecemos. (Palmas.)

Vamos convidar agora o último expositor, da Fundação Ubaldino do Amaral, que é o Dr. Geraldo Bonadio. Por favor. (Palmas.)

SR. GERALDO BONADIO – Senhoras e Senhores, eu quero inicialmente agradecer essa oportunidade excepcional que nos é concedida de estarmos participando hoje aqui deste Fórum. Eu acredito que um seminário dessa natureza é alguma coisa assim muito enriquecedora. Quem fala por último tem sempre a vantagem de poder apoiar-se nas colocações que foram feitas de forma precedente e também de refletir de uma forma mais objetiva sobre os aspectos diferenciais da instituição em que trabalha.

Eu me chamo Geraldo Bonadio. Sou jornalista e exerço as tarefas de Assessor Técnico da Fundação Ubaldino do Amaral. Sou Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional. É um tema que me preocupa bastante e que está profundamente relacionado tanto com o espírito da nossa instituição quanto à realidade da abandonada Região Sudoeste do Estado de São Paulo, aquela que tem quase dois milhões de habitantes e que não tem até hoje a presença da universidade pública. Nós temos 280 vagas oferecidas pelo Centro Interestadual de Educação Tecnológica para atender uma população que na região beira os dois milhões de habitantes. Então, se os senhores olharem, pegarem o mapa do Estado de São Paulo, tomarem como referencial a linha da Castelo Branco e olharem abaixo ali, e procurem algum campus da Unesp, da Unicamp, da USP, da Unifesp ou da Federação de São Carlos, talvez encontre, a Federal de São Carlos tem agora um projeto de levar um campus para Sorocaba, mas realmente é uma região assim extremamente esquecida do ponto de vista social, por sucessivos governos.

Dentro desse referencial geográfico, eu faria três pequenas paradas para abordar a questão da Fundação Ubaldino do Amaral.

A Fundação Ubaldino do Amaral se constituiu efetivamente no dia 31 de julho de 1964. Ela já vinha sendo trabalhada desde o ano anterior. E ela tem uma característica muito diferente da maioria das Fundações, porque nela se utilizou em amplitude a possibilidade da instituição fundacional. Ela não é uma fundação que recebe parte dos recursos de uma empresa para desenvolver uma atividade social. Ela é uma fundação que se constituiu, que foi instituída para ser proprietária de uma empresa. Que empresa é essa? O Jornal Cruzeiro do Sul, que se publicava em Sorocaba, e se publica até hoje, ininterruptamente, desde 1903.

Em 1963, a família que detinha a propriedade da empresa chegou à conclusão que a potencialidade do jornal enquanto empresa familiar estava irremediavelmente esgotada. Como se tratava de um porta-voz importante da cidade, para que a sua propriedade não passasse de repente às mãos de algum grupo que estivesse interessado, pura e simplesmente, no lucro, uma instituição existente na cidade desde 1869, e que foi a primeira organização a se constituir no Brasil com o objetivo de trabalhar pela abolição da escravatura e pela difusão da educação em termos populares, a Loja Maçônica Perseverança Terceira decidiu pelos seus integrantes adquirir a propriedade do jornal, num primeiro momento os seus integrantes adquiriram as ações da empresa editora, e em seguida doariam essas ações para se constituir com elas uma fundação que seria a proprietária dessa organização.

Hoje a Fundação possui também uma gráfica, a Grafisul, que imprime jornais, *standards* e tablóides, e também um jornal *on line* e trabalha também, por meio do Cruzeiro Neto, na área de criação e manutenção de páginas na Internet.

A Fundação Ubaldino do Amaral, que surgiu em 1964, está voltada para a prática da filantropia social, cultural, educacional, profissional e para a defesa do meio ambiente, tem todos os reconhecimentos de utilidade pública. É dirigida por um Conselho Superior composto por 51 membros, que elege uma Diretoria

Executiva. E dentro dessa Diretoria Executiva existe outro colegiado, que é o Conselho de Redação, que tem como objetivo específico ditar a linha editorial e informativa do jornal. Toda a Diretoria é rigorosamente amadora, paga inclusive a assinatura do jornal que recebe em casa. De forma que existe aí, digamos, uma necessidade muito grande também de pessoal para operar em âmbito executivo os vários empreendimentos que ela mantém na área assistencial.

Eu finalizaria aqui dizendo que o Cruzeiro do Sul, que é o jornal do qual a Fundação é proprietária, é, segundo todas as pesquisas que nós temos, considerado o principal núcleo de audiência da cidade, e a sua tiragem, que é auditada pelo I.B.C., um dos veículos, o jornal diário de maior audiência proporcional no interior do Estado de São Paulo. Quer dizer, há jornais com tiragens maiores, em cidades maiores, se você levar em conta, digamos, a população de Sorocaba, que beira os 500.000 habitantes, então ele tem uma penetração realmente invejável.

A Fundação Ubaldino do Amaral gera integralmente os recursos que aplica em suas atividades de cooperação com dezenas de entidades assistenciais e comunitárias existentes em Sorocaba. E exerce uma função relevante no campo da filantropia social, tendo uma parceria mais direta com algumas organizações que eu relacionarei a seguir.

Uma delas é o Hospital Psiquiátrico Jardim das Acácias, que é uma entidade que já vem realizando todas aquelas mudanças na área do atendimento psiquiátrico, que se vem discutindo de momento em Brasília, no Governo da República. As mudanças que se pretende fazer já são implementadas correntemente pelo Hospital Psiquiátrico Jardim das Acácias, que tem uma direção própria, tem um convênio com o SUS e recebe um aporte de recursos adicionais da Fundação Ubaldino do Amaral, para ampliar o seu atendimento.

Outra entidade assistencial com a qual nós trabalhamos numa parceria muito próxima é a Liga Sorocabana de Combate ao Câncer, que faz um trabalho sobretudo na área da prevenção ao câncer de mama e do câncer ginecológico,

oferecendo não apenas o atendimento ambulatorial, mas no caso das mulheres mastectomizadas, oferecendo posteriormente o suporte psicológico e o amparo necessário à adaptação a esse segundo momento. Ela vem desenvolvendo nesse instante um trabalho de natureza principalmente educacional, por meio de palestras em escolas, associações de bairros e indústrias.

Outra entidade que recebe um aporte bastante expressivo de recursos da Fundação Ubaldino do Amaral é o Lar Escola Monteiro Lobato, que nasceu no final de 1946, naquela linha de trabalhar principalmente como internato e que a partir de 1991, em função do Estatuto da Criança e do Adolescente, mudou radicalmente a sua forma de trabalho e desenvolve atualmente um programa que alcança 250 crianças e adolescentes, aos quais se oferece o reforço escolar e ainda atividades extraclasse, que destacam os valores de toda ordem, a criatividade. Esse programa também dá um suporte alimentar e assim por diante. O objetivo é a formação integral das crianças e dos adolescentes pelo programa mantido por essa instituição.

E, finalmente, outra instituição que trabalha muito próximo à Fundação é a Vila dos Velinhos, surgida em 1934, em relação à qual a Fundação Ubaldino do Amaral vem procurando desenvolver um programa de planejamento e atividade comum.

Isso é o que nós destacaríamos em termos de linha assistencial.

Eu diria que a Fundação Ubaldino do Amaral tem viabilizado inclusive nesse momento uma importante evolução na área cultural, no Município de Sorocaba, isso mediante algumas iniciativas muito importantes. Uma delas foi suscitar o surgimento de uma Fundação específica, específica porque a legislação pertinente a rádio é uma legislação muito detalhista. Então, da Fundação Ubaldino do Amaral nasceu a Fundação Educativa Cruzeiro do Sul, que administra hoje a única emissora de rádio educativa da região de Sorocaba, que é a Rádio Jornal Cruzeiro do Sul.

Ela participa como associada da Associação de Eventos Culturais, que é uma organização que faz um trabalho belíssimo. Mantém a Orquestra Filarmônica Jovem

de Sorocaba, que é um projeto realmente inédito de educação para a área artística e cultural e que teve inclusive a alegria de assistir, neste último ano, o ingresso de vários dos seus integrantes em escolas de nível superior, porque além do trabalho, da atividade de educação e atuação na área musical, e nessa semana que entra a Orquestra deve se apresentar pelo menos umas três vezes em locais diferentes, inclusive em escolas, promovendo um trabalho importante de difusão da música erudita. Mas ela teve a oportunidade de assistir o ingresso de seis dos seus músicos em cursos de música das universidades oficiais do Estado, o que me parece que é um referencial assim muito interessante.

Juntamente com a Asec, com a Fundação Cruzeiro do Sul, a Fundação Ubaldino do Amaral, juntamente com algumas empresas-cidades, foram instituidoras da Fundação do Desenvolvimento Cultural de Sorocaba, que, esta sim, em convênio com a Prefeitura, mantém o Instituto Municipal de Música e o Instituto Municipal de Dança. São duas organizações que vêm fazendo também um trabalho importantíssimo nessa área da formação artística. E o que nós estamos buscando com isso é ter uma Orquestra Sinfônica de Sorocaba, que é mantida pela Fundec, com o repasse de recursos da Prefeitura, fazer com que ela progressivamente deixe, como está deixando de ser, aquela Orquestra Sinfônica formada por músicos que vêm de 45 cidades diferentes do Estado, e que no dia de apresentar um concerto, o músico tem de gravar um anúncio aqui em São Paulo, então não pode comparecer. Assim, aos poucos, estamos desenvolvendo um trabalho orgânico de enraizar essa Orquestra Sinfônica na comunidade, e criando uma ponte, um entrelaçamento, uma continuidade entre a Filarmônica Jovem, o Instituto Municipal de Música e a Orquestra Sinfônica de Sorocaba.

Outro projeto de grande importância que a Fundação desenvolve no momento é o Projeto Memória, que surgiu de uma necessidade básica, preservar a memória do próprio jornal, que caminha para completar 100 anos. Uma coisa que eu só vim a saber quando comecei a trabalhar com isso, é que não existe técnica disponível no mundo para restaurar papel de jornal. O que você pode fazer é deter o processo de

deterioração implantando uma sala ambiente, com controle de umidade, controle de temperatura, sem iluminação fluorescente. Daí tratando a coleção que você tem e nunca mais mexendo nela, você consegue deter e esperar algum avanço da tecnologia nessa área. Para fazer isso, você tem de paralelamente transpor o conteúdo de papel para um suporte digital. É o que nós estamos começando a fazer. A minha assistente, a Gisele, que está lá no fundo da sala, trabalha diretamente com o Projeto Memória, e é mesmo um processo fascinante porque na verdade vamos ter de ir descobrindo as soluções na medida que os problemas vão se apresentando. Porque não existe, curiosamente, nós tivemos correndo aí, antes disso, organismos governamentais e empresas da área de comunicação, e descobrimos que não tem nada parecido em funcionamento. A iniciativa mais avançada que se tem aí nessa área, que é da Editora Abril, consiste numa memória que preserva dois exemplares de cada publicação que a Abril fez, desde o primeiro Pato Donald até hoje. Mas não existe a digitalização nem a possibilidade de acesso. Nós queremos fazer alguma coisa que possibilite o acesso para fins de pesquisa a todos os nossos assinantes, e a toda a população, se possível, na medida que possamos transplantar isso para a Internet.

A educação tem sido uma preocupação constante da Fundação Ubaldino do Amaral e nem poderia ser de outra maneira, não é? Ubaldino do Amaral, que nasceu na Lapa, no Paraná, e residiu em Sorocaba no tempo em que estudava, fazia Direito aqui em São Paulo. Foi, durante a sua passagem por Sorocaba, um jornalista preocupado com as questões educacionais, com a necessidade de se facilitar o acesso da mulher à educação. Os artigos dele são vanguardeiros. E quando se decidiu escolher o nome de Ubaldino para patrono da Fundação, em razão da sua presença comum entre os fundadores da Perseverança Terceiro e da sua atuação na imprensa, fora o fato de ele haver sido uma das figuras relevantes da República, um dos objetivos foi exatamente valorizar a educação.

A Fundação trabalhou, durante trinta e tantos anos, dando ênfase sobretudo ao seu programa de bolsas de estudo, que existe desde o primeiro ano da sua

atuação. No ano passado, resolveu dar um passo à frente nesse sentido criando o Colégio Politécnico de Sorocaba, com cursos de ensino médio e com cursos de ensino profissionalizante.

Então, para aqueles que estão no período diurno, nós temos cursos de ensino médio, com a duração de seis semestres, todos eles inteira e absolutamente gratuitos. Quer dizer, a seleção é educacional e também social. Leva-se em conta, digamos, a carência como condição fundamental.

Assim, os cursos diurnos funcionam ao mesmo tempo como escola média e escola técnica. O Governo diz que isso não dá certo, mas não é o que a nossa experiência tem demonstrado. E no período noturno, nós operamos basicamente na área do ensino técnico, oferecendo em três a quatro semestres a possibilidade de quem já concluiu o ensino médio obter o seu diploma como técnico de nível médio. O Colégio oferece cursos na área de Comunicação e Mercadologia, Comércio Exterior, Contabilidade, Estilismo de Moda, Secretariado bilíngüe, Técnico em Informática, Turismo e Tradutor e Intérprete. E adotou um sistema que me parece muito inteligente, de certificação parcelada. Quer dizer, então quem está fazendo a escola média e a escola técnica simultaneamente, quando completa o primeiro ano recebe um certificado, então, digamos, o cidadão que está fazendo, por exemplo, Comércio Exterior, recebe um certificado para um segmento daquela área de Comércio Exterior. Quando completa o segundo ano recebe um certificado mais avançado e finalmente o diploma. E quem está fazendo a escola técnica recebe um desses certificados a cada semestre que conclui.

Agora esbarramos num problema complicado. Como as fundações da natureza nossa não são a maioria, elas não têm sido muito bem tratadas pelo Governo, o que digamos aquele famoso problema da “pilarantropia” e da filantropia. Então, até prova em contrário, se joga todo mundo na vala comum. Por exemplo, evidentemente que o Decreto nº 2.336, quando estabelece a obrigatoriedade de que para fazer jus ao certificado de entidades de fins filantrópicos, a instituição aplique anualmente pelo menos 20% da receita bruta proveniente da venda de serviços,

acrescida da receita, quer dizer, obviamente esse decreto não teve em foco a situação das fundações que geram a sua própria receita, mas, sim, naturalmente o das fundações que recebem a sua receita de outro tipo de entidade. São absurdos com os quais nós topamos no dia-a-dia. São questões que precisariam ser mais discutidas, mais refinadas, mais aprofundadas, levando em conta a realidade das instituições que nem sempre é suficiente conhecida.

A Fundação Ubaldino do Amaral vem, então, se batendo no sentido de levar à frente as suas várias atividades. O colega que nos precedeu falou aqui do problema de isolacionismo. O que falta na verdade, às vezes, não é uma tentativa de se isolar deliberadamente, mas às vezes falta, digamos, exatamente o tempo para dar conta dessas coisas todas.

Eu agradeço a atenção de todos que me ouviram até este momento. Faço questão de enfatizar que os méritos desse trabalho são todos da nossa Diretoria Executiva, do nosso Conselho Superior, que são pessoas que estão à margem de suas atividades empresariais e profissionais e se dedicam a cuidar de uma organização tão complexa quanto seja uma fundação dessa natureza, em que digamos fica um pouco difícil você distinguir exatamente onde é que termina a atividade-meio e onde é que começa a atividade-fim. E reitero os meus agradecimentos à Assembléia Legislativa e aos organizadores deste seminário, pela oportunidade de estarmos aqui conversando com pessoas que têm experiências tão valiosas nessa área. (Palmas.)

SR. GERALDO VINHOLI – Nós queremos agradecer ao Dr. Geraldo, a quem pedimos que permaneça na Mesa.

Eu estava fazendo uma referência elogiosa a Araras, eu agora devo fazer também a Sorocaba, que tem entidades filantrópicas extraordinárias. E a Ordem Maçônica se destaca nisso. Nós conhecemos, e até pensei que o Dr. Geraldo fosse citar, mas acho que não está ligado a ele, é o Banco de Olhos também, que tem um trabalho extraordinário e vem sendo liderado pelos Irmãos Maçons.

SR. GERALDO BONADIO – Ah, perfeito. Pegando uma carona na sua menção, nós temos um trabalho muito próximo e muito estreito com o pessoal do Banco de Olhos e do Hospital Oftalmológico que eles organizaram, que é uma instituição realmente modelar, a quem nós apoiamos sobretudo por meio de publicações gratuitas e essa coisa toda, que é executada pela Fundação. E o Banco de Olhos entra aí numa relação de dezenas de outras entidades assistenciais com as quais nós cooperamos, embora seja uma entidade que tem o mérito de haver resolvido, dentro da região, o complexo problema de doação de córneas, de forma bem-sucedida.

SR. GERALDO VINHOLI – Não tem dúvida. É. Quem precisar de uma córnea, é só procurar o Banco de Olhos.

Vamos convidar novamente para fazer parte da Mesa a Leda, o João, o Fernando, porque agora vamos passar para a parte de perguntas.

SR. DEPUTADO GERALDO VINHOLI – Só como informe, o Senac trouxe para ser distribuído o perfil da empresa que investe em projetos sociais na comunidade, pesquisa realizada. Neuzza, se você quiser dar um informe melhor para o produto?

SRA. NEUZA MARIA GOYS – Eu trouxe para vocês agora um exemplar da pesquisa que acabou de sair. Na realidade foi uma pesquisa realizada no Senac, em que procuramos traçar o perfil das empresas que investem em projetos sociais na comunidade. É uma pesquisa qualitativa, bem focada. É um pouco diferente da que saiu, inclusive do Ipea. Quer dizer, eu acho que é um subsídio muito interessante para quem está no Terceiro Setor. Eu não trouxe na sexta-feira, porque não tinham chegado os exemplares. Hoje eu vim direto para cá. Mas aí o pessoal trouxe e eu trouxe um exemplar para cada um. Muito obrigada.

SR. GERALDO VINHOLI – Como são vários os expositores, nós vamos pedir que a pessoa ao fazer a pergunta se identifique e dirija a pergunta a um dos expositores.

SRA. MARIA AMÉLIA FERNANDES – Meu nome é Maria Amélia Fernandes. Eu trabalho na Secretaria de Estado da Educação. Eu coordeno um projeto de cunho social que se chama Parceiros do Futuro. Esse projeto prevê uma ação social com os jovens. O nosso público-alvo são o jovem e a sua família. A idéia é trazê-los para a escola, nos finais de semana, onde eles podem ter a possibilidade de participar de múltiplas atividades. Atividades fornecidas pelas várias Secretarias de Governo: Secretaria de Meio Ambiente, Saúde, Esporte, Cultura. E principalmente voluntários da comunidade, que colocam o seu talento a favor do jovem. O Projeto Parceiros do Futuro era uma idéia, hoje é uma realidade. Nós temos inclusive uma fita de vídeo para mostrar aos senhores.

E a minha pergunta é dirigida ao Conselheiro do Gife, que nós contactamos no começo do projeto, quando era só um sonho, uma idéia. E o Gife se mostrou interessado em nos apoiar, se não me engano Rebeca esteve conosco. Mas, como foi dito aqui, era uma idéia e o Governo não tem tanta credibilidade quando ele vai atuar numa área social que teoricamente tem conexão com o Terceiro Setor. Mas hoje não. Hoje o projeto é uma realidade, deu certo. Em 17 finais de semana, nós atendemos 900.000 jovens. E temos vários relatos de recuperação de jovens que estavam aí em caminhos adversos. E eu gostaria de ter uma segunda oportunidade de apresentar o projeto ao Gife, já em uma fita de vídeo, com dados estatísticos, para conseguir o que eu não consegui até hoje, que é o apoio de empresas privadas. Então eu gostaria de orientação de como proceder daqui para frente para ter novamente essa oportunidade.

SR. JOÃO – Pois não. A Rebeca Raposo é a nossa Diretora Executiva. O contato pode ser feito por meio dela, que está no cotidiano. Eu faço parte do

relacionamento com o chamado Governo, Primeiro Setor. E nós teremos o prazer enorme de talvez promover um evento junto com fundações que atuem na área de educação, para tentar catalisar esse relacionamento, com quem já está atuando e tem atividades tanto de apoio financeiro quanto de apoio técnico em educação complementar. São muitas as experiências de alguns associados. Então, nós podemos já definir uma reunião a partir daqui.

SRA. MARIA AMÉLIA FERNANDES – Obrigada.

SR. – Só queria complementar. Qualquer pessoa pode entrar em contato?

SR. JOÃO – Sim. O Gife está à disposição. Ele tem um corpo profissional, que atua cotidianamente. A Rebeca Raposo, de novo, é a Diretora Executiva. Nós temos áreas de comunicação específicas para contato. Depois eu vou deixar o telefonema, para que qualquer organização possa entrar em contato direto e tomar informações ou buscar informações de associados. A nossa obrigação é catalisar também o relacionamento com os associados. Isso é muito importante. Todos os que aqui apareceram têm informações ou deixam informações conosco das suas áreas de atuação e de que forma poderiam trabalhar em conjunto. É esse um dos nossos papéis.

A forma mais fácil é sempre a Internet: www.uol/gife.com.br. Nós estamos dentro do universo “on-line” hoje. Deverá estar mudando para proprietários. www/gife.com.br. Mas é bastante fácil pesquisar: g, i, f, e aparece direto no “site”. Lá tem as informações, os nomes das pessoas e os telefones de contato direto. Mudou o telefone. Preciso pegar ali.

SRA. SUELY – Meu nome é Suely. Eu sou do Senac, do Centro de Educação Comunitária para o Trabalho. Eu queria falar com a companheira do Monte Azul. Em todas as exposições, em todos os palestrantes ficou evidente a linha de atuação

diferenciada em relação ao Terceiro Setor, de acordo com a exposição de todos, em relação às experiências bem-sucedidas. Eu gostaria de um aprofundamento em relação, mais do que experiências bem-sucedidas de cursos, sobre a preocupação e o cuidado que temos de ter em relação à implantação de um projeto dentro de uma comunidade, que concepção de educação está por trás de uma atividade quando eu atuo dentro de uma comunidade. Esse cuidado. Porque senão parece assim, vários cursos que têm de ter certa conexão entre si e qual é a diretriz por trás em relação a esses projetos que estão sendo desenvolvidos. Eu achei interessante o que você colocou, que quando entramos em uma comunidade nós temos de considerar a história daquela comunidade. Ele tem de sentir, ele tem de ter um espírito de pertencimento, ele tem de estar sendo co-participativo da atuação. Porque senão entramos com uma onipotência que nega a história dessa comunidade. Acho que mais do que os projetos que estão sendo implantados, muitos projetos do Terceiro Setor, eu tenho uma preocupação em relação a isso, que concepção está por trás, o que eu quero que chegue naquela comunidade e como chegar. Acho que é aquilo que eu queria que você aprofundasse mais.

SRA. LEDA – Acho que é isso mesmo, Suely. Preocupa-me um pouco esse aspecto da profissionalização e me preocupa um pouco a fala empresarial em relação à atuação do Terceiro Setor. Porque na minha percepção, justamente o dado certo é que não existe receita, não existe uma forma que você se insere dentro de um projeto. Quer dizer, o projeto tem de prever a capacidade, a sensibilidade de se adequar e de estar criando. O que a nossa pedagogia nos diz? Que as dificuldades que a pobreza traz endurece as pessoas. Ela endurece e assim perdemos a capacidade criativa, que é justamente essa sensibilidade que você fala. E começamos a ser mesmo ou agressivos ou violentos ou onipotentes ou a desenvolver mecanismos e a comprar os tais kits das coisas que dão certo. Não tem mágica. Ou abaixamos a bola e vemos que é muito mais complexo o que deu certo dentro do meio empresarial ou que deu certo dentro de uma concepção política. E

tem uma abertura para poder construir esse dá certo junto, ou vamos ficar reproduzindo modelos que não dão certo. Estamos vivendo hoje isso. Continuamos reaprendendo. O que eu acho que é rico é termos a capacidade de abrir mão desses conceitos que trazemos, até porque não sabemos. Por que dizer não sei, tenho dúvidas, tenho medo, é tão difícil? O que é este Fórum aqui, onde nós estamos todos reunidos, provocando aflição e às vezes tentando trazer respostas? Mas eu acho que não dá para aliviar muito. É ter uma concepção filosófica do que nós queremos. Eu acho que a Monte Azul está muito pautada nisso, porque ela tem uma filosofia que se chama antroposofia, que é o estudo da essência do homem e que carrega, que nos ampara. Quer dizer, ter uma filosofia ampla é talvez uma necessidade para iniciarmos um trabalho. Mas que dentro dessa filosofia caibam todas as diferenças de cada ser humano e de cada comunidade, de cada dificuldade. Quer dizer, quando a Maria Amélia fala de um programa para jovens, que insere todas as Secretarias e que abre as escolas, olha com quantos conceitos ela está lidando, e que no começo era um sonho.

Acho que não podemos perder a capacidade de sonhar. Eu acho que devemos estar aliás sonhando mais, cada vez mais. Uma das coisas mais tristes é perdermos e daí comprar a receita do vizinho, inserir e vamos estudar impacto, e vamos estudar resultado, e vamos estudar quanto os projetos são viáveis financeiramente, não é? Isso me preocupa muito. Quer dizer, o olhar empresarial sem dúvida é importante, mas nós temos de ter a capacidade de abrir mão de alguns conceitos que trazemos.

Quando eu escuto falar em capacitação, qualificação, requalificação, eu acho tão difícil isso quando estamos lidando com cultura, quando estamos lidando com sofrimento humano, quando estamos lidando com questões tão mais abrangentes.

Então, eu acredito que na nossa experiência o que podemos assim comprovar é que não tem receita que dê certo. A Pedagogia diz isso, quer dizer, despertar no ser humano o ser criativo que acaba endurecido e não aparecendo mais, isso é essencial.

O que nós temos feito, nós estamos estudando e já está implantado o que chamamos de Escola Oficina Social, onde discutimos a experiência da Monte Azul, todas as dificuldades que nós tivemos. E nós acabamos propondo um pensar mais amplo de atuação na área social. Nós fizemos isso baseados nessa demanda imensa de pessoas que chegam lá buscando a receita do que dá certo. Nós tendemos a buscar fora o que na verdade está dentro de nós e nós vamos pelo caminho mais difícil. Então, essa Escola Oficina Social tem estado aberta para as pessoas que querem discutir, que querem conhecer com mais profundidade o trabalho da Monte Azul. Para os próprios alunos da associação, que saem de lá com um desejo de continuidade do trabalho. E tem sido um sucesso. Acho que as pessoas que querem estar lá pensando junto quais são as suas necessidades, quais são as formas de atuação.

Acho que basicamente a nossa pedagogia abre possibilidades, em vez de apontarmos um caminho. E daí ficamos na retaguarda para pensarmos juntos e para estar encontrando o caminho que muitas vezes pode não ser o nosso, pode ser outro. Nós temos, por exemplo, desenvolvido algumas atividades na área do pensar com budistas, com pensadores, e é sempre muito rico, porque daí também existe um trazer experiências para a Monte Azul.

Eu não sei se respondi suas perguntas, mas, quer dizer, elas são muito amplas na questão da pedagogia e na questão da metodologia de trabalho. Incorporar, por exemplo, os próprios moradores no trabalho é uma concepção nossa que dá muito certo. Mas existe um tempo de despertar, não é? Uma pessoa que nasceu e cresceu dentro da favela e endureceu para a vida, como muitas vezes nós vemos, tem um caminho de volta para ser feito e para resgatar o que foi perdido.

Então, o investimento nesse ser humano é riquíssimo, porque ele volta com uma experiência da vivência do que é difícil. Assim, essa é uma pessoa apta a estar desenvolvendo um trabalho e nós temos experiências valiosíssimas de pessoas hoje que já estão com outras ONG's e que já estão com outras oficinas e creches, trabalham com juventude e que voltam para contar. Nesse momento, nós estamos

fazendo esse levantamento de quantos ex-alunos não estão reproduzindo esse modelo de um pensar mais abrangente.

SR. JOÃO – Se eu pudesse complementar, nós temos buscado motivar exatamente isso. Muitos de nós, e algumas das fundações, iniciaram o trabalho intervindo em uma comunidade, achando que vinham com a resposta da solução de problemas que são locais e que às vezes são até externos à realidade da fundação. É nossa opinião hoje que você não pode privatizar nenhum tipo de problema social, nem trazer algo que esteja pronto. A partir desse despertar, se não é a comunidade que está protagonizando a continuidade do projeto, seja do ponto de vista metodológico ou qualquer que seja, a efetividade é colocada em questão. Você pode estar conseguindo reproduzir uma experiência sem efeito nenhum no meio da própria comunidade e tendo um horizonte muito curto de vida. O que nos faz pensar sempre, embora isso tenha sido um pouco abandonado, a auto-suficiência de projetos sociais é o questionável. Particularmente, eu acho que é um discurso que veio um pouco viciado do setor privado e que deve ser abandonado. Exigir que todas as ONG's sejam auto-suficientes, não, eu dou o primeiro recurso, mas depois você vai ser auto-suficiente, é uma coisa um pouco estranha. Vai imaginar alguém que trabalha com adolescente, adulto com deficiência cognitiva grave, são muitas ONG's, aí vai gerar produtos numa sociedade com um grau de desemprego da nossa e com grau de tecnologia nos produtos cada vez maior, quando ele consegue fazer algo que é rudimentar, é artesanal.

Então, suficiência é diferente de auto-suficiência. Ele vai precisar de apoio financeiro, deve buscar sua suficiência na geração de recursos principalmente técnicos, em capacidade de gestão, geração de metodologia e inserção na comunidade. O que é diferente de exigir dele auto-suficiência e decretar a morte se ele não atingi-la.

SRA. SUELY – Eu não sei se ficou claro, na realidade quando eu perguntei não é que tipo de respostas para soluções, que cada realidade é uma realidade social e cultural diferenciada. Acho que isso ficou claro. A minha preocupação, às vezes, é de usar a pobreza, no sentido de marketing social institucional. A preocupação é nesse sentido, porque às vezes percebemos que tem um movimento grande de instituições que estão desenvolvendo projetos, existe uma ética em relação a esse público-alvo em que atuamos. Acho que este é o mínimo de respeito que nós temos de ter.

SR. JOÃO – Acho que é fundamental que as organizações instituem seus códigos de ética. O Ethos tem o seu. O Gife tem um código de ética, é por isso que para se associar você é avaliado. De fato avaliado.

Agora, uma coisa curiosa, que tem sido sempre uma preocupação pessoal também: Ah, será que aquela empresa não está se agregando para fazer marketing? Agregar valor ao seu produto só? Se ela se associa e passa a conviver com outras organizações que de fato atuam com interesse de alteração da estrutura social, dificilmente ela sobrevive. Ou ela é excluída dos Fóruns rapidamente. Ou por compromisso público, como nós dissemos, traga-o à mesa e peça para ele relatar a sua experiência e qual é a sua visão de futuro na atuação social, ele pode não ter, mas ele se compromete e no ano seguinte ele volta e vai te dizer como é que eles atuaram. Então, por compromisso público, ele acaba se envolvendo na ação. É importante buscar quem de alguma forma está estimulado e, aí sim, dar continuidade com ações qualificadas. Não há dúvida, em todos os setores existem pessoas com os mais diferentes interesses. Esse não estaria a salvo de intenções também duvidosas. É fundamental localizar e de alguma forma tentar envolver e transformar numa ação efetiva. Não sendo possível, diante de códigos de ética, essa organização, esse indivíduo deve ser excluído. E isso, por exemplo, está previsto em nosso estatuto. Uma organização, uma instituição ou uma empresa, não importa o seu nome. Importa a sua ação. Pode ser excluído.

SR. GERALDO BONADIO – Eu só queria pegar uma carona nesse discurso porque vejo certa angústia com relação à questão ética, e eu acho, então, que acabamos perdendo um pouco de vista as dimensões e a urgência da realidade em que nos movemos.

Quando a Fundação Ubaldino do Amaral resolveu desenvolver o projeto do Colégio Politécnico, levando em conta a demanda crescente, ela estabeleceu como meta implantar uma escola que quando funcionando a plena carga estaria com 2.000 estudantes em todos os seus cursos. E é esse o objetivo que se vem buscando atingir. Só que, digamos, aberto o processo de seleção para o primeiro semestre, nós tivemos 8.000 inscritos.

Então, eu creio que um problema básico do Terceiro Setor continua sendo, digamos, a questão do aporte de recursos para que nós possamos oferecer um atendimento mais eficiente e auxiliar na tarefa de abrir caminhos a uma porção de pessoas que daqui a quatro ou cinco anos terão realmente muito mais dificuldade de retornar ao sistema escolar e de refazer a sua preparação para a vida profissional, se ela não for feita no devido momento. Eu acredito que essa variante quantitativa tem de ser levada em conta, e aí eu acho que é um problema de reflexão política, como a colega aqui, que faz esse trabalho extraordinário na Associação Monte Azul, mencionou em que medida essa demanda é gerada pela ausência de uma resposta mais eficiente de parte do organismo que a sociedade constituiu especificamente para cuidar disso, que é o Estado.

SRA. ELIANA BELFORT – Eliana Belfort, eu represento no Fórum a Fiesp. A pergunta é para a Presidenta da Associação Monte Azul, Sra. Leda Acherman.

Leda, eu compartilho com você na preocupação...

Eu vou abordar a segunda parte da sua fala, quando você relata da sua experiência pessoal. Eu comungo com sua preocupação que o Terceiro Setor está ocupando espaço do Estado. Mas a minha preocupação é a realidade que temos aí.

Com a globalização e com a exigência das privatizações, nós assistimos o enfraquecimento e a perda da possibilidade do Estado elaborar políticas públicas. Qual é o caminho que você enxerga para o Terceiro Setor não ocupar esse espaço que deveria ser efetivamente do setor público?

SRA. LEDA – Então, eu acho que o caminho é o de volta, sabe, é o caminho de resgatar alguns papéis. Eu acho que daí também as ONG's devem ser utilizadas para o caminho de volta. A Monte Azul hoje está em parceria com a Fundação Abrinq e está desenvolvendo um projeto que é muito interessante e que é assim. A Monte Azul está formando professores da rede pública. E daí eu estava conversando com o Coordenador, que é lá da Horizonte Azul. E assim, eu não sei se vocês conhecem a Horizonte Azul, que faz divisa com o Jardim Ângela e Itapeverica da Serra, que é uma das regiões mais violentas do Estado. E a nossa idéia é que nós poderíamos estar atendendo em princípio 25 professores, e nós estamos com 70 professores da rede pública.

E até a fala da Maria Amélia também com relação aos programas desenvolvidos, a questão da credibilidade do Estado. A Monte Azul virou um marketing mesmo. Hoje é uma marca de qualidade de atuação na área da educação. E daí eu estava conversando com uma pessoa que está desenvolvendo esse projeto na Monte Azul. E ele tem discutido isso com muita profundidade junto com a Abrinq. Eu falei o que você faz com esses professores? Ele falou: “Olha, a gente faz aquarela. A gente canta. Eles estão tocando flauta. A gente dança. Faz teatro.” E daí eles estão mexendo com a hora da Monte Azul. Quer dizer, são coisas totalmente novas do que os cursos que os professores já conhecem. Eu não conheço muito, mas pela experiência que eles trazem, são aquelas coisas de repor conteúdo e de rever metodologia. Na verdade, eles estão liberando algumas coisas dentro deles que estavam muito mal trabalhadas e que para nós é a essência do ser humano, como eu falo. E está um sucesso.

O que estamos fazendo? A Fundação Abrinq, que também é uma ONG, que financia projetos, usou a Monte Azul para estar atingindo esse público. Então, eu penso, Eliana, que é o caminho de volta mesmo. É nós estamos continuando efetivamente com essas parcerias. E, hoje, muitas delas já têm uma contribuição para dar. Nós conseguimos, hoje, estar reforçando um Estado que não sabe o direito. Eu estava lendo uma matéria de uma revista do Oded, que acho que está circulando aqui, que diz que os diversos setores da sociedade estão redefinindo os seus papéis. Eu não vejo nenhum problema nisso. Porque quando falamos em função do Estado, imediatamente falamos: Opa! Quando falamos em desmantelamento do Estado: Opa! Que ela já tem um discurso. Não. Acho que é uma redefinição. Mas nós temos de discutir isso com seriedade. Você pode mudar os papéis, o que não quer dizer que você vai ficar sem papel.

Quando o Estado chega aqui buscando uma parceria com a Gife é interessantíssimo, não é, para um projeto que deu certo. Está aqui. Hoje, as associações acabam disputando junto com o Estado alguns projetos. O Comunidade Solidária é um deles, que disputa dinheiro público, dinheiro de setor privado, para desenvolver alguns projetos.

Nós temos de ter essa análise, porque senão acaba virando mesmo a preocupação da Suely. Quando acabamos utilizando a miséria, a pobreza para promoção e como mais um nicho de mercado, todas essas coisas complicadas que temos escutado. E daí de novo eu cito a Fundação Abrinq quando ele fala na ética na captação de recursos e quando o Oded defende, por exemplo, os selos, a empresa cidadã como um marco de atuação e até de que a empresa vizinha se preocupe com isso. Quer dizer, a empresa que quer ter uma atuação e quer ser reconhecida pela sua atuação.

Então, eu acho que é isso, Eliana. É usar o caminho um pouco de volta, resgatar tudo que ficou mal-entendido nessa história de função do Estado, sociedade civil organizada, filantropia, benemerência, enfim, todos esses termos

que usamos às vezes até sem saber como é que nós empregamos e compramos as coisas de novo prontas. E utilizar essa força. Porque eu nem acho, Suely, que a questão social está ligada à pobreza e à miséria.

Nós temos ido fazer palestras em escolas particulares, onde a incidência de violência é tão alta quanto na favela. O uso de droga é mais alto ainda, porque tem dinheiro. O que vivemos hoje é uma sociedade doente. Os setores que têm dinheiro, também os jovens que têm dinheiro não estão sabendo o que fazer da vida. Não tem trabalho, não tem perspectiva. Então, eu acho que é reconhecer assim que não está muito bom para ninguém. E revermos a distribuição da responsabilidade nisso. Hoje, eu acho que nós temos de avaliar o que aconteceu, para ver por que chegamos a esse pé. E daí a globalização de um lado impede, porque vira e diz não, no mundo inteiro não tem emprego. Está bom. Mas estamos falando do Brasil. Estamos falando do Jardim Ângela. A globalização também nos convida para a regionalização, que eu acho que também é um caminho interessante. Senão fica uma omissão de responsabilidade de todo mundo. Aí se fala: Está bom. Aí ninguém entende mais. Os papéis estão confusos. E deixa tudo como está? Não. A realidade de Itapeverica é uma. A do Embu é outra. A de São Lourenço é outra. Da Monte Azul e da Peinha são diferentes, são duas favelas e são vizinhas. Acho que está aí o detalhe de cada cenário, com toda riqueza e a dificuldade que oferece. Mas fazer esse caminho de volta, buscando a responsabilidade, assim, o que deu certo é porque deu certo, o que deu errado também como é que podemos incorporar, acho que é o caminho. E não é um caminho sem dor. Acho que é um caminho com dor, mas com uma visualização de como é que resgatamos. Está bom?

SR. JAIRO – Jairo, da Coordenação do Parceiros do Futuro.

Hoje de manhã nós mencionamos aqui a questão da parceria do Terceiro Setor com o Estado para viabilizar projetos reconhecidamente relevantes ao interesse público, como, por exemplo, na área de educação. Gostaria de perguntar

ao João como que o Gife vê, se ele tem projetos em parceria com o Estado atualmente e quais são e como ele vê esse tipo de parceria.

SR. JOÃO – O Gife individualmente não tem parcerias, mas muitos dos seus associados têm parcerias, e isso é tão importante que nós constituímos uma Diretoria de Relacionamento com o primeiro setor que é o Governo. Nós entendemos que o trabalho tem de ser em complementaridade. Não podemos substituir o Estado. E aí entendemos também que o papel dessas organizações e associados e também do Gife é sempre atuar em direção à alteração de políticas públicas. Nós temos um papel marcante na discussão do marco legal. É muito interessante que estejamos envolvidos no questionamento e também alguma forma de pressão, que seja legítima, sobre o Estado, naquilo que ele possa estar se furtando ao seu papel. Então, nós vemos como prioritário a parceria com o Estado, porque nenhum organismo no Brasil tem a capilaridade que o Estado tem. Já tem uma estrutura, sem entrar no mérito. Boa ou não, qualquer que seja a área, a estrutura está montada. E aproveitar essa estrutura e não replicá-la significa maior eficiência na aplicação de recursos que são deste país, qualquer que seja a origem, do setor público ou privado ou gerados entre o tal Terceiro Setor. Então, nós achamos prioritário trabalhar em conjunto com o Estado, ao lado dele e pressionando para que ele assuma a sua responsabilidade e altere aquilo que possa ser alterado, à luz de experiências bem-sucedidas. É necessário.

Agora, não daria para listar um a um. Nós teríamos de ver separadamente quais são os nossos associados que trabalham. Mas eu acho que a maior parte deles. Desconheço aqueles que se neguem a trabalhar com o Estado, por maior que tenha sido o seu preconceito ou experiências negativas. Todos estão motivados hoje porque entendem que essa atuação conjunta tem modificado realidades dentro da atuação do Estado. Isso é interessante. Como esse tipo de atuação da Abrinq com a Monte Azul. Eles têm muitas outras de qualificação, de atuação direta.

SRA. NEUZA MARIA GOYS – Eu queria só complementar aquele questionamento sobre marketing social, eu gostaria de colocar uma das coisas que ficaram bem claras nessa pesquisa. Nós temos muito receio, e sempre lembramos que a empresa investe porque quer agregar valor à sua imagem. Na realidade, essa pesquisa veio nos mostrar, e ela teve uma metodologia muito específica para detectar esse tipo de coisa, porque nós pegamos para amostra as 540 empresas que iniciaram o trabalho, justamente as empresas que mais apareceram na mídia nos últimos quatro anos. Quer dizer, é a empresa que vem comunicando as suas ações. E percebemos que o dado da pesquisa foi exatamente o contrário. As empresas não costumam divulgar os seus investimentos. Então, trabalhando com um dado que é um pouco da nossa neurose histórica aí da “pilarantropia” e uma série de coisas. E me lembro muito de uma reunião que nós tivemos uma vez, no planejamento da minha unidade do Senac, com a presença do Professor Paulo Freire, ele dizia para nós: “Nós somos educadores. Se você percebe que a empresa está querendo investir só por marketing social, traga ela para o seu lado e mostre a ela que é importante investir não só para agregar valor para marketing social.” E o trabalho que temos feito no Senac tem mostrado muito isso.

No Programa Educação para o Trabalho, nós temos a parceria em 1999, em 1998 nós tivemos mais ou menos 700 empresas, em 1999 nós tivemos 900 empresas de todo o Estado, que ofereceram espaços para a extração de viventes, financiaram ou abriram mesmo vagas para os meninos que saíram do programa. E é muito importante percebermos assim. Muitas delas nós percebíamos que entravam por interesse. É muito bom você entregar um menino que vem prontinho, não? Ele não tem experiência, mas ele vem de um processo educacional interessante, num projeto em que eles acreditavam. Então, é por mero interesse. Na segunda vez, ele não faz pelo mesmo motivo. Ele percebe quanto é importante e quanto pode trazer também para ele, para a sua empresa, algo mais do que marketing. Eu acho que isso é uma coisa interessante.

Então, quem entrou na primeira, em 1998, entrou em 1999. Nós tivemos um acréscimo de empresários. E na realidade são todos empresários, a grande maioria empresários de médias e pequenas empresas. Até microempresários. Nós temos caso de empresas com quatro funcionários que receberam alunos nossos e ficaram exercendo o seu papel educador.

Assim, eu acho que termos um pouco dessa é um viés de leitura mesmo do investimento do segundo setor da empresa.

Mas eu acho que vocês vão verificar nessa pesquisa que essa coisa ficou bem mais na minha cabeça, pelo menos ficou melhor resolvida.

SR. DEPUTADO GERALDO VINHOLI – Eu queria fazer uma pergunta para a experiência de vocês. É uma pergunta até para iniciarmos uma parte do aperfeiçoamento das leis aqui. Tem duas legislações que são interessantes de revermos, e há interesse do Fórum se aprofundar naquilo que, vamos dizer assim, está na nossa esfera de governabilidade, que é o âmbito do Legislativo estadual, quais são as leis estaduais mais utilizadas? Se existe uma sugestão de vocês por conta da melhoria do arcabouço legislativo que se usa, principalmente estadual, para fazer a filantropia empresarial ou a atuação do Terceiro Setor “lato senso”. E se, além dessas leis específicas para o Terceiro Setor, se as leis de incentivo à cultura são também bem utilizadas pelas entidades do Terceiro Setor nas suas atividades.

SR. FERNANDO – É o seguinte. Eu gostaria de dizer, na área em que nós atuamos, eu estava dizendo sobre essa lei que será assinada agora pelo Governador Covas, ela vem numa hora assim muito boa, nessa abertura, complementando aquilo que o Governo Federal fez. Essa abertura para estágios. Isso abre um campo fantástico para os jovens. Eu estava dizendo isso.

Agora ficou o seguinte. A lei federal, a CLT dizia o seguinte, que o trabalho era permitido, de 12 a 14 anos, na condição de aprendiz, e depois de 14 anos o trabalho protegido era permitido até os 18 anos.

A Organização Internacional do Trabalho coloca a idade mínima para trabalho de 15 anos. Então, a própria legislação batia muito no Brasil para rever essa posição. E há questão de dois anos, no final do ano, foi mudada a legislação e a idade mínima para o trabalho passou de 14 para 16 anos. E a idade do aprendiz, que era de 12 a 14, passou para 14 a 16. Hoje a nossa realidade é a seguinte: de 14 a 16, o trabalho é permitido na condição de aprendiz, que é uma condição muito específica, muito bem definida. E a partir dos 16, o trabalho então passa a ser permitido.

Houve um movimento de entidades em relação a isso, comentando isso, essa mudança abrupta não veio para proteger o menino, mas veio por causa do INSS, da questão muito mais de um problema do Governo do que um problema social. Mas, enfim, ela é uma realidade.

E o que acontece agora? Essa abertura para o estágio permite que de 16 anos para cima não é obrigado o registro em carteira, porque o estagiário, então, ficou dispensado disso. E de 14 a 16, na condição de aprendiz, em que o trabalho é permitido na condição de aprendiz, é necessário o registro em carteira. Vai de novo continuar essa dificuldade?

Eu me bato nessa questão do registro, pela maneira como as coisas acontecem. Porque acaba dificultando o trabalho. Então, nós vamos ter um caso esquisito, porque de 14 a 16 é obrigado o registro, e de 16 até 21, não, se ele for estagiário. Fica uma coisa extremamente esquisita.

Então, se de 16 anos para cima foi resolvido o problema, e eu acho que isso vai abrir um horizonte fantástico, por que não repensar na questão dos 14 aos 16? É complicado, mas fica aí a sugestão.

SR. – Na questão de utilidade pública também incentivos fiscais?

SR. FERNANDO – É. Aí existe todo um caminho às vezes extremamente complicado para as entidades chegarem ao topo, que é conseguir o certificado de fins filantrópicos, não é? Nós já percorremos esse caminho e já chegamos lá. Realmente tem essa dificuldade. Hoje de manhã aqui estávamos comentando assim como o Estado coloca dificuldades. Nós comentamos aqui a questão do FAT, hoje de manhã, a questão da Secretaria do Trabalho. O projeto que foi pedido, o modelo que foi pedido para ser preenchido é extremamente completo, muito bonito, para quem conseguiu, porque ele é completíssimo. Ele exige tudo da entidade, todas as certidões negativas que você imaginar, ele exige. Exige experiência anterior da entidade. Exige tudo, tudo, tudo. E as entidades não conseguem, a maioria não conseguiu. De 2.000 projetos esperados, somente 80 chegaram lá. Isso foi sexta-feira agora.

Mas é necessário que as entidades evoluam para isso, está certo?

Então, eles não deixam de ter razão exigindo um projeto assim. Claro que tem de ser assim. Mas as entidades têm de evoluir para isso. Deve haver assim um apoio de outras entidades no treinamento, enfim, existe muita vontade, principalmente no Interior, existe muita vontade de fazer e de realizar, e às vezes as coisas estão sendo feitas de forma errada muito mais por um desconhecimento. Mas a vontade existe, está certo? Então, as entidades têm de reconhecer, têm de partir para isso, têm de buscar esse aperfeiçoamento, têm de evoluir, têm de profissionalizar. E há entidades que batalham para isso. A informação que a RITS coloca na Internet, a própria Abrinq quando ela coloca, quantas entidades auxiliam nesse ponto? O próprio Senac, na questão de qualificação de pessoal na área de educação é fantástica nesse trabalho, que já é oferecido. As entidades têm de entender isso e percorrer esse caminho.

A dificuldade é aquela que hoje de manhã foi comentada. Existem às vezes barreiras, não ter divulgação, não ter isso. Mas, enfim, nós temos de caminhar para quebrar essas barreiras. O Governo também tem de entender e divulgar mais. Às

vezes simplificar onde pode ser simplificado. Enfim, esse caminho, espero que os outros também falem alguma coisa disso.

SRA. LEDA – Eu concordo plenamente com o Fernando. Por isso eu falo de novo que é um processo pedagógico. São questões culturais mesmo. As empresas não conhecem os benefícios que elas podem ter quando elas participam de um projeto social, amparado por lei. Então, eu acho importantíssimo que quando se criem as leis, que tenham um amplo trabalho de divulgação. A Gife também tem feito isso com os seus empresários, tem promovido encontros, porque a dificuldade é muito grande.

Nós estamos desenvolvendo um projeto juntos, para a Monte Azul participar, do que eles chamam de Escultura Social, com a Bienal. E nós mandamos acho que 600 propostas da Lei Rouanet para empresas e nós não tivemos um retorno. Porque as pessoas não sabem, as empresas não sabem. E daí pensamos: Será que também é uma atribuição nossa fazer todo esse trabalho? Eu penso que é, não sei, da Federação das Indústrias, do PNPE, da Gife, da Assembléia fazer esse trabalho de abertura. Porque senão não conseguimos, esse dinheiro não chega para nós.

SRA. NEUZA MARIA GOYS – O problema da Lei Rouanet, quer dizer, passar o projeto é fácil. Na hora de captar recursos, percebemos que os recursos advindos da Lei Rouanet são projetos das grandes empresas que investem nisso.

SRA. LEDA – É. É verdade.

SRA. NEUZA MARIA GOYS – Captar isso de uma forma de fora da empresa é muito difícil. Eu acho que não é só desconhecimento, não. Eu acho que tem algumas outras coisas que estão colocando. São muitos projetos muito

interessantes que estão aí e que não conseguem captar mais nada. Nada, nada, nada.

SRA. NEUZA MARIA GOYS – A resposta é quase zero. É aquilo que você falou da Monte Azul. Então, eu acho que em todo movimento tem de haver sensibilização e articulação de todo o incentivo. Porque senão não adianta nada.

SRA. NEUZA MARIA GOYS – Então, a grande empresa que reinveste o próprio incentivo num projeto próprio ou de uma fundação, eu acho que aí não tem demérito nenhum, acho que tem mais é que fazer isso. Agora, quem está de fora, geralmente não consegue fazer a captação de recursos.

SRA. LEDA – É a construção de uma nova cultura, como você colocou.

SR. GERALDO BONADIO – Sobre a questão de incentivos culturais, eu vou fazer uma colocação que não tem muito a ver com minha atuação presente na Fundação Ubaldino do Amaral, quer dizer, mas que tem algo a ver com a experiência que eu acumulei quando estávamos iniciando a Associação de Eventos Culturais. O Brasil é um caso interessantíssimo. Nós trabalhamos 15 anos para produzir uma legislação de incentivos à cultura e conseguimos produzir uma lei praticamente perfeita, que era a Lei Sarney. Essa Lei Sarney foi inteiramente desfigurada em função do contexto inflacionário que se vivia na época, por uma série de pareceres normativos, aparentemente até mal-intencionados, da Secretaria da Receita Federal, que tornou, digamos, na realidade a Lei Sarney uma oportunidade de um sujeito tirar do Estado mais dinheiro do que ele dava. Certo? Porque o Governo que assumiu logo em seguida, em vez de pura e simplesmente eliminar essas instruções normativas que permitiam essas coisas todas, resolver liquidar com a lei e fazer uma lei nova, que é essa que autoriza o sujeito a ser pedinte de ajuda. Então, parece-me que há um problema aí ligado a um problema de amadurecimento das experiências na aplicação de uma lei. Eu até hoje não

encontro, no meu conhecimento na área de legislação tributária, alguma coisa que me permita dizer que a Lei Sarney era uma lei de sonegação. Ela foi transformada num excelente instrumento para se tomar dinheiro do Estado, mas não em função da lei em si, em função dos penduricalhos que a Receita conseguiu anexar a ela. Então, quer dizer, é a questão do que sai do Congresso e é efetivamente aplicado.

Eu diria que há algumas coisas assim que são muito interessantes. Por exemplo, existe um registro na Secretaria, era da promoção Social, mudou tanto de nome que eu não sei como é que se chama hoje. Certo? Esse registro, por exemplo, no caso da Fundação Ubaldino do Amaral, não tinha nenhuma utilidade prática imediata. Mas, por outro lado, é o tipo do registro que é bom você ter, porque se você não tiver, você passa a ser encarado com suspeita no escalão seguinte. E a obtenção foi tornada alguma coisa extremamente difícil, porque aí entrou em cena uma visão corporativista do pessoal da área do Serviço Social, e não pode isso, não pode aquilo, tem de ser aquilo. Então, o que me parece é que de repente alguma coisa que existia no sentido de ajudar, passou a existir no sentido de tornar mais difícil. Mais difícil para você chegar até aquela coisa.

Assim, nós estamos assistindo aí a produção de um número grande de leis, tem a Lei Orgânica da Assistência Social, essa coisa toda, e precisaríamos ter, sigamos uma visão mais sistêmica de como isso funciona em conjunto. E também certo desarmamento em relação àquilo que se imagina que a empresa está sempre querendo tirar algum mau proveito da sua participação.

A nossa experiência no caso também da Associação de Eventos Culturais, nós temos pelo menos meia dúzia de grandes empresas que dão uma contribuição pequena, mas dão desde o início da entidade, há mais de 10 anos, nunca se afastaram e nunca também tentaram tirar nenhum proveito disso. Na verdade, o que fica complicado, quer dizer, nessa era de globalização que estamos vivendo, é que de repente a filial da empresa que fica não sei onde, foi vendida para um grupo de outro país. E aí vem aquele período em que pára qualquer relacionamento na área social até se definir o novo comando.

Mas acredito sim que nós precisaríamos levar à frente, digamos, um diálogo sobre essa questão da legislação, porque em alguns casos a legislação não produz resultados. É o caso específico aí do patrocínio no caso da Lei Rouanet. É alguma coisa assim que fica praticamente impossível de se obter, a menos que o projeto esteja sendo bancado pela própria empresa que solicitou a aprovação dele.

Então, parece-me que aqui nós saímos de uma lei que tinha problemas que não eram da lei e sim dos instrumentos normativos, que poderiam ser perfeitamente eliminados, e caímos numa lei que realmente é muito complicada, por envolver essa questão de renúncia fiscal.

Eu diria que a Prefeitura de Sorocaba chegou a uma experiência muito interessante, criando uma lei de incentivo em que não existe renúncia fiscal, mas existe consignação orçamentária de um percentual fixo da arrecadação de ISS, para o financiamento de projetos culturais, que são selecionados por uma Comissão que se renova ano a ano, e que é indicada paritariamente pela sociedade e pela Prefeitura.

Há alguns caminhos interessantes. Nós precisaríamos talvez caminhar para ter um banco de Dados sobre essas informações e poder confrontá-las.

SR. JOÃO – Acho que são duas questões básicas. Estávamos até misturando municipal, estadual e federal, mas isso é inevitável. Existe certo sentimento de que há um desbalanceamento entre a Lei Rouanet e os outros incentivos fiscais, porque nenhum era generosidade da Lei Rouanet para áreas de atuação como educação, saúde ou promoção social. Mas aí precisaríamos entrar numa análise de mérito, para ver se o Estado precisa fazer renúncia fiscal para a sociedade se mobilizar ou não. Essa questão fica em aberto.

Acho que as diversas instâncias de governo, Município, Estado e Federal deveriam fazer. Primeiro é utilizar a sua capilaridade para melhor informar de que forma essa atuação deve acontecer e quais são os órgãos reguladores. E depois assumir o seu papel de regulador dos relacionamentos e buscar simplificar essa

aproximação com o Terceiro Setor e a regulamentação do relacionamento, do vínculo empregatício, embora isso tenha começado a ser feito pela lei do voluntariado, do incentivo fiscal ou da forma de atuação junto aos outros órgãos, como você estabelecer uma parceria de longo prazo com o próprio Estado, e ter isso como influência e discussão de metodologias já aplicadas e assim por diante. Então, assumir o seu papel de regulador, incentivar a difusão de selos que possam trazer embutida a idéia de qualidade na aplicação de projetos sociais, para que você tire a idéia de marketing que está impregnando a cabeça de todos os setores, inclusive o empresariado. Aliás, um colega que, esteve no início do Gife Martinelli, que é o Centro de Estudos CIA, costuma dizer que para caracterizar alguém de mau caráter é só caracterizar o empresário. As novelas de TV usam isso. O empresário geralmente tem um perfil de mau caráter, é estereotipado.

Então, vem direto essa imagem. Se ele se envolveu no Terceiro Setor é porque ele quer alguma coisa. E quando nós somos procurados pela imprensa, a primeira pergunta que um repórter jovem faz: “É! Mas o que tem por trás disso?” Não tem nada por trás. Mas acho que o Estado pode trabalhar como regulador e trabalhar com selos de validação para isso. Já existem, já estão sendo discutidos aí, a ISO 28.000, que vai sair e é de atividade social. Acho que o Estado poderia, com a sua capilaridade, estar trabalhando na regulamentação dos relacionamentos, antes de tudo. Porque a discussão de mérito, de renúncia fiscal é bem mais do que isso. Agora, para isso ele precisa facilitar o relacionamento, como todos disseram. Via de regra, não é fácil.

SR. DEPUTADO GERALDO VINHOLI – Eu pergunto assim justamente por causa disso. Se o Estado não tem capacidade, por exemplo, na questão da utilidade pública, que o Estado por lei já tem essa obrigação de fazer a fiscalização anual, para saber se se renova isso, não tem capacidade organizativa para fazer isso. Quer dizer, relegar ao Estado essa capacidade, que é sua, é um poder de fiscalização, é um poder de polícia constitucionalmente do Estado, mas não poderia,

na cabeça de vocês não tem um mecanismo que seja participativo, eu não vejo de outra maneira, talvez até sediado na própria Assembléia Legislativa, pela própria característica democrática, plural da Casa, de fazer essa fiscalização ou esse acompanhamento das entidades ou essa política de capacitação? Porque na minha cabeça, e voltando à sua colocação, de que tem de ser feita uma situação sistêmica, veja bem, se esta Casa é a Casa que vota o orçamento, que determina a partir da proposta orçamentária do Governo como se colocar esse orçamento em prática, também deveria ser esta Casa que recebe do Governo e da sociedade civil, por meio dos seus representantes, as principais demandas para que pudesse adequar as demandas ao orçamento possível. Então, de alguma maneira seria um Fórum, sei lá, na minha cabeça, pensando alto assim isto aqui é um “locus” privilegiado para essa reforma do Estado, que é feita também aqui, porque o Estado é escravo da lei, e não de outra maneira, você pode fazer uma adequação pela contaminação positiva dessa necessidade social, mediante interferência dela nas políticas públicas de orçamento, seja por meio da política de convênio, seja por meio da política de aplicação direta dos recursos sociais.

Então, era mais nesse sentido. Quer dizer, só relegar ao Estado a responsabilidade que é dele, ninguém tira, porque é para isso que ele foi criado, não é possível. Mas também não é possível pensar que ele vai assumir esse papel se em nenhum nível ele consegue realizar na plenitude o que a sociedade assim necessita.

Era mais isso.

SR. GERALDO BONADIO – Eu só juntaria um dado, que essa fiscalização capilar já existe no caso das instituições de natureza fundacional, por meio do Ministério Público, ao qual, digamos, todas as fundações submetem o seu balanço e a sua ata de assembléia.

SR. GERALDO BONADIO – Pois é. Aí é que surge o problema. Quando você vai ver a questão da administração de uma fundação, você verifica que, conforme os certificados que ela tenha, ela gasta uma boa parte do tempo de trabalho do seu pessoal preparando relatórios para os mais diversos organismos. Para órgãos estaduais, para organismos previdenciários, para o Ministério da Justiça, para o Ministério Público. E no final das contas não há uma correlação entre o esforço exigido e a certificação de que, digamos, ela está trabalhando de modo adequado, correto, na melhor das intenções. Então, alguma coisa tem de ser feita. Ou se desburocratiza ou se dá, digamos, um efeito prático a todos esses relatórios, porque, em determinado momento, sentimos estar fazendo papel de palhaço. Quer dizer, estamos aqui apresentando que ninguém vai ler, que não vai ocorrer nada. Agora, se não mandarmos, aí tem. Certo?

Então, eu creio que é necessário, sim, aprofundar esse tipo de coisa. Talvez nós pudéssemos caminhar, isso seria uma situação muito boa, eu me permito me valer das experiências que o pessoal tem desenvolvido na área do mercado publicitário, em que se implantou com grande êxito um código de regulamentação publicitária, e agora um código de normas-padrão para as agências de propaganda, estabelecidas pelo próprio setor. Eu acho que talvez fosse o momento de se tentar buscar, digamos, uma posição de certa independência em relação ao Estado, a partir da constatação de que na verdade se alguma coisa funcionasse com todos esses relatórios, nada aconteceria de errado. Agora, deveria acontecer alguma coisa de bom para as organizações do Terceiro Setor, que são obrigadas a atender todas essas exigências, sem que haja, digamos, uma consequência de natureza prática no sentido positivo.

SRA. LEDA – Eu gostaria só de completar e dizer que por isso eu trouxe hoje aqui a experiência da Monte Azul e a do orçamento participativo. O orçamento participativo e a experiência que eu vivi em Itapeceira, e aí conheci, por exemplo, a experiência de Porto Alegre, é justamente essa. Quer dizer, quanto precisamos da

compreensão do que acontece. A sua fala de que assumir é função do Estado, mas ele não tem competência, não tem capacidade para fazer, acho que é assim. A função do Estado, nós criamos essa capacidade. Como? É com co-gestão, é com participação popular, para dar respaldo. Então, eu não elimino. Eu acho que são duas coisas que se juntam. E eu concordo com você. Tem de ter uma forma participativa de conscientização. De onde vem o dinheiro? Como vem? Como ele é empregado? Quais são as prioridades? Com que olhar se definem essas prioridades? Como é que se define o que é utilidade pública?

A Monte Azul não é de utilidade e nós pagávamos INSS. Cota patronal de INSS, R\$25.000,00. E de repente o Einstein tinha utilidade. Sabe? Daí, quando eu cheguei lá, foi uma das primeiras coisas que eu fiz, entramos com um mandado de segurança, vamos rever isso, como é que se decreta?

Hoje, nós vivemos também uma situação interessante. Nós temos as oficinas, padaria, marcenaria que funcionam todas como formadoras de jovens para o mercado de trabalho. E esses produtos são vendidos, o que nos dá quase 30% da nossa receita. E podemos perder a utilidade pública porque vendemos os produtos. Quer dizer, de novo nós voltamos e falamos assim: Vamos pensar o que estamos fazendo. Elas acabam sendo, e daí a fala dele é muito interessante, porque quanto uma instituição tem de ter renda para ser auto-suficiente. E aí eu lembro que até num encontro que a Gife promoveu com a Sinerges, eu perguntei a um dos palestrantes: Mas nós temos de ser auto-suficientes? Ele falou não. Isso é que nem mulher de negócios querer ser homem de negócios. Cada um tem o seu papel, a sua função e a sua forma e atuação. Ele falou que de jeito nenhum essa pode ser a prioridade. Hoje nós estamos correndo o risco de estar perdendo a utilidade pública. Então, nós vamos ter de abrir cooperativas ou microempresas, eu não sei que confusão que está dando que descaracteriza o nosso trabalho. Quer dizer, efetivamente não somos empresas. Não podemos ser enquadrados como empresa. E nós temos de ter o respaldo legal. Agora começamos a estudar isso, como é que vamos encaminhar.

SR. JOÃO – Sem querer demorar mais o debate, o Estado teria uma extensa dificuldade para fazer uma análise de mérito, se ele entrasse em todas as atuações. Por quê? Porque discutir metodologias, por exemplo, qualquer que seja a análise de educação, seria tão desgastante que o Estado seria próximo a zero, e as operações continuariam. Agora, ele precisa assumir o seu papel regulador com alguma simplicidade e conhecendo a operação do Terceiro Setor. E aí eu acho, primordialmente, abrindo o próprio Estado. Porque o Terceiro Setor tem um grau de empreendedorismo que é fantástico, às vezes maior do que o segundo setor mesmo. E são pessoas que precisam realizar. E, às vezes, se envolvem num debate junto com o Estado que é tão longo e tão desgastante, e muitas vezes só para que órgãos do Estado absorvam alguma experiência do Terceiro Setor, que a maior parte se desgasta e passa a dar ao Estado essa imagem de falta de credibilidade até na capacidade de ação.

Agora, se o Estado abre a sua estrutura, por exemplo, educacional, para entender algumas dessas experiências e absorver parte dessa qualificação que está disponível, não conheço ninguém do Terceiro Setor que se negasse a transferir isso para o Estado, talvez ele pudesse dinamizar a sua estrutura e começar a olhar para uma coisa que não traz para o debate.

O Terceiro Setor está mobilizado a partir de indivíduos, por maiores que sejam as organizações. Essa mobilização vem da motivação e do desejo de participar de um desafio que é de caráter público, que isso precisa ser levado para a estrutura do Estado, e o profissional da estrutura do Estado entende que o trabalho dele também é de interesse público. E nós encontramos toda uma estrutura desgastada sob vários aspectos, mas principalmente não motivada para a ação.

E essa mesma microestrutura do indivíduo, da Secretaria, dos pequenos Conselhos Municipais, que já são abertos à comunidade, é que vai operar. Não adianta trazermos só o debate a um escalão mais elevado se quem opera, na verdade, está ou despreparado ou desmotivado para transformar o que ele tem, até de estrutura e capilaridade e conhecimento que possa ser absorvido de outras áreas

em práticas sociais. O Estado é o primeiro e principal às práticas sociais. O Terceiro Setor está vindo junto e sem querer substituir o Estado.

Então, talvez precisamos abrir um pouquinho a estrutura do Estado, sem absorver o Terceiro Setor, que tem o papel fundamental de cobrar o Estado também na sua eficiência, aproveitando as suas experiências, motivando, trabalhando o indivíduo no Estado e voltando isso para a sociedade. Este é o seu papel básico.

SR. JAIRO – Eu acho que o debate sobre esta questão é importante e fundamental, até para se conseguir situar melhor essa perspectiva do papel do Estado em relação ao Terceiro Setor e do papel do Terceiro Setor em relação ao Estado e ambos em relação ao mercado. Então, são perguntas que eu acho que não foram debatidas ainda. O debate não se esgotou. Pelo contrário, está só começando. O Terceiro Setor deve servir à implementação de políticas públicas pelo Estado? Ou é o contrário, o Estado é que deve procurar o Terceiro Setor e se abrir a ele? E uma série de outras questões importantes que eu acho que devem ser debatidas até à exaustão. Porque é desse debate e desse entendimento é que se vai dar então o primeiro passo concreto, mas aí com plena consciência de todas essas variáveis, para se seguir em frente nesse assunto.

Essa é uma questão que eu acho que não foi debatida e que este Fórum, este grupo é um excelente espaço para isso e a nossa missão realmente é essa.

SR. GERALDO VINHOLI – Como ninguém mais está fazendo sinal para fazer perguntas e como nós estamos seguindo rigorosamente o programa, com os seus respectivos horários, queremos agradecer a participação do Fernando, da Associação Educacional Homem do Amanhã; da Leda, da Associação Comunitária Monte Azul; do João, do Gife, Grupo de Instituições, Fundações e Empresas; e do Geraldo também, da Fundação Ubaldino do Amaral.

O Jairo colocou que nós ainda temos muito o que discutir. Gostaríamos novamente de contar, num futuro próximo, com a presença de todos vocês e que

tenhamos também a oportunidade de visitá-los, para que este intercâmbio, esta troca de informação possa ser uma constante.

Nosso agradecimento a todos vocês por terem comparecido aqui e nos agüentarem com todas essas perguntas. O nosso abraço fraternal a todos vocês. (Palmas.) E damos por encerrada nossa reunião.

12.06.2000

- Marco Aurélio Martorelli – Relatoria do Fórum São Paulo Século 21, assessor da Presidência
- Geraldo Vinholi – Deputado. Coordenador do Grupo Temático sobre Terceiro Setor
- Newton Brandão - Deputado. Relator do Grupo Temático sobre Terceiro Setor
- Flavio Fava de Moraes – Diretor Executivo da Fundação SEADE. Ex-Reitor da Universidade de São Paulo-USP
- Luiz Ghidini – Assessor-chefe do gabinete do Deputado Geraldo Vinholi
- Nilson Seixas Kobayashi – Representante da Comunidade Zen-Budista da América do Sul e o Rotary International
- Flávio Sodere Toledo – Advogado, representante da Grande Oriente do Brasil
- Edson Luiz Vismona – Secretário-Adjunto da Justiça e da Defesa da Cidadania
- Jairo – Secretaria de Estado da Educação. Coordenador do Programa “Parceiros do Futuro”
- Arnaldo Azevedo Marques – Consultor autônomo, economista
- Kátia Conde – Assessora do Deputado Geraldo Vinholi
- Maria Inês Colado – Assistente social, supervisora de desenvolvimento social da Associação Cristã de Moços de São Paulo
- Marcos Alim – Membro do projeto “Parceiros do Futuro”

- Francisco
- Eliane Pinheiro Belfort Mattos – Representante da FIESP
- Ricardo – Representante da Federação Israelita do Estado de São Paulo

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Bom-dia a todos. Antes de iniciarmos, peço desculpas pelo atraso, riscando o ponto de nossos conselheiros ausentes, em homenagem aos professores presentes. Em nome da Presidência do Fórum e da Relatoria Geral, gostaria de dar as boas-vindas a todos que atenderam a nosso convite para esse Grupo Temático do Terceiro Setor, o grupo nº 8, coordenado pelo Deputado Geraldo Vinholi e relatado pelo Deputado Newton Brandão.

Este evento foi convocado a pedido dos próprios conselheiros. Inclusive, temos aqui alguns convidados especiais, porque estamos elaborando os traços finais do relatório de trabalho da primeira etapa do Fórum São Paulo Século 21.

Como todos sabem, este Fórum, iniciado em outubro, tem uma primeira fase que será encerrada em junho, para depois ser feito o relatório final, que deverá ser entregue até final de julho por todos os grupos, com as principais impressões para que, então, façamos um relatório geral, quando essas impressões serão colocadas em confronto e inter-relação com as outras.

O Grupo Temático de Terceiro Setor, como todos sabem, interage diretamente com o Grupo de Reforma do Estado, de Cidadania e Cidadão do Século 21. Porém, no decorrer dos trabalhos, outros grupos – Saúde, Emprego e Renda, Indústria – sentiram muito a ausência da discussão aprofundada do Terceiro Setor. Isso é bom.

Hávamos discutido com eles, no decorrer do Fórum, que o Grupo de Terceiro Setor estava pensando muito nessa interface, e o trabalho de encerramento da primeira fase de atividade, provavelmente, iria fornecer algumas linhas, pelas quais os outros grupos poderiam interagir na segunda fase do Fórum.

Hoje, conversaremos com duas personalidades com grande experiência na área do Terceiro Setor. Uma delas é o Professor Flávio Fava de Moraes, atualmente, diretor-executivo da Fundação Seade, a Fundação contratada pela Assembléia Legislativa para subsidiar todos os dados utilizados pelos conselheiros, a fim de que realizem seus trabalhos de uma forma uniforme e coerente.

Os trabalhos da Seade foram de grande valia, tanto na parte de estatística como na conceitual. No caso do Grupo de Terceiro Setor, uma das pessoas responsáveis para elaborar esse trabalho foi o Professor Silvio Caccia Bava, que também já esteve aqui conosco. Esses trabalhos elucidaram muito o desenvolver das atividades no Fórum.

No primeiro seminário, tivemos uma parte conceitual do Terceiro Setor e uma parte de diagnóstico; no segundo, houve o aprofundamento de algumas questões. Agora, no terceiro seminário, teremos as experiências e as principais propostas no aspecto legal, político, ético, organizacional e operacional do Terceiro Setor.

Como estava dizendo, o Professor Flávio Fava de Moraes atendeu gentilmente ao convite, entre outras razões, por ser o Terceiro Setor uma área de concentração de suas atividades. O Professor Fava já participou de inúmeras Fundações dentro do Estado, tem uma experiência muito grande tanto em Fundações, Institutos e organizações do Terceiro Setor, ligados diretamente ao governo, como na sociedade civil, além de já ter sido Reitor da Universidade de São Paulo, da qual é professor titular.

Quero convidá-lo para que tome assento à Mesa e faça uma apresentação de sua experiência.

SR. FLÁVIO FAVA DE MORAES – Bom-dia a todos. Eu diria que a pessoa que, na Fundação Seade, tem um forte intercâmbio com as questões de Terceiro Setor acompanhou, uma ou outra reunião deste grupo temático; confesso ter estado mais na área de Ciência e Tecnologia e Educação.

Inicialmente, quero salientar o fato do alto crescimento do setor, tanto que, uma das coisas que o serviço de estatística do Estado, o Seade, uma Fundação oriunda do antigo Departamento de Estatística, já mais do que centenário, mostra é que a explosão desse segmento nos últimos tempos é absolutamente incontrolável.

Uma das coisas que o Sebrae e as Secretarias de Estado, mais recentemente a Secretaria de Cultura, pediram ao Seade é basicamente o que o Grupo está

trabalhando na questão diagnóstica, ou seja, saber quantos são, quem são, o que fazem, onde estão.

Essas quatro perguntas básicas do Terceiro Setor precisam ser tratadas de uma forma absolutamente profissional, porque há evidências mais do que claras de que o sistema não é homogêneo e, mais do que isso, é poluído, tanto que até foi criada a famosa frase das chamadas “pilantrópicas”.

A necessidade de se estratificar a probidade dessas instituições, assim como a temática e a especialização de profissionalismo, é absolutamente inadiável para fundamentar políticas públicas e até sociais de auto-sustentabilidade, inclusive, pelo próprio setor privado.

A parte organizacional é outra temática que mostra uma heterogeneidade enorme sobre a forma de operar dessas instituições. Como disse o Marco Antônio, minha experiência maior é na área fundacional. Observei aqui o nome do Martinelli – ele ainda não chegou –, que tem uma enorme experiência com Fundações. Atualmente, ele preside a Fundação da cadeia holandesa de lojas C&A.

Ambos, tanto ele como eu, fomos membros do 1º Conselho do Instituto Ayrton Senna, que, nesses últimos cinco anos, sai do estágio inicial para um atendimento excepcional de, praticamente, 200 mil crianças.

Na área operacional, sugeri ao Marco Antônio o nome do Dr. Francisco de Assis Alves, aqui presente, um advogado notório; foi assessor jurídico da Universidade de Campinas, de São Paulo, e, atualmente, preside uma Associação de fundações de ordem nacional.

Creio que posso até fazer propaganda do seu livro, que sairá até o final deste mês, sobre o que é realmente a estrutura organizacional e operacional de fundações. Portanto, acredito que ele poderá ajudar-nos, no dia de hoje, a esclarecer qualquer dúvida sobre esses aspectos.

Estou falando sobre o Terceiro Setor visto mais do ponto de vista social, independente da estrutura governamental, mas existem Fundações estatais e outras instituições que trabalham e prestam serviços semelhantes a esses.

Excluirei as Secretarias de Estado, como objetivos puramente públicos, porém, vou-me permitir incluir o sistema das universidades – tanto as financiadas pelo Estado quanto as outras –, como um sistema pouco visto interagindo no Terceiro Setor. Mas não tenho nenhuma dúvida de que eles participam, pelo fato de terem uma estrutura administrativa absolutamente autônoma.

A autonomia financeira, administrativa, de gestão patrimonial, que as universidades possuem, independem de terem ou não recurso público; elas trabalham com uma autonomia muito próxima à estrutura organizacional desses sistemas do Terceiro Setor.

Não quero perder-me em detalhes, mas existe um quadro impressionante de atividades que as universidades produzem, nessa similaridade com o Terceiro Setor, de forma autônoma, portanto, desvinculada, de modo geral, de diretrizes do setor público propriamente dito ou da administração direta.

Seria, mais ou menos, essa a situação em que estamos envolvidos e como eu a vejo. Mas volto ao primeiro ponto, ou seja, hoje, a minha vinculação via Seade é basicamente aperfeiçoar a identidade do setor no sentido de saber quantos são, quem são, o que fazem, onde estão. Essa é a meta básica do que estamos enfrentando.

Com esse panorama definido, estaremos fundamentando políticas públicas de benefícios nos subsídios. Contava, agora, ao Dr. Vismona, Secretário-Adjunto de Justiça e Cidadania, que, se pegarmos as cartografias, tanto da região metropolitana de São Paulo, que tem os distritos e municípios, como as do Estado, e as superpusermos, item por item, verificaremos que é impressionante a quantidade de informação que temos e que nem sempre é utilizada até mesmo pelo poder público ou pelas associações privadas do Terceiro Setor.

Exemplificando, é muito fácil pegarmos essas cartografias, hoje, e determinarmos um índice de ocorrências policiais cruzadas com a origem de quem as cometeu; onde está faltando ou sobrando vaga em escola; onde os postos de assistência primária, secundária e terciária de saúde no Estado, estão bem

atendidos, onde não. Assim, vamos superpondo as cartografias: educação, ocorrência, idade, etc. É só superpor com cartografia que podemos fazer decisões objetivas de curto prazo e muito profícuas, no sentido de identificar problemas e agir diretamente onde há urgência.

Agora, eu prefiro responder questões a fazer uma apresentação muito longa a respeito da Fundação Seade com o Terceiro Setor.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – O objetivo é exatamente esse. Eu gostaria de saber se os conselheiros preferem ouvir, primeiro, o Dr. Francisco para depois fazermos um debate.

SR. FLÁVIO FAVA DE MORAES – Como o Dr. Vismona tem uma reunião e precisa retirar-se mais cedo, seria bom se pudéssemos ouvi-lo agora.

SR. EDSON LUIZ VISMONA – Realmente, tenho de atender ao prefeito e à Bancada de vereadores de Atibaia. Assim, gentilmente, o Professor Fava me passa a palavra.

Na verdade, estamos fazendo essa avaliação na parte final do trabalho do Fórum São Paulo Século 21, e já temos a elaboração dos cadernos. Inclusive, recebemos, há pouco tempo, o caderno preparado pela Fundação Seade, apresentando um diagnóstico e mostrando como o Terceiro Setor está organizado em nosso Estado. Estamos chegando ao momento de análise das propostas que este Fórum irá apresentar no seu relatório final.

O diagnóstico já apresentado nesse caderno da Fundação Seade, como resultado de um trabalho inicial de reflexão, pareceu-me muito interessante. As questões que vão pontuar o fim das atividades do nosso grupo temático serão o fecho para uma reunião final de avaliação de todo esse trabalho elaborado nos diversos seminários que realizamos.

Creio que será melhor haver a apresentação de todos os palestrantes – Dr. Flávio de Moraes com suas experiências; as questões jurídicas que serão apresentadas pelo Dr. Francisco e a exposição do Dr. Martinelli – com os assuntos que irão subsidiar o nosso relatório final, que deverá ser feito até o final do mês.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Estando todos de acordo, peço ao Professor Francisco que se sente à mesa. O Professor Fava sugeriu que os conselheiros se apresentassem, o que é uma ótima idéia, antes da exposição do Dr. Francisco.

SR. LUIZ GHIDINI – Sou assessor-chefe do gabinete do Deputado Geraldo Vinholi, coordenador do Grupo.

SR. NILSON SEIXAS KOBAYASHI – Represento a Comunidade Zen-Budista da América do Sul e o Rotary International. Sou empresário da área de saneamento ambiental, da qual fui dirigente classista.

SR. FLÁVIO SODERE TOLEDO – Sou advogado e represento a Grande Oriente do Brasil.

SR. ANTÔNIO CARLOS MOLO – Estou aqui a convite do Jairo, meu parceiro e companheiro. Tenho uma Associação de Apoio ao Pequeno e Médio Exportador, Apemex, que presido e sou ligado à área de comércio exterior.

SR. EDSON LUIZ VISMONA – Sou Secretário-Adjunto da Justiça e da Defesa da Cidadania.

SR. JAIRO – Coordeno um projeto da Secretaria Estadual de Educação, denominado Parceiros do Futuro.

SR. ARNALDO AZEVEDO MARQUES – Sou consultor autônomo, economista, e estou participando a convite do Jairo.

SRA. KÁTIA CONDE – Sou assessora do Deputado Geraldo Vinholi.

SRA. MARIA INÊS COLADO – Sou assistente social, supervisora de desenvolvimento social da Associação Cristã de Moços de São Paulo.

SR. MARCOS ALIM – Trabalho com o Jairo no projeto Parceiros do Futuro.

SR. FRANCISCO – Antes de qualquer coisa, quero agradecer o convite para participar deste evento e o faço dentro da honra de poder contar com companheiros tão ilustres desta Mesa e dos senhores presentes a este plenário.

Peço ao presidente da Mesa, se me alongar muito, que me casse a palavra, para que não torne a participação muito enfastiosa.

Quero dizer que o Terceiro Setor está em franca ascensão pelo mundo todo. Isso significa que o Poder Público de vários países – principalmente dos Estados Unidos, da Alemanha, da Espanha e outros tantos – está reconhecendo que o Estado, tomado na acepção mais ampla do seu significado, o Estado quando União, Estados-Membros, Municípios e administração pública direta, de modo geral, é incapaz de atender às necessidades reclamadas pela sociedade.

O Estado precisa se convencer de que necessita de um parceiro fora da administração pública que colabore na realização de suas atividades estatais. Isso está sendo reconhecido, principalmente, nas áreas da Saúde, Educação, Segurança e de tantas outras que são medidas de incumbência própria do Estado.

Onde o Estado irá encontrar uma parceria ideal para essa colaboração? Permitam-me fazer algumas observações, antes de tudo, a respeito do próprio homem para chegarmos a essa parceria, possivelmente, ideal.

O homem, por vezes, tem certa ambição que ultrapassa os limites de suas possibilidades individuais. Mas ele não desiste. Ele quer realizar determinados planos de sua vida. Então, procura parceiros; procura unir-se a outros mais, que se identifiquem com o seu ideal, com o objetivo escolhido por um primeiro participante, e forma uma associação. Essa associação se torna uma força maior com capacidade de substituir o homem naquela vontade limitada por suas possibilidades individuais.

Uma vez surgida a associação, esse fenômeno precisa ser domesticado. Aí, surge a vez do Direito. O Direito é uma ciência fantástica quando tem o poder de dar vida a essa associação e, muito mais, de conferir competência a esse novo ente, para se tornar sujeito de Direito e contrair obrigações na ordem civil.

Isso faz com que o homem ganhe a força para as realizações de seus planos. E não é diferente no âmbito do Estado, da administração pública. O Poder Público, quando cresceram as suas atividades, necessitou, tal qual o homem, de parcerias para atender aos reclamos, às necessidades próprias da sociedade.

Assim, ele passou a criar a chamada “descentralização indireta” ou a “descentralização por colaboração”, ou seja, aquela descentralização que o poder público procura para, mediante parcerias, ser auxiliado na realização de seus objetivos estatais.

Sugiro, portanto, num primeiro momento, tomando o exemplo do Brasil, as autarquias. O Direito brasileiro foi buscar as autarquias no modelo italiano. Quando se implantou esse sistema de colaboração, de descentralização indireta, por meio das autarquias, pensou-se que o governo estaria agindo de forma correta e poderia desenvolver, sem as amarras burocráticas, que são terríveis, atividades que atendessem mais satisfatoriamente aos reclamos da sociedade.

Mas o Brasil sempre teve um grande defeito – por isso, louvo a iniciativa desta Casa em fazer um evento desta natureza – pois, sempre que há possibilidade de alterações, de mudanças relacionadas à reforma administrativa, existe um

apego, um excessivo desejo de fiscalização. Fiscalizar as coisas públicas parece quase uma idolatria em nosso sistema jurídico.

É chegado o momento de descobrirmos que muitas pessoas são competentes para auxiliar o Estado sem passar por um crivo muito rígido de fiscalização, que impeça uma participação ativa, de forma atuante, clara, de particulares.

Uma vez reconhecido isso, basta que o Poder Público procure parcerias certas para a realização desses objetivos. Um dos exemplos que hoje podemos citar, como parceria quase ideal para o Estado, são as Fundações, que são pessoas jurídicas, oriundas daquela vontade individual das pessoas em procurar modelos de colaboração com o Estado.

Mais que isso, a fonte primeira da Fundação repousa, exatamente, no espírito de solidariedade do ser humano. O homem tem como atributo próprio procurar; ele é sempre tocado a procurar meios de auxiliar as pessoas carentes. E o Estado precisa descobrir e acreditar nesse propósito do homem.

Quando se fala na instituição de uma Fundação, é esse primeiro pensamento, essa primeira inspiração de solidariedade que deverá presidir os instituidores de uma Fundação ou de uma associação que tenha por objetivo a colaboração com o poder público.

Acontecendo isso, é preciso que as Fundações possam ser vistas como uma parceira ideal do Estado; elas passam a ser um instrumento do Terceiro Setor que irá colaborar com o poder público nas realizações de suas obrigações sociais.

É óbvio que existem as Fundações malfaladas, as Fundações biônicas, que se desvirtuam dos seus nobres propósitos. Essas, sim, deverão ser combatidas, porque, quando se combate as más, ajuda-se as boas. E há boas Fundações que merecem incentivo, que merecem ser acreditadas como parceiras ideais do Estado, como instrumento hábil a contribuir na ascensão do Terceiro Setor no Brasil.

Não podemos inventar um modelo de pessoa jurídica diferente daquele receptivo pelo ordenamento jurídico brasileiro. Ou estamos diante de uma pessoa

jurídica de caráter mercantil – uma sociedade anônima, uma sociedade limitada –, ou diante de uma associação que se pode desmembrar em várias outras modalidades de pessoas jurídicas, ou diante de uma Fundação.

Afora essas três modalidades, não adianta pensarmos em outra instituição capaz de colaborar com o Estado. Portanto, temos de trabalhar com essas modalidades de pessoas jurídicas. Quando falamos que, ao instituir uma Fundação, deverá presidir o espírito de solidariedade, não significa que a Fundação deva ser uma entidade que só pense em trabalhos de benemerência.

Muito embora isso seja o fundamento de legitimidade de uma Fundação, hoje, as Fundações brasileiras deverão também acompanhar a expansão que ocorreu no mundo todo, no sentido de se dedicarem a obras sociais de cunho mais amplo.

Nos Estados Unidos, por exemplo, temos, hoje, mais de 13 mil Fundações, das quais se destacam as Fundações Ford e Rockefeller, que desempenham esse papel de significativa importância para a sociedade americana.

Há fundações no México, na Espanha, em Portugal, na Alemanha, onde a Fundação Adenauer é uma das mais importantes colaboradoras do governo; ela tem mais de 13 centros de colaboração que se espalham por quase 100 países do mundo. Essa Fundação, além de desempenhar papel importante na área social, também atua na área política; tem cursos de preparação para os candidatos a cargos eletivos da Alemanha.

Vejam, portanto, a amplitude do papel de uma fundação, quando é bem organizada, bem tocada. Os seus propósitos são infinitos e poderão ser as parceiras ideais do Estado na realização do bem comum.

Para que isso aconteça, não só as fundações, mas também todas as entidades deverão ser incentivadas no Brasil, com a visão voltada para a política e a filosofia do Terceiro Setor.

Hoje, infelizmente, estamos vivendo uma situação diferente dessa de incentivo às fundações, que, pelo contrário, estão sendo atacadas. Volta e meia, ouvimos que as fundações se convertem em “caixa 2” das instituições com as quais

fazem aliança, fazem parceria; que as fundações são exemplos de fraudes a determinadas leis, em especial à lei de licitação. Isso não é verdade. Isso é puro equívoco.

As fundações, na sua maioria, são entidades sérias, dirigidas por pessoas competentes, que as tornam em instrumentos hábeis de grandes realizações. No Brasil, destacam-se principalmente as fundações ligadas à área de saúde e educação.

Se tomarmos, por exemplo, as chamadas fundações de apoio às instituições de ensino superior, abundantes no Brasil todo, temos o Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior, um conselho de âmbito nacional que defende os interesses dessas fundações, porque as reconhece como parceiras ideais do Estado.

Quando esta Casa se preocupa com um evento dessa natureza, isso é muito bom para o Brasil e melhor ainda para o Estado de São Paulo. É necessário que alguém comece a enxergar as fundações com os olhos de questões integrais, sem a parcialidade de ver nas fundações um instrumento de fraude; sem a parcialidade de ver nas fundações essa pecha de “caixa 2” das instituições com as quais mantêm parceria.

Vejam as chamadas fundações de apoio, parceiras das universidades públicas. A Fusp, Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo; Funcamp, Fundação para o Desenvolvimento da Unicamp; Fundonesp, Fundação de Desenvolvimento da Unesp, e tantas mais ligadas às instituições de ensino superior, além de outras ligadas à área da saúde, são os exemplos nítidos de colaboradores sérios, que ajudam, em muito, as universidades.

Quando as universidades estão emperradas pelas normas burocráticas, para realizar trabalhos em benefício da coletividade, essas fundações as substituem e prestam serviços dessa natureza, transformando os projetos científicos e de desenvolvimento realizados no âmbito da universidade em ações e serviços a bem da sociedade.

Se tomarmos, na área da saúde, a Fundação Adib Jatene, veremos que se trata de uma fundação parceira do Instituto de Cardiologia Dante Pazzanese. Se não fosse a fundação que tem por trás de si, esse instituto jamais poderia prestar os serviços de primeira linha que presta à sociedade carente do Brasil. Poucos sabem disso, mas a Fundação Adib Jatene é um exemplo nítido dessa parceria indispensável ao poder público.

São exemplos de parceria dessa natureza que o Brasil e o Estado de São Paulo, em particular, precisam reconhecer e ter consigo. Quando se fala em Terceiro Setor, para que ele possa se desenvolver da forma ideal no Brasil, há necessidade, antes de tudo, de uma reforma administrativa.

É preciso preparar o Brasil. É preciso modificar o ordenamento jurídico brasileiro para que ele possa recepcionar, sem nenhum conflito, as normas e diretrizes que irão ditar a participação do Terceiro Setor com o poder público.

Há, realmente, propostas do poder público que, muitas vezes, não são as ideais, como as organizações sociais, por exemplo. As organizações da sociedade civil de interesse público, lançadas como propostas de parceria do Estado, infelizmente, não vingaram. E não vingaram, exatamente, por isto, porque a iniciativa foi do poder público, e não se preparou um ordenamento jurídico brasileiro capaz de recepcionar, sem conflito, essas novas figuras jurídicas.

Quando a iniciativa parte do âmbito privado, como sugestão ao poder público, é muito melhor, porque existem pessoas, principalmente as ligadas ao Terceiro Setor, capazes de oferecer alternativas adequadas à parceria do Estado, possibilitando, com isso, o crescimento do Terceiro Setor.

Precisamos, todos nós aqui, de iniciativas como essa, assim como de apresentar propostas que auxiliem o Poder Legislativo no atendimento das necessidades e na realização de reformas possíveis com o objetivo de atender à população naquilo que for indispensável.

São necessárias sugestões, propostas, a fim de que o Poder Executivo saia do gigantismo que assumiu e perca um pouco de sua hipertrofia, para não causar o

desequilíbrio entre os três Poderes da Nação. Precisamos, sim, de propostas de reforma, para que o Poder Judiciário saia desses rigorismos exagerados e impeça que a Justiça, que já tarda, também seja falha, e, assim, possamos ter uma sociedade justa, com propostas dignas de bem atender todos os reclamos da sociedade brasileira.

Orgulho-me de participar deste evento, exatamente porque também sinto a possibilidade, nesta iniciativa, de que agora, sim, poderão surgir propostas capazes de modificar a nossa ordem jurídica, capazes de dar a importância que merecem essas instituições, as associações e as fundações, diretamente, ligadas ao Terceiro Setor, no propósito de se tornarem colaboradoras sérias e eficientes do Poder Público.

Com essas observações encerro. Uma fala, com mais de 20 palavras, torna-se romance. E eu não sou romancista. Coloco-me à disposição dos senhores para qualquer debate.

Muito obrigado.

SRA. – Gostaria de perguntar ao Dr. Flávio a respeito da identificação das associações e das instituições de Terceiro Setor. A Fundação Seade tem conhecimento de um trabalho realizado pelo núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC, sob coordenação da Professora Aldáisa Sposati, em que foi iniciado um cadastramento das entidades sociais de São Paulo? Ele não foi concluído por falta de recursos, mas acredito que, mais ou menos, 1/3 das entidades tenha sido levantado por essa pesquisa.

SR. FLÁVIO FAVA DE MORAES – O programa é conhecido, e a vereadora, inclusive, cedeu esse material inicial da PUC. Ocorre que a mudança quantitativa do surgimento de organizações do Terceiro Setor quase necessita de um mecanismo *on-line*, de credenciamento, praticamente, cotidiano.

O número é explosivo quanto ao surgimento. O que mais está sendo identificado é o conhecimento dessas organizações, que é demorado, porque, muitas vezes, ocorre de maneira tão informal entre pessoas da sociedade que elas mesmas só se dão conta de que precisam de uma estrutura oficializada depois de algum tempo de atuação.

A Fundação Seade tem uma vantagem nesse sentido, que está sendo destacada. Como ela visita, a cada mês, 3 mil domicílios, distribuídos por sorteio, na região metropolitana de São Paulo, e vai fazendo acumulações durante seis meses, nesse período, já se tem uma noção melhor.

O propósito da pesquisa, basicamente, é a relação emprego e desemprego. Depois de seis meses, já se tem 18 mil municípios visitados – 3 mil ao mês que se vão acumulando –, e há a mostra do que fazem essas pessoas, de onde elas estão.

O que se identifica nessas visitas domiciliares é que, inclusive agora, com o lançamento do programa de financiamento popular, chamado Banco do Povo, pessoas, na procura de pequenos créditos, começam a ser empreendedores individualizados, autônomos, mas individualizados. Assim, a cada mês muda o cenário no sentido de crescimento.

Inclusive, já existem associações, como a ABONG, uma associação brasileira que lida com essas organizações não-governamentais. Esses cadastrados estão sendo todos mapeados, mas, independentemente de identificar essas instituições, a preocupação da Fundação Seade é mais de saber – não estou descartando o quantitativo – onde estão, o que são e o que fazem. Essas três perguntas são básicas, porque a fotografia desse processo muda com muita velocidade.

Uma das coisas que o Marco sugeriu que eu deveria contar a vocês, e eu não explorei na exposição inicial, diz respeito ao financiamento de ações que essas organizações do Terceiro Setor podem realizar.

É evidente que há parcerias com o setor público, por meio das Secretarias de Estado, que podem envolver liberação de recursos, subsídios públicos, em ações de Terceiro Setor. Não sei afirmar com certeza, mas soube, recentemente, que, só na

área da Secretaria de Ação Social, já são, praticamente, quatro centenas de convênios realizados com organizações.

A criatividade nas ações de envolvimento do Terceiro Setor é o que mais entusiasma no sentido de que idéias novas podem ser testadas.

O grande problema do Terceiro Setor é a escala. Para os senhores terem uma idéia, embora o ano de 1999 ter sido o Ano Internacional do Idoso, o Brasil marcou pouca presença, em termos de Nação e institucional, em relação ao idoso.

O número de eventos realizados é fantástico, mas todos muito isolados, independentes, sem uma agregação, sem uma amálgama, da representação. Isso não quer dizer que se devessem fazer coisas para os idosos só no ano de 1999.

Participando de uma reunião, por estar dirigindo a Fundação Seade, eu ouvia relatos com um leque de ações. Alguém que faz um clube para os idosos dançarem, porque dizem que eles gostam disso; outro que faz um sistema para mobilizar idosos, porque eles gostam de viajar, etc.

Os técnicos do Seade que também estavam lá, ouvindo essas exposições, ficaram preocupados com a visão da coisa, porque “de grão em grão a galinha enche o papo”, mas é preciso saber o tamanho do “papo”.

A primeira pergunta foi a seguinte: se tomarmos a classificação anacrônica de que terceira idade começa com 60 anos, quantos idosos têm em São Paulo? É um dado absolutamente elementar para o setor de demografia da Fundação de Estatística. Poucos sabem que temos 10% de idosos no Estado de São Paulo com mais de 60 anos; como a população gira em torno de 35 milhões de habitantes, são 3,5 milhões.

O Brasil já tem 16 mil pessoas com mais de 100 anos. O problema é tão sério que o Terceiro Setor também precisa entrar na parceria e pensar o problema. A idade infantil não muda; você pode viver 500 anos, mas a infância vale 10. O período da adolescência também não muda; são cinco, seis anos. A única idade que muda é a avançada. Em vez de você viver 20 anos como idoso, você pode viver 30, 40, 50. É a única que expande.

É preciso conhecer não só a escala atual do problema, mas também em médio e longo prazos. Aí está a questão básica, e os dados não são conhecidos. A semana passada “O Estado” publicou um artigo sobre mortalidade infantil no Brasil, com dados do IBGE; Brasil não sei em que lugar, com um índice de 57 mortes de nascidos vivos no primeiro ano de vida.

Recebi um telefonema, dizendo que o dado estava muito alto; um dos Secretários da Saúde do Peru, que estudou aqui na USP, passou-me um *e-mail* dizendo a mesma coisa. Isso ocorre porque há uma confusão grande de números.

O dado do Brasil é 57. Está certo. Mas do Estado de São Paulo é 17, e, dentro do Estado, temos uma quantidade enorme de municípios com dados de cinco a oito, o que é equivalente aos dos Estados Unidos, que são cinco mortes de nascidos vivos com até um ano de idade.

Como somos muito heterogêneos, muito grandes, todos os problemas têm de ser focados com o dado correto para onde ele se aplica. Não adianta querermos pensar que somos como os Estados Unidos, um país enorme, mas muito mais homogêneo.

Vamos ao financiamento. As criatividade surgem de idéias e inovações e podemos chamá-las de pesquisas. As inovações nas ações são frutos de estudos, de métodos, de resultados, que trazem uma coisa nova. Não é, simplesmente, estabelecer uma rotina do que já é sabido.

Pouca gente sabe que o Estado de São Paulo tem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, criada, aliás, nesta Casa, em 1947, para fazer pesquisa, e foi um descortino brutal. São Paulo é diferente do país exatamente por causa disso. Quando digo “para fazer”, ela não faz nada. Ela financia, fomenta a pesquisa.

Não há nenhum projeto de pesquisa, considerado de mérito pela assessoria, que não tenha sido financiado com a desculpa de que não tem dinheiro. Por que não tem dinheiro? Se, hoje, 12 de junho de 2000, Dia dos Namorados, vocês

ligarem para a FAPESP, para saber o fundo de financiamento de pesquisa, vão verificar que o caixa disponível gira em torno de 300 milhões de reais.

Essa é também uma questão da democracia de acesso ao financiamento das instituições que não são públicas, apenas porque o estatuto da FAPESP, no seu art. 1º, diz: “Financiamento de indivíduos e organizações públicas e privadas no desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico.” E para todas as áreas do conhecimento; ciências biológicas, exatas, humanas e sociais.

Não há um único setor que não possa ser aquinhoado com uma proposta que tenha uma inovação, uma idéia interessante, cujos financiamentos vão desde poucos milhares de reais até milhões de dólares.

O mais popular nos últimos meses, e os senhores devem ter acompanhado pelos jornais, foi o Projeto Genoma, financiado pela FAPESP, para o controle de patologia cítrica no Estado de São Paulo, da ordem de 13 milhões de dólares.

Vocês podem dizer que é muito caro, mas darei um *pay-back* da relação custo/benefício. Em 1965, a FAO veio aqui e mandou erradicar todos os laranjais do Estado de São Paulo, por causa do cancro cítrico, das doenças cítricas aqui existentes.

A FAPESP chamou o grupo que trabalha com fitopatologia – da ESALQ, de Piracicaba, da USP, do Agrônomo de Campinas, do Biológico –, ou seja, agregou as forças competentes e perguntou como enfrentar esse problema. A resposta do pessoal foi a seguinte: você nos dá 5 milhões de dólares – um milhão por ano, durante cinco anos – e nós controlamos esse problema.

A FAPESP financiou 5 milhões de dólares, durante cinco anos, para um grupo de fitopatologistas, e o resultado foi o seguinte: em 30 anos, o Estado de São Paulo é o maior pomar do mundo. Em cada 10 copos de suco que se toma no mundo, sete a oito vêm do Estado de São Paulo. Só em exportação de suco, o país faz, mais ou menos, 1,5 bilhão de dólares a cada ano.

Assim, dá para ver o que é investir 5 milhões em cinco anos, controlar um problema, fazer esse desenvolvimento, e o que gera de exportação, de emprego e de crescimento para o país. Essa é a visão que precisamos ter.

Se essa é uma visão extremamente agroindustrial, volto um pouco e destaco o exemplo da terceira idade que vamos ter de enfrentar no país em curto prazo. Hoje, temos 3,5 milhões; em 2020, teremos quatro vezes mais, só no Estado de São Paulo.

Tomo as palavras do Francisco, “se vocês estão imaginando que o poder público, a administração direta, vai conseguir controlar todo esse problema, não sejam ingênuos”. Esqueçam, porque isso não vai acontecer. Ou se agrega e a sociedade se une com forças dignas, para evitar as coisas mais espúrias, as fraudulentas, ou não vamos ter chance de deixar esse modelo estatal predominar, porque ele não vai se agüentar sozinho.

Tanto o Francisco como eu estamos, infelizmente, defendendo uma posição muito parecida. A fundação Seade, onde estou agora, não querendo fazer apologia, é a 12ª fundação da minha vida. Desde a Fuvest, que ajudei a presidir, até hoje, já passei por várias, como a Fundação da Santa Casa, do Butantã, da USP, do Memorial da América Latina, Fundação Anchieta da TV Cultura.

Não estamos aqui dizendo – acredito que também seja opinião do Francisco – que fundação é a única saída do modelo de Terceiro Setor. Os senhores hoje estão enfrentando uns propagandistas fundacionais, mas a nossa intenção não é dizer que é a salvação da pátria.

SRA. ELIANE PINHEIRO BELFORT MATTOS – Represento aqui a Fiesp e tenho uma pergunta para o Dr. Flávio. O ano que vem deveremos ter o Ano do Voluntário. A despeito do que aconteceu ao Ano do Idoso, eu gostaria de saber se a Fundação tem algum projeto no sentido de mapear esse núcleo de voluntários que temos.

SR. FLÁVIO FAVA DE MORAES – Agora estou tomando a opinião de uma das nossas diretoras, Dra. Felícia Madeira, uma demógrafa de primeiríssima linha. Estamos muito otimistas no sentido de, no mapeamento do Terceiro Setor, encontrarmos um grande campo do sistema voluntariado também.

Parece que o voluntariado se agrega muito, de forma institucional, não sempre criando suas próprias instituições, mas filiando-se a instituições. O caso da APAE é um exemplo muito clássico, assim como da AACD. Temos uma quantidade enorme de pessoas da sociedade que, no uso do voluntariado, freqüentam instituições, embora não sejam uma instituição agregada. Estamos otimistas quanto ao mapeamento do voluntariado por meio dessas instituições.

Um dado de que São Paulo se modificou muito em relação ao restante do país, infelizmente a Feliciano não está aqui para esclarecer, é que aqui predomina, de uma forma espantosamente diferente dos outros Estados brasileiros, a vinculação do voluntariado com instituições religiosas. De 80% no Estado de São Paulo, cai para 10%, 8%, 5%, em outros Estados.

A força das agregações de Terceiro Setor nas instituições religiosas no Estado de São Paulo tem um diferencial enorme em relação ao restante do país.

Não sei se satisfaço a sua pergunta, mas, de qualquer forma, a Fundação Seade não tem nenhum projeto específico para voluntariado, mesmo porque desenvolvemos muito pouca coisa de iniciativa própria.

A Fundação Seade é uma instituição que coleta, analisa, divulga e socializa dados, de forma gratuita. Está na rede; basta entrar no *site* do Seade e vocês encontram tudo o que ele possui. São dados agregados de mais de 100 anos de história de São Paulo.

A Fundação Seade funciona fundamentalmente por demandas. Por exemplo, é a Secretaria da Saúde que, por meio do Seade, estabelece número de nascimentos, de mortalidade infantil, de óbitos, de casamentos, enfim, faz toda a parte demográfica.

Pela Secretaria do Trabalho, é ela que vê quem tem emprego formal com carteira assinada, quem não tem, que tem trabalho oculto, quem tem desalento, e assim por diante.

Por meio da Secretaria de Segurança Pública, as ocorrências, os percentuais de homicídios, suicídios, roubos, furtos, onde acontecem; pelo boletim de ocorrência de determinado bairro, de onde veio o indivíduo que promoveu a ocorrência; a relação entre ocorrência e residência das pessoas envolvidas.

Esta semana, haverá uma reunião com o Dr. Nagashi sobre Assuntos Penitenciários. Provavelmente, o Seade fará, para essa Secretaria, o cadastro individualizado de cada preso do Estado de São Paulo, com o objetivo de saber de onde vem, a sua estrutura familiar, o tipo de ocorrência em que estava envolvido, a sua escolaridade, etc.

É isso que a Fundação faz para a política pública. Lamento dizer que, com grande orgulho, isso é feito, embora, na minha opinião, já deveria ser uma coisa óbvia de há muito tempo, mas “antes tarde do que nunca”.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Quero fazer uma pergunta ao Dr. Francisco. Como o Professor Fava colocou, fundação não é o único meio de a sociedade civil atuar no interesse público. Quais seriam suas propostas quanto ao ponto de vista legal, operacional, para tentar melhorar, aproveitando o espaço legislativo?

SR. FRANCISCO – Realmente, a fundação não é a única modalidade de modelo de parceria. Isso está acontecendo muito nos dias de hoje, porque as fundações, de certo modo, estão sendo um pouco perseguidas nas suas atuações, não só pelo Ministério Público, como também pela volúpia quase que insaciável da Secretaria da Receita Federal em cobrar tributos das fundações.

Assim, está havendo uma opção para a modalidade jurídica de associação, que possibilita criar um instituto, um centro, uma rede, que não seja uma fundação,

mas que tenha um modelo de instituição jurídica capaz de assimilar também muitas das suas características.

Há poucos dias, concluímos um trabalho para a Motorola do Brasil, que queria se dedicar ao ramo da pesquisa, principalmente na tecnologia da comunicação. Fazendo algumas avaliações, eles optaram por criar um instituto, que é uma associação civil e não uma fundação, com receio dessa quase perseguição que existe hoje sobre as fundações.

Isso ocorre porque, na esfera federal, a ordem é “vamos arrecadar; seja de onde for, seja a fonte que for; precisamos de dinheiro”. Tanto isso é verdade que, cada mês que passa, noticia-se que a arrecadação foi maior do que a do mês anterior.

A Secretaria da Receita Federal descobriu as fundações como uma fonte de arrecadação e passou a exigir delas a cobrança da Cofins, da comissão sobre o lucro líquido, do Imposto de Renda sobre as suas aplicações financeiras.

E, pior, o Imposto de Renda e a Cofins que estão cobrando admitem, como base de cálculo, todo o montante de recurso que transita internamente numa fundação. Nós sabemos que esse recurso é transitório; não é nenhum patrimônio, não é nenhum lucro ou faturamento da fundação, para servir de base de cálculo para cobrança dessas modalidades tributárias.

Vários advogados, assessores de fundações, têm impetrado mandado de segurança, ido ao Poder Judiciário, mediante a medida cabível, e conseguido liminar para livrar as fundações e institutos que se dedicam a essas atividades de serem coagidos da cobrança desses tributos.

Há pouco tempo, a Fundação da Unicamp foi autuada em quase 3 milhões de reais, relativos à cobrança da Cofins. Até abril de 1998, a medida provisória, felizmente, livrou as fundações de direito privado da incidência dessa contribuição social sobre seus recursos, seu faturamento. Mas a Secretaria da Receita Federal está cobrando pelo período anterior a essa medida provisória. Entramos com medida judicial, conseguimos a liminar, estamos discutindo isso em juízo.

Podemos responder mais objetivamente à sua pergunta, lembrando que toda entidade que se dedica a uma colaboração junto ao Estado, ao Poder Público, fundação ou não, terá que ser uma entidade sem fins lucrativos.

Ser sem fins lucrativos não significa que essa entidade tenha feito voto de pobreza. Pelo contrário, ela precisa desenvolver atividades que tragam recursos, para que possa realizar seus objetivos estatutários. Mais do que isso, para que essas entidades não vivam dependuradas nos cofres públicos, não queiram viver com o recurso do Tesouro estadual ou nacional. Elas próprias são geradoras de recursos, e, com esse trabalho voluntário que desenvolvem, não custam absolutamente nada para o poder público.

A *contrario sensu*, o poder público, em vez de motivar essas entidades, de lhes conceder isenções fiscais, está tirando as poucas que existem. Hoje, essa proposta de reforma fiscal que estamos vivendo tem muito o sentido de acabar com as isenções fiscais de que desfrutam essas instituições. Pior ainda, acabar com a imunidade tributária que a Constituição Federal outorga a essas entidades.

Isso é o contrário do que ocorre em países diferentes do Brasil, onde esses incentivos fiscais e o reconhecimento da imunidade tributária dessas entidades são feitos sempre que surge uma entidade dessa natureza.

Por que aqui no Brasil também não acontece isso? Por que o poder público, de vez por todas, não reconhece a importância do papel dessas entidades e passa a incentivá-las? Tudo isso não no sentido de dar recursos públicos para essas entidades, mas, pelo menos, atenuar a carga tributária que incide sobre elas e, de modo geral, sobre todos os contribuintes.

Elas precisam ter esse incentivo, precisam gozar dessa isenção, precisam ser reconhecidas como portadoras da imunidade tributária. A Constituição Federal é muito clara nesse sentido. O art. 150, inciso VI, letra “c”, outorga a imunidade tributária a entidades dessa natureza, com esses propósitos, sem fins lucrativos, voltadas para a área da benemerência e da assistência social, e essas entidades fazem exatamente isso.

No entanto, eles querem confundir de uma forma constitucional mais flagrante possível, “ela é uma entidade beneficente, mas não tem o título de filantropia”. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. A Constituição não fala em filantropia; fala em ser beneficente, em trabalhos sociais. Temos de lutar para o reconhecimento dessa verdade.

Não há nenhum legislador ordinário, com competência, para ditar que uma instituição que não faça trabalho de filantropia não possa ser reconhecida como imune. O legislador ordinário não tem competência para tal. O que a Constituição dá só ela pode retirar, não o legislador ordinário.

Por isso, cada vez mais, sinto-me motivado a participar de eventos como este, porque, com o movimento, alguma coisa terá de ser feita em benefício dessas instituições, visto ser uma verdade incontestável.

Historicamente, todos reconhecemos esse fato e o poder público não tem condições de atender aos reclamos da sociedade. Ele precisa de parcerias dessa natureza e nada melhor do que incentivá-las para isso.

Instituir uma fundação não é difícil. Aqueles que tiverem o propósito de criar uma entidade fundacional, uma associação com os princípios de prestar serviço de colaboração à sociedade, conseguem facilmente. Basta organizar uma comissão que possa estudar e preparar um modelo de estatuto.

Aí, tem um segredo muito grande: é preciso saber traçar o perfil de uma entidade no seu estatuto, para que possa, depois, ser reconhecida como colaboradora do poder público, que possa desfrutar de isenções fiscais, que possa ter reconhecida a sua imunidade tributária. E, mais do que isso, participar de alguns programas, principalmente da ordem federal, de incentivos, que colocam recursos à disposição dessas entidades. Muitas não sabem da existência desses recursos ou não os procuram.

Eles existem, sim, e temos que reconhecer esse outro lado. A esfera federal tem vários programas de incentivo a essas entidades. Precisamos transportar um pouco desses incentivos para a área estadual, e competir à Assembléia

Legislativa baixar leis dessa natureza; editar leis pelas quais as entidades possam receber incentivos fiscais na órbita estadual.

Quanto à esfera municipal, muitas prefeituras já reconhecem essas entidades, atribuindo essa isenção, que é um favor fiscal. O contribuinte é obrigado a determinada obrigação fiscal, obrigação tributária, mas o mesmo legislador que instituiu esse imposto pode outorgar, conceder a isenção a essas entidades, quer seja em razão da natureza jurídica da pessoa, quer seja em razão dos objetivos explorados por essa entidade; pode ser também uma isenção temporária.

A isenção é diferente da imunidade. Quem é imune é porque nunca foi obrigado a recolher nenhuma espécie tributária. Esse é um privilégio conferido pela própria Constituição Federal. Ela é muito clara no tópico final do art. 150, inciso VI, letra “c”, quando diz que será proibida a cobrança de qualquer espécie de imposto dessas entidades, atendidos que sejam os requisitos legais.

Essa restrição que a Constituição faz de “atendidos os requisitos legais”, não é bem vista. Isso nem deveria ser dito, porque as leis não poderiam limitar a extensão do comando constitucional que concede a imunidade a essas instituições. No entanto, como a Constituição prevê, limita.

Quais os requisitos legais de hoje? São os expostos nos arts. 9º e 14 do Código Tributário Nacional: não distribuir lucros a seus dirigentes, empregar todos os seus recursos na realização de seus objetivos estatutários, integralmente no Brasil. Há uma série de nove ou dez requisitos relacionados nesses dois artigos.

Muitas dessas instituições atendem a todos esses requisitos, mas a Receita Federal não respeita nada disso e as autua. Precisamos lutar, junto à Receita Federal, no sentido de fazer com que ela reconheça que existe imunidade, que existe isenção, e que deve, sobretudo, respeitar o direito que a Constituição outorga a essas entidades. De outra forma, impede que elas desenvolvam as suas atividades de forma pacífica e eficiente como todas querem desenvolver.

Esse movimento deverá pensar um pouco nisso. Antes de o governo criar obstáculos, exigir impostos, na maioria das vezes até indevidos, deve haver um

movimento de esclarecimento e de cobrança de uma posição que não seja equivocada como a que, atualmente, está partindo da Secretaria da Receita Federal.

É preciso, também, esclarecer – e essa é uma oportunidade muito importante para isso –, junto ao Ministério Público, que não são todas as entidades que merecem ser atacadas, como atualmente estão sendo, por esse Órgão.

Louvo a iniciativa do Ministério Público em várias de suas atitudes, uma vez que tem o poder, outorgado pela Constituição, de zelar pelo bem da sociedade brasileira. Mas não é possível que o Ministério Público desborde de sua competência e ataque as fundações por meio da chamada ação civil pública, que, muitas vezes, é injusta. As fundações não mereciam, e tampouco seus dirigentes, estar envolvidas em ações dessa natureza.

SR. – Dr. Francisco, em sua opinião, o que precisaria ser acrescido, do ponto de vista jurídico, para que a Lei nº 9.790, apelidada “Lei do Terceiro Setor”, que considero um avanço muito grande como texto legal, pudesse ser mais efetiva?

SR. FRANCISCO – De fato, a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que cuida da qualificação das pessoas jurídicas sem fins lucrativos, como organização da sociedade civil de interesse público, foi, de certa forma, um avanço em proposta de parceria do Estado.

Aliás, costuma-se dizer que essa nova proposta veio para reconhecer o engano da medida provisória, depois transformada em lei, da criação das organizações sociais propriamente ditas. Realmente, essas organizações não vingaram. Temos poucos exemplos no Estado de São Paulo, que tem a sua lei especial que cuida da qualificação de entidades como a organização de sociedade civil.

A lei que instituiu a organização social – não a Lei nº 9.790 – tem vários pecados. Primeiro, porque a entidade, para se qualificar como organização social, terá de introduzir uma série de alterações no seu estatuto, no seu ato constitutivo.

Essas alterações levam a instituição a perder a sua identificação original, pois passa a viver na dependência de concessão de recursos do governo para o desenvolvimento de suas atividades.

Mais do que isso, essa qualificação, como organização social, depende do parecer favorável do Secretário a que esteja vinculada. Por exemplo, o Secretário da Saúde, se essa organização se referir à área da saúde; da Educação, se referir à educação. Quem pode garantir que essa qualificação não será desqualificada, se houver mudança de governo, de Secretário?

Por esses dois motivos, já vejo que a organização social em si não foi uma proposta feliz do governo. Por isso falo que propostas dessa natureza deverão partir da iniciativa privada. É o privado que deverá levar um modelo de parceria ao governo, e não esperar que o governo ofereça, porque, normalmente, não é o modelo adequado.

Assim, veio a proposta da organização da sociedade civil de interesse público, que tem perfil um pouco mais atenuado do que a sociedade civil e também se presta a qualificar entidades sem fins lucrativos para serem parceiras do Estado.

Essa parceria é regulamentada e disciplinada pelo termo de parceria, um instrumento muito mais próximo do ordenamento jurídico brasileiro, que é o contrato de gestão previsto para as organizações sociais.

Portanto, houve essa tentativa de “corrigir”, no sentido da inadequação, o modelo da organização social, que, embora tenha ficado um pouco mais aceitável e adaptável ao sistema jurídico brasileiro, também não é o ideal, porque depende de cumprimento de requisitos muito rígidos, para que uma entidade sem fins lucrativos possa ser também qualificada como organização da sociedade civil sem fins lucrativos. Assim, não julgo que seja o modelo adequado.

O principal é regulamentar o relacionamento das fundações e de outras entidades com o poder público. Se tomarmos, por base, hoje, a existência de legislação a esse respeito, temos o Código Civil – dos arts. 24 a 30 – que disciplina a instituição de uma fundação; o Código do Processo Civil, dos arts. 1.119 a 1.204, também disciplina a organização das fundações. A lei de registro público, nos arts. 119 e 120, cuida do nascimento jurídico de uma entidade em geral. Mas isso não basta. Precisamos ter uma legislação mais próxima do disciplinamento completo de uma entidade com essas características próprias. Não precisa ser só das fundações, mas também de outras modalidades de associação.

O Instituto Ayrton Senna, por exemplo, não é uma fundação; é um instituto, uma associação. Dentro dessa modalidade de associação, podemos traçar perfis de vários modelos de associação. Isso precisa, sim, de uma regulamentação.

Minha sugestão para esta Casa é que pense nisso. Até escrevi um pouco sobre o Código das Fundações. Por que não podemos idealizar esse Código? Por que, nesse Código, não há dispositivos que garantam, a entidades dessa natureza, os requisitos exigidos, sua isenção fiscal e o reconhecimento de sua imunidade intocáveis, para não se verem à volta com essas autuações indevidas da Secretaria da Receita Federal?

Devemos partir por esse caminho, para criarmos uma regra de relacionamento entre as fundações ou entidades assemelhadas com o poder público. Essa é uma iniciativa muito boa.

Quando proponho essa regulamentação, seria, na verdade, uma auto-regulamentação, cuja iniciativa deveria partir dos representantes das fundações, como proposta ao Poder Legislativo. Isso seria interessante, porque são os que vivenciam o fato no dia-a-dia que podem levar dados, para que uma lei seja feita de forma segura e duradoura. Esse é um segredo que nossos legisladores precisam ter com eles.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – O Jairo, nosso colega, pediu cinco minutos para expor uma proposta que elaborou sobre parceria do Terceiro Setor.

Como nosso objetivo é aprofundar esse assunto, absorver o conhecimento do grupo e tentar elaborar alguma proposta que seja abraçada pelo Poder Legislativo, e como muitas delas ainda estão precisando de um amadurecimento maior, peço aos dois expositores que permaneçam por mais cinco minutos e, depois, tenham alguns comentários a respeito.

SR. JAIRO – Procurarei sintetizar a proposição em três transparências.

Antes de apresentar o assunto, gostaria de ler uma breve referência que fiz sobre a oportunidade e necessidade dessa proposta.

“O Estado e o mercado sempre foram, alternadamente, os protagonistas da cena social, tradicionalmente, sujeitando a sociedade civil aos seus interesses; historicamente, não tem sido capaz de dar resposta satisfatória às necessidades da sociedade civil.”

As instituições do Terceiro Setor, como expressão autônoma da sociedade civil auto-organizada para atender necessidades comunitárias coletivas e social de interesse público, podem ajudar a equilibrar esse jogo.

Uma instituição destinada a potencializar as instituições do Terceiro Setor seria, portanto, necessária e oportuna.

As referências básicas para apresentação dessa idéia estariam nesse texto. A Carta de Princípios do Fórum 21, em sua última linha, faz a seguinte menção: “No próximo milênio, queremos um Estado de São Paulo com valorização do ser humano, com justiça social, com cidadania plena, com uma sociedade organizada e ativa, com dignidade no trabalho, com desenvolvimento, com qualidade de vida no trabalho.”

Também o documento de apresentação do Fórum diz: “Assim, a Assembléia Legislativa já assume o compromisso de garantir a efetiva aplicação do conteúdo gerado pelo Fórum São Paulo Século 21. Mas não é só. No transcorrer dos

trabalhos, soluções concretas para os problemas apontados poderão ser adotadas de pronto, seja pela via legislativa, seja pelo encaminhamento de propostas ao Poder Executivo.”

A partir das premissas básicas de tudo que temos conversado ao longo das nossas reuniões e seminários, tive a ousadia de fazer uma proposta aos companheiros – também gostaria de ouvir a opinião dos ilustres palestrantes –, com o objetivo de dar seqüência a todo esse esforço que estamos realizando no grupo de trabalho nº 8, Grupo Temático do Terceiro Setor, fazendo com que nossas discussões tenham um desdobramento prático e capacidade de intervir na própria realidade social

Com objetivos institucionais, essa proposta seria de realizar estudos e oferecer assessoria e consultoria à criação e gestão de instituições do Terceiro Setor, potencializando seus recursos humanos e sua administração financeira, contábil, jurídica, sua capacidade de planejamento e seu desenvolvimento organizacional.

A proposta é criar uma instituição, uma entidade, uma organização, possivelmente com a personalidade jurídica de uma associação civil – nessa parte, eu gostaria de ouvir a opinião do Professor –, para dar organicidade a essas discussões que temos travado aqui.

Hoje, o Terceiro Setor ocupa um papel de grande relevância social, e os dados recentes mostram que nele temos, pelo menos, 250 mil instituições em nosso país. Há uma estimativa recente indicando que existem 1,5 milhão de pessoas trabalhando no Terceiro Setor no Brasil. Não se tem ainda uma avaliação da dimensão econômica disso, mas podemos ter uma idéia pelo que existe em outros países.

Dos seis países em que o Terceiro Setor é mais desenvolvido, existe uma economia social gerada por ele na ordem de 600 bilhões de dólares. É um número muito expressivo e significa que, além da questão social, o potencial de geração de emprego também é muito grande.

A proposta está aí de se criar uma instituição para oferecer assessoria e consultoria ao Terceiro Setor.

Como proposta de missão, teríamos: “atender às necessidades diversificadas de apoio à gestão das instituições do Terceiro Setor, compartilhando experiências, desenvolvendo aptidões e promovendo compreensão e ação”.

O Terceiro Setor é difícil de caracterizar. Inclusive, o trabalho que o Seade se propõe a fazer vai jogar um pouco de luz sobre isso, porque hoje é difícil até dizer do que é composto o Terceiro Setor.

São interesses os mais diversificados possíveis, organizações com finalidades as mais diversificadas possíveis, mas creio que o ponto comum a todas elas é não ter finalidade lucrativa e ser uma organização que visa o interesse público.

Não ter finalidade lucrativa, como bem foi colocado pelos palestrantes, não significa que ela não tenha capacidade econômica. Sabemos que, sem a capacidade de sustentação econômico-financeira, nenhum tipo de organização sobrevive no mundo de hoje.

Há também uma questão para viabilização de como obter sustentação financeira disso. Colocamos algumas propostas iniciais, já que a finalidade da minha intervenção é mais fazer um convite aos presentes e interessados para a formação de um grupo de trabalho, com o objetivo de estudar e elaborar um projeto para a criação dessa instituição.

Nesse sentido, gostaria de até recolher nomes das pessoas que se interessem em formar esse grupo de trabalho, porque isso ainda é só uma declaração de intenções. Há muito que fazer para se chegar à formatação de uma instituição desse tipo.

Como sugestão para a sustentação financeira, pensamos em algumas alternativas a serem mais bem estudadas. Em curto prazo, a subvenção orçamentária, originária de termo de parceria com o poder público, conforme a Lei nº 9.790.

Esses recursos estariam sempre vinculados à dotação orçamentária. Precisariam ser feitos de um ano para o outro.

Para implantação, esses recursos não seriam oportunos; demorariam algum tempo. A alternativa para a implantação seria buscar doações de instituições do Terceiro Setor com maior capacidade econômica, como fundações nacionais e privadas; ou subvenção de agências, organismos e fundações internacionais, e mesmo cogitado o empréstimo local e imobiliário do poder público, por um período de latência necessário à geração de receita proveniente de contratos de prestação de serviços, de consultoria e assessoria.

Essa prestação de serviço seria feita com a finalidade de gerar receita para a sustentação da entidade, mas, a princípio, os serviços seriam gratuitos; só passariam a ser cobrados quando a capacidade econômica da entidade, que seria a cliente, permitisse esse tipo de cobrança.

Ainda são idéias colocadas de forma inicial, sujeitas ao debate. Essa seria a própria missão do grupo de trabalho se eu viesse a discutir o assunto.

Gostaria de ouvir a opinião dos companheiros presentes a respeito dessas idéias, para saber se vale a pena darmos o passo seguinte para concretizá-las.

SR. FRANCISCO – Vejo nessa proposta uma iniciativa muito importante para o Terceiro Setor. Inclusive, faz lembrar um movimento que surgiu logo após a guerra de 1945, o Movimento Associativismo.

Os países destruídos ou semidestruídos com a guerra procuraram, exatamente isso, ou seja, unirem-se, num autêntico processo de sinergia, para a prestação de ações coletivas, visando a auto-recuperação. Aqueles que estivessem um pouco mais avançados nesse processo de recuperação, também ajudariam os outros.

Essa idéia foi transplantada para o âmbito das empresas e surgiu um modelo novo de empresa, que hoje está sendo divulgado no mundo e começando a chegar

no Brasil. São as chamadas empresas de participação comunitária, que têm exatamente o mesmo objetivo.

Essas empresas se unem em torno de um projeto comum, sem perderem a identidade. Elas continuam sendo as empresas próprias que são, mas abdicam e dedicam um pouco de suas atividades, até de recursos, para formarem uma organização, uma instituição, exatamente nesse modelo que você acaba de sugerir.

Portanto, essa é uma idéia muito boa e viável. O Terceiro Setor, realmente, precisa ter uma empresa dessa natureza, que seja o centro de todas as propostas e que passe também a reivindicar, junto ao setor público, apoio, não no sentido financeiro, mas no de concessão de isenções fiscais a quem doe recursos a essa entidade.

Na França, acontece um processo interessante no sentido de a lei incentivar o balanço social da empresa dedicada ao Terceiro Setor. Por meio desse balanço, toda a população francesa toma conhecimento das realizações do Terceiro Setor, e a empresa que adota esse sistema de publicação do seu balanço social, de mostrar esse trabalho à sociedade, recebe uma série de isenções fiscais do governo.

Esse também é um exemplo que poderemos pleitear junto à sociedade brasileira. Existe, aliás, nesta Assembléia, um projeto de lei, se não me engano o Projeto 688/99, inspirado na lei francesa de motivação para que as empresas que prestem serviços, realizem ações, ou doem recursos para entidades dessa natureza, publiquem o seu balanço social.

Aquela advertência de “quem faz o bem não se deve contar”, hoje, mudou. Quem faz o bem deve, sim, divulgar para servir de exemplo para os outros. Mas é preciso o reconhecimento do governo, para incentivar, porque quem faz o bem, em prol da sociedade, precisa ser incentivado, precisa ter isenção fiscal, senão, não motiva.

SR. – Que a instituição seja autônoma, uma expressão autônoma da sociedade civil, já que o grupo que vem fazendo o trabalho do Terceiro Setor é um grupo representativo da sociedade civil.

O que poderia ser comentado, como já foi dito, é que esse grupo precisa contemplar também uma representatividade maior das instituições de menor porte do Terceiro Setor. Na verdade, são elas, com sua rede de apoio social, que representam a grande importância de complementação à assistência social do governo.

Acredito que precisamos aumentar o número de participantes com instituições menores e em maior número. A idéia é criar essa instituição de apoio ao Terceiro Setor, como uma expressão autônoma da sociedade civil e, circunstancialmente, apoiada pelo Fórum 21, pela Assembléia Legislativa e, se houver possibilidade de fazer o termo de parceria, pelo poder público.

Se eu não estiver enganado, a Lei nº 9.790 fala em poder público. Então, poderia ser qualquer dos três Poderes e qualquer das instâncias, municipal, estadual ou federal.

Seria também oportuno colocar como sugestão, talvez uma das conclusões do nosso grupo, a elaboração de uma lei estadual, coerente com a Lei Federal nº 9.790, talvez até um pouco mais avançada, para sanar algumas deficiências da lei federal. Essa também é uma sugestão para discussão, que poderia, naturalmente, apoiar a criação de um instituto desse tipo.

A característica básica dele é de ser realmente capaz de realizar estudos e oferecer assessoria e consultoria à criação e gestão de instituições do Terceiro Setor, potencializando seus recursos humanos. Sua administração financeira, contábil e jurídica, sua capacidade de planejamento e seu desenvolvimento organizacional.

Eu gostaria de fazer um rápido comentário sobre cada um desses termos. A empresa tem todo um aparato, toda uma estrutura de serviços para prestar assessoria e consultoria. No entanto, isso falta ao Terceiro Setor.

Outra capacidade importantíssima é a de administração financeira, contábil, jurídica; capacidade de planejamento. Por quê? Porque uma habilidade fundamental para organizações do Terceiro Setor é saber elaborar projetos até para conseguir subvenção e dotação.

É difícil encontrarmos uma instituição, pelo menos pequena, que tenha essa capacidade. Portanto, dotá-las dessa capacidade significa aumentar as suas chances de sobrevivência e desenvolvimento. E o seu desenvolvimento organizacional em geral.

SR. FLÁVIO FAVA DE MORAES – Quero agradecer o convite para estar aqui e dizer que também aprendi muito com o que ouvi. Quero destacar que, modesta e amadoristicamente, sinto que o desafio não está naquilo que cada uma das organizações esteja fazendo, de maneira bastante elogiosa, mas fundamentalmente em encontrarmos a solução da escala do problema.

Temos de valorizar, ao mesmo tempo, aquilo que pequeno possa parecer do ponto de vista quantitativo, mas que é grande do ponto de vista de cidadania, de questão humanística.

O problema é a escala. Temos um país complicado, muito heterogêneo, e, mesmo em São Paulo, se considerarmos o próprio município, a diferença e heterogeneidade entre regiões são de tal forma desafiadoras que ou fazemos uma intervenção de escala ou o problema fica difícil de solucionar.

SR. FRANCISCO – Também quero fazer de minhas últimas palavras o meu agradecimento, reiterar a honra pelo convite e dizer que louvo essa iniciativa. Sempre fui um admirador das pessoas que lutam pela confirmação do Terceiro Setor aqui no Brasil.

Para servir de incentivo, uma cidade da Espanha, não me recordo do nome, muito ligada a esse trabalho do Terceiro Setor, fez um termo de cooperação com o

prefeito da cidade e lhe disse: “Caberá à Prefeitura, daqui para a frente, cuidar só da segurança. Todos os outros problemas de ordem social, deixe por nossa conta.”

O Terceiro Setor assumiu essa responsabilidade, que não foi pequena, e desenvolveu um trabalho tão exemplar, com conseqüências tão boas, que hoje essa cidade da Espanha é um exemplo que se divulga pelo mundo todo, no sentido de competência administrativa, de serviço de saúde, de serviço educacional, e de todos os serviços cobrados da administração pública de modo geral.

Isso serve para mostrar a força do Terceiro Setor. Sou inteiramente favorável e poderão contar com meu apoio, ainda que modesto, para a instituição dessa entidade, porque o Brasil, o Estado de São Paulo, precisa de instituições dessa ordem, para divulgar e firmar os propósitos do Terceiro Setor.

Muito obrigado.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Quero pedir aos conselheiros que aqui permanecessem, porque um dos pontos de pauta, depois da exposição dos palestrantes, na continuidade da discussão, é estabelecer um grupo de Redação, para que façamos nosso relatório.

Agradeço mais uma vez e peço licença para acompanhar os convidados.

SR. – Agora, que temos um pouco mais de calma para conversar, gostaria de ter a avaliação do grupo sobre a idéia básica. É um assunto para ser discutido por dias, semanas e, talvez, até meses, para chegarmos a uma formatação e a uma consolidação.

Temos que começar dando o primeiro passo. Não foi o que Gandhi disse, quando começou sua grande caminhada? “Toda grande caminhada começa com o primeiro passo.” Esse foi o nosso primeiro passo.

Uma vez feito esse movimento – a colocação dos objetivos e da missão –, eu gostaria de saber a avaliação dos que estão presentes e quem gostaria de fazer parte desse grupo inicial para começarmos o desenvolvimento do trabalho.

SR. – Na verdade, o Dr. Francisco falou quase tudo o que eu tinha para falar. Desde o início, eu falava do trabalho em rede, mas não sabia qual seria o mecanismo ideal para chegar a isso.

Na sua exposição, eu vi uma coisa fantástica. Realmente, é uma figura que cabe no processo, e, de antemão, já digo que farei parte.

No decorrer do nosso trabalho, eu estava pensando num subproduto. Nós éramos os “patinhos feios” do Fórum, e fazer um simples relatório não era uma coisa muito interessante.

Eu acredito que, se criarmos uma figura como essa, principalmente com o aval da Assembléia, seria o que falta no universo Terceiro Setor. Eu pensaria em algo como um Instituto de Estudos Avançados e Fomento de Parceria, que agregaria todos os líderes da área para prestar assessoria às demais ONGs de pequeno porte, que não sabem nem por onde começar. Falta essa figura no universo do Terceiro Setor e penso que vai nascer daqui, do nosso trabalho. Como Nilson, você tem todo o meu apoio.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Meu amigo Nilson, eu quero deixar claro que, de modo nenhum, o Terceiro Setor é o “patinho feio” do Fórum.

Estão perguntando sobre o pessoal que o Jairo trouxe. Na verdade, pelo que ele comentou no nosso último encontro, essa proposta já estava sendo pensada há mais de ano.

SR. JAIRO – É que tivemos muito pouco tempo, só cinco minutos. Eu, tendo muito tempo, às vezes me atrapalho, em cinco minutos, é um desastre. Até peço desculpas pelo afogadilho da exposição.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Foi a turbulência do início. Jairo, eu estava pensando a respeito da sua colocação, e o RITS, a Rede de Informação do

Terceiro Setor, o próprio GIFE e algumas outras organizações fazem um papel assemelhado a esse, mas não da maneira como está sendo proposta.

SR. JAIRO – O RITS é pesquisa, e estamos propondo agência de execução de apoio efetivo.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Esse é o diferencial que poderíamos explorar, ou seja, pegar esse grupo, que, sem dúvida nenhuma, é representativo. Desde o início sabemos que nos falta uma maneira de agregar outros setores, como o socioambiental, que são organizações do Terceiro Setor com representatividade e experiência muito grande, instituições culturais propriamente ditas etc.

Poderíamos pensar nessa órbita para um grupo de trabalho. Quais os setores que poderão compor esse grupo de trabalho para preencher essas lacunas?

Vou citar o setor cultural, justamente porque muitas ações do Terceiro Setor podem ser viabilizadas pelas leis de incentivo cultural, tanto federal, quanto estadual e municipal. Na verdade, estamos promovendo uma alteração de cultura.

Quando foi dito que os países mais avançados pegaram para si a responsabilidade do interesse social, na verdade, é uma reinvenção do Estado. O contrato social é uma vontade coletiva de estabelecer o interesse público, o interesse comum, de alguma maneira, executar ações que visem o interesse comum.

Na verdade, estamos tentando revitalizar a idéia inicial de Estado, com a sociedade civil assumindo para si o papel de planejador e executor de ações que são de interesse comum. Não estamos propondo nenhuma novidade. Estamos propondo uma reorganização de uma função inerente à própria existência da sociedade.

Também não dá para afastar completamente o Estado disso. Embora a associação, por vias jurídicas, deva ser uma associação civil, o Estado tem que estar representado de alguma maneira.

Se é preciso repensar o Estado e se existem algumas coisas que, operacionalmente, são de órbita da própria Assembléia Legislativa – como regulação e regulamentação de leis, como eu havia colocado *off-the-records* para o Dr. Francisco –, existe a necessidade de fazermos uma auto-regulamentação.

Assim como o GIFE tem o seu Código de Ética estabelecido com o intuito de agregar as pessoas que são submissas a esse Código, talvez esse grupo pudesse pensar nas seguintes vertentes: uma operacional; uma conceitual e uma ética, de auto-regulamentação.

É alguma coisa que, saindo da órbita da Assembléia Legislativa, poderia ter uma gama de atuação muito grande, e seria outro trabalho bem mais profundo que esse que a gente realizou até agora. Muito mais profundo. E exigiria um compromisso, por parte dos conselheiros, que extrapola em muito o compromisso assumido a partir do Fórum, porque é um compromisso pessoal e institucional; mais pessoal do que institucional.

SR. – A palavra de ordem seria parceria com o poder público. Eu gostaria de saber a opinião de cada um, com uma avaliação geral, de como sentiram essa proposta e, depois, podemos nos aprofundar, como o Marco já vem fazendo, em questões mais específicas.

SR. – Normalmente, acho nosso colega Jairo parecido com o Serra, mas hoje, não. Hoje ele foi socrático, não foi Gandhi, não.

SR. – Sócrates já falou que o primeiro passo é o mais importante. Eu sou da Maçonaria, e estamos pretendendo fazer um questionário. Temos cerca de 400 municípios cobertos pela nossa organização e eu gostaria até que você me ajudasse a elaborar algumas questões, para encaminhar e receber o troco. Inclusive, gostaria de saber mais detalhadamente sobre uma participação maior das pequenas organizações.

Senti falta também aqui de grandes organizações. O Professor Fava falou em 80% em São Paulo, no Terceiro Setor, de entidades religiosas. Eu sinto falta aqui de evangélicos, espiritualistas, católicos. Não estou encontrando esses grupos, assim como de outras grandes fundações.

Nossa disposição é o que puder fazer, não para ajudá-lo, mas para nos ajudar.

SR. JAIRO – Só que não é para me ajudar. Aqui, é o grupo.

SR. – Sim. Para colaborar com sua idéia, o que é bom para nós. Nós estamos precisando desse passo inicial. Obrigado.

SR. JAIRO – O Bolo é meu convidado. Ele é consultor e tem grande experiência nessa área. Eu gostaria de ouvir a opinião dele.

SR. BOLO – Jairo, acredito que a idéia seja muito boa e, a princípio, apóio totalmente. Creio até que, hoje, deveria ser feita uma ata de intenções.

Estou aqui à disposição para o que eu puder fazer. O tema deve ser discutido e estou ouvindo a opinião dos colegas. Embora tenha chegado no final da história, julgo muito boa sua idéia. Pode contar comigo.

SR. JAIRO – Obrigado. Tem a palavra a representante da Fiesp, na área social.

SRA. – Quero parabenizar o grupo pela tomada de decisão de compor uma nova entidade. O Terceiro Setor se fortalece com as pessoas se mobilizando em torno do tema e trabalhando para isso.

Nós, a princípio, estamos apoiando a idéia e acredito que será preciso nos aprofundarmos no tema com uma discussão mais ampla. Penso que a idéia do nosso colega e professor, em torno desse Código de Ética, é bastante interessante. É algo que, realmente, faz parte da agenda e seria bom que uma entidade saísse na frente para isso.

Assim, nós nos colocamos à disposição para colaborar.

SR. RICARDO – Sou da Federação Israelita do Estado de São Paulo e gostaria de me congratular com essa iniciativa. Também peço desculpas a todos pelo atraso, mas estava numa reunião do Sindicato Patronal das Entidades Assistenciais Filantrópicas, discutindo o dissídio.

Como representante da Federação, manifesto meu total apoio à essa idéia. Só gostaria de tecer um alerta com relação à representatividade. Nossa entidade participou, no último ano, da assembléia de fundação de três entidades que, de certa forma, também se propõem a executar algumas das propostas colocadas aqui na transparência.

Seria justamente a Rebraf, eu não sei se algum dos presentes conhece, uma rede das entidades assistenciais filantrópicas brasileiras. Essa rede preconizava, justamente, a troca de informações, a troca de idéias entre as entidades assistenciais filantrópicas.

Essa rede já nasceu grande, com a participação da Federação das Santas Casas, das Apaes e das AACDs. Algo em torno de 3 mil entidades já se fazem representar nessa Rebraf. De certa forma, um contato com a Rebraf seria fundamental para termos essa legitimidade, que, de certa forma, pleiteamos.

A mesma coisa acontece com as escolas não lucrativas. O Professor Adib Salomão criou uma entidade representativa desse setor, e existe o escritório de advocacia do Dr. Biazolli, que, há cerca de dois meses, propôs a criação de um Fórum do Terceiro Setor.

De certa forma, deveríamos tentar integrar essas pessoas a essa proposta para que não sejamos apenas mais um, e sim a entidade que viria, com o apoio oficial, centralizar o Terceiro Setor.

SR. JAIRO – Obrigado. Convidei o Edson Desidério, porque ele tem grande experiência na criação e operação de associações comunitárias. Já fundou dezenas de associações, tem todo um trabalho de estudo, há vários anos, a respeito disso, conhece o campo, principalmente na dimensão que mencionamos aqui, entidades menores, mas que constituem uma verdadeira rede de apoio social nas comunidades.

O Arnaldo também é consultor, com grande experiência. Há uns dois anos ele vem estudando esse assunto conosco, assim como o Edson, mais recentemente, e o Marcos, que é pós-graduado em administração de cidades.

Eu queria ouvir a sua impressão, embora ele já conheça a proposta.

SR. ARNALDO – A exposição foi muito boa, Jairo. Acredito que sintetizou as idéias que estamos discutindo há bastante tempo. Só quero complementar, pegando a palavra do Marco Aurélio, sobre essa parte do apoio.

Nós precisamos do apoio do Parlamento, e peço licença para ler um trecho aqui: “A instituição criada com o apoio do Parlamento paulista, uma vez agindo sobre a realidade concreta, proporcionada por organizações típicas do Terceiro Setor, terá condições de sintetizar pesquisas e avaliações destinadas a enriquecer um banco de dados, apto a contribuir, não só para a formulação de propostas de políticas públicas, como checar propostas do executivo. Subsidiará um Fórum de debates, destinado a gerar interesses do cidadão na discussão produtiva de questões políticas e sociais, visando democratizar esse debate, assim como fornecer informações e dados atualizados para candidatos à Câmara de vereadores os mais atuantes política, acadêmica e institucionalmente.”

Aí é o gancho que poderia ser feito com a Assembléia Legislativa. Mediante um termo de parceria, é uma possibilidade que fica para discussão da comissão que será formada.

SRA. MARIA INÊS COLADO – Também parabenizo a proposta e creio que ela vem bem a calhar. Como temos mais vivência na cidade de São Paulo, não tanto no Estado, verificamos que está existindo, por parte da sociedade civil, ainda que de forma tímida, uma organização política em termos da assistência social.

Como os senhores devem saber, foi criado há pouco tempo, quando, inclusive, houve a posse, o Conselho da Assistência Social da Cidade de São Paulo. Esse Conselho tem um caráter deliberativo, um caráter consultivo, e cabe a ele aprovar a política de assistência social da cidade de São Paulo.

Temos Fóruns também, que se estão organizando, das entidades sociais nas regiões de São Paulo, que culminam com o Fórum da Assistência Social da cidade de São Paulo, que se reúne na Câmara Municipal.

Tudo isso num processo de implantação de políticas públicas, a fim de que se dê a universalização do atendimento da assistência social, conforme preconiza a LOAS.

A proposta do Jairo é muito interessante porque vem mais numa óptica operacional. As pequenas instituições, principalmente as pequenas entidades, carecem de orientação nos mais diversos setores, desde o administrativo, organizacional, até a elaboração de um projeto de sustentabilidade.

Realmente, notamos a falta de uma instituição que dê assessoria e consultoria a essas pequenas entidades num sentido realmente amplo.

Nós temos a FOS, que dá assessoria, mas percebemos que ainda não é uma coisa tão profunda ou tão acessível em termos do que as entidades, as instituições pequenas necessitam.

Por outro lado, as instituições mais organizadas, que poderiam dar esse suporte nem sempre têm condições e estrutura para absorver essa demanda.

Uma instituição voltada para esse propósito de apoiar as instituições do Terceiro Setor, principalmente as pequenas, que necessitam dessa assessoria, é uma idéia bem-vinda. É o tipo da instituição que a cidade de São Paulo, pelo menos até onde nossa experiência pode chegar, está precisando, e nós, enquanto representantes da Associação Cristã e Moços, damos o maior apoio e, no que pudermos ajudar, estamos à disposição.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Desde o primeiro momento que o Jairo conversou comigo a esse respeito, julguei uma coisa muito importante. Comprei a idéia e estou ajudando-o, de certa forma, trabalhando para o seu aprimoramento.

Acredito que todos aqui concordam com a necessidade de se apoiar o Terceiro Setor, principalmente as pequenas entidades que têm a boa vontade de fazer, de participar, mas não possuem aquele conhecimento técnico, que pode, inclusive, propiciar a elas um desempenho melhor do seu trabalho.

Eu já estou, junto com o Jairo, trabalhando em cima da proposta e gostaria que todos apoiassem essa idéia que é muito importante.

SR. – Essa primeira colocação era para sentir a receptividade da idéia pelo grupo. É importante enfatizar que só valeria a pena dar o segundo passo se realmente o grupo julgasse isso importante; se o grupo incorporasse essa idéia como sendo dele. Caso contrário, seria uma boa idéia, mas paráramos por aqui.

Estou sentindo que o pessoal aprovou e que vale a pena tocar. O trabalho não é fácil; vai exigir muita dedicação e muita discussão, principalmente. Eu proponho abrir as adesões para a composição do grupo de trabalho propriamente dito e que elaborássemos uma agenda para começar a discussão, de forma sistematizada, colocando, inclusive, um plano de trabalho para o debate desses assuntos. Já que o campo é muito vasto, há muito a ser discutido.

Cada um dos itens da questão de Objetivos Institucionais já envolve uma discussão bastante intensa. Sabemos que a maior parte dos colaboradores do Terceiro Setor, mormente quando se trata de associações comunitárias, é de voluntários, e a administração de voluntários é bem diferente da de assalariados. Isso exige toda uma ciência e reflexão a respeito. Portanto, creio que seria importante abordarmos esse campo.

Administração financeira, nem precisa comentar, porque todos sabem a dificuldade que tem essa rede de instituições, principalmente as pequenas; não as grandes, as fundações que têm seus departamentos de orçamento já estruturados. O setor contábil é a mesma coisa.

Na área jurídica, o desconhecimento é muito grande, eu diria quase total. Do ponto de vista do funcionamento, há muitas organizações, instituições comunitárias do Terceiro Setor que fazem um trabalho importantíssimo, mas não têm a sua regulamentação jurídica bem-feita.

Quanto à capacidade de planejamento, como já havia comentado, é a capacidade de gerar, de elaborar projetos sociais, para essas entidades conseguirem financiamentos e executá-los.

Hoje, sabemos que elas têm o potencial, a capacidade de mobilização na comunidade, na sociedade. Têm a capacidade de fazer, mas não conseguem convencer parceiros com capacidade econômica para financiar os seus projetos. Você vai numa multinacional, numa grande fundação, e a expectativa é de um projeto feito por consultoria, bem formatado, com objetivos bem definidos. As associações comunitárias não tem esse *know-how*, e, sem uma orientação maior, seria difícil elas fazerem isso. Temos aqui o desenvolvimento organizacional, porque, dentro desse campo, consideramos que há muita coisa a ser conhecida. A expressão “desenvolvimento organizacional” já é mais ampla e contempla aspectos que ainda não percebemos a importância de serem desenvolvidos.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Dentro de sua colocação, eu não queria deixar passar essa oportunidade. O Jairo fez uma proposta executiva, mas, antes da sua implementação, adesão ou discussão, temos de realizar o nosso relatório.

Quero deixar claro que precisamos estabelecer um Grupo de Redação. Temos um prazo a cumprir e esse é o fruto do trabalho, assim entendido como conclusão do grupo, portanto, que tem de permanecer dentro das conclusões do relatório.

Quero chamar as pessoas que estejam dispostas a compor o Grupo de Redação. A Eliane fará uma exposição e, depois disso, já poderemos colocar os nomes que formarão esse grupo. Não podemos sair daqui sem data, sem prazo de reunião, para que possamos fazer avaliação dos seminários. Alguns inclusive já estão transcritos.

Essas pessoas têm que se comprometer a elaborar o rascunho do relatório final. Haverá, pelo menos, mais uma reunião, quando faremos uma exegese desse relatório; também vamos estabelecer uma reunião para colocar o rascunho e outra para o relatório final.

Tudo isso ainda tem de ser feito, e essas datas e esses nomes têm de ser tirados hoje.

SRA. ELIANE PINHEIRO BELFORT MATTOS – Coloco-me à disposição para participar do Grupo de Redação e peço desculpas, por não poder ficar para a agenda de trabalho, mas também estou à disposição e espero a comunicação.

Voltando à proposta do Jairo, quando eu dizia que deveríamos elaborar um estudo é porque penso que não temos quórum suficiente. Temos pouquíssimos conselheiros aqui presentes hoje.

Acredito que também seria importante pensarmos numa associação do Terceiro Setor, num primeiro momento, para que o apoiássemos, mas com mais

legitimidade. Todos nos reunimos para apoiar esta Casa na melhoria e aprimoramento das leis para o Terceiro Setor.

Assim, poderemos instituir um grupo ou uma entidade permanente para o apoio dessas leis. Dessa forma, poderemos trazer as outras entidades, como bem colocou o Dr. Francisco, e fazermos a ponte entre o Poder Legislativo e o Terceiro Setor. Aí, sim, talvez ganhássemos confiabilidade, inclusive exposição na mídia, para depois partirmos para um segundo momento, que poderia ser o apoio desse trabalho mais efetivo junto às entidades do Terceiro Setor.

SR. MARCO ANTÔNIO – Todos estão se colocando à disposição. Dentre os conselheiros, a quem temos de dar essa prioridade, que não estão presentes, o Dr. Silvio Pelicano já havia manifestado interesse há algum tempo. Gostaria de consultar a Neusa Goys, do Senac, pela experiência que eles têm nessa área, para estabelecermos um grupo com seis, sete pessoas.

SR. – O Marco também está-se colocando à disposição e eu gostaria de saber do coordenador, Marco, a possibilidade de receber também essa contribuição, embora ele não faça formalmente parte do Conselho.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Agradeço a lembrança e fico honrado.

Por ordem de inscrição, temos Eliane, Nilson, Jairo, Arnaldo, Marcos, Silvio, Neusa, Lobato.

SR. – Essa proposta que o Marco está fazendo é para a constituição do Grupo de Redação de todo o trabalho feito até agora. Estamos sugerindo que, incluído nesse relatório, sugestão dele mesmo, seja colocada nossa proposta.

SR. – Fruto da discussão desse grupo, poderá nascer o grupo de trabalho para aprofundar na proposta, mas poderá ter outras adesões. Desde já me coloco à disposição.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Quero lembrar a vocês uma necessidade formal, jurídica que temos de a prioridade do grupo de trabalho ser dos conselheiros. É até uma obrigação deles.

O Marcos e o Antônio, que não são formalmente conselheiros, entram como colaboradores desse grupo; não podem fazer parte formal. É obrigação dos conselheiros. Está dentro do processo de relatoria.

Como conselheiros, temos: Eliane, Nilson, Jairo, Silvio, Neusa e o Lobato. Lembrando que o Silvio, a Neusa e o Lobato não estão presentes e serão consultados, mas eles já manifestaram uma inicial disposição de participar desse grupo.

Nós não precisamos fazer uma reunião dentro da Assembléia Legislativa. Se algum de vocês propuser outro espaço, até por conta de agenda, seria interessante.

SRA. ELIANE PINHEIRO BELFORT MATTOS – Estou colocando à disposição as instalações da Fiesp.

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Se todos estiverem de acordo, pode ser uma primeira reunião do Grupo de Redação na Fiesp.

Assim que a Eliane passar a data, retornamos para os conselheiros e distribuimos o material de trabalho. Estamos vendo com o Luís, da assessoria do Deputado Vinholi, para que, junto ao Fórum, consigamos essas correspondências. Hoje mesmo estaremos encaminhando os três principais eventos e, se não me engano, duas atas.

SR. – Depois de agendada a data, você nos avisa?

SR. MARCO ANTONIO MARTORELLI – Sem dúvida. Agradeço novamente a presença de todos.

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Deputado Vanderlei Macris

Relator Geral do Fórum São Paulo Século 21

Deputado Arnaldo Jardim